

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/02/2021 a 28/02/2021

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/326

| | | |
|----------------------------|--------------------------|--------------------|
| 1.2021.P | Sessão Preparatória | 01/02/2021-20:00 |
| Publ.: DCD - 2/2/2021 - 22 | ALEXANDRE FROTA-PSDB -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ABERTURA | OUTROS DISCURSO |

Sumário

Alcance da marca de 223 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Existência de 27 milhões de brasileiros situados na linha de pobreza. Extinção do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a saúde e a vida dos cidadãos brasileiros. Consequências danosas do atraso na vacinação contra a Covid-19. Ocorrência de conchavos, traições e compra de votos a favor do candidato do Presidente da República nas eleições à Presidência da Câmara dos Deputados. Natureza desastrosa da gestão do Presidente Jair Bolsonaro. Envolvimento de familiares do Presidente da República em atos de corrupção. Extinção da Operação Lava-Jato por Jair Bolsonaro. Renúncia pelo orador à candidatura ao cargo de Presidente da Casa a favor do candidato Baleia Rossi.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Sem revisão do orador.) -
Senhoras e senhores, muito boa noite.

Eu pensei muito em como iniciar este discurso hoje. Antes de mais nada, quero me lembrar aqui das mais de 223 mil mortes ocorridas no Brasil em decorrência da COVID e quero me lembrar aqui da nossa imprensa, que tem sido muito atacada nos últimos anos.

Eu não tenho nada pessoal contra quem quer que seja - tenho politicamente. O nosso povo está passando por uma situação gravíssima na nossa história. Temos 27 milhões de brasileiros na linha da pobreza. Desde o início, Bolsonaro ignorou a pandemia, ignorou e agrediu aqueles que foram a favor da vida. Milhares de brasileiros estão sem auxílio emergencial, sem emprego, passando fome. Milhões de brasileiros, neste momento, estão vivendo essa grande crise. Este é um Governo sem comprometimento com a vida.

Estamos diante de um importante momento para a democracia do nosso País. Precisamos ser soberanos. Precisamos de autonomia nesta Casa. Não será uma tarefa fácil, mas esta noite vai entrar para a

história.

Entre conchavos, traições, armações, compra de votos, cargos e emendas, tudo foi feito de forma cirúrgica para dar a vitória, de forma vergonhosa, a Jair Bolsonaro, que leva o Brasil para a mais grave crise da história republicana. O atraso na vacinação impede a recuperação econômica e mata centenas de brasileiros.

Seria confortável, para mim, votar no Deputado Arthur Lira. Eu poderia vender o meu voto para o Deputado Arthur Lira, assim como mais de 200 Deputados aqui dentro fizeram, mas eu estaria votando no Bolsonaro, contra a democracia. *(Apupos.)*

Podem vaiar! Podem vaiar! Essa é a verdade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu não farei isso. Eu não venderei o meu voto.

Presidente, reponha o meu tempo, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Pode ficar tranquilo, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) - Estamos com uma eleição definida pela compra de votos, pela ingerência do Palácio. Falo isso para que o povo saiba e para que toda a imprensa publique. Este é um jogo de cartas marcadas. Na política, não há princípios. Estamos diante da disputa entre o voto na política, na democracia e na verdade e o voto na antipolítica, comprado, com o qual a democracia ficará em segundo plano.

Qual exemplo queremos dar, neste momento, para milhões de brasileiros? Quero uma Câmara livre, independente, longe dos acordos, sem interferência do Palácio. A Constituição exige do Congresso comprometimento com o interesse público. É a hora de preservar a independência e a autonomia do Legislativo. Mas, infelizmente, isso não acontecerá nesta noite nem nos próximos 2 anos.

É preciso ter muita coragem para subir aqui e desafiar o sistema. A minha candidatura é de protesto, é de repúdio.

Bolsonaro faz um Governo sombrio, de mentiras, que compra Deputados, que interfere em investigações. Este é um Governo que deixa pessoas morrerem sem oxigênio, que não sabe o que fazer com

15 milhões de desempregados e que não controla a pandemia.

Seria interessante que esta Câmara realmente se tornasse a Câmara do "nós": nós fazemos, nós estamos propondo. Mas sabemos que não será assim. Será a Câmara do "eu", a Câmara do Centrão, que tem fome, que é guloso e que não tem princípios. Esta Casa, que tanto decidiu a história do Brasil, foi independente no Governo Bolsonaro até ontem, foi livre do Palácio até pouco tempo.

O pior de tudo isso é que os piores políticos, os fisiologistas, são os que fecham acordos sem escrúpulos, vendem seus votos, vomitam na democracia modelos de perpetuação de gangue. O problema é que o Legislativo, que tinha que legislar, quer executar; o Judiciário, que tinha que julgar, quer legislar; e o Executivo, que tinha que executar, quer julgar.

Esta Casa está hoje se tornando o quintal do Bolsonaro, cheio de garotos travessos e levados. Estamos diante de um projeto de poder. Bolsonaro enganou o Brasil.

Eu sei que você está assistindo à sessão agora, Bolsonaro. Você é um charlatão, um charlatão eleitoral! Você é pequeno para essa cadeira e não honra o cargo que tem. Esta Casa trabalhou muito pelo Brasil, sempre nas páginas políticas, com acertadas decisões; ao contrário do Palácio, que, desde que você, Bolsonaro, assumiu, frequenta as páginas policiais.

Este é um Governo que não tem rumo, que está envolvido em escândalos, com um Presidente sem noção, desagregador, traidor, enganador. Esse sujeito está onde está hoje porque se ajoelhou para o Centrão para sobreviver politicamente.

Você sabe disso. O seu Governo, Bolsonaro, até aqui é um desastre social, cultural, econômico.

Este Presidente incentivou as manifestações antidemocráticas; possui um "gabinete do ódio"; incentivou aglomerações e o não uso de máscara; não investiu em ciência; através das suas manifestações, pediu o fechamento do Congresso e do STF e a volta do AI-5; receitou ao Brasil cloroquina; não tem dinheiro para vacinas e insumos, mas tem 15 milhões de reais para leite condensado, 10 milhões de reais para a empresa de *games* do seu filho mais novo, e tem dinheiro até para comprar novela da *Record*. Foram 15 milhões de reais para leite condensado e 20 milhões de reais para as bolsas do CNPq.

Sem ciência, sem tecnologia, mas com leite condensado - parabéns, Bolsonaro, você não tem vergonha nessa cara mesmo! -, fora os

chicletes, pãozinho francês e tudo mais.

O povo de Manaus, morrendo, e você disse que já tinha feito sua parte. "*E daí?*" "*Gripezinha!*" "*Não sou coveiro.*" "*Todo o mundo vai morrer.*" "*País de maricas!*" Qual foi a sua parte que você fez, que eu não vi?

Você sancionou o fundão eleitoral, a lei de abuso de autoridade; você quis seu filho embaixador; você hoje é contra o fim do foro, mas para se eleger era a favor; você chamou o Centrão de corruptos, de vagabundos, de bandidos, mas se vendeu e se entregou para eles. O que mudou, Bolsonaro? Fala para o Brasil o que mudou!

Você passa mais tempo armando como defender seu filho Senador dos processos e investigações de corrupção do que presidindo o Brasil. É por isto que você quer o controle da Câmara e do Senado: para afastar o fantasma do *impeachment*, para acabar com as investigações do Queiroz, das rachadinhas, das CPIs, das CPMLs e dos cheques da Primeira-Dama.

O Brasil está doente, ferido, morrendo asfixiado, e você, nadando, fazendo flexão, andando de *jet ski*, andando de moto, comendo cachorro-quente como um abutre para testar sua popularidade.

Vivemos um momento singular na história do Brasil, no qual a luta contra a corrupção atinge importantes políticos, grandes empresários, Senadores, filhos, assessores e advogados. A Operação Lava-Jato foi fundamental para a redução da impunidade desse tipo de crime. Mas o que você fez, Bolsonaro? Você acabou com a Lava-Jato, sancionou a lei de abuso de autoridade, omitiu-se na prisão em segunda instância, disse que o Governo não tem corrupção. Mas o Senador Líder do seu Governo foi pego com 32 mil reais dentro da cueca. Você mexeu no COAF, interferiu na Polícia Federal, mudou o curso da história.

Se esta Casa realmente respeita o povo brasileiro, se respeita o voto, os Deputados não podem colocar suas digitais na corrupção, apoiando-o, apoiando seu projeto de poder; Deputados que um dia juraram combater a corrupção.

Esta eleição não é democrática. É uma eleição de três...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Obrigado, Deputado!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) - Só mais 1 minutinho!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia. DEM - RJ) - Então, são 11 minutos para cada um.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) - É das emendas, de cargos e Ministérios, de autarquias, de secretarias, dos 20 milhões de reais por voto. Vivemos um momento complicado.

Vendam seus votos, Senadores! Vendam seus votos, Deputados! A política não tem gratidão.

Quero terminar abrindo mão da minha candidatura. Estou renunciando para anunciar meu voto ao Deputado Baleia Rossi e para pedir ao meu grupo, que ainda é pequeno: votem com o Deputado Baleia Rossi! Não vendam seus votos! Não se deixem seduzir pelo dinheiro do general!

Como o General Heleno disse, "*se gritar pega Centrão, não fica um, meu irmão!*".

Documento 2/326

| | | |
|----------------------------|-----------------------|--------------------|
| 1.2021.P | Sessão Preparatória | 01/02/2021-20:16 |
| Publ.: DCD - 2/2/2021 - 27 | FÁBIO RAMALHO-MDB -MG | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ABERTURA | OUTROS DISCURSO |

Sumário

Saudações aos candidatos à Presidência da Casa, aos profissionais da imprensa e aos Parlamentares. Gravidade da crise sanitária vigente no Brasil e no mundo. Falecimento do Deputado Bonifácio de Andrada. Defesa de implementação do orçamento impositivo. Necessidade de discussão do teto de gastos no serviço público. Defesa de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Inconveniência de concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Defesa da realização de reformas constitucionais. Protesto contra a não participação dos Deputados do chamado baixo clero nas decisões da Casa. Inadmissibilidade de transformação da Câmara dos Deputados em puxadinho do Poder Executivo. Pedido aos Parlamentares de apoio à candidatura do orador ao cargo de Presidente da Casa.

O SR. FÁBIO RAMALHO (MDB - MG. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados e caros brasileiros, hoje é o dia em que cada um de nós vai decidir quem presidirá esta Casa no próximo biênio.

Meus amigos e amigas Parlamentares, esta talvez seja uma das mais

importantes eleições da nossa história. Quero cumprimentar todos os candidatos e todos que estão aqui, a imprensa e os presentes.

O mundo, em especial o Brasil, jamais enfrentou uma crise sanitária tão cruel, tão mortal e que de forma tão brutal atingiu milhões de famílias brasileiras e matou mais de 220 mil pessoas.

Neste momento, eu rendo as minhas homenagens póstumas a um dos grandes Deputados desta Casa, Bonifácio José de Andrada, que se foi há poucos dias.

A pandemia da COVID-19 não mudou apenas a nossa forma de viver e de trabalhar, a pandemia também mudou a forma de nos relacionarmos. Então, também precisamos mudar a nossa forma de fazer política.

Não há espaço para disputas de ego, enquanto pais perdem filhos. Não há espaço para brigas entre entes federativos, enquanto falta oxigênio nos hospitais. Não há espaço para credices, quando podemos confiar na ciência.

Não há espaço para banqueiros, enquanto famílias passam fome. Não há espaço para discursos vazios, enquanto homens e mulheres da nossa Nação estão desempregados. Não há espaço para mentira, pois temos o poder da verdade.

Esta eleição é histórica, porque o momento que vivemos é único. O nosso povo está cansado, pois já notou que deixou de ser prioridade frente à disputa antecipada das eleições de 2022. Mas aqui ele precisa ser prioridade, porque esta é a Casa do povo.

Esta é a Casa do povo, não do mercado financeiro; do povo, não dos Governadores, do Presidente da República e dos Presidentes de partido. Esta é a Casa do povo brasileiro.

Como todos sabem, eu estou em meu quarto mandato, e em todos esses anos algo sempre me incomodou. Por que existe uma distinção de alto e baixo clero entre Deputados e Deputadas desta Casa? Fomos eleitos da mesma forma, pelo mesmo sistema eleitoral. O cidadão que me elegeu é, por acaso, um cidadão de segunda classe? Esse sistema de castas que nos divide entre baixo e alto clero foi criado para impedir que mais Parlamentares tenham acesso ao centro de decisão. Contudo, essa barreira não existe. Quem cria essa separação, muitas vezes, é justamente a pessoa que nós elegemos. O povo elege diretamente os Deputados. Somos, portanto, representantes legítimos de todos os brasileiros. São 513 iguais em voz e votos, todos. É por isso que esta é a chamada Casa do povo. Essa determinação não é

minha; é da Constituição e do Regimento, nossa regra interna.

Os rótulos de alto e baixo clero acabam intensificando o poder na mão de poucos e ferem mais de 490 Deputados que são deixados de lado. Eu vejo que a maioria aqui, hoje, dá tapinha nas costas, todos ligam - Governadores, Presidentes, Ministros -, mas durante 2 anos todos estiveram ausentes. Temos dificuldade de falar com Ministros, temos dificuldade de estar nesta Casa, sendo Deputados.

Muitos Líderes de bancada estão convencidos de que podem nos conduzir como conduzem uma boiada. Se continuarmos nessa toada, o povo que nos elegeu não terá outro caminho, se não o de nos jogar ao abatedouro nas próximas eleições, e muitos ficarão por lá, sem mandato, sem voz e sem vez.

Alguns Governadores, quando visitam o Presidente da Câmara, nem sequer avisam as bancadas, reforçando esse estigma de baixo clero, aumentando uma suposta influência sobre nós, que fomos eleitos livremente como representantes diretos do povo e fiscais do Poder Executivo.

Sou de uma região rural, mas não tenho vocação para boi de manada, e a pergunta que eu faço a V.Exas. agora é: V.Exas. não se importam de ser tratados como gado, não se importam de ser tangidos?

Na democracia, só o povo me sinaliza o caminho. Não podemos permitir que certas situações continuem a ocorrer. Há, aqui na Casa, Deputados que levam 100 milhões, 200 milhões, 300 milhões de reais em emendas e outros que só levam 3 milhões. Isso está errado.

Nós temos que acabar com as emendas de Relator e transformá-las em emendas impositivas, colocando 20% a mais para cada Deputado e Deputada.

O País precisa enfrentar a discussão do teto de gastos. A nossa economia está indo pelo ralo. Já gastamos 55 bilhões de dólares das nossas reservas só para conter o dólar, que a cada dia sobe. Nós não podemos ter economistas que pensam que neste momento nós não temos que salvar o povo brasileiro. É hora, minha gente, de vacinarmos todas as pessoas! O povo brasileiro quer vacina! O povo brasileiro quer comida!

Será tratada aqui, neste ano, talvez, uma questão séria, que é a autonomia do Banco Central. No dia em que votarmos essa autonomia, podem ter certeza de que fecharemos o nosso Brasil, porque a nossa moeda estará entregue aos banqueiros.

Precisamos, sim, de reformas, mas reformas do Brasil para os

brasileiros.

O que os nossos eleitores esperam de nós, senhoras e senhores, é trabalho. Não podemos nos conformar e devemos resistir àqueles que tiram de nós o direito de trabalhar e participar ativamente das decisões desta Casa. Temos grandes quadros, boas ideias e assessoria de alto nível, mas tudo isso hoje é desperdiçado.

Há 2 anos eu estive nesta tribuna defendendo a necessidade de fortalecer a voz dos Deputados, e nós continuamos do mesmo jeito.

O Presidente da Câmara, como qualquer um de nós, tem que ser imparcial, servo da Constituição e do Regimento. Nós não podemos transformar esta Casa em "puxadinho" de Governador nem de Palácio algum. Nós temos que ser Parlamento! E eu posso afirmar a V.Exas. que nós, como a maioria, somos tratados como um ninguém nesta Casa. Nós somos tratados como um ninguém. Suspenderam as Comissões, e ficou por isso mesmo. Hoje há uma panelinha de um lado e uma panelinha do outro lado, e essa panelinha vai continuar, se não tomarmos providências.

Eu lhes peço encarecidamente, com humildade, o voto de cada um. Vamos fazer um segundo turno, para que cada um de V.Exas. seja valorizado, para que possamos conversar mais e demonstrar que nós temos valor.

Deixo, neste final, as palavras de Santo Agostinho: *"A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem. A indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las"*. É hora de termos força, fé, convicção e sabedoria para mudar o que for preciso em nós, no mundo e nesta Casa para que o povo brasileiro volte a ter esperança de que nos tornaremos melhores.

Quero agradecer a todos e dizer que o médico tem o bisturi; o engenheiro, a régua; e o político tem a palavra. Espero poder contar com a palavra de cada um que me prometeu o voto. E podem ter certeza de que poderão contar com a minha palavra, com o meu compromisso de mudar esta Casa, fazê-la mais humana, mais justa, uma Casa de Parlamentares, uma Casa de V.Exas.

Que Deus ajude a todos nós! Que Deus ajude o povo brasileiro! Que possamos salvar milhões de brasileiros que precisam ser salvos!

Muito obrigado.

Sumário

Saudação ao povo brasileiro. Não votação, pela Câmara dos Deputados, de proposições de relevante interesse da sociedade brasileira. Distanciamento entre os principais candidatos à Presidência da Casa e os anseios da população brasileira. Comprometimento do orador com as camadas excluídas. Alerta aos Deputados sobre as consequências da não apresentação, pelo Parlamento, dos pilares necessários para a reconstrução do País. Não participação do orador em negociações, na condição de candidato à Presidência da Câmara dos Deputados.

O SR. ANDRÉ JANONES (Bloco/AVANTE - MG. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

E o meu boa-noite, a minha reverência especial ao povo brasileiro, aos milhões e milhões de brasileiros que nos acompanham neste momento, seja pela *TV Câmara*, seja através das redes sociais, seja através da televisão aberta; milhões e milhões de brasileiros que infelizmente não se sentem representados por este Parlamento como instituição; milhões e milhões de brasileiros que infelizmente clamam lá fora, tentam fazer a sua voz ser ouvida, mas são ignorados diuturnamente por esta Casa.

Foi assim que aconteceu quando milhões de brasileiros desempregados, sentindo a miséria bater à porta, clamaram por que esta Casa pautasse várias matérias que de fato fariam diferença em sua vida. Falo de matérias como a prorrogação do auxílio emergencial, que visava garantir a esses brasileiros que continuassem lutando por um mínimo de dignidade durante a pandemia do coronavírus; matérias como a prisão após a condenação em segunda instância, que, na prática, significava uma mensagem deste Parlamento de que vivemos em um País em que a justiça existe para todos, e não apenas para os mais pobres, para os mais necessitados, de que a Justiça brasileira não beneficia aqueles que têm infinitos recursos para recorrer ao Poder Judiciário.

Eu faço essa menção em especial ao povo brasileiro e cito essas causas - essas, sim, são causas populares - porque me nego a admitir a existência de um regime democrático em que a vontade do povo é absolutamente ignorada.

Os principais candidatos que hoje protagonizam a disputa nesta Casa não representam os anseios da população. Não são eles que o povo brasileiro quer ver sentados nessa cadeira.

Eu ainda tenho esperança, na noite de hoje, quando cada um dos senhores votarem de forma secreta, com as consciências dos senhores, de que os senhores possam dizer a esse povo que ele não está só, que os senhores estão atentos ao clamor desse povo.

Estar atento ao clamor desse povo não significa necessariamente votar no Deputado Federal André Janones para a Presidência desta Casa. São nove candidaturas colocadas nesta noite. São nove nomes que representam diferentes segmentos e parcelas da nossa população.

Então, a minha candidatura e a candidatura de outros colegas já cumprem com o seu papel de jogar por terra o discurso levantado por alguns de que não há opção, de que vai votar no candidato tal, porque não existe outra opção. Existe opção, sim!

Quem quer virar as costas para o povo brasileiro e votar nos candidatos que o povo não quer? Quem tem a hombridade de admitir isso e a coragem de dizer: *"Olhe, eu tive opção! Eu tive a opção de caminhar lado a lado com o povo brasileiro. Eu tive a opção de ouvir o grito de socorro, o clamor do meu povo, mas eu optei por virar as costas"*?

Que virem as costas para o povo brasileiro, mas que não mintam descaradamente que não há opção, porque opção existe. Nós somos, repito, nove candidatos. Cada um com suas bandeiras, cada um com seu histórico, cada um com seu passado e cada um com seus compromissos.

Os meus compromissos não são com partidos políticos, não são com grupos políticos, não nascem de conchavos, de reuniões madrugadas adentro, como tem acontecido aqui em Brasília, mas nascem de um clamor popular, nascem da vontade e dos anseios dos excluídos deste País.

A maioria que vira as costas responderá perante o povo brasileiro nas urnas no ano de 2022.

Caso o cenário que se avizinha se concretize logo mais, com a nossa candidatura tendo um único voto - um voto com muito orgulho, caso eu venha a ter nesta noite -, eu quero dizer aos senhores que, no ano de 2022, usarei desta mesma tribuna e olharei nos olhos de cada um que teve a ousadia de virar as costas, repito, não para o André Janones, que nada mais é do que 1 entre 513, mas para o povo brasileiro.

O povo brasileiro, repito, não clama por André Janones, não clama pelo candidato A ou B, mas clama por um candidato que fale a linguagem do povo, que fuja desse debate idiota, ridículo e ultrapassado de

direita *versus* esquerda, que não representa o nosso povo.

Este Parlamento está dentro de uma ilha, de uma bolha, e, repito, a resposta virá nas urnas.

Continuem ignorando o povo. Continuem fingindo não ouvir os gritos que vêm das ruas. Continuem nessa falsa polarização Bolsonaro *versus* esquerda e vocês vão ver o que acontecerá em 2022.

Já cometeram esse erro no passado. Ignoraram um candidato que tinha o apoio popular, que falava a linguagem do povo, e esse então candidato hoje está sentado na cadeira de Presidente da República do nosso País. Se nós acreditamos em um País melhor, se nós queremos de fato transformar este País, a chance se dará nesta noite.

Eu quero dizer a vocês que acreditei, durante os 2 anos dessa minha primeira experiência como Deputado Federal, que esta Casa ensinaria ao Brasil como transformá-lo em uma grande nação. Cheguei a acreditar que a solução viria de dentro para fora, que o Parlamento apresentaria ao povo brasileiro uma solução para os problemas, mas para os problemas reais que o aflige e não para esses problemas criados por essa bancada, Esquerda *versus* Direita, que dependem uma da outra para existir e fazem esse teatro aqui dentro. Ou vocês acham que o povo brasileiro não viu que a Esquerda só veio a este microfone esbravejar pelo auxílio emergencial quando já tinha a garantia de que ele não seria prorrogado? O povo não é bobo, como alguns acham. Ele está atento ao teatro que V.Exas., que alguns de V.Exas., melhor dizendo, protagonizam aqui dentro.

Antes de finalizar e voltando à minha fala, eu quero dizer que realmente cheguei a acreditar que a solução para os problemas que assolam o nosso País, que afligem a realidade de cada brasileiro, viria de dentro para fora e seria apresentada por este Parlamento. Mas, hoje - e não sei dizer se felizmente ou infelizmente -, vejo que, ao contrário, a solução virá de fora para dentro, já que este Parlamento não tem condições de apresentar para o povo brasileiro os pilares basilares para a reconstrução do nosso País. O jogo vai se inverter, pois será o povo brasileiro que mostrará para este Parlamento como modificar este País, como reconstruir este País e como levar este nosso País a ser de fato uma grande nação.

Eu tenho certeza de que este meu discurso não afasta nenhum colega. Tenho certeza de que, independentemente do discurso que eu fizesse aqui, nada modificaria os votos que aparecerão nas urnas, porque esta eleição não é democrática, esta eleição não tem a participação popular. E eu faço minhas as palavras do ex-Presidente Abraham Lincoln, que disse que a democracia é um regime do povo, pelo povo e para o povo.

Portanto, eu me nego a conceber como democrática uma eleição em que a vontade popular é absolutamente ignorada.

Por fim, eu quero dizer que ainda acredito neste País. Conto com o voto de algum colega. E, na hora de depositá-lo na urna, deixe que sua consciência fale mais alto.

Ao eleito, seja ele quem for, peço que consiga unir esta Casa e, mais do que isso, mais do que unir nós Parlamentares, que consiga unir esta Casa com o povo brasileiro. Que esta Casa passe a andar alinhada com os desejos do povo brasileiro!

Adeus!

A todos vocês o meu muito obrigado pela oportunidade.

Não me corrompi. Não me vendi. Não negocie a minha candidatura. E assim prometo permanecer até o meu último dia na vida pública.

Que Deus os abençoe!

Documento 4/326

| | | |
|----------------------------|-------------------------|--------------------|
| 1.2021.P | Sessão Preparatória | 01/02/2021-20:48 |
| Publ.: DCD - 2/2/2021 - 35 | LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ABERTURA | OUTROS DISCURSO |

Sumário

Indignação da oradora com a exigência presencial de Parlamentares do grupo de risco na eleição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Candidatura da oradora à Presidência da Casa pela terceira vez. Fechamento do acesso de populares ao Plenário Ulysses Guimarães. Comprometimento da independência e da autonomia do Poder Legislativo, no caso da eleição de candidatos apoiados pelo Presidente Jair Bolsonaro. Liberação de vultosos recursos federais aos Deputados vinculados aos candidatos governistas à Presidência da Casa. Conivência do Presidente Rodrigo Maia com o Presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores, demonstradas na omissão da votação de pedidos de impeachment do Presidente da República. Semelhança entre as candidaturas de Arthur Lira e Baleia Rossi à Presidência da Casa. Coerência e fidelidade aos compromissos de classe como marcas da história do PSOL. Afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, imediata vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19 e concessão de renda justa aos brasileiros, como principais metas do programa da candidata do PSOL à Presidência da Câmara dos Deputados.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, começo manifestando o nosso repúdio à decisão irresponsável da Mesa Diretora desta Casa de obrigar a votação presencial nesta eleição, o que expõe, principalmente, os 95 Parlamentares que são do grupo de risco.

Isso demonstra que o caráter genocida de Bolsonaro também está presente no comando da Câmara dos Deputados. É preciso reagirmos, por todos os meios de que dispomos, a essa decisão. Não baixaremos a cabeça! Basta de tanta arbitrariedade! Fora, Bolsonaro e todos os seus asseclas de plantão!

Esta é a terceira vez que ocupo a tribuna como candidata a Presidente da Câmara dos Deputados, a "Casa do Povo", as três vezes pelo Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, partido a que tenho a honra de pertencer e que escolhi em razão da sua identidade político-ideológica, da sua coerência e da fidelidade aos seus princípios e compromissos com o povo brasileiro.

Gostaria muito de estar aqui como candidata de todos os partidos do campo democrático popular de esquerda. Até abriria mão da candidatura se essa fosse a condição para que estivéssemos unificados em torno de um programa que respondesse aos reais anseios da maioria do povo brasileiro: os trabalhadores e trabalhadoras, pelos quais fomos eleitos e eleitas, para representá-los e sermos sua voz no Parlamento. Eles esperam que os mandatos que nos confiaram sirvam exclusivamente aos seus interesses.

Lamentavelmente, não é isso o que acontece, especialmente nesta disputa pela Presidência da Câmara dos Deputados, a dita "Casa do Povo". Contudo, essa definição é pura retórica. Senão, vejamos: a entrada desta Casa, por exemplo, que dá acesso ao Plenário Ulysses Guimarães, espaço onde se exercita a soberania popular pela voz dos legítimos representantes do povo, permanece fechada com portas de ferro, portanto, intransponível. É uma forma velada de se dizer: "*Aqui o povo não entra, aqui não há lugar para o povo*". Assim, mantêm-se afastados os cidadãos e as cidadãs que nos mandaram para cá, pois não convém que vejam o que fazem os seus representantes.

Que Casa do Povo é esta na qual o povo não entra?

Imaginem, Sras. e Srs. Deputados, se os cidadãos pudessem acompanhar, por exemplo, as articulações e os conluios a portas fechadas, o comércio do "toma lá, dá cá" entre candidatos, Líderes e Governo na disputa por votos e na barganha do troca-troca. Certamente, ficariam decepcionados e sentir-se-iam traídos por aqueles em quem votaram. Ou esta Casa muda ou não se poderá dizer

que existe democracia plena no Brasil.

Os candidatos apoiados por Bolsonaro, caso eleitos, vão comprometer a independência e a autonomia do Poder Legislativo, o que põe em risco a própria democracia, e nos restará fortalecer e mobilizar o poder popular no sentido de se contrapor à invasão do Legislativo pelo Executivo, para se recuperar a soberania popular, essência de uma verdadeira democracia.

Estarrecidos, acabamos de saber da enxurrada de bilhões de reais para regar as hostes dos Deputados eleitores dos dois candidatos declaradamente governistas, o que não significa que os outros não o sejam, com exceção da nossa candidatura, obviamente. São recursos extras que se somam às vultosas verbas das emendas parlamentares que se destinam a bancar as próximas campanhas eleitorais dos candidatos à reeleição a Deputado e a Senador. É revoltante ver que essa sangria desatada de dinheiro público custa a vida de milhares de brasileiros e brasileiras a quem está sendo negado o direito sagrado à vida. Por falta de oxigênio, a população morre por asfixia.

O Presidente Rodrigo Maia foi omissivo e conivente com Jair Bolsonaro e os bolsonaristas ao não pautar o processo de *impeachment* do Presidente, que é o anseio da sociedade brasileira, demonstrado por mais de 60 pedidos apresentados pelos partidos de oposição, inclusive o PSOL, e por várias organizações da sociedade civil. Maia, Presidente da Câmara por três mandatos consecutivos, fez ouvidos moucos ao clamor dos brasileiros. Não nos esqueçamos de que a história é implacável com os traidores do povo.

As campanhas de Arthur Lira e Baleia Rossi recebem adesões de Parlamentares de outras legendas, e seus partidos, PP e MDB, funcionam como sublegendas a serviço do Governo Bolsonaro. Portanto, há poucas diferenças entre as duas candidaturas.

O PSOL, por sua vez, é o único partido cuja candidatura polariza com os candidatos dos dois blocos constituídos predominantemente por partidos de direita, além de alguns partidos do campo progressista que se aliaram ao bloco de Baleia Rossi. Aguardemos, pois, o julgamento da história sobre os partidos que, à revelia dos seus compromissos e convicções, adotaram uma tática de redução de danos já no primeiro turno, deixando de lado que a Esquerda deve ter fisionomia própria, vez e voz na disputa pela Presidência da Câmara.

A história do PSOL é marcada por coerência e fidelidade aos seus compromissos de classe, que não admitem concessão em relação aos seus princípios. Temos lado e somos radicais, sim, como um partido político-ideológico de esquerda, a serviço dos interesses dos

trabalhadores e das classes populares da sociedade.

Bolsonaro e seus asseclas não calarão a nossa voz - a voz da Esquerda que combate o capitalismo predador em todas as suas expressões, que faz política com vistas a transformações estruturais na sociedade de classe, a qual exclui a maioria da população do acesso aos frutos do trabalho e à dignidade inerente à condição humana. Inspirada em princípios e valores socialistas, é uma esquerda que combate sem trégua o capitalismo e suas consequências amargas, e sonha em construir uma sociedade igualitária, sem dominantes e dominados; sem uma minoria de privilegiados que se apropriam dos resultados do trabalho da maioria dos pobres, que sequer são atendidos em seus direitos fundamentais, inclusive ao sagrado direito à vida. Que o digam os mais de 14 milhões de desempregados, as mais de 224 mil vítimas do coronavírus e da pandemia política do bolsonarismo!

Sou a única mulher entre os oito candidatos. Se eu for eleita, serei a primeira mulher Presidente da Câmara dos Deputados em quase 200 anos de Poder Legislativo no Brasil. Assim, far-se-á justiça a 52% da população brasileira, o que colocaria o Brasil no patamar das outras democracias do mundo. Além disso, esse fato contribuirá para se reconstruir a imagem do nosso País frente às demais nações do continente latino-americano e de todo o mundo - imagem essa que vem se deteriorando desde o golpe parlamentar que afastou a Presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher a governar o Brasil.

A candidatura do PSOL disputa a Presidência da Câmara dos Deputados com o compromisso de retirar Bolsonaro e salvar vidas, principal objetivo de um programa que será a ponta de lança contra o desgastado mantra neoliberal de que não há alternativa à austeridade fiscal.

Nosso programa responde também às questões que estão na base desse quadro dantesco gerado pelo Governo do Capitão Jair e que tem levado o País a um verdadeiro caos. Para sairmos dessa tragédia, propomos:

1. O *impeachment* de Jair Bolsonaro deve ser o primeiro e prioritário compromisso do próximo Presidente da Câmara dos Deputados, em face dos inúmeros crimes de responsabilidade cometidos por ele. Diante de sua atitude negacionista e irresponsável desde o início da pandemia do coronavírus ficou evidente o caráter genocida do Governo Bolsonaro. Sua permanência no cargo representa uma ameaça à vida de milhões de brasileiros e ao futuro do nosso País.

2. Vacina para todos já! Mais de 50 países do mundo já avançaram no processo de imunização de suas populações, com vacinação em



massa contra a COVID-19. Enquanto isso, o Brasil mantém uma posição negacionista de total falta de comando por parte do Governo Bolsonaro, de centralização mínima, e de ausência de controle e de vacinação. Defendemos, portanto, que o Congresso Nacional assuma uma atitude ativa e atuante na fiscalização do Executivo como protagonista na defesa da saúde da população brasileira e na garantia de testagem em massa e de vacina para todos já.

3. Renda justa: o básico tem que ser permanente. Garantir que cada brasileiro e brasileira tenha uma renda mínima para sobreviver é uma prioridade nossa. O fim do auxílio emergencial por parte do Governo Bolsonaro é um crime contra os mais vulneráveis. Portanto, gerar renda, combater a pobreza, dinamizar a economia, estimular o consumo, realizar investimentos e abrir novos postos de trabalho são as nossas principais propostas para assegurar renda ao trabalhador e à trabalhadora. O pacote de projetos de lei, já em tramitação, quer o auxílio emergencial de 600 reais por mês em benefício para até 80 milhões de brasileiros. Para financiar renda justa, propomos a implantação de um imposto sobre grandes fortunas, a revogação das isenções de imposto de renda sobre lucros e dividendos e o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das instituições financeiras para 30%.

Essas são as nossas propostas prioritárias. Esses são os compromissos do PSOL.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um processo como esse deixa lições com as quais devemos aprender. Entre elas está a de que um partido de esquerda não deve transigir em suas convicções políticas, mesmo que seja a pretexto de reduzir danos. Não aceito essa posição, visto que ela favorece a aprovação de matérias contra para o povo. Não devemos nos aliar àqueles que sistematicamente traem o povo. Somos mesmo radicais em relação aos nossos compromissos de classe.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, já vimos no que dá a conciliação de classe, que nos leva a trair nossos compromissos históricos e nossos projetos inspirados no socialismo. Não devemos cair na tentação. Não nos iludamos com a falácia dos discursos de ocasião e do oportunismo eleitoral dos que usam o voto popular em seus próprios interesses.

Não obstante às enormes resistências, ainda acredito ser possível despertar as consciências, além de tocar mentes e corações, para juntos começarmos a fincar os alicerces da construção de um país justo e, sobretudo, leal às tradições democráticas e à memória daqueles e daquelas que deram a juventude e o melhor da própria vida na defesa das liberdades democráticas e dos direitos humanos do povo

brasileiro.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esses pontos estão devidamente detalhados na plataforma da candidatura do PSOL, para conhecimento e avaliação de V.Exas.

Conto com o apoio e a confiança dos colegas Parlamentares.

Muito obrigada.

Documento 5/326

| | | |
|----------------------------|----------------------|--------------------|
| 1.2021.P | Sessão Preparatória | 01/02/2021-21:00 |
| Publ.: DCD - 2/2/2021 - 39 | BALEIA ROSSI-MDB -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ABERTURA | OUTROS DISCURSO |

Sumário

Agradecimento aos Deputados e segmentos da sociedade pelo apoio à candidatura do orador à Presidência da Casa. Importância da independência e da harmonia da Câmara dos Deputados com os demais poderes. Importância da aprovação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2020, a chamada PEC do Orçamento de Guerra, sobre a instituição do regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento da calamidade pública nacional decorrente da epidemia de coronavírus; do Projeto de Lei nº 4.372, de 2020, acerca da regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB; e da proposta de concessão do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Retomada do debate da agenda social. Defesa da distribuição de recursos orçamentários de forma igualitária. Compromisso do orador de regulamentação do orçamento impositivo, no caso de sua eleição à Presidência da Casa. Compromisso do Parlamentar com a implementação da pauta positiva do Brasil. Prioridade na realização da reforma tributária. Votação, pela Câmara dos Deputados, de proposições destinadas ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Agradecimento a partidos políticos pela formação de frente ampla em apoio à candidatura do orador à Presidência da Casa.

O SR. BALEIA ROSSI (MDB - SP. Sem revisão do orador.) - Boa noite a todas e a todos.

Agradeço a Deus a oportunidade de ocupar esta tribuna para poder apresentar a minha candidatura à Presidência da Câmara dos Deputados.

Quero agradecer a cada Deputada e a cada Deputado que me recebeu no seu Estado, que ouviu as nossas propostas; a cada Deputado e Deputada que compartilhou as propostas e esteve conosco nas redes sociais, que atendeu ao nosso telefonema nesse período de pandemia. Os contatos, às vezes, são por telefone e não presenciais, e isso faz muita falta. Agradeço a todos os que não puderam declarar o voto em nossa candidatura, porque foram coagidos e ameaçados pelo Governo. Agradeço de coração a oportunidade de apresentar a nossa candidatura.

Nos últimos 30 dias, vimos a sociedade debater esta disputa aqui na Câmara Federal. Não é qualquer disputa. Nós vamos definir hoje qual Brasil teremos nos próximos 2 anos. Agradeço as manifestações de artistas e de pessoas da sociedade que se envolveram, que estão preocupados com o nosso País, e manifestaram não o seu apoio a minha pessoa, mas à causa que nós representamos.

Por que a Câmara independente assusta tanto? Nós unimos partidos que são diferentes, que têm ideologias diferentes; partidos que pensam economia, que pensam a sociedade de forma diferente. Mas a diferença nos fortaleceu, porque nós não podemos abrir mão da defesa da nossa democracia! (*Palmas.*)

Nós não podemos abrir mão da defesa das nossas instituições.

Esta semana, o mesmo delinquente que soltou fogos de artifício em cima do Supremo e agrediu uma enfermeira nas manifestações estava depredando nosso material de campanha. Onde está a democracia nesses atos extremistas e radicais? Eu não flerto com esse tipo de gente, nem a nossa candidatura! (*Palmas.*)

A Câmara independente é para que possamos fazer diferença - independente e harmônica com os demais poderes, independente com o diálogo. Mas a Câmara independente, nesses últimos 2 anos, sob a presidência do Presidente Rodrigo Maia, a quem quero fazer uma saudação e agradecer o apoio, foi fundamental para debater assuntos que interessam a nossa população. Vou citar apenas três.

Primeiro, a PEC do Orçamento de Guerra, que possibilitou a ajuda a todos os Estados e a todos os Municípios - e está aqui o Prefeito Duarte Nogueira, da minha cidade, Ribeirão Preto. Se não fossem a participação e a atuação da Câmara independente, os Municípios e os Estados estariam em situação de calamidade. Nem recursos para pagar os funcionários nós teríamos, muito menos para assistir à população nas suas necessidades mais urgentes agora, principalmente na área da saúde. Foi a Câmara independente que conseguiu avançar nesse tema.

A Câmara independente votou o FUNDEB. Quando muitos partidos queriam obstruir e não desejavam destinar mais recursos para a educação, a Câmara independente deixou o discurso e foi para a prática, fazendo com que a educação básica tenha mais recursos. A Câmara independente fez o auxílio emergencial passar de 200 reais para 600 reais! E isso fez toda a diferença para a população mais simples! *(Palmas.)*

Precisamos voltar a debater uma agenda social para acolher as pessoas que estão passando extrema dificuldade com esta pandemia, que ainda não acabou. Por isso, nós queremos uma Câmara independente, que mantenha sempre o diálogo. Esta é a Casa do Povo, a Casa dos iguais. Fala-se muito em dar voz aos Deputados, mas, quando nós temos o Orçamento, ele não é dividido igualmente. Assim, acabamos tendo Deputados de primeira, de segunda e de terceira categorias. *(Palmas.)*

O *Estadão* publicou matéria nesta semana em que detalha que o Relator do Orçamento colocou para uma cidade 160 milhões de reais. Outro Líder enviou 80 milhões de reais para atender à base; outro, 78 milhões; mais um, 50 milhões. Enquanto isso, Parlamentares lutam, com o pires na mão, por recursos para as APAEs, para as Santas Casas, para o desenvolvimento dos seus Municípios.

Nós queremos um Parlamento igual. Por que não votamos o PLN 4, que trata da regulamentação do orçamento impositivo? Isso, sim, daria igualdade aos 513 Deputados Federais. *(Palmas.)*

Eu assumo o compromisso, se Deus me der a oportunidade de ser Presidente da Câmara dos Deputados, de regulamentar o orçamento impositivo. Nós precisamos não só de voz, mas também de mais recursos no Orçamento, recursos legítimos, republicanos, para que todos possam exercer seus mandatos em plenitude.

Quero dizer que nós temos um compromisso com a pauta do Brasil. Nós precisamos avançar nas reformas. Por que ainda não votamos a reforma tributária, se o Brasil precisa gerar emprego e renda, melhorar o ambiente de negócio e destravar nossa economia? Não é briga política que vai fazer com que não consigamos isso. Aliás, uma das prioridades da nossa administração será votar a reforma tributária, para o Brasil ter novamente a esperança de crescer e gerar emprego e renda.

Vamos votar a pauta social e continuar enfrentando a pandemia! Que País é este que não se sensibiliza com 220 mil mortes?! *(Palmas.)*

Esta Casa votou todos os projetos para o enfrentamento da pandemia. Houve uma união entre a Esquerda, a Direita, o Centro - entre todos.

Eu aproveito para agradecer o apoio dos partidos que formam a "frente ampla". São dez partidos: o PSDB, o Cidadania, o PV, o Solidariedade, o MDB, o PDT, o PT, o PSB, o PCdoB e a REDE. Obrigado de coração por esse apoio!

Para ser Presidente da Câmara dos Deputados, é preciso ter espírito público e pensar no Brasil, não em pequenos grupos. Para que todos os Parlamentares tenham condições de exercer em sua plenitude seus mandatos, é preciso que este Parlamento seja respeitado.

Este é o Parlamento de Ulysses Guimarães, um Parlamento que não se ajoelha diante de ninguém, muito menos diante do Poder Executivo. Este Parlamento é colaborativo, é um local de diálogo e de conversa, mas nunca vai ficar de joelhos.

Por isso, eu peço o voto de confiança das Deputadas e dos Deputados. Por isso, eu peço que analisem e reflitam sobre o que estamos vivendo. Esta eleição faz toda a diferença para o Brasil.

Houve, na votação de determinada matéria, um pedido do Governo para que o Deputado gravasse seu voto. Pelo amor de Deus! Que Parlamento é este? Nós temos que respeitar os 513 Deputados e confiar na palavra de cada um!

Graças a Deus, eu sempre honrei a palavra na minha vida pública! Peço a todos que reflitam.

Vamos para o segundo turno e para a vitória, se Deus quiser!

Documento 6/326

| | | |
|----------------------------|----------------------------|--------------------|
| 1.2021.P | Sessão Preparatória | 01/02/2021-21:12 |
| Publ.: DCD - 2/2/2021 - 42 | MARCEL VAN HATTEM-NOVO -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ABERTURA | OUTROS DISCURSO |

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 e de outras doenças afloradas durante o caos social e econômico ocorrido no País. Alerta aos Parlamentares sobre a importância de observância da trajetória de candidatos à Presidência da Casa. Independência e coerência como linhas norteadoras da atuação do partido Novo. Diretrizes da gestão do orador, no caso de sua eleição para Presidente da Câmara dos Deputados. Liberação de recursos a Parlamentares, pelo Governo Jair Bolsonaro, em meio às eleições para as Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Sem revisão do orador.)
- Boa noite, Sr. Presidente.

Caros colegas Deputados e Deputadas, quero chamar a atenção de V.Exas. para o fato de que é a primeira vez que nos reunimos presencialmente neste plenário desde o dia 18 de março do ano passado, o que demonstra a importância deste dia. Em virtude da pandemia, nós votamos remotamente ao longo de todo o ano de 2020, desde março do ano passado. Hoje estamos aqui presencialmente para definir o futuro da nossa Nação ao votar naquele que será o Presidente do Poder Legislativo, o representante maior dos Parlamentares, que representam o povo brasileiro. É por isso que estamos aqui neste dia 1º de fevereiro de 2021.

Eu não poderia deixar de me solidarizar com todas as vítimas da pandemia da COVID e de outras doenças que, infelizmente, não foram tratadas não só por causa do "fique em casa", mas também de todo o caos social e econômico que vimos no nosso País. Externo a todos minha mais profunda solidariedade.

Neste momento, senhoras e senhores, neste dia, vamos exercer com convicção nosso direito de voto para mudar o rumo desta Nação.

Os discursos que me antecederam, principalmente os dos dois candidatos apoiados pelo maior número de partidos, demonstraram muito claramente - todos aqui assim o perceberam - que precisamos sair desta polarização em que ainda nos encontramos. O Brasil merece mais, muito mais, muito mais do que o mais do mesmo! Digo "mais do mesmo" porque, com todo o respeito aos partidos políticos que são representados nestas candidaturas, esses dois partidos são ambos filiados a partir daqueles que são a base deste Governo ou de qualquer outro Governo até aqui. São "mais do mesmo" porque representam o *establishment* que, lá atrás, nas eleições de 2018, por maioria dos votos, foi severamente questionado pela população brasileira, que clamava por mudanças.

Digo "mais do mesmo", inclusive, porque hoje defendem reformas - combate à corrupção não se ouviu muito - e privatizações, mas, quando votaram neste plenário, eu me lembro bem do blecaute na discussão da reforma da Previdência, e V.Exas. também, havia negociações em curso com o Planalto que impediram que a tramitação continuasse. Eu me lembro bem dos votos desses candidatos na Lei de Abuso de Autoridade; lembro-me bem dos votos no projeto do juiz de garantias. Agora, no entanto, prometem, Deputado Celso, outras coisas. Nós precisamos olhar para a trajetória de quem concorre, e não apenas para os discursos que são pronunciados ou para os acordos que são feitos.



Por estes motivos, eu me orgulho muito de integrar uma bancada como a do NOVO, quem tem sido coerente. Podem discordar. Nós, muitas vezes, discordamos aqui dos colegas Deputados, Deputado Evair Vieira de Melo, mas sempre o fazemos de forma respeitosa, sempre apresentando nossos argumentos e buscando mais votos dos colegas Parlamentares.

É esta mesma coerência e esta mesma independência que eu quero, como Presidente desta Casa, exercer sentado à Mesa Diretora. Quero, também, ser um Presidente justo com todos os Parlamentares, compartilhando decisões não apenas com os Líderes, que não foram reunidos nos últimos 3 ou 4 meses nesta Casa, quando muitas votações ocorreram sem que, dando o exemplo do meu Líder de bancada, nem o Deputado Paulo Ganime ficasse sabendo o que iria à votação. As pautas precisam, sim, ser tratadas com todos os Parlamentares, não apenas com um Líder.

As duas candidaturas principais são "mais do mesmo", inclusive nas suas contradições: um candidato, que hoje é apoiado por Bolsonaro, apoiou faz pouco tempo Dilma e Lula nos Governos do PT. O outro candidato, do MDB, apoiado pela Esquerda, é afiliado de Michel Temer. Eles são muito parecidos, até mesmo nas suas contradições. Repito: digo isso com todo o respeito àqueles que estão pleiteando o cargo, porque eu, como Presidente da Casa, também os representarei aqui no Parlamento.

Quero, senhoras e senhores, meus colegas, lembrar que nós precisamos exercer com dignidade a Presidência desta Casa, para devolver ao povo brasileiro o sentimento de ser bem representado por este Parlamento.

V.Exas. podem representar bem os seus eleitores individualmente, mas - precisamos admitir -, como Câmara dos Deputados, a nossa credibilidade está lá embaixo. Não sou eu que o estou dizendo; os institutos de pesquisa o dizem, as ruas o dizem, a sociedade o diz. Precisamos mudar esta realidade, e, para mudar esta realidade, é preciso fazer diferente do que era feito no passado.

Sabemos que o Executivo sempre interferiu nos trabalhos desta Casa, em especial, por ocasião das eleições. Por mais que eu concorde com esta frase, ela não é da minha autoria, é do atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que há apenas 4 anos concorria à Presidência desta Câmara e dizia que temos uma Câmara que não cria leis, que não fiscaliza e que não representa os anseios do povo. O atual Presidente Bolsonaro disse, há 4 anos, nesta mesma tribuna - Presidente em que votei no segundo turno -, que o Poder Legislativo se apresenta subserviente ao Executivo e submisso ao Judiciário.



Hoje, que vergonha do que eu vejo acontecer nestas eleições também! O mesmo que o Presidente criticava lá atrás - e os próprios colegas Deputados têm me relatado, não precisamos ir para as manchetes da imprensa tão vergonhosas -, o mesmo que ele criticava lá atrás está acontecendo hoje, não digo que com todos, tenho certeza de que muitos votos serão por convicção, mas outros tantos talvez sigam aquilo que a manchete do *Estadão* diz: mais de 3 bilhões de reais liberados em obras a quase 300 Parlamentares em meio à eleição no Congresso.

Nós alertamos para isso no ano passado em dezembro, a bancada do NOVO orientou contra os PLNs que criavam os créditos extraordinários. E aqui mais uma vez estamos nos pronunciando contra estas velhas práticas, que, infelizmente, fazem com que o discurso do Presidente Bolsonaro... Há menos de 1 ano, ele afirmava: *"Nós não queremos negociar nada. Nós queremos é ação pelo Brasil. O que tinha de velho ficou para trás, nós temos um novo Brasil pela frente. Acabou a época da patifaria!"*. Agora vemos que esse discurso ficou velho - ele, sim -, e Bolsonaro se rende àquilo que deveria ter ficado para trás, utilizando-se, inclusive, lamentavelmente, dos mesmos artifícios que o PT, partido que vencemos nas últimas eleições, em 2018, utilizava para montar sua base.

Não quero aqui ser injusto, porque vejo que a outra candidatura antagonista também usou desse mesmo expediente, não talvez com o Palácio do Planalto, mas com Governadores alinhados nos Estados. Mais de uma vez, eu liguei para muitos Parlamentares e ouvi de viva voz, de muitos, que este foi o caso. Lamentável, caros colegas Deputados!

Agora, deve isso nos desmotivar? Não! Eu não vim aqui para ser mudado pela política, eu vim aqui para ajudar a mudar a política. Tenho convicção de que cada um dos senhores e das senhoras entende o que é buscar a mudança da política pela ação e pelo exemplo. E terão a condição de nesta noite demonstrar isso por meio do voto.

Nós precisamos fazer com que aquele sentimento que trouxe tantos Parlamentares para esta Casa em 2018 seja revelado nas urnas, aqui fora do nosso plenário. Não é possível ver tantos que às ruas foram defender a Lava-Jato e o combate à corrupção hoje relativizando a escolha e dizendo que há que se escolher o candidato menos pior, porque o candidato menos pior será aquele a derrotar o amigo do meu adversário.

Chega dessa polarização na Câmara! Nós estamos oferecendo alternativa, nós estamos oferecendo um caminho que não apenas é uma terceira via de um partido político, é um caminho que vem agregando muitos outros Parlamentares por meio do apoio que nós

temos recebido também da população, seja via redes sociais, seja pelas ruas. Nós queremos fazer a diferença aqui, na Casa do Povo, presidindo uma Câmara que faça com que este País seja mais livre, mais justo.

O Brasil merece mais! Idealismo? Sim, ele me move, me move muito. Mas, mais do que o idealismo, a fidelidade aos meus princípios me move, o que representa também a fidelidade aos princípios de todos aqueles que conosco quiserem andar.

O Brasil merece mais!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 7/326

| | | |
|---------------------------|----------------------------|-----------------------|
| 001.3.56.N | Sessão Extraordinária - CN | 03/02/2021-16:13 |
| Publ.: DCN - 2/4/2021 - 7 | JAIR MESSIAS BOLSONARO-- | |
| CONGRESSO NACIONAL | HOMENAGEM | HOMENAGEM DISCURSO |

Sumário

Saudações às autoridades presentes. Mensagem do Poder Executivo ao Congresso Nacional, ao ensejo da abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

O SR. JAIR BOLSONARO (Para discursar.) - Primeiramente, é uma satisfação enorme voltar a esta Casa, na qual eu fiquei por 28 anos. Muitos debates entre nós, muitas ideias divergentes, mas sempre o respeito a qualquer autoridade que porventura estivesse presente neste momento. (*Palmas.*)

Nós nos encontramos em 2022. (*Palmas.*)

Sr. Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso Nacional; prezado Deputado Arthur Lira, meu ex-colega do partido Progressistas e Presidente da Câmara dos Deputados; Sr. Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Sr. Ministro Braga Netto, na pessoa de quem cumprimento os demais ministros meus aqui presentes; Sr. Almirante Ilques, Comandante da Marinha; Sr. Brigadeiro Bermudez, Comandante da Aeronáutica; Sr. General Amaro, ora representando o Comandante do Exército; Sr. Augusto Aras, Procurador-Geral da República; Sr. Deputado Marcelo Ramos, Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional; Sr. Deputado Luciano Bivar, 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional; Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Felipe Santa Cruz, Presidente da OAB, é um discurso de não mais de cinco minutos, no qual trazemos a mensagem do Executivo a esta Casa. E faremos, sim, juntos, o que

for possível para o bem-estar do nosso povo e do nosso País.

Sras. e Srs. Congressistas, inicialmente agradeço a Deus, ao povo brasileiro e a todos os Parlamentares que atuaram em parceria com o Governo Federal no enfrentamento dos desafios impostos no ano de 2020.

Indiscutivelmente, o ano de 2020 surpreendeu todo o Planeta com a pandemia do novo coronavírus. Inesperados e enormes desafios apresentaram-se à realidade brasileira, afetando a vida de milhões de pessoas.

Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e toda a sociedade foram fortemente impactados pela crise sanitária mundial.

Com incertezas de toda ordem e num cenário totalmente desconhecido, o Governo Federal adotou duas premissas básicas: salvar vidas e proteger empregos. Com base nessas premissas e com um olhar especial às populações mais vulneráveis, aqueles que mais necessitavam da atenção do Poder Público, todo o Governo Federal foi mobilizado para uma atuação ainda mais coordenada, integrada e efetiva. Todos os órgãos e todas as entidades governamentais passaram a direcionar esforços no combate ao vírus e na proteção às pessoas. Essas ações contaram com a colaboração firme e imprescindível das Sras. e dos Srs. Parlamentares, como constitucionalmente previsto.

Nesse cenário, desde o início, o Governo Federal não se quedou inerte e, de modo incansável e determinado, agiu com o único objetivo de atender as necessidades da população brasileira. Uma série de procedimentos, adequações e políticas públicas foram implementadas para o enfrentamento a esse desafio: foi instituído o auxílio emergencial, que alcançou mais de 68 milhões de brasileiros elegíveis ao recebimento; foram pagos mais de R\$160 bilhões para fazer frente a esta pandemia e manter as operações do Sistema Único de Saúde; foram eliminadas barreiras que dificultavam o acesso ao crédito, especialmente para as micro, pequenas e médias empresas, resultando na viabilização de mais de R\$132 bilhões em crédito e mais de 760 mil contratos firmados; com o programa emergencial de manutenção do emprego e da renda, foram preservados mais de 10 milhões de empregos, de feliz iniciativa do Senador Jorginho Mello, de Santa Catarina, aqui presente - muito obrigado, Senador, o Brasil agradece a sua contribuição -; foram destinados R\$3 bilhões aos Estados para auxílio do setor da cultura, Lei Aldir Blanc; houve redução a zero de impostos de vários equipamentos e medicamentos, entre outras inúmeras ações implementadas para o enfrentamento da Covid-19. O nosso Governo não aumentou ou criou qualquer imposto desde o início do seu mandato. Tais ações representaram despesas pagas, com impacto no resultado primário de R\$524 bilhões em recursos da União.

O Governo Federal não parou. Em paralelo ao monumental esforço exigido para ações de combate ao novo coronavírus, prosseguimos trabalhando em diversas outras frentes. Nesse contexto, contando com a parceria de nossos

Senadores e Deputados Federais, diversas entregas foram feitas à sociedade brasileira.

No campo econômico, a taxa básica de juros foi reduzida ao histórico nível de 2% ao ano; implantamos o PIX, sistema de pagamentos instantâneos, uma inovadora e revolucionária forma de pagamento; implementamos a Carteira de Trabalho Digital; aprovamos a Lei de Falências, passamos para dez anos a validade da Carteira Nacional de Trânsito - muito obrigado, Srs. Deputados e Senadores, os profissionais agradecem -; aprovamos o novo Fundeb; apreendemos quantitativos recordes de substâncias entorpecentes ilícitas e milhões em bens de traficantes, em especial depois de abril de 2020; atingimos o número de 201 projetos na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos, com a expectativa de mais de R\$740 bilhões em investimentos e mais de R\$140 bilhões em pagamentos de outorgas; gerenciamos mais de mil contratos de infraestrutura turística e um desembolso de mais de R\$995 milhões.

Realizamos a Operação Verde Brasil 2, reforçando o combate ao desmatamento ilegal e a outros crimes ambientais, com a participação das nossas Forças Armadas. Obtivemos recorde de 256 milhões de toneladas na safra brasileira 2019-2020.

Parabéns à bancada ruralista por esses surpreendentes números que orgulham a todos nós! (*Palmas.*)

O agronegócio continua sendo a locomotiva da nossa economia.

Lançamos o Plano Safra 2020-2021, no valor de R\$236 bilhões.

Lançamos a Política Nacional de Inovação.

Iniciamos as operações do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, do Projeto Sirius, em Campinas, São Paulo, cidade na qual eu sou registrado.

Contratamos mais de 322 mil unidades habitacionais e entregamos mais de 370 mil.

Investimos mais de R\$2,5 bilhões em saneamento, em mais de 370 Municípios.

Recebemos a aeronave F-39 Gripen.

Inauguramos a nova Estação Antártica Comandante Ferraz, com a participação de muitos Srs. Parlamentares.

Adquirimos duas aeronaves KC-390 Millennium, da nossa Embraer.

Lançamos o programa Mais Luz para a Amazônia.

Prosseguimos com a modernização do setor elétrico.

Entregamos mais títulos de propriedade rural nesses dois primeiros anos do que nos 14 anos de um Governo anterior. *(Palmas.)*

Nós tratamos os homens do campo com responsabilidade e com respeito. *(Palmas.)*

(Soa a campanha.)

O SR. JAIR BOLSONARO - Lançamos o Programa Mineração e Desenvolvimento.

Alteramos profundamente o Código de Trânsito Brasileiro, uma inovação realmente excepcional, patrocinada pela Câmara e pelo Senado brasileiro. Parabéns, mais uma vez, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

Implementamos a Carteira Digital de Trânsito e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Digital.

Entregamos 92 obras de rodovias pavimentadas ou reconstruídas, além de concessões e leilões relevantes e estratégicos nesse setor.

Depois de 50 anos - 50 anos! -, concluímos o asfaltamento da BR-163 no Pará. *(Palmas.)*

(Soa a campanha.)

O SR. JAIR BOLSONARO - Uma vitória para os produtores do nosso Centro-Oeste.

Melhoramos nossa posição no Subíndice de Infraestrutura de Transportes, do Índice de Competitividade Global.

Alteramos a lei do fundo para a universalização das telecomunicações, o que possibilitará o avanço no uso das tecnologias de informação e comunicação.

Lançamos o plano anticorrupção.

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campanha.)

O SR. JAIR BOLSONARO - Implementamos mais de 450 serviços digitais durante a pandemia, dentre outras realizações, tudo isso em plena pandemia.

No âmbito internacional, demos prosseguimento a uma política externa voltada ao resgate de valores e princípios defendidos pelo povo brasileiro, com a reaproximação com as grandes democracias mundiais, com vistas a uma maior abertura comercial e integração de nossa economia às cadeias transnacionais de agregação de valor. Nossa política externa encontra-se em um invejável patamar com o mundo todo.

Hoje, tivemos a grata satisfação de receber a visita do Presidente do Uruguai, em que várias medidas adotamos, entre elas uma reunião com os quatro chefes de Estado integrantes do Mercosul para o mês de março, e eu convido os Parlamentares para esse evento. (*Palmas.*)

Dando continuidade a todo esse processo, diversas outras proposições legislativas merecem atenção e análise do Congresso Nacional neste ano de 2021, projetos esses que dependem da devida análise, adequação e aprovação pelo Parlamento brasileiro. Nesse ponto, citam-se, entre outros, as propostas de emenda constitucional do reordenamento das relações federativas, a reforma administrativa, a agenda de privatizações e de concessões, a revisão dos subsídios creditícios e gastos tributários, a reforma tributária, o projeto de lei complementar para a criação do Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador, o projeto de lei cambial, a modernização do setor elétrico, a partilha dos campos de óleo e gás, as debêntures de infraestrutura, entre outros projetos em tramitação neste Parlamento, bem como a independência do Banco Central.

O atual cenário em que o Brasil se encontra exige de todas as autoridades públicas uma atuação ainda mais coordenada, integrada harmonicamente e fulcrada no espírito público para, juntos, construirmos um Brasil mais próspero e mais justo para todos. A participação de nosso Parlamento é indispensável para o alcance desse objetivo.

O Governo Federal se encontra preparado e estruturado em termos financeiros, organizacionais e logísticos para executar o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid. Com isso, seguimos envidando todos os esforços para o retorno da normalidade na vida dos brasileiros.

Reafirmamos ser a Anvisa de vital importância para a certificação das vacinas. Como sempre dissemos, uma vez aprovada pela agência, será adquirida por nós. E, no momento, agradeço, pois está em tramitação uma MP de dezembro que nos reserva R\$20 bilhões para a aquisição de vacinas. (*Palmas.*)

Neste ano de 2021, prosseguiremos trabalhando em prol do povo brasileiro, de nossos princípios, de nossos valores, de nossa liberdade e de nossa democracia.

A última...

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campainha.)

O SR. JAIR BOLSONARO - Nunca em nosso Governo proporemos a democratização da mídia, jamais faremos isso. Temos plena convicção e confiança de que os legítimos anseios de nossa população serão devidamente recepcionados, aperfeiçoados e deliberados pelo nosso Congresso Nacional.

Ao entregar a presente mensagem presidencial às Sras. e Srs. Parlamentares, legítimos representantes de nossa sociedade, reafirmamos nosso compromisso com o Brasil e desejamos que os autênticos interesses do povo brasileiro se sobreponham a quaisquer outros. Que, dessa forma, possamos dar continuidade à construção de um Estado mais simples, eficiente e focado em servir o cidadão!

O meu muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

Documento 8/326

| | | |
|----------------------------|----------------------------|-----------------------|
| 001.3.56.N | Sessão Extraordinária - CN | 03/02/2021-16:13 |
| Publ.: DCN - 2/4/2021 - 10 | LUIZ FUX-- | |
| CONGRESSO NACIONAL | HOMENAGEM | HOMENAGEM DISCURSO |

Sumário

Saudações às autoridades presentes. Mensagem do Poder Judiciário ao Congresso Nacional, ao ensejo da abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

O SR. LUIZ FUX (Para discursar.) - Muito boa tarde a todos!

Eu gostaria de saudar, pela ordem aqui estabelecida por esta Casa... Em deferência ao Parlamento, peço vênias para ocupar esta tribuna, saudando S. Exa. o Presidente da Mesa do Congresso Nacional, o Exmo. Sr. Senador Rodrigo Pacheco; Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, o Excelentíssimo Senhor Jair Bolsonaro; o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Federal Arthur Lira; o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, Augusto Aras; o Exmo. Sr. Comandante do

Exército Brasileiro em exercício, General de Exército Marcos Antonio Amaro dos Santos; o 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Deputado Federal Marcelo Ramos; o 2º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Senador Romário; o 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, o Sr. Deputado Federal Luciano Bivar.

Minhas senhoras e meus senhores, a inauguração de um novo ciclo é um convite para reafirmarmos as missões institucionais e para renovarmos o compromisso de fidelidade à Constituição e à democracia.

O ano de 2020 foi um ciclo em si para toda a humanidade, marcando as nossas memórias como a passagem mais trágica da humanidade desde a 2ª Guerra Mundial. A pandemia da Covid-19 revelou a finitude humana e descortinou novos desafios para os cidadãos e para as nossas instituições. Antes de qualquer coisa, este momento é de compadecimento pelas mais de 227 mil vidas tomadas pela pandemia, bem como de compaixão pela dor e sofrimento de seus familiares.

Entretanto, como bem lembrou Oliver Wendell Holmes Jr., um dos maiores *justices* da história da Suprema Corte americana, os grandes feitos do mundo não foram realizados somente pensando onde estamos, mas, sim, para qual direção estamos nos movendo. Às vezes, devemos navegar com o vento, às vezes, contra o vento, mas jamais esperar ancorado ou flutuando. Por isso mesmo é importante reconhecer que, nesses últimos meses, os cidadãos e as instituições do País demonstraram admirável capacidade de resiliência e de superação. Assim, como enunciado em nosso Hino Nacional, sabemos que os filhos do solo brasileiro não fogem à luta.

Nesse processo de reação e de reconstrução nacional, o meu sentir como cidadão é o de que a nossa Constituição sairá mais fortalecida dessa crise. A nossa Carta Magna, enunciada sob a proteção de Deus, permanece como a âncora do nosso Estado democrático de direito e a bússola que guia as nossas aspirações de presente e de futuro.

O ano de 2020 fez-nos conhecer as nossas fortalezas, mesmo no auge das adversidades. É preciso destacar que, neste momento de flagelo, Judiciário, Legislativo e Executivo, copartícipes do projeto de nação erigido pela Constituição, não quedaram inertes; pelo contrário, reinventaram-se para continuar a exercer suas missões em prol dos cidadãos de forma ininterrupta e adaptada ao novo normal.

O Poder Judiciário ergueu, debaixo de uma tempestade, inúmeros instrumentos de defesa dos direitos fundamentais. Criou o Observatório de Direitos Humanos, o Observatório do Meio Ambiente, o Juízo 100% Digital e os Escritórios Sociais para os advogados carentes de instrumentos para ingressar na Justiça digital.

Deveras, o Poder Legislativo atuou com brevidade e sensibilidade ao priorizar,

na ordem normativa, em prol da sociedade, temas da pandemia e de auxílio aos mais carentes e aos desvalidos.

Nessa e em outras iniciativas, Srs. Parlamentares, o Poder Judiciário brasileiro atuará sempre em harmonia com os Poderes Executivo e Legislativo, sem se olvidar do espaço de independência conferido a cada um dos braços do Estado. Devemos construir soluções dialógicas para o fortalecimento da democracia constitucional e para o desenvolvimento nacional.

Sob essa ótica, congratulo-me com o excelente trabalho na condução do Congresso Nacional exercido com competência e exatidão pelos Presidentes Davi Alcolumbre e Rodrigo Maia.

De igual modo, parablenzo os Presidentes recém-eleitos, Rodrigo Pacheco e Arthur Lira, desejando muita luz às suas gestões e sabedoria às suas pessoas, para que bem exerçam as suas lideranças neste momento tão complexo.

Como homens públicos bem-intencionados e competentes, tenho a certeza de que V. Exas. muito contribuirão para direcionar o nosso querido Brasil para o caminho da prosperidade.

Para concluir a minha fala, com a mensagem do Poder Judiciário ao Congresso Nacional - no Estado democrático de direito, é a instância hegemônica o Poder Legislativo -, eu destaco que nós, homens e mulheres públicos, somos passageiros nas funções que ocupamos. No entanto, os feitos em prol do fortalecimento das instituições, da democracia e das liberdades humanas e de imprensa não conhecem tempo nem espaço, porquanto atemporais e universais.

Rogo que os novos dirigentes do Parlamento e seus integrantes aqui presentes sejam felizes e exitosos nas suas nobres funções e gozem, acima de tudo, da proteção de Deus.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Documento 9/326

| | | |
|----------------------------|----------------------------|-----------------------|
| 001.3.56.N | Sessão Extraordinária - CN | 03/02/2021-16:13 |
| Publ.: DCN - 2/4/2021 - 11 | ARTHUR LIRA-PP -AL | |
| CONGRESSO NACIONAL | HOMENAGEM | HOMENAGEM DISCURSO |

Sumário

Saudações às autoridades presentes. Abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. Crise sanitária reinante no País em decorrência da epidemia de coronavírus. Importância da criação, pela Câmara dos Deputados,

do auxílio pecuniário emergencial para trabalhadores e famílias carentes diante da crise gerada pela Covid-19. Continuidade da luta pela mitigação das mazelas socioeconômicas provocadas pela doença. Importância da vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Necessidade de votação da Lei Orçamentária Anual e de vetos presidenciais. Defesa da elaboração de pauta emergencial pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Retomada do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Maior participação dos Parlamentares nas decisões da Câmara dos Deputados.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP - AL. Para discursar. Sem revisão do orador.) - Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Exmo. Sr. Senador Rodrigo Pacheco; Presidente da República Federativa do Brasil, Excelentíssimo Senhor Jair Bolsonaro; Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exmo. Sr. Ministro Luiz Fux; Procurador-Geral da República, Sr. Augusto Aras; Comandante-Geral do Exército Brasileiro em exercício, Sr. General de Exército Marcos Antonio Amaro dos Santos; 1º Vice-Presidente da Câmara Federal dos Deputados, Sr. Deputado Federal Marcelo Ramos; 2º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Senador Romário; 1º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Sr. Deputado Federal Luciano Bivar...

Saúdo ainda os Ministros de Estado: Chefe da Casa Civil, Sr. Walter Braga Netto; Ministro de Estado da Defesa interino e Comandante da Força Aérea Brasileira, Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Antonio Carlos Moretti Bermudez; Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Sr. Luiz Eduardo Ramos; Comandante da Marinha do Brasil, Sr. Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior; representando o Presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Ministro Jorge Oliveira; Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Felipe Santa Cruz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Sras. e Srs. Congressistas, senhoras e senhores representantes dos Poderes Executivo e Judiciário e demais autoridades presentes à abertura da 2ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura, a atividade parlamentar, parte essencial do nosso sistema democrático, tem permitido aos representantes do povo, presentes nesta Casa, diagnosticar e enfrentar os grandes desafios nacionais. Essa tarefa cívica do Congresso Nacional, tão vital para o bem-estar da nossa população, foi bem posta à duríssima prova no ano que passou. A eclosão da pandemia do novo coronavírus vitimou até o momento mais de 220 mil cidadãos brasileiros, trazendo grande dor aos muitos familiares, amigos e colegas de trabalho daqueles que partiram. A emergência sanitária fragilizou também nossa economia e comprometeu o emprego e a renda de parcelas significativas da população. Esta crise sanitária sem precedentes exigiu de nós, representantes do povo brasileiro, enorme prontidão na adoção de medidas para minimizar suas consequências nefastas.

A Câmara dos Deputados, a Casa do povo brasileiro só existe por causa do

povo, um país só existe por causa do seu povo. O povo não é o maior patrimônio de um país. É o único. Sem um povo, não há nenhum país, mas um amontoado de terras, riquezas naturais que podem ser exploradas por qualquer um. Mas um país existe, uma nação só existe quando um povo existe. Por isso, temos que estar ao lado do povo, que representamos mais do que nunca.

O auxílio emergencial aprovado por este Parlamento no final de março do ano passado, cerca de um mês depois do registro do primeiro caso da doença no País, garantiu a sobrevivência de milhares de famílias brasileiras e deu fôlego a nossa economia. A velocidade com que adaptamos nosso sistema de trabalho permitiu que esta Casa e o Senado Federal continuassem trabalhando sem expor Parlamentares e servidores a riscos potencializados pelas atividades presenciais. Não fizemos nada mais, nada menos do que nossa obrigação, porque foi o povo que nos colocou aqui, para trabalhar aqui, por ele, para ele.

Temos de nos preparar para continuar lutando contra todas as mazelas sociais e econômicas provocadas pela disseminação global da Covid-19. A luta continua dramática. Se por um lado o engenho humano produziu, em tempo recorde, uma arma eficaz contra o vírus, por outro lado sabemos que o desafio de vacinar toda a população mundial não é tarefa que possa ser levada a cabo em poucos meses. Mas nós podemos, sim, unir esforços com o Senado Federal, com o Executivo, com o Judiciário, com todas as instâncias que puderem ajudar e, de nossa parte, fazer o que estiver ao nosso alcance para facilitar a oferta de vacinas, o amparo aos mais vulneráveis neste momento mais dramático, sempre obedecendo aos mais rigorosos padrões sanitários, sem colocar em risco a vida das pessoas, mas abrindo, quem sabe, novas opções de novas vacinas que já estão disponíveis nos mercados mundiais.

Sigamos em frente, pois, com ânimo e determinação redobrados, para avançar nessa segunda metade de uma legislatura, avançar porque poderemos romper a nossa própria paralisia interna provocada por problemas políticos passageiros, que a história nem sequer irá registrar. O que ficará certamente é o legado do que tivemos feito como Parlamento brasileiro, numa das mais difíceis e desafiadoras crises sanitárias.

Não é pouco o trabalho que nos espera. Ainda aguardam para serem votados a Proposta de Lei Orçamentária Anual e 24 vetos presidenciais sobre diversos temas que estão prontos para deliberação. A votação desses vetos é necessária para destrancar a pauta do Plenário do Congresso Nacional, de modo que possamos apreciar e deliberar sobre outros temas urgentes para a sociedade.

O povo brasileiro tem justa expectativa nesse sentido, e essa expectativa só será atendida quando houver uma efetiva harmonia entre os Poderes constituídos, resguardada a independência de cada um deles, princípios inscritos na nossa Carta Maior.

Como Presidente da Câmara dos Deputados, comprometo-me a não medir esforços para que tal harmonia se traduza em uma pauta comum em prol de

toda a sociedade. A hora é de superarmos antagonismos, deixarmos para trás eventuais mágoas e mal-entendidos e unirmos forças para que saíamos maiores desta crise, para que o povo brasileiro sintasse bem representado em cada um de nós, sintasse protegido e atendido em suas necessidades prementes.

São tantas as urgências que o próprio esforço de elencar prioridades se torna um desafio. Por isso mesmo, já defino o que chamo, de maneira ainda vaga, de pauta emergencial. O que seria essa pauta? Esta Casa e o Senado é que irão dizer, com o Colégio de Líderes, as bancadas e os Deputados, quais, entre todas as nossas urgências, serão aquelas mais prementes. Não será fácil, a um só tempo, resguardar a vida dos cidadãos brasileiros, dinamizar nossa economia, criar novos empregos e preservar o imperativo da responsabilidade fiscal. Estou convencido, no entanto, de que o Legislativo Nacional, atuando em parceria com os Poderes Executivo e Judiciário, será capaz de levar a cabo, com sucesso, essa importante missão.

É o que esperam do Congresso Nacional os milhões de brasileiros e brasileiras que em nós depositaram, por meio do seu voto e do salutar exercício da democracia, a esperança de uma vida melhor, uma vida com mais emprego, renda, saúde e educação, uma vida com dignidade e segurança, em um País que volte a trilhar o caminho do desenvolvimento social e econômico.

Conto com a dedicação e os esforços permanentes de cada um dos senhores e das senhoras, para que esses justos anseios do nosso povo sejam atendidos. E conto com o mais importante: com uma mudança profunda do funcionamento e da dinâmica do processo de participação das decisões desta Casa. Foi o nosso compromisso e será a nossa meta. Com menos concentração do poder da Presidência e mais empoderamento das Deputadas e dos Deputados, dos ritos previstos no Regimento, do Colégio de Líderes, das instâncias desta Casa, com menos decisões individuais e mais decisões coletivas, o que significa previsibilidade para o País, a sociedade e o mercado, mais transparência, mais capacidade da sociedade organizada de interferir e aprimorar as decisões do Legislativo. Vamos juntos, coletivamente, cumprir o nosso dever.

Muito obrigado a todos! (*Palmas.*)

Documento 10/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 1.2021.B | Sessão Outro Evento | 09/02/2021-14:00 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - | ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário



Saudações aos novos membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Alcance do patamar de 230 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Inoperância do Governo Federal na aquisição de vacinas contra a doença. Protesto contra a privatização da Refinaria Landulpho Alves, da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, localizada no Estado da Bahia. Solidariedade à greve dos petroleiros contra a venda da empresa. Protesto contra a votação da proposta de autonomia do Banco Central do Brasil.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tanto os que se encontram na Câmara como os que acompanham remotamente esta sessão, eu volto, com emoção, à tribuna desta Casa saudando, na pessoa de V.Exa., todos aqueles que tomaram posse nos últimos dias e esperando que, de fato, tenhamos voz e que o povo brasileiro possa ser ouvido na Câmara dos Deputados neste momento de pandemia, em que mais de 230 mil vidas foram perdidas e ainda há casos de COVID em condições de alta gravidade por causa da inoperância na aquisição das vacinas em nosso País.

E mais, estamos recheados de notícias que não são boas. Ontem, a direção da PETROBRAS anunciou a conclusão da rodada final da fase vinculante do processo de venda da Refinaria Landulpho Alves, localizada no Município de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia. Essa refinaria, além de ser responsável por 30% do refino do petróleo no Brasil, é a mais antiga refinaria do País.

Como todos sabem, o petróleo foi descoberto na Baía de Todos-os-Santos, em uma região que hoje leva o nome de Monteiro Lobato, um visionário da expectativa da produção de petróleo em nosso País.

De acordo com a estatal, a Mubadala Capital apresentou a melhor oferta, a oferta final, e vai levar a primeira refinaria do sistema PETROBRAS e a segunda do País em capacidade de processamento pela bagatela de 1,65 bilhão de dólares.

Junto com a RLAM, estão sendo entregues 669 quilômetros de oleodutos que ligam a refinaria ao Complexo Petroquímico de Camaçari, um dos maiores complexos petroquímicos da Américas, e ao Terminal de Madre de Deus, que movimentava aquela cidade-ilha, que também está sendo vendido no pacote que inclui ainda outros três terminais da Bahia nos Municípios de Candeias, de Itabuna e o poliduto de Jequié, construído com muito sacrifício para garantir o acesso a combustíveis naquela região.

Monopólio privado. Um estudo da PUC do Rio de Janeiro que analisou os efeitos da privatização de seis das oito refinarias colocadas à venda pela Direção da PETROBRAS - a REFAP, no Rio Grande do Sul; a

REPAR, no Paraná; a REGAP, em Minas Gerais; a RLAM, na Bahia; a RNEST, em Pernambuco e a REMAN, no Amazonas -, apontou que a venda dessas refinarias vai abrir espaço e incentivar a criação de um oligopólio nacional e de monopólios regionais privados e sem competitividade.

Na verdade, a soberania nacional está escorrendo pelos dedos, e aqui, pelos dutos de petróleo, como escorrerá nossa soberania monetária através de uma pseudoindependência do Banco Central, que jamais deveria ser a pauta número um no momento em que a população está em fome, comendo açúcar com farinha, precisando do auxílio emergencial e da vacina. Essas têm que ser as pautas de escolha desta Casa!

Ainda sobre a PETROBRAS, de acordo com a Direção da empresa, o Fundo Mubadala apresentou a melhor oferta e vai levar a refinaria pela bagatela já citada de 1,65 bilhão. Os cálculos do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis mostram que o valor de mercado da unidade baiana seria entre 3 e 4 bilhões de dólares. Para chegar a esse valor, o Instituto usou o método do fluxo de caixa descontado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Peço que finalize, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Finalizarei.

Sem dúvida, Sr. Presidente, a venda da RLAM é fundamentalmente grave porque essa refinaria tem sido peça-chave para equilibrar o desempenho financeiro da PETROBRAS durante a pandemia. A planta baiana tem respondido por 30% da produção de *bunker*, óleo combustível para navios com baixo teor de enxofre, atendendo as exigências da Organização Marítima Internacional. Esse combustível tem sido bastante demandado no mercado internacional, e as exportações de *bunker* amenizaram os resultados financeiros ruins para a PETROBRAS nos primeiros trimestres de 2020.

Amanhã, os trabalhadores da RLAM entram em greve, e eu quero me solidarizar com o SINDIPETRO e com todos os trabalhadores e dizer que nós estaremos ao lado dos petroleiros na busca da manutenção da PETROBRAS como a maior estatal brasileira, sem que seja fatiada pelo Governo Bolsonaro, algoz do povo e entreguista da soberania nacional.

Muito obrigada.

1.2021.B Sessão Outro Evento 09/02/2021-14:08

Publ.: DCD - 2/10/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Suspensão da vacinação de idosos contra a Covid-19 nos Municípios de São Gonçalo e Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Defesa de continuidade do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Críticas à proposta de concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Coibição de ações criminosas do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meus caros colegas, eu quero, neste momento, fazer duas notificações.

A primeira delas é de São Gonçalo e de Niterói, duas grandes cidades que somam 1 milhão e 600 mil habitantes e nas quais foi suspensa a vacinação para os idosos. Nós não podemos aceitar que essas Prefeituras, principalmente a de Niterói, que fez um trabalho decente, não tenham agora suporte. Caxias já está com as suas últimas doses. Na Capital, estamos vacinando gota a gota.

Isso me preocupa, porque quem foi vacinado no dia 10 de janeiro, daqui a 10 dias, já tem que voltar para receber a segunda dose. Isso significa dizer que eu, que não vou tomar vacina ainda nestes primeiros 15 dias, terei que ir para outra fila e não sei quando eu, como idosa, vou ser vacinada.

Sr. Presidente, nós não sabemos nem sequer a previsão de quando vão ser entregues essas vacinas. Nós estamos diminuindo a bendita pressão pelas vacinas, que é o que eles querem, e, enquanto isso, não há atendimento nem sequer à ultraprioridade.

O outro assunto que trago, Sr. Presidente, é o auxílio emergencial. O Presidente da República não pode dar a metade do auxílio emergencial. O pagamento desse auxílio tem que ter continuidade. As pessoas estão empobrecidas. Aumenta o número de pessoas nas ruas. Nós estamos vendo a miséria acontecendo no nosso País.

Nós estamos sem vacina, sem emprego, sem Governo, sem futuro. É isso que está acontecendo no Brasil de hoje. E a medida para resolver, Sr. Presidente, essa situação o Presidente Bolsonaro já encontrou: a autonomia do Banco Central. Isso vai resolver num toque de mágica

todas as coisas ruins que estão acontecendo no País.

Sr. Presidente, vamos ter piedade do povo! Não sejamos aquelas autoridades cruéis, que não cuidam do povo. Certamente eles serão cobrados, e não só nas urnas. Não é possível que nós não tenhamos uma mão divina que possa repreender e coibir essas ações criminosas do Bolsonaro!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 12/326

| | | |
|--------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 1.2021.B | Sessão Outro Evento | 09/02/2021-14:08 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - | MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Alcance do patamar de 231 mil mortos no Brasil em decorrência da Covid-19. Vinculação entre o atraso da vacinação do povo brasileiro contra a doença e a falta de investimentos do Governo Federal nos setores de ciência, tecnologia e educação. Agravamento da miséria como consequência do modelo econômico vigente no País. Críticas à proposta de autonomia do Banco Central do Brasil. Prejuízos causados aos Estados diante de privatizações promovidas pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Apoio da sociedade brasileira à greve dos petroleiros. Defesa de aprovação do impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nesta retomada dos trabalhos legislativos, eu me dirijo ao Brasil.

Inicialmente, peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* este pronunciamento, no qual trato da vacina como um direito, no qual busco destacar que não é possível que o Brasil, que já ultrapassou cerca de 231 mil vítimas da COVID, seja o País mais atrasado quando falamos em vacina.

O atraso do Brasil não é por conta da ciência brasileira, das universidades, dos cientistas e pesquisadores. Ao contrário, pesquisadores do Brasil, os cientistas brasileiros teriam plena condição de desenvolver inclusive uma vacina no Brasil, ou então, com parceria, levar adiante as pesquisas com diversos laboratórios internacionais - como têm feito - para que a vacina chegasse já a todos os brasileiros e brasileiras. Ocorre que o Governo tem cortado os recursos da ciência,

da tecnologia e da educação. O Governo não investe no povo brasileiro. Desde o início desta pandemia, nós tivemos a conjugação da morte pelo vírus com a naturalização da morte pelo Governo Bolsonaro.

A miséria em que o povo brasileiro está jogado, o desemprego e a desesperança que é fruto disso não são apenas resultado da pandemia, mas são resultado de um modelo econômico que agora está sendo aprofundado.

Quando a Câmara dos Deputados traz à pauta, com prioridade, a autonomia do Banco Central, está entregando aos banqueiros, aos que mais lucram, enquanto o povo perde, o comando do sistema financeiro. Em nome do quê faz isso, senão em nome de mais e mais concentração de riquezas entre poucos, inclusive com interesses internacionais?

O Rio Grande do Sul, assim como os demais Estados, sofre com isso. Aqui já destruíram o Polo Naval de Rio Grande. Tudo o que dependia das plataformas e da PETROBRAS já foi atacado de forma vil, e agora será a REFAP.

Os petroleiros entram em greve com apoio da sociedade, porque estão defendendo a nossa soberania e estão defendendo o Brasil.

Um Governo de negacionistas é um Governo criminoso. Os tribunais internacionais terão a responsabilidade de analisar os graves crimes não apenas de Bolsonaro, mas de todos aqueles que oferecem apoio a este Governo.

Eu não desistirei de falar do *impeachment*, porque, por mais que a Câmara tenha dado a vitória a apoiadores do Governo Bolsonaro, eu quero dizer a V.Exas. que, do lado de fora da Câmara, no poder que há no povo, de onde emerge todo o poder, há uma indignação cada vez maior com o Governo Bolsonaro. Muitos foram enganados, outros tantos podem dizer que alertaram, mas não se trata, hoje, de sermos melhores ou maiores que ninguém, mas de dizer que precisamos de um Brasil unido pelo amor ao povo, pelo cuidado com a população e jamais pelo ódio, pela destruição da soberania, da natureza e de vidas humanas, que é o que faz o Governo Bolsonaro.

Sr. Presidente Deputado Gilberto Nascimento, eu o cumprimento pela cordialidade do trabalho que realiza, mas quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas: fora, Bolsonaro! E quero que o Brasil escute esse brado. Continuarei a dizer que ele é um genocida.

Muito obrigada.

| | | |
|------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 1.2021.B | Sessão Outro Evento | 09/02/2021-14:12 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 52, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 3.267, de 2019, acerca da alteração da Lei nº 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para mudança da composição do Conselho Nacional de Trânsito e ampliação do prazo de validade das habilitações. Solicitação ao Presidente Arthur Lira e aos Deputados de aprovação do projeto sobre a criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, na Câmara Federal, nós estamos começando o ano praticamente hoje, já com a votação de projetos.

Eu quero pedir a atenção desta Casa, Sr. Presidente, e pedir que a minha fala também seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

O Congresso Nacional vai enfrentar um tema que são os vetos do Presidente da República ao Projeto de Lei nº 3.267, de 2019, que faz alterações no Código de Trânsito Brasileiro.

Eu falo aqui em nome dos médicos de tráfego e dos psicólogos de trânsito de todo o nosso Brasil, em especial, do nosso Estado de São Paulo, da ANDESP, ANPETRA e FENACTRAN, instituições que representam esses profissionais no meu Estado.

Com o Veto nº 52, de 2020, principalmente ao art. 147, o Presidente está tentando limar algo fundamental para que nós tenhamos segurança no trânsito, que é a necessidade de os exames serem feitos por especialistas na área. É o médico de tráfego, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que tem condição de analisar se a pessoa pode ou não dirigir. E o psicólogo de trânsito também está apto a fazer isso. Então, eu venho alertar este Plenário de que nós vamos ter que enfrentar esse tema e derrubar esse veto, em respeito a esses profissionais, em respeito à população brasileira e em respeito à segurança do tráfego no Brasil.

Para concluir, eu também chamo a atenção para uma votação que ocorrerá hoje. Sou coautor, junto com o Deputado Federal Felipe

Carreras, do projeto que cria o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE, que objetiva minimizar os efeitos da pandemia no setor de eventos. O requerimento de urgência será votado hoje, e eu peço ao Líder do Governo que possamos encaminhar essa matéria da melhor forma possível, na reunião que teremos em instantes com o nosso Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, porque o setor de eventos foi o primeiro a parar e o único que ainda não voltou de jeito nenhum. Então, é preciso que o Governo olhe para este setor, dando-lhe benefícios tributários, uma vez que emprega milhões de brasileiros - são mais de 2 milhões de empregos diretos e indiretos, mais de 48 bilhões em arrecadação de impostos e um faturamento que ultrapassa 200 bilhões de reais em todo o nosso Brasil - e para que se mantenha vivo, gerando empregos para o nosso povo brasileiro. Eu já faço esse pedido desta tribuna da Câmara, tendo em vista a reunião que vai acontecer em instantes com o nosso Presidente Arthur Lira.

Muito obrigado.

Documento 14/326

| | | |
|----------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 1.2021.B | Sessão Outro Evento | 09/02/2021-14:16 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Colapso do sistema de saúde do Estado do Acre em decorrência da epidemia de coronavírus. Maior transparência no processo de vacinação contra a doença no Estado. Solicitação ao Governo Federal de apoio à população acriana.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Gilberto Nascimento, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste, eu venho falar de uma situação realmente trágica, calamitosa: a saúde no Estado do Acre.

Não sei se é do conhecimento de V.Exa., Sr. Presidente, e também do povo brasileiro, mas o sistema de saúde do Estado do Acre entrou em colapso por conta da pandemia da COVID-19, e a situação é muito crítica.

Nós da bancada federal do Acre estávamos reunidos com o coordenador de nossa bancada, o Senador Sérgio Petecão, e estaremos agora à tarde com o Sr. Ministro da Saúde, para pedir providências imediatas de apoio, porque nós não queremos que o que

aconteceu nos Estados do Amazonas e de Rondônia também aconteça no Acre.

Eu tenho acompanhado essa situação de perto, desde que assumi o mandato.

Nas últimas semanas, tenho agido de maneira muito forte, cobrando a vacinação. Aliás, temos cobrado transparência na vacinação que se iniciou no Acre, para que haja a divulgação da lista das pessoas vacinadas e a que grupo prioritário elas pertencem. Inclusive, eu entrei com uma ação na Justiça, para que se determine aos gestores que façam isso, até porque ontem mesmo a mulher de um dos figurões da política do Acre se vacinou, enquanto pessoas idosas, Deputado Gilberto Nascimento, ainda nem começaram a ser vacinadas. Há idosos acima de 90 anos falecendo no Estado do Acre, e eles poderiam ter sido vacinados. Com a falta de UTIs e de leitos, várias pessoas estão morrendo sem o mínimo atendimento médico.

O caos está chegando. Vamos alertar o Sr. Ministro da Saúde para isso. Aliás, eu já fiz esse alerta, há 2 semanas. No dia 26, nós detectamos a ocupação de praticamente 95% dos leitos de UTI e, no dia 27, solicitamos providências ao Ministro da Saúde. Fizemos o alerta há 2 semanas! Queremos o apoio do Governo. Não vamos deixar que a população morra à míngua. Estamos tomando providências e, à tarde, estaremos com o Ministro, cobrando sempre muita transparência. O Acre hoje é o último colocado no *ranking* de vacinação. É uma vergonha o que está acontecendo. Nós sabemos que a bancada unida vai poder atuar fortemente a favor da nossa população.

Esse é um alerta que estou fazendo. É um momento crítico porque há também surtos de malária em alguns Municípios da região do Juruá e epidemia de dengue muito forte na Capital Rio Branco. Portanto, é uma situação que requer muitos cuidados, tanto do Governo Federal como das Prefeituras e do Governo Estadual. Nossa bancada está atenta a isso.

Sr. Presidente, peço que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação da Casa.

Documento 15/326

| | | |
|--------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 1.2021.B | Sessão Outro Evento | 09/02/2021-14:20 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - FERNANDO RODOLFO-PL -PE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |



Sumário

Repúdio à decisão do Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Câmara, contrária à apresentação de músicos em bares e restaurantes. Conveniência de concessão, pelo Governo Estadual, de auxílio financeiro emergencial à classe. Defesa da inclusão de músicos e intérpretes na proposta governamental de concessão de auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo em geral que nos acompanha pela *TV Câmara*, venho hoje falar de uma grande injustiça que está acontecendo, no meu Estado de Pernambuco, com os músicos, em razão do decreto do Governador Paulo Câmara que proíbe a apresentação da classe em bares e restaurantes. Os bares e os restaurantes estão abertos para o público, e só quem não pode trabalhar são os músicos daquele Estado.

Chegou-se ao extremo de músicos terem que vender seus instrumentos para poder garantir a feira em casa. Isso é desumano! Eu falei nesta semana e repito aqui que é importante que o Governador Paulo Câmara coloque a mão no coração e veja a situação que esses músicos, pais e mães de família, estão enfrentando no Estado. Por que não se criar um auxílio emergencial em Pernambuco para atender a esse público, a essa classe que está vivendo um grande dilema, sem conseguir trabalhar?

Ora, o Estado de Pernambuco é rico, o Governador sabe cobrar impostos. O Estado não está quebrado, pode muito bem fazer este gesto: tirar com uma mão, mas recompensar com a outra.

E nós, Sr. Presidente, iremos trazer essa discussão para o plano federal. Eu irei apresentar uma emenda de plenário, que já está pronta, para que os músicos sejam incluídos no auxílio emergencial, caso o Governo Federal retome esse programa.

O nosso texto diz o seguinte:

Fica assegurado auxílio financeiro emergencial a músicos e intérpretes que estejam temporariamente impedidos de se apresentarem em bares, restaurantes ou estabelecimentos comerciais, por ordem de decretos estaduais ou municipais regulamentadores de medidas restritivas, decorrentes do novo coronavírus.

Em Pernambuco, a pandemia está numa situação de estabilidade há muitos dias. Então, não há sentido manter esse decreto em vigor.

Governador, pedimos que o senhor coloque a mão na consciência, a

mão no coração e olhe, com carinho, para essa classe de trabalhadores que está desamparada, sem ter o que fazer e no desespero porque, quando eles puderem retornar ao trabalho, não terão nem mais seus instrumentos musicais.

Vejam só a crise que essa classe está enfrentando. Trago aqui esse alerta, em nome de muitos músicos do nosso Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, peço que o meu discurso seja divulgado programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 16/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------|------------------------------------|
| 1.2021.B | Sessão Outro Evento | 09/02/2021-14:24 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - | PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Alcance da casa de 232 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Importância da retomada das aulas presenciais de forma segura. Necessidade de vacinação dos educadores brasileiros contra a doença. Defesa de instalação dos serviços de Internet banda larga nas escolas brasileiras para atendimento ao alunato carente.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Deputado Gilberto Nascimento, Sras. e Srs. Deputados que estão acompanhando esta sessão no plenário ou remotamente, é uma alegria retomar as sessões no ano de 2021 e, ao mesmo tempo, colocar toda nossa preocupação com o que está acontecendo no País, o que herdamos de 2020, em relação à pandemia, e os demais problemas que continuam ainda sem solução.

Quero chamar a atenção para as 232 mil pessoas que já perdemos. Em Mato Grosso, perdemos mais de 5 mil pessoas, e o Estado tem apenas 2,3 milhões de habitantes, apesar do seu grande território. Temos aqui uma preocupação muito grande sobre a qual eu gostaria que esta Casa se debruçasse, que é a volta às aulas.

Estamos vendo no País todas as escolas das redes pública e privada angustiadas, debruçando-se sobre ações que permitam, de forma segura, que os nossos estudantes voltem às aulas.



Como não temos vacinas, o Brasil não se planejou para iniciar 2021 vacinando a sua população, estamos como um dos últimos países no *ranking* do percentual de pessoas vacinadas. Perdemos diversos profissionais da educação em todo o País e continuamos a perder. Se as escolas receberem os estudantes sem a segurança necessária, com certeza, tanto os estudantes poderão contaminar suas famílias, quanto os profissionais da educação que deveriam estar no grupo prioritário de vacinação podem ser contaminados. O Governo deveria fazer um esforço para vacinar os educadores, porque a perda de vidas é a coisa mais significativa desta pandemia. Quem perdeu um ente querido sabe que não tem volta.

Na política seguinte, a maior perda é a da educação. Os nossos estudantes de classes populares que não têm conexão de Internet em suas casas, que não têm condições de serem atendidos remotamente por suas escolas, com certeza estarão com uma década de atraso em relação aos demais que estão conectados, recebendo apoio da escola e, às vezes, da própria família.

Precisamos voltar os olhos para esta situação: vacinar os profissionais da educação e avançar no sentido de termos conexão de banda larga à disposição das escolas e dos estudantes, assim como equipamentos.

Já apresentamos aqui o projeto de lei que trata do FUST. O Governo tem recursos e deve ter atitude, porque não pode o estudante brasileiro não ter a menor condição de se conectar com a construção do conhecimento. O mundo inteiro vai ser diferente após a pandemia, a tecnologia estará no dia a dia de nossas vidas.

Portanto, vamos suprir as necessidades das escolas. Ao invés de ficarmos colocando o mercado para controlar o Banco Central, vamos colocar a tecnologia à disposição dos estudantes brasileiros, para que possamos ter educação de qualidade para todos e todas.

Muito obrigada.

Que tenhamos um ano produtivo, com menos mortes, com mais saúde e com todo mundo mais feliz!

Documento 17/326

| | | |
|--------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 1.2021.B | Sessão Outro Evento | 09/02/2021-14:28 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - | VICENTINHO-PT -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |



Sumário

Agravamento da desigualdade de renda e da miséria no País. Defesa da tributação de grandes fortunas. Contrariedade à proposta governamental de criação do auxílio emergencial de 200 reais, para atendimento às populações atingidas pela crise gerada pela Covid-19. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Primeiramente, eu solicito que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Estou vendo aqui uma reportagem que diz o seguinte: "*Os mesmos cálculos que preveem mais de 115 milhões de pessoas na miséria também constatam que a fortuna dos bilionários cresceu 27%*". Olhem só que coisa absurda!

De vez em quando, nós vemos esses absurdos. Recentemente, li uma reportagem em que um cidadão desconhecido comprou um quadro de Tarsila do Amaral, por quem eu tenho profundo respeito, por 57 milhões de reais! Imagine, Sr. Presidente, que absurdo é este! Enquanto a miséria cresce, enquanto cresce o sofrimento, nós constatamos isso.

E quando nós falamos em fazer com que sejam tributadas as grandes fortunas, ninguém quer. No caso do Brasil, eram bons os velhos tempos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma! Eu ainda tenho esperança de que, no Brasil, o povo volte a ser feliz, porque, naquele tempo, as pessoas eram felizes e não sabiam.

Hoje, nós subimos para 13 milhões e 880 mil pessoas na miséria! O Brasil havia saído do Mapa da Fome, segundo a própria ONU. Houve certo alívio com a chegada do auxílio de 600 reais, que nós aprovamos na Câmara. E o Governo, que queria que o valor fosse de 200 reais, agora que o auxílio acabou está falando em mais uma merreca de 200 reais.

Tudo isso é para nós percebermos que existe a questão da vacinação, a questão da crise do coronavírus com a vacinação, existe o desemprego crescente e o malabarismo mágico e hipnotizante do Bolsonaro para aqueles que o seguem cegamente. Enquanto isso, o povo está indo para a miséria.

Isso é estado de calamidade pública! Isso é grave! Vai chegar um dia em que esse povo vai às ruas e não haverá quem o controle! Vai chegar um dia em que esse povo vai acordar e vai dizer: "*Fora,*

Bolsonaro!" "Fora esta política maldita!" Não é possível que o Brasil continue sendo um país, por um lado, com tanta riqueza e, por outro lado, com tanta miséria.

Nós não podemos perder a esperança. É por isso que o nosso papel é lutar nas fábricas, nos bairros e nas comunidades para ver se o nosso povo acorda.

Acorda, gente! É hora de saber por que passamos fome! É hora de saber por que estamos desempregados! É hora de construir um novo Brasil!

Obrigado, Presidente.

Documento 18/326

| | | |
|---------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 1.2021.B | Sessão Outro Evento | 09/02/2021-14:36 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Críticas ao Presidente Jair Bolsonaro pelo reajuste nos preços dos combustíveis, do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, o gás de cozinha, e da energia elétrica. Existência no País de 15 milhões de trabalhadores desempregados. Morosidade no processo de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Anúncio da realização de greve de caminhoneiros contra o reajuste nos preços de combustíveis.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Minha saudação a V.Exa. Todos sejamos bem-vindos ao novo ano legislativo, que é o ano da esperança, o ano da vacina, o ano da saúde, o ano da perspectiva de um ano melhor do que foi 2020. Mas eu devo já, Presidente, fazer algumas advertências, até para que tenhamos compreensão das adversidades e das angústias que nós precisamos enfrentar, a começar pela questão dos combustíveis.

Nesse último ano, nós tivemos um aumento no valor da gasolina, Presidente, de 22 pontos percentuais, um aumento sem precedente. Há postos vendendo a gasolina a 5 reais e 50 centavos. O preço do óleo *diesel* já chegou aos 11% de aumento, é uma coisa inusitada. O gás de cozinha, que o Presidente Bolsonaro prometeu a 30 reais, está a 105 reais em muitos lugares. Anteontem, o Presidente Bolsonaro prometeu que ia diminuir o preço do *diesel* e dos combustíveis, por conta da greve dos caminhoneiros. O que aconteceu? A PETROBRAS

reagiu e, ao invés de diminuir o preço dos combustíveis, aumentou em 5%. Isso foi uma humilhação, uma espécie de provocação à fala do Presidente e à sua manifestação, dizendo quem manda neste País.

Aí eu pergunto: e agora, Presidente, vai culpar quem? Vai culpar a Câmara dos Deputados, o Senado, o Rodrigo Maia, o Congresso Nacional? Vai culpar os Governadores, o Zé, ali da esquina? Eles são campeões em transferir responsabilidade, em transferir deveres, em transferir compromissos e obrigação.

Por isso, nós precisamos deixar muito claro que, se há alguém que é culpado de tudo isso, é quem administra, é quem tem a responsabilidade. Chega de transferir responsabilidade, de terceirizar a culpa e de passá-la para os outros.

Aliás, olhe a energia elétrica: o preço subiu neste último ano, até agora, 14%. A energia elétrica, da qual todo o mundo precisa, é do Governo -- não é privada a energia elétrica no Brasil, é do Governo. O Governo aumentou em 14,5% o preço da energia elétrica do trabalhador, do cidadão e da cidadã. Se você pegar o aluguel, verá que houve reajuste de 23%. Olhe a que ponto chegamos.

E o desemprego? São 15 milhões de pessoas desempregadas. São pessoas, são vidas, são famílias que estão ali.

E a vacina? Bom, a vacina vem a conta-gotas, devagar, devagar, quase parando. Quando não está parada, vem chegando bem aos pouquinhos. Enquanto isso, morrem 230 mil, 240 mil, 250 mil pessoas. Chegaremos a 300 mil mortes neste País.

Então, o que nós queremos dizer é: acorda! Acorda! Nós precisamos que o Brasil acorde, que o Governo governe o Governo, para que o Governo, governado, governe o Brasil, porque senão nós vamos pagar um preço muito alto, com uma inflação muito alta, sem produzir. E, para nós virarmos a economia, a vacina tem que chegar.

Enquanto isso, os caminhoneiros vão fazer greve, porque o Presidente disse que ia abaixar o preço dos combustíveis, e, ao invés de o preço dos combustíveis abaixarem, numa provocação, a PETROBRAS aumenta não só o preço da gasolina, mas também o do *diesel*.

É lamentável, Presidente, mas essa é verdade.

Sumário

Quadro de desemprego, inflação e fome reinante no País. Posicionamento do Presidente da República contrário à vacinação do povo brasileiro diante da epidemia de coronavírus. Utilização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da estrutura do Estado brasileiro em prol da sua reeleição e da proteção de seu filho envolvido em processos judiciais. Absolvição da oradora pela Justiça. Prioridade na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19 e na retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós estamos vivenciando um momento muito traumático na história brasileira.

Nós estamos convivendo com a inflação, com o desemprego. Nós estamos convivendo com a fome. A fome que foi banida deste País está de volta. E ela (*falha na transmissão*) num país de pessoas inteiras.

Nós estamos vivenciando um verdadeiro caos. Temos um Governo que negou a vacina, que trabalhou contra a vacina. Nosso País não vacinou nem 2% da sua população, teve mais de 230 mil mortes. Nosso País tem um Presidente que transfere as suas responsabilidades presidenciais.

O Presidente disse que o aumento do dólar é responsabilidade do Congresso, que a diminuição de impostos é responsabilidade do Congresso, e vai se isentando de assumir o governo deste País, porque só tem duas preocupações. Uma preocupação é proteger a sua família, é proteger seu filho utilizando-se das estruturas do Estado, é proteger seu filho para que ele não responda às acusações gravíssimas que pairam sobre ele. Ao mesmo tempo, tem também a preocupação com a próxima eleição. Faz um cálculo cruel de ações para poder assegurar que as suas mentiras permaneçam neste País.

Por isso, nós estamos aqui para dizer que este País precisa ter na Presidência da República alguém que consiga respeitar o seu próprio povo; que este País precisa ter também na Presidência da República alguém que não se utilize de subterfúgios, que busque capturar a Polícia Federal, para que seu filho não responda à Justiça.

Eu acabei de ser absolvida num processo judicial. Fui inocentada! Fui inocentada! Tantas vezes fui agredida por aqueles que defendem o Sr. Jair Bolsonaro na tribuna desta Casa! Diziam que eu havia virado ré.

Eu virei ré e nunca tentei sair desse processo. Enfrentei esse processo, e hoje a minha inocência está decretada numa ação transitada em julgado. Minha postura é diferente da do filho do Presidente da República, que busca se isentar, que busca fugir da Justiça; é diferente, inclusive, da atitude daqueles que estão se locupletando com leite condensado, com batata frita, com chiclete e desprezando a dor do povo brasileiro.

Portanto, eu gostaria que todos os Parlamentares que subiram à tribuna para me atacar tivessem a dignidade e a honestidade de divulgar que fui absolvida pela Justiça de todas as denúncias, que, na verdade, só chegaram ao conhecimento do Ministério Público e do Poder Judiciário, porque eu denunciei uma extorsão que eu sofria à época, em 2010, à Polícia Federal e à Polícia Civil do Distrito Federal.

Por isso, eu digo que é preciso que nós tenhamos justiça neste País: justiça para Lula, que tem direito a um julgamento justo e não teve um julgamento justo; justiça para o Sr. Flávio Bolsonaro e para todos esses agregados da milícia.

Aliás, que prioridades são essas que o Presidente da República quer colocar no País? Prioridade para atacar territórios indígenas? Prioridade para armar o povo brasileiro? Prioridade para isentar policiais de responderem por crimes, eu diria, contra o povo brasileiro? Então, que prioridades são essas?

A prioridade é vacina e auxílio emergencial. A prioridade é ter um país que abrace de novo a justiça, que enfrente a fome e as mazelas do povo brasileiro.

Documento 20/326

| | | |
|--------------------------|-----------------------|------------------|
| 1.2021.B | Sessão Outro Evento | 09/02/2021-14:44 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - | AIRTON FALEIRO-PT -PA | |
| CÂMARA | DOSBREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Iminência de colapso no sistema de saúde das municipalidades paraenses situadas na fronteira com o Estado do Amazonas, em decorrência da Covid-19. Apelo às autoridades competentes de prioridade na vacinação das populações locais. Pedido à Presidência da Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19 de convocação de reunião para debate do avanço do coronavírus na região.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, inicialmente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da nossa Casa.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu estou cumprindo uma agenda institucional que trata da COVID nos Municípios que fazem divisa com o Amazonas. Iniciei essa agenda por Santarém, vou seguir por Altamira, vou até a Capital do Estado e, depois, chego a Brasília levando um relatório sobre essa situação.

Quero dizer a V.Exas. que tenho conversado com as autoridades de saúde do Governo do Estado, dos Municípios e do Parlamento, mas, em especial, com a sociedade civil. E antecipo a V.Exas. que o que eu tenho ouvido, primeiro, dá conta, sim, de um esforço dos Governos do Estado e dos Municípios para impedir o caos. Estamos à beira de um colapso no sistema de saúde dessas regiões fronteiriças com o Amazonas, devido à chegada dessa nova cepa ao Estado do Pará.

As conversas indicam que temos que cuidar, sim, da pandemia, mas temos que cuidar também da economia. Portanto, há a necessidade de termos uma cota especial complementar de vacinas nessa região para criarmos uma barreira imunológica e evitarmos que essa nova cepa de Manaus desça os rios, chegue à Capital e vá para o Centro-Sul brasileiro.

Aqui, estão faltando leitos de UTI, estão faltando respiradores. E as orientações também indicam que precisam chegar aparelhos de hemodíalises, médicos. É necessário que o Governo aumente o valor dessa gratificação para quem vem para a Amazônia. Não está atrativo esse valor.

Eu quero, então, pedir ao Deputado Luizinho, Presidente da Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19 da Câmara dos Deputados - inclusive, falei com o Deputado Alexandre Padilha sobre isto, pois nós, da bancada do Pará, precisamos --, uma reunião, ou uma sessão especial, que até já protocolei, para tratar da COVID nessas regiões que fazem fronteira com o Estado do Amazonas. Aqui, no Estado do Pará, a situação está gravíssima. Portanto, solicito isso. Já oficializei o Ministério da Saúde a respeito dessas solicitações e já oficializei o Ministério da Economia sobre a necessidade urgente do auxílio emergencial para cuidar da nossa economia.

Eu quero levar esse relatório para socializar com V.Exas. quando eu aí chegar.

Obrigado, Sr. Presidente.

1.2021.B Sessão Outro Evento 09/02/2021-14:48

Publ.: DCD - 2/10/2021 - CARLOS VERAS-PT -PE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a inclusão na pauta da proposta de concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil, em detrimento da apreciação da pauta social. Apresentação do Projeto de Lei nº 26, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 13.982, de 2020, com vista à retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais até a cobertura vacinal da população brasileira contra a Covid-19, e ao estabelecimento de cota compensatória a agricultores familiares, empreendedores familiares e demais beneficiários enquadrados nas disposições da Lei nº 11.326, de 2006.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, todos os Parlamentares, toda a sociedade brasileira.

Infelizmente, nós iniciamos o ano legislativo com notícias muito ruins, além de saber que o Governo Federal vai aumentar os valores dos combustíveis, como gasolina, *diesel* e gás de cozinha. E essa conta a população vai ter que pagar. Em Pernambuco, o transporte público aumentou a tarifa em todo o Grande Recife. Só nós não vemos aumentar o valor da renda da população brasileira. Os valores da cesta básica, do combustível, das passagens estão aumentando, e o povo brasileiro está passando necessidade.

Nós teríamos que iniciar a discussão nesta Casa, Sras. e Srs. Parlamentares, com o tema do retorno do auxílio emergencial. Essa tem que ser a pauta prioritária, e não a autonomia do Banco Central. Autonomia para que e para quem? Para entregar em mão de um pequeno grupo financeiro? Nós precisamos discutir, repito, o retorno do auxílio emergencial.

Por isso, na última semana, apresentei o Projeto de Lei nº 26, de 2021, para retomarmos o pagamento do auxílio emergencial no valor de 600 reais, e não com a possibilidade de ser de 200 reais como o Sr. Bolsonaro já começou a ventilar. É o auxílio de 600 reais que nós precisamos retomar. E tem que haver um novo cadastramento, porque há muitos trabalhadores, Deputada Jandira Feghali, que estão desempregados e precisam acessar esse auxílio. Mais de 35% da população brasileira está sem renda alguma.

Nosso projeto trata do retorno do auxílio emergencial no valor de 600

reais até que se obtenha cobertura vacinal de, no mínimo, 70% da população brasileira, porque o auxílio emergencial e a vacinação estão casados. Nós tínhamos que enfrentar a fome e o vírus, e ainda Bolsonaro jogando a favor do vírus, a favor da fome, contra a população brasileira.

Prevê-se ainda uma cota compensatória para os trabalhadores e trabalhadoras rurais que não acessaram o auxílio emergencial com medo de perderem a qualificação como segurados especiais da previdência rural. Nós elaboramos o projeto de lei para garantir que o trabalhador e a trabalhadora rural que acessaram o auxílio emergencial não se desenquadrem da previdência rural, não se desenquadrem como segurados especiais.

Estas têm que ser as prioridades desta Casa: o retorno do auxílio emergencial e a garantia da vacina para toda a população brasileira. Por isso, chamo esta Casa, os Parlamentares, a Mesa Diretora, para que possamos dar prioridade ao combate à fome e à miséria, e salvar o povo brasileiro.

Vamos à luta! Vamos continuar defendendo o povo brasileiro!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 22/326

| | | |
|----------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 1.2021.B | Sessão Outro Evento | 09/02/2021-14:52 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - PAULÃO-PT -AL | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Homenagem aos profissionais de saúde engajados na luta contra o coronavírus. Protesto contra a inclusão na pauta do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Prioridade da Casa na votação da pauta social.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente Gilberto. Quero cumprimentar V.Exa. e, ao mesmo tempo, pedir que minha fala possa ser reproduzida no programa *A Voz do Brasil* e em todos os meios de comunicação da Casa.

Sr. Presidente, primeiro, no retorno dos trabalhos legislativos, queria prestar homenagem aos profissionais de saúde de todo o Brasil, que

poderíamos rotular de "jalecos brancos" - esses nós respeitamos, porque eles estão saindo de casa para uma tarefa da qual poderão até não voltar, salvando vidas. É diferente das Forças Armadas, que têm um orçamento de 150 bilhões de reais e até agora não conseguiram fazer um respirador. Então, os "jalecos brancos", os profissionais da saúde, têm o nosso respeito e o do povo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, é motivo de total repúdio quando o Presidente da Câmara coloca hoje em pauta como prioridade o PLP 19/19, que dá autonomia à nomeação e exoneração dos diretores do Banco Central. Ora, a diretoria do Banco Central hoje está sendo indicada pelo Presidente, mas, na prática, quem manda é o Banco Itaú, o Bradesco, o Santander, a banca financeira. Imaginem, então, quando houver autonomia do Banco Central! É um projeto lesa-pátria, é um atentado contra o povo brasileiro. É necessário que toda a Oposição faça uma articulação para obstruir hoje, a fim de que esse projeto não seja aprovado.

O que nós deveríamos priorizar é o retorno do auxílio emergencial, porque, se isso não acontecer, haverá um caos social. O que temos de priorizar é a falta de prioridade desse Presidente genocida, porque o gás de cozinha o pobre já não pode comprar e o combustível a cada mês aumenta. Temos de fazer uma discussão sobre o preço da carne e das proteínas, a que população não tem acesso.

Então, por tudo isso, o que temos de discutir é uma pauta social, uma pauta que defenda a classe trabalhadora e, principalmente, os mais pobres. E esse projeto o Banco Central é lesa-pátria, é uma negociata com o sistema financeiro internacional e nacional, articulado pelo Ministro Paulo Guedes e com o apoio do Presidente, que nega a ciência, que é contra a vida. É um Presidente genocida. Por isso a importância do "Fora, Bolsonaro!".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 23/326

| | | |
|-------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 1.2021.B | Sessão Outro Evento | 09/02/2021-15:00 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Anseio do povo brasileiro pela retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais; pela vacinação contra a Covid-19 e pela redução dos preços de alimentos e combustíveis. Tramitação na Casa de projetos de lei a respeito da

taxação de grandes fortunas, lucros e dividendos. Contrariedade à aprovação da proposta governamental de reforma administrativa. Apelo à Presidência de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estava em Minas Gerais e anunciei que viria a Brasília para que pudéssemos reiniciar o processo legislativo após a eleição da Mesa da Câmara e do Senado.

Fiz uma pequena pesquisa do que as pessoas esperam do Congresso Nacional neste início.

O número um foi auxílio emergencial. As pessoas, Deputado Afonso Florence, estão passando fome. Os pobres no Brasil, sem essa renda emergencial de 600 reais, estão sem emprego e com fome e sem esperança do que vai acontecer ao nosso País. Pediram-me: *"Deputado, coloque em votação, force para que votem o auxílio emergencial"*. E eu vim satisfeito. Quem sabe votaremos o auxílio emergencial?

Outros disseram: *"Deputado, olhe essa questão da vacina! Vai continuar lento assim? Até vacinar, nós vamos todos morrer, Deputado! Como nós vamos ficar dentro de casa esperando vacina, e a vacina nessa lentidão?"*

Outros pediram para que olhemos o preço das coisas. Tudo aumenta! Deputada Jandira, tudo aumenta! E a gasolina, Deputado Carlos Veras e Deputado Bohn Gass? O Deputado Carlos Veras falou aqui. Tudo aumenta: a gasolina, o óleo *diesel*, o arroz, o feijão. Até o Presidente Bolsonaro estava dizendo que as coisas estão aumentando, como se ele nada tivesse a ver com a situação de crise que o País vive hoje.

Outros perguntaram: *"Deputado, como vamos resolver isso?"* E eu disse: *"Distribuamos renda"*. Vamos fazer distribuição de renda. Eu tenho um projeto pronto aqui que taxa lucros e dividendos. São bilhões, o suficiente, se entrar na pauta, para garantir o auxílio emergencial de 600 reais durante todo este ano. Há projeto para taxar as grandes fortunas.

Infelizmente, o que eu tenho a dizer ao povo brasileiro é que eu chego aqui, e parece-me que quem pauta não são os Deputados e o povo, mas, sim, a FEBRABAN - a Federação Brasileira de Bancos. Parece que é o sindicato dos banqueiros que faz a pauta, e hoje a emergência é votarmos a autonomia do Banco Central, para que os banqueiros possam mandar na economia do País, ao invés de obedecer a uma

regra de desenvolvimento econômico com distribuição de renda. Não é possível que os banqueiros vão continuar mandando na pauta do Congresso Nacional, colocando em regime de urgência a votação da autonomia do Banco Central, ou seja, a entrega da economia aos banqueiros.

Presidente, além disso, já está anunciado também pelo Presidente da Casa que a Mesa enviará, com urgência, a reforma administrativa para a Comissão de Constituição e Justiça, que nem funcionando está, para cortar pela metade o salário dos servidores públicos, das professoras, a tal da PEC Emergencial, que destrói o serviço público brasileiro. Que prioridades são essas? Agora são os banqueiros e o mercado que determinam a pauta, e não o povo?

Aqui eu termino. Façam uma pesquisa e chegarão ao mesmo resultado. Vão ganhar, em primeiro lugar, resolver a renda emergencial; em segundo lugar, resolver a questão das vacinas; em terceiro lugar, dividir a renda no Brasil e dar para os pobres pelo menos a condição de viver.

Presidente, vamos inverter esta pauta? Tire isso de autonomia do Banco Central de hoje da pauta. É uma vergonha os banqueiros mandarem na Câmara Federal brasileira.

Muito obrigado.

Documento 24/326

| | | |
|------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 1.2021.B | Sessão Outro Evento | 09/02/2021-15:08 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Homenagem póstuma ao Senador José Maranhão, falecido em decorrência da Covid-19. Realizações do ex-Governador do Estado da Paraíba. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela concessão da palavra. Quero agradecer à Deputada Jandira Feghali pela compreensão.

Sr. Presidente, eu iria falar, na tarde de hoje, sobre a nossa preocupação com a volta do auxílio emergencial, mas terminei mudando o nosso planejamento, em virtude do falecimento de mais

uma vítima da COVID. Dessa vez, faleceu um Senador do nosso Estado, do Estado da Paraíba, o Senador José Maranhão.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer esse registro na tarde de hoje, em virtude de tudo que José Maranhão - Deputado Federal, Deputado Estadual, Senador da República, Governador do nosso Estado - realizou pelo nosso povo.

Ele foi Governador por três vezes. Tive oportunidade de, naquele instante, ao seu lado, inclusive como integrante naquela época do PMDB, participar de muitas coisas que foram importantes e que rendem frutos até hoje no nosso Estado. Lembro demais quando José Maranhão apagou o último candeeiro. É verdade, Sr. Presidente, que, num passado não tão distante, as pessoas não tinham sequer como assistir a uma televisão ou ter uma geladeira em casa, porque a energia elétrica não chegava à casa de todo o povo paraibano. Falar em apagar o último candeeiro, Sr. Presidente, significa dizer que o Senador José Maranhão conseguiu levar energia elétrica para todas as residências do nosso amado Estado da Paraíba.

Ontem à noite, por volta das 10 horas, falava um pouco com Senador Veneziano Vital do Rêgo, nós que compartilhamos muitos desses momentos ao lado do ex-Governador José Maranhão.

Ao falar da saúde, Presidente, lembramos o Hospital Estadual de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, a maior referência da saúde do nosso Estado da Paraíba. Ao falar das adutoras, das barragens e dos açudes, por que não falar em Acauã, um dos maiores reservatórios do Estado da Paraíba?

Sr. Presidente, é exatamente por isso - repito - que eu não poderia deixar de passar pelo Plenário Ulysses Guimarães para falar da tribuna que outrora falou o Governador, o Senador, o Deputado Federal e o Deputado Estadual José Targino Maranhão.

Deixo, Sr. Presidente, as nossas condolências aos familiares, à Desembargadora Fátima Bezerra, aos seus filhos, aos amigos e ao povo paraibano, que, com certeza, Deputada Jandira Feghali, sentem muito, neste momento, a falta do Senador José Maranhão, mais uma vítima da COVID.

Finalizo, Sr. Presidente, deixando aqui os nossos sentimentos a todos os familiares, ao povo brasileiro e à população mundial, que têm perdido tantos em virtude da COVID-19. Que chegue logo, se Deus quiser, a vacina, para salvar vidas! E que ela possa chegar a todo mundo e a todo o Brasil, em cada um dos Municípios!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 25/326

| | | |
|----------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 1.2021.B | Sessão Outro Evento | 09/02/2021-15:20 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Saudações a Parlamentares da bancada do PCdoB. Protesto contra a inclusão na pauta da proposta de concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil, em detrimento da apreciação de temas de relevante interesse da área social, especialmente no tocante ao combate à Covid-19 e à fome. Descaso do Governo Jair Bolsonaro com a saúde e a vida do povo brasileiro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) -
Boa tarde, Presidente.

Cumprimento todas e todos.

Depois de 11 meses, volto à tribuna da Câmara dos Deputados. Tirei a máscara para falar e já vou recolocá-la, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar alguns parceiros da nossa bancada: o Deputado Renildo Calheiros, o Deputado Orlando Silva, a Deputada Alice Portugal. Os outros também estão aqui. Toda a nossa bancada está hoje em Brasília.

Sr. Presidente, eu quero dizer que estou muito chocada com a pauta que se colocou para o Plenário hoje. Nós retornamos à Câmara dos Deputados, logo após esse recesso, com um peso imenso nos ombros. A realidade brasileira lá fora é muito dura. Nós voltamos a esta tribuna 11 meses depois, logo após o recesso, com uma realidade pior: três vezes mais pessoas na extrema pobreza, desemprego aumentado, precarização elevada, o Norte do País em colapso no SUS. É terrível a situação em Rondônia, no Amazonas, no Pará, em Roraima. Pessoas estão morrendo por asfixia, em cima dos seus leitos, por falta de oxigênio. A vacinação ainda é muito lenta no País, porque não temos doses suficientes de vacina, na medida em que o capitalismo coloca a sua ganância acima da defesa da vida. Há países ricos com muito mais doses do que precisam e países em desenvolvimento e países pobres sem doses ou com doses insuficientes, apesar do imenso esforço do Instituto Butantan e da FIOCRUZ, a quem rendo minhas imensas homenagens. Nós retornamos com crimes absolutamente claros do

Governo Bolsonaro contra a vida e contra a saúde do nosso povo, por omissão, por indução à morte, por omissão diante da asfixia do nosso povo.

Por tudo o que está acontecendo, choca-me profundamente que a nossa pauta não trate desses temas. Como iniciar uma pauta após o recesso tratando de algo como a autonomia do Banco Central, Deputada Adriana? Como?! A autonomia do Banco Central interessa a quem, a não ser aos diretores advindos dos bancos privados que lá estão, que são os regulados pelo Banco Central, mas que, na verdade, regulam o Banco Central, dominam o Banco Central? Como diz o economista Paulo Nogueira Batista Jr., é a turma da bufunfa.

É como ele os chama, com toda clareza e convicção.

Nós estamos vivendo um momento em que são absolutamente díspares a realidade do Brasil e o que o Congresso vai tratar. O Congresso está de costas para a realidade brasileira. Isso é desrespeitoso!

Quero solicitar ao Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, que trate de temas que interessam à sociedade brasileira e não à banca financeira.

Deputado Arthur Lira, este tema precisa de debate, de audiência pública. É preciso que as Comissões tomem conta disso, para que, de fato, nós tratemos deste tema com o aprofundamento que ele merece. Mas não agora! O Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, agora, têm que tratar de auxílio emergencial, da inflação dos alimentos, das medidas sanitárias, das vacinas, da defesa da vida, dos crimes deste Governo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Vou concluir.

Não podemos aceitar que a Câmara dos Deputados trate de qualquer assunto que não seja a defesa da vida, o emprego, a renda, qualquer assunto que não seja salvar as pessoas da COVID e da fome. Essa é a nossa responsabilidade. É disso que nós temos que tratar.

Muito obrigada, Presidente.

Publ.: DCD - 2/10/2021 - CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS -
39 AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação da hipótese de dano qualificado para o caso de inutilização de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública. Solicitação ao Ministério da Saúde de prioridade na vacinação de policiais militares.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Republicanos vota "sim".

Eu queria deixar uma mensagem do Amazonas sobre a vacinação.

Houve o escândalo dos fura-filas. Pessoas que não estavam na ordem de prioridade acabaram sendo vacinadas. E isso ocorre até hoje. Ontem, houve uma reclamação de que profissionais de educação física, que não estão no enfrentamento à COVID, estão sendo vacinados. Isso é um absurdo!

Enquanto isso, os policiais militares, que estão na linha de frente nessa guerra - estamos perdendo policiais todos os dias -, dando apoio ao profissionais da saúde, não estão sendo vacinados.

A bancada dos militares mandou um ofício ao Ministério da Saúde para mudar a ordem de prioridade, a fim de dar prioridade a quem realmente está no enfrentamento. Esses merecem, sim, ser vacinados já!

Muito obrigado.

Votamos "sim".

Documento 27/326

1.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021-
CD 15:40

Publ.: DCD - 2/10/2021 -
41 ORLANDO SILVA-PCDOB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO



Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação da hipótese de dano qualificado para o caso de inutilização de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública. Congratulações ao Deputado Mário Negromonte Jr., autor da proposição, e ao Presidente Arthur Lira pela inclusão da matéria na pauta. Solicitação à Presidência de estabelecimento de agenda com prioridade nos projetos de combate à epidemia de coronavírus, e de ampliação do debate acerca da proposta de autonomia do Banco Central do Brasil.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim".

Cumprimento o Deputado Mário Negromonte Jr. pela iniciativa. Cumprimento V.Exa. por ter pautado este projeto e esta urgência, pois se trata de um tema relacionado ao enfrentamento à COVID.

Nós acreditamos que a Câmara dos Deputados deve se concentrar no combate à COVID e em medidas que estimulem a vacinação do nosso povo. Quando V.Exa. coloca na pauta a autonomia do Banco Central, causa-nos surpresa, porque essa autonomia não vai ter nenhum efeito na retomada do crescimento econômico. O que terá efeito nessa retomada é a vacinação do nosso povo, é a credibilidade do Governo, que não existe.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero aproveitar o tempo de encaminhamento do PCdoB para fazer um apelo a V.Exa.: sigamos com pautas como esta que V.Exa. trouxe, que serve para combater a pandemia, em vez de fazermos um debate sobre a autonomia do Banco Central, que é sobre o papel do Estado, que é sobre a autoridade monetária. Isso nem sequer foi debatido nas Comissões. V.Exa., com razão, retomará o funcionamento das Comissões nos próximos dias - assim eu espero. Então, que possamos fazer o debate sobre a autonomia do Banco Central nas Comissões! Nós estamos às vésperas da eleição. É muito importante que a autoridade monetária, que já tem autonomia funcional, na prática, possa ser um instrumento do Estado. O mundo debate o papel do Estado nessa fase de pandemia.

Agradeço a generosidade de V.Exa. por me conceder alguns segundos a mais.

O PCdoB encaminhará "sim" em toda a agenda de combate à pandemia e pela vacinação.

Por fim, faço um apelo a V.Exa., a fim de que estimule o debate na

Casa sobre a autonomia do Banco Central, que, na nossa opinião, é um equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Muito obrigado, Deputado.

Eu só queria esclarecer a V.Exa., com a sabedoria que sempre nos abençoa, que a pauta não foi feita por este Presidente. Tanto o projeto sobre a pandemia quanto o projeto sobre o Banco Central foram definidos, por maioria, pelo Colégio de Líderes, como será daqui para a frente, em todas as quintas-feiras, nesta Casa, Deputado Orlando. Vamos seguir nessa toada.

A nossa preocupação, não tenha dúvidas, vai ser vacinar a população e combater a pandemia prioritariamente. Outras medidas precisam ser tomadas para chegarmos a um bom termo quanto ao auxílio emergencial, solicitado e almejado por todos nesta Casa para simplesmente aqueles que mais precisam.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Sr. Presidente, V.Exa. me concede 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Sempre, Deputado Orlando.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Eu considero que é muito importante o papel do Colégio de Líderes que V.Exa. sinaliza ativar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Foi ativado na semana passada.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Mas eu registro, Sr. Presidente, que a democracia não é apenas a imposição da posição da maioria. A democracia também é o diálogo, o respeito às minorias.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - É claro!

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Se for feita a opção escolhida pela maioria no Colégio de Líderes, quem tem uma posição minoritária sempre ficará esmagado. Isso e não é democrático.

Está feito o registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Nós colocamos, inclusive, na Ordem do Dia as pautas que foram escolhidas pela Minoria, Deputado Orlando. O debate estará aberto a V.Exa. e a qualquer membro da Oposição, da Minoria ou da Maioria nesta Casa.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Agradeço, Presidente.

Documento 28/326

| | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------|-------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 15:44 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 44 | JOENIA WAPICHANA-REDE -RR | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO | |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação da hipótese de dano qualificado para o caso de inutilização de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública. Falecimento do Prof. Rivanildo Cadete, líder indígena da Comunidade Canauanim, em decorrência da Covid-19, no Estado de Roraima.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a REDE entende que é um projeto extremamente importante para toda a população brasileira. A questão da vacina está sendo aguardada por muitas pessoas. Essa questão da inutilização da vacina deve ser considerada um crime. Por isso, a REDE considera a urgência, orientando "sim".

Aproveito para lamentar e mostrar meus sentimentos, minha solidariedade à família do Prof. Rivanildo Cadete, que é da Comunidade Canauanim, no meu Estado de Roraima, porque faleceu ontem um jovem, uma liderança indígena que lutou muito pela educação escolar indígena dos povos indígenas de Roraima. Meus sentimentos ao povo wapichana. Que possamos vencer esta COVID. É lamentável a perda dessa liderança indígena.

Obrigada, Presidente.

Documento 29/326

| | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------|-------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 15:44 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 44 | JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO | |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação da hipótese de dano qualificado para o caso de inutilização de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública. Apoio às medidas anunciadas pelo Governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, para contenção do avanço da epidemia de coronavírus em Municípios cearenses, especialmente em Fortaleza.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria, Sr. Presidente, considera que o projeto é relevante e que o foco desta Casa deveria ser o combate à pandemia, a continuação do que fizemos durante 2020. Quantos projetos nós votamos, por unanimidade, aqui nesta Casa? Portanto, nós vamos liberar, pela posição do PSOL, mas o meu voto é favorável a esta urgência.

E quero dizer, Presidente, que lamentavelmente a pandemia está muito forte em alguns Estados, inclusive no meu, o Ceará, em especial em Fortaleza. O Governador Camilo Santana está tomando todas as medidas para evitar uma crise maior. No entanto, lamentavelmente, alguns lá fazem mobilizações contra as medidas que o Governador Camilo Santana vem tomando no sentido de defender a vida e evitar coisas parecidas com as que aconteceram em Manaus. Portanto, a nossa solidariedade ao Governador do Ceará pelas medidas tomadas. O que ele fez não foi *lockdown*, não foi nem fechamento de tudo, mas, sim, regras, horários de funcionamento, tudo bem administrado. Enquanto isso, alguns lá ficam fazendo mobilização, que, na verdade, só incentiva a proliferação da pandemia na cidade de Fortaleza.

Meu voto é "sim".

Documento 30/326

| | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------|-------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 15:48 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 45 | CARLOS ZARATTINI-PT -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO | |

Sumário

Encaminhamento, à Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19 e ao Supremo Tribunal Federal, de expediente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviço - CONTRACS, para inclusão de

trabalhadores da limpeza de hospitais e unidades de saúde nos grupos prioritários de vacinação contra o coronavírus.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, informo que recebi um pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços no sentido de solicitar a esta Casa, e eu encaminhei esse ofício ao Presidente da Comissão Especial da COVID e ao Ministro Lewandowski, do STF, que os trabalhadores de limpeza dos hospitais e das unidades de saúde também sejam contemplados na primeira etapa da vacinação. O que está acontecendo - e isso é muito importante - é que os médicos, enfermeiras e trabalhadores de hospitais e unidades básicas têm tido a sua vacinação executada, mas os trabalhadores de limpeza, que também sofrem risco de infecção, não.

Então, atendendo o pedido da CONTRACS, solicitamos que esta Casa também coloque ao Governo a necessidade de uma diretriz de vacinação para esses trabalhadores.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 31/326

| | | |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 15:56 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 48 | DARCI DE MATOS-PSD -SC | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Defesa da apreciação de proposições de combate à epidemia de coronavírus em concomitância com matérias destinadas à retomada do crescimento econômico brasileiro. Aplausos ao Presidente Arthur Lira pela forma democrática de elaboração da pauta de votações.

O SR. DARCI DE MATOS (Bloco/PSD - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero discordar totalmente da Oposição, que afirmou aqui que o foco é combater a pandemia. O foco é combater a pandemia e promover a retomada econômica do País.

Eu concluo, Sr. Presidente, parabenizando-o, porque esta Casa fazia uma pauta de amigos, de compadres que iam lá, conversavam com o Presidente e pautavam. Agora V.Exa. está pautando democraticamente, através do Colégio de Líderes, e isso, sim, é

democracia. Nós esperamos que agora possamos votar as grandes reformas do Brasil, e a Casa vai dar uma resposta à população brasileira.

Parabéns, Sr. Presidente!

Documento 32/326

| | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------|-------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 16:00 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 50 | AFONSO FLORENCE-PT -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO | |

Sumário

Natureza democrática da eleição do Presidente Arthur Lira. Expectativa de ampliação do diálogo entre a Oposição e a Presidência da Casa. Apelo ao Presidente Arthur Lira de apoio ao projeto de lei sobre a prorrogação do estado de calamidade pública decorrente da Covid-19; de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais; e de aprovação da proposta de criação do Programa Mais Bolsa Família. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, sobre as medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19; e alteração das Leis de nºs 13.340, de 2016, e 13.606, de 2018.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Vou falar sobre três pontos.

Primeiro, gostaria de saudar a eleição, a posse e esta primeira sessão, em que V.Exa. preside a Casa. V.Exa. sabe que meu partido compôs outro bloco. Votei em outro candidato a Presidente. Muito legitimamente, V.Exa. é hoje o Presidente da Casa. Foi uma eleição democrática. Quero registrar aqui a expectativa que nós temos de aprofundar o diálogo e criar condições para que possamos dar respostas às tarefas que o Brasil põe para o Parlamento brasileiro, em especial para a Câmara dos Deputados. O primeiro ponto é este.

Os dois outros pontos já são os apelos ao diálogo. O primeiro é quanto à pauta. V.Exa. conversou com o Presidente do Senado e com o Executivo. Tramita na Casa um conjunto de projetos de minha autoria e do Partido dos Trabalhadores e de partidos de oposição. Nós podemos prorrogar o estado de calamidade - tramita na Casa projeto sobre isso,

que é necessário. Nós podemos também recriar o auxílio emergencial durante o período da pandemia, com 600 reais. Podemos aprovar o Mais Bolsa Família. Precisamos derrubar o veto às políticas de financiamento da produção de alimentos de apoio à agricultura familiar. Solicito a V.Exa. que se debruce sobre estes pontos de pauta, porque eles são importantes para o Brasil.

Peço a divulgação do meu discurso nos Anais da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Vou chamar uma reunião com os partidos de Oposição e Minoria para discutirmos a pauta, além do que já é feito no Colégio de Líderes, Deputado Afonso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) - Obrigado, Presidente.

Documento 33/326

| | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 16:08 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 54 | DELEGADO PABLO-PSL -AM | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA | | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 33, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação do crime de descumprimento da ordem prioritária de vacinas. Elogio ao Presidente Arthur Lira pela assunção de compromisso de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Pedido de inclusão de pessoas portadoras de deficiência, autismo e síndrome de Down no grupo prioritário de vacinação.

O SR. DELEGADO PABLO (Bloco/PSL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL orienta "sim", Presidente.

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizá-lo pelo compromisso com relação à vacinação no Brasil. É uma pauta que V.Exa. vem conduzindo com muita sobriedade e com muita responsabilidade. Eu, que venho do Estado do Amazonas, vivencio em Manaus uma situação caótica, da qual todos os Parlamentares do Brasil têm que tomar conhecimento. Precisamos de vacinação em massa e precisamos respeitar a prioridade das vacinas no Estado do Amazonas e em todo o Brasil. Há um pedido, Presidente, inclusive, para que as pessoas

portadoras de deficiência, autismo, síndrome de Down entrem na escala de prioridade, porque a vacinação, além de ser rápida, efetiva, em massa, tem que atingir as pessoas mais necessitadas primeiro.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 34/326

| | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 16:12 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 56 | EDUARDO BISMARCK-PDT -CE | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA | | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 33, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação do crime de descumprimento da ordem prioritária de vacinas. Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre a criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT, Sr. Presidente, vai votar "sim" neste projeto de requerimento, para acabarmos com esse problema de fura-fila.

Eu queria aproveitar a oportunidade para registrar o meu apoio e o da nossa bancada ao Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, e pedir que seja votado ainda na data de hoje. É muito importante para o setor de eventos esse auxílio. O setor de eventos está sendo o mais sacrificado neste momento da pandemia, além, obviamente, do setor de saúde. Este projeto é importante para que possam ter um suspiro, até que seja feita a retomada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 35/326

| | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 16:16 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 58 | ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA | | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Votos de profícua gestão ao Presidente Arthur Lira. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 33, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para a tipificação do crime de descumprimento da ordem prioritária de vacinas. Sugestão à Presidência de triagem e votação de conjunto de projetos de lei relacionados à vacinação contra a Covid-19. Importância do Projeto de Lei nº 3.842, de 2019, sobre a tipificação criminal da conduta de pais ou responsáveis, na omissão ou contraposição à vacinação de crianças ou adolescentes.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro quero parabenizá-lo e desejar a V.Exa. que tenha êxito, seja justo e dê voz a esta Câmara.

O PCdoB vai garantir, efetivamente, o voto "sim" a este projeto, assim como fez em relação ao projeto do Deputado Mário Negromonte, mas queria sugerir, Sr. Presidente, que o Colégio de Líderes pudesse ser mais plural no processo de construção desses temas. Por exemplo, poderia fazer o *pool* de projetos relacionados com vacinação. Há um projeto similar, o Projeto de Lei nº 3.842, de 2019, que tipifica criminalmente a conduta de quem omite a vacinação de crianças, e o projeto da Deputada Jandira Feghali que dá o licenciamento automático para vacinas já comprovadamente testadas em países com agências respeitáveis, já listadas por este Parlamento no período da pandemia.

Isso garantirá a homogeneidade do tratamento de diversos projetos, e não apenas de projetos das Lideranças da base do Governo. A matemática da política, Sr. Presidente, não é só numérica, a matemática é conceitual, e nós estamos propondo que esses outros projetos entrem na cesta de apreciação deste Parlamento.

Muito obrigada.

O PCdoB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Alice, o novo modelo foi proposto com vistas a garantir à Casa participação na escolha das matérias, nada que não possa ser aprimorado ou discutido. A transparência e o amplo debate poderão vigorar sempre, é claro, no Colégio de Líderes. Isso vai nos forçar a uma nova rotina: as Lideranças conversarem e fazerem as suas negociações dos projetos que são importantes para os seus partidos; e a própria SGM, nas quartas-feiras, vai entrar em contato com as Lideranças para saber o que os Deputados encaminharam a seu Líder, para termos uma regra

clara de projetos, com Relatores e relatórios. Não é nada que não possa ser aprimorado.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Agradeço, Sr. Presidente. Agora, como a vacinação é algo urgente, seria interessante que houvesse uma pequena comissão ou que a própria Comissão Externa fizesse a triagem desses projetos, facilitando o trabalho do Colégio de Líderes. Obrigada.

Documento 36/326

1.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021-
CD 16:24

Publ.: DCD - 2/10/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC
60

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Ineficácia do plano de vacinação contra a Covid-19 do Governo Jair Bolsonaro. Descaso do Presidente da República com a gravidade da epidemia de coronavírus. Solicitação, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Estado do Acre, de providências diante do descumprimento, pela esposa de ex-Comandante da Polícia Militar, da ordem de vacinação contra a Covid-19. Elogio à Casa pela votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 33, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para a tipificação do crime de descumprimento da ordem prioritária de vacinas. Prioridade do PCdoB no debate da retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Contrariedade à inclusão na pauta do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Assunção, pelo Deputado Renildo Calheiros, da coordenação da bancada federal do PCdoB. Despedida da oradora do cargo do coordenadora da bancada da agremiação partidária.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, primeiro, é bom que se diga que hoje nós estamos debatendo este assunto da vacina porque, de fato, não existe vacina no Brasil. Quando nós começamos a vacinar, já havia pelo menos 60 países na frente do Brasil, vacinando a população.

E é muito ruim que o Presidente Bolsonaro tenha, desde o início, negado a pandemia, dizendo que era uma "gripezinha". Depois, disse que não era coveiro, portanto nada podia fazer, até que disse para as

peças que, se tomassem a vacina, virariam um jacaré. Esse comportamento do Presidente Bolsonaro, que não encomendou a vacina a tempo hábil para o povo brasileiro, deixou o povo aqui no desespero pela vacina.

Mas, é óbvio, não é porque estamos todos querendo tomar a vacina que vamos aceitar que pessoas furem a fila da vacina, deixando sem vacina profissionais de saúde, como médicos e enfermeiros, que estão na ponta da pandemia, atendendo à população. Nós também não podemos aceitar que pessoas idosas, que têm direito a tomar vacina, vão para o final da fila.

Hoje mesmo, eu entrei com uma ação no Ministério Público Federal e no Ministério Público Estadual do Acre para que a mulher do ex-Comandante da Polícia Militar do Estado seja punida por furar a fila da vacina. Que ela seja punida, bem como as pessoas que facilitaram a esta jovem estudante de psicologia que se colocasse no direito de passar na frente de médicos, enfermeiros e pessoas idosas.

Quero também, Sr. Presidente, elogiar a atitude de colocar este projeto em votação, porque achamos muito importante que, em momentos como este, o da pandemia, possamos fazer este debate. Nós também queremos fazer aqui o debate acerca da emergência, do auxílio emergencial. A população não pode ficar sem emprego, sem vacina, com alto preço de combustível, sem poder comprar na feira porque não tem recurso e sem auxílio emergencial de qualidade. A bancada do PCdoB quer debater o auxílio emergencial, os 600 reais, até o final.

Sr. Presidente, a bancada do PCdoB também quer dizer que colocar na primeira semana de trabalho a pauta da independência do Banco Central é algo, para nós, assustador! Como a independência do Banco Central vai trazer uma situação melhor para o povo brasileiro? Não vai trazer, Sr. Presidente. Qual Governo consegue implementar políticas públicas sem ter como conversar, como dialogar, como apresentar para o seu banco principal quais são as políticas de Estado? Nós nos preocupamos muito com isso.

Sr. Presidente, quero afirmar que está aqui quase toda a bancada do PCdoB, que nos acompanha, e que hoje nós repassamos a Liderança para o pernambucano Deputado Renildo Calheiros, que já foi Líder da nossa bancada em outros momentos. *(Palmas.)*

O nosso Líder Renildo Calheiros tem sido um professor para cada de um nós. Eu mesma costumo dizer para S.Exa.: se eu não fiz corretamente ou se não fiz como deveria, na Liderança, foi porque esqueci algumas lições de Renildo Calheiros!

Portanto, Sr. Presidente, eu queria agradecer aos demais Líderes, ao

Colégio de Líderes da Minoria, ao Colégio de Líderes da Oposição. Eu queria agradecer a convivência na bancada do partido e agradecer a convivência no Colégio de Líderes. Digo que foi, para mim, um grande aprendizado e uma honra muito grande dirigir a bancada, que é pequena, mas composta por líderes que pertencem ao nosso partido PCdoB.

Boa sorte, Deputado Renildo Calheiros! Conte comigo, mais uma vez. Estou à sua disposição.

Documento 37/326

| | | |
|--------------------------------|--------------------------------------------|-----------------------------------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - CD | 09/02/2021-16:28 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 63 | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | QUESTÃO DE ORDEM DE QUESTÃO DE ORDEM |

Sumário

Questão de ordem sobre o descumprimento do disposto na Resolução nº 14, de 2020, da Câmara dos Deputados, na inclusão na pauta do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, acerca da definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, da sua autonomia, da nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Faço uma questão de ordem, com base no § 2º do art. 4º da Resolução nº 14, sobre o Sistema de Deliberação Remota.

Sr. Presidente, no início da pandemia foi votada por esta Casa, por unanimidade dos Líderes partidários, uma resolução que determinou que as pautas votadas durante a pandemia tivessem relação prioritária com os temas de enfrentamento ao vírus no Brasil. E nós estamos passando um dos piores momentos do vírus no Brasil, uma segunda onda que emendou numa primeira onda. São mais de 230 mil mortos. A vacina, que é uma esperança, infelizmente anda a passos de tartaruga, diante não da negligência do Governo, mas de um boicote mesmo, o que Jair Messias Bolsonaro fez ao processo de vacinação no Brasil e da garantia de insumos. Pois bem, nós ainda estamos sob essa resolução, com esse Sistema de Deliberação Remota.

V.Exa., na condição de novo Presidente, tem uma proposta, junto com



a Mesa, de retorno dos trabalhos de forma presencial e de um sistema híbrido nas Comissões, o que no momento oportuno vamos discutir, evidentemente, ainda mais tendo em conta que é preciso combater a pandemia, garantir o auxílio emergencial aos brasileiros, garantir a ampliação da saúde, discutir as políticas públicas do Governo e combater o que tem levado inclusive à alta da gasolina, sendo um verdadeiro massacre no bolso da nossa população. Mas esse novo sistema de deliberação que V.Exa. e a Mesa apresentaram sequer foi votado. A Resolução nº 14 ainda vige, e, em vigendo a Resolução nº 14, temos uma matéria que não tem nada a ver, nada a ver com o enfrentamento à pandemia.

Além do tema político... E acho que V.Exa. começa mal, pautando esta matéria dessa maneira, pautando a autonomia do Banco Central para, na verdade, dar a garantia de que o mercado financeiro seguirá comandando a política fiscal e monetária no Brasil, o que é um escândalo, porque qualquer pessoa que esteja preocupada com a taxa de juros, com a consequência dessa política econômica que nos levou a uma das maiores crises da nossa história, não terá muita esperança, ao ver um Banco Central autônomo. E não se trata de autonomia operacional, também fomos contra isso; trata-se de uma autonomia efetiva, com a qual sequer o Presidente da República - e esperamos que, mais cedo do que mais tarde, Jair Bolsonaro deixe de ser e que entre outro, que tenha outra política fiscal -, nenhum Presidente da República terá ingerência sobre os diretores, a partir dessa votação.

Portanto, não é matéria que diga respeito à pandemia, e não há nenhuma urgência, senão a ganância dos mercados. Não tem nenhum sentido votar esta matéria. V.Exa. fala da reunião de Mesa e Lideranças, mas a Maioria... Inclusive, nesse Sistema de Deliberação Remota está prevista a discordância da Minoria, da Oposição, que tem desacordo com relação à matéria da autonomia do Banco Central - vide o *kit* obstrução que foi apresentado.

Portanto, além de trazer a questão regimental - e sabemos que se acham brechas no Regimento, muitas vezes -, faço um apelo político a V.Exa.

V.Exa. está começando, e começa mal, com a autonomia do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Deputada Fernanda Melchionna, diz o § 2º citado por V.Exa. que "as sessões convocadas por meio do SDR deverão apreciar preferencialmente (...)". Isso responde à questão de ordem de V.Exa. Nós estamos cumprindo o Regimento.

1.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021-
CD 16:56
Publ.: DCD - 2/10/2021 - CARLOS ZARATTINI-PT -SP
71
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, o Presidente da República tem sinalizado um novo auxílio emergencial, e exatamente agora vem a público o Presidente do Banco Central, Deputados General Peternelli e Vitor Hugo, para dizer que não há espaço para um novo auxílio emergencial.

Ora, quem manda mais? Quem tem voto ou quem foi nomeado? Quem tem voto foi o Presidente da República, que, pelo que estou entendendo, quer voltar a fazer um auxílio emergencial. Não sei o tamanho nem como é a proposta - até agora, ele não revelou. Mas aí vem o Presidente do Banco Central e diz que o Presidente da República não pode fazer auxílio emergencial.

O que nós estamos votando aqui, Srs. Deputados e Deputadas, é exatamente tirar o poder do Presidente da República, que foi legitimamente eleito para executar a política monetária, política fiscal, política cambial, e estamos transferindo esse poder para uma pessoa geralmente vinda do tal mercado financeiro.

O PT vota "não" a esse projeto absurdo!

Documento 39/326

1.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021-
CD 17:12
Publ.: DCD - 2/10/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR
78
CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Protesto contra a votação da propositura, em detrimento da apreciação da retomada do debate do pagamento do auxílio pecuniário emergencial e da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a questão é: o que é prioridade para o Brasil hoje? Nós deveríamos estar discutindo, debatendo a questão do auxílio emergencial. Teríamos que estar discutindo a questão das vacinas. Isto é prioridade para o Brasil, a saúde.

Não descartamos a importância de discutir temas ligados ao Banco Central, como a autonomia e a independência, mas a forma como o projeto está escrito não deixa bastante claras as regras. É perigoso neste momento colocar em votação o texto da forma como está escrito. Ele merece destaque e merece um debate. No entanto, não é prioridade o que estão propondo hoje.

Então, a REDE vai orientar "não" à urgência.

Documento 40/326

1.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021-
CD 17:12

Publ.: DCD - 2/10/2021 - JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE
79

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Protesto contra a votação do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Contrariedade à aprovação do requerimento para apreciação da propositura em regime de urgência. Defesa de discussão da retomada do pagamento do auxílio pecuniário emergencial, de projetos de vacinação contra a Covid-19 e do Orçamento Geral da União de 2021. Solidariedade ao Governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, pelas medidas de contenção da epidemia de coronavírus.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, se nós estivéssemos vivendo uma conjuntura de normalidade, poderíamos

fazer o debate de mérito sobre a autonomia ou não do Banco Central.

Eu começo com isso dizendo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares e aqueles que estão nos ouvindo Brasil afora, porque o Brasil enfrenta uma crise de grandes proporções, e, de repente, o Governo, na primeira sessão do ano, com ligeireza ímpar, impõe a sua base aqui no Congresso Nacional a votação do PLP 19.

Essa ligeireza com que o Governo quer votar esse projeto deveria ser a mesma com a qual o Governo deveria agir no enfrentamento da COVID-19. O mundo inteiro se mobiliza para enfrentar a doença, para vacinar o seu povo, e o Governo brasileiro não faz praticamente nada, e o que faz é uma migalha que não atende sequer 3% da população brasileira na imunização do País. É o silêncio. É o desdém. É a gripezinha. Portanto, o primeiro aspecto a ressaltar aqui é o da inoportunidade política de esta Casa iniciar o debate sobre a autonomia do Banco Central.

Quais deveriam ser as prioridades do Governo, deste Congresso, desta Câmara? Deveria hoje ter iniciado a discussão sobre o auxílio emergencial. O País todo está atônito. A população brasileira está sem saber o que vai acontecer no final do mês. Deveria estar discutindo os projetos prioritários da vacina. Deveria estar discutindo o Orçamento da União, que nem sequer tem orçamento para 2021. Não, o Governo quer impor a esta Casa a votação desse PLP, que não é prioridade coisa nenhuma, ainda mais para votar em regime de urgência, uma urgência desnecessária e descabida, pedida por um Governo tonto, pois não sabe como fazer a gestão da política econômica brasileira.

Eu levanto no mérito desta proposta de autonomia do Banco Central duas questões que, para mim, são fundamentais. A primeira delas é que esse PLP retira a autonomia do atual Governo e de qualquer outro que seja eleito pelo povo brasileiro, ou seja, ela retira o poder originário das urnas. Ao se eleger um Presidente, não há poder maior do que o poder originário que sai das urnas em uma disputa eleitoral.

A outra é o mandato da Diretoria descasado do mandato presidencial. A Diretoria terá 2 anos de mandato em um Governo e 2 anos em outro. Os Diretores e o Presidente do Banco Central podem fazer o que bem entenderem. Como? O Governo é eleito pelo povo, tem seu programa, tem sua política monetária e fiscal. Como pode o principal instrumento de implementação da política monetária brasileira implementar qualquer tipo de política, ficar à mercê do mercado, do sistema financeiro? É isso o que estão dizendo aqui, porque essa autonomia, Deputado Cacá Leão, não é boa nem para o atual Governo nem para nenhum outro, a não ser para entregar a política fiscal, a política monetária brasileira à iniciativa privada, à banca do mercado. É, portanto, um absurdo descasar o mandato dos Diretores do Banco

Central do mandato do Presidente da República, porque só o Presidente da República, eleito pelo povo, é quem pode determinar a política monetária e fiscal, uma questão de governo que os seus agentes, na administração pública, terão que implementar.

Esse é um erro grave, muito grave. Chega a ser algo inacreditável o Governo querer votar um projeto desse.

Aliás, sobre o atual Governo alguém disse aqui - não sei se foi o Líder do NOVO - o seguinte: "*Se somos contra o Bolsonaro, retiremos seu poder sobre o Banco Central*". O problema não é esse. O problema é da República! Não podemos nos apoiar na tese de que, se somos contra o Governo Bolsonaro, devemos agora dar autonomia ao Banco Central. Isso não é possível, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Nos Estados Unidos e em qualquer país desenvolvido do mundo, o Banco Central é instrumento importante de política monetária, faz a gestão da política monetária e fiscal de qualquer governo. E V.Exas. estão dizendo o quê? Votamos a autonomia, o Banco Central passa a fazer o que quer e a ter autonomia para implementar a política monetária e fiscal que quiser, porque não vai receber orientação de governo.

Imaginem que o atual Presidente do Banco Central e os seus Diretores passem mais de 2 anos em seus cargos. E vamos considerar que, em 2022, há grande possibilidade de Bolsonaro perder a eleição - e nós não somos contra esse projeto porque ele vai perder ou ganhar a eleição. Vamos analisar esta situação: ele perde a eleição em 2022 e outro governo é eleito. O outro governo não pode indicar nem o Presidente nem os Diretores do Banco Central, porque eles têm mandato de 4 anos, descasado do mandato do Presidente da República. Só no Brasil mesmo isso pode acontecer, porque, em qualquer outra grande nação desenvolvida do mundo, o Banco Central é instrumento importante de implementação da política monetária e, portanto, tem que servir aos interesses do país, não à banca financeira. E entregar isso para a banca financeira é o que quer esse PLP.

E há outra questão também muito relevante, Sr. Presidente. A autonomia do Banco Central que está contida nesse PLP vai dificultar o enfrentamento de momentos de crise. Como o Governo vai operacionalizar a sua política monetária e fiscal? Como vai fazer essa coordenação com um Banco Central autônomo, que faz o que quer, sem obedecer a uma diretriz? Esse projeto, portanto, é um projeto maléfico ao interesse do Brasil, ao interesse nacional.

Esta casa não deveria aprovar esta urgência, porque o projeto não é urgente coisa nenhuma. Não é necessário votarmos a urgência para

um PLP desse, que tem a marca da total submissão da política econômica do atual Governo à iniciativa privada, à banca financeira.

Eu lembro que, nos Governos Lula e Dilma, precisamente quando eu era Líder do Governo da Presidenta Dilma, este debate existia, e sempre conversávamos sobre isso e dizíamos que o Governo tem um programa, uma visão que deve ser implementada, e esse programa vindo das urnas tem que ser implementado pelas instituições, especialmente por aquela que é fundamental para a execução da política monetária e fiscal do Governo. Não pode, portanto, o Banco Central ter autonomia política, administrativa e financeira.

O argumento de que haveria interferência política não procede. Nunca houve! Nunca houve! Desde os tempos da redemocratização, no Governo Sarney, no Governo FHC, nos Governos Lula e Dilma, nos Governos todos, enfim, nunca houve essa interferência. O que sempre houve foi uma combinação, foi uma estratégia de política monetária e fiscal, e o Banco Central, como instituição pública, precisa se guiar por uma diretriz, não pode seguir simplesmente o interesse do mercado.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que, se esta urgência for aprovada, nós deveríamos pelo menos fazer uma discussão mais ampla aqui dentro, nas Comissões, para estabelecer minimamente um rito de debate, mas não votar atabalhoadamente só porque o Governo tem maioria.

Eu reconheço, Sr. Presidente, o *frisson* de uma vitória como a que V.Exa. teve na eleição para Presidente da Casa, eleito com 300 votos, mas vamos com calma. O País é maior do que isso. Nós não podemos nos apressar tanto.

V.Exas. têm o ano todinho para discutir de que forma a base do Governo vai agradar o Governo ou aprovar tudo aquilo que o Governo quer, mas de uma hora para outra, às vésperas do carnaval, não podemos, evidentemente, aceitar a votação de uma urgência descabida, desnecessária e lesiva ao interesse nacional, como a desse PLP sobre a autonomia do Banco Central.

Por último, Sr. Presidente, quero mais uma vez aqui manifestar a minha solidariedade ao Governo do Ceará, que, neste momento, por conta da pandemia, toma medidas duras para impedir a proliferação da doença em Fortaleza, com horários definidos para o funcionamento do comércio e para o funcionamento de bares e restaurantes.

Há todo um planejamento para evitar a proliferação da pandemia em Fortaleza e no interior do Estado do Ceará. E o que estamos vendo é alguns lá gritando em praça, criticando a coragem do Governo do

Ceará, para o qual é fundamental a defesa da vida.

Deixo aqui, Sr. Presidente, como Deputado cearense, a minha solidariedade ao Governador Camilo Santana, que, desde o primeiro momento, tem tomado as medidas para salvar vidas e apoiar a pequena e a média empresa. Mesmo quando o Governo Federal não olhou para nenhum Estado, ele estava lá montando UTIs móveis, estava trabalhando para dotar o Estado dos mecanismos e instrumentos eficazes para o combate à COVID em Fortaleza, no Ceará.

Portanto, nós queremos, Presidente, externar aqui a nossa solidariedade às medidas e às ações que o Governador Camilo Santana vem adotando no Estado do Ceará.

Muito obrigado.

Documento 41/326

1.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021-
CD 17:40

Publ.: DCD - 2/10/2021 - GLEISI HOFFMANN-PT -PR
86

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Defesa de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19 e de criação de renda mínima para as populações vulneráveis. Posicionamento da oradora contrário à concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Colegas, a urgência que nós temos é de renda para o povo brasileiro, que sofre com a crise da COVID-19, é da vacina, para evitarmos que esse vírus continue se espalhando, matando nossa gente e infectando as pessoas. Essa é a urgência. Eu sinto muito que o Governo e o Colégio de Líderes, que está aqui com o Governo, tenham colocado como urgente a autonomia do Banco Central. Aliás, o Deputado Silvio disse aqui que essa é uma matéria que tramita há mais 30 anos. Por que ela se tornou urgente agora? Ela vai resolver a crise econômica,



vai resolver a crise da pandemia? Ou ela vai dar liberdade para os mercados atuarem a partir desta crise e cada vez mais especularem e ganharem dinheiro?

Vamos entender o que é o Banco Central. O Banco Central é um banco, como o nome diz. É o banco do Governo, é o banco do Tesouro. O Governo tem muito dinheiro, emite moeda. Ele não pode fazer as suas operações pelo sistema bancário convencional. Então, ele tem um banco que opera o seu dinheiro e que, ao mesmo tempo, regula a liquidez no mercado, a quantidade de moedas que circula, já que é ele que emite moedas. Então, o Banco Central é um órgão do Executivo, é um órgão do Governo.

Vejam bem, nós vamos aqui votar a urgência para a votação de um projeto que transforma esse órgão em autônomo. O banco vira autônomo. É como se o banco que nós operássemos tivesse autonomia sobre o fluxo do que nós temos na nossa conta corrente. Será que algum dos senhores gostaria disso? É óbvio que não.

Quem leva dinheiro para o Governo é a sociedade, através de tributos. Ela elege governantes para fazer a gestão desse dinheiro. Aí, nós vamos passar para o banco do Governo a competência de definir o que vai fazer com esse dinheiro? Política monetária é política cambial e política fiscal, não é só política cambial. O Banco Central, com autonomia, vai poder interferir na política fiscal do Governo.

Hoje o Banco Central tem autonomia operacional. O que quer dizer isso? Ele opera a política monetária definida pelo Conselho Monetário Nacional. Ele opera e tem liberdade para fazer essa operação para atingir o seu objetivo. Qual é o seu primeiro e mais importante objetivo? Combater a inflação. Não me consta que haja alguma influência política na condução do Banco Central para ele atingir esse objetivo de combater a inflação, muito pelo contrário: já assistimos a medidas duras de aumento de juros do Banco Central para não deixar proliferar a inflação, mesmo que isso custasse o emprego das pessoas, a renda das pessoas.

Por isso, nós, nesta discussão sobre o Banco Central, sempre brigamos para que ele, como o banco central americano, o FED, também cuidasse do emprego, fomentasse o emprego, porque assim haveria equilíbrio: as pessoas, tendo emprego, tendo sustento, não deixariam a economia estourar, sem que se colocasse a vida do povo para baixo. Mas nós nunca conseguimos fazer isso, infelizmente.

O que querem com esse projeto? Querem autonomia política, autonomia de governo. Mas não se fala aqui sobre a autonomia do Banco Central em relação ao mercado, o que é engraçado. Então, o Presidente que for eleito vai ter que se submeter às decisões do Banco

Central, porque este será autônomo. Primeiro, não se poderá demitir seus membros: eles terão mandatos e não serão passíveis de demissão. Segundo, o mandato não é casado com o do Presidente, é descasado: o Presidente que se eleger agora só vai indicar o seu Presidente do Banco Central 2 anos depois, e o que entrar depois vai ficar com esse indicado por 2 anos.

Isso é totalmente desconexo da política econômica que ganhou nas urnas. Quando fazemos o debate eleitoral, dizemos para o povo que modelo de desenvolvimento e de país nós queremos, e o povo vota nesse modelo. Depois, um Presidente do Banco Central que foi indicado por outro governo vai fazer uma política em que o povo não votou.

Além disso, o Banco Central deixará de estar vinculado ao Ministério da Economia, não terá tutela ou subordinação hierárquica, e os diretores não poderão ser demitidos, como eu disse. É um ente que vai pairar sobre a República. Ele vai ser mais importante que o Presidente eleito. Se ele quiser interferir numa política fiscal, como, por exemplo, de geração de emprego e de renda, ele vai interferir, e o Presidente da República não poderá falar nada, porque o Banco Central será autônomo.

Nós temos que ter cuidado com o que votamos aqui. Falam aqui que existem bancos centrais autônomos e dão o exemplo dos americanos. Mas, além do duplo mandato de cuidar da inflação e do emprego, o FED americano tem porta giratória, tem quarentena de entrada. Este projeto não prevê quarentena de entrada, prevê 6 meses de quarentena de saída, ou seja, pode ir para o Banco Central presidente de banco privado, do sistema financeiro, enfim, do que houver no mercado. No FED americano, isso não pode acontecer; há o que se chama de porta giratória. E os presidentes do FED americano são da academia, do setor público, do Parlamento, não do mercado. É preciso colocar trava na entrada, senão o Banco Central vai ser, sim, cooptado sempre, com a sua autonomia política plena, pelo mercado financeiro. Porque o mercado financeiro tem que ser mais importante do que a voz do povo, que elege um Presidente e elege a nós Parlamentares? Nós temos que falar por isso, e não vão contar.

Este projeto da autonomia do Banco Central, junto com a liberação das contas em dólar - vejam bem, existe um projeto que vai terminar de ser votado aqui que libera conta em dólar -, fere a autonomia da moeda e fere a soberania popular. Se se juntar isso às privatizações, fere-se a soberania do País. Portanto, nós ficaremos extremamente dependentes da economia internacional com contas dolarizadas, Banco Central independente e as privatizações que estamos fazendo.

O que nós estamos vivendo hoje com o preço da gasolina e do

combustível é exatamente a internacionalização da nossa política de preços de petróleo. Vendemos as nossas refinarias, estamos importando gasolina e *diesel* e exportando óleo cru. Que soberania tem este País? E nós produzimos petróleo barato, o petróleo do pré-sal! Por que passar para o nosso povo o preço internacional? Por que o nosso povo também não pode ganhar com a PETROBRAS, que, em parte, é dele e ganha nos preços? Nós estamos internacionalizando o Brasil, a nossa economia, as nossas riquezas e aquilo que temos de instrumento para fazer política econômica.

Eu lamento muito que o primeiro projeto de importância a ser votado nesta Casa não seja o da renda emergencial nem o da garantia de vacina para todos, mas, sim, um projeto que agrada o mercado. Esse é o Governo Bolsonaro, um governo que está contra o povo brasileiro. Dói-me o coração ver esta Casa, que representa o povo, votar contra o seu povo e pelos interesses do mercado.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 42/326

| | | |
|--------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021- CD | 17:52 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 90 | OTAVIO LEITE-PSDB -RJ | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Necessidade de organização da logística de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19, especialmente com relação aos portadores de deficiência. Organização do processo de vacinação de deficientes no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Indiscutivelmente, a palavra de ordem é: "*Vacina já!*" - penso que haja um consenso sobre isso no Brasil.

Eu queria chamar atenção para um aspecto: além de ser fundamental que a oferta de vacina seja proporcional à demanda - ela tem que chegar no volume que se quer -, é preciso organizar de uma maneira muito efetiva a logística, sobretudo para alguns do tecido social, como as pessoas com deficiência.

No Brasil, as pessoas com deficiência, que incluem aquelas que têm total incapacidade ou grave incapacidade para a função ser

desenvolvida, têm mil dificuldades. O surdo tem a barreira da comunicação. Num posto de saúde, certamente, ele não terá a informação de que necessita. O cego vive do tato. É uma pessoa que corre sempre o perigo de contrair a doença. Enfim, é preciso considerar a deficiência intelectual, o autismo, a síndrome de Down, a deficiência física.

Eu queria registrar que, no Rio de Janeiro, ao lado de Carlos Alberto Chaves, o Secretário de Saúde do Estado, instituímos um procedimento para, junto às instituições que trabalham com essa causa, organizar toda a logística da demanda, para que depois, quando a vacina vier, tenhamos postos específicos para a vacinação das pessoas com deficiência no Rio de Janeiro. Essa é uma sugestão que quero compartilhar aqui com todos os colegas, porque tenho certeza de que esse fluxo organizacional é indispensável para esses milhões de brasileiros que precisam - e têm este direito garantido na Constituição - de uma atenção especial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 43/326

| | | |
|--------------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 18:04 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 94 | ZECA DIRCEU-PT -PR | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Congratulações ao Deputado Arthur Lira por sua eleição à Presidência da Casa. Defesa de retomada do auxílio pecuniário emergencial e de criação do Programa Mais Bolsa Família.

O SR. ZECA DIRCEU (PT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela eleição e quero me colocar à disposição para que, de fato, possamos construir uma Câmara dos Deputados independente. E uma Câmara independente, na minha visão, tem que se pautar pelos temas que interessam ao Brasil, que interessam à população: a volta do auxílio emergencial; a nossa proposta de mais Bolsa Família; ações que obriguem o Governo Federal a, de forma ágil, cumprir o seu papel com os pequenos agricultores, com os pequenos empresários, com os pequenos negócios; uma pauta que obrigue o Governo Federal a cumprir o seu papel diante do SUS, diante da vacinação da nossa população. Essas

são as pautas em que acredito, Sr. Presidente.

Nós temos condições, sim, de dialogar, construir consensos e fazer a Câmara dos Deputados, de fato, juntamente com o Congresso, ter independência, ao lado do povo brasileiro e do Brasil.

Documento 44/326

| | | |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 18:08 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 95 | ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA | | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Contrariedade à votação e aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Prioridade na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19 e na criação de renda emergencial para trabalhadores e famílias carentes.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é lamentável o que nós estamos vendo nesta sessão. É lamentável porque essa não é a urgência do povo brasileiro, é a urgência do mercado. O discurso de que essa ação vai elevar o nível de investimento privado é o mesmo discurso que nós tivemos na reforma da Previdência, no teto dos gastos, na reforma trabalhista, e ele não se efetivou. Aliás, nós tivemos uma fuga de capital recorde na história do Brasil.

Portanto, o que se buscar é acalantar o mercado. É como se o mercado fosse considerado um deus: quando ele se enfurece, joga-se um direito do povo brasileiro para aplacar a fúria do próprio mercado. O mercado que busque se humanizar! O mercado fica irritado, o mercado fica dócil, o mercado fica afetuoso... Enfim, é preciso priorizar o povo brasileiro! Essa é a urgência.

A urgência é a vacina. A urgência é uma renda emergencial. A urgência é encarar que o povo brasileiro vive o seu pior momento nas últimas décadas. É preciso que haja um Governo que não seja sabujo do mercado, que não estabeleça uma autonomia do Banco Central com relação à vontade do povo, porque o povo, numa eleição, decide pelo projeto econômico que quer.

O banco que representa a política creditícia, fiscal, cambial vai estar apartado da vontade do povo, e nem se poderá cobrar do governante, porque ele vai culpabilizar o Banco Central por eventuais fracassos da sua própria política. É inadmissível que, nesta sessão, a vontade popular esteja sendo rasgada e, ao mesmo tempo, o mercado esteja sendo priorizado. É como se tivéssemos uma autonomia do Banco Central com relação ao Governo e com relação à vontade popular e uma verdadeira vinculação e submissão dessa instituição ao mercado, a esse mercado diante do qual o Governo está ajoelhado, contra o povo.

Ao povo, migalhas; ao povo, desprezo; ao povo, riso e o achincalhar das falas presidenciais. Ao mercado, tudo. Isso é lamentável!

Documento 45/326

| | | |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021- CD | 18:48 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 108 | - DANILO CABRAL-PSB -PE | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Defesa de taxação de grandes fortunas para financiamento do auxílio pecuniário emergencial.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta "sim" por entender que este assunto precisa ser devidamente discutido por esta Casa, precisa passar pelas Comissões e precisa ser discutido com a sociedade brasileira. Trata-se de uma questão muito complexa, que mexe com a vida de todo o povo brasileiro.

Eu ouvi um argumento aqui, durante todo este debate, dito inclusive pelo Relator, de que esta pauta está sendo discutida nesta Casa há muitos anos. Eu gostaria que este argumento também fosse usado para que nós pudéssemos discutir a taxação das grandes fortunas, que pode, sim, ser um espaço fiscal para nós financiarmos o auxílio emergencial. Se o Governo diz que não tem onde buscar dinheiro, a Constituição, desde 1988, prevê a taxação de grandes fortunas,

assunto que nunca foi regulamentado por esta Casa.

Portanto, se vale o tempo para regulamentarmos a autonomia do Banco Central, o tempo deve valer também para regulamentarmos a taxação das grandes fortunas e, assim, garantirmos recursos para a prorrogação do auxílio emergencial.

Documento 46/326

| | | |
|---------------------------------|-------------------------------------------------------|-----------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 19:28 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 126 | - ORLANDO SILVA-PCDOB -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Contrariedade à votação e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Inconformismo com a votação da propositura, em detrimento do debate da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19 e da retomada do pagamento do auxílio pecuniário emergencial.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputadas e Deputados, em primeiro lugar, quero agradecer a gentileza da minha Líder Alice Portugal.

A meu ver, é inacreditável - é inacreditável! - que neste País, com mais de 230 mil mortes por COVID, com mais de 15 milhões de desempregados, com 52 milhões de pobres, sendo 13 milhões desses abaixo da linha da miséria, que neste País em que a fome voltou ao cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras, a Câmara dos Deputados, na sua primeira sessão legislativa, preocupe-se em sinalizar para os mercados. Sinalizar para os mercados! O drama social, o drama humanitário, o drama de saúde pública que o nosso País vive exige que a Câmara dos Deputados sinalize para o povo. É inexplicável para a população que a Câmara vote um projeto de lei que vai atender aos interesses do sistema financeiro em vez de priorizar o auxílio emergencial.

Nós precisamos cuidar do nosso povo que passa fome, que está desempregado. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas vão blindar o Banco Central para atender a necessidades do sistema financeiro? É isso mesmo que nós vamos fazer na noite de hoje? Será essa a primeira votação do ano nesta Casa, neste País que é o segundo no

mundo que mais produz vítimas da COVID? E dizer que essa votação vai atrair capital internacional! Não haverá um investidor do mundo no Brasil enquanto Bolsonaro for Presidente, porque Bolsonaro não transmite credibilidade para nenhum investidor, nem fora do Brasil, nem no Brasil.

É inacreditável nós imaginarmos, como disse o Relator, que a política monetária passará a ser uma política de Estado. Não será. Aliás, o Conselho Monetário Nacional, que é quem dita a política monetária, será composto pelo Governo. O que se fará é blindar a Diretoria do Banco Central para atender ao interesse do setor financeiro. Vejam: isso é colocar raposa para cuidar do galinheiro, porque o Banco Central não apenas tem competência na política monetária e no controle de inflação, mas também regula o setor financeiro.

Nós deveríamos estar debatendo aqui medidas para uma quarentena mais longa, medidas para ter uma presença menor do setor bancário na Diretoria do Banco Central, porque hoje ela é composta por pessoas vêm de lá.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Peço que conclua, Deputado Orlando.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Vou concluir, Sr. Presidente. Daqui, sem relógio, é difícil acompanhar o tempo.

Para concluir, Presidente, eu quero fazer um apelo aos Deputados e às Deputadas para que o nosso foco seja o auxílio emergencial para o nosso povo, seja garantir vacina para o nosso povo, porque é com vacina que nós podemos ter iniciativas para retomar a atividade econômica. Faço um apelo a cada Deputado e a cada Deputada pelo nosso povo, pela nossa gente. Digam "não" à autonomia do Banco Central, que atende ao capital financeiro e mostra um Parlamento de costas para o nosso povo.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 47/326

1.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021-
CD 19:32

Publ.: DCD - 2/10/2021 - HILDO ROCHA-MDB -MA
127

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário



Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Inconsistência de pronunciamentos sobre o descaso da Câmara dos Deputados com a apreciação de proposições destinadas ao enfrentamento da epidemia de coronavírus.

O SR. HILDO ROCHA (MDB - MA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Arthur Lira. Cumprimento V.Exa., os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas.

Aprovar esse projeto de lei é equiparar o nosso Banco Central aos demais bancos centrais do mundo. Os bancos centrais, em sua maioria, têm sua autonomia já formalizada. Hoje, o nosso Banco Central tem autonomia - é lógico que tem -, mas, em um passado recente, houve alguns Presidentes da República que quiseram baixar juro por decreto. Não é assim. Nós temos que respeitar a economia.

Um Banco Central autônomo vai garantir juros controlados. Isso é bom para a população, porque ela vai ter seu poder de compra garantido. E isso é bom principalmente para o trabalhador que recebe salário mínimo, porque ele vai ter a certeza de que, no final do mês, seu poder de compra estará garantido e de que sua renda poderá comprar os alimentos e medicamentos de que precisa.

Esse projeto de lei há muito tempo tramita na Câmara, no Congresso Nacional - aliás, não esse, pois esse foi aprovado no Senado Federal ano retrasado e veio para cá, para a Câmara. Mas temos projetos sobre a matéria tramitando nesta Casa desde 1989, época do saudoso Itamar Franco, quando ele ainda era Senador por Minas Gerais. Depois disso, ele foi Vice-Presidente da República e Presidente da República, e outros vários Presidentes se sucederam.

Portanto, essa matéria vem tramitando há bastante tempo, já tinha inclusive sido aprovada na Comissão de Finanças e tramitado na Comissão de Constituição e Justiça. Quem disser que essa matéria não passou por um amplo debate não acompanhou a sua tramitação. Várias propostas foram inclusive apensadas a esse projeto de autoria de Itamar Franco.

Está presente aqui o nosso companheiro Celso Maldaner, um dos maiores conhecedores da matéria, um estudioso do assunto, que sabe da importância de aprovamos a proposta hoje.

Dizer que este Congresso Nacional, ou que esta Câmara, não se preocupa com as matérias atinentes ao combate à pandemia é negar tudo o que já fizemos durante o ano de 2020 e também agora nesta sessão, quando aprovamos requerimentos que dizem respeito às filas,

aos insumos, à vacinação, entre outras matérias de interesse da população e que dizem respeito à vacina e ao combate à COVID-19, da qual fui acometido - e, portanto, sei da importância de tratarmos dessa pandemia.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 48/326

| | | |
|---------------------------------|-------------------------------------------------------|-----------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 19:52 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 133 | LUIZA ERUNDINA-PSOL -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Rejeição popular da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, segundo pesquisas de opinião pública. Elaboração da pauta da Casa em desacordo com os anseios da população brasileira. Apoio do povo brasileiro à votação de pedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro, à vacinação contra a Covid-19 e à criação de renda mínima para as camadas menos favorecidas.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é incrível como esta Casa não muda. Sai Presidente, entra Presidente, e nada muda. Por isso, o Poder Legislativo é a instituição mais rejeitada pela população. As pesquisas estão a dizer isso a cada vez que se consulta o povo sobre o que acha da Câmara dos Deputados, do Senado, do Poder Legislativo.

Isso, é claro, porque esta Casa funciona de costas para o povo. Se os senhores tivessem perguntado ao povo o que se deveria pautar no início desta gestão, eles diriam três coisas. Primeiro: "*Comecem com o impeachment do Presidente Bolsonaro*". Esta Casa tem mais de 60 pedidos de *impeachment* do Presidente genocida. Mais que isso, hoje, médicos e cientistas entraram com mais um pedido de *impeachment* contra esse Presidente, porque ele é o responsável pela gravidade dessa crise sanitária que já matou 231 mil pessoas, brasileiros e brasileiras. Segundo, o povo diria para vacinar rapidamente todos os brasileiros para evitar a perda de mais vidas. Terceiro, o povo pediria: "*Nós queremos comer. Nós queremos matar a fome. Nós queremos ter renda para viver com dignidade*". São 14 milhões de desempregados, são 80 milhões de pessoas que não têm o básico necessário à sua sobrevivência.

Pois bem, Sr. Presidente, V.Exa. já começou dizendo ao povo: "Vocês

não existem. O que existe é o poder econômico, é a austeridade fiscal, é fome, miséria, concentração de renda, desigualdade", que é insuportável neste País!

Portanto, Presidente, lamentavelmente, repete-se de uma gestão para outra a mesma alienação desta Casa daqueles que dizem que aqui é a Casa do Povo, porque é uma Casa sem povo, é uma Casa que não governa pensando no povo, que não representa de fato o povo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Portanto, Sr. Presidente, V.Exa. começou muito mal, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. Bloco/PP - AL) - Muito obrigado, Deputada Erundina.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Não é...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 49/326

| | | |
|-------------------------------|---------------------------------------------------------|------------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021 - CD | 20:04 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 138 | - DANILO CABRAL-PSB -PE | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Protesto contra a votação da propositura, em detrimento da apreciação de matérias de combate à fome e à miséria.

O SR. DANILLO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, vai orientar o voto "não" a essa matéria.

Há um ditado popular - V.Exa., que é do Nordeste, conhece esse ditado - que diz: "*é no arriar das malas que a gente diz a que veio*". O arriar das malas do Congresso Nacional, neste momento, sinaliza algo muito ruim para o conjunto da sociedade brasileira.

Nós temos, neste momento, mais de 230 mil vítimas da COVID; 69 milhões de brasileiros que deixaram de perceber o auxílio emergencial agora, no final deste mês, e que nem sequer sabem como vão colocar um prato de comida na sua casa a partir deste mês; 14 milhões de brasileiros que estão na miséria; 30 milhões de brasileiros desalentados, e o que esta Casa escolhe para discutir e decidir é aquilo que é importante para o setor financeiro. É um arriar das malas, Sr. Presidente, muito negativo para a sociedade brasileira.

O PSB manifesta sua indignação e orienta o voto "não" à aprovação dessa matéria.

Documento 50/326

| | | |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021- CD | 20:08 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 139 | VIVI REIS-PSOL -PA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Prioridade na vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19, e na retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores autônomos, desempregados e famílias carentes diante da epidemia de coronavírus.

A SRA. VIVI REIS (PSOL - PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Muito obrigada.

O PSOL vota "não".

Nós temos outras prioridades neste momento em que vivemos uma crise sanitária. Eu venho diretamente da Amazônia, e lá a situação está caótica: há muitas pessoas morrendo vítimas de COVID.

Nós estamos precisando urgentemente debater a necessidade da vacinação para todos e todas, a garantia do retorno do auxílio

emergencial. Nós precisamos debater várias situações referentes aos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, que ainda não conseguiram ter acesso à vacina. Enfim, nós temos várias prioridades, e esta votação não pode acontecer agora. Então, votamos "não".

O nosso entendimento é de que isso que V.Exas. chamam de autonomia é, na verdade, uma subordinação. Não vamos aceitar esse projeto de subordinação do Banco Central.

Obrigada.

Documento 51/326

| | | |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021- CD | 20:20 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 146 | PAULO GANIME-NOVO -RJ | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Vou falar aqui debaixo mesmo, para agilizar.

Presidente, é uma matéria muito importante que estamos discutindo aqui hoje e que espero que votemos, no máximo, amanhã. É importante neste momento de crise econômica, agravada pela pandemia.

Eu ouvi muitos Deputados aqui hoje falando que não deveríamos estar discutindo esse tema, que deveríamos estar discutindo temas ligados à saúde pública. Porém, sabemos muito bem que a crise provocada pelo coronavírus, além de afetar a vida das pessoas diretamente, com milhares de mortes, afeta também aqueles que estão ficando em casa sem poder trabalhar, sem poder exercer sua atividade profissional, e que precisam, cada vez mais, que a economia do Brasil se acelere. Se isso não ocorrer na velocidade que podemos e queremos neste instante, que pelo menos a deixemos em condições adequadas para que, no momento que conseguirmos vacinar toda a população e enfrentar de uma vez por todas esse vírus, consigamos, então, retomar

a nossa atividade econômica com pujança, aquela que precisamos. E várias medidas são necessárias para isso; uma delas é esta, a autonomia do Banco Central.

Já falamos sobre a reforma tributária, que esperamos que seja aprovada o quanto antes, sobre a reforma administrativa, sobre a Lei do Gás e também sobre essa pauta da autonomia do Banco Central. Por que isso é tão importante? Não é uma questão de mercado financeiro, é uma questão de responsabilidade, uma questão de dar aos agentes técnicos, que exercem com muito afinco e com muita qualidade o seu mandato como Presidente e Diretores do Banco Central, a autonomia necessária para que exerçam com mais segurança ainda a sua atividade. Não é uma questão de atender o mercado, é uma questão de atender a população brasileira que está desempregada, que está na informalidade e que precisa, sim, de gestos desta Câmara aqui, que, muitas vezes, só pensa em auxílios, auxílios e auxílios. Depois do auxílio o que fica? Quem vai pagar esse auxílio?

Auxílio tem que ser dado, sim, para aqueles que não podem trabalhar por uma decisão do Estado, por uma decisão nossa. Auxílio precisa ser dado, sim, para aqueles que tiveram sua atividade econômica interrompida, como demos no ano passado. Porém, esse momento acabou ou vai acabar, e nós precisamos que o cenário econômico esteja pronto para voltar a aquecer a economia e dar dignidade a essa população. Foram mais de 60 milhões de brasileiros que receberam auxílio emergencial. Como eles vão ganhar dinheiro por conta própria depois que a pandemia acabar? Essa é uma das medidas que vai favorecer isso.

Obrigado, Presidente.

Documento 52/326

| | | |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021- CD | 20:24 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 148 | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Críticas à atuação do Presidente Arthur Lira. Protesto contra a votação do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Consequências da extinção do auxílio emergencial sobre os trabalhadores desempregados e famílias carentes.

Indignação da oradora com a transformação, pelo Presidente Arthur Lira, da Câmara dos Deputados em puxadinho do Palácio do Planalto. Inconformismo com ataques do Presidente da Casa ao direito de obstrução das votações preconizado no Regimento Interno.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Obrigada a todos e todas.

Quero dizer que eu acho que é lamentável o silêncio de alguns diante dos fatos que ocorrem na Câmara dos Deputados. É evidente que cada partido tem a sua autonomia para fazer acordos de procedimentos, e isso não está em discussão entre nós. Mas nós temos um Presidente que acabou de ser eleito dizendo que não faria da cadeira da Presidência da Câmara um trono.

Ele mal entrou e já desrespeita o direito de obstrução da Oposição. Mal entrou e já revogou o ato do Presidente anterior para mudar a composição de forças dentro da Mesa Diretora. Mal entrou e está botando jornalistas de todos os veículos de comunicação numa sala sem janela, longe do acesso ao plenário, para que não possam exercer o básico que está na Constituição Federal, a liberdade de imprensa - uma sala que está ali desde 1960.

E o engraçado é que muitas vezes nós não reparamos nas violências de gênero que acontecem na política porque não as sofremos na pele. Eu não os condeno, mas peço que botem a mão na cabeça, porque não é normal um presidente da Câmara interromper uma questão de ordem baseada juridicamente em determinados dispositivos, não é normal um presidente da Câmara tolher a palavra e ouvir só aqueles de quem ele gosta ou não gosta.

Nós não temos nenhuma dúvida de que o que acontece hoje no Parlamento é gravíssimo. Não me surpreende, porque, infelizmente, há muita gente disposta a atender os interesses do mercado, a transformar o Banco Central no banco dos parasitas do sistema financeiro, sem a possibilidade de quem for eleito democraticamente pelo povo mudar a política fiscal e a política monetária para acabar com essa taxa de juros altíssima. Acaba inclusive com a possibilidade de controle público. Usaram tanto o exemplo do FED, o banco dos Estados Unidos, que tem no mínimo o controle de metas, e nem isso está proposto no projeto!

O projeto, segundo alguns, tem 27 anos, mas na verdade chegou em novembro à Câmara dos Deputados, não passou pela Comissão de Constituição e Justiça, não passou pela Comissão de Finanças e Tributação, não teve audiência pública e sequer é prioridade num momento em que o Brasil não tem vacina e não tem auxílio

emergencial.

São 40 milhões de brasileiros que estão passando fome depois que acabou o auxílio emergencial, que o Bolsonaro não quis dar e esta Câmara derrotou. E derrotou também a partir da luta da Oposição, de maneira ativa, com a moral alta para enfrentar os interesses do bolsonarismo. Não dá para aceitar um representante dos interesses do Governo transformar a Câmara dos Deputados em correia de transmissão dos interesses do Planalto e ainda atacar o direito de obstrução, que está previsto no Regimento e é a questão das minorias.

Se acham que nos calam, estão muito enganados! Nós não seremos interrompidos, como já disse Marielle Franco. Nós seguimos lutando por justiça para Marielle e, sobretudo, por respeito às mulheres e por respeito àqueles que lutam.

Então, eu peço que botem a mão na cabeça porque nada muda de um dia para o outro.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - O tempo de V.Exa. está encerrado, Deputada.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Estão suprimindo as liberdades democráticas e depois, se a Oposição não levantar a cabeça e botar a bola no meio do campo, vão passar um trator na Câmara dos Deputados - não com o aval do PSOL.

Documento 53/326

| | | |
|-------------------------------|---------------------------------------------------------|------------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021 - CD | 20:32 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 150 | - FELIPE CARRERAS-PSB -PE | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Convite aos Deputados para participação em encontro promovido pelos produtores de eventos, no Hotel Royal Tulip, em Brasília, Distrito Federal. Agradecimento ao Presidente Arthur Lira pela inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre a criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Apelo à Casa de aprovação da propositura.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pedir aos colegas Deputados e Deputadas e a todos os que nos assistem pela *TV Câmara* uma

pequena pausa em relação ao debate sobre a autonomia do Banco Central, que vai continuar amanhã, e queria colocar luz sobre um segmento do setor de entretenimento, pois hoje vários produtores de eventos vieram a Brasília, mais de 150 produtores de eventos, para um grande encontro que acontecerá amanhã. E aproveito para convidar todos os colegas Deputados e Deputadas para debater, no Hotel Royal Tulip, sobre um setor que, se a Iguém ainda tem alguma dúvida, é o mais penalizado no Brasil com essa pandemia. É o único setor que está proibido de funcionar! É o único setor que se preparou para voltar a trabalhar e não conseguiu.

Apresentamos o Projeto de Lei nº 5.638, de nossa autoria, que conta com a coautoria de vários colegas Deputados de esquerda, de direita e de centro. Eu fico feliz que esta Casa, o Parlamento brasileiro, não vai virar as costas para esse setor. Eu tenho que agradecer ao Presidente Arthur Lira, que colocou o projeto para ser pautado nesta semana. Não votamos hoje porque a querida colega Deputada Renata Abreu está discutindo com o Governo.

Nós tivemos hoje uma reunião com o Líder do Governo Ricardo Barros. Fomos hoje até o Palácio do Planalto. Eu sou um Deputado de oposição e estive com o Presidente da República conversando olhos nos olhos para falar sobre o tormento, o desespero do setor de eventos, que não consegue trabalhar. Acho que nós vamos ter uma noite em que a Deputada Renata Abreu, o Governo e o setor econômico vão conseguir chegar a um projeto que possa ser votado, para que nós venhamos a amenizar o sofrimento, a dor de tantos que já quebraram.

E alguns precisam do socorro do Estado brasileiro para continuar a funcionar, a gerar emprego e renda. Pedimos um REFIS, pedimos que o setor possa parcelar sua dívida para que consiga ter crédito.

Vejam bem, nós conversamos hoje com o setor econômico do Governo, mas falaram que não poderiam estudar REFIS. Eu disse: *"Olhe, como é que quem não tem nenhum faturamento pode pagar alguma coisa? Abram os olhos, sejam sensíveis"*. O Presidente da República disse que falaria com o Ministro Paulo Guedes. Eu tenho ouvido aqui desta Casa, Presidente, que vamos ter essa sensibilidade.

Faço mais uma vez um apelo a todos vocês no sentido de que possamos dar uma resposta esta semana aprovando o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE, de reestruturação do setor de eventos. É isto que estamos pedindo: que o Brasil abra os olhos, que o Parlamento cumpra o seu papel.

Quero parabenizar os mais de cem produtores, os heróis que com muita dificuldade estão aqui em Brasília para que nós façamos a nossa

parte. Um grande abraço.

Obrigado, Presidente.

Documento 54/326

| | | |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021- CD | 20:36 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 151 | ZÉ NETO-PT -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Necessidade de atendimento pela Casa às reivindicações do setor de entretenimento.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - É rápido. Eu também quero aqui me solidarizar com o Deputado Felipe Carreras. É claro que o debate hoje é sobre o Banco Central, mas essa questão do setor de entretenimento trata de um assunto muitíssimo grave. É uma das galinhas dos ovos de ouro da nossa economia, do nosso turismo, da nossa cultura, dos nossos entretenimentos como um todo.

E aqui nesta Casa nós temos mais do que a obrigação de acalantar, de acolher, de tratar esse assunto como um dos assuntos estratégicos para o nosso País. Sem nenhuma dúvida, é o setor que primeiro deixa de trabalhar e que por último volta depois da pandemia. Então, que amanhã nós tenhamos condição de fazer com que esta Casa possa realmente absorver a sua obrigação e trabalhar para que encontremos saídas e alentos para o setor de entretenimento em todo o Brasil.

Documento 55/326

| | | |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021- CD | 20:40 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 151 | JORGE SOLLA-PT -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre a criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Apelo à

Casa de aprovação da propositura. Prioridade dada pela maioria dos Deputados às demandas dos banqueiros, em detrimento da discussão de matérias de sumo interesse da população brasileira, especialmente das camadas menos favorecidas.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Primeiro, eu quero deixar muito claro o quanto é sintomática a pauta que foi aprovada pela maioria dos Líderes e pelo Presidente desta Casa, pois o único projeto que traz benefícios para a população brasileira, o único projeto que permite a recuperação da economia, o Projeto de Lei nº 5.638, que trata do setor de eventos - e quero parabenizar o Deputado Felipe Carreras, que me antecedeu -, constava da pauta e não teve sua urgência analisada.

E isso ocorreu porque a prioridade desses senhores, a prioridade da absoluta maioria dos Deputados desta Casa, infelizmente, não é defender os interesses da população brasileira, não é salvar vidas, não é reduzir o desemprego ou gerar distribuição de renda; a prioridade é aumentar os lucros de uma pequena elite deste País.

E por que o projeto da autonomia do Banco Central é tão prioritário? Porque esses senhores querem, hoje ou amanhã, pagar a fatura de compromissos que assumiram, inclusive na escolha da Presidência desta Casa - e digo isso porque os bancos estão por trás. Inclusive, um dos Deputados que me antecedeu deixou muito claro que, para ele, nem precisaria haver Banco Central; para ele, o setor privado é quem deve controlar e ditar as regras.

Para o povo, não pode haver um auxílio emergencial de 600 reais, para pagar comida. Mas, para os interesses do grande latifundiário, tudo é possível.

O setor de eventos não é urgência. Tiraram o projeto da pauta. Não pode ter REFIS, mas as dívidas bilionárias do grande latifúndio sempre foram muito bem tratadas aqui.

Infelizmente, a absoluta maioria desta Casa tem deixado cada dia mais transparente ao povo brasileiro que a preocupação é o cheque sem fundo que o Governo deu para vender os votos para eleger a Mesa e a Presidência. E a preocupação do Governo é como esquentar o cheque para receber essa conta da venda dos votos.

Os senhores não estão preocupados com a fome da população brasileira ou com a pandemia - que já provocou mais de 230 mil mortes -, com o desemprego aumentando, a miséria se alastrando ou a fome

voltando.

Os senhores estão preocupados em ajudar os banqueiros a não correrem o risco de, em novos governos, perderem seus privilégios. Os senhores estão preocupados em garantir aos banqueiros sinal verde para mandar, sem nenhuma influência do povo, sem nenhuma influência de governos eleitos. É com isso que os senhores estão preocupados.

Mas os senhores não estão preocupados com o setor de eventos, que está quebrado e gerou desemprego em massa...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Para concluir, Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE Solla (PT - BA) - Os senhores não estão preocupados com a fome ou com a vida dos brasileiros; estão preocupados com os banqueiros, que foram os financiadores da eleição da maioria dos Parlamentares desta Casa e estão por trás do poder econômico.

Documento 56/326

| | | |
|---------------------------------|-------------------------------------------------------|-----------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 20:40 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 153 | - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores, desempregados e famílias carentes, e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, já no ocaso desta sessão, com todo esse ajuste de procedimentos para amanhã, temos, de fato, essa opinião de que não era o momento de votarmos a independência do Banco do Central, pois o Banco Central é um elemento estratégico dentro da nossa formação econômica.

E, diferentemente de outros países citados por alguns Líderes da Casa, para o Brasil, o Banco Central está diretamente ligado à nossa

arquitetura de Estado.

Esse projeto tem uma natureza excêntrica, porque ele deveria ser proposto pelo Poder Executivo. Independentemente de sermos oposição neste momento - e somos diametrais, como V.Exa. sabe -, não se pode anular o papel do Poder Executivo na construção das políticas da macroeconomia. Ele tem que ter voz. O Poder Executivo precisa ter voz.

Então a nossa compreensão é que efetivamente não é possível concordar com essa pseudoautonomia. Essa é na verdade uma subjugação do sistema econômico ao sistema privado.

É importante dizer que, neste momento de pandemia, nós verificamos que as empresas quebraram, mas a liquidez dos bancos foi enorme. As empresas precisavam que esta Câmara dos Deputados, trabalhando virtualmente, desse anuência para auxílios, para apoios, para isenções, como ainda estamos atrás de novas para o setor cultural, amanhã. E parabênizo o Deputado Felipe Carreras e a Deputada Jandira Feghali, que foi a grande artífice da Lei Aldir Blanc.

Nós sabemos como tivemos que trabalhar e ir atrás de salvar segmentos e de salvar o povo essencialmente, que precisou dos 600 reais para garantir a sua renda mínima. O auxílio baixou para 300 reais agora no fim do ano. O decreto de calamidade pública acabou em dezembro, e nós estamos com famílias comendo açúcar e farinha.

V.Exa., que é um homem que realiza um trabalho comunitário sério e se relaciona com todos os setores desta Casa, sabe do que eu estou falando. Se batem na porta do movimento social, batem na porta das igrejas, batem na porta das famílias, e este Congresso precisa ter norte. O norte é o auxílio emergencial e a garantia de vacina para todos.

Portanto, nós somos contra, encaminhamos contra.

Amanhã vamos seguir para a discussão do mérito, mas sempre marcando que esta jamais deveria ter sido a pauta número 1 da abertura dos trabalhos de 2021. A pauta número 1 deveria ser a vida, porque é a vida, neste momento, que interessa.

Muito obrigada.

Sumário

Congratulações ao Presidente Arthur Lira e aos demais membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Importância do apoio da Casa às demandas da mulher brasileira. Defesa de continuidade do pagamento do auxílio emergencial concedido a trabalhadores, desempregados e famílias carentes para enfrentamento da epidemia de coronavírus. Votação pela Casa da Medida Provisória nº 994, de 2020, sobre a abertura de crédito extraordinário, no valor de R\$ 1.994.960.005,00 (um bilhão, novecentos e noventa e quatro milhões, novecentos e sessenta mil e cinco reais), a favor do Ministério da Saúde, para garantia de ações necessárias à produção e disponibilização de possível vacina segura e eficaz na imunização da população brasileira contra o coronavírus. Defesa de vacinação dos povos indígenas contra a Covid-19. Relatório da ONU Mulheres a respeito do papel desenvolvido pela classe feminina no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Indignação com o reajuste de 6% nos preços do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, o gás de cozinha. Apelo ao Plenário de aprovação do Projeto de Lei nº 1.250, de 2020, referente ao preço do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.

A SRA. ALINE GURGEL (Bloco/REPUBLICANOS - AP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Sr. Presidente, boa noite a todos os nobres Parlamentares, a todos os que acompanham a *TV Câmara*.

Eu quero iniciar este discurso parabenizando o Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, e o Deputado Gilberto Nascimento, que também faz parte desta chapa vitoriosa, a qual está dando voz às mulheres. Eu quero desejar-lhes boa sorte. Que Deus os abençoe no biênio 2021/2022!

Solicito à Presidência que seja dada ampla divulgação, no programa *A Voz do Brasil*, a este pronunciamento.

Quero salientar, Sr. Presidente, que estou aqui usando o tempo da Liderança da Coordenaria dos Direitos da Mulher, que integra a Secretaria da Mulher desta Casa, da qual temos como Líder a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

Quero aqui falar da importância, hoje, das mulheres brasileiras e do fortalecimento que nós devemos dar a elas por intermédio desta Casa. Foram 67 milhões de brasileiros que receberam o auxílio emergencial. É necessário que possamos dar continuidade a esse auxílio, Sr. Presidente, porque ainda estamos vivendo um momento de pandemia. Dentre esses 67 milhões de brasileiros, nós temos as mulheres que são chefes de família, que precisam desse auxílio, desse socorro



financeiro. São pessoas que não podem vender ou mostrar o seu talento porque nós estamos numa pandemia. São mulheres que não podem fazer o seu empreendimento funcionar porque estamos vivendo este período de pandemia. Então, é necessário que consigamos dar esse sustento, esse apoio a essas mulheres brasileiras, em especial às do meu Estado do Amapá.

Quero dizer que o pagamento do auxílio emergencial aos brasileiros mais necessitados durante este período é necessário. O Governo Federal deu essa contrapartida no ano passado, quando mandou para cá essa medida provisória, à qual nós votamos favoravelmente. Mas agora é necessário darmos continuidade a isso, e sou totalmente favorável.

Quero falar aqui da vacinação. Nós votamos nesta Casa a MP 994/20, que abriu crédito extraordinário para a produção e a disponibilização da vacina contra o coronavírus. Quase 2 bilhões de reais foram destinados para o Ministério da Saúde. É necessário um plano nacional para que todos os brasileiros e brasileiras possam ser vacinados ainda este ano. Nós precisamos vencer esta pandemia. E vacinar os brasileiros é necessário, em especial os do Amapá.

Quero falar também, Sr. Presidente, da defesa do Estado do Amapá, onde há grandes reservas indígenas. No nosso território, há etnias como as galibi e karipuna, que precisam também de ter acesso à vacinação.

Por fim, Sr. Presidente, quero falar de outro assunto que afeta as mulheres. Dados do relatório da ONU Mulheres nos chamam a atenção para o fato de que as mulheres estão no centro da luta contra a crise da COVID-19 e trazem números esclarecedores sobre o papel da mulher diante desta pandemia. Segundo estudos, 70% dos trabalhadores em saúde em todo o mundo são mulheres. No Brasil, 85% das mulheres trabalham no corpo de enfermagem. Então, as mulheres estão na linha de frente enfrentando esta pandemia.

Por fim, Sr. Presidente, para concluir, vou falar sobre esse reajuste de 6% no preço do gás de cozinha. Em plena pandemia, nós não podemos permitir que haja esse reajuste.

Nós temos um projeto de lei, de autoria desta Parlamentar, que fixa o valor do gás de cozinha em 49 reais, enquanto durar a pandemia, e peço que ele seja aprovado por este Plenário. A população precisa ter este apoio, porque as mulheres estão na linha de frente e precisam da nossa voz em favor de toda a população e das nossas mulheres do Brasil e do Amapá.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 58/326

1.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021-
CD 21:00

Publ.: DCD - 2/10/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF
157

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Desestruturação do Banco do Brasil. Repúdio à política econômica adotada pelo Governo Jair Bolsonaro. Clamor do povo brasileiro pela retomada do auxílio pecuniário emergencial.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu penso que é muito emblemático que nós tenhamos esta primeira sessão do ano com esta nova Mesa Diretora e que ela tenha pautado um item que não é prioridade para o povo brasileiro, mas é um item para o mercado, para tentar acalmar o mercado e abraçar o mercado.

Que autonomia é essa do Banco Central de que estamos falando? Estamos falando de uma diretoria que vai tomar conta do Banco Central, independentemente do que pensa o povo brasileiro, porque é uma diretoria que vai perpassar dois Governos. Então, se o povo brasileiro eleger uma política econômica e essa política econômica for em contraposição à de quem está no Banco Central, a vontade do povo brasileira não vai ser efetivada.

E ali temos uma série de políticas. A política econômica exige decidir qual é a política industrial que se tem, qual é a retomada de cadeias produtivas. A política econômica pressupõe renda, controle da inflação - o controle da inflação pressupõe, inclusive, que haja estoque de alimentos, para que não vejamos o que estamos vivenciando hoje -, política cambial. São muitas as políticas que envolvem tanto o controle de preço, a estabilidade monetária, como também o desenvolvimento econômico.

E tudo isso vai ter no Banco Central um instrumento que vai estar apartado da vontade do povo, da política que o povo brasileiro quer, da política econômica para o seu desenvolvimento. Portanto, fere a soberania popular. Ao mesmo tempo, o próprio Governo vai ferir a possibilidade de o povo fiscalizar e cobrar, porque, quando o povo

brasileiro cobrar a proposta econômica que ele votou, o Governo vai dizer que um instrumento como o Banco Central não pode determinar a sua direção, o seu rumo. Isso porque ele está dominado pelo mercado.

E aí nós vamos ver quem Guedes representa. Quem Guedes representa? Ele representa o mercado. O mercado saiu do BTG Pactual e para ele vai voltar. Aliás, dois representantes, duas pessoas que ocupavam cargos estratégicos no Ministério da Economia foram para esses bancos, voltaram para a origem de onde saíram. É de onde veio Paulo Guedes.

Veja o que se está fazendo com o Banco do Brasil. Estão fechando agências do Banco do Brasil, demitindo trabalhadores e trabalhadoras do Banco do Brasil, que tem uma carteira avaliada por volta de 3 bilhões e foi vendida por 300 milhões ou pouco mais do que isso, sem qualquer tipo de licitação.

É isto o que se está entregando ao Brasil: uma política econômica brasileira para um mercado que é feroz e improdutivo. É um mercado que vive de renda, que não tem qualquer relação com o mundo do trabalho, não tem qualquer relação com o território ou a infraestrutura, que não precisa de insumos.

Enfim, nós estamos vivenciando, portanto, um rompimento, neste País, do que seria a função do Poder Legislativo de escutar a fala do povo. O povo quer vacina.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - O.k., Deputada Erika.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O povo quer auxílio emergencial, quer sair das garras da fome.

Nós estamos discutindo a autonomia do Banco Central, para entregar o Banco Central ao mercado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Deputada Erika, por favor, o tempo de V.Exa. está encerrado.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Eu vou encerrar apenas dizendo que, ainda que se estabeleça essa quarentena de só 6 meses, para que saia do Banco Central e volte ao mercado, nada protege o Banco Central do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - O.k.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Ao contrário, a pessoa pode sair da direção de um banco privado, da presidência de um banco privado, e

assumir diretamente o Banco Central. É um absurdo isso que nós estamos vivenciando, é um desprezo pelo povo.

Eu fico pensando por que o Governo odeia tanto o povo, possibilita tantas mortes evitáveis e possibilita tanta fome neste País.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. Bloco/PSC - SP) - Deputada Erika, o tempo de V.Exa. está encerrado. Nós temos uma lista de oradores ainda. Por favor, peço a V.Exa. que conclua.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Portanto, Presidente, agradecendo a sua generosidade, eu digo que é preciso lutar contra a autonomia do Banco Central como está posta.

E, apenas para concluir, este projeto chegou a Casa em novembro do ano passado. Ele chegou quase no início do recesso. Não houve qualquer discussão. Mesmo assim, quer-se que não haja discussão em Comissões e que não se avalie com profundidade. Isso é uma irresponsabilidade e um atentado contra o povo brasileiro.

Documento 59/326

| | | |
|---------------------------------|-------------------------------------------------------|-----------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -09/02/2021- CD | 21:12 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 161 | ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Meu Presidente Gilberto Nascimento, colegas Deputados e Deputadas, todos que nos acompanham, o que nós estamos votando hoje é uma medida extremamente séria, a qual, se aprovada, será nefasta ao Brasil, um país de tamanha grandeza e importância.

Nós estamos aqui votando, meus amigos, minhas amigas, se o Banco Central deve ter autonomia, tornando-se praticamente uma instituição que dita, que interfere na política econômica do País de maneira direta, como se não tivesse que estar submetida à política de Governo. Isso é um absurdo.

O povo brasileiro sofre hoje com a alta do preço do arroz, do feijão, do leite, da gasolina, que novamente aumentou. Nós estamos agora, no começo de 2021, ainda em plena pandemia, após sofrermos durante o ano inteiro de 2020. Perdemos empregos, empresas foram fechadas, comércios foram fechados, trabalhadores tiveram redução de salário. O povo brasileiro sofreu na pele todas as consequências de uma política - e infelizmente ela impera - que não o enxerga como prioridade. E, no começo de 2021, na primeira semana após a eleição da nova Mesa da Câmara, é um absurdo aprovarmos uma proposta sem debate, sem conversa com a sociedade, sem ouvirmos especialistas, economistas e tantas outras pessoas que poderiam colaborar.

Nós estamos aqui, mas o Governo simplesmente passa o trator para aprovar uma medida que interessa tão somente à turma da Faria Lima, à turma que manda na política do Ministro Guedes, à turma que ainda dá sustentação ao Governo Bolsonaro, mesmo diante de tanta maldade, de tanta crueldade que o Governo comete contra o nosso povo.

Outros países discutem de fato se os bancos centrais têm que ter independência, mas nós estamos aqui aprovando a toque de caixa essa matéria, que diz que o Presidente do Banco Central vai ter mandato, que diz que o Banco Central não vai ficar submetido à política pública, não vai ficar submetido a definições desta Câmara, deste Congresso, não vai ficar submetido sequer à vontade do Governo. Isso é muito perigoso num país com tanta desigualdade como o Brasil, num país ainda com tantas injustiças sociais, que precisa implementar cada vez mais uma política econômica desenvolvimentista e inclusiva, como aconteceu na época do Presidente Lula.

Nós não podemos ter um retrocesso tão brutal na política econômica do País, aprovando-se a autonomia do Banco Central.

Por isso, votaremos "não".

Documento 60/326

1.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021 -
CD 21:16

Publ.: DCD - 2/10/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM
162

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Drama enfrentado pela população do Estado do Amazonas em decorrência da

Covid-19. Apelo ao Ministério da Saúde por vacinação em massa do povo amazonense. Proposta de adoção de medidas sanitárias de proteção dos brasileiros contra o coronavírus.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer um grito de socorro do povo do Estado do Amazonas.

O Amazonas viveu certamente a maior tragédia da sua história, um drama sem precedentes, enquanto estávamos de recesso nesta Casa. Chegamos a ter 189 mortos por dia só de COVID, e morreram por falta de oxigênio. O Estado ainda chora essas mortes. O Amazonas vive um drama muito profundo nos seus hospitais, e muitas pessoas estão morrendo em casa em virtude da falta de leitos.

Diante disso, em um esforço de quem acredita que muito mais importante do que buscar culpados e fulanizar responsabilidades é procurar unir todos os esforços, para que o povo do Amazonas possa voltar a respirar, eu quero desta tribuna fazer um apelo ao Ministro da Saúde. É um apelo no sentido de que possamos fazer um grande mutirão de vacinação no Estado do Amazonas.

É óbvio que desejamos vacinar o Brasil inteiro, mas no Estado do Amazonas, segundo estudos epidemiológicos, houve um grave problema de desenvolvimento de uma nova cepa, que é muito mais contagiosa do que a cepa que tomou o País na primeira onda. Portanto, nós precisamos construir uma barreira sanitária por meio da vacina.

Quero de público fazer um apelo ao Ministro da Saúde e aos Governadores de todos os outros Estados, no sentido de que possamos destinar 1 milhão de doses da vacina para a criação de uma barreira sanitária. Precisamos também cuidar dos Estados que receberam pacientes deslocados do Amazonas, que também precisam fazer, pelo menos, a imunização das pessoas que tiveram contato com esses pacientes.

É óbvio que o ideal seria imunizarmos o Brasil inteiro, mas isso vai demorar um tempo. O que eu proponho aqui não é algo em proteção única e exclusiva ao meu povo do Estado do Amazonas. O que eu proponho aqui é uma medida de proteção ao Brasil, para evitar que essa onda que aconteceu no Amazonas se alastre para outros Estados da Federação. Nós não temos condições, hoje, de montar uma barreira sanitária, impedindo o deslocamento de dentro para fora do Amazonas, mas podemos fazer um grande processo de imunização no Estado, garantindo que essa cepa não se alastre para o resto do Brasil.

A ideia é, além de destinar para lá 1 milhão de doses de vacina, também fazer um grande mutirão para que esse processo de vacinação seja célere, juntando as prefeituras, a Fundação Nacional de Saúde e o Exército nesse grande mutirão de vacinação.

Eu faço esse apelo de público desta tribuna, e o farei diretamente ao Ministro da Saúde, que conhece bem a realidade do Amazonas, porque lá tem suas raízes, e sentiu na pele, como eu, o drama que a nossa gente viveu nos últimos dias.

Era essa a minha fala, Presidente. Agradeço a deferência de V.Exa. ao permitir que eu usasse esta tribuna.

Muito obrigado.

Documento 61/326

| | | |
|---------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------|
| 1.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 09/02/2021- CD | 21:20 |
| Publ.: DCD - 2/10/2021 - 163 | BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Protesto contra a votação da proposta de autonomia do Banco Central do Brasil, em detrimento do debate da vacinação contra a Covid-19 e da retomada do pagamento do auxílio pecuniário emergencial a trabalhadores, desempregados e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu queria me manifestar sobre este tema porque, na verdade, é inaceitável que, em plena pandemia, com 230 mil pessoas mortas, após um recesso e tudo o que aconteceu - inclusive em Manaus, Deputado Marcelo Ramos -, nós estejamos aqui discutindo, como primeiro ponto de pauta deste ano legislativo, a autonomia do Banco Central, um tema que estava engavetado há 27 anos, um tema que não vai resolver em nada os problemas que o povo enfrenta neste momento, como a falta de vacina, como a falta de oxigênio, o que asfixia o nosso povo, e todas as dificuldades que enfrentamos em razão do impacto da pandemia.

O auxílio emergencial é um clamor da população brasileira, e o tema que nós estamos discutindo aqui é a autonomia do Banco Central, em outras palavras: como é que nós vamos ajudar os banqueiros a ficarem

mais ricos no Brasil. É isso que nós estamos debatendo. É disso que se fala. A autonomia do Banco Central vai colocar nas mãos dos banqueiros mais controle ainda sobre a economia brasileira. Não vai ser outra coisa. Não é nada daquilo que se promete há tanto tempo e não se faz. Por exemplo, fizeram a reforma trabalhista e não resolveram o problema; fizeram a reforma da Previdência e não resolveram o problema; fizeram agora as alterações na Constituição em vários pontos e não resolveram o problema. Aí vêm com essa enganação da autonomia do Banco Central.

Pelo amor de Deus, o povo não precisa disso neste momento! Nós podemos debater este assunto, podemos divergir, mas este assunto poderia transitar normalmente pelas Comissões, permitindo um debate amplo com todo o Parlamento, com toda a sociedade brasileira, para encontrarmos o caminho adequado. Mas, não, aprova-se uma urgência e se traz um tema desse para a pauta para favorecer aqueles que estão sendo beneficiados, inclusive agora no período da pandemia. Realmente, isso não é razoável, Sr. Presidente.

Por essa razão, eu fiz questão de usar a tribuna desta Casa e registrar a nossa posição contrária a esta medida, que é altamente prejudicial a todo o povo brasileiro. Nós queremos vacina, queremos o auxílio emergencial ampliado e garantido a toda a população brasileira, para que a economia possa se movimentar. Isso, sim, é importante e é prioritário.

Portanto, vamos colocar a mão na consciência. Não é hora de ficarmos pensando em assuntos dessa natureza. Os bancos estão muito bem, obrigado. Eles estão aí há anos lucrando absurdamente. Não faz sentido que nós insistamos por este caminho. É lamentável!

Fica aqui a nossa posição e a nossa esperança de que a consciência fale mais alto e derrotemos essa proposta da autonomia do Banco Central.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 62/326

| | | |
|-----------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 2.2021.B | Sessão Outro Evento | 10/02/2021-13:00 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - CARLOS JORDY-PSL -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Indignação do orador com a obrigatoriedade de vacinação contra a Covid-19,

imposta pelo Prefeito Axel Graef, do Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Vacinação do Secretário Municipal de Saúde e de outros membros do Governo de Niterói, à frente dos grupos prioritários. Pedido ao Presidente Nacional do PTB, Roberto Jefferson, de ajuizamento, perante o Supremo Tribunal Federal, de ação direta de inconstitucionalidade da vacinação obrigatória imposta pelo Prefeito Municipal em Niterói.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PSL - RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento todos que nos acompanham em casa.

Antes de ser Deputado, fui Vereador de Niterói, cidade da qual tenho muito orgulho. É uma cidade de belezas naturais e belezas artificiais, mas que recentemente se tornou vergonha nacional, tornou-se referência do autoritarismo e da arbitrariedade feita por alguns Chefes do Executivo.

Digo isso porque o Prefeito Axel Graef, do PDT - esse partido que é a filial do partido comunista chinês no Brasil -, que tem dado exemplos de autoritarismo durante essa pandemia, sancionou uma lei do PSOL que é um verdadeiro *show* de arbitrariedades. Além de impor multas e penalidades a quem não se vacinar - ou seja, é a primeira lei sancionada no Brasil que impõe essa obrigatoriedade -, essa lei também retira benefícios de programas sociais, auxílio financeiro temporário, renda básica temporária e até entrega de cestas básicas para quem não se vacinar. Ou seja, querem obrigar os pobres a se vacinarem, com uma vacina que ainda não tem os efeitos comprovados, porque é muito recente.

Mais do que isso, o Prefeito se antecipou e fez um calendário. No dia 23 de janeiro, iniciou a vacinação. A primeira fase foi com os maiores de 90 anos. Agora, já entrou na segunda fase, no dia 6 de fevereiro. Só que nem mesmo aqueles da lista de prioridade, da primeira fase da vacinação, foram vacinados. Faltou vacina para aqueles que são prioridade, da primeira fase.

Demonstrando também uma verdadeira lambança, ele vacinou na primeira fase o Secretário de Saúde e outras pessoas do seu Governo, o que hoje, aliás, é considerado crime. Está sendo aprovado, pela Câmara dos Deputados, um projeto que determina que seja crime furar a lista de prioridade.

O atual Secretário de Saúde de Niterói poderia estar incorrendo em crime, já que furou a lista de prioridade. Uma verdadeira lambança foi feita pelo Prefeito Axel Graef. E a população de Niterói, majoritariamente, não é a favor disso, ainda mais porque a vacinação

tem que ser voluntária e tem que ser gratuita, mas não obrigatória.

Por isso, eu e o Vereador Douglas Gomes, de Niterói, estamos recorrendo ao Roberto Jefferson, para que o PTB possa entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade contra esse abuso por parte do Prefeito de Niterói, um projeto de ditador, que é o filhote do Rodrigo Neves.

Obrigado.

Documento 63/326

| | | |
|--------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 2.2021.B | Sessão Outro Evento | 10/02/2021-13:04 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Defesa de aprovação da Emenda nº 15 apresentada à proposição pelo Deputado Wolney Queiroz, sobre a possibilidade de apresentação, pelo Congresso Nacional, de voto de censura ao Banco Central no caso de atuação contra os interesses do País. Incompetência do Governador do Estado do Amapá, Antônio Waldez Góes, demonstrada na omissão no aditamento do prazo de vigência de convênio firmado com o Ministério do Desenvolvimento Regional em prol da cadeia produtiva hortigranjeira. Apoio à retomada do auxílio pecuniário emergencial concedido a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise provocada pela epidemia de coronavírus. Responsabilidade do Governador Antônio Waldez Góes pelo atraso na construção do novo atracadouro do Igarapé da Fortaleza, entre os Municípios de Santana e Macapá.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) -
Boa tarde, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos que acompanham a sessão no dia de hoje e manifestar nossa posição contrária à aprovação do projeto de independência do Banco Central, uma vez que ele vem funcionando com autonomia - autonomia, sim! - para tratar das questões fundamentais da economia do Brasil e elaborar uma política monetária, uma política de câmbio.

Nós não podemos ter um Banco Central acima de qualquer... Aliás, eu

diria inalcançado pelo poder político, que seja o Poder Executivo. Não, nós não queremos isso. Então, vamos destacar a Emenda nº 15, do Deputado Wolney Queiroz, a qual estabelece a possibilidade de um voto de censura a ser dado pelo Congresso Nacional quando o Banco Central estiver agindo flagrantemente contra os interesses do País.

Então, aos contrários à lei e aos que são a favor, se ela tiver que ser votada - e parece que será, pelo rolo compressor do Presidente Jair Bolsonaro, que foi consolidado com a eleição do Presidente Arthur Lira para a Câmara -, peço que pelo menos nos dignemos a estabelecer a possibilidade de um voto de censura.

Sr. Presidente, também me traz à tribuna no dia de hoje a tristeza em constatar a incompetência do Governador Antônio Waldez Góes, do Estado do Amapá, que perdeu um convênio no valor de 16 milhões de reais com o antigo Ministério da Integração Nacional, atual Ministério do Desenvolvimento Regional, para o desenvolvimento econômico das cadeias produtivas do Amapá, para a pavimentação do ramal do Polo Hortifrutigranjeiro da Fazendinha, que é onde fica uma boa parte da produção de hortaliças que abastece a Capital Macapá, para o CD Rural e para a construção de fábricas de beneficiamento das hortaliças, dos legumes produzidos pelos agricultores, de açaí, que é um produto hoje consumido no mundo inteiro, e também de beneficiamento de camarão.

O Governador Waldez tinha prazo para aditar o prazo da vigência do convênio e o perdeu. Estou levantando as razões de o Governo ter aberto mão. Vai ter que devolver 16 milhões. Então, é um Governo incompetente e descomprometido com o desenvolvimento, num momento de pandemia.

Nós estamos discutindo, e eu quero dizer que apoio, a retomada do auxílio emergencial, que é fundamental. Foi muito importante para o meu Estado, o Amapá, um dos mais beneficiados. Mas, num momento como este, nós também temos que dar as condições para os nossos agricultores, para os nossos extrativistas e para os pescadores poderem trabalhar, caminhar com suas próprias pernas. Num momento simbólico como este, o Governo do Estado mostra todo o seu descompromisso.

Repúdio ao Governador Waldez, que é incompetente, descomprometido com qualquer tipo de projeto de desenvolvimento do Estado do Amapá e que perde investimento de 16 milhões, que, além de tudo isso, quando está sendo executado, gera emprego na construção civil!

Não conseguiu resolver o problema do atracadouro do Igarapé da Fortaleza para construir um píer e fazer passeios turísticos nesse

igarapé maravilhoso, que liga Santana ao Município de Macapá, em que se pode estar dentro da cidade e da selva ao mesmo tempo, e do mercadinho para artesanato e produtos da sociobiodiversidade.

Repúdio ao Governador Waldez, incompetente, que deixou se perder esse recurso. Dá muito medo de aportar emenda para o Governo do Estado.

Documento 64/326

| | | |
|---------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 2.2021.B | Sessão Outro Evento | 10/02/2021-13:12 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Defesa da votação e aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.479, de 2020, sobre a suspensão, por 120 dias, da cobrança de empréstimos consignados contraídos por trabalhadores da ativa e aposentados; bem como do Projeto de Lei nº 4.367, de 2020, sobre a concessão do 14º salário para aposentados e pensionistas mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social. Defesa de retomada do auxílio pecuniário emergencial, concedido a trabalhadores e famílias carentes para enfrentamento a crise gerada pelo coronavírus.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero aqui reforçar a minha luta, a minha disposição para colocar em votação o Projeto de Lei nº 1.479, de 2020, de minha autoria, que trata da suspensão do pagamento dos consignados para os aposentados. Esse projeto é uma briga que comprei na Câmara dos Deputados, no Rio Grande afora e no Brasil adentro. Esse é um compromisso que nós Parlamentares temos com os aposentados do Brasil. Foram eles que levaram o Rio Grande do Sul nas costas, nos ombros, carregaram o Brasil no cangote e que, no período da pandemia, foram esquecidos pelo Governo Federal, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional.

O projeto que trata dos consignados permite exatamente que os aposentados possam ter suspenso esse pagamento por 6 meses, cujo valor fica retido na hora do recebimento da sua folha de pagamento no banco. E os bancos podem esperar! Os bancos não precisam disso! O que é migalha para os bancos é pão na mesa do aposentado.

Na pandemia, o aposentado, o pensionista - o avô, a avó -, nas casas,

é quem está colocando o pão na mesa, a boia no prato.

O Senado já aprovou esse projeto, fez a sua parte. A Câmara dos Deputados tem uma dívida para com os aposentados do Brasil. O Presidente Rodrigo Maia sentou em cima, ficou chocando os ovos da gansa e tomou uma lição da Câmara dos Deputados. Espero agora que o novo Presidente, a nova Mesa Diretora, chame para si a responsabilidade. Aliás, a Liderança do PDT, através do Deputado Wolney Queiroz e do Deputado André Figueiredo, já chamou para si o compromisso e levou o projeto para a reunião de Líderes. Está trabalhando para que, com a nova Mesa, esse projeto seja encaminhado para votação.

Presidente, é esse o apelo que faço.

Espero que além de votarmos a matéria referente ao consignado, possamos votar para os aposentados o PL 4.367, que trata do 14^a salário. No ano passado, o 13^o salário foi pago em maio em vez de em dezembro. Chegou dezembro, e não havia mais 13^o salário, porque o coronavírus já o havia comido, em maio. Neste ano, queremos que o 13^o salário seja antecipado de novo, para fevereiro, no máximo para março. E quando chegar dezembro? Não vai haver nada. Então, queremos que haja o 14^o salário para dezembro. Por isso, temos que aprová-lo agora.

Esse é o nosso compromisso!

Quanto ao auxílio emergencial, o Brasil precisa, clama, reclama, merece e tem direito.

Essa é a nossa luta, Presidente!

Obrigado.

Documento 65/326

| | | |
|---------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 2.2021.B | Sessão Outro Evento | 10/02/2021-13:24 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Repúdio à repressão policial aos manifestantes contrários à desestruturação do Banco do Brasil, ocorrida no Distrito Federal. Quadro de desemprego e inflação reinante no País. Protesto contra a redução do auxílio emergencial para 200 reais. Indignação com a iniciativa do Presidente Arthur Lira de

mudança do local do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados. Protesto contra a prioridade dada pela Presidência da Casa na votação da proposta de concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil, em detrimento do debate sobre a vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Denúncia de venda depreciada da carteira de crédito do Banco do Brasil para o Banco BTG Pactual, gerenciado pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Realmente, é um processo de desmonte, desmonte dos instrumentos que são fundamentais para um projeto de desenvolvimento nacional, o que não existe neste Governo.

O Banco do Brasil, hoje, esteve em mobilização no Brasil inteiro. Nós tivemos, aqui em Brasília, uma grande manifestação do Sindicato dos Bancários de Brasília - e eu parabeno o Presidente do sindicato - e, ao mesmo tempo, com a ajuda do Sindicato dos Vigilantes, que foram recebidos com truculência. A polícia despejou gás de pimenta, usou uma truculência, uma brutalidade que lembra a brutalidade que ostenta a faixa presidencial neste momento: a brutalidade de um processo de tentativa de emanar a morte em todos os aspectos, uma política cruel, cruel, que busca fazer com que o Brasil se abraça com a própria morte! São mais de 230 mil pessoas que foram embora. E quem parte sempre é amor de alguém, quem parte sempre é amor de alguém!

Mas não é só isso. Nós estamos vivenciando a inflação. Nós estamos vivenciando o desemprego. E nós estamos vivenciando essa crueldade de arrancar do povo brasileiro o auxílio emergencial.

Hoje tivemos aqui um ato com vários representantes da sociedade civil, para dizer que é preciso inverter as prioridades. A prioridade tem que ser a vida. A prioridade tem que ser este Brasil invisibilizado, este Brasil que está sendo açoitado pela Presidência da República. A prioridade é vacina para todas e todos. A prioridade não é entregar o Banco Central para a banca privada. A prioridade é o auxílio emergencial, para que haja o direito à alimentação e à sobrevivência com dignidade.

E não me venham com auxílio emergencial de 200 reais, porque, neste caso, o Sr. Paulo Guedes teria que viver com 200 reais e o Sr. Jair Bolsonaro teria que viver com 200 reais! E teria que abrir mão dos leites condensados, dos chicletes, das batatas fritas. Aliás, uma das características deste Governo é o desprezo e o ataque à própria imprensa, porque a imprensa, ao questionar tantos milhões em leite condensado, recebeu não uma explicação, mas ofensas e ataques com palavras de baixo calão.

Esta postura tende a se repetir aqui nesta Casa, porque o Presidente

da Câmara tem medo da imprensa, quer fugir da imprensa. Está desalojando a imprensa do lugar que ocupa desde sempre porque quer fugir da imprensa, e quer fugir porque não tem como justificar que tenha aqui, como sabujo da Presidência da República, dado prioridade à independência do Banco Central contra o povo brasileiro, à entrega do Banco Central para o mercado, e não prioridade à vacina.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Apenas para concluir, Sr. Presidente, quero lembrar que o Sr. Guedes vem do mercado financeiro e serve ao mercado financeiro. O mesmo Banco do Brasil que eles querem destruir comprou por pouco mais de 300 milhões para o BTG Pactual, que é o banco de Paulo Guedes, uma carteira avaliada em quase 3 milhões de reais!

Documento 66/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 2.2021.B | Sessão Outro Evento | 10/02/2021-13:32 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | JOSEILDO RAMOS-PT -BA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Protesto contra a votação da proposta de concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil, em detrimento da apreciação de matérias sobre o combate à fome, a retomada do pagamento do auxílio emergencial e a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, alguns Deputados, com muita propriedade, já perguntaram: a quem serve esta pauta neste momento? A quem serve a autonomia do Banco Central?

Nós deveríamos aqui estar votando matérias que tratassem da fome que voltou ao nosso País, do auxílio emergencial minimamente solidário ao nosso povo, que está sem trabalho por conta da pandemia.

Nós deveríamos estar tratando aqui da ampliação do acesso à vacina. No entanto, nós, todos os dias, testemunhamos manifestações negacionistas de um Presidente que não colabora, que não constrói e que veio para destruir.

Para que serve um Banco Central autônomo, se aqueles que irão dirigi-

lo vão pedir a bênção ao controle do mercado financeiro?

Se o poder político deixa de influenciar o Banco Central, nós não podemos dizer o mesmo da banca oficial da FEBRABAN, do poder especulativo oficializado do capital financeiro nacional e internacional.

Paulo Guedes é o ponta de lança desse setor dentro do Governo. Ele age o tempo todo para robustecer os ganhos do capital financeiro, que em plena pandemia foi o setor que mais lucrou em nosso País.

Portanto, a pauta, foi dito, será definida por maioria. E o que será das pautas das minorias que o Regimento da Casa protege? A alternância de poder sempre vai acontecer, mas não se pode reduzir a pó a presença ativa da Oposição, pelo bem da democracia.

Neste momento, o de que menos o Brasil precisa é um Banco Central submisso, submetido à sanha especulativa do capital financeiro nacional.

Peço que se divulgue, pelos meios de comunicação desta Casa, este pronunciamento, Sr. Presidente.

Documento 67/326

| | | |
|--------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 2.2021.B | Sessão Outro Evento | 10/02/2021-13:40 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - VICENTINHO-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Participação do orador em reunião com a diretoria do Sindicato dos Professores de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano - SINPRO ABC. Apoio à greve dos professores do Estado de São Paulo, em protesto contra a retomada das aulas presenciais durante a epidemia de coronavírus.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 5, eu estive em reunião com a Diretoria do Sindicato dos Professores - SINPRO ABC, sindicato ao qual sou filiado na condição de professor.

Saúdo a estimada Edilene e toda a Direção, que, na ocasião, além de dialogar sobre a conjuntura, relatou a gravidade e a seriedade de os professores terem que voltar às aulas presenciais. Edilene, inclusive, é coautora de um documento que eu também assino manifestando a importância da defesa da vida. A vida é mais importante do que

qualquer coisa em momentos como este.

Em diálogo com a nossa companheira Bebel, Presidenta da APEOESP e minha grande companheira Deputada Estadual, ela disse que os professores da rede estadual de ensino estão em greve desde o dia 8 de fevereiro, contra a insanidade da volta às aulas presenciais em meio a uma pandemia que perdura e já atingiu e assassinou 233 mil pessoas. Os professores e professoras que aderiram à greve, excluindo quem pertence ao grupo de risco, realizaram trabalho remoto e estão cumprindo, Sr. Presidente, um dever cívico em defesa vida.

O perigo não está nas escolas que não dispõem de condições de ventilação apenas, equipamentos, proteção individual, número de funcionários e outras condições estruturais para que sejam assegurados os protocolos de segurança sanitária, mas também no trajeto, no ônibus, no metrô.

É uma coisa muito séria, Sr. Presidente! Os professores estão, portanto, do lado justo, correto, e a população está apoiando e entende essa luta pela vida. Tanto é que apenas, no caso de São Paulo, 5% dos alunos têm ido para a escola, e correndo risco. Mães estão preocupadas na frente da escola. Por isso, a APEOESP, ao definir essa greve, com o apoio de todo o sindicato de educadores, inclusive do SINPRO ABC, está com completa razão. E o que dizem os professores? *"Retorno às aulas presenciais somente com a vacinação dos profissionais de educação e condições de segurança sanitárias nas escolas. Aprendizagem se recupera, vidas não"*.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero aqui manifestar a minha solidariedade a todas as professoras e professores do Estado de São Paulo - e por que não do Brasil? Crianças se tocam, criança gosta de se tocar, é natural. Não é possível!

Governador Doria, o senhor, que tem uma contribuição tão importante e que atuou corretamente na questão das vacinas, não pode obrigar os professores a correr o risco! Nesses dias de aula, em apenas 41 escolas, 263 professores já foram contaminados pelo coronavírus.

Documento 68/326

| | | |
|-------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 2.2021.B | Sessão Outro Evento | 10/02/2021-13:48 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário



Contrariedade à votação da proposta de concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores, desempregados e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Necessidade da implementação de políticas sociais e de desenvolvimento do Brasil. Transcurso do 41º aniversário de fundação do PT. Saudações aos militantes petistas. Apoio à eleição do Senador Jaques Wagner e do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente, para os cargos de Governador do Estado da Bahia e Presidente da República.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, primeiro, é com tristeza que eu vejo o Presidente desta Casa, um nordestino, dizer que vai colocar em votação a proposta de autonomia para o Banco Central para fazer um gesto para o mercado, para restabelecer a credibilidade com o mercado.

Um nordestino ou alguém que defenda o Brasil não pode simplesmente, em uma pandemia como esta que estamos vivendo agora, fazer gestos para o mercado. O que nós temos que fazer é aprovar o auxílio emergencial de 600 reais para ajudar o povo pobre. O que nós temos que fazer é trabalhar para gerar empregos para o nosso povo. O que nós temos que fazer é implantar políticas sociais e de desenvolvimento do Brasil. Nós temos que fazer gestos, cada vez mais, para aqueles e aquelas que constroem este Brasil todos os dias e todas as horas, o povo trabalhador, a classe trabalhadora.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Partido dos Trabalhadores, seus militantes, dirigentes, Deputados, Governadores e os seus simpatizantes, que, mesmo não sendo filiados ao partido, se orgulham do PT.

O Partido dos Trabalhadores governou este País por 13 anos. E esse foi justamente o período em que o povo pobre teve oportunidades, quando construímos políticas públicas para o povo brasileiro, e o povo se orgulhava do País.

Por isso, nesses 41 anos de construção desse partido, quero parabenizar todos os militantes e dirigentes do PT, mas, sobretudo, o Presidente Lula, que, ao longo desses anos, resistiu, reafirmou convicções, defendeu o Brasil, defendeu a democracia, defendeu os movimentos sociais,

defendeu, sem dúvida nenhuma, aqueles e aquelas que precisam cada vez mais da atitude dos políticos para criar oportunidades neste Brasil, construindo políticas sociais para a nossa gente.

Eu quero dizer que eu sou do Estado da Bahia e tenho orgulho de ter tido Jaques Wagner como Governador por 8 anos. Agora estamos no segundo mandato do melhor Governador do Brasil: Rui Costa. E podem ter certeza de que, em 2022, vamos voltar com Lula Presidente e com Jaques Wagner Governador da Bahia. É esse o nosso sonho, é esse o sonho da militância do PT, é esse o sonho da Esquerda.

Parabéns a todos e a todas que ajudaram de uma forma ou de outra na construção do Partido dos Trabalhadores!

Parabéns pelos 41 anos, Partido dos Trabalhadores!

Documento 69/326

| | | |
|----------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 2.2021.B | Sessão Outro Evento | 10/02/2021-14:20 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - LEO DE BRITO-PT -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Comemoração do 41º aniversário de fundação do PT. Relevância do legado dos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Luta do partido contra o fascismo e o autoritarismo, pela vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19, pela retomada do auxílio pecuniário emergencial e dos investimentos públicos.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste neste momento pela *TV Câmara*, hoje, dia 10 de fevereiro, nós comemoramos 41 anos do Partido dos Trabalhadores, que surge de uma construção coletiva de trabalhadores do campo e da cidade, de intelectuais, de setores progressistas da Igreja Católica. O partido construiu no Brasil um legado de lutas no movimento sindical e nos movimentos do campo, de luta por moradia. Também demonstrou o seu potencial, sua capacidade de representar os que não têm, os que não podem e os que não sabem dentro dos Parlamentos, das Prefeituras, do Governo Federal.

Os Governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma trouxeram legados importantes para o povo brasileiro. Foram criados programas importantes, como o Mais Médicos, o SAMU, a Farmácia Popular; houve o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, da educação, com o FUNDEB e programas como o FIES e o PROUNI; houve a ampliação do acesso ao ensino universitário para o filho e a filha do trabalhador; foram criados programas como o Minha Casa, Minha Vida, voltado

para a moradia, e o Bolsa Família; dezenas de milhões de empregos foram gerados; e mais de 40 milhões de pessoas saíram da miséria nesses Governos, período em que o Brasil foi valorizado na sua inserção soberana no mundo.

Portanto, quero parabenizar o partido, neste momento, e parabenizar o seu fundador, o ex-Presidente Lula, que agora está tendo a oportunidade de ter um julgamento justo, depois de ter sido vítima de uma verdadeira cassada feita pela Lava-Jato de Curitiba.

Quero dizer que o partido está firme, continua firme nas suas lutas: luta contra o fascismo e contra o autoritarismo representado por este Governo Bolsonaro; luta para que, neste momento da pandemia, tenhamos vacina e auxílio emergencial; luta para que novos investimentos públicos sejam feitos, a fim de gerar emprego para a nossa população, que está sofrendo tanto neste momento; luta contra a carestia - nós estamos vendo aí o preço do gás, mais de 100 reais em muitos lugares, e o aumento do preço dos combustíveis, dos alimentos, da energia elétrica.

Portanto, o partido está firme e vai se apresentar para voltar a governar este nosso País. O PT vai apresentar um programa firme, progressista, de esquerda, buscando alianças com outros partidos, para que voltemos, sim, a governar este País.

O PT é um legado importante para a democracia brasileira. Viva o Partido dos Trabalhadores por estes 41 anos! Viva o povo brasileiro!

Sr. Presidente, peço o registro deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 70/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 2.2021.B | Sessão Outro Evento | 10/02/2021-14:20 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | EMIDINHO MADEIRA-PSB -MG | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Falecimento da Sra. Olinda Tossani, no Município de Nova Resende, Estado de Minas Gerais. Regozijo com a união dos Poderes Legislativo e Executivo, em prol da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Imediata retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes. Congratulações à 18ª Companhia da Polícia Militar e à Polícia Civil de Minas Gerais, pelo êxito da ação realizada contra assaltantes nos Municípios de Nova

Resende e Muzambinho.

O SR. EMIDINHO MADEIRA (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, caros ouvintes, quero cumprimentar, em primeiro lugar, a família Tossani, de Nova Resende, e dar-lhes os pêsames pela perda da Dona Olinda, uma mulher honrada, guerreira, que construiu uma família que é exemplo, modelo para a nossa região.

Quero dizer que, ao começar os trabalhos de 2021, estou contente pela união dos Poderes. Quando vi o Presidente da Câmara Arthur Lira e o Presidente do Senado Rodrigo Pacheco indo juntos ao Ministério, ao Governo, dando prioridade, neste momento, às vacinas, eu achei isso muito importante. Este é um momento de união.

A prioridade hoje do País e do nosso Estado é a vacina, que é o que o povo espera. Para que possamos retomar a economia do nosso País, a primeira coisa é a vacina.

Queria aproveitar este momento para pedir que esse auxílio que está sendo programado pelo Governo seja adiantado para o quanto antes. Eu já estou vendo todo o esforço do Governo. E nós estamos aqui para dar condições ao Governo de governar.

Queria também fazer uma moção de aplauso às Polícias Civil e Militar do Estado de Minas Gerais, principalmente à 18ª Companhia, da nossa região. Houve dois assaltos a bancos na semana passada, em Nova Resende e em Muzambinho, e as Polícias Civil e Militar, integradas, conseguiram recuperar todo o dinheiro. Foram recuperados, lá na cidade de Muzambinho, quase 500 mil reais e, em Nova Resende, 244 mil reais. Os familiares dos gerentes dos bancos e até os bandidos saíram ilesos.

Então, queria parabenizar a Polícia Militar e a Polícia Civil de Minas Gerais, especialmente a 18ª Companhia, da nossa região do sul e sudoeste de Minas.

Dr. Edson, nosso Delegado Regional, Dr. Adnan, de Muzambinho, Dr. Manoel, de Nova Resende, vocês estão de parabéns pelo serviço prestado à nossa região. Também dou meus parabéns ao Tenente Wesley, do pelotão de Nova Resende. Estamos contentes. A comunidade reconhece o trabalho de vocês nesse enfrentamento com os bandidos. Parabenizo, ainda, o Tenente Esdras, de Muzambinho, pelo enfrentamento, recuperação dos recursos e prisão dos bandidos.

Então, Muzambinho, Nova Resende, Polícias Civil e Militar, 18ª Companhia, todos estão de parabéns! Esta moção de aplauso é pelo belo serviço que toda a Polícia Militar e toda a Polícia Civil de Minas

Gerais estão prestando para nosso Estado. Vocês estão de parabéns!

Muito obrigado.

Documento 71/326

| | | |
|-------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 2.2021.B | Sessão Outro Evento | 10/02/2021-14:24 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - LUISA CANZIANI-PTB -PR | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Prioridade do Poder Legislativo na realização de reformas constitucionais, e na aprovação de projetos fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro pós-pandemia. Importância do estímulo à inovação tecnológica associada à educação. Defesa de retomada das aulas presenciais, obedecidas às diretrizes sanitárias de combate à Covid-19. Importância da implantação da tecnologia 5G no País, para maior velocidade nas conexões da Internet e em outras aplicações de interesse da sociedade brasileira.

A SRA. LUISA CANZIANI (Bloco/PTB - PR. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, caros colegas, começamos agora um novo ano legislativo, e os desafios, na história, nunca foram maiores que os deste momento. Precisamos renovar a esperança no sucesso da nossa missão de construir, no Parlamento, um futuro melhor para os brasileiros.

Agora devemos priorizar a defesa de reformas e de projetos fundamentais para o desenvolvimento do Brasil após a pandemia. Ao mesmo tempo, é fundamental estimular a inovação tecnológica associada à educação, que é a bandeirado do meu mandato.

No tocante à educação, defendo a busca de soluções inteligentes para viabilizar, o mais rapidamente possível e com respeito às diretrizes sanitárias, o retorno às aulas presenciais.

Não podemos deixar que a pandemia continue sendo, além de um evidente problema de saúde pública, um fator de exclusão social. Escola fechada é um crime contra as próximas gerações!

Relatório divulgado pela UNESCO em janeiro deste ano mostrou que o Brasil está entre os países com o maior período de fechamento das escolas: mais de 40 semanas. Os alunos não podem suportar mais um ano fora da escola.

A Sociedade Brasileira de Pediatria alertou, no final de janeiro, que os alunos e as suas famílias têm sido prejudicados. Os casos de transtornos mentais e do desenvolvimento e de desnutrição estão aumentando. Ela ainda informa que as famílias têm relatado surgimento de insônia, anorexia, crises de ansiedade e depressão em seus filhos.

Além disso, corremos o risco de os alunos serem prejudicados de forma irreversível no desenvolvimento de habilidades para sobreviver na economia do século XXI. A UNICEF alertou que a capacidade de alfabetização e de aprendizado da matemática básica, por exemplo, já foi afetada. Portanto, as crianças longe da escola, no Brasil, onde infelizmente apenas uma minoria tem acesso à tecnologia necessária à eficácia do ensino a distância, são crianças excluídas do acesso a um futuro melhor.

Quis o destino que, exatamente agora, quando falamos de Internet e de aulas presenciais ou a distância, tenhamos também de tratar da busca da melhor forma de implementar a tecnologia 5G no Brasil. O 5G traz como diferencial não apenas mais velocidade na conexão da Internet, mas também outras aplicações que poderão revolucionar a nossa sociedade. O nosso objetivo, Presidente, é o de garantir uma nova tecnologia para a população, preservados o interesse nacional e a segurança dos dados dos usuários. O Brasil precisa implantar essa tecnologia, que está presente, Deputado Hildo Rocha, em mais de 30 países.

Tenho convicção de que, juntos, encontraremos respostas para essas e outras questões.

Muito obrigada.

Documento 72/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 2.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD | 14:44 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | FELIPE CARRERAS-PSB -PE | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Agradecimento ao Presidente Arthur Lira pela inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre a criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Pedido à Presidência de votação do requerimento de tramitação da propositura em regime de urgência. Reunião de Parlamentares com membros da Associação Brasileira dos Promotores de

Eventos.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero em primeiro lugar agradecer a V.Exa. por ter pautado esta semana o Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, o PES - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos.

Quero dizer a V.Exa. que hoje a Associação Brasileira dos Promotores de Eventos reuniu 116 Parlamentares - repito, neste momento de pandemia, 116 Parlamentares - no café da manhã. O Deputado Ricardo Silva e o Deputado Domingos Neto estavam lá.

Queremos pedir a V.Exa. que consigamos votar hoje a urgência do projeto e, se Deus quiser, na semana que vem, votar o mérito.

Trata-se do único setor no Brasil que está proibido de funcionar. É a única atividade econômica no País que não tem previsão de voltar a trabalhar, a gerar emprego, a gerar renda.

Obrigado, Presidente.

Documento 73/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 2.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD | 15:00 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | ARNALDO JARDIM-CIDADANIA -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Congratulações à Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Renda Básica, Deputada Tabata Amaral, pela realização de ato público em defesa da prorrogação do auxílio pecuniário emergencial. Apresentação pelo Cidadania do Projeto de Lei nº 28, de 2021, sobre a instituição da renda emergencial para enfrentamento da crise de saúde pública decorrente da Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição.

O SR. ARNALDO JARDIM (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, saudar a Deputada Tabata Amaral, que hoje, numa iniciativa importante, lançou uma frente parlamentar em defesa do auxílio emergencial, que tem o nosso apoio e o de diferentes movimentos e partidos - V.Exa. já se

pronunciou a favor disso também.

Nós apresentamos, no primeiro dia desta Legislatura, no dia 1º de fevereiro, um projeto de lei do Cidadania que fundamenta uma proposta nesse sentido.

Quero encarecer a todos, portanto, que nós possamos priorizar esse tema o mais rapidamente possível.

Com relação a este projeto, nossa posição é clara: somos a favor de deliberar; somos contra a retirada de pauta, Sr. Presidente.

Documento 74/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 2.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD | 15:16 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | BOSCO COSTA-PL -SE | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Falecimento do empresário Noel Barbosa em decorrência da Covid-19, no Estado de Sergipe.

O SR. BOSCO COSTA (Bloco/PL - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas fazer o registro de que, na noite da última segunda-feira, em São Paulo, faleceu o empresário Noel Barbosa, vítima de COVID. Empresário bem-sucedido, amigo e conterrâneo da cidade de Itabaiana, ele iniciou a sua vida no comércio de varejo junto com seu irmão Gentil Barbosa. Construíram o GBarbosa e outras empresas em Sergipe, Bahia, Alagoas e Pernambuco.

Quero me solidarizar com a família de Seu Noel e com todos os sergipanos e sergipanas, ao deixar este registro aqui.

Muito obrigado.

Documento 75/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 2.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD | 15:20 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | ORLANDO SILVA-PCDOB -SP | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Pedido à Presidência de esclarecimento da decisão de mudança do local do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados. Apreensão ante o novo local de trabalho da imprensa na Casa.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero trazer aqui para o Plenário uma preocupação da qual, seguramente, muitos Deputados devem ter notícia e que diz respeito às instalações de onde funcionará o Comitê de Imprensa.

Nós sabemos do papel que tem a imprensa livre e crítica, para o fortalecimento da democracia no Brasil. É uma tradição da Casa e há um espaço que os profissionais da imprensa ocupam. A notícia que nós tivemos, Presidente, é que o Plano Diretor da Casa os conduz para uma área que dificulta o trabalho deles. Então, eu queria registrar aqui para V.Exa. a nossa preocupação sobre isso.

Eu considero muito importante que nós possamos oferecer melhores condições a esses profissionais, para que a sociedade brasileira acompanhe o trabalho feito pela Câmara dos Deputados. E ainda mais: há que se ter sensibilidade em relação ao ambiente, num momento de pandemia de COVID. Um lugar que tenha condições piores para as atividades dos profissionais de imprensa poderia significar mais dificuldades no esforço que eles exercem.

Por isso, Presidente, eu queria registrar a nossa preocupação acerca das condições de trabalho da imprensa na Câmara dos Deputados, porque isso diz respeito também à democracia em nosso País. Já que houve uma decisão da Mesa, eu peço a V.Exa. que esclareça qual é o caminho que a Mesa, pela decisão que tomou, pretende adotar.

Documento 76/326

| | | | |
|---------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|----|
| 2.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 10/02/2021-16:12 | |
| Publ.: DCD 2/11/2021 - | JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Pedido à Presidência de determinação aos Parlamentares de uso de máscara no plenário. Encaminhamento da votação do Projeto de Lei Complementar nº 19,

de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Contrariedade à aprovação da propositura.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu tiro a máscara neste momento, mas aproveito para solicitar a V.Exa. que sempre exija neste plenário que todos utilizem máscara. Hoje, pela manhã, eu recebi fotos de ontem do plenário com vários Parlamentares sem máscara. Isso quebra a regra de convivência, as regras sanitárias e as regras estabelecidas para defesa da vida e da saúde do conjunto dos Parlamentares que aqui exercitam o mandato. Aqui da tribuna é compreensível que não se use, para que nós possamos emitir a voz. Estamos sozinhos neste espaço.

Presidente, eu gostaria de, mais uma vez, externar a minha posição e a da nossa bancada - é a posição unânime do nosso partido, o PCdoB - em relação a esse projeto. Hoje pela manhã o nosso Líder, Deputado Renildo Calheiros, assim como os Líderes da Oposição, estiveram com o Relator da matéria, tentando fazer, com muito esforço - sabedores nós da maioria expressa nesse painel, da tendência muito clara de aprovação do projeto, lamentavelmente, para o País, para o povo brasileiro e para o Estado brasileiro -, uma verdadeira redução de danos, tentando minimizar os danos contidos nesse projeto de lei complementar. No entanto, vemos dificuldades.

Eu acho lamentável que a Câmara dos Deputados seja apenas um poder homologatório do texto do Senado Federal, que nada aqui possamos fazer sob o argumento de que é preciso fazer uma entrega rápida ao Governo, uma entrega rápida ao capital financeiro, uma entrega rápida sem que este Poder, de 513 Parlamentares, não possa ter uma opinião diferente, não possa pelo menos garantir uma quarentena maior.

Esse projeto de lei complementar é maior do que a lei existente das quarentenas no País. Nós estamos tratando do Banco Central do Brasil, instituição que trata da política monetária, da política cambial, da liquidez de mercado, dos juros, das reservas internacionais, enfim, trata de muita coisa que implica a vida do povo brasileiro, a macroeconomia brasileira.

É óbvio que nessa chamada "porta giratória", de que vários economistas falam - Paulo Nogueira Batista Jr. deu uma grande contribuição nesse debate -, nós podemos melhorar o texto, reduzir danos de um texto que não tem nenhuma urgência para o povo brasileiro, mas que lamentavelmente entrou como urgência na pauta.

Presidente, além de ser contra o conteúdo desse texto, eu lamento

profundamente que nós aqui tenhamos que estar sob o comando do Governo, e não atuemos como Poder independente, ou como Poder que homologa as decisões do Senado sem poder reduzir os danos que esse texto trará à sociedade, ao povo e ao Estado brasileiro.

Muito obrigada.

Documento 77/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 2.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD | 17:52 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apelo à Casa por adoção de medidas em prol da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, apenas quero realçar um aspecto fundamental da vida brasileira hoje, que são as vacinas.

Acho que a Câmara dos Deputados deve tomar todas as medidas para garantir a vacina para todos. Nós aqui já votamos uma medida provisória para garantir orçamento para as vacinas. Está nas mãos do Governo a sanção do projeto. No entanto, é necessário que nós observemos o orçamento do SUS, que ficou 35 bilhões de reais menor do que no ano de 2020. Então nós precisaríamos olhar o orçamento do SUS, o orçamento da ciência e tecnologia, que não pode ser contingenciado, como também o orçamento do censo, que não pode ser contingenciado, porque ele nos permite a programação de políticas públicas. Mas, ao mesmo tempo, é preciso avançar em projetos que criminalizam aqueles que fazem campanhas contra as vacinas.

Quero aqui registrar as iniciativas da sociedade que fazem campanhas de publicidade, campanhas nas redes pela vacina. Aqui quero destacar uma, que é a campanha assinada pelo Direito Já e pela Frente pela Vida, que é uma belíssima campanha que estimula a vacinação. Mas também quero aqui repudiar aqueles que vão para as redes sociais com *fake news* negando a ciência e falando contra a vacina e contra o uso da máscara. Quero dizer que há Parlamentares participando dessas campanhas e participando desses vídeos. Acho isso criminoso. Eles devem estar representados no Conselho de Ética da Casa, se assim continuarem se comportando.

Acho que esta Casa tem que tomar medidas inclusive estimulando a Secretaria de Comunicação da Câmara para que faça uma campanha publicitária de estímulo à vacinação, campanhas pelas vacinas. Eu acho que a *TV Câmara* pode prestar esse serviço público à sociedade brasileira fazendo campanhas pela vacina.

Este é um apelo, é um pedido. Acho que devemos tomar esta iniciativa, Presidente.

Documento 78/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 2.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD | 18:04 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | CAPITÃO WAGNER-PROS -CE | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Liberação, pelo Governador do Estado do Ceará, de 550 mil reais para edição de livro sobre a epidemia de coronavírus, em detrimento da área de saúde, especialmente da vacinação contra a doença.

O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Primeiro, quero agradecer-lhe a oportunidade.

Temos visto muitos discursos contraditórios aqui na Casa, e eu gostaria de fazer um relato.

Lá no meu Estado, o Estado do Ceará, o mesmo Governador que cobra do Presidente da República e do Congresso o auxílio emergencial acaba de liberar 550 mil reais para patrocinar um livro que vai tratar da pandemia. Está faltando dinheiro para a vacina, está faltando dinheiro para tratar das pessoas, mas está sobrando para esbanjar recurso público.

A grande e importante observação é que o escritor responsável pelo livro nem no Brasil se encontra. Já recebeu parte do recurso, 200 mil reais pagos adiantados, e esse escritor se encontra fora do País, em Portugal, tendo que escrever esse livro até abril deste ano.

É lamentável o que o Governo do Estado do Estado do Ceará tem feito. A repercussão foi nacional. Nós denunciemos e esperamos que esse tipo de exemplo não seja seguido pelos demais Governadores, nem por qualquer Prefeito que tenha cuidado e responsabilidade com o seu povo.

Obrigado, Presidente.

Documento 79/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 2.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD | 18:20 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | ORLANDO SILVA-PCDOB -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Protesto contra a votação da propositura, em detrimento do debate da vacinação contra a Covid-19 e da retomada das atividades econômicas. Falta de liderança do Presidente Jair Bolsonaro. Inexistência, no âmbito do Ministério da Economia, de projeto de desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quando ouço a manifestação dos Deputados que defendem a autonomia do Banco Central, eu fico imaginando em que país eles vivem. Eu queria que o nosso povo vivesse nesse país pintado pelos Deputados que defendem a blindagem do sistema financeiro. Eu queria viver nesse país. No país em que eu vivo, o desemprego alcançou 15 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. No país em que eu vivo, são mais de 230 mil vítimas da COVID. E o Congresso Nacional, em vez de se dedicar a medidas para a vacinação de todo o nosso povo, em vez de se dedicar a medidas para a retomada da atividade econômica, põe em votação um projeto para a blindagem do sistema financeiro.

Amanhã, depois que nós votarmos esta matéria, nada vai acontecer na economia brasileira, nada! A economia brasileira, Presidente, precisa de um líder, e Bolsonaro não tem capacidade de liderar o Brasil. O Ministro da Economia deste Governo não tem projeto para a retomada do crescimento.

Por isso, Sr. Presidente, a posição da Oposição é contrária, absolutamente contrária, a esta postura do NOVO, que quer colocar a raposa para cuidar do galinheiro com essa blindagem do Banco Central.

Documento 80/326

2.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021-
CD 19:20
Publ.: DCD - 2/11/2021 - GERVÁSIO MAIA-PSB -PB
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Desapontamento com a votação de matéria de interesse do sistema bancário, em detrimento do debate da vacinação contra a Covid-19 e da retomada do auxílio pecuniário emergencial.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu confesso que nós estamos muito desapontados com o retorno das atividades. Primeira matéria: matéria de interesse do setor bancário, do sistema bancário, dos que ganham bilhões e bilhões de reais todos os anos. Imaginem a decepção do povo brasileiro em relação a esta Casa. Eu lamento muito que a agenda iniciada pela nova Mesa Diretora tenha sido esta.

Eu esperava, Sr. Presidente, que nós fôssemos, por exemplo, tratar aqui do retorno, da volta do auxílio emergencial. Milhares de brasileiros estão sofrendo neste momento, e sofrendo muito. Sofrendo também, Sr. Presidente, estamos todos nós pela falta de vacina, pela falta de um Governo que possa realmente corresponder àquilo de que necessita o nosso Brasil, que é um país extraordinário. Infelizmente, estamos como um barco à deriva.

Gostaria muito, Sr. Presidente, finalizando, que nós pudéssemos também trabalhar no carnaval, já que neste ano nós não teremos festividades. Aí, sim, nós estaríamos correspondendo ao voto recebido nas urnas no ano de 2018.

O PSB vota "sim".

Documento 81/326

3.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021-
CD 20:12
Publ.: DCD - 2/11/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Submissão do Banco Central do Brasil ao sistema financeiro, especialmente ao especulativo, com a sua autonomia. Consulta ao Presidente Arthur Lira sobre a

votação da proposta de retomada do auxílio pecuniário emergencial. Defesa de taxação de grandes fortunas, de lucros e dividendos para financiamento de programa de proteção social. Duplicação do valor da dívida pública brasileira, após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Queda das taxas de desemprego e realização de elevados investimentos externos no País, durante os Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Baixos investimentos estrangeiros realizados no Brasil no Governo Jair Bolsonaro. Defesa de fortalecimento do Programa Bolsa Família e/ou retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Repúdio ao posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à vacinação do povo brasileiro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, pela designação desse tempo.

Quero agradecer ao nosso Líder Enio Verri, ao tempo em que cumprimento todos os colegas e o povo brasileiro que acompanha esta sessão.

Não vou aqui falar durante muitos minutos sobre a questão do Banco Central. Só quero reafirmar que o que está sendo feito, hoje, nesta votação, é tornar o Banco Central brasileiro ainda mais subordinado aos interesses do sistema financeiro, especialmente do sistema financeiro especulativo. O setor produtivo brasileiro perde com essa votação. Eu li hoje, durante a sessão, diversas partes de um artigo assinado não por um economista de esquerda, mas por alguém que foi candidato a Presidente da República, que representa a Direita brasileira. Refiro-me ao Senador José Serra. Nesse artigo, ele fala claramente de estudos atuais que mostram o prejuízo que significa para a economia de um país dar esse grau de autonomia ao Banco Central.

Presidente Arthur Lira, eu o cumprimento, como já fiz em outras intervenções, pela vitória que o leva a presidir a Câmara Federal do Brasil. Gostaria de saber de V.Exa., se puder nos responda ainda na sessão de hoje, para quando V.Exa. está imaginando pautar a votação do auxílio emergencial. Qual o dia em que será prioridade do nosso Parlamento federal a busca de alternativas efetivas para combater a miséria extrema, que está crescendo, e muito, no País. O fim do auxílio emergencial, segundo diversos estudos econômicos, será um desastre do ponto de vista social em plena pandemia e será um desastre do ponto de vista econômico.

Aliás, quero aproveitar e dizer que, se o Ministro Paulo Guedes está acompanhando a sessão, interessado na autonomização do Banco Central, seria importante que ele declarasse o que pensa o Governo sobre o auxílio emergencial. Esses dados que nos mostram o crescimento da pobreza, que será estratosférico nos próximos meses,



indicam que, com o fim do auxílio emergencial e com a política econômica desastrosa que o Governo Bolsonaro vem implementando e que se agravou com a pandemia, evidentemente, o Brasil poderá chegar à absurda cifra de 63 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza. Sem o auxílio emergencial, a renda dos mais pobres terá uma queda de praticamente 25%, Presidente Arthur Lira.

Aliás, quero pedir o apoio do Ministro Paulo Guedes, se ele puder também se pronunciar para colegas aí no plenário. Nós podemos fazer uma votação casada, votar o imposto sobre grandes fortunas e o Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, para que efetivamente aqueles que acumulam as maiores fortunas, aqueles que acumulam renda, os super-ricos no Brasil possam financiar um programa responsável de proteção social, tão necessário para o nosso País.

Quando se fala em economia, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos acompanha, é importante que se recordem alguns números. Em 2015, a dívida brasileira era de 2,8 trilhões de reais. É evidente que era uma dívida grande, causada especialmente por esse ambiente especulativo que busca taxas de juros cada vez mais inaceitáveis para remunerar um capital vadio, que não gera produção, emprego nem renda nova no País. Naquele período em que a dívida era de 2,8 trilhões de reais, algumas vozes se levantaram para dizer que os Governos Lula e Dilma haviam quebrado o Brasil. Em cima desse discurso, organizaram um golpe de Estado que, de maneira ilegal, afastou a Presidenta Dilma, e iniciaram um longo período de Governos: primeiro, o Governo do golpe, de Michel Temer; depois, o Governo Bolsonaro, que se elegeu numa eleição marcada pelas *fake news*, um assunto que ficará para outro dia.

Sabe qual é a dívida agora, Deputado Arthur Lira, Sras. e Srs. Deputados? A dívida é de 5 trilhões de reais. Em apenas 5 anos de Governo, com a política econômica marcada pelo fanatismo liberal, a soma do Governo do golpe, de Temer, com o da era do bolsonarismo, de Paulo Guedes, Bolsonaro e do fanatismo liberal, conseguiu-se praticamente duplicar a dívida brasileira. Eu pergunto: como ficamos nós, que ouvíamos aquelas mentiras repetidas inúmeras vezes de que o Brasil estava quebrado? Agora, sim, o Brasil infelizmente caminha por uma trilha de política econômica que está nos levando a um impasse cada vez maior.

Outro dado interessante é que, no final de 2014, quando diziam que o Brasil estava quebrado, o Brasil teve a menor taxa de desemprego da sua história recente. Depois da geração de 18 milhões de empregos com carteira assinada durante os Governos Lula e Dilma, a taxa de desemprego caiu para 4,8%, que é a menor taxa de desemprego das últimas décadas.



Aí entrou a política do fanatismo liberal, e as desculpas se sucedem, as antirreformas são votadas, o desemprego só cresce e a situação econômica do Brasil só piora.

Outro dado sobre a economia, senhoras e senhores brasileiros que nos acompanham, é que o investimento estrangeiro direto no Brasil, que é uma medida interessante para acompanhar a confiança no País, a possibilidade de crescimento e a geração de emprego, chegou, nos períodos de Governos Lula e Dilma, a bater na faixa dos 80 a 100 bilhões de reais por ano. No ano de 2012 especialmente, chegamos a 100 bilhões de dólares de captação de investimento estrangeiro direto no Brasil.

Sabe o que está acontecendo agora com o Governo Bolsonaro? O Governo Temer derrubou isso para 68 bilhões de dólares, fruto da instabilidade econômica gerada pela anarquia institucional que o País foi mergulhado com o golpe, com a quebra dos princípios democráticos do Estado Democrático de Direito. E hoje, com a gestão de Guedes e Bolsonaro, o Brasil captou apenas 34 bilhões de dólares no ano passado. E diga-se que, no ano antes da pandemia, também esse valor havia caído, e caído muito.

Então, Presidente Arthur Lira, nós precisamos votar o imposto de grandes fortunas, precisamos votar a volta do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos e precisamos ter um programa robusto, um Bolsa Família fortalecido, com critérios de saída e de entrada, não um quebra-galhos de 200 reais, como o Ministro Paulo Guedes andou falando.

Se o Governo não tem condições de organizar um Bolsa Família reforçado, que pelo menos retome, enquanto não organizar os cadastros, os 600 reais que eram chamados de auxílio emergencial, o que na verdade é um direito essencial. Não se trata de um auxílio emergencial, mas de um direito essencial: é o direito à vida, ao mínimo de dignidade, o direito à alimentação, o direito ao mínimo de dignidade para as pessoas.

Por fim, quero reafirmar a minha denúncia: Bolsonaro é um Presidente absolutamente irresponsável. Ele negou a possibilidade da compra de 60 milhões de doses da vacina Coronavac entre os meses de julho e outubro de 2020. Ele recebeu três ofertas em que poderia ter comprado 60 milhões de doses da Coronavac. Por isso esse crime de uma vacinação lenta, de uma vacinação que não consegue chegar às pessoas. Hoje, pessoas com 80 anos não encontram vacina no País. Por isso se espalha esse debate sobre qual o setor deve ser vacinado antes. Na verdade, toda a vacinação no Brasil está atrasada porque nós temos um Presidente irresponsável, um Presidente que nega a pandemia, um Presidente que fala contra a vacinação, um Presidente

que incentiva o não uso de máscaras, um Presidente que está matando milhares de brasileiros e causando um prejuízo incalculável para a economia brasileira com o atraso na vacinação.

Documento 82/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 3.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD | 20:32 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | DANILO CABRAL-PSB -PE | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 21, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição.

O SR. DANILLO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, também vai orientar "sim".

Eu queria aproveitar rapidamente este minuto aqui para parabenizar o Governo Paulo Câmara, do Estado do Pernambuco, que hoje encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco um projeto de auxílio emergencial para os trabalhadores e agremiações do carnaval de Pernambuco.

Enquanto debatemos aqui a autonomia do Banco Central, em vez de estarmos debatendo o auxílio emergencial para quase 70 milhões de brasileiros, Pernambuco, mais uma vez, dá um exemplo da prioridade da sua agenda e da sua pauta. O Governo, portanto, vai encaminhar esse projeto, que vai garantir recurso da ordem de 3 mil a 15 mil reais a artistas e agremiações no nosso Estado.

V.Exa. sabe da importância do carnaval. E, na verdade, Pernambuco faz o melhor e o maior carnaval do mundo. Então, era importante que garantíssemos esse apoio nesse momento de dificuldade para os artistas.

Documento 83/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|-------|
| 3.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD | 20:36 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | JOSÉ NELTO-PODE -GO | |

Sumário

Apoio à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Defesa de realização das reformas administrativa e tributária e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PODE - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta matéria já vem sendo discutida há muito tempo no Brasil, no Parlamento, no Congresso Nacional: a autonomia do Banco Central. E nós temos que seguir aquilo que está dando certo, o FED americano, os bancos centrais da Europa. Não podemos aceitar que o Presidente da República e o Ministro da Economia venham com demagogia justamente na área monetária. É muito sério! O Banco Central é o guardião da nossa moeda! Essa é uma matéria importante que nós estamos votando para o bem do Brasil.

Eu não tenho a menor dúvida, estou consciente dessa matéria. Sei que muita gente está preocupada. É direito de quem é contrário se posicionar, apresentar emendas, apresentar suas propostas. Faz parte do Parlamento o debate, o bom debate. Agora, ir contra a autonomia do Banco Central é remar contra a correnteza. Nós somos favoráveis a essa matéria e achamos que é um passo importante.

Concluindo, Sr. Presidente, informo que nós queremos votar todas as reformas que não foram votadas, a reforma administrativa, a reforma tributária, a quebra do sistema financeiro, do cartel, com abertura para o mercado externo.

Isso é necessário para que o Brasil possa crescer, ter credibilidade e um ambiente bom nos negócios, gerando emprego e renda para o povo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, nós queremos vacinar o povo brasileiro.

Peço a V.Exa. que faça constar a minha fala do programa *A Voz do Brasil*.

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 16, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Congratulações à Oposição diante da desistência do Governo do Estado do Ceará de publicação de livro sobre a epidemia de coronavírus.

O SR. CAPITÃO WAGNER (Bloco/PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PROS orienta "não".

Eu aproveito este 1 minuto destinado à orientação para registrar o quanto é importante o trabalho da Oposição. Na última segunda-feira, nós denunciávamos que o Governo do Estado do Ceará - e falei sobre isso hoje nesta Casa - tinha, de forma irresponsável, disponibilizado 550 mil reais para patrocinar um livro sobre a pandemia no Estado, que é o Estado do Nordeste que mais perdeu vidas - em nossa capital, Fortaleza, houve o maior número de óbitos de todo o Nordeste.

E hoje, agora à noite, nós recebemos com muita alegria - e é com satisfação que anuncio isso à população cearense - a notícia de que esse prejuízo foi evitado. O próprio escritor se constrangeu com o absurdo e abdicou de fazer a peça literária, e o Governo do Estado, ao final da tarde, declarou rescindido o contrato.

Quero parabenizar a Oposição cearense pela atuação que evitou um prejuízo de mais de meio milhão aos cofres públicos.

Documento 85/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|---------------------|
| 3.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD | 20:48 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | IVAN VALENTE-PSOL -SP | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | DOS ORDENS DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 16, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Alcance da marca de 235 mil mortes no País em

decorrência da Covid-19. Contrariedade à anunciada criação de auxílio emergencial no valor de 200 reais. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por milhares de mortes decorrentes do coronavírus. Apresentação pelo PSOL de proposta para criação de renda básica permanente. Defesa da implantação de política de geração de emprego e renda no País, e de vacinação em massa contra a Covid-19. Apoio à aprovação de pedido de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o PSOL vai votar favoravelmente ao destaque do PDT, que é mais uma redução de danos em razão que tem sido negada pelo Governo.

Eu queria aproveitar este momento para falar sobre a pandemia, que, conforme notícias de agora, causou ontem quase 1.400 mortos. Nós estamos com um total de 235 mil óbitos no Brasil em razão dessa política genocida do Bolsonaro e sabemos que as pessoas estão desempregadas e sem qualquer auxílio.

Apesar disso, em vez de estarmos discutindo auxílio emergencial, o que o Governo está ventilando é uma barbaridade!

Como é que o Governo tem a pachorra de, depois de o Congresso Nacional ter determinado o pagamento de 5 parcelas de 600 reais e 4 parcelas de 300 reais, dizer que ele pode pagar 3 parcelas de 200 reais e olhe lá? "Olhe lá" quer dizer o seguinte: tem que fazer curso técnico; tem que estar empregado por meio da chamada Carteira Verde e Amarela, que venceu aí na Câmara, que representa a retirada de direitos, a precarização do trabalho; e, mais do que isso, tem que ter ajuste fiscal.

Deputado Henrique Fontana, o que eles querem fazer é arrumar um dinheirinho saindo sabe de onde? Do Seguro Defeso, do Abono Salarial, do próprio BPC. Querem tirar dinheiro de pessoas com deficiência. E veja como eles são generosos: querem incorporar ao Bolsa Família 1 milhão de pessoas que já têm direito de participar do programa, que já estão na fila há muito tempo!

É óbvio que o Governo sabe que a popularidade do Bolsonaro só cresceu por causa do auxílio emergencial. Ele é o principal responsável por essas centenas de milhares de mortes, com essa política negacionista, genocida e imprevidente. Nós não temos vacinas; a economia vai mal; e as pessoas não têm como responder economicamente. Então é óbvio que o auxílio emergencial nem deveria ser emergencial; nós deveríamos estabelecer uma renda justa.

Até por isso, o PSOL apresentou, ano passado, uma proposta que

mostra a viabilidade e a possibilidade de se ter não uma ajuda, mas uma renda justa permanente, que poderia até chegar a 600 ou 800 reais. Esse seria um recurso do qual metade do que se gastasse voltaria imediatamente em impostos, Sr. Presidente. Metade do valor pago em auxílio emergencial voltou! Inclusive, nós sabemos que o PIB iria cair 10% ou 12%, e caiu só 4% por uma razão muito simples: porque houve circulação de moeda. O povo experimentou pela primeira vez alguma ajuda do Estado, a presença do Estado. E isso significou mais gastos na indústria, no comércio, mais circulação de recursos, de mercadorias. Senão, caminhoneiros já estariam em greve, muito mais gente estaria se contaminando com essa política genocida, e nós teríamos chegado a 500 mil mortes, e não a 235 mil.

Isso tudo mostra o seguinte: que nós podemos ter uma política, sim, mas não com essa proposta. Não com a autonomia do Banco Central; não com propostas que dão mais dinheiro para banqueiros, fingindo que estão atraindo capital. É preciso que o Estado brasileiro proteja a população.

Política de geração de empregos e distribuição de renda são palavrões neste Governo que tem o Paulo Guedes. Esse cidadão é um homem do mercado financeiro, e ele quer aprovar a autonomia do Banco Central para entregar o Banco Central diretamente a quem já manda ou vai mandar futuramente - futuramente, eles indicarão a política para sempre.

Nós propomos um outro projeto, com distribuição de renda, vacinação em massa.

Cadê a compra das vacinas? O Bolsonaro não quis comprar a CoronaVac porque ela é chinesa!

Para uma figura como essa, execrável, só pode haver um caminho: o impedimento, o *impeachment*. No entanto, o Congresso Nacional silencia quanto a isso, para dar recursos ao capital financeiro, a fim de satisfazer banqueiros no nosso País. Nós temos que proteger é a população brasileira.

Documento 86/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 3.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD | 21:00 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | JOENIA WAPICHANA-REDE -RR | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 16, apresentada ao Projeto de Lei Complementar nº 19, de 2019, sobre a definição dos objetivos do Banco Central do Brasil, a sua autonomia, a nomeação e exoneração do Presidente e Diretores da instituição. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19, especialmente aos de Manaus, Estado do Amazonas. Necessidade de debate da vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A REDE vai orientar "sim" à emenda do PDT e ao seu destaque, justamente porque ela cria o comitê de política cambial, com o objetivo de dar esse parâmetro necessário para a atuação de uma política cambial no País.

Quero aproveitar, Presidente, para reforçar os cuidados que são necessários neste momento e me solidarizar com todas as famílias de vítimas da COVID-19, especialmente em Manaus, no Amazonas.

Foi divulgado agora que há uma preocupação crescente dos cientistas com uma terceira onda da doença no Amazonas, seu Estado, Sr. Presidente. Essa preocupação é real. Nós precisaríamos discutir a vacinação de toda a população, bem como medidas para combater a COVID-19, que ainda não acabou.

Deixo a minha solidariedade a todas as famílias de vítimas da COVID-19 e às que contraíram o coronavírus aqui na Casa, no Parlamento, depois da última sessão de eleição da Mesa.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 87/326

| | | |
|------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 3.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD | 21:08 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Congratulações à Presidência pela participação em ato a favor da retomada do auxílio emergencial de 600 reais. Urgente necessidade de recriação do benefício pecuniário.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria parabenizá-lo, porque hoje, ao

meio-dia, V.Exa. participou de um ato em defesa da renovação do auxílio emergencial. Essa é a maior questão para o povo brasileiro.

V.Exa. é de Manaus e sabe que numa pandemia como esta, em que se exige que as pessoas fiquem afastadas, isoladas, elas não têm do que sobreviver, e a renovação do auxílio emergencial se faz urgente, porque as pessoas precisam ter condições de sobrevivência. O auxílio de 600 reais mostrou ser efetivo para cobrir as despesas das pessoas, mas com 200 reais é impossível. A pessoa que vive de aluguel não conseguirá se alimentar e pagar aluguel. Hoje, só o botijão de gás custa 80 reais, 85 reais, 90 reais, 95 reais, até 100 reais.

Por isso, Presidente, eu o parabenizo e acho que V.Exa. pode ajudar no sentido de que esta Casa renove o auxílio emergencial. E volto a dizer, nós temos que renová-lo no valor de 600 reais, porque é isso que vai possibilitar às famílias brasileiras se alimentarem, até que acabe a pandemia.

Documento 88/326

| | |
|------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
| 3.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD 21:16 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Manifestação de boas-vindas ao Prefeito Municipal de Recife, João Campos, em visita à Casa. Congratulações ao gestor da Capital pernambucana pela criação da Renda Básica de Cidadania. Empenho do orador na retomada do auxílio emergencial de 600 reais e na implementação do Programa de Renda Básica.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu apenas gostaria de saudar o Prefeito de Recife, João Campos, e parabenizá-lo pela iniciativa da Renda Básica de Cidadania, o auxílio emergencial.

Nós queremos, Prefeito, renovar os 600 reais do auxílio emergencial até o fim da pandemia e também aperfeiçoar a Renda Básica de Cidadania. V.Exa. foi o Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Renda Básica, que, com a sua saída, ficou com a Deputada Tabata Amaral, e eu fiquei na Secretaria-Geral.

Nós queremos também implementar o Programa de Renda Básica, do Senador Eduardo Suplicy, que passa, neste momento, pelo

aperfeiçoamento do Bolsa Família, a sua ampliação.

Seja bem-vindo e bom trabalho em Recife!

Documento 89/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------|------------------------|
| 3.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD 21:16 | |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | DANILO CABRAL-PSB -PE | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Saudação ao Prefeito Municipal de Recife, João Campos, em visita à Câmara dos Deputados. Realização da nova etapa de vacinação contra a Covid-19 no Estado de Pernambuco. Necessidade de discussão pela Casa da retomada do auxílio pecuniário emergencial e da vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Encaminhamento à Assembleia Legislativa, pelo Governador Paulo Câmara, de proposta sobre a criação de auxílio emergencial para o setor cultural.

ppp **O SR. DANILO CABRAL** (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da Liderança do PSB, não poderíamos deixar de registrar a presença do nosso querido e motivo de orgulho do nosso partido, o Prefeito João Campos, que foi colega nosso aqui de bancada. E queremos falar também da nossa alegria de ver João tirando do papel aquele conjunto de promessas que assumiu com a população do Recife.

Estamos discutindo dois pontos nesta Casa como prioridade, aos quais o João, à frente da Prefeitura, já vem dando sequência. O primeiro deles é a preocupação com o processo de vacinação da nossa população. O Recife entrou em uma nova etapa no processo de vacinação. Recife e Pernambuco, a partir da ação do Governador Paulo Câmara, vêm dando um exemplo da responsabilidade com que vêm tratando esse tema, com um índice de vacinação acima da média do Brasil.

E o segundo ponto fundamental com que esta Casa também tem manifestado preocupação é a questão do auxílio emergencial. Essa é a principal pauta, depois da vacina, que nós temos que colocar aqui em discussão.

Há 70 milhões de brasileiros à espera de uma solução para poder garantir a sua dignidade, e Pernambuco também dá o exemplo não só com o auxílio emergencial que o João implantou também na Prefeitura

agora para aqueles que são trabalhadores da cultura, que fazem o carnaval de Recife, como o Governador Paulo Câmara também encaminhou hoje à Assembleia uma medida semelhante para garantir aos artistas e agremiações do Estado de Pernambuco a cidadania com o auxílio emergencial.

É um orgulho para o PSB ter João Campos como Prefeito de Recife e Paulo Câmara como Governador de Pernambuco.

Documento 90/326

| | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------|
| 3.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD 21:20 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - | FELIPE CARRERAS-PSB -PE |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Agradecimento ao Presidente Arthur Lira e ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Marcelo Ramos, pelo apoio ao setor de entretenimento. Dificuldades enfrentadas pelos produtores de eventos em decorrência da epidemia de coronavírus. Congratulações à Associação Brasileira de Promotores de Eventos - ABRAPE, por ação promovida junto ao Parlamento brasileiro em prol do setor.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao Presidente Arthur Lira e agradecer a V.Exa.

O Deputado Marcelo Ramos é um entusiasta, é um defensor da indústria do entretenimento. Quantas vezes ele falou comigo que estava conosco, com a nossa querida Beth, de Manaus.

Presidente Marcelo, povo brasileiro, queridos colegas Deputados e Deputadas, agora neste momento vários produtores de eventos em todo o Brasil estão nos assistindo pela *TV Câmara*.

Diante desta pandemia, dessa situação tão grave que o Brasil atravessa, o único setor econômico, a única atividade econômica, Prefeito João Campos, que está proibida de trabalhar, que não pode trabalhar, que não pode gerar emprego, é o setor de produção de eventos.

Então, o Parlamento está cumprindo o seu papel na noite de hoje, querido Líder Danilo Cabral. Hoje nós tivemos um evento que contou com a presença de 120 Parlamentares - estava lá conosco o querido



amigo, colega, defensor do setor, o Deputado Wolney Queiroz - e de 6 Senadores. É um projeto que conta com a assinatura de 385 Parlamentares, de esquerda, de direita, de centro, da base do Governo e da Oposição.

É com unanimidade que o Parlamento precisa dar a mão a esse setor, que vai completar 1 ano sem nenhum faturamento. Por isso, eu quero agradecer aos colegas Deputados.

Deputado Vitor Hugo, quero parabenizar a ABRAPE - Associação Brasileira dos Promotores de Eventos por um feito histórico, que foi conseguir ecoar sua angústia no Parlamento. É difícil encontrar um colega nesta Casa que não tenha sido tocado e que não queira fazer justiça, por meio da Casa do Povo, para socorrer esse setor, que é a alma da cultura do nosso País. É esse setor que promove eventos do axé da Bahia; é esse setor que promove o samba; é esse setor que promove o frevo do Recife, que o Prefeito João Campos socorreu com o auxílio emergencial, assim como fez o Governador Paulo Câmara, em Pernambuco. Esse setor precisa da nossa Câmara, esse setor precisa do Parlamento brasileiro.

Eu estive presente ontem no Gabinete do Presidente da República - sim, como Deputado de oposição que sou - e reafirmei, olhando nos olhos do Presidente: eu não faço uma oposição que não tem capacidade de ter sensibilidade de socorrer um setor que está na UTI, se observarmos o que está passando o setor de produção de eventos. Sensibilizamos o Presidente e estivemos com o Presidente do Senado Rodrigo Pacheco, que nos recebeu muito bem.

Aqui, na noite histórica de hoje, o Parlamento brasileiro não está tratando como invisíveis os produtores de eventos, os artistas. Muito mais do que tentar salvar empresários, está olhando para os invisíveis do setor, que são seguranças, carregadores, iluminadores, bilheteiros, cenografistas, eletricitas, que estão sem esperança. Não podemos fazer com que esses trabalhadores, que querem dignidade, percam a esperança.

Prefeito João, Deputado Danilo e Deputado Wolney, colegas de Pernambuco, eu vou resgatar uma frase do saudoso Ariano Suassuna. Ele dizia que o pessimista é um chato; o otimista...

Diga aí, Deputado Wolney!

O SR. WOLNEY QUEIROZ (PDT - PE) - O otimista é um tolo; o pessimista é um chato; e ele é um...

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE) - Eu prefiro ser um realista

esperançoso.

Obrigado, Deputado Wolney! (*Palmas.*)

Nós não vamos perder a esperança. O Brasil tem esperança, e vamos salvar o setor de entretenimento.

Obrigado, Presidente!

Obrigado, colegas Parlamentares!

Peço que a nossa fala seja registrada no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 91/326

| | | |
|------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 3.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021- CD | 22:04 |
| Publ.: DCD - 2/11/2021 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do Inciso IX, art. 5º, do Projeto de Lei nº 5.387, de 2019, a respeito do mercado de câmbio brasileiro, do capital brasileiro no exterior, do capital estrangeiro no País e da prestação de informações ao Banco Central do Brasil.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, inicialmente, eu quero trazer aqui a nossa estranheza com o fato de que, diante dos 230 mil mortos, diante do vencimento do auxílio emergencial, esta Casa não discutiu os temas que interessam ao povo brasileiro, ou seja, auxílio emergencial, ajuda às empresas, para continuar a suspensão do contrato de trabalho, vacina para todos, emprego.

O que ela está discutindo são os interesses do andar de cima, são os interesses da elite, daquele segmento mais rico do País, e não dos mais pobres. Hoje vem discutir contas em dólar. Ora, os que têm condição de operar nesse nível são muito poucos. Mas as prioridades deste Governo genocida são os interesses desses muito poucos.

Por isso, o PT orienta obstrução.

Documento 92/326

3.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/02/2021-
CD 22:28

Publ.: DCD - 2/11/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Apelo às autoridades competentes de vacinação dos professores antes da retomada das aulas presenciais.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que nos esforcemos para criar mecanismos, senão legais, formais, pelo menos políticos, necessários, para que sejam vacinados os nossos professores. Não há como começarem as aulas presenciais sem que os nossos mestres, os professores, as professoras e a direção de escolas sejam vacinados. Isso é fundamental que aconteça.

Eu inclusive apresentei um projeto sobre o chamado "fura-fila", para combater o ato de furar fila, para punir o fura-fila. Nós não podemos permitir que ninguém fure a fila. Agora não podemos permitir que o professor ministre aulas, que é uma aglomeração, porque é numa sala de aula. É uma aglomeração formal que vai acontecer, nas aulas. Esse professor tem que estar vacinado, com a vida protegida, para proteger a si, a sua família, os seus alunos e a família dos alunos.

Eu faço este apelo. O PDT quer que os professores sejam vacinados antes que comecem as aulas. É o apelo que faço, Presidente.

Muito obrigado.

Documento 93/326

3.2021.B

Sessão Outro Evento

11/02/2021-08:56

Publ.: DCD - 2/12/2021 - MERLONG SOLANO-PT -PI

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Transcurso do 41º aniversário de fundação do PT. Elevação dos índices de pobreza no País. Lentidão do processo de vacinação contra a Covid-19. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais; do estado de calamidade pública; do orçamento de guerra e de flexibilização do teto de gastos públicos em prol da área de saúde.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Presidente Ricardo Silva, Sras. e Srs. Deputados, o Partido dos Trabalhadores completou 41 anos de uma jornada em defesa do desenvolvimento com inclusão social.

Na Oposição, ajudamos a fortalecer a democracia, incentivamos os movimentos sociais e sindicais e trouxemos para a seara da política setores tradicionalmente excluídos.

No Governo, mostramos que é possível reduzir a pobreza e fazer a economia crescer, gerando empregos e distribuindo renda. Mostramos que o Brasil pode ser respeitado no mundo, mediante uma política séria e pragmática.

Mas tudo isso é passado. Essa distribuição de renda já está na contramão. Nos últimos 5 anos, a pobreza voltou a aumentar no Brasil. Neste exato momento, convivemos com um quadro ainda mais grave. Muitos brasileiros estão correndo da pobreza e tentando escapar também do coronavírus, da COVID-19.

Sr. Presidente, colegas Deputados, a luz no fim do túnel é a vacinação, mas está andando muito lentamente, está andando a conta-gotas. O Brasil nem sequer atingiu 2% da população vacinada. Nesse ritmo em que estamos indo, os benefícios da vacinação só chegarão no final do ano ou mesmo no próximo ano.

Em razão disso, não podemos comemorar, neste momento, com festas o aniversário do PT. E eu entendo que a Câmara também tem que retomar a iniciativa que teve, que foi forte no ano passado, quando tomou decisões que impediram que o quadro do Brasil fosse ainda mais grave dos pontos de vista social e econômico, como a criação do auxílio emergencial.

Precisamos retomar essas decisões. Recriar o auxílio emergencial no valor de 600 reais é uma necessidade social, mas também econômica, e ainda há outras providências que precisarem ser tomadas para que o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais possam enfrentar esta pandemia, que logo chegará a 300 mil mortos no Brasil. Vamos retomar o estado de calamidade pública, o orçamento emergencial e também flexibilizar, pelo menos para a área da saúde, o teto de gastos. São medidas de extrema necessidade para que nós evitemos um colapso social no nosso País.

Peço a V.Exa., Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 94/326

| | | |
|-------------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 3.2021.B | Sessão Outro Evento | 11/02/2021-09:00 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Ineficácia das reformas trabalhista e previdenciária, bem como da autonomia do Banco Central e da privatização de estatais como instrumentos de geração de novos empregos. Alcance do patamar de 15 milhões de trabalhadores desempregados no Brasil. Não discussão, pela Casa, da vacinação dos profissionais da educação e de medidas em prol dos estudantes brasileiros.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, demais pares que estão nesta sessão. Bom dia a todos que nos acompanham pela TV *Câmara* e pelas demais mídias da Câmara dos Deputados.

Hoje eu gostaria de dizer que a nossa política pública está num momento que nós podemos chamar de "*me engana que eu gosto*", usando o dito popular. Desde o Governo Temer, tem-se feito a apologia de algumas ações que melhorariam a vida das pessoas, dizendo que a população voltaria a ter emprego. O Governo Temer fez, então, a reforma trabalhista, dizendo que, na sequência, o Brasil retomaria os empregos. Fez a reforma da Previdência, maltratando fortemente os trabalhadores da área pública e privada, para que houvesse mais emprego. Agora, na noite de ontem, vimos a discussão sobre a autonomia do Banco Central, para que haja mais empregos. Em paralelo a isso, as privatizações: vamos vender tudo o que temos porque vamos ter mais empregos.

Eu acho que a população já teve tempo suficiente para fazer as reflexões. Não é justo que o povo seja enganado por nós, por este Parlamento. Individualmente, alguns Deputados têm posições diferentes, mais reflexivas. Entretanto, há tantos outros que vão na mesma balada do Governo, fazendo esse discurso que não emplaca mais na população, pois temos mais de 15 milhões de desempregados, e as pessoas estão caindo cada vez mais para a margem de pobreza.

Essa luta da população tem que chegar aos ouvidos dos Parlamentares. Nós temos que estar no meio do povo, entendendo o que está acontecendo, para que outras medidas sejam discutidas. Fica

vergonhoso nós discutirmos aquilo que só empobrece a Nação, só tira a soberania brasileira e deixa o povo cada vez mais excluído.

Por fim, Sr. Presidente, quero falar de outra questão. Nós estamos vendo os dados sobre a educação brasileira serem fortemente discutidos, e a Câmara dos Deputados poderia ter iniciado este ano legislativo tratando dos mais de 40 milhões de estudantes brasileiros, que são o futuro, de fato, da nossa Pátria, representam a alternância geracional, são aqueles que estarão em nossos lugares e hoje estão impedidos de estudar. Nós não estamos discutindo aqui, por exemplo, vacina para os profissionais de educação, a fim de que possam atender, da forma que for possível - remotamente ou presencialmente - , os estudantes brasileiros.

Só para citar um dado que o INSPER publicou, já que gostamos tanto de falar de economia, um aluno que reprova, que evade a escola, no Brasil, custa 372 mil reais. Então, quanto nós estamos perdendo, se já tivermos fora da escola mais de 5,5 milhões de estudantes que não tiveram contato com a escola no ano de 2020 e não voltaram a se matricular em 2021? Em todos os Estados, houve baixas nas matrículas. Alunos estão fora da escola. Está faltando essa conexão com a escola, está faltando a relação estudante-família-escola.

Vamos olhar essa questão! Este Plenário tem que entender que são quase 50 milhões de estudantes! Falamos tanto em apoiar a população e, neste momento, viramos as costas para aqueles que mais precisam.

Um abraço, Sr. Presidente. Muito obrigada.

Vamos nos ater às questões que mais o povo brasileiro precisa!

Documento 95/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 3.2021.B | Sessão Outro Evento | 11/02/2021-09:04 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | LÍDICE DA MATA-PSB -BA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Indignação da oradora com a privatização da Refinaria Landulpho Alves, da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, instalada no Estado da Bahia. Sucateamento da empresa estatal. Fechamento de agências, postos de atendimento e escritórios do Banco do Brasil. Demissão de funcionários da instituição bancária. Elevada taxa de desemprego na Região Metropolitana de Salvador. Apoio à notificação extrajudicial encaminhada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pelo Consórcio Intermunicipal da Mata

Atlântica, para revogação do Decreto nº 10.253, de 2020, a respeito da alteração da estrutura organizacional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelas mortes de 230 mil brasileiros em decorrência do coronavírus. Pedido à Presidência de informação aos Deputados sobre o tempo dos seus pronunciamentos nas sessões remotas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, realmente, esta manhã nos traz novamente a preocupação com a entrega que este Governo tem feito do patrimônio nacional. De um lado, o sucateamento da PETROBRAS, inclusive, agora, com a venda da nossa Refinaria Landulpho Alves a preço de banana - ou de bandido - para empresas internacionais, atentando contra os empregos de baianos e baianas e contra a economia do nosso Estado.

Mas não contente com isso, agora, recentemente, Paulo Guedes também anunciou seu plano perverso contra o Banco do Brasil: fecharão 112 agências, 242 postos de atendimento, 7 escritórios; está prevista a demissão de mais de 5 mil trabalhadores através do plano de demissão voluntária. Isso é o que farão com um patrimônio nacional como o Banco do Brasil, que, de 2016 a 2019, teve um lucro líquido de mais de 122% e, portanto, é uma empresa plenamente produtiva e que traz lucro para o povo brasileiro.

Continua a tentativa de destruição do Estado brasileiro feita por esse Governo entreguista de Bolsonaro.

Quero apelar aos Deputados de todos da Bahia os partidos para que não aprovem medidas que atentem contra a economia do nosso Estado e os empregos do povo baiano, pois a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Salvador já está entre as maiores do País.

Quero registrar também, Sr. Presidente, o meu apoio ao Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica, que enviou uma notificação extrajudicial ao Ministério da Agricultura solicitando providências que evitem os efeitos danosos sobre a cacauicultura resultantes do Decreto nº 10.253, de fevereiro de 2020, que alterou a estrutura organizacional da CEPLAC, também atentando contra uma instituição que tem imensos serviços prestados ao agronegócio do cacau em nosso País.

Sr. Presidente, nós não podemos concordar com essas medidas que são contra o povo brasileiro, contra o patrimônio nacional, contra a economia do nosso País e contra a economia do nosso Estado, o Estado da Bahia.

Alguns eu ouvi dizer que estão preocupados porque este Governo

danoso está fazendo isso com o apoio de Deputados que são liberais e conservadores. Não é verdade, Sr. Presidente. Na realidade, a maioria desses Deputados são apenas governistas. Apoiaram medidas contrárias aos Governos de Dilma e Lula e, hoje, se colocam a serviço deste Governo traidor das expectativas e das esperanças do povo brasileiro de retomada do crescimento.

Esse Governo é responsável pela morte de mais de 230 mil brasileiros e brasileiras pura e simplesmente pela tentativa de seguir um modelo político-ideológico de negar a existência de um vírus letal, que vem causando danos extraordinários a toda a população humana no mundo inteiro, predando a economia global e acabando com a economia brasileira. Tudo isso porque se coloca de forma a negar os efeitos negativos da doença e, inclusive, a impedir que as vacinas cheguem ao nosso País devidamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Silva. PSB - SP) - Para concluir, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Sr. Presidente, também como os outros Deputados que se manifestaram a esse respeito, desejo que a Câmara retome a possibilidade de os Srs. Deputados que estão remotamente trabalhando acompanharem o tempo de que dispõem para que organizem melhor o seu pronunciamento.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Deputado Ricardo Silva, que é também nosso correligionário do PSB.

Documento 96/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 3.2021.B | Sessão Outro Evento | 11/02/2021-09:08 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas mortes de milhares de brasileiros em decorrência do coronavírus. Apresentação pelo orador, em 2020, de pedido de abertura de CPI para investigação da produção de cloroquina pelo Exército brasileiro, a mando do Presidente da República. Ineficácia do medicamento para o tratamento da Covid-19. Protesto contra a concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil. Morosidade do processo de vacinação contra a Covid-19. Pedido aos Deputados de assinatura do requerimento de criação da CPI da Cloroquina.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou iniciar o meu pronunciamento pela parte em que a Deputada Lídice da Mata terminou, ou seja, falando, mais uma vez, da pandemia no Brasil - a pandemia que, infelizmente, virou genocídio.

Lembrou bem a Deputada: são centenas de milhares de mortos no Brasil. E, infelizmente, não estamos no fim dessa pandemia e nem no fim desse genocídio. Mais mortos virão, porque nós não temos as vacinas, que estão chegando devagar porque não houve política do Governo Bolsonaro para que nós nos antecipássemos e vacinássemos o nosso povo. Portanto, tudo anda muito devagar.

Foi o Presidente também que incentivou, no Brasil, que as pessoas fossem às ruas - ele próprio foi -, se aglomerassem em momentos errados e, portanto, fizessem, como disse o Governador Zema, aqui de Minas Gerais, com que o vírus viajasse. O vírus viajou, e, com isso, milhões de pessoas foram infectadas e centenas de milhares vieram a falecer. Está longe de isso terminar!

Li, outro dia, que o Presidente Bolsonaro não gosta de ser chamado de capitão cloroquina. Mas hoje há mais uma denúncia relacionada a esse medicamento.

Eu lembro que, no dia 29 de julho do ano passado, dei entrada a um pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar por que o Governo fala tanto da cloroquina e gastou tanto dinheiro com isso, lembrando que 3 milhões e 200 mil comprimidos foram produzidos no laboratório do Exército.

Depois, o Presidente Trump, dos Estados Unidos, o ex-Presidente, derrotado, o *I love you* do Presidente Bolsonaro, mandou para o Brasil, porque ninguém queria - nem ele -, 2 milhões de comprimidos de cloroquina. E agora vem a denúncia de que 4 milhões de comprimidos de cloroquina foram produzidos na FIOCRUZ por ordem do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministério da Saúde, com recursos que nós aprovamos, no Congresso Nacional, para outras finalidades. É muito grave isso. E, no meio, há superfaturamento. São mais de 100 milhões de reais envolvidos em compra de cloroquina, que nada tem a ver com o combate à COVID-19.

O Presidente fez *live* com cloroquina, entregou caixa de cloroquina, correu atrás de uma ema mostrando uma caixa de cloroquina. É ridículo! É o Capitão Cloroquina! Ele pode não gostar, mas trata-se do Capitão Cloroquina.

Enquanto isso acontece, a Câmara Federal aprovou a autonomia do

Banco Central e também alterações no mercado cambial. Sabe o que significa isso? Nada, a não ser que banqueiros vão controlar a economia - para o povo significa nada; para os banqueiros, muito - e que o povo, parece ironia, piada pronta, poderá ter conta em dólares no Brasil. Grande coisa!

Mas o que nós vamos fazer com essa pandemia? As vacinas vão continuar chegando a conta-gotas.

Eu peço aos Deputados e às Deputadas que assinem o pedido da CPI da Cloroquina, é o mínimo, para que investiguemos o que o Capitão Cloroquina quer com esse remédio, que não combate a COVID-19, mas de que ele mostra caixas e caixas, fazendo propaganda como um charlatão.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 97/326

| | | |
|------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 3.2021.B | Sessão Outro Evento | 11/02/2021-09:24 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - CORONEL TADEU-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Lançamento das obras da área de escape do Aeroporto de São Paulo/Congonhas. Protesto contra a não abertura, pelo Governador João Doria, de espaço para a realização de feiras e congressos em São Paulo.

O SR. CORONEL TADEU (Bloco/PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Sr. Presidente, problema solucionado, e agora estou pronto para fazer a minha intervenção nesse período de Breves Comunicados.

Bom dia a todos.

Eu estou, neste momento, no Aeroporto de Congonhas, onde será lançado daqui a pouco uma obra em prol da aviação brasileira. Trata-se de uma área de escape, que será construída nas duas pistas do Aeroporto de Congonhas para a segurança de todos os voos. Daqui a pouco, nós vamos fazer o lançamento dessa obra, mas o assunto de hoje é muito mais importante.

Eu gostaria de falar sobre a ciência que o Governador João Doria utiliza para determinar o trancamento e a derrubada de inúmeras atividades comerciais aqui no Estado de São Paulo. Feiras e

congressos atraem por ano 2 milhões de pessoas e geram bilhões de reais em negócios. Dois milhões de pessoas vêm ao Brasil, vem ao Estado de São Paulo fazer suas compras, participar de congressos, e isso é um turismo de negócio muito bom, grande e vultoso. Só que, infelizmente, o Governador João Dória não abre espaço para esse tipo de atividade.

Para que nós possamos fazer uma comparação, todos os *shoppings* aqui da cidade de São Paulo estão abertos, mercadamente, porque querem trabalhar, querem faturar e querem gerar empregos. Um exemplo: um *shopping center* aqui da cidade de São Paulo chega a receber 2 milhões de pessoas num mês - 2 milhões de pessoas em 1 mês; e o setor de feiras e congressos, que atrai 2 milhões de pessoas por ano, não pode trabalhar.

Eles já estão com todos os protocolos consagrados e prontos para serem colocados em prática. Mas, nesse momento, o Governador João Dória prefere deixar mais de 150 mil profissionais no olho da rua, desempregados, sem terem uma renda para sustentar as suas famílias. É preciso que o Brasil tome conhecimento do que vem fazendo esse lunático que está comandando o Estado de São Paulo. É mais um setor atingido de forma grave, de uma forma potencializada.

E aí eu pergunto: será que esse Governador gosta de cuidar de vidas, como propaga pela imprensa o tempo inteiro? Eu acho que não. Peça que façam o julgamento sobre o atual Governador de São Paulo, que cada vez mais está levando o Estado para o buraco. Espero que isso tenha fim, e logo, porque o Estado de São Paulo não aguenta.

Obrigado a todos.

Bom dia, Sr. Presidente.

Documento 98/326

| | | |
|------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 3.2021.B | Sessão Outro Evento | 11/02/2021-09:28 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - RICARDO SILVA-PSB -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Necessidade de investigação e punição dos responsáveis pela aplicação de vacinas vazias contra a Covid-19. Apresentação do Projeto de Lei nº 374, de 2021, sobre a inserção do art. 267-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para criminalização da conduta de simulação da aplicação de vacina. Solicitação aos Líderes partidários de apresentação de conjunto de

projetos de lei destinados à criminalização de condutas relacionadas à Covid-19.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente. Obrigado pela deferência. Eu estava inscrito, passou a minha vez, agora retomo o tempo de 3 minutos.

Deputados e Deputadas, eu venho a esta tribuna trazer uma preocupação quanto aquilo que estou acompanhando, Deputado Evair Vieira de Melo, Deputado Ricardo Barros, informações e vídeos que circulam pela Internet. Fui pesquisar alguns verdadeiros, de pessoas que estão aplicando a vacina, mas não estão injetando o líquido da vacina para a imunização.

É claro que nós precisamos investigar o que está levando algumas pessoas a fazerem isso, se é para guardarem, se é para levarem para algum familiar ou se é para venderem em algum mercado ilegal. O fato é que esta Câmara dos Deputados não pode observar um fato tão grave e não avançar em uma punição penal específica.

Deputado Evair, ontem, protocolei um projeto, fruto de um estudo amplo da nossa Assessoria Jurídica, que torna crime essa conduta de colocar a agulha na pessoa e não inserir o líquido. Isso é um crime contra a saúde pública, é um crime grave. Estamos propondo uma pena de 8 anos a 12 anos de reclusão, com alguns requisitos de aumento de pena. Por exemplo: se o crime for praticado contra a pessoa idosa, se for praticado por funcionário público, ou se o seu resultado levar à morte, a pena será dobrada, podendo chegar a 24 anos de prisão. Imaginem que uma pessoa idosa vá tomar a vacina e é enganada. Ela não toma a vacina, vai para casa, após um período acredita que está imunizada, contrai a COVID e morre. Imaginem que fato grave! Tem que haver uma punição severa.

Eu estarei hoje no Colégio de Líderes e pedirei aos Líderes partidários que nós façamos um pacote de projetos que criminalizem algumas condutas relacionadas à COVID-19. Essa é uma que nós precisamos enfrentar com bastante critério.

Então, chamo a atenção deste Plenário, chamo a atenção dos Líderes partidários, para que nós possamos avançar nesse tema e punir quem está fazendo algo tão grave no momento em que as pessoas mais estão ansiosas, que é o momento da vacinação.

Um abraço a todos. Conto com o apoio dos nobres colegas Deputados e Deputadas desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 99/326

| | | |
|---------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 3.2021.B | Sessão Outro Evento | 11/02/2021-09:28 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Votos de jornada exitosa ao Deputado Marcelo Ramos no exercício do cargo de 1º Vice-Presidente da Casa. Luta do Parlamentar em prol da vida e da vacinação do povo amazonense contra o coronavírus. Não inclusão da vacinação contra a Covid-19 no elenco de prioridades do Governo Jair Bolsonaro para o ano de 2021. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial às populações vulneráveis, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Prioridade máxima do País na vacinação contra a doença.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, querido Presidente Marcelo Ramos. É uma honra poder compartilhar com V.Exa. momentos importantes do Brasil, como este em que V.Exa. preside esta sessão. Desejo a V.Exa. uma jornada exitosa, brilhante, empreendedora, dinâmica, características de sua personalidade enquanto Parlamentar. Conte com o meu apoio, aliás, com o meu incondicional apoio, pois eu sei que V.Exa. quer o bem do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ao contemplar as 35 prioridades do Governo Bolsonaro em relação ao ano legislativo de 2021, é importante destacar que a ausência da maior das prioridades se fez sentir. Aliás, os argumentos sempre repercutidos nos discursos do nosso Presidente em exercício, o Deputado Marcelo Ramos, que esta presidindo a sessão, são: cuidar de vidas; salvar vidas, o que ele vem fazendo como Deputado Federal pelo Estado de Amazonas através de sua atividade parlamentar; vacinar para a retomada da economia brasileira -- vacinar, vacinar e vacinar. Ao mesmo tempo, procura, evidentemente, empreender uma logística eficiente, inteligente, criativa, que contemple a ampla maioria da população.

Enquanto isso o Presidente Jair Bolsonaro sustenta esse discurso que joga dúvida sobre a eficácia da vacina. É claro que o que diz a liderança maior do País, porque Presidente da República é o cargo número 1 da República, repercute sobretudo naqueles que são seus seguidores. O discurso, literalmente reptiliano do Presidente da

República, associa um eventual efeito da vacina à transformação -- vejam V.Exas. -- em jacarés.

Eu fico imaginando o que os outros Presidentes, os líderes mundiais, devem pensar do Brasil, que tem um Presidente que associa o efeito da vacina à transformação em jacaré -- jacaré, jacaré, jacaré! Isso é lamentável!

Dessa forma, os seus seguidores, muitas vezes, induzidos ao erro, recusam-se a se vacinar. E eles, não vacinados, podem contaminar outras pessoas. E quem vai sofrer com isso? Esses vulneráveis que estão precisando do auxílio emergencial, não de 200 reais, não de 300 reais, pois isso é esmola!

É preciso investir no auxílio emergencial. Auxílio emergencial é um investimento, porque, sem ele, haverá aumento da violência social, já que estamos com 14 milhões de desempregados. *"Ah, mas não há espaço fiscal para o auxílio emergencial."* Essa reengenharia cabe ao Líder, cabe ao Executivo Federal, cabe àquele que assumiu como candidato o ônus, ao ser eleito, de presidir o Brasil.

Antevendo ou não uma pandemia, o fato é que estamos vivendo um momento difícil. Cabe ao Presidente da República pensar junto com seus Ministros e a sociedade o espaço fiscal necessário para que evidentemente nós possamos reerguer a economia nacional.

Eu pergunto à V.Exa., já que congelou a imagem aqui, quantos minutos ou segundos me restam.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Deputado Fábio Trad, o tempo já se encerrou, mas V.Exa. tem 1 minuto para concluir.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nessa sustentação, faço ênfase a uma reivindicação maior: o Brasil precisa se unir em torno da prioridade máxima, que é vacinar todos, para que possamos normalizar a vida econômica e social e assim reerguer a nossa economia.

Sr. Presidente, se possível, gostaria que o meu pronunciamento fosse repercutido no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

3.2021.B Sessão Outro Evento 11/02/2021-09:36

Publ.: DCD - 2/12/2021 - VILSON DA FETAEMG-PSB -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Relevância do papel desenvolvido pelos Parlamentares junto à sociedade brasileira. Solidariedade aos familiares dos 235 mil mortos no País em decorrência da Covid-19. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores autônomos, desempregados e famílias carentes para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Defesa de vacinação do povo brasileiro contra a doença. Apelo ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, de prioridade na vacinação do homem do campo.

O SR. VILSON DA FETAEMG (PSB - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, pessoa por quem temos muito respeito e carinho, desde o momento em que o conhecemos na Câmara Federal -- eu estou no primeiro mandato --, quero, em seu nome, cumprimentar todos os Parlamentares, todos os pares, bem como a população brasileira, que está nos assistindo por meio da TV Câmara.

Gostaria de dizer que o nosso mandato de Parlamentar é muito importante, mesmo que alguns ainda critiquem o nosso papel, dizendo que não é importante o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado.

Quero dizer para a população brasileira que nós cumprimos um papel muito importante na Câmara Federal. Somos os verdadeiros representantes do povo, não só das pessoas que votaram em nós, mas também das que não votaram.

Sr. Presidente, quero me solidarizar com as famílias brasileiras que perderam seus familiares e entes queridos. O Brasil chegou hoje, praticamente, à marca de 235 mil óbitos. Todo dia o Brasil está batendo recorde, com mais de mil óbitos por dia. Isso merece uma grande reflexão.

No meu Estado de Minas Gerais, só ontem houve 243 óbitos; no Brasil, 1.330 óbitos. Por que eu estou colocando isso? Porque temos a necessidade de continuar com o auxílio emergencial de 600 reais. Nós precisamos disso.

Há muitos brasileiros e brasileiras -- há os ricos, há aqueles que têm condição financeira estabilizada -- que estão nas cidades, nas periferias, passando fome, passando necessidade. Se deixarmos o nosso mandato e andarmos nas ruas, vamos ver muita gente nas

esquinas pedindo comida. Esse pessoal ainda precisa do auxílio. Enquanto persistir o vírus e não se acelerar a vacinação no Brasil, precisamos dele.

Eu quero conclamar os nossos pares, independentemente se são do centro, da Esquerda ou da Direita, do Governo, a aprovarmos a continuidade, pelo menos por alguns meses, do auxílio emergencial. Nós não podemos tolerar mais tanta morte no Brasil. O Brasil lidera o segundo lugar no *ranking* mundial de óbitos. Essa estatística é muito ruim, deveríamos estar em último lugar. Precisamos combater o vírus, precisamos de vacinação.

Sr. Presidente, quero dizer também que muitas pessoas e colegas têm criticado: "*Mas como o Governo vai pagar?*" É só o Governo ter coragem de cobrar dos sonegadores fiscais, dos que fazem renúncia fiscal, dos que não pagam imposto neste Brasil. Sabemos que há muita gente milionária, bilionária, que não paga imposto. Se esse povo pagar, com certeza, teremos condição de bancar o auxílio emergencial.

Sr. Presidente, gostaria de dizer ao nosso povo brasileiro que entramos com requerimento também no Ministério da Saúde, fazendo solicitações ao Sr. Ministro em prol dos trabalhadores rurais, do homem do campo e da mulher do campo, que não podem parar de trabalhar. Se pararem de trabalhar, vai faltar alimento na mercearia e no mercado para o povo comprar.

Esse é um tipo de estabelecimento que na pandemia não pode fechar, e não está fechando, apesar de muita coisa ter fechado.

Eu gostaria de contar com a compreensão dos pares e reforçar o nosso pedido: que os nossos trabalhadores rurais, os nossos agricultores familiares que estão na linha de frente trabalhando e produzindo pudessem também entrar na lista de prioridade para a vacinação.

Presidente, eu agradeço a oportunidade e deixo meu mandato à disposição, em prol de um Brasil mais justo, fraterno e igualitário.

Documento 101/326

| | | |
|-----------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 3.2021.B | Sessão Outro Evento | 11/02/2021-09:40 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Solidariedade da oradora e da bancada do PCdoB ao Deputado Renildo



Calheiros diante do falecimento de sua genitora. Solidariedade ao Senador Renan Calheiros, ao ex-Deputado Federal Olavinho e ao Governador do Estado de Alagoas, Renan Filho, pela perda da avó. Solidariedade ao povo do Estado do Acre diante do avanço da Covid-19 e da dengue, e do transtorno provocado pelas cheias e transbordos de rios e igarapés.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, primeiro eu gostaria de prestar a minha solidariedade ao nosso Líder Renildo Calheiros, que perdeu a mãe nesta madrugada. Eu mesma já perdi a minha e sei o tamanho dessa dor em momentos difíceis como este. Então, minha total solidariedade ao nosso Líder Renildo Calheiros. Aqui falo em meu nome e em nome de toda a bancada do PCdoB. E estendo a nossa solidariedade ao Senador Renan Calheiros, ao ex-Deputado Federal Olavinho e ao Governador Renan Filho, pela perda também de sua avó.

Aproveito, Sr. Presidente, para estender a minha solidariedade ao povo do Acre. O que está acontecendo no Acre neste momento não está distante do que aconteceu no Amazonas, Estado do nosso Vice-Presidente da Casa, Deputado Marcelo Ramos. Se providências não forem tomadas agora, a situação pode piorar.

No Acre, temos o aumento de casos de COVID; já temos decretado pela Prefeitura o estado de emergência em função da dengue; temos as cheias e os transbordos dos igarapés e dos rios, que têm levado as famílias a saírem de suas casas e a irem para as praças. Várias famílias, de casas diferentes, procuram abrigo, seja embaixo das árvores, como eu vi pessoalmente, quando visitei, este final de semana, as áreas alagadas no Estado do Acre, seja em praças públicas, seja nos abrigos públicos. E até agora nem o Governo do Estado nem a Prefeitura da Capital tomaram providências. Esses fatos levam a uma situação muito pior de COVID no Estado. Então, é preciso se preparar.

Em outro momento, falarei aqui da conversa da bancada do Acre com o Ministro da Saúde acerca da situação do Estado e os exemplos que S.Exa. deu do Amazonas. Confesso que saí de lá muito mais preocupada com a situação de COVID no País e no nosso Estado do Acre.

Então, toda a minha solidariedade à população do Acre, que, neste momento, vive um triplo drama: o transbordo dos igarapés e dos rios do Estado, com muita chuva e com muita cheia; o agravamento da situação da dengue; e o agravamento, com muitas mortes de pessoas no Estado, da COVID.

Ou o Governo do Estado, a Prefeitura da Capital e as Prefeituras dos Municípios do Acre, junto com o Governo Federal, fazem um trabalho conjunto, ou a população do Acre vai continuar padecendo. Aí, já, já estaremos debatendo nacionalmente a emergência no Estado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 102/326

| | | | |
|---------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|------------------|
| 4.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 11/02/2021-09:52 |
| Publ.: DCD 2/12/2021 - | - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Necessidade de ampla discussão a respeito da retomada do trabalho presencial de servidores da Câmara dos Deputados. Apresentação de requerimento de criação de Comissão Externa para acompanhamento do processo de demissão de trabalhadores pela empresa Ford Brasil.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós somos favoráveis ao requerimento. Entretanto, é preciso que possamos estabelecer um processo mais democrático, eu diria, ou que ficasse mais explicitado o caráter democrático da resolução. Por isso, nesse sentido, estamos apresentando várias emendas, vários destaques, para que possamos, primeiro, estar atentos ao fato de que vários trabalhadores estão na Câmara, trabalhadores terceirizados, servidores e servidoras. Acreditamos que esses trabalhadores, através das suas representações, precisam ser escutados, para que possam emitir as suas opiniões acerca do retorno do funcionamento das Comissões em sistema híbrido.

Além disso, achamos que é fundamental que discussões sejam pautadas para ser efetivada a resolução, porque a resolução é ampla. Ela apenas assegura o funcionamento híbrido, o retorno do funcionamento das Comissões, e o diálogo entre o Sistema de Deliberação Remota e a presença dentro da Casa, seja no Plenário, seja nas Comissões. É preciso estabelecer isso, para que essa discussão se dê no conjunto das Comissões, para que não tenhamos



inclusive o ferimento do que se estabelece no art. 50, § 1º, do nosso Regimento Interno, para que tenhamos a Comissão discutindo. É como se isso fosse um manual ou uma resolução de funcionamento, de procedimentos dentro da própria Comissão, que deve passar pela discussão do conjunto dos membros da Comissão. Não deve ser apenas uma resolução do próprio Presidente ou da própria Presidenta das Comissões. A resolução fala em diálogo, mas isso é muito vago. Teoricamente, o Presidente da Comissão pode divulgar para todos os membros as regras de procedimento e, a partir daí, pode considerar que haja um diálogo. Acho que teria que ser discutido e deliberado na Comissão, como são discutidas e deliberadas todas as normas de procedimentos das Comissões que estão em funcionamento.

Nós queremos, portanto, aprimorar o projeto de resolução, queremos aprimorá-lo com a participação das entidades, para que elas possam ser escutadas. Não queremos dizer que elas podem deliberar acerca de, mas que as entidades representativas podem ser escutadas. Vejam os profissionais de segurança: aumentou o número de pessoas infectadas apenas por causa da presença dos Parlamentares na eleição para a Mesa Diretora.

Nós queremos a volta do funcionamento, sem nenhuma dúvida. Queremos inclusive a volta do funcionamento do Conselho de Ética. Em verdade, não está explicitado isso. Temos uma série de sugestões. Queremos ser escutados sobre o conjunto dessas sugestões. Reservamo-nos o direito de pedir que o que não for acatado seja objeto de destaques do Partido das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, que fez 41 anos, com uma contribuição histórica impecável para o conjunto deste País.

Por fim, Presidente, quero apenas dizer que apresentei requerimento de instalação de Comissão Externa para a análise das demissões na Ford. Eu gostaria que fosse efetivada esta Comissão Externa, que não tem custo e, portanto, precisaria apenas de uma resolução da própria Presidência.

Documento 103/326

| | | | |
|---------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|------------------|
| 4.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 11/02/2021-09:56 |
| Publ.: DCD 2/12/2021 - | REGINALDO LOPES-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Encaminhamento da votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Necessidade de ampliação das negociações externas e de investimentos na produção de vacina contra a Covid-19. Defesa de retomada do auxílio pecuniário emergencial.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, eu acho extremamente importante esta votação. O momento é delicado, tendo em vista a situação do País, em especial porque nós estamos vivendo uma das maiores crises que já vivemos, provocada pelas opções do modelo econômico e agravada pela crise sanitária e pela falta de uma política responsável do Governo do Presidente da República, que não estabeleceu acordos comerciais com as indústrias farmacêuticas e, com isso, tem prolongado a crise sanitária e a crise econômica. Ele tem sido de fato o verdadeiro responsável pela paralisia do País e também pelas mortes.

É lamentável que o País, que assiste a mais de 240 mil mortes, ainda não tenha priorizado uma pauta que vá ao encontro do enfrentamento da pandemia. Por exemplo, a ampliação das negociações e dos investimentos na produção de uma vacina própria, do País, a busca, por este mesmo Governo, de relações internacionais que possam garantir a chegada e o uso de todas as vacinas que já estão reconhecidas por outras agências internacionais ou pela própria Organização Mundial da Saúde.

Este Governo também não apresentou uma solução do ponto de vista da previsibilidade econômica para os mais pobres - no caso, a volta e a garantia do auxílio financeiro. Nós já estamos há 41 dias sem o auxílio financeiro para a comunidade mais vulnerável, para o povo que de fato perdeu o emprego por causa da crise sanitária, mas também por causa do modelo econômico adotado a partir do golpe sofrido pela Presidente Dilma.

Então, nós vamos inverter a pauta. É importante contarmos com o seu apoio, para que a pauta deste Parlamento seja de interesse do povo brasileiro, e não de destruição dos instrumentos da política econômica. Por exemplo, votamos ontem o entreguismo, através da independência do Banco Central, votamos um projeto que garante essa independência. Não é autonomia, é independência.

Nós precisamos garantir previsibilidade a todos os setores econômicos, e é prioridade do nosso Parlamento aprovar incentivos a todos os setores econômicos do nosso País.

Documento 104/326

| | | |
|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 09:56 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Necessidade de retomada do auxílio pecuniário emergencial. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT, Presidente, quer fazer uma inversão de prioridades nesta Casa. Inverter prioridades significa colocar na agenda da Casa o que é fundamental para o povo brasileiro. Esta Casa não pode ser sabujo do mercado financeiro.

Aliás, sobre o auxílio emergencial, que eu sei que V.Exa. defende também, é fundamental que ele entre na pauta do povo brasileiro, para que sejam dadas respostas a uma fome que grita e a uma angústia que grita neste País, em função do desgoverno que está no Palácio do Planalto.

Então, o PT quer fazer essa inversão e quer discutir a volta do funcionamento das Comissões, sim, mas a volta do funcionamento das Comissões com um processo o mais democrático possível, respeitando a vida, coisa que o Governo não respeita, em relação a sua macropolítica.

Vejam o auxílio emergencial: o mercado questionou a possibilidade da volta do auxílio emergencial, e o Governo se submete? Submete-se, coloca o corpo desta Nação para ser pisoteado pelo mercado, como fez ontem, com a dita "autonomia do povo brasileiro" em relação ao Banco Central ou ao mercado de câmbio.

O PT vota "sim" ao projeto de resolução e quer discutir as suas emendas, que, a nosso ver, aprimoram a própria proposição.

Documento 105/326

| | |
|--------|--------------------------------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- |
|--------|--------------------------------------------------|

CD 10:00
Publ.: DCD - 2/12/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Apoio à retomada do funcionamento presencial das Comissões da Casa, observados os protocolos de segurança contra a Covid-19. Defesa de imunização do grupo de risco antes da retomada do trabalho presencial. Anúncio de ajuizamento, pelo PSOL, de mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal contra a retomada do trabalho presencial nas Comissões da Câmara dos Deputados.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem nós tivemos quase 1.400 mortes no Brasil. No dia da eleição da Presidência, nós vimos aglomerações no plenário. Chegaram a 500 as pessoas em plenário, somando mais de 360 Deputados. O serviço médico da Câmara está registrando essa contaminação.

É claro que nós queremos que as Comissões voltem a funcionar, mas que elas funcionem com segurança, com protocolos. Pedimos aos partidos de oposição que considerem a seguinte situação: não podemos criar duas categorias de Parlamentares, a dos que podem participar diretamente e a dos que não podem participar diretamente, pelo sistema remoto. Isso se chama isonomia.

Em segundo lugar, eu acho que toda a Oposição e os que acreditam que as tarefas principais do Brasil são a ajuda emergencial e a vacinação... que as Comissões só funcionem para tratar de COVID. Nós abrimos essa exceção seguindo protocolos rígidos, não com a pauta normal.

Isso facilita a ideia, porque o Governo não quer vacinar, o Governo tem uma posição contrária à vacinação. Nós somos favoráveis à vacinação. Então, entendemos que é necessário, primeiro, vacinar e imunizar o grupo de risco. Aí, sim, poderemos fazer uma deliberação que saia do sistema remoto.

O PSOL vai entrar com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal. Nós pedimos que haja consciência disso, porque sabemos que na hora em que for aberta uma Comissão, vai ser dado ao Presidente... e não ao art. 51 do Regimento, porque é o Plenário que decide as questões. Vai ser um imenso autoritarismo. Além disso, não haverá participação popular nessas reuniões de Comissão.

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 10:04 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | ADRIANA VENTURA-NOVO -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Defesa de adoção do sistema híbrido de trabalho na retomada do funcionamento das Comissões Permanentes e das Comissões Especiais da Câmara dos Deputados. Necessidade de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

O NOVO orienta "sim" a esta matéria, considera urgente e muito prioritária, principalmente porque faz 1 ano que as Comissões não funcionam. Nós somos favoráveis a que volte o sistema híbrido, para que, principalmente, não somente todas as Comissões Permanentes voltem, mas também as Especiais. Falo especialmente aqui da Comissão da PEC 199, da qual V.Exa. era o Presidente até pouco tempo - e estou com o autor aqui -, sobre a prisão após condenação em segunda instância, e também das reformas tão necessárias, a reforma tributária e a reforma administrativa.

Que possamos também cuidar do povo brasileiro no tocante às vacinas e a esta pandemia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 10:04 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Congratulações à Casa pela votação do Projeto de Resolução nº 6, de 2021,

sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria parabenizar a Casa pela votação deste projeto.

Primeiro, nós sabemos que é importante imunizar, que é importante usar os EPI necessários para enfrentarmos a COVID. Agora, não podemos parar. A Nação está trabalhando. Pedreiros, carpinteiros, motoristas, médicos estão trabalhando, professores estão voltando a dar aulas. Esta Casa não pode dar o mau exemplo. Temos que trabalhar, sim. Quem puder, é importante que esteja presente, e quem não puder participa de forma *on-line*, mas nós temos que dar vida a esta Casa, porque temos outros desafios a vencer na nossa Nação. Temos que discutir os problemas da educação, da segurança pública, da infraestrutura, do meio ambiente, da economia, das famílias, da seguridade, da ciência e tecnologia, de minas e energia. É importante que esta Casa participe - é claro que respeitando todos os protocolos da medicina, para que possamos evitar a contaminação.

Documento 108/326

| | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD 10:08 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | GUSTAVO FRUET-PDT -PR |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Saudação ao Presidente em exercício dos trabalhos. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Apresentação, pelo PDT, de emenda para inclusão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no texto do Projeto de Resolução nº 6, de 2021.

O SR. GUSTAVO FRUET (PDT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Inicialmente, quero cumprimentá-lo e desejar-lhe êxito nesta nova e nobre missão na Câmara dos Deputados.

O negacionismo gera imprevisibilidade com relação ao término da

cobertura de vacinas, e o Congresso é referência em vários momentos. Portanto, é importante calibrar a retomada do trabalho no sistema híbrido. É bom lembrar que a Câmara foi pioneira no mundo em relação às sessões remotas, mas é bom também ressaltar que, após a retomada dos trabalhos no dia 1º, houve o registro de quase 30 casos de COVID entre as pessoas que circularam pela Câmara dos Deputados.

Portanto, o PDT é favorável, mas irá destacar uma emenda para incluir o Conselho de Ética nesta resolução. No projeto de resolução não há nenhuma menção ao Conselho de Ética. Então, desde já o PDT é favorável à urgência, mas vai destacar emenda para a inclusão do Conselho de Ética na retomada dos trabalhos das Comissões.

Documento 109/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD 10:08 | |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | EVAIR VIEIRA DE MELO-PP -ES | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Tramitação na Casa de projetos de lei sobre a regulamentação do teletrabalho. Defesa da inclusão de caminhoneiros, comerciantes e produtores rurais no grupo prioritário de imunização contra a Covid-19.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tramita nesta Casa proposição de minha autoria e de mais colegas, e também houve a estruturação de uma frente para cuidar disto, muito antes da pandemia, para que pudéssemos usar a questão virtual em procedimentos aqui na Casa. O mundo todo já usa isso nos sistemas bancário, empresarial, comercial, nas academias, nas universidades, nos Congressos. Então, é inadmissível que o Congresso brasileiro não tenha isso regimentalmente claro. Há muitas tramitações aqui na Casa que podem, sim, ser feitas com muita tranquilidade no sistema virtual. Mesmo antes da pandemia já tratávamos desse tema. Isso diminui custos, traz agilidade e até de certa forma democratiza a participação. Naturalmente, nós temos que ter essa preocupação, e não só aqui na Casa.

Quero lembrar que as CEASA estão funcionando. Se não faltam alimentos em sua casa, é porque caminhoneiros, CEASA, produtores rurais não pararam durante esta pandemia. Também tramita a solicitação de que agricultores, caminhoneiros, comerciantes, as

peças que trabalham nos CEASA do Brasil, nos frigoríficos, as plantas que operam com alimentos tenham a opção preferencial de vacinação, de que essas pessoas que não pararam durante a pandemia tenham a prerrogativa de receber a vacina primeiro, para que possam continuar produzindo, distribuindo e entregando alimentos, para que eles não falem na sua casa. É muito bom para quem pode ficar em casa, mas chegar o alimento é essencial. Por isso também esse nosso pleito, para que seja dada a oportunidade a agricultores, transportadores e ao setor produtivo de alimentos do Brasil de serem vacinados prioritariamente.

Documento 110/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021 - CD | 10:16 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Saudação ao Presidente em exercício dos trabalhos. Indicação do orador para Vice-Líder do PSL na Câmara dos Deputados. Abertura de novas agências da Caixa Econômica Federal no País.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PSL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quanta honra ver um homem da Amazônia sentado na Presidência e outro homem da Amazônia, aqui, falando para o Brasil e, em especial, para Rondônia e o Amazonas!

Presidente, sinto-me honrado por ter sido indicado como Vice-Líder do maior partido de direita do País - Coronel Chrisóstomo! Estou muito honrado!

Com relação a este momento, quando estamos tratando de estarmos virtual ou presencialmente na sessão, Presidente, dou uma orientação: vamos abrir todas as portas e todas as janelas de todos os gabinetes, para que tudo fique aberto e o ar possa correr em nossos corredores, porque muita gente circula por ali. Com todas as portas e janelas abertas, ficaria interessante. É uma sugestão para o senhor.

Quanto aos bancos, a Caixa Econômica Federal está abrindo mais de 200 agências Brasil afora. Veja que o Governo está preocupado em atender o povo brasileiro.

Obrigado, Presidente.

| | | |
|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 10:16 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Imediata reinstalação da Comissão Especial destinada à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Alerta à Presidência sobre os riscos de contaminação de Parlamentares e servidores por coronavírus.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, são dois os pleitos que faço a respeito desse projeto.

O primeiro é a reinstalação imediata, em caráter urgente, da Comissão Especial que trata da PEC 199, a PEC da efetividade da Justiça brasileira, comumente conhecida como PEC da Segunda Instância, da qual V.Exa. é Presidente. Mas como V.Exa. agora assumiu a Vice-Presidência da Casa, vamos tratar da eleição do novo Presidente dessa Comissão.

O segundo pleito, Sr. Presidente, diz respeito àqueles Parlamentares e servidores da Casa que já contraíram COVID e nessa primeira manifestação foram internados, o que demonstra terem um sistema de imunidade mais vulnerável. Se contraírem a doença novamente, correm sério risco de morrer. Além do meu caso, eu posso citar, por exemplo, o Deputado Pompeo de Mattos, o Deputado Hildo Rocha, não olvidando evidentemente os Senadores que faleceram.

Portanto, Sr. Presidente, em relação a esses casos específicos de servidores e Parlamentares que já contraíram COVID e foram internados, inclusive em UTI, é preciso que esse projeto lance um olhar mais atento nesse sentido, para evitar que novas contaminações ocorram.

São esses os pleitos, Sr. Presidente.

| | |
|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD 10:20 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - "Parecer proferido em plenário pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ao Projeto de Resolução nº 6, de 2021.

Altera a Resolução nº 14, de 2020, a fim de autorizar o funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (COVID-19), e dá outras providências.

Autor: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

I. Relatório

A proposição em epígrafe introduz ajustes no Sistema de Deliberação Remota (SDR), em utilização desde março de 2020, para possibilitar um modelo híbrido de deliberações que concilie a presença física dos Parlamentares em Plenário e em Comissões com a presença remota.

A proposta em exame foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito, sob regime de tramitação de prioridade, sujeita à apreciação do Plenário.

Foi aprovado requerimento de urgência nos termos do art. 154 do Regimento Interno. A matéria veio à Ordem do Dia pendente de parecer."

Designado Relator, incumbe-me proceder à imperiosa manifestação perante este colegiado.

"É o relatório.

II. Voto do Relator

Quanto à sua conformidade com o ordenamento jurídico vigente, a proposição coaduna-se com as normas constitucionais pertinentes, bem como atende aos requisitos constitucionais referentes à competência legislativa, nos termos do art. 109, inciso III, do Regimento Interno.

No que concerne à técnica legislativa, atende aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Quanto ao mérito, o projeto traz relevante atualização no Sistema de Deliberação Remota, assegurando maior participação parlamentar no processo legislativo no âmbito das Comissões e do Plenário durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (COVID-19).

O texto final é resultado de uma construção coletiva entre a Mesa Diretora e o Colégio de Líderes desta Casa, com objetivo de fortalecer o exercício do mandato parlamentar.

Pelo exposto, voto pela aprovação do projeto de resolução em análise.

III. Conclusão do Voto

Ante o exposto, tratando-se de matéria de autoria da Mesa, que solicita sua aprovação no mérito, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto de resolução."

É o parecer, Sr. Presidente.

Documento 113/326

| | |
|---------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD 10:24 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Privatização da Caixa Econômica Federal. Apoio ao Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Necessidade de votação do requerimento de retirada da matéria de pauta, apresentado pelo PSOL.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da

oradora.) - Sr. Presidente, é preciso termos claro que estamos trabalhando sob regime de deliberação remota. Não obstante sermos favoráveis ao projeto de resolução, o sistema de deliberação remota tem regras diferenciadas. Portanto, não é possível, com o regime de urgência aprovado, simplesmente anular-se o requerimento de retirada de pauta. Isso aconteceu ontem, quando se privatizou o Banco Central - e o País vai pagar caro por essa privatização -, assim como o Governo quer privatizar a Caixa. Ele está privatizando seguridade, banco digital, cartões, enfim, está privatizando a Caixa. Não me venham aqui dizer que o Governo a está favorecendo ou impulsionando. Ele está é privatizando a Caixa.

Portanto, o requerimento do PSOL de retirada de pauta cabe, sim, porque, pela resolução do sistema de deliberação remota, retiradas de pauta não podem apenas ser impingidas, mas apenas se houver amplo apoio no sentido contrário a sua apreciação de vários Líderes, inclusive de Maioria e da Minoria, como foi dito ontem.

Então, venho aqui questionar essa deliberação. Regime de urgência, em sistema de deliberação remota, não pode validar a anulação de requerimento de retirada de pauta. Faço isso sem nenhum casuísmo, porque não trabalhamos com casuísmos. Somos a favor da matéria, mas o requerimento do PSOL tem que ser apreciado em nome dos pactos firmados por esta Casa, e a resolução do SDR é um deles.

Documento 114/326

| | | |
|------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 10:28 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | RECLAMAÇÃO DISCURSO |

Sumário

Pedido ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Fernando Rodolfo, de uso de máscara no plenário.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Para uma reclamação. Sem revisão do orador.) - Eu quero fazer uma reclamação, Presidente, em relação a V.Exa., que está presidindo a sessão sem máscara.

Então, em nome da saúde de V.Exa. e da saúde coletiva, seguindo os protocolos - e nós estamos discutindo exatamente protocolos de saúde pública -, pediria a V.Exa. que desse o exemplo e colocasse a máscara, para que possamos prosseguir com o debate, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Rodolfo. Bloco/PL - PE) - Deputado Ivan Valente, eu retirei a máscara apenas aqui, para falar ao microfone. Se o senhor tivesse prestado atenção, teria visto que eu cheguei à mesa de máscara. Da mesma forma, o senhor também está sem máscara, apesar de estar na sua residência.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - V.Exa. não respondeu. V.Exa. está falando para o Brasil inteiro.

Documento 115/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|-----------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 10:28 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | BIBO NUNES-PSL -RS | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Discussão do Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Repúdio à atuação de Deputado do PSOL. Necessidade de apuração de denúncias de atribuição à Covid-19 como a causa da morte de pacientes em UTIs, com a finalidade de duplicação do valor recebido pela unidade hospitalar.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, nobres colegas, que satisfação!

Sou amplamente favorável ao PRC 6. Há também o PRC 27, que propõe, sempre que houver uma pandemia no Brasil, automaticamente, que seja instalado o sistema híbrido na Câmara Federal.

É impressionante como há Deputados que brincam nesta Casa. O Deputado que falou há pouco, querendo destaque, estava sem máscara e lhe cobrou o uso da máscara, mas o senhor está a uma distância razoável. Fico impressionado.

Esse mesmo Parlamentar é aquele nobre Deputado milionário do PSOL - tem milhões aplicados no sistema financeiro -, e vem falar contra os donos da bufunfa. Ele é milionário, e não sabe o que é repartir riqueza, sendo comunista, socialista. Então, dá para ver que é uma pessoa em dissintonia constante, inclusive, querendo destaque agora ao falar da máscara. Sinto muito, nobre Deputado milionário do PSOL, mas o senhor tem que assumir, acima de tudo, que é milionário. Seja coerente com a sua postura! Eu sou capitalista, sou de direita, e

assim trabalho.

Mas, deixando de lado o nobre Deputado milionário do PSOL, quero dizer que estou muito preocupado com denúncias que recebo seguidamente com relação a hospitais. Parece que, quando uma pessoa morre na UTI, coloca-se como causa o coronavírus, mesmo que a causa seja outra. Há muitas denúncias a respeito disso em todo o Brasil.

Temos que tomar uma providência nesse sentido, porque, quando alguém morre em UTI, duplica-se o valor recebido pelo hospital. Isso é algo inadmissível. Eu, como Parlamentar - quero seriedade no meu País -, não posso admitir isso. Um Vereador de Tramandaí, Rio Grande do Sul, viu a esposa morrer na UTI, e foi colocada como causa da morte a COVID-19. Ele fez a maior confusão, porque ela não tinha COVID.

Esse é o alerta que faço. Temos que tomar providência, porque espertalhões, aqueles que querem tirar vantagem em tudo, não respeitam o momento difícil que estamos vivendo no País. Eles querem dinheiro à custa da infelicidade dos outros. Não vou permitir esse tipo de comportamento! Hospitais de todo o Brasil que estão me ouvindo, parem com essa prática! Não estou generalizando, são alguns, mas não admito que um hospital sequer diga que alguém morreu de COVID na UTI quando, de fato, a causa da morte não foi essa. Nós estamos aqui pela seriedade, por um Brasil sério e, acima de tudo, por credibilidade para a classe política.

Muito obrigado, nobre Presidente.

Documento 116/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 10:32 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | IVAN VALENTE-PSOL -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Pedido ao Presidente em exercício dos trabalhos para uso de máscara no plenário. Elevada produtividade da Câmara dos Deputados durante as votações remotas. Defesa de funcionamento remoto do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Apoio à retomada dos trabalhos presenciais nas Comissões da Casa, após a conclusão do processo de vacinação.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, em primeiro lugar, eu falei para V.Exa. colocar a máscara, porque isso é regimental, está na lei. Quem exerce a Presidência tem que usar máscara, cobrindo o nariz e a boca. Peço a V.Exa. que cumpra com a legislação.

Em segundo lugar, nós somos obrigados a ouvir, sem dúvida, alguns napoleões de hospício, bobos da corte, produtores de *fake news*. É muito desagradável isso tudo, mas nós estamos discutindo algo muito importante. Quero até chamar o Deputado Trad para este debate e dizer que a Câmara dos Deputados não parou na pandemia. A Casa teve um funcionamento muito bom, inclusive, em várias questões para o povo brasileiro. Nós votamos aqui a ajuda emergencial de 600 reais, que garantiram inclusive que a pandemia não tivesse efeitos mais danosos ainda para a maioria excluída do País. Votamos o "orçamento de guerra" e dezenas de projetos que tratavam da pandemia, da proteção dos trabalhadores.

Nós continuamos nesse debate dizendo que a prioridade do Brasil hoje é a vacinação. Realmente, o funcionamento remoto prejudica o grupo de risco nas Comissões, particularmente, porque, se vai haver presença maciça de Parlamentares, quebraremos a isonomia, um princípio básico de funcionamento da Casa. Aliás, o funcionamento da Câmara dos Deputados no dia da eleição foi a demonstração mais clara de que a contaminação é explícita. Mais de 500 pessoas estiveram no plenário, e não há como conter Deputados na entrada das Comissões.

Em terceiro lugar, nós somos favoráveis ao funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que poderia ter funcionado no ano passado, remotamente, mas o Presidente não o abriu. Aliás, há casos escabrosos que precisam ser julgados imediatamente para darmos uma solução para a opinião pública. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderia funcionar, porque há prioridade nessa questão.

Em quarto lugar, não haverá participação popular nas reuniões, pois ficou estabelecida essa possibilidade apenas nas segundas e sextas-feiras. Na verdade, nesse processo, o povo - os trabalhadores - não será incluído, não vai poder conversar com os Parlamentares.

Portanto, isso é muito desigual. Pode-se pautar qualquer matéria, inclusive, negativa.

Nós entendemos que a vacinação é prioridade e, quando ela for concluída, nós poderemos voltar plenamente ao funcionamento das Comissões na Casa.

4.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021-
CD 10:36

Publ.: DCD - 2/12/2021 - VICENTINHO-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Solidariedade aos trabalhadores da saúde da região do ABC paulista.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a nossa posição também é favorável, ainda mais diante da urgência da necessidade do diálogo, que desapareceu nas Comissões nesse período de pandemia do coronavírus. Sou favorável.

Sr. Presidente, quero manifestar também a minha mais profunda solidariedade aos trabalhadores da saúde. Na região do ABC, temos um sindicato dos profissionais de saúde atuante e combativo, com uma diretoria carregada de dignidade, presidida pelo nosso companheiro Mizito. Esses trabalhadores, muitas vezes contaminados, não têm a mínima condição de trabalho. Os enfermeiros, técnicos, e assim por diante, são profissionais que precisam de atenção muito especial. Aqui me solidarizo com eles, porque, nos hospitais, independentemente de eu ser Deputado, o atendimento para mim, para minha família, como para qualquer pessoa, é o de quem tem uma missão a cumprir. Isso não acontece porque é um hospital dessa ou daquela região, mas porque esses profissionais assumiram essa missão quando fizeram o curso, quando fizeram o juramento.

Neste momento, saúdo os heróis da saúde. Infelizmente, muitas vezes, esse heroísmo não é reconhecido pelos gestores, que não lhes dão condição digna de trabalho, nem pelos empresários do segmento privado, pois muitos deles, não falo de todos, só veem aquele profissional como um ser que lhes vai dar lucro em vez de proporcionar saúde. Por isso, companheiro Mizito, por seu intermédio, saúdo todos os sindicatos de saúde do Brasil, todos os profissionais, inclusive os médicos, que não são representados por esse sindicato, mas com os quais existe uma interface, um trabalho conjunto que emociona. Vemos os enfermeiros e as enfermeiras emocionados quando conseguem ver alguém curar-se da COVID, quando conseguem salvar uma pessoa, quando visitam os familiares, no caso do atendimento dos agentes comunitários de saúde, os quais também merecem o nosso mais profundo respeito - lutei, inclusive, pela regulamentação dessa

profissão.

Um abraço a todos os meus companheiros de lutas. Contem com este Parlamentar. Não é possível que esses trabalhadores da saúde também sejam maltratados, trocados de qualquer maneira e desrespeitados na profissão.

Obrigado.

Documento 118/326

| | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD 10:40 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | NEUCIMAR FRAGA-PSD -ES |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Discussão do Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Importância de cumprimento dos protocolos de segurança contra a Covid-19. Necessidade de retomada do debate do auxílio pecuniário emergencial e de outras matérias de relevante interesse do País. Congratulações ao Governo Federal pelo superávit de caixa alcançado por grande parte dos Municípios e Estados brasileiros em 2020. Congratulações ao Presidente Jair Bolsonaro e sua equipe pela liberação de recursos aos Estados e Municípios para combate à epidemia de coronavírus.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (Bloco/PSD - ES. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiramente, eu quero parabenizar esta Casa pela votação dessa matéria, que é importante. Nós entendemos a necessidade de termos respeito pelos protocolos que a medicina nos orienta seguir para evitar a COVID. Mas é bem verdade, Sr. Presidente, que esta Casa não pode parar.

A Nação não está parada. Os pedreiros estão trabalhando, assim como os carpinteiros, os motoristas, os comerciários, os bancários, os médicos, os enfermeiros, os vigilantes. Os professores estão voltando às aulas, as polícias estão trabalhando nos Estados, ou seja, não podemos parar a Nação.

Queremos que sejam respeitados, sim, os protocolos. Quem puder vir trabalhar, ótimo! Quem puder votar *on-line* e acompanhar os trabalhos, que seja respeitada também essa decisão da Casa.

Esta Casa precisa de vida para que nós possamos ter recursos para enfrentar os problemas, principalmente nas áreas sociais, nas quais devemos concentrar a nossa atenção daqui por diante. Devemos discutir a volta do auxílio emergencial, os investimentos e o apoio aos Estados que não estão conseguindo enfrentar sozinhos os problemas da saúde, os impactos da COVID-19 nos Municípios, apesar de todo esforço do Governo Federal.

Aliás, eu quero parabenizar o Governo Federal. Matéria publicada ontem pela imprensa mostrou que a maior parte dos Municípios e Estados brasileiros terminou o ano com o dobro do dinheiro em caixa. Eles receberam repasses do Governo Federal, e alguns Municípios até se surpreenderam com o volume de recursos.

É bem verdade também que alguns Municípios e Estados fizeram mau uso desses recursos e vão pagar por isso. A polícia tem que investigar, tem que punir, tem que colocar na cadeia quem gastou errado, quem gastou de forma fraudulenta os recursos que foram transferidos pelo Governo Federal.

Eu quero parabenizar o Presidente Jair Bolsonaro e toda sua equipe econômica, que, neste momento de pandemia, neste período de dificuldade e de enfrentamento, não deixou faltar recursos aos Municípios e Estados para que pudessem implementar as políticas de combate à pandemia no Brasil.

Portanto, esta Casa tem uma grande responsabilidade. Se a Nação toda está trabalhando, por que nós não vamos trabalhar? Por que Comissões importantes, que tratam de temas como segurança, agricultura, meio ambiente, minas e energia, transporte, educação, não vão trabalhar?

Vamos respeitar os protocolos, sim, mas também estaremos presentes para trabalhar e dar movimento a esta Casa, porque, para enfrentar esta crise, nós temos que cuidar da saúde das pessoas e da saúde financeira da Nação.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 119/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|-----------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 11:00 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |



Sumário

Discussão do Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Críticas ao Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, é óbvio que nós queremos estabelecer o retorno das Comissões, fruto de um processo mais democrático possível. É muito importante que nós escutemos os sindicatos que representam as pessoas que trabalham dentro da Câmara, o pessoal da limpeza, os prestadores de serviço das mais variadas matizes e os servidores da própria Casa, que são representados pelo SINDILEGIS. Portanto, é importante que isso seja fruto de um processo extremamente democrático.

Por isso, fizemos emenda para que o funcionamento da Comissão não seja deliberado apenas pelo Presidente ou Presidenta da Comissão, mas que seja fruto de uma discussão do colegiado, para que possamos, inclusive, escutar as entidades representativas de trabalhadores, trabalhadoras, servidores e servidoras, a fim de que nós possamos, a partir daí, ver as contribuições que têm, porque esses trabalhadores e trabalhadoras terão suas vidas impactadas com a volta do funcionamento das Comissões.

Nós somos favoráveis ao projeto, mas temos absoluta certeza de que nós precisamos romper um negacionismo que tem provocado tantas mortes no Brasil. Esse negacionismo emanado da Presidência da República não pode permanecer ou não pode se expressar na Câmara ao estabelecer as condições do retorno do trabalho das Comissões nesse sistema híbrido.

É preciso afastar essa que foi a postura irresponsável do Presidente da Casa. E eu tenho absoluta certeza de que a discussão que será pautada em critérios técnicos e que será fruto de uma profunda discussão democrática cuidará da segurança tanto dos Parlamentares, trabalhadores e trabalhadoras que estão exercendo o mandato, como do conjunto das pessoas que constroem o Poder Legislativo, os trabalhos da Câmara Federal cotidianamente. Portanto, somos favoráveis a essa resolução, uma resolução ampla que precisa ter critérios bastante objetivos para que possamos assegurar que o seu funcionamento não desrespeite a necessidade de termos um trabalho seguro e um trabalho decente dentro da Câmara Federal.

A partir daí, Sr. Presidente, é bom lembrar o que têm sido as tragédias que este País tem vivenciado. Recentemente, eu vi uma publicação do Governo Federal dizendo que tem cuidado com o recurso público. E ali

o Governo não consegue explicar tantos gastos com leite condensado, com batatas fritas, com chicletes. Aliás, o Presidente da República se utiliza de palavras de baixo calão quando a imprensa o questiona sobre isso. "Ah, o Governo diz que está tendo cuidado com o próprio povo." Que cuidado com o próprio povo? Fala do ganho dos lucros das estatais que ele quer privatizar, privatizar por preço nenhum! Quer privatizar a ELETROBRAS, quer privatizar a Caixa, tem feito a privatização! Ameaça de privatização a Caixa, privatizando as suas subsidiárias. Cria subsidiárias e, a partir daí, quer privatizá-las sem autorização do próprio Poder Legislativo.

Por isso, somos favoráveis, mas é preciso criar um procedimento que assegure a volta com segurança dos trabalhos dentro da Câmara Federal.

Documento 120/326

| | | |
|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 11:04 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Alerta sobre a situação de saúde de Parlamentares e servidores sequelados pela Covid-19, diante da anunciada implantação do sistema híbrido de trabalho.

O SR. FÁBIO TRAD (Bloco/PSD - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero apenas reforçar a necessidade de se ter um olhar mais atento para os casos de servidores e Parlamentares que já tiveram COVID-19, foram internados, estão sequelados ainda, com sistema imunológico vulnerável. Não são poucos os Parlamentares e os servidores nessa situação, que evidentemente vão correr risco, havendo a implantação do sistema híbrido.

Por isso que, excepcionalmente, para esses casos, eu defendo que o Parlamento brasileiro contemple essa situação excepcional, resguardando a sua saúde e sua integridade física.

É o registro, Sr. Presidente.

Documento 121/326

| | |
|--------|--------------------------------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- |
|--------|--------------------------------------------------|

Sumário

Apoio ao Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Defesa de retomada do funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encaminho a favor, é claro, a esse PRC para que todas as Comissões, em seu tempo, voltem a funcionar de maneira híbrida, garantindo a segurança e a saúde dos Parlamentares.

O meu pronunciamento se dá em virtude da Emenda nº 1, do PDT. Acredito eu, e aí consulto o Relator, que a medida, o PRC que suspendia os trabalhos das Comissões, era genérica, portanto, tanto o Conselho de Ética quanto as demais Comissões estariam impedidas de funcionar. O texto original desse PRC também contemplaria o Conselho de Ética. Mas aí o PDT fez essa emenda deixando mais claro que o Conselho de Ética, por ser um órgão eleito, um colegiado eleito, pode voltar a trabalhar imediatamente.

Então, deixo esta questão para que o Relator possa se pronunciar: se após a aprovação desse PRC, o Presidente Juscelino, do Conselho de Ética, já pode convocar a sessão do Conselho, até porque, nós temos 1 ano de pauta represada - nós temos lá nove representações, sendo que oito já estão prontas há um ano aguardando deliberação -, nós temos que abrir os trabalhos das Comissões.

Peço a V.Exa., Presidente, o meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Rodolfo. Bloco/PL - PE) - Deputado, V.Exa. tem mais 7 minutos, pelo tempo de Liderança.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) - Retomando de onde eu parei, espero que nós possamos retomar o trabalho da Comissão de Ética da Casa, abrir os prazos devidos para dar continuidade a outros processos, receber outros processos, dar uma resposta, de fato, à sociedade em casos graves que foram comunicados pela imprensa e que estão aguardando a abertura dos trabalhos desta Comissão. Aqui, eu explico a todos os Parlamentares, não é só uma questão punitiva, também é uma questão de justiça com aqueles que estão

representados.

Eu cito um exemplo claro de qualquer Parlamentar que já foi vítima de denúncia caluniosa ou de falsa acusação, respondendo à ação penal perante o Supremo Tribunal Federal. Porém, a morosidade da Justiça, apesar de a denúncia ou de a acusação serem infundadas, chega a cerca de 2 anos. Eu mesmo, em 2010, tive a abertura de um processo criminal em virtude das eleições, que não tinha fundamento nem prova nenhuma. O Ministério Público recomendou seu arquivamento, e o Ministro Supremo o arquivou, só que esse processo demorou 2 anos. Então, por 2 anos, os jornais noticiavam que o Deputado Alexandre Leite era um dos Deputados da Comissão de Segurança Pública que respondia a uma ação criminal.

A mesma coisa se aplica ao Conselho de Ética. Dos oito processos que estão prontos para a apreciação, nós não sabemos ainda qual será o encaminhamento dado pelos Relatores, mas, acredito eu, muitos desses processos poderão ser arquivados, ou poderá ser dada uma punição leve. Enfim, que esses processos sejam retirados do histórico parlamentar do Conselho de Ética. Isso não é bom. A morosidade do Conselho de Ética é tão dolorosa e danosa quanto a morosidade da Justiça.

Então, Presidente, faço esse esclarecimento e apelo ao Presidente Juscelino. Nós vamos entrar, entre aspas, no "período de carnaval". Nós vamos ter conseqüentemente um período de trabalho reduzido.

Apesar dos esforços, as demais Comissões não devem voltar a funcionar, pois têm de eleger novos membros, e o Conselho de Ética pode imediatamente voltar aos trabalhos e apreciar pelo menos esses oito durante esse período em que vai se estender o carnaval.

Acredito que seja suficiente para, em sessões consecutivas, abrir novos prazos, dar prosseguimento a novas representações, dar andamento e uma resposta para a sociedade naqueles casos mais graves, porque, em 1 ano, não pudemos fazer absolutamente nada.

Repito: é um colegiado eleito que teve um ano prejudicado em seus mandatos. Neste momento, o Presidente Juscelino poderia passar a convocar, já fazer um organograma de retorno aos trabalhos para que possamos concluir a apreciação, tanto para o encaminhamento de correção de postura dos Parlamentares, quanto para a justa apreciação daqueles que não têm acusações fundamentadas ou têm acusações infundadas que devem ir ao arquivo.

Era essa a minha palavra, o meu apelo.

Salvo engano, parece que o Deputado Marcelo Ramos, o nosso

Relator e Vice-Presidente, acatou a emenda do PDT. Seria importante se pudesse esclarecer também no relatório. Ele não apresentou nesse texto e não está disponível para nós no sistema. Então, gostaria que ele esclarecesse se foi acatado, se existe acordo para isso e se tudo isso que eu acabei de dizer é possível de se fazer.

Muito obrigado, Presidente. Obrigado, Sras. e Srs. Parlamentares pela paciência e pelo tempo.

Documento 122/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|---------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 11/02/2021- |
| | CD | 11:12 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | MARCELO RAMOS-PL -AM | |
| CÂMARA | DOS | PARECER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Emissão de Parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 7 apresentadas ao Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Peço a dispensa da leitura do relatório, Sr. Presidente, e vou direto ao voto.

"II - Voto do Relator

Após amplo diálogo com os Líderes partidários e compreendendo a necessidade de promover aprimoramentos à versão original do Projeto de Resolução nº 6, de 2021, acatamos no presente parecer as Emendas de Plenário nºs 1 e 4.

De fato, a inclusão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar no modelo híbrido de deliberações proposto pelo projeto de resolução em epígrafe, consoante sugerido pela Emenda nº 1, é medida salutar que preserva o ambiente de ética e de dignidade parlamentar que deve imperar nesta Casa enquanto ainda vigorar o Sistema de Deliberação Remota - SDR."

Portanto, está acatada a emenda que inclui o Conselho de Ética.

"Da mesma forma, a Emenda nº 4 acerta quando atribui ao colegiado da Comissão, e não ao seu Presidente, o estabelecimento das regras destinadas a compatibilizar seus procedimentos internos com as exigências de

distanciamento social e com o funcionamento por meio do SDR."

Portanto, também está acatada a sugestão de que a decisão não seja unipessoal do Presidente da Comissão.

"Por outro lado, a Emenda nº 2, ao assegurar a presença mínima de um assessor por partido político nas sessões e nas reuniões deliberativas, certamente provocará a diminuição da quantidade de Parlamentares que poderão estar presentes a essas deliberações, o que não consideramos ser conveniente ou adequado."

Nós definimos o limite de 140 Deputados e Deputadas, de 140 pessoas dentro do plenário. Se nós incluirmos um assessor por partido, ou nós vamos aumentar para 168, porque são 28 Lideranças de partidos, ou nós vamos ter que diminuir 28 Deputados. Portanto, achamos que nenhuma das soluções é devida, e a emenda não está acatada.

"A Emenda nº 3 engessa sobremaneira a pauta das reuniões das Comissões ao impor que tais reuniões apreciem exclusivamente matérias relacionadas à emergência de saúde pública internacional referente ao coronavírus (COVID-19).

A Emenda nº 5 é incompatível com a premência da aplicação do SDR às Comissões e ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, além de desnecessária, uma vez que o projeto já assegura o respeito às regras de distanciamento social.

A Emenda nº 6 cuida de ponto que poderá ser tratado por ocasião da edição do ato da mesa voltado a regulamentar a resolução. Na mesma linha, já está em estudo pelo corpo técnico da Casa qual deve ser o limite máximo de comissões a funcionar de maneira concomitante, o que também será tratado no ato da mesa. A Emenda nº 7, portanto, também será rejeitada.

Registro, por oportuno, o acréscimo da alínea 'd' ao inciso II do § 1º do art. 2º-A, com o objetivo de possibilitar o acesso às Comissões" - isso responde a um questionamento feito pela Deputada Erika Kokay - "de representantes de organizações e entidades preferencialmente de caráter nacional, desde que observados o cadastramento prévio, o limite máximo de pessoas por sala e demais restrições de natureza sanitária.

Ante o exposto, no âmbito da Mesa Diretora, voto pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 1 e 4, na forma da subemenda substitutiva em anexo, e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 5, 6 e 7.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das sete emendas de plenário e da subemenda substitutiva da Mesa Diretora."

É o relatório.

Eu vou ler o texto do Substitutivo, porque eu acho que esclarece algumas coisas.

"Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

Submenda Substitutiva ao Projeto de Resolução nº 6, de 2021

Altera a Resolução nº 14, de 2020, a fim de autorizar o funcionamento das Comissões e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar durante a emergência de saúde pública de importância internacional.

Art. 1º A Resolução nº 14, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º Esta Resolução institui, no âmbito da Câmara dos Deputados, o Sistema de Deliberação Remota (SDR), como forma de discussão e votação remotas de matérias sujeitas à apreciação do Plenário, das Comissões ou do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Parágrafo único. Entende-se como votação e discussão remotas a apreciação de matérias por meio de solução tecnológica que concilie a presença física dos parlamentares em Plenário, em Comissões e no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, observadas as limitações a serem estabelecidas em regulamento, com a participação remota, em atenção, primordialmente, à segurança de Deputadas e Deputados que se enquadrem em grupos de risco para coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Fica instituído o Sistema de Deliberação Remota (SDR), cujo uso é medida excepcional a ser determinada pelo Presidente da Câmara dos Deputados para viabilizar o funcionamento do Plenário, das Comissões e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar durante a emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (COVID-19).

§ 1º Acionado o SDR as deliberações do Plenário, das Comissões e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar serão tomadas por meio de sessões e reuniões remotas, que conciliarão participação presencial e remota, devendo o registro de presença e o resultado de votação serem exibidos de forma integrada e simultânea nos painéis físicos e no aplicativo.

Art. 2º-A. As reuniões das Comissões e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados ocorrerão nos plenários do Anexo II, sendo que as audiências públicas e demais eventos programados pelos órgãos da Casa deverão ocorrer de forma virtual, preferencialmente às segundas e sextas-feiras.

§ 1º. Nas reuniões das Comissões e do Conselho de Ética e Decoro

Parlamentar:

I - será observado o disposto no art. 3º, no que couber;

II - em qualquer caso, será observado o limite de ocupação de cada um dos plenários, a ser oportunamente divulgado pela Mesa após análise do Departamento Técnico, admitida a presença física de:

a) parlamentares, observado, para a ocupação dos lugares, o princípio da proporcionalidade partidária;

b) Ministros de Estado, participando a qualquer título dos trabalhos;

c) servidores, em número mínimo necessário ao bom andamento dos trabalhos, conforme estabelecido pelo Departamento de Comissões;

d) representantes de organizações e entidades, preferencialmente nacionais, diretamente relacionadas com os temas em discussão para prestação de informações técnicas previamente cadastrados nas Secretarias das Comissões, desde que respeitado o limite máximo de pessoas por sala.

III - adotar-se-ão as mesmas soluções tecnológicas em operação no Plenário, ressalvadas adaptações indispensáveis ao funcionamento do SDR em Comissões e no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, devidamente aprovadas e homologadas na forma do art. 6º.

§ 2º Cada Comissão e o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar poderão estabelecer, de forma prévia e transparente, após discussão colegiada, regras destinadas a compatibilizar seus procedimentos internos com as exigências de distanciamento social e com o funcionamento por meio do SDR.

"Art. 3º

.....
.....

I - as sessões e reuniões realizadas por meio do SDR serão públicas, ressalvado o disposto nos incisos I, II e III do parágrafo único do art. 92 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, (...) asseguradas a transmissão simultânea pelos canais de mídia institucionais sempre que possível e, em qualquer caso, a posterior disponibilização do áudio e do vídeo das sessões e reuniões;

Art. 4º As sessões e reuniões realizadas por meio do SDR serão consideradas sessões deliberativas extraordinárias da Câmara dos Deputados e reuniões extraordinárias das Comissões e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em cujas atas serão expressamente consignadas essas circunstâncias.

§ 1º As sessões e reuniões realizadas por meio do SDR deverão ser

convocadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, salvo se realizadas em sequência.

§ 2º Nas sessões e reuniões convocadas por meio do SDR deverão ser apreciadas preferencialmente" - isso também foi uma sugestão acatada no relatório, que não estava no texto original - "matérias relacionadas à emergência de saúde pública internacional referente ao coronavírus (Covid-19) e seus efeitos sanitários, econômicos e sociais.

Art. 6º Previamente à sua entrada em operação no Plenário, nas Comissões e no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o SDR deverá ser homologado pela Secretaria-Geral da Mesa.

Art. 2º A Presidência da Câmara dos Deputados estabelecerá o calendário para homologação do SDR no âmbito das Comissões e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, bem como para a reunião de instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidentes desses órgãos.

Art. 3º Ato da Mesa da Câmara dos Deputados regulamentará as alterações introduzidas pela presente Resolução em até 3 (três) dias úteis.

Art. 4º Ficam revogados os parágrafos 3º a 5º do art. 4º da Resolução n. 14, de 2020."

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 123/326

| | | |
|----------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 11:24 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Consulta ao Relator Marcelo Ramos sobre o número de Deputados estabelecido para o trabalho presencial, constante no Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Deputado Marcelo, tenho apenas uma dúvida. Parece-me que a proporção de Deputados a comparecer em plenário será em torno de 30% da Casa. É isso ou não há essa determinação? Eu quero

apenas entender como vai funcionar.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM) - Na verdade, o número de 140 foi estabelecido pela equipe técnica da Casa. Esse é o número de Parlamentares que eles entendem que podem se reunir sem que haja aglomeração. Essa será uma informação técnica da assessoria da Casa e não uma informação deliberativa. O projeto já remete a isso.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Da assessoria. Haverá depois, a partir da aprovação do sistema híbrido, um regramento para o comparecimento na Casa. É isso?

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM) - Exatamente, através de um ato regulamentador da Mesa, decorrente de um parecer técnico da segurança e da área médica da Casa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - O projeto aponta para que o remoto fique preferencialmente para o grupo de risco, mas não exclusivamente.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM) - Exatamente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Se o regramento apontar que tem que ser um número menor, esse sistema remoto pode servir um número maior de Deputados. Pode ser isso?

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM) - É claro. É isso.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Porque, se um Deputado chegar aqui, ninguém o impedirá de acessar o plenário.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM) - Isso.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Então se o "preferencialmente" não for "exclusivamente", é possível colocar mais Parlamentares no sistema remoto. É isso?

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM) - Sim. É isso.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Tudo bem.

Documento 124/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|---------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 11/02/2021- |
| | CD | 11:24 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Defesa da participação de assessor parlamentar nas reuniões presenciais das Comissões da Casa. Discussão, com entidades representativas dos servidores e dos trabalhadores terceirizados, da retomada dos trabalhos nas Comissões da Câmara dos Deputados.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Primeiro, nós temos um limite que vai ser estabelecido, a partir de condições técnicas, de presença nas Comissões. Aliás, muitas vezes falamos em voltar a funcionar, mas já estamos funcionando. Seria o retorno dos trabalhos das Comissões

Vejam, se o partido teria que ter a possibilidade de deliberar, penso eu, e eu queria fazer esse diálogo com o Relator, se o partido tem determinada quantidade de pessoas que podem adentrar as Comissões, que ele possa escolher que, entre essas pessoas, haja um assessor ou assessora. A presença dos assessores, de um assessor ou assessora, nas Comissões, que ficaria a critério dos partido, potencializa a discussão em grande medida. Então, é importante potencializar, aprofundar a discussão.

Então, eu sugiro ao Relator que, estabelecido o número máximo por partidos, o que, parece-me, seguiria uma proporcionalidade, o próprio partido possa deliberar a entrada de um assessor ou uma assessora, respeitando-se o limite máximo que será avaliado, penso eu, do ponto de vista técnico.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Rodolfo. Bloco/PL - PE) - Conclua, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Vou concluir, Presidente. Quero apenas pontuar mais um aspecto, porque acho importante a presença de entidades. A emenda que fizemos sugere que, antes de ser deliberado o regimento do funcionamento das Comissões, possam ser ouvidas as entidades que representam os trabalhadores que estão construindo o Poder Legislativo todos os dias, que representam os servidores e servidoras, as trabalhadoras e trabalhadores terceirizados.

Ou seja, nós estamos solicitando que, antes de se estabelecer um regimento, haja um espaço para escutar esses trabalhadores e trabalhadoras.

Eu sei que o SINDILEGIS, que representa servidores e servidoras, tem uma série de avaliações e de sugestões a serem postas. Isso não significa que será acatada a deliberação das entidades, mas é preciso dar espaço de escuta para as entidades, porque nós sabemos que os

trabalhadores e as trabalhadoras serão impactados com o retorno do trabalho das Comissões.

São essas as duas ponderações que faço ao Relator, agradecendo a sua generosidade, Sr. Presidente.

Documento 125/326

| | | |
|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 11:28 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Não acatamento de sugestões da Deputada Érika Kokay ao Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputada Erika Kokay. Eu vou responder de trás para frente Deputada.

Primeiro, eu levo à Mesa Diretora o compromisso de estabelecer um procedimento de diálogo com as associações e sindicatos representativos dos servidores, mas não temos como condicionar isso no texto do projeto de resolução.

Em relação à primeira questão, ela foi objeto de discussão minha com o Presidente da Casa e com uma série de Deputados, em especial com a Liderança do Partido dos Trabalhadores, mas nós resolvemos não acatar a matéria por duas razões: primeiro, porque, diferentemente dos anos anteriores, agora a pauta é anunciada na semana anterior, então todas as assessorias têm tempo suficiente para fazer a análise dos projetos que virão na semana seguinte; segundo, porque nós temos mais facilidade de restringir o acesso de servidores do que de Deputados ao plenário. Nós vamos acabar tendo um problema, com 28 servidores a mais dentro do plenário, e com a incapacidade de barrar a entrada de Deputados e Deputadas.

Nós chegamos a ponderar essa possibilidade. Essa sugestão de que fosse uma alternativa foi inclusive minha, mas, dialogando com a maioria da Mesa Diretora e com a maioria dos Líderes, nós entendemos que essa era uma medida que não deveria ser acatada. Nós vamos ter a pauta com antecedência e a possibilidade de

orientação remota. As sessões estão muito mais previsíveis do que antes, e a orientação da assessoria pode ser feita de forma remota ao Líder que estiver em plenário.

Portanto, eu peço escusas à Deputada Erika Kokay, mas realmente não temos como acatar no relatório essas duas sugestões, a despeito de que várias outras foram acatadas.

Documento 126/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD 11:36 | |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | IVAN VALENTE-PSOL -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Posicionamento do PSOL sobre a retomada do trabalho presencial na Câmara dos Deputados.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado! Quero cumprimentá-lo por ter seguido as orientações do protocolo. Parabéns!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer ao Deputado Marcelo Ramos que várias sugestões foram acatadas, o que eu achei importante, como a do Conselho de Ética, e particularmente duas do PSOL, que eu quero citar: a sugestão de que não o Presidente das Comissões, mas o colegiado seja consultado sobre as deliberações e sobre os encaminhamentos; e também a de se abrir para algum grau de participação da sociedade civil, naqueles colegiados que são especializados. Isso é bastante limitado ainda, porque não há como fazer pressão na sociedade civil. Portanto, a volta é precária em todos os sentidos.

Eu queria dizer também que a regulamentação que a Mesa vai fazer é que será o critério da verdade, porque nós estamos no meio de uma pandemia. Ontem, nós chegamos a quase 1.400 mortos no Brasil. Nós sabemos que vários Deputados foram contaminados. O Deputado Fábio Trad tem toda a razão, há sequelados entre os servidores, entre os terceirizados e entre os Parlamentares. Nós sabemos da precariedade ou da dificuldade que vai ser barrar Parlamentar, seja no plenário, seja nas Comissões. Portanto, a possibilidade de aglomeração continua bastante grave.

Nós vamos ter um sistema, continuamos a insistir, em que haverá dois

tipos de classificação de Parlamentares, os que têm direitos plenos e os que têm limitação, no grupo de risco. Por isso, nós propusemos não que exista imunidade de rebanho - e a preocupação do Deputado Gustavo Fruet foi muito justa -, mas que pelo menos o grupo de risco seja vacinado, para que nós, exercendo o papel deliberativo que temos, para podermos votar, tenhamos condições para isso.

Eu acho que haverá certamente dificuldade de pauta. Nós entendemos que a pandemia deveria continuar merecendo prioridade absoluta. Como já foi dito, por que foi votada ontem a autonomia do Banco Central? Não houve Comissões, votou-se diretamente. Nós tínhamos que votar questões relativas à pandemia, ao auxílio emergencial, à vacinação. Essa é a prioridade.

E não devemos aglomerar, devemos seguir os protocolos. Eu acho que a Câmara tem que seguir esse exemplo. Por isso, nós devemos dar um tempo até se vacinar pelo menos o grupo de risco nesse processo.

Documento 127/326

| | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD 11:44 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação de requerimento de votação, artigo por artigo, do Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Aplausos ao Relator Marcelo Ramos pela inclusão em seu parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, das Comissões Permanentes e das Comissões Especiais. Votação pela Casa de matérias pertinentes à vacinação.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Cidadania, Sr. Presidente, vota "não" a esse requerimento. Nós estamos, de fato, paralisados nas atividades das Comissões. Passamos todo o ano passado mostrando uma capacidade de fazer essa votação virtual no Plenário, e não tivemos a mesma capacidade de exercitar isso nas Comissões. Isso paralisou diversos temas extremamente importantes, como os que foram aqui relatados pelo Deputado Marcel van Hattem. S.Exa., com muita propriedade, falou das dificuldades que estamos encontrando para dar respostas nos projetos essenciais ao nosso País.

Haverá a volta do Conselho de Ética, e parabênizo o Deputado Marcelo Ramos, que inseriu em seu relatório também a volta daquele Conselho e a volta das Comissões Permanentes, e principalmente das Comissões Especiais, como a da PEC da Segunda Instância.

Além disso, temos de votar rápido, para caminharmos. Hoje votaremos matérias importantes em relação à vacinação e aos desafios que o Brasil precisa enfrentar para não ter problemas, e para que a Câmara dê respostas, especialmente na questão de fura-fila de vacina.

Documento 128/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 11:52 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apelo a instituições e ao Governo do Estado de Rondônia por medidas de amparo aos Municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, diante do avanço da epidemia de coronavírus. Necessidade de conclusão das obras do Hospital Regional de Guajará-Mirim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PSL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero falar aqui por uma cidade de Rondônia, Guajará-Mirim.

Guajará-Mirim está passando por uma dificuldade muito grande com relação à saúde. Guajará-Mirim fica lá no espaço distante dos grandes centros de Rondônia, Sr. Presidente. É um Município que precisa do amparo de todos, porque estamos passando por grande dificuldade com essa COVID-19. O nosso povo está sofrendo, porque não temos estrutura suficiente para atender à população de Guajará-Mirim.

Quero pedir muito o apoio de todas as pessoas, de todas as instituições. É momento de união, momento de respeito aos doentes e as suas famílias.

E peço muitíssimo ao Governo do Estado de Rondônia que dê uma atenção especial a Guajará-Mirim e Nova Mamoré, que são dois Municípios que ficam fora do eixo principal da BR-364. Guajará-Mirim, especialmente, precisa da união de todos, para que possamos cuidar dos nossos doentes. Muitas mortes estão ocorrendo lá! Portanto - e assim concluo, Presidente -, solicito muito ao Governo do Estado de Rondônia que dê uma atenção especial para Guajará-Mirim. E vamos

concluir o Hospital Regional de Guajará-Mirim, pois falta pouco.

Vamos nos unir para ajudar Guajará-Mirim!

Muito obrigado.

Documento 129/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|---------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 11/02/2021- |
| | CD | 11:56 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | ALEXANDRE LEITE-DEM -SP | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Apresentao de proposta de acordo para a votao de requerimentos de destaques oferecidos ao Projeto de Resoluo n 6, de 2021, sobre a alterao da Resoluo n 14, de 2020, para autorizao do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto o Deputado Hildo Rocha se encaminha  tribuna, eu gostaria de sugerir um acordo para o momento da apreciao dos destaques. São sete destaques, sendo que dois vão ser prejudicados. Restam cinco destaques.

Se for possível, com a concordância dos demais Líderes, sugiro a formao de um bloco. Todos os destaques remanescentes engessam o projeto. Então, nós seremos pela manuteno do texto nesses casos.

Indago a V.Exa. e aos demais Líderes se podemos fazer um bloco de encaminhamento no sentido de manter o texto original. Aqueles que não quiserem aderir ao bloco ou que fizerem questão de encaminhar em determinado destaque, que façam de livre e espontânea vontade, como  de direito regimental.

Documento 130/326

| | | |
|--------------------------|-------------------------------------|---------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 11/02/2021- |
| | CD | 11:56 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | SILVIO COSTA FILHO-REPUBLICANOS -PE | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |



Sumário

Aplausos ao Presidente Arthur Lira pela decisão de retomada dos trabalhos presenciais na Câmara dos Deputados.

O SR. SILVIO COSTA FILHO (Bloco/REPUBLICANOS - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do Republicanos, sob a Liderança do Deputado Hugo Motta, desde já eu queria parabenizar a iniciativa da Mesa Diretora, sob a Liderança do Presidente Arthur Lira, de ter tomado essa decisão assertiva de podermos retomar os trabalhos presenciais aqui na Câmara Federal. Essa é uma decisão correta, uma decisão que vai fazer com que voltemos ao funcionamento, é claro, seguindo as organizações e as orientações sanitárias. Não tenho dúvida de que isso seja fundamental para o Parlamento. Nós precisamos estar juntos, dialogando e construindo consensos, para que possamos avançar na Agenda Brasil, fazendo com que tenhamos o olhar para a situação sanitária da COVID-19 e, ao mesmo tempo, o olhar para o desenvolvimento. A retomada dos trabalhos é um sinal muito importante que o Congresso dá ao Brasil.

Quero dizer da alegria, Deputado Fernando Rodolfo, de ver V.Exa. presidindo esta Casa. V.Exa. é um amigo lá de Pernambuco e vem fazendo um belo trabalho aqui na Câmara Federal.

Muito obrigado.

Documento 131/326

| | | | | |
|---------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|----|--|
| 4.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 11/02/2021-12:00 | | |
| Publ.: DCD 2/12/2021 - | IVAN VALENTE-PSOL -SP | | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE | |

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria começar falando sobre uma questão para a qual

não se atentou o Relator e nenhum outro Parlamentar, em relação às deliberações remotas, inclusive nas Comissões. Eu peço ao Deputado Marcelo Ramos que fique atento a esta questão.

A nossa assessoria chama atenção para o fato de que, nas deliberações remotas, há inclusive um *delay* muito grande entre a pessoa que fala e o que está acontecendo presencialmente nas Comissões. É muito difícil o funcionamento híbrido das Comissões. Primeiro, nós vamos ter enorme dificuldade de manter o quórum que foi estabelecido em regulamentação. Isso já vai ser uma coisa muito complicada.

Segundo, como é que um segurança vai barrar a entrada de um Deputado? Ele vai ter que ficar contando quantos Parlamentares há, quantos de cada partido há.

E nós sabemos que, no mínimo, uma assessoria vai ter que haver. É impossível verificar uma CCJ funcionando sem um assessor técnico que instrua ou possa dar sequência aos encaminhamentos das bancadas parlamentares. Então é evidente que nós estamos enfrentando uma imensa dificuldade.

Eu queria colocar o seguinte. Primeiro, passar a ideia de que a Câmara não funcionou no ano passado não é verdade. A Câmara trabalhou. Nós fizemos as sessões remotas. Ela deu prioridade. Ela deu a prioridade certa. A prioridade certa foi trabalhar para combater a pandemia. E a Câmara fez muito. O Governo pode não ter feito quase nada, ou trabalhou contra, digamos assim, enfrentar a pandemia, contra a vacinação.

Mas a Câmara fez. Ela votou o auxílio emergencial. Ela votou o "orçamento de guerra", dezenas de projetos que alimentaram a economia, que socorreram setores, que garantiram saúde pública.

Em segundo lugar, Presidente, nós não podemos continuar trabalhando com a ideia de que a pandemia acabou. Pelo contrário. Nós estamos, como disse a Deputada Joenia, no segundo pico, com mais de mil mortes por dia na média, e uma ameaça de terceiro pico e outras cepas ainda mais. Então não existe esta questão.

O que existe de verdade é que o Governo quer acelerar a pauta da austeridade fiscal, sem discussão, sem condições de obstrução nas Comissões e até no próprio Plenário, que começou com estas matérias que nós vimos no dia de ontem.

Por isso, o PSOL está contra esta proposta. Quer que o grupo de risco seja vacinado, para que nós possamos ter condições de igualdade no

funcionamento da Casa.

Obrigado, Presidente.

Documento 132/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 12:08 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Associação ao discurso da Deputada Jandira Feghali sobre o pleno funcionamento da Câmara dos Deputados pelo sistema remoto em 2020.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu concordo com a Deputada Jandira Feghali e com os que dizem que nós trabalhamos, e trabalhamos muito. Trabalhamos em defesa da saúde. Nós fizemos um contraponto à lógica de necropolítica, de política da morte, do Presidente da República. Nós asseguramos o auxílio emergencial, que o Governo queria, e quer, que retorne a 200 reais, mas as pessoas são incapazes de viver com 200 reais. Nós aprovamos o FUNDEB, colocamos na Constituição o FUNDEB. E fizemos isso graças à qualidade dos servidores da Câmara.

Esses que querem votar uma reforma administrativa, porque dizem que o serviço público é ineficiente, têm que se curvar à qualidade dos servidores da Câmara, que possibilitaram o sistema de deliberação remota.

Portanto, a Câmara prestou um enorme serviço à própria sociedade, servindo de anteparo. Nós tivemos a aprovação das normas para a proteção dos povos indígenas e também para a proteção do trabalhador rural, e o Presidente vetou.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Rodolfo. Bloco/PL - PE) - Muito obrigado, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Precisamos ter um funcionamento de independência do Poder Legislativo. Esta Câmara não pode se ajoelhar frente aos ditames do Poder Executivo.

Documento 133/326

4.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021-
CD 12:08

Publ.: DCD - 2/12/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do PSOL contrário à aprovação do Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que a nossa posição ficou bem explícita. Queria novamente dizer ao Deputado Marcelo Ramos que a aceitação de alguns destaques foi importante, inclusive dos destaques do PSOL de funcionamento, e quero reforçar essa ideia. Está aqui na capa da *Folha de S.Paulo* de hoje que a FIOCRUZ inclusive produziu 4 milhões de comprimidos de cloroquina. Isso foi o que o Governo fez. O Exército produziu cloroquina, e se produziu uma mentira, dizendo que havia tratamento precoce.

Enquanto isso nós trabalhamos, aprovamos o auxílio emergencial, o "orçamento de guerra", auxiliamos vários setores que estão aí, e nós continuamos prezando pela vida, Sr. Presidente. Por isso, o PSOL tem essa preocupação, primeiro, com a isonomia entre os Parlamentares, e, em segundo lugar, nós temos que garantir primeiro a vida, e é possível tocar, sim, porque o Parlamento brasileiro funcionou e tem condições de funcionar.

E o Conselho de Ética é o primeiro que tem que funcionar, remoto, híbrido ou de qualquer jeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Rodolfo. Bloco/PL - PE) - Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Ele não funcionou não foi porque se tomou a decisão de não funcionar. Ele poderia ter funcionado e ter feito o seu trabalho.

Então o PSOL tem a sua posição e vota contra esse projeto de resolução. A vida vai ensinar com as precariedades que nós estamos vivendo, e vamos ter que enfrentar essa situação quando o grupo de risco estiver vacinado.

Obrigado.

Documento 134/326

| | | | |
|---------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|------------------|
| 4.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 11/02/2021-12:12 |
| Publ.: DCD 2/12/2021 - | - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Retirada do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, esse destaque diz respeito à escuta preliminar das representações sindicais, certo, o Destaque nº 5?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Rodolfo. Bloco/PL - PE) - Destaque nº 6 da Emenda nº 5.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Está bem, a Emenda nº 5 diz respeito à escuta preliminar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Rodolfo. Bloco/PL - PE) - V.Exa. é autora do destaque.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sim. Presidente, nós vamos inclusive retirar esse destaque, porque há um compromisso que foi feito pelo Relator, que agrega hoje a condição de Vice-Presidente da Câmara, de que essas entidades representativas dos trabalhadores serão escutadas antes que se estabeleçam as condições para o retorno do funcionamento das Comissões.

Então nós achamos que com esse compromisso - e eu queria apenas reafirmá-lo - essas entidades que representam os trabalhadores que são terceirizados, mas também são servidores e servidoras da Câmara, poderão ser escutadas.

Portanto, não há necessidade, a nosso ver, de mantermos esse destaque, na medida em que há esse compromisso, que gostaria

apenas que fosse reafirmado pelo Relator, como pronunciou da tribuna.

Mas apenas quero destacar alguns elementos que precisam ser mais bem discutidos nesta Casa.

Eu não consigo entender por que não é permitida a presença de assessores ou assessoras dentro das salas das Comissões. Por que não se permite isso, na medida em que não se está trabalhando aqui com o aumento do número de pessoas que estarão nas Comissões?

Nós estamos deixando a critério de partidos a decisão sobre uma das vagas que seriam concedidas ou permitidas para os partidos usarem de forma presencial ser ocupada por assessores e assessoras. Eu pergunto: a quem interessa que nós não tenhamos assessorias técnicas acompanhando o desenvolver das próprias Comissões e dos trabalhos legislativos, trabalhos legislativos que, como aqui já foi repisado várias vezes, foram fundamentais para que nós vencêssemos um Governo?

Imaginem o que é ficar à mercê de um Governo que disse que isso era uma gripezinha, que disse que não tinha responsabilidade - aliás, continua dizendo que não tem responsabilidade com relação ao enfrentamento da própria pandemia e da crise que o País vive, um Presidente que diz que o País está quebrado, mas que não pode fazer nada; que a culpa da alta do dólar é do Poder Legislativo; que a culpa, enfim, da alta do preço do *diesel* é também do Poder Legislativo! É um Presidente covarde acima de tudo! É covarde, porque não assume a sua própria responsabilidade!

Então nós temos um Presidente que negou as vacinas. Aliás, o Brasil vacinou por volta de 2% da sua população, com esse número de pessoas que foi e que, em parte, digo eu, é sempre amor de alguém.

Por isso, nós estamos retirando o destaque, a partir do compromisso ofertado pelo Relator, que também ocupa a Vice-Presidência da Casa.

Documento 135/326

| | |
|-----------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD 12:16 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - MARCELO RAMOS-PL -AM | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Esclarecimento à Deputada Jandira Feghali sobre o cumprimento dos protocolos preventivos da Covid-19 nas dependências da Câmara dos

Deputados, ao ensejo da retomada dos trabalhos presenciais nas Comissões.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Sem revisão do orador.) - Vou fazer um esclarecimento como Relator, Deputada Jandira.

Deputada Jandira, o texto remete à equipe técnica da Câmara a definição da quantidade de Comissões que podem funcionar concomitantemente. Eu não tenho informações técnicas, nem quem fez o destaque tem informações técnicas para saber se são quatro, seis, sete, oito ou nove. Que não são todas que vão funcionar ao mesmo tempo, isso já está escrito.

A quantidade das que vão funcionar será decorrente de ato da Mesa, ouvida a equipe técnica da Casa, porque também não há nenhuma justificativa técnica para que sejam sete. Sete é um número, mas poderia ser seis, poderia ser oito, poderia ser cinco.

Fazemos apenas essa ponderação, Deputada Jandira. Nós tomaremos todos os cuidados com a prevenção sanitária, mas ouvindo a equipe técnica da Casa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Nós fizemos a emenda ouvindo exatamente alguns especialistas, por isso propusemos um número de sete.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM) - Pode ser sete. O resultado final pode ser sete. Não serão todas.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Observado o número total de Comissões, ouvimos alguns especialistas e fizemos essa proposta, mas, se há uma compreensão de que haverá um número reduzido e que não funcionarão todas ao mesmo tempo, acho que não há necessidade de votar o destaque.

O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM) - Deputada Jandira, V.Exa. tem a minha palavra de que haverá, a partir do ato da Mesa, fundado na orientação técnica da Casa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Tudo bem. Então acho que não há necessidade de votar o destaque.

Sumário

Proficuidade dos trabalhos da Casa em 2020. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Importância da autonomia do Banco Central do Brasil.

O SR. CELSO MALDANER (MDB - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, quero destacar que, em 2020, realmente votamos mais de 150 projetos entre medidas provisórias, leis complementares, mudanças da Constituição. Acho que foi muito produtivo. Agora, é fundamental que as reuniões sejam feitas com o sistema híbrido - presencial e *on-line* -, em razão da nova realidade.

O MDB vota "não".

Esta pandemia da COVID-19 mostrou a todo cidadão o quão importante é a estabilidade de preços, quando milhões de brasileiros receberam seus auxílios emergenciais. Esta Casa teve papel fundamental na concessão desse benefício. Perceberam imediatamente o aumento da inflação pela elevação de preços de itens básicos de consumo. Isso fez com que eles comprassem menos produtos com o mesmo dinheiro que recebiam.

Portanto, é papel do Banco Central, agora autônomo, defender a nossa população do aumento de preços.

Foi muito importante votarmos a autonomia do Banco Central.

O MDB vota "não".

Documento 137/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021 - CD 12:28 | |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | GUSTAVO FRUET-PDT -PR | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação

em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Agradecimento ao Relator Marcelo Ramos pelo acolhimento de emenda do PDT.

O SR. GUSTAVO FRUET (PDT - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Relator pelo trabalho, que incorporou praticamente todos os assuntos. Eu agradeço a ele a inclusão da emenda do PDT, assinada pelo nosso Líder Wolney Queiroz, para a inclusão do Conselho de Ética no projeto de resolução.

Mas a questão de fundo é a imprevisibilidade em relação à vacina. Ao que tudo indica, no atual ritmo, o Brasil só terá uma imunização próxima de 70% em 2023, 2024. Portanto, vamos ter que rever, de tempos em tempos, inclusive, essa resolução e outras medidas restritivas, devido a essas incertezas, aos conflitos desnecessários, ao negacionismo, apesar de reconhecer institutos como Butantan, FIOCRUZ, outras instituições que trabalham na produção de vacina com dificuldades de acesso aos insumos. Aliás, estamos vendo Municípios anunciando que poderão suspender o processo de vacinação por falta de vacina.

O PDT, em harmonia, encaminha o voto "sim".

Documento 138/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD 12:32 | |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Perplexidade com pronunciamentos favoráveis à realização de reformas em meio à epidemia de coronavírus. Adoção de agenda centralizada no combate à Covid-19 e seus efeitos. Homenagem à Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19. Necessidade de inclusão na pauta das proposições elaboradas pelo órgão.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão

da oradora.) - Sr. Presidente, são mais de 230 mil mortos, mais de 10 milhões de contaminados! Nós estamos ainda no pico da doença, e estamos pensando aqui em reforma, inclusive em corte de servidor. Se bobear, vão querer demitir profissionais da saúde. Isso é incrível! Eu fico chocada com esses discursos!

Discutir a pandemia, hoje, é discutir a vacina, é discutir o SUS, é discutir o transporte público aglomerado, é discutir a inflação de alimentos na Comissão de Defesa do Consumidor, é discutir a produção de alimentos na Comissão de Agricultura, é discutir a situação ambiental na Comissão de Meio Ambiente. Todas as Comissões têm temas vinculados à pandemia.

Então, quando se fala em discutir os temas vinculados à pandemia, é discutir a qualidade de vida, é discutir a economia pensando em emprego, pensando no auxílio emergencial, pensando na sustentação do povo brasileiro, pensando em não morrer de fome. O Congresso tem que estar voltado para isto! Esse foi o acordo de Líderes em março do ano passado, o qual não se cumpriu completamente.

Esta é a hora de estarmos voltados para isso, sim. Por isso, nós queremos votar "sim" ao destaque do PSOL, que é corretíssimo! Nós temos que estar voltados concentradamente para os temas vinculados à pandemia, que são muitos.

E quero só 30 segundos para dizer o seguinte, Presidente. No ano passado, a Comissão Externa de Enfrentamento à Pandemia fez 100 audiências públicas, 100, e elaborou um conjunto de projetos que precisam estar pautados aqui neste Plenário. Visitou FIOCRUZ, visitou Butantan, foi muito trabalho.

Eu quero render as minhas homenagens à Comissão Externa de Enfrentamento à Pandemia, que funcionou com gente em plenário e com muitas audiências públicas virtuais. Então, foi um grande trabalho feito em 2020, elaborou muitos projetos que têm que estar na pauta deste Plenário com urgência.

Obrigada, Presidente.

Documento 139/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 12:32 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Natureza falaciosa de pronunciamentos sobre a concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil para a geração de novos empregos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria vota "sim". Nós precisamos inverter as prioridades e libertar parte do Parlamento dessa concepção de ser dominado, desse títere, sabujo do próprio mercado.

Veja o mercado como reage quando se fala de auxílio emergencial. O mercado reage contra o auxílio emergencial, porque tem compromisso apenas com essa lógica rentista de um capitalismo improdutivo, que alguns chamam de capitalismo vadio, e se sustenta e lucra a partir da renda, sem qualquer tipo de compromisso com a produção.

E é preciso um pouco se libertar dessa toada, que é uma toada mentirosa, de que a autonomia do Banco Central, de que se submeter ao mercado e jogar o corpo de brasileiros e brasileiros para ser pisoteado pelo mercado vai gerar emprego. Aliás, este foi o mesmo discurso da reforma da Previdência, o mesmo discurso da reforma trabalhista, o mesmo discurso do teto de gastos. E nós vamos amargando por volta de 15 milhões de desempregados!

Portanto, nós precisamos olhar para o povo brasileiro. O povo não precisa de armas, o povo não precisa de fardas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Rodolfo. Bloco/PL - PE) - Obrigado, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - ...o povo precisa de jalecos brancos. O povo precisa de vacinas e de renda.

Por isso, a Minoria vota "sim" à proposição.

Documento 140/326

| | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD 12:36 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO |
| CÂMARA | DOS |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Não repercussão pela mídia do elevado número de pessoas recuperadas da Covid-19 no País. Apoio ao parecer oferecido pelo Relator Marcelo Ramos ao Projeto de Resolução nº 6, de 2021, sobre a alteração da Resolução nº 14, de 2020, para autorização do funcionamento das Comissões durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PSL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu fico aqui pasmo com alguns discursos que só apresentam o lado ruim da pandemia. Eu não vejo Parlamentar falar o que o Governo tem feito de tão bom para o povo brasileiro. Eu não ouço ninguém falar da quantidade de pessoas que foram curadas. Milhões de pessoas curadas! Eu não vejo ninguém falar sobre isso. Só falam sobre o mal.

O Relator fez um belo trabalho. Parabéns, Relator!

O amazonense está aqui marcando presença, em nome do Estado do Brasil.

Agora, se nós tivermos que criar situações e exigências exclusivas para funcionarem nossas Comissões, como vamos fazer? Vamos deixar matérias importantes para o Brasil paradas? Já deixamos muita coisa parada aqui.

Outra coisa - e encerro, Presidente -, foram votadas coisas importantes aqui, mas muitos Deputados, igual a mim, no ano passado, não tiveram voz aqui nesta Casa. É verdade! Só os Líderes falavam, os outros não existiam.

Por isso, estou de acordo com o nosso Relator, 100% com ele.

Obrigado.

Documento 141/326

| | | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021-12:40 CD | |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | CAPITÃO ALBERTO NETO-REPUBLICANOS - AM | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário



Congratulação ao Deputado Marcelo Ramos pela eleição para o cargo de 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Colapso do sistema público de saúde do Estado do Amazonas, em decorrência do surgimento de nova cepa do coronavírus. Urgente necessidade de vacinação em massa do povo amazonense contra a doença.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero fazer coro aqui com o meu amigo de bancada Deputado Marcelo Ramos, a quem cumprimento e parabênizo por este momento histórico para a bancada do Amazonas, que passa a ter um representante na Vice-Presidência do segundo Poder do nosso País, o Poder que representa o povo.

Deputado Marcelo, aqui eu divulgo para todo o País que o Amazonas ainda chora. Perdemos milhares de pessoas no nosso Estado. O surgimento dessa nova cepa, dessa nova variante do vírus nos atingiu em cheio. E aconteceram cenas que só vemos em época de guerra, como a falta de oxigênio no Estado. Ficou tão grave a situação que tentamos nos mobilizar com doações de oxigênio, para salvar vidas, porque pessoas estavam morrendo em casa.

Eu me lembro de que conseguimos um cilindro e fomos levar para uma pessoa que estava precisando. Quando chegamos com o cilindro, essa pessoa tinha morrido. Fomos acionados para entregar o cilindro em outra casa. Quando chegamos à outra casa, essa pessoa também chegou a falecer, não conseguimos salvar essa vida. O Amazonas chora.

Nós precisamos entender essa nova variante e nos prevenir. E a única solução para o Brasil é a vacinação em massa no Amazonas, principalmente na cidade de Manaus. Essa vacinação em massa vai fazer uma barreira sanitária, vai fazer com que o vírus tenha dificuldade de se proliferar no restante do País.

V.Exas. se recordam de que, quando viajantes vindos da Europa chegaram aqui, 3 meses depois o vírus estava em todo o País. Nós não podemos ser presunçosos e achar que o problema está só em Manaus, está só no Amazonas. O problema que está no Amazonas vai se alastrar para o restante do País, se não agirmos hoje.

O cientista Dr. Lucas Ferrante, o biólogo que, em agosto de 2020, previu esse colapso em Manaus deixou muito claro que nós precisamos vacinar em torno de 80% da população do Amazonas, senão vamos causar uma tragédia sanitária e uma tragédia econômica na nossa Nação. Então, o Brasil precisa se mobilizar.

E, aqui, eu quero pedir o apoio de todos os Deputados, de todos os

Parlamentares, para solicitar ao Ministério da Saúde a vacinação em massa no Estado do Amazonas. Vacinação em massa no Estado do Amazonas significa proteger o nosso País, proteger a nossa gente, proteger a nossa economia. Nós não podemos deixar para agir depois que a tragédia ocorrer no País. A tragédia já aconteceu no Amazonas.

Para V.Exas. terem ideia do que essa variante causa...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Rodolfo. Bloco/PL - PE) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Bloco/REPUBLICANOS - AM) - Vou concluir.

Essa nova variante, essa nova cepa é tão contagiosa que nós dobramos o número de leitos, mas não foi suficiente. Nós chegamos a ter mais de 500 pessoas numa fila de espera em casa, e pessoas morreram em casa.

O gasto com oxigênio saiu de 30 mil metros cúbicos por dia, no pico da pandemia, no ano passado, para 80 mil metros cúbicos por dia agora. E o isolamento geográfico do Estado, pela falta de estradas, de portos e de aeroportos, dificultou tudo, e perdemos brasileiros, perdemos amazonenses.

O mundo todo se preocupa com a floresta. Está na hora de se preocupar com as pessoas.

Obrigado, Presidente.

Documento 142/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 12:44 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | HENRIQUE FONTANA-PT -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Prática de crimes de responsabilidade pelo Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus. Responsabilização do Presidente da República por milhares de mortes ocorridas no País em decorrência da Covid-19. Urgente necessidade de agilização do processo de imunização da população brasileira contra a doença. Defesa da abertura de processo de impeachment contra Jair Bolsonaro.



O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Marcelo Ramos. Cumprimento os colegas Deputados e Deputadas.

Uso este tempo, Presidente, para fazer um breve, porém triste e contundente balanço do que o Brasil está enfrentando durante esta pandemia, para levar, mais uma vez, a nossa população à reflexão de que o maior responsável pelo aprofundamento e pela gravidade ainda maior dos impactos da pandemia sobre o nosso País, sobre o nosso povo, sobre a economia e sobre a vida dos brasileiros é o Presidente Jair Bolsonaro, que age com enorme irresponsabilidade, levando o País, ou uma parte do País, Presidente Marcelo Ramos, a uma compreensão totalmente errada do que é a pandemia.

Lembro aqui frases do Presidente. Elas são conhecidas por todo o povo brasileiro. Primeiro, ele tentou definir a pandemia como uma gripezinha. Depois, ele disse que a pandemia já estava passando. Em seguida, ele disse que a melhor vacina era que o povo brasileiro inteiro enfrentasse a contaminação pelo coronavírus. E ele incentivou aglomerações, indo contra todas as orientações da Organização Mundial da Saúde e da ciência sobre como enfrentar esta pandemia.

Por fim, ele menospreza permanentemente o uso de máscaras. Ou seja, dentro do seu negacionismo, dentro desse negacionismo que, na verdade, é um plano de disputa de poder, que ele, Trump e outros tentaram e tentam utilizar no mundo inteiro... Trump agora já é uma página virada nos Estados Unidos, e Bolsonaro também o será em futuro breve no nosso País.

Mas o crime principal do Presidente Bolsonaro, se é que há como hierarquizar os crimes de responsabilidade que ele cometeu, é exatamente, Presidente Marcelo Ramos, o incentivo à não vacinação, o boicote ao processo de vacinação no nosso País. E vejam que nós ouvimos colegas, como eu ouvi há pouco, fazerem aqui apelos desesperados para que nós, corretamente, façamos a vacinação em massa na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Aliás, vejo diferentes colegas fazendo sugestões para que determinados perfis de profissionais sejam vacinados antes de outros, sejam aqueles que trabalham na limpeza urbana, sejam aqueles que trabalham na área da saúde e que estão sendo corretamente vacinados com prioridade, sejam aqueles que atuam na área de educação, como os professores.

A grande realidade, senhoras e senhores, é que o Presidente Bolsonaro levou o Brasil a esse impasse. O Brasil não tem as vacinas necessárias para fazer uma vacinação em massa. O Brasil não comprou, no período adequado, o volume de vacinas necessário para poder responder a esta pandemia com uma vacinação em massa, que é, sim, o grande sonho de todos os brasileiros, se não de todos, pelo

menos de 90% da população brasileira, e que é a maior necessidade que o nosso País tem para preservar vidas e para retomar a normalidade das atividades econômicas.

O prejuízo em perdas de vidas e o prejuízo econômico incalculável que o Brasil está tendo tem também no Presidente Bolsonaro um dos maiores responsáveis, porque o atraso no processo de vacinação do País vai nos custar mais alguns milhares de vidas, ou muitos milhares de vidas, infelizmente.

Aqui eu faço um parêntese, Deputado Ivan Valente, Deputada Joenia Wapichana, Deputada Erika Kokay, que estão aqui acompanhando a Mesa de Líderes desta sessão, para dizer que o Brasil está perdendo em torno de mil vidas por dia, e nós fomos agredidos e ofendidos pela fala ignorante, desrespeitosa e irresponsável do Presidente Bolsonaro, que disse diversas vezes que a pandemia estava terminando. A pandemia não está terminando, infelizmente. A pandemia está se estendendo mais do que deveria porque nós não temos Governo no Brasil, nós não temos um planejamento real na saúde pública para enfrentar a pandemia.

Nós temos um Presidente que desmontou o Ministério da Saúde, colocando um general incompetente, do ponto de vista da saúde pública, para dirigir o principal Ministério neste momento no nosso País; um Presidente que demitiu dois Ministros da Saúde porque queria impor o uso da cloroquina, outra grande mentira que ele vende cotidianamente para o povo brasileiro.

A cloroquina não funciona para combater o coronavírus. A cloroquina funciona para outras patologias, mas o uso da cloroquina é contraindicada para este caso da pandemia. É criminoso a orientação e o incentivo que o Presidente faz ao uso de cloroquina no País, porque isso, por efeitos adversos, está levando à morte, Deputado Gustavo Fruet, brasileiros que a estão usando inadequadamente.

Depois de perdermos 235 mil vidas, ao olharmos para os estoques de vacina que o Brasil tem hoje e que são insuficientes, fica uma constatação, Deputado Marcelo Ramos, para V.Exa., que é Vice-Presidente da Casa, e para o Presidente Arthur Lira - e abro um parêntese para mais uma vez criticar o ex-Presidente Rodrigo Maia por não ter aberto um processo de *impeachment* para que nós pudéssemos avaliar os crimes de responsabilidade de Jair Bolsonaro. A constatação é a de que a falta de vacina, acompanhada da informação de que Bolsonaro mandou cancelar a compra de 46 milhões de doses da Coronavac e disse, quando mandou cancelar essa compra, que a Coronavac, por ser uma vacina chinesa, não funcionaria, e a Coronavac funciona - e todas as vacinas que estão sendo testadas no mundo inteiro e sendo aprovadas deveriam estar

disponíveis no Brasil, sem nenhum tipo de preconceito ideológico -, isso também é um crime de responsabilidade gravíssimo.

A falta dessas vacinas está nos levando a uma espécie de debate estéril. Perdoem-me alguns colegas que propõem a prioridade para o setor A ou para o setor B, para a área C ou para a área D. Não! O problema do Brasil é que nós não temos as vacinas necessárias para vacinar num ritmo adequado e progressivo toda a população brasileira. É preciso, sim, definir prioridades que são evidentes, como a dos profissionais que estão na linha de frente dos atendimentos de saúde, depois partindo para a vacinação dos mais idosos primeiro e baixando a faixa etária, Presidente Marcelo Ramos, para depois vacinar todos. Mas nós não podemos sair fazendo vacinações que sejam espécies de pequenos fura-filas para alguns setores, porque nós temos milhões de brasileiros sob o risco de morrer, brasileiros que trabalham nas mais diferentes atividades, Deputada Erika Kokay.

A pauta do Brasil não deve ser discutir se temos que vacinar primeiro em Manaus ou em São Paulo, se temos que vacinar primeiro o professor ou o gari que está recolhendo o lixo no serviço de limpeza urbana. A pauta do Brasil deve ser discutir como ter mais vacinas, como acelerar a aquisição de vacinas. E só quem pode resolver o problema das vacinas é Jair Bolsonaro. Ele é o responsável. Ele dirige o orçamento público federal.

Nós aprovamos a PEC do Orçamento de Guerra. Nós garantimos, Presidente Marcelo Ramos, todos os recursos necessários para o enfrentamento desta crise. Mas hoje mesmo eu li, na *Folha de S.Paulo*, que parte dos recursos que deveriam ter sido usados para comprar a vacina foram usados para mandar produzir cloroquina na FIOCRUZ. Então, o Brasil de Bolsonaro é o Brasil que tem cloroquina para jogar no lixo e onde faltam agulhas, seringas e vacinas, itens necessários para se garantir uma vacinação em massa neste País. E a falta de vacinas para uma vacinação em massa de todos os brasileiros é o maior de todos os crimes de responsabilidade - e foram muitos! - que Bolsonaro cometeu.

Eu espero que o Presidente Arthur Lira, auxiliado pelo Vice-Presidente Marcelo Ramos, abra um processo de *impeachment* para que possamos avaliar os crimes de responsabilidade que Bolsonaro cometeu e continua cometendo no enfrentamento desta pandemia, que está levando à morte milhares de brasileiros que poderiam ter sido salvos e está levando a uma ampliação da crise econômica, do desemprego e do empobrecimento da população. Tudo isso se deve à falta de vacina no tempo adequado. Há países que já vacinaram 30% da população, e, no Brasil, temos menos de 2% da população vacinada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Obrigado, Deputado Henrique.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Isso é um crime, Jair Bolsonaro! Isso é um crime de responsabilidade, um crime contra a saúde pública e um crime contra a economia brasileira.

Documento 143/326

| | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD 12:56 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apelo aos Líderes partidários por votação do Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Rapidamente, quero fazer um apelo aos Líderes partidários no sentido de que expressem seu apoio a essa quebra regimental, porque ela não implicou modificação no relatório da Deputada Margarete Coelho.

Nós estamos falando do projeto que criminaliza quem furar a fila da vacinação contra a COVID. E é muito importante que a Câmara dê uma resposta sobre isso o mais rápido possível, para que não tenhamos a repetição do como vimos no jornal *O Globo*: 3 mil pessoas foram denunciadas por furar a fila de vacinação.

Esse é o apelo que faço a todos os Líderes. O nosso projeto está contemplado nessa pauta, e tenho certeza de que será uma grande resposta à sociedade.

Documento 144/326

| | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD 13:00 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | PAULO GANIME-NOVO -RJ |
| CÂMARA | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM |

Sumário

Apoio do partido Novo à votação do Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, com relação à consulta de V.Exa., sabendo que o relatório não foi alterado, o NOVO não se opõe à votação do projeto hoje, não abrindo precedentes para outros casos em que o relatório seja alterado. Dessa forma, não havendo alteração no relatório, nós concordamos. No final das contas, o que nós vamos votar é o relatório. Então, acho que não há nenhuma quebra do nosso acordo de procedimentos.

Documento 145/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------|---------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD 13:00 | |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | MARCO BERTAIOLLI-PSD -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação de nova hipótese de dano qualificado, para o caso de inutilização ou deterioração de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (Bloco/PSD - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, aproveito o momento para parabenizar o Presidente Marcelo e toda a Mesa, na pessoa do Presidente Arthur Lira, por uma semana tão produtiva, em que esta Câmara está dando resposta à sociedade brasileira de todas as demandas no âmbito da pandemia, mas também no âmbito da economia, como foi a aprovação no dia de ontem do projeto sobre a autonomia do Banco Central.

Em relação a este projeto, nós temos dois projetos similares na pauta, os PLs 25 e 27, sendo que o PL 25, que V.Exa., Presidente, aguarda o acordo para podermos votá-lo, trata da fila da vacinação. Já o PL 27 é

mais simples, mas de uma importância extrema, porque ele cuida exatamente do dano a bem público, especificamente a vacina e outros insumos, durante o período de pandemia. A proposta é de autoria do Deputado Mário Negromonte Jr. e do Deputado Luizão Goulart, Deputados que eu parabeno e felicito pela iniciativa.

"Projeto de Lei nº 27, de 2021

Cria uma nova hipótese de dano qualificado para o caso em que a coisa destruída, inutilizada ou deteriorada for vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública.

I - Relatório

A proposição em epígrafe, que tramita sob o regime de urgência e está sujeita à apreciação do Plenário, pretende alterar o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para criar uma nova hipótese de dano qualificado para o caso em que a coisa destruída, inutilizada ou deteriorada for vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública.

O texto é composto por três artigos e possui o seguinte conteúdo: (...)"
- o conteúdo já foi publicado.

"A peça foi apresentada no dia 3 de fevereiro de 2021 e, ato contínuo, houve a oferta do Requerimento de Urgência nº 57, de 2021, visando a sua imediata apreciação.

A matéria foi distribuída para apreciação do mérito à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, além do mérito.

Não houve o apensamento de qualquer proposição à presente.

Designado Relator de Plenário, incumbe-me proceder à imperiosa manifestação perante este órgão.

É o relatório.

II - Voto do Relator

Compete a este colegiado pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do projeto *sub examine*, conforme dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A peça legislativa atende os preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do

Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos arts. 22 e 61, todos da Constituição Federal.

Com relação à juridicidade, constatamos a harmonia do texto com o sistema jurídico brasileiro.

No que tange à técnica legislativa, destaque-se que as normas consagradas na proposição estão de acordo com os postulados plasmados na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Já no que diz respeito ao mérito, é preciso observar que a proposição em comento trata de tema de excepcional relevância social, principalmente no momento atual, em que o Brasil e o mundo atravessam a nefasta pandemia da COVID-19, que ceifou tantas vidas.

Como é cediço, tem havido um esforço imenso da comunidade nacional e internacional na busca de um antídoto contra a referida moléstia, cabendo à sociedade, por conseguinte, zelar pelo seu correto armazenamento e manipulação, a fim de que cumpra a sua missão, que é a imunização da sociedade.

Portanto, revela-se inaceitável a conduta daquele que vier a destruir, inutilizar ou deteriorar vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública, se o fato não constitui crime mais grave, como é o caso, por exemplo, do crime de subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento, plasmado no art. 257 do Código Penal.

Assim, tem-se que o crime de dano, previsto no art. 163 da citada lei, ganha contornos muito mais graves quando o objeto envolvido for um daqueles retrodescritos, haja vista que se destinam à preservação da vida e da saúde da população.

Nesse sentido, como bem consignado na justificação do presente expediente:

(...) embora o crime de dano contra patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal e de Municípios já encontre tipificação no Código Penal (dano qualificado, art. 163, parágrafo único), a pena hoje prevista (detenção, de seis meses a três anos), mostra-se insuficiente e muito branda se comparada à gravidade da conduta daquele que inutiliza ou deteriora bens que poderiam ser utilizados para salvar vidas!

É inegável que a sanção criminal atualmente prevista na legislação não é condizente com o mal perpetrado, uma vez que determina, tão somente, a imposição da pena de detenção, de 6 meses a 3 anos. Mostra-se imprescindível, portanto, a elevação das balizas penais para que o infrator da norma seja apenado, então, com a punição de

reclusão, de 1 a 5 anos.

Outrossim, acertada a previsão da existência do crime em análise para todas as demais condutas semelhantes que vierem a ser praticadas após a sua entrada em vigor.

Logo, não há que se falar na restrição do tipo penal para os casos envolvendo tão somente a pandemia da COVID-19, sob pena de tornar ineficaz a regra que se pretende criar. Isso porque, passada a sua duração, não seria mais possível tratar com o mesmo rigor a conduta daqueles que perpetrassem o mesmo ato envolvendo o enfrentamento de outras hipóteses de emergência de saúde pública, quando assim decretada.

Caso houvesse a aplicação unicamente no período da pandemia de COVID-19, deveria ser elaborado um tipo penal de natureza temporária, em lei especial, quase sem aplicabilidade, já que, até o final do processo legislativo, a imunização relacionada à atual pandemia já estaria em estágio avançado; e, como é cediço, não há que se falar na retroatividade da lei penal mais rigorosa.

Além disso, apenas a título de esclarecimento, poderíamos chegar ao absurdo cenário em que, por exemplo, se o Brasil continuasse com casos muito elevados envolvendo a COVID-19, e grande parcela dos demais países não mais, o que descaracterizaria a existência da pandemia, não haveria a incidência do tipo penal qualificado no nosso País.

Do cotejo entre a realidade social e as regras previstas no arcabouço legislativo, apresenta-se conveniente e oportuno o recrudescimento da penalidade prevista para o crime em tela, a fim de que reste clara a mensagem à coletividade de que o Estado brasileiro não tolera essa prática delituosa.

Efetuada tais digressões, a aprovação da matéria é medida que se impõe.

III - Conclusão do Voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa do Projeto de Lei nº 27, de 2021; e, no mérito, pela sua aprovação."

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação de nova hipótese de dano qualificado, para o caso de inutilização ou deterioração de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública. Passividade da Casa diante da postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro diante da epidemia de coronavírus.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós nos manifestamos favoravelmente a esta matéria, mas também gostaríamos de utilizar este espaço de fala para dizer que, em determinados momentos, boa parte desta Casa se calou e tem se calado, por diversas vezes, quanto ao tratamento ou à falta de tratamento que o Ministério da Saúde tem dado à questão da pandemia.

O TCU estabeleceu acórdãos em que claramente ficou comprovada a falta de gerenciamento desta crise sanitária por parte daquele que deveria coordenar o enfrentamento deste ambiente de crise, o Ministério da Saúde. A maior qualificação do atual Ministro da Saúde é a sua subserviência ao Presidente da República, que, por sua vez, lidera uma série de atitudes negacionistas e atitudes contra vacinas, o que, por sinal, poderá estimular elementos que não acreditem na vacina, ou por alguma outra causa, a danificar os equipamentos que se utilizam nas vacinações e o próprio Programa Nacional de Imunizações.

Então, antes mesmo de verificar a qualidade e a pertinência desta matéria, precisamos aqui levantar as nossas vozes para dizer que não aceitamos o negacionismo do Presidente e a escassez de vacinas para a nossa população, o que pode ou deve repercutir em dezenas e dezenas de milhares de mortes que poderiam ser evitadas.

Esta discussão perpassa todo esse tema. Não podemos nos calar, porque cada vida que se perde é a capacidade produtiva do ser humano que não foi estabelecida no seu tempo de vida.

Nós concordamos com esta matéria, mas não concordamos com a passividade e com a banalização desta Casa em relação às atitudes negacionistas do Presidente da República, que não representa a média do que é a sociedade brasileira.

4.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021-
CD 13:12

Publ.: DCD - 2/12/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação de nova hipótese de dano qualificado, para o caso de inutilização ou deterioração de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública. Contestação de discurso sobre o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro em relação à epidemia de coronavírus. Natureza demagógica dos pronunciamentos em defesa da recriação do auxílio emergencial de 600 reais. Acerto da concessão de autonomia ao Banco Central do Brasil.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Nobre Presidente, colegas, é uma satisfação estar falando mais uma vez na sessão de hoje.

Eu sou totalmente favorável a este PL. Tudo o que for contra a vacina e que prejudique a vacinação nós temos que punir ao extremo.

Mas me chamou a atenção o Parlamentar que acaba de falar, ao dizer que o Presidente Bolsonaro é negacionista. Não existe nada mais negacionista do que a Esquerda brasileira, que é contra tudo e a favor de nada; quanto pior, melhor. Isso é ser negativista. A Esquerda brasileira é sinônimo de negativismo na décima potência.

Quero aproveitar para falar aqui também sobre uma demagogia barata com relação ao auxílio emergencial: "*Tem que dar os 600 reais. Tem que ajudar a população mais pobre e os mais carentes*". Concordo plenamente. Se depender de mim e do Presidente Bolsonaro, serão dados mil ou 2 mil reais para cada cidadão. Mas não é assim. Tem que ter responsabilidade.

Felizmente, nós temos agora a autonomia do Banco Central, que vai dar ainda mais seriedade, mais rigor à vida monetária no Brasil. A demagogia de governos populistas no uso do dinheiro ao deus-dará acabou. Neste Governo já não há mais isso. E, com a independência do Banco Central, o rigor será maior ainda.

É muito fácil chegar aqui e dizer: "*O Bolsonaro não dá, ele odeia os pobres*". Puxa, essa é uma demagogia superada! Não há nem como falar uma coisa dessas. Qual é o líder de uma cidade, de um Estado ou de um País que não vai querer dar as melhores condições para o seu povo? É evidente que todos nós queremos dar o máximo, mas deixem

que eu lembre também que o auxílio emergencial, como o nome já diz, é emergencial, por um período. Alguns já querem colocá-lo como uma aposentadoria, e não é isso. Nós temos que dar apoio, solidariedade ao máximo aos nossos irmãos e irmãs que estão passando por momentos de extrema dificuldade, muito mais ainda porque houve praticamente uma dispersão da economia. Se tivéssemos feito o isolamento vertical, não estaríamos nesta situação tão difícil.

Acredito que o Governo, com muito esforço e muita luta, consiga dar novamente o auxílio emergencial, que será inferior ao que era dado antes, que chegava a custar 50 bilhões de reais por mês. Não há dinheiro. Temos que ter responsabilidade.

Por isso, mais uma vez eu festejo a autonomia do Banco Central. A Esquerda não sabe o que é isso, não conhece isso, só sabe fazer populismo e demagogia barata. O Governo é sério e quer progresso e prosperidade para o seu País.

Muito obrigado, nobre Presidente.

Documento 148/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|-----------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 13:16 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | HENRIQUE FONTANA-PT -RS | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com a vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Discussão do Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação de nova hipótese de dano qualificado, para o caso de inutilização ou deterioração de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública. Necessidade de imunização em massa dos brasileiros contra o coronavírus.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu estava ouvindo com atenção o colega que me antecedeu. Os apoiadores de Bolsonaro não respondem às perguntas mais importantes do povo brasileiro. A pergunta mais importante é: por que alguns países do mundo já estão com 20%, 25%, 30% ou até com 50% da população vacinada, neste momento em que estamos conversando e debatendo este projeto importante, enquanto no Brasil o índice de vacinação é menor do que 2%?

Segundo, por que, diante de uma pandemia com esse impacto sobre a

economia, uma pandemia que exigia o isolamento, que exigia o uso de máscaras, que exigia a tomada de medidas que protegessem as vidas e, portanto, a economia, o Presidente Bolsonaro decidiu cancelar a compra de 46 milhões de doses da CoronaVac? Mais do que isso: numa iniciativa internacional chamada COVAX, Deputada Erika, Deputada Joenia, para que todos os países do mundo, num esforço da Organização Mundial da Saúde, pudessem comprar vacinas para até 50% da sua população, o Presidente Bolsonaro decidiu que o Brasil deveria comprar só 10%. Isso é ser negacionista, respondo ao Deputado que me antecedeu. Isso é negar a importância de uma pandemia que todo mundo enxergava que teria essa gravidade.

Nós aqui estamos votando hoje um projeto para criminalizar de maneira mais forte - portanto, é um projeto correto - aqueles que destruírem ou não utilizarem bem as vacinas, os produtos necessários para o enfrentamento da pandemia. Por meio deste projeto, Deputada Erika, Deputado Marcelo, o Ministro da Saúde, que deixou estragar milhões de testes, que venceram sem ser utilizados, receberia uma pena de prisão maior que aquela que já existe no Brasil hoje.

Furar a fila de vacinação do SUS, descumprindo seus critérios, é um crime grave. Nós vamos votar a seguir o aumento da punição para esse crime. Mas o problema é responsabilizar quem organizou essa fila de vacinação que não anda: o Presidente Bolsonaro. Por culpa do Presidente Bolsonaro, o Brasil hoje tem, no mínimo, 30 milhões ou 40 milhões de doses a menos do que poderia ter para vacinar em massa o nosso povo. Então, nós vamos ter que continuar pressionando.

Eu concluo dizendo que eu apoio este projeto, mas o que eu mais apoio é a ampliação da vacinação no Brasil.

Documento 149/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------|-----------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021 - CD | 13:28 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Discussão do Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação de nova hipótese de dano qualificado, para o caso de inutilização ou deterioração de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública. Improcedência das críticas da Oposição ao Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, diante da ampliação do prazo de validade de testes PT-PCR para coronavírus.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu sou totalmente a favor deste projeto, porque realmente é crime contra a vida destruir, inutilizar e deixar deteriorar vacinas, insumos, seringas, agulhas, isto é, todos os bens destinados ao combate a esta pandemia específica, que é a do coronavírus.

Nós da Comissão Externa do coronavírus sempre lutamos para que isso não ocorra. Criminalizar e aumentar essa pena é muito importante, porque essa irresponsabilidade dos gestores públicos poderá resultar em vidas ceifadas.

Em relação ao que os Deputados da Esquerda estão falando sobre o Ministro da Saúde, o Ministro Pazuello, e sobre os testes RT-PCR que o Ministério recebeu, o Ministério solicitou uma análise do laboratório indiano que os enviou, e realmente foi prorrogada a validade desses testes. Por quê? Porque na caixa do teste estava uma data, mas, em função da validade do insumo, a validade da vacina foi postergada por 6 meses. Nós apuramos bem isso na Comissão Externa do coronavírus. Os representantes do Ministério da Saúde vieram, por mais de uma vez, nos orientar sobre todos os estudos feitos, todas as demandas do laboratório indiano, e tudo ficou muito bem elucidado. A Esquerda fica utilizando essas informações errôneas para levar à população brasileira uma desinformação. Isso foi muito bem explicado na Comissão Externa do coronavírus.

Eu sou a favor, sim, deste projeto.

Muito obrigada.

Documento 150/326

| | | |
|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 13:32 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Defesa de retomada do auxílio pecuniário emergencial. Lentidão do processo de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Discussão do Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação de nova hipótese de dano qualificado, para o caso de inutilização ou deterioração de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu penso que Nelson Rodrigues está muito presente quando diz que o absurdo está perdendo a modéstia. É o que nós estamos escutando aqui no dia de hoje. Dizer que o Governo não deixou de utilizar os testes fundamentais para se fazer o rastreamento e se ter uma política de combate e que, inclusive, alguns testes estão sendo doados para outros países é tentar negar a realidade. A realidade açoita quem a nega - acoita!

O povo brasileiro está sendo vítima do negacionismo de Jair Bolsonaro, que derramou cloroquina e que é contra o auxílio emergencial - é contra o auxílio emergencial! E aí vem um Deputado da base governista dizer que auxílio emergencial é demagogia. Mas que acinte, que ataque ao povo brasileiro!

Uma parcela substancial da população brasileira está sem nenhuma renda, sem nenhum tipo de emprego, de ocupação. A inflação, em grande medida, incide sobre os alimentos, o que atinge mais a população de baixa renda. Esse é o quadro do Brasil!

Defendemos a urgência do auxílio emergencial, e não do auxílio para banqueiros, como se votou ontem. Ontem se votou o auxílio para banqueiros. O auxílio emergencial é para possibilitar a existência com dignidade e para não negar a fome. Não se deve considerar que o auxílio emergencial, que liberta pessoas das garras da fome, é uma demagogia. Esse é o raciocínio de Bolsonaro, que faz a população sair de casa para tentar buscar a sua sobrevivência e se abraçar com a própria morte.

Estamos há quase 1 mês do início da vacinação no Brasil, e não se chegou ainda a 2% de pessoas vacinadas. Não se chegou a 2%! Por isso, é correto criminalizar quem destrói. Por isso, é correto também agravar a pena e criminalizar esses que estão levando o Brasil para este horror.

Aí vem outro Deputado da base governista e diz: "*Olha, não se fala dos aspectos positivos da pandemia*". Diga-me quais são os aspectos positivos da pandemia? Diga-me!

Outra Deputada diz que nós precisamos, no debate da COVID, discutir aquilo que interessa à sociedade. Este é o maior interesse da sociedade: garantir vacina para todas e todos e, ao mesmo tempo, assegurar que as pessoas tenham renda, não jogando para fora deste País, da dignidade humana, uma parcela substancial de brasileiros e brasileiras.

Por isso, somos favoráveis à matéria. Achamos, sim, que, ainda que sejamos contra o punitivismo exacerbado, é preciso agravar a pena de

quem destrói as vacinas.

Por fim, Presidente, apenas pergunto: como é possível que o Governo explique a matéria que acabou de sair na imprensa...

Documento 151/326

4.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021-
CD 13:36

Publ.: DCD - 2/12/2021 - MARCO BERTAIOLLI-PSD -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PARECER
DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 4, apresentadas ao Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação de nova hipótese de dano qualificado, para o caso de inutilização ou deterioração de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública.

O SR. MARCO BERTAIOLLI (Bloco/PSD - SP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Faço a leitura do parecer às emendas de plenário oferecidas ao PL 27/2021:

"I - Relatório.

Durante a discussão da matéria foram apresentadas quatro emendas de Plenário.

A primeira determina que 'a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se a coisa destruída, inutilizada ou deteriorada for vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública, se o fato não constitui crime mais grave'.

Já a segunda e a quarta preconizam que 'aplica-se a pena do parágrafo anterior se a coisa destruída, inutilizada ou deteriorada for vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública, se o fato não constitui crime mais grave'.

Ressalte-se, todavia, que a segunda não obteve o apoio regimental previsto no art. 120, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, razão pela qual não nos manifestamos sobre ela neste parecer.

Por fim, a terceira dispõe:

§ 2º A pena é de detenção, de um a quatro anos, e multa, se a coisa destruída, inutilizada ou deteriorada for vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública, se o fato não constitui crime mais grave. (NR)

§ 3º Não será considerado crime a destruição e a inutilização quando obedecidas as orientações do próprio fabricante ou da autoridade competente. (NR)

II - Voto do Relator.

Em que pese o elevado mérito das emendas ofertadas, entendemos que deve ocorrer a rejeição de todas elas pelos motivos que passamos a expor.

A primeira pretende transformar em mera causa de aumento de pena, no importe de um terço a conduta criminosa.

A quarta, contudo, leciona que, para a hipótese em comento, será aplicada a pena prevista no parágrafo anterior, qual seja, a de detenção, de 6 meses a 3 anos, e multa.

A terceira fixa a sanção de detenção, de 1 a 4 anos, e multa, para a hipótese; além de prever que não serão consideradas crime a destruição e a inutilização quando obedecidas as orientações do próprio fabricante ou da autoridade competente.

Como salientamos em nosso parecer inicial, trata-se de crime grave envolvendo bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública, em que o infrator leva a efeito a sua destruição, inutilização ou deterioração.

Constitui, assim, conduta altamente reprovável, cujo potencial lesivo é inimaginável, na medida em que afeta diretamente a vida e saúde da população.

Assim, justifica-se o seu enquadramento típico como qualificadora, com a consequente elevação das balizas legais previstas na norma para o importe de 1 a 5 anos de reclusão e multa, como previsto inicialmente no projeto de lei em análise, a fim de que ocorra punição proporcional ao mal concretizado pelo autor dos fatos.

No que tange à pretensa norma acerca da exclusão de configuração do fato típico, temos que se trata de regra desnecessária e, portanto, injurídica, já que não necessita constar no texto legal por ser inerente ao próprio sistema jurídico. Isso porque, conforme leciona a teoria da tipicidade conglobante, a subsunção do fato à norma penal não gera, automaticamente, a configuração delitiva. Não se pode aquilatar,

assim, apenas a tipicidade formal, devendo-se verificar a presença de antinormatividade (contrariedade do fato com as demais normas do ordenamento) e da tipicidade material (análise do fato diante dos princípios informadores do Direito Penal).

Não obstante, ainda quanto à Emenda nº 3, observamos que não foram observados os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, em virtude da utilização da sigla "NR" no final dos pretensos §§ 2º e 3º, quando deveria constar apenas ao final. Ademais, houve a colocação de duas linhas pontilhadas no fim, a indicar a continuidade de norma vigente, o que não ocorre.

III - Conclusão do Voto.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela:

a) constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa das Emendas de Plenário nº 1 e 4; e, no mérito, pela rejeição de todas elas; e

b) constitucionalidade, injuridicidade e inadequada técnica legislativa da Emenda de Plenário nº 3; e, no mérito, pela sua rejeição."

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 152/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 13:44 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | MÁRIO NEGROMONTE JR.-PP -BA | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Agradecimento à Presidência pelo tempo concedido ao orador para o uso da palavra. Congratulações ao Deputado Marcelo Ramos pela eleição ao cargo de 1º Vice-Presidente da Casa. Agradecimento aos Líderes partidários pela inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação de nova hipótese de dano qualificado, para o caso de inutilização ou deterioração de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE JR. (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer o tempo que V.Exa. está dando. Por sinal, V.Exa. fica muito bem na condução

dos trabalhos da Casa. Quero parabenizá-lo também pela eleição como 1º Vice-Presidente. Tenho certeza de que V.Exa. vai cumprir essa missão à altura.

Quero agradecer o apoio dos Líderes, principalmente do Líder do meu partido, que levou nosso projeto para ser discutido na reunião de Líderes da semana passada, a primeira reunião de Líderes.

Este projeto nos motivou na entrada deste ano. É nosso primeiro projeto que ingressou. A ideia dele surgiu simplesmente porque, já na aplicação das primeiras doses, no mundo inteiro, começando pelos Estados Unidos, houve os primeiros casos de pessoas que, infelizmente, não têm espírito público, pessoas que querem fazer o mal: desperdiçaram e destruíram 500 unidades de vacina. Aqui já ocorreu um caso em São Paulo. No dia da reunião de Líderes, na quinta-feira passada, alguns casos no Rio de Janeiro foram noticiados pela imprensa. O que nós queremos, na verdade, é criminalizar isso. Hoje existe um dispositivo no Código Penal para casos gerais de danos que tipifiquem a contravenção com pena de 1 a 6 meses ou multa.

Trata-se de algo tão importante, Presidente! A vacina está salvando vidas e vai salvar ainda mais. Ela vai nos permitir retomar a nossa vida social e a economia das nossas cidades. As pessoas vão poder voltar às escolas, ao trabalho. Portanto, não há nada melhor do que proteger a vacina.

As pessoas que vão fazer o manejo das vacinas e dos insumos também precisam saber que existem protocolos a serem seguidos. Se alguma delas não tem condições de fazer o manejo dessas vacinas e dos insumos, que não o faça. Nós precisamos que os órgãos municipais, estaduais e federais fiscalizem e, sobretudo, sigam o protocolo, ensinando as pessoas da área da saúde ou quem quer que seja da área administrativa a preservar da melhor forma possível as vacinas, para que não aconteçam acidentes que destruam ou inutilizem as vacinas. Caso algo assim aconteça, havendo dolo, terá que haver punição. Isso é crime, com pena de 1 ano a 5 anos e multa. Nós estamos falando de vida, estamos falando da maior crise que já existiu, da maior pandemia de todos os tempos. Portanto, nós temos que tratar isso com muita seriedade e temos que ser duros.

Eu ouvi a discussão de alguns colegas Deputados e agradeço a eles. Eu poderia incorporar diversas discussões que foram feitas aí, mas eu, como autor do projeto, não sou juiz, assim como não o é nosso Relator, o Deputado Marco Bertaioli, a quem eu quero agradecer e parabenizar pelo relatório. Não somos juízes. Quem vai definir a pena de 1 ano a 5 anos, a dosimetria, obviamente, é o juiz, que tem o poder discricionário.

Portanto, eu peço o apoio de V.Exas., nobres colegas Deputados e

Deputadas, para aprovarmos este projeto, que vai ser muito importante. O projeto sobre quem fura a fila e este projeto, para combater a destruição e a inutilização da vacina e dos insumos, vão ser de grande importância agora que nós aplicaremos a segunda e a terceira dose da vacina. Nós vamos entrar agora na etapa das idades mais avançadas e precisamos dar continuidade à vacinação com segurança.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 153/326

| | | | |
|-----------------------|-------------------------------|---------------------------------------|------------------|
| 4.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 11/02/2021-13:48 |
| Publ.: 2/12/2021 - | DCD | - ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Denúncia da imprensa sobre a existência de leitos vagos em hospitais militares no Estado do Amazonas. Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação de nova hipótese de dano qualificado, para o caso de inutilização ou deterioração de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública. Defesa de criação, pela Casa, de CPI para investigação de responsabilidades por mortes decorrentes da Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu começo tentando concluir a frase que não pude terminar em função do corte que aconteceu no meu tempo em minha fala anterior. Eu começo concluindo essa frase.

Há denúncias na imprensa que apontam que 72%, ou por volta disso, dos leitos nos hospitais militares do Amazonas estariam vagos. Trata-se de um Estado cuja situação já foi bem pontuada aqui, já assumiu a tribuna e entrou nas nossas casas. A dor do povo do Amazonas também é nossa dor. A dor da ausência da capacidade de respirar desse povo também é a dor da ausência da capacidade de respirar deste País. Lá existem leitos que estão vagos, à espera de que algum militar venha a precisar deles. São leitos que poderiam estar sendo ocupados por pessoas que sofrem com a COVID.

Esta pandemia se agudizou a partir da ausência de proposições e da ausência da capacidade do Governo de governar. Já se passou quase

1 mês desde o início da vacinação no País, e o índice de vacinação não chega a 2%.

Por isso, nós estamos com essa proposição, para tentar penalizar ou agravar a pena daqueles que inutilizam com dolo. Nós não estamos falando de qualquer inutilização de vacinas que ocorra em função de outras circunstâncias, mas da inutilização quando há a intenção de fazê-lo.

É preciso que o País dê respostas, mas é preciso também que o País possa responsabilizar os gestores. Alguém tem que responder neste País. O Presidente da República tem que responder pelo fato de ter produzido tanta cloroquina e de ter enviado cloroquina - cloroquina! - para um Estado que estava precisando de respiradores, que estava precisando de profissionais. Nós precisamos que não apenas o Ministro da Saúde responda - e ele está respondendo por isso -, mas também o Presidente da República. Aliás, o Ministro da Saúde disse que iria contratar as vacinas e foi desautorizado pelo Presidente da República. O Ministro disse que apenas obedece e que o Presidente da República manda. Então, o Presidente da República também tem que ser responsabilizado por tudo que está acontecendo neste País.

Nós somos favoráveis à matéria. É preciso, ainda que nós não possamos estimular o punitivismo, que tenhamos uma responsabilização clara. Nós precisamos ter, nesta Casa, uma CPI para investigar as mortes que poderiam ter sido evitadas.

Documento 154/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 14:04 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | GUSTAVO FRUET-PDT -PR | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Saudação ao novo Secretário-Geral da Mesa, Ruthier de Sousa Silva. Homenagem póstuma ao Prof. de Direito Penal da Faculdade de Direito Universidade Federal do Paraná, René Ariel Dotti. Apoio do PDT ao Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização.

O SR. GUSTAVO FRUET (PDT - PR. Como Líder. Sem revisão do

orador.) - Eu agradeço, Sr. Presidente.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar o Sr. Ruthier nessa nova missão como Secretário-Geral da Mesa.

Eu pedi a palavra pela Liderança por duas razões. No momento em que votamos alterações no Código Penal, eu lamento comunicar o falecimento hoje, em Curitiba, do Prof. René Ariel Dotti, Professor de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Ele contribuiu muito, em diferentes Comissões, para a atualização do Código Penal e do Código de Processo Penal. Foi também jornalista e Secretário de Cultura. Teve uma atuação muito firme, ao longo da sua trajetória, em defesa das liberdades individuais, da democracia, em tempos sombrios e difíceis. Sempre se posicionou, principalmente em momentos de arbítrio, a favor de profissionais jornalistas e sindicalistas que sofreram todo tipo de perseguição e abuso, inclusive abuso de autoridade.

Neste momento, a comunidade jurídica ressalta essa história que é referência não só no Paraná, para nosso orgulho, mas no Brasil.

Fica registrada aqui esta mensagem de solidariedade à sua família, à D. Rosarita, à Cláudia, à Rogéria e a toda a comunidade jurídica do Paraná.

Aproveitando essa trajetória, eu faço alguns pontos de reflexão em relação às matérias que estão sendo votadas, cumprimentando os Autores pela iniciativa e também o trabalho dos Relatores.

É impensável e inacreditável que, no século XXI, seja necessário termos preocupação com quem queira furar fila da vacinação, preocupação com destruição intencional ou subtração intencional de vacinas ou insumos. Isso mostra o grau contraditório e a falta de evolução clara da sociedade.

Há, ainda, um segundo ponto. Ao tratar da crise da pena, eu lembro também um ensinamento do Prof. René. A evolução da civilização também se deu pela mudança das penas, em especial da tortura. Mais importante do que o tamanho da pena é a certeza da punição. Sem nenhuma alteração na legislação, há poucas semanas, o Ministério Público de Goiás estabeleceu - houve a homologação - uma multa de 50 mil reais para um ex-Secretário de Saúde por furar a fila da vacinação, independentemente das justificativas que tinha.

Todas as vezes em que surge uma crise, há uma avalanche de projetos de alteração em matéria penal e processual penal no Brasil, não só no Parlamento nacional.

Isso gera um excesso legislativo, gera muitas vezes o desconhecimento da lei e gera um conflito de interpretação sem fim, que, ao final, acabará resultando na não aplicação de nenhum tipo de pena nos casos objetivos.

Aqui nós estamos tratando de temas já tratados no Código Penal, que têm a sua interpretação e compreensão principalmente na parte geral do Código Penal. Nós temos os crimes de corrupção, de concussão. Nós temos o crime de peculato, os crimes de subtração, infração de medida sanitária. Não temos um crime tipificado especificamente em relação a furar fila, mas já há a possibilidade de aplicação da legislação existente. De qualquer maneira, diante desse quadro de incertezas, é necessário reafirmar até como caráter didático.

Por isso, o PDT é favorável a essa medida, mas sempre lembrando que isso ganha uma repercussão no Brasil pela falta de previsibilidade com relação à aplicação da vacina. Muitas cidades já estão anunciando o fim da segunda etapa, mesmo com a discussão de que deve ser priorizada a primeira vacinação ou deve ser reservada metade das vacinas para a segunda vacinação, para ampliar os seus efeitos.

Além disso, nesse ritmo, todas as projeções apontam que nós chegaremos a 70% da população brasileira vacinada, talvez, em 2023 ou 2024. Isso também gera um temor, gera um olhar crítico daqueles que estão vendo, por meio de conhecidos ou pessoas próximas, a vacinação andando no exterior, enquanto, aqui no Brasil, muitas vezes, não há condições de prever quando será a sua vez, o que gera, às vezes, um instinto de preservação, o que evidentemente não justifica nenhum tipo de conduta.

Então, o PDT está na linha de defesa de todas as investigações relacionadas à vacina e vai encaminhar de forma favorável.

Documento 155/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 14:08 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | BIA KICIS-PSL -DF | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Importância do Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização. Acolhimento pela Relatora Margarete Coelho de emenda

oferecida pela oradora à proposição.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PSL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente Deputado Marcelo Ramos. É um prazer vê-lo conduzindo os trabalhos.

Boa tarde aos prezados colegas presentes e a todos aqueles que assistem à sessão de forma remota.

Este projeto é de suma importância. Eu tive a honra de apresentar uma emenda, que foi acolhida pela Deputada Margarete Coelho, nobre Relatora. Essa emenda diz respeito a esses casos indignos que nós temos visto muito, por meio de vídeos na Internet, de agentes de saúde e profissionais que, ao aplicarem a vacina, deixam, na verdade, de fazer a aplicação do conteúdo da ampola e praticam uma verdadeira simulação contra os nossos idosos, causando prejuízos terríveis, danos, agindo com fraude e simulação, pondo em risco a saúde dos nossos idosos.

Eu sou filha de um pai de 90 anos, que já foi vacinado, e de uma mãe de 84 anos. Nós temos que zelar pela vida, saúde e integridade dos nossos velhinhos, dos nossos idosos.

Por isso, apresentei essa emenda. Fico muito feliz que tenha sido recebida pela Deputada Margarete Coelho, nossa Relatora.

Vamos lutar, aqui no Congresso, cada vez mais, pela vida dos idosos e de todos os brasileiros.

Muito obrigada.

Documento 156/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021 - CD 14:12 | |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Importância da votação do Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero agradecer a gentileza de todos os Líderes, que entenderam ser fundamental votarmos, ainda neste dia, essa criminalização da utilização irregular, que faz com que a ordem prioritária não seja cumprida, na vacinação contra a COVID. E eu não tenho dúvida de que é uma resposta extremamente importante para a sociedade brasileira.

Nós vivemos tempos em que a população observa de maneira impune tudo que ocorre no nosso País, e não é diferente nesse caso. Hoje o jornal *O Globo* destaca uma matéria que informa que 3 mil pessoas já foram denunciadas em 3 semanas, desde o início da vacinação no Brasil, porque estavam furando fila. É algo absurdo, e a Câmara dará uma grande resposta a isso.

Com a chegada já da nossa Relatora Deputada Margarete Coelho, para que possamos avançar, eu vou abrir mão de qualquer fala, a fim de conseguirmos aprovar esse projeto importante.

Documento 157/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|---------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 11/02/2021- |
| | CD | 14:12 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | RICARDO SILVA-PSB -SP | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Pedido à Deputada Bia Kicis de incorporação do Projeto de Lei nº 374, de 2021, de autoria do orador, ao texto de emenda oferecida ao Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização. Consulta à Relatora Margarete Coelho sobre a possibilidade de inclusão da propositura em seu parecer.

O SR. RICARDO SILVA (PSB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu agradeço a concessão do tempo.

Já está aqui a Relatora, a Deputada Margarete, que conversa com a Deputada Bia Kicis, também autora dessa emenda. Eu fiz um pleito à Deputada Bia, que gentilmente o atendeu, e ela vai tratar agora com a Relatora Margarete.

Eu apresentei um projeto de lei, o Projeto de Lei nº 374, de 2021, que torna crime essa conduta absurda que nós estamos vendo em vários vídeos. E hoje um jornal da Rede Globo, o *Jornal Hoje*, mostrou uma reportagem sobre uma enfermeira que justamente fazia isto: colocava a vacina na pessoa e não injetava o líquido. A pessoa acha que está imunizada, mas não está. São criminosos, são bandidos da pior espécie aqueles que estão fazendo isso!

Há esse nosso projeto, Relatora Margarete, que nós estamos pedindo à Deputada Bia que inclua como uma emenda, e contamos, é claro, com V.Exa., com o seu coração grande, para que possamos ampliar a matéria, porque o nosso projeto traz outras possibilidades de pena, uma pena mais dura, de 8 a 12 anos de reclusão e até 24 anos de cadeia, quando o resultado for morte.

Então, peço que o nosso projeto seja absorvido pela emenda da Deputada Bia Kicis e que a Relatora Margarete, nós vamos agora dialogar, possa analisá-lo também e, se for o caso, já incluí-lo em seu relatório, para que nós avancemos com essa punição severa no Brasil.

Parabéns, Deputada Margarete, pelo brilhante trabalho!

Parabéns, Deputada Bia Kicis e todos que estão debruçados nesse tema de grande interesse público!

Muito obrigado, Presidente.

Documento 158/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|---------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 11/02/2021- |
| | CD | 14:16 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | FERNANDO RODOLFO-PL -PE | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização.

O SR. FERNANDO RODOLFO (Bloco/PL - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, gostaria apenas de registrar minha alegria e meu orgulho de ser autor do Projeto de Lei nº 25, de 2021, que está sendo discutido nesta tarde aqui na Câmara dos

Deputados. Trata-se de um projeto que dá respostas à sociedade, que não aguentava mais ver tantos casos de furadas de fila e de desvios de doses da vacina contra o coronavírus espalhados por todos os cantos do nosso País. Esse projeto foi construído com toda a nossa assessoria.

Quero aqui agradecer o empenho de toda a nossa equipe de juristas, os advogados, os técnicos legislativos que nos ajudaram na elaboração desse texto. Quero agradecer também a dedicação de todos os Líderes, que entenderam a importância desse projeto, e o brilhante trabalho feito pela Deputada Margarete Coelho, que é a Relatora. Tenho certeza de que o projeto será aprovado aqui, será aprovado no Senado, vai virar lei e dar a resposta que a sociedade brasileira espera.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Documento 159/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 14:16 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Não acatamento pela Relatora Margarete Coelho de emenda a respeito do descarte de vacinas, apresentada pela oradora ao Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a este Projeto de Lei nº 25, de 2021, eu também fiz uma emenda que acho importante, mas parece que infelizmente ela não foi acatada pela Relatora. Estamos recebendo mensagens de várias instituições e de médicos sobre esse projeto, porque, ao final do dia, as doses que sobraram da vacina estão sendo descartadas.

Só faça uma conta: no Município inteiro, cinco doses descartadas por dia vezes o número de dias úteis em que são vacinados esses pacientes daria mais ou menos cem doses por mês, isto é, são cem pacientes que não serão vacinados. Infelizmente, acho que a emenda não foi acatada, mas é uma emenda importante, é uma realidade que está acontecendo nesses dias de vacinação, é uma demanda

realmente de várias instituições do Brasil e de médicos que estão mandando essas mensagens.

Muito obrigada.

Documento 160/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária CD | - 11/02/2021- 14:16 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | MARGARETE COELHO-PP -PI | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização.

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores ouvintes, é um prazer enorme estar aqui hoje nesta tribuna para tratar de um tema que tem angustiado o Brasil e o mundo no último ano: a questão da pandemia da COVID.

Mas antes, não poderia deixar, Sr. Presidente, de cumprimentá-lo, de dizer da alegria de ter participado da jornada que conduziu V.Exa. a esse posto de destaque, diga-se de passagem, justo destaque. A despeito de V.Exa. estar agora ainda no primeiro mandato, tem uma larga experiência em militância em movimentos sociais, em partidos políticos, o que faz com que V.Exa. tenha chegado aqui um Parlamentar maduro, um Parlamentar com uma carga de trabalho extremamente importante e que tem oferecido tantas contribuições ao nosso Parlamento e ao Brasil. Parabéns! É um prazer fazer parte do time que chegou aqui junto com V.Exa.

Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei nº 25, de 2021, ao qual foram apensados os Projetos de Leis nºs 33, 40, 47, 239, 242, 240, 247, 170, 352 e 417, todos deste ano de 2021. Os projetos agora mencionados acrescem os artigos 268-A, 312-A e 317-A ao Decreto Lei nº 2.847, de 1940, o nosso Código Penal, para tipificar as condutas de infração de medida de imunização, peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização.

"O Projeto de Lei nº 25, de 2021, de autoria do Deputado Fernando

Rodolfo, busca inserir três novos tipos penais ao Código Penal, quais sejam:

a) infração de medida de imunização (art. 268-A)" - do Código Penal -, "que tipifica a conduta de *"infringir ordem de prioridade de vacinação ou afrontar, por qualquer meio, a operacionalização de planos federais, estaduais ou municipais de imunização"*, cominando a pena de reclusão, de dois a cinco anos, e multa, que será aumentada em um terço se o agente falsifica atestado, declaração, certidão ou qualquer documento público ou particular;

b) peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos (art. 312-A), que tipifica a conduta de *"desviar, confiscar ou subtrair o funcionário público qualquer bem ou insumo médico, terapêutico, sanitário, vacinal ou de imunização, público ou particular, de que tem a posse ou acesso em razão do cargo, em proveito próprio ou alheio"*, cominando a pena de reclusão, de cinco a quinze anos, e multa; e

c) corrupção em planos de imunização (art. 317-A), que tipifica a conduta de *"valer-se do cargo para, em benefício próprio ou alheio, desobedecer à ordem de prioridade de vacinação ou afrontar, por qualquer meio, a operacionalização de planos federais, estaduais ou municipais de imunização"*, ou deixar de adotar as providências necessárias à apuração dessa infração, cominando a pena de reclusão, de dois a doze anos, e multa, que será aumentada de um terço até a metade *"se o funcionário exige, solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, verba de caráter pecuniário ou vantagem econômica indevida"*.

Ao Projeto principal" - como mencionado inicialmente - "foi apensado o Projeto de Lei nº 33, de 2021, de autoria do Deputado Alex Manente" - sou testemunha, Deputado, do seu empenho, do seu trabalho, de todo o seu esforço, no sentido de que hoje este Plenário pudesse apreciar este projeto de lei -, "no qual se sugere a inclusão, no Código Penal, do art. 268-A, que tipifica a conduta de *"infringir, em benefício próprio ou de outrem, a ordem de prioridade de imunização prevista no Plano Nacional de Vacinação e adotada em cada estado da federação"*, cominando uma pena de detenção, de um a três anos, e multa.

Também foram apensados os Projetos de Lei nº 40, de 2021, de autoria da Deputada Erika Kokay (PT/DF) e outros, que pretende alterar *"a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para tipificar o crime de fraude à ordem dos públicos prioritários na imunização contra pandemias"*; 47, de 2021, de autoria dos Deputados Celso Sabino" - Deputado atuante - "(PSDB/PA) e Rose Modesto (PSDB/MS); 239, de 2021, de autoria do Deputado Léo Moraes (PODE/RO); 242, de 2021, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS); 240, de 2021, de

autoria da Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP); 247, de 2021, de autoria do Deputado Alexandre Frota (PSDB/SP); 170, de 2021, de autoria do Deputado Boca Aberta (PROS/PR); 352, de 2021, de autoria do Deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE); e 417, de 2021, de autoria do Deputado Alexandre Frota; todos pretendendo combater, de alguma forma, a violação à ordem de vacinação."

Sr. Presidente, gostaria de dizer da importância desses projetos de lei, da qualidade de cada um deles. Cada Parlamentar aqui se dedicou, com muito afinco, com muita competência e, acima de tudo, com muita sensibilidade, para perceber o momento que nós vivemos no Brasil, a grave crise instalada pela pandemia e a necessidade de esta Casa responder de forma pronta, eficaz e eficiente aos desafios advindos da crise promovida pelo coronavírus.

"A matéria foi distribuída às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania", em atenção ao que prescreve o art. 54 do nosso Regimento Interno.

"A urgência da matéria, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, foi aprovada no dia 9 de fevereiro do presente ano.

É o relatório."

Sr. Presidente, se V.Exa. me autorizar, passarei imediatamente ao voto.

"II - Voto da Relatora

Antes de adentrar ao voto propriamente dito..."

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Deputada Margarete, já foi distribuído.

Estou preocupado de passar das 14h50min. Então, não é necessário, regimentalmente, que V.Exa. leia essa parte do voto, só se achar necessário.

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI) - Pois não.

Rapidamente, eu digo que a presente proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, regimentalidade, legalidade e inova no sistema jurídico, como lhe é exigido.

Tendo em vista o atendimento de todos esses requisitos legais, eu

passo a concluir o meu voto.

"II.1 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, somos pela aprovação dos projetos, nos termos do substitutivo da CCJC.

No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação orçamentária e financeira das proposições.

Por fim, quanto à competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos projetos de lei (...) "multimencionados "e, no mérito, pela aprovação de todos, na forma do substitutivo em anexo."

Se V.Exa. me permite, passo à leitura, rapidamente, dos substitutivos.

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 25, de 2021, com os apensados multimencionados durante nosso relatório e voto.

"Tipifica as condutas de infração de plano de imunização e de corrupção em plano de imunização, e cria uma forma qualificada do crime de peculato para o caso em que a apropriação, o desvio ou a subtração for de bem ou insumo médico, terapêutico, sanitário, vacinal ou de imunização, público ou particular.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Altera o Código Penal para tipificar as condutas de infração de plano de imunização e de corrupção em plano de imunização, assim como para criar uma forma qualificada do crime de peculato para o caso em que a apropriação, o desvio ou a subtração for de bem ou insumo médico, terapêutico, sanitário, vacinal ou de imunização, público ou particular.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

Infração de plano de imunização

Art. 268-A. Infringir a ordem de prioridade de vacinação ou afrontar, por qualquer meio, a operacionalização de plano federal, estadual, distrital ou municipal de imunização.

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço se o agente falsifica

atestado, declaração, certidão ou qualquer documento público ou particular, ou faz uso de qualquer desses papéis falsificados.

Art. 312.

.....

Peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos

§1º-A. A pena é de reclusão, de três a treze anos, e multa, se a apropriação, o desvio ou a subtração for de bem ou insumo médico, terapêutico, sanitário, vacinal ou de imunização, público ou particular.

.....

.....

Corrupção em plano de imunização

Art. 317-A. Valer-se do cargo para, em benefício próprio ou alheio, infringir a ordem de prioridade de vacinação ou afrontar, por qualquer meio, a operacionalização de plano federal, estadual, distrital ou municipal de imunização.

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§1º Incorre nas mesmas penas o funcionário público que, em condescendência, deixa de adotar as providências necessárias à apuração do crime descrito no caput.

§2º A pena é aumentada de um terço até a metade se o funcionário exige, solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação."

Este é o nosso substitutivo, Presidente, que nós apresentamos à apreciação do Plenário.

Documento 161/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|-----------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 14:32 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Relevância da emenda a respeito da imunização de pessoas não inseridas em grupos prioritários, no caso de vacinas descartadas, oferecida pela oradora ao Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu tenho uma emenda que gostaria de manter, porque a acho importante.

Eu sou médica, faço parte da Comissão Externa do Coronavírus, e nós já sabemos que, em 3 semanas, uma em cada 1.341 doses foi aplicada no País em pessoas que furaram filas. Em 3 semanas, nós temos 3 mil denúncias de fura-fila.

E a minha emenda trata justamente disso. Não configura o crime previsto no *caput* a vacinação de pessoa não inserida na ordem de prioridade de imunização, quando se tiver por objetivo evitar o descarte de vacina e desde que todas as pessoas prioritárias cuja vacinação tenha sido programada para o dia tenha sido feita, em conformidade com o plano de que trata o *caput*. Então, como 3 mil pessoas foram denunciadas em 3 semanas por terem furado a fila, corremos o risco de, na sobra de vacina, no final do dia, o agente da unidade descartar o que sobrou, com medo de ser denunciado ao Ministério Público. Portanto, eu acho importante esse destaque e gostaria que ele fosse votado.

Muito obrigada.

Documento 162/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|----------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 14:32 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | MARGARETE COELHO-PP -PI | |
| CÂMARA | DOS | PARECER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário, apresentadas ao Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou

terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização.

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu sei do adiantado da hora, mas, por um dever de justiça, gostaria de mencionar a importância de cada uma das emendas que foram oferecidas.

Também gostaria de destacar que o nosso substitutivo procurou contemplar, de alguma forma, tudo o que veio, o espírito de cada um dos projetos de lei que vieram a este plenário no dia de hoje. Nós lemos atentamente todos eles e, em respeito ao trabalho dos nossos colegas Parlamentares, à dedicação e à qualidade do trabalho de cada um, buscamos contemplar no nosso substitutivo cada uma das contribuições trazidas nos projetos de lei.

Então, eu gostaria que todos e todas que apresentaram projetos de alteração do Código Penal para prever novos tipos e novas regras, no sentido de punir aqueles que, de uma forma ou de outra, burlam, fraudam, praticam peculato ou corrupção com o objetivo de frustrar o plano nacional de vacinação, sejam rigorosamente punidos.

Excelência, nós recebemos emendas apresentadas ao PL 25/21 e ao PL 33/21.

"Com relação ao PL 25, durante a discussão, foram apresentadas emendas de plenário.

Ressalte-se que as Emendas nºs 1 e 4 ao PL 25/21 e a Emenda nº 1 ao PL 33/21 não obtiveram o apoio regimental previsto no art. 120, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, razão pela qual não nos manifestaremos sobre elas no parecer." Quero, entretanto, dizer que o teor delas foi, na medida do possível, contemplado no nosso substitutivo. Embora não tenha sido superada a questão da formalidade, em respeito ao trabalho dos colegas, nós as contemplamos no nosso substitutivo.

"A Emenda nº 2 solicita a inclusão de um parágrafo ao art. 268-A, explicitando que não configura crime de infração ao plano de vacinação quando a conduta 'tiver por objetivo evitar o descarte de vacinas, desde que tenha havido a vacinação de todas as pessoas prioritárias programadas para o dia, em conformidade com o plano de que trata o *caput*'.

A Emenda nº 3 sugere a criação de uma causa de aumento de pena ao crime de 'expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto ou iminente' (art. 132 do CP), para o caso de o perigo ser causado pela

simulação ou aplicação fraudulenta de vacina.

A Emenda... *(falha na transmissão)*.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Presidente, não estou ouvindo a fala dela.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente, não estou escutando também.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Perdi o som da sessão aqui, Presidente.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Estamos sem som, Presidente. Não estamos escutando o que acontece na sessão.

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI) - Sr. Presidente, eu posso mudar de microfone. Acho que é mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Só um pouco. Houve algum problema no áudio. Vamos esperar um pouquinho e já vamos resolver. *(Pausa.)*

Vamos testar.

V.Exas. ouvem o Plenário? *(Pausa.)*

Deputado Henrique?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Agora, sim.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Agora, sim, Presidente. Agora, sim, tudo o.k.

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI) - Indago à Presidência se eu preciso retomar desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Deputado Henrique, Deputada Erika, eu não sei o quanto V.Exas. conseguiram ouvir da leitura da Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Eu não escutei nada dessa última leitura.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Eu também não.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Eu também não escutei, mas me parece que podemos dispensar uma nova leitura, Presidente,

podemos seguir de onde está. Estamos acompanhando a matéria de perto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Se todos concordarem com isso, faremos assim, até porque o parecer está publicado também no sistema.

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI) - Pois não.

Eu só gostaria de ressaltar para os que nos ouvem que algumas emendas não foram acatadas porque não obtiveram o apoio mínimo necessário. Entretanto, esta Relatoria se debruçou sobre cada uma delas, não as desconsiderou e, na medida do possível, contemplou o seu teor no nosso substitutivo.

Eu falava, então, a respeito da Emenda nº 5, que "sugere estabelecer a penalização do agente que simular a aplicação ou deixar de aplicar o imunizante, no exercício de atividade em que deveria realizar o procedimento em razão de ofício.

II - Voto da Relatora.

Após analisar detidamente as sugestões apresentadas, entendemos que apenas as Emendas nºs 3 e 5 devem ser acatadas.

Com efeito, quanto à Emenda nº 2, deve-se ressaltar que o tipo penal em questão exige, para a sua configuração, que a ordem de prioridade constante do plano de vacinação seja infringida. É claro que, se o próprio plano estabelecer exceções (imminente descarte, por exemplo), o tipo penal não restaria violado, pois não haveria, na hipótese, infringência ou afronta ao plano, mas a sua fiel execução. Essas questões, portanto, devem ser resolvidas no próprio plano, e não na lei penal."

Eu entendo todo o esforço feito pela Deputada Dra. Soraya Manato, que representa aqui a categoria dos médicos.

Eu discuti com V.Exa., Deputada, e chamei a sua atenção para o fato de que o plano nacional de vacinação já prevê esta possibilidade. Por exemplo, no meu Estado, o Piauí, as doses que excederam - porque se utilizou uma forma de aplicação mais eficiente, e, com isso, as doses foram em maior quantidade do que o previsto inicialmente - não foram descartadas; elas foram aplicadas em pessoas que estavam no entorno daquela categoria ou daquela classe que estaria sendo imunizada naquele momento.

Eu gostaria de ressaltar o trabalho e o esforço de V.Exa., Deputada Dra. Soraya Manato, desde o início, para que esta Relatoria acatasse

sua emenda, mas esclareço que trata-se de medida administrativa, e, como nós estamos no âmbito de uma lei substantiva penal, entendemos que não havia adequação para o termo penal de uma medida administrativa já prevista no nosso ordenamento. Mas eu gostaria de, mais uma vez, ressaltar e agradecer o empenho de V.Exa. no sentido de que essa medida viesse a constar do nosso Código Penal.

"Quanto às Emendas nº 3 e 5, tendo em vista que vão ao encontro do que consta das proposições analisadas, sugerimos a sua aprovação. Com efeito, conforme se tem noticiado recentemente, há casos em que o conteúdo das vacinas não está sendo aplicado em nossos idosos, gerando nesses a falsa impressão de que estão sendo imunizados, o que coloca a sua saúde em grave e iminente risco.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, somos pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 3 e 5, na forma da Subemenda Substitutiva Global da CCJC, e pela rejeição da Emenda de Plenário nº 2.

No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação orçamentária e financeira das emendas.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de plenário com apoio regimental e, no mérito, pela aprovação das Emendas de Plenário nºs 3 e 5, na forma da Subemenda Substitutiva Global em anexo, e pela rejeição da Emenda de Plenário nº 2", exatamente porque o seu teor já está previsto no texto do substitutivo global ora apresentado.

Esses são o relatório e o voto, Presidente.

Documento 163/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 14:48 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Incoerência da Relatora Margarete Coelho, demonstrada no acatamento de emenda da Deputada Bia Kicis e na rejeição de emenda da oradora a respeito do aproveitamento de vacinas descartadas.



A SRA. DRA. SORAYA MANATO (Bloco/PSL - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Quero dizer, com todo o respeito que tenho pela Deputada Margarete Coelho - é uma excelente Parlamentar e tudo o mais -, que S.Exa. aceitou o destaque da Deputada Bia Kicis. Como se vai admitir que um profissional de saúde finja que está aplicando uma vacina? Isso é inadmissível! Essa pessoa é criminosa! Então, também, como que se pode prever que, no Brasil, do tamanho que é o País, uma pessoa vá pegar, das doses destinadas à faixa etária de 90 a 95 anos, uma dose que tiver sobrado e aplicar em um jovem de 30 anos e não ser acusada de fura-fila? Isso é inadmissível!

Um profissional de saúde fazer de conta que está aplicando uma vacina é inadmissível no meio médico, mas destaque que considera essa hipótese foi acatado!

Então, é isso. Nós vamos ter que normatizar a segurança.

Documento 164/326

| | | |
|---------------------------|-------------------------------|---------------------------------------------|
| 4.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa 11/02/2021-14:48 |
| Publ.: DCD 2/12/2021 - | - ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO |

Sumário

Encaminhamento da votação do Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização. Necessidade de solicitação, pela Casa, de esclarecimento sobre a existência de leitos vagos em hospitais militares no Estado do Amazonas. Falta de clareza do Plano Nacional de Imunização, no tocante à destinação de vacinas descartadas.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós já não temos mais a premência do tempo, na medida em que a sessão foi prorrogada, por acordo. Então, eu gostaria de dizer que V.Exa. tem razão sobre o fato de que nós iremos discutir o destaque, mas, ainda assim, eu queria solicitar um esclarecimento à Relatora.

A Relatora disse que isso já está previsto no plano de imunização - e eu acho que é o lugar correto; é nele, e não no Código Penal, que

deveria estar determinado o que fazer com as sobras de vacinas -, mas eu gostaria apenas que ela pudesse me esclarecer se isso está previsto. Se não estiver, que o próprio projeto possa recomendar que haja uma previsão de ações a serem desenvolvidas para, quando sobra rem doses de um lote já aberto, essas doses não serem anuladas.

Por fim, eu gostaria de dizer que me parece que esta Câmara deveria solicitar esclarecimentos sobre isto: em Manaus, há três hospitais militares que, segundo notícias de um órgão de imprensa, estão reservando vagas em leitos de COVID. Nesses hospitais, 72% dos leitos estão vagos, e Manaus está transportando pessoas para outros locais do Brasil, porque os leitos estão sendo reservados para a eventualidade de qualquer militar ser acometido pela COVID-19. Eu acho isso de uma gravidade imensa.

E digo ainda mais: este projeto de penalizar os fura-filas é absolutamente fundamental. Ainda que nós não acreditemos que todas as soluções do Brasil passem pelo Código Penal, pela lógica punitivista, é muito importante e é pedagógico que não admitamos isso que está acontecendo no Brasil inteiro, que as pessoas se utilizem de tráfico de influência, de articulações a serem estabelecidas para furar a fila de prioridade daquelas pessoas que foram assim consideradas na prioridade pelo Plano Nacional de Imunização.

Por fim, eu gostaria apenas de fazer uma sugestão: se não houver clareza, no Plano Nacional de Imunização, do que se fazer com as sobras, que isso seja previsto. E eu digo isso porque também nós não podemos permitir que haja um instrumento que possa vir a burlar a própria legislação que estamos aqui aprovando, ou seja, que as sobras possam ser provocadas e dirigidas a determinadas pessoas em função de relações que não são claras e transparentes e que, portanto, ferem a lógica da própria proposição.

Documento 165/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 15:00 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | SORAYA SANTOS-PL -RJ | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Pedido à Presidência de retirada de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou

terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma proposta e contar com o apoio de todos aqui.

Esse projeto que está sendo votado entra em conflito com o projeto anterior. E não adianta, neste momento, discutirmos essas emendas. Eu gostaria de pedir a V.Exa. se poderia retirá-las, nesse momento, do projeto, para que ele voltasse com as devidas correções dentro do destaque que está sendo acolhido, de modo que não haja conflito entre os dois processos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Nós já votamos a matéria. Não temos como votar de novo a matéria. O problema agora são só os destaques.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - É a retirada do destaque, Presidente. É a retirada do destaque!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Ah, desculpe-me, Deputada. Eu entendi que era a retirada da votação.

A SRA. SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Não, é do destaque, porque podemos fazer um acordo no Senado...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Para o PL 27.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - O.k.

A SRA. SORAYA SANTOS (Bloco/PL - RJ) - ...para fazer o ajuste.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. Bloco/PL - AM) - Desculpe-me, Deputada Soraya. Eu entendi errado o pedido de V.Exa.; e a assessoria, também.

Documento 166/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 15:04 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Agradecimento ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Marcelo

Ramos, ao Plenário, aos Líderes Partidários, à Relatora Margarete Coelho e ao Deputado Fernando Rodolfo pela aprovação do Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, quero agradecer a todo o Plenário, a todas as Lideranças, ao autor do projeto ao qual o meu foi apensado, que é o Deputado Fernando Rodolfo, a todos aqueles que se mobilizaram para rapidamente a Câmara dos Deputados dar uma resposta à sociedade.

Nós, na semana passada, no Colégio de Líderes, propusemos essa matéria, que foi unanimemente apoiada para que, durante esta semana, a Câmara pudesse conter algo que vem ocorrendo nessas 3 semanas de vacinação no Brasil: o famoso fura-fila. São aqueles que se utilizam da influência, da relação, do poder e do poder econômico para ter proveito e antecipar o seu processo de vacinação natural.

Essa matéria, obviamente, beneficia as pessoas que têm menos condições, que são dos grupos de risco, que precisam ter prioridade em uma vacinação que ainda não é plena no nosso País e que, como foi dito aqui por vários Parlamentares, atinge, no máximo, 2% da população nos dias de hoje. Segundo o jornal *O Globo*, durante essas 3 semanas, já foram feitas 3 mil denúncias no Ministério Público.

Quero também aproveitar para agradecer à Deputada Margarete Coelho, que foi a Relatora, brilhante. Ouviu todos os atores envolvidos, procurou exercer o seu papel da melhor maneira possível e, mais que isso, no dia de hoje demonstrou toda a agilidade para darmos aqui a resposta de que a população precisa.

Agradeço também ao Presidente em exercício, o Deputado Marcelo Ramos, que foi fundamental para nós termos essa matéria aprovada e encaminhada ao Senado. Agradeço a todas as Deputadas, saudando aqui a Deputada Carmen Zanotto, do nosso partido, que foi a articuladora para que, de fato, esse destaque fosse retirado para ser trabalhado no Senado, para nós termos na medida adequada, no PL 27/21, que foi aprovado, a proteção àqueles profissionais da área da saúde.

Finalizando, Presidente, nós aqui estamos dando respostas. Não podemos deixar impunes atos como aos que estamos assistindo no Brasil.

Furar a fila é algo que não pode ocorrer em uma situação tão séria. E o Parlamento mostrou uma grandeza enorme. Nas mais variadas correntes políticas, tivemos aqui a unanimidade sobre a necessidade de coibir tal ato, criminalizando quem cometer esse grave crime. E espero que, após a aprovação do Senado e a sanção do Presidente, o mais rápido possível, não tenhamos mais essa dificuldade, esse problema.

Vamos avançar juntos! Parabéns à Câmara dos Deputados e a todos que colaboraram para que este nosso projeto pudesse ser aprovado na tarde de hoje!

Documento 167/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 15:08 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização; e do Projeto de Lei nº 27, de 2021, sobre a criação de nova hipótese de dano qualificado, para o caso de inutilização ou deterioração de vacina, insumo ou qualquer outro bem destinado ao enfrentamento de emergência de saúde pública. Agradecimento à enfermagem brasileira pelos trabalhos realizados no enfrentamento da Covid-19.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar da importância desses projetos, em que pese eu compreender que eles deveriam estar, tanto o PL 25/21 quanto o PL 27/21, no mesmo debate.

Eu quero destacar, em especial, a nossa Relatora, os Relatores dos projetos de hoje e os autores todos na pessoa do Deputado Alex Manente, do meu partido.

Quero fazer uma observação e um agradecimento a toda a enfermagem brasileira, que é a grande maioria dos vacinadores e das vacinadoras do País. São enfermeiros, técnicos e auxiliares. Em algumas regiões do País, não são esses profissionais que estão fazendo a vacinação. Então, pode ser sim que algumas pessoas que

estão fazendo a técnica da aplicação intramuscular da vacina não estejam seguindo os critérios técnicos preconizados pelo Conselho Federal de Enfermagem e pelas nossas universidades.

À enfermagem brasileira que está à frente do cuidado dos pacientes com COVID, tanto na atenção básica quanto na rede hospitalar, o meu agradecimento, porque muitos profissionais faleceram buscando salvar vidas.

Então, que nós punamos aqueles que porventura cometeram equívocos, mas que não generalizemos o trabalho da enfermagem achando que os enfermeiros é que são os responsáveis pelos desvios ou pela aplicação indevida da vacina.

Documento 168/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 15:20 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | ADRIANA VENTURA-NOVO -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Congratulações à Relatora Margarete Coelho e ao Deputado Fernando Rodolfo, autor do Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de parabenizar o Deputado Fernando Rodolfo e, em nome dele, todos os autores dos projetos que foram aprovados hoje para o bem do povo brasileiro, atendendo um clamor da sociedade.

Quero parabenizar também a Deputada Margarete Coelho, a nossa Relatora. Uma situação como essa, em que nós vemos tantas pessoas furando fila, desviando vacina, valendo-se do cargo para desobedecer a uma prioridade no meio de uma pandemia, é inadmissível.

Parabéns à Câmara dos Deputados, que cumpriu o seu papel hoje e fez valer essa necessidade de criminalizar esses absurdos, porque isso é inadmissível.

Gostaria também de dizer que eu estou muito feliz por ter aprovado o meu projeto de lei dentre esses projetos todos.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 169/326

| | | |
|---------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021- CD | 15:20 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Não votação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, acerca das ações emergenciais destinadas ao setor de eventos decorrentes dos efeitos da epidemia de coronavírus. Pedido à Casa de criação de Comissão Externa para acompanhamento do processo de demissão de trabalhadores da empresa Ford Brasil. Utilização de obras públicas para fins eleitorais pelo Governador do Distrito Federal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu acabei de escutar V.Exa. dizendo que nós demos conta da pauta, uma pauta que, em grande medida, no dia de ontem, foi extremamente nefasta para o País.

No entanto, havia uma discussão, um projeto que eu acho importante. Era um projeto de auxílio ao setor de eventos, um dos setores mais abalados durante essa pandemia, e esta Casa deveria ter apreciado essa proposição.

Portanto, nós não cumprimos toda a pauta.

Em um projeto importante do ponto de vista creditício, várias formas de auxílio ao setor de eventos foram apartadas, foram excluídas dessa pauta, e precisam retornar com prioridade, pela força do setor.

O segundo aspecto é que nós apresentamos o pedido para criação de uma Comissão Externa para acompanharmos as demissões da Ford. Acho importantíssimo que haja esse acompanhamento por parte da Câmara. Uma Comissão Externa sem custos precisa apenas de uma deliberação da Presidência da Casa, não precisa nem de passar pelo Plenário. Estou fazendo essa reivindicação.

Antes de finalizar, quero dizer que é lamentável o que foi feito aqui no Distrito Federal. O Governador do Distrito Federal, ao inaugurar obras -

- obras que foram desenvolvidas no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009, para as quais foram alocados recursos públicos --, faz campanha eleitoral. Na inauguração dessas obras, nas quais foram usados recursos públicos, na condição de Governador, ele disse: "E me aguardem em 2022".

Isso é uma nítida campanha eleitoral. Isso mostra qual é a preocupação do Governador e cabe uma ação. Nós vamos providenciá-la para que ele responda por isso. Ele não pode se utilizar do cargo de Governador nem de recursos públicos para fazer campanha eleitoral antecipada.

Era isso, Presidente.

Obrigada.

Documento 170/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|---------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | - 11/02/2021- |
| | CD | 15:24 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - | CORONEL CHRISÓSTOMO-PSL -RO | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Apelo ao Governador do Estado de Rondônia por liberação de recursos ao Município de Guajará-Mirim, para enfrentamento da epidemia de coronavírus. Necessidade de conclusão do Hospital Regional de Guajará-Mirim.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (Bloco/PSL - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Volto a falar aqui de Rondônia, de Brasil. Volto a falar do Município de Guajará-Mirim, uma cidade que está na fronteira com a Bolívia, lá no canto do Rio Mamoré, distante da principal linha de ligação entre os Municípios, que é a BR-364.

O Município está passando por um problema gravíssimo em relação à COVID, muitas mortes estão ocorrendo. A Prefeita já informou que está sem condições de atender à saúde do Município.

Eu clamo ao Governador do Estado: Governador, repasse os recursos! Vamos estar juntos! Vamos estar unidos! Rondônia precisa do seu apoio. Guajará-Mirim precisa muito de recursos, Governador! Ajude Guajará-Mirim!

Outra coisa: vamos concluir o hospital regional de Guajará-Mirim. Eu faço esse apelo ao senhor, Governador. Se o senhor precisar, estou pronto para ajudar Rondônia, em especial, Guajará-Mirim, pois o nosso povo está morrendo lá devido à COVID.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 171/326

| | |
|--------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| 4.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/02/2021 - CD 15:24 |
| Publ.: DCD - 2/12/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS | |
| CÂMARA DOS DEPUTADOS | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 25, de 2021, sobre a inserção dos arts. 268-A, 312-A e 317-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), para tipificação das condutas de infração de medida de imunização, de peculato de vacinas, bens medicinais ou terapêuticos, bem como de corrupção em planos de imunização. Boicote ao processo de vacinação pelo Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero cumprimentar V.Exa., bem como os colegas. Estamos terminando esta sessão que votou um projeto importantíssimo para punir quem fura a fila de vacinação do SUS.

Agora, antes do encerramento da sessão, quero ler um dos artigos que nós aprovamos, que é o art. 268-A. Ele está assim redigido:

Art. 268-A. Infringir a ordem de prioridade de vacinação ou -- aqui eu vou grifar -- afrontar, por qualquer meio, a operacionalização de plano federal, estadual, distrital ou municipal de imunização.

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Esse aqui, Sr. Presidente, é mais um dos crimes que o Presidente Bolsonaro está cometendo no País, porque ele está afrontando, por diversos meios, a operacionalização de plano federal, estadual, distrital ou municipal de imunização.

Não é por outro motivo que V.Exa. tem que entrar em contato com o Governador de São Paulo, para que ele ceda 50 mil doses de vacina para o povo amazonense. Quem deveria estar garantindo as vacinas para o povo do Amazonas, do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São

Paulo e de todo o País é o sistema federal de saúde, é o Presidente República, que, infelizmente, segue boicotando o processo de vacinação no País.

Boa tarde, Presidente.

Documento 172/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 5.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2021- CD | 19:56 |
| Publ.: DCD - 2/20/2021 - | TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Alcance da marca de 240 mil mortes no Brasil em decorrência da Covid-19. Gravidade das crises sanitária e social brasileiras. Repúdio ao conjunto de ações antidemocráticas praticadas no País. Defesa, pelo PSOL, de manutenção do Deputado Daniel Silveira na prisão e de cassação do seu mandato parlamentar.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este não é um momento alegre. Concordo com os que dizem que este não é um momento alegre. O Brasil vive uma tragédia: vemos mais de 240 mil mortos diante da maior crise sanitária da história, desemprego, pobreza, e a resposta do Governo é negacionismo, paralisia.

Infelizmente, em vez de nos debruçarmos nesta Casa sobre esse quadro de crise, temos que vir aqui afirmar o óbvio: liberdades democráticas não podem ser violadas por ninguém! Direito a fala, direito a voz é parte do nosso exercício parlamentar. Esta é uma Casa onde cabem ideias plurais, mas essas ideias não podem violar a democracia.

Deputado não pode tudo, Sr. Presidente! Pode Deputado defender o AI-5, que outrora fechou o próprio Congresso? Pode Deputado ir a público e dizer que quer a morte de quem discorda? Não pode.

Eu entendo que nesta Casa não cabe quem não tem apreço à democracia, quem faz da política ódio e violência, quem tem saudade de um tempo que não queremos que volte mais, que é o tempo da ditadura civil, empresarial e militar.

O Deputado que erroneamente diz que bandido bom é bandido morto vem pedir desculpa ao povo pelos seus crimes. Não se trata de erro ou



de equívoco, mas de parte da política de extermínio que eles, bolsonaristas, defendem: extermínio dos direitos, da vida, das liberdades, da democracia. Sinceramente, o que o Sr. Daniel chamou de equívoco é a política que matou Marielle Franco, Vereadora eleita; é a política que extermina os jovens negros nas favelas e periferias brasileiras; é a política que extermina lutadoras e lutadores brasileiros. Infelizmente, não é um discurso isolado, é parte de uma tentativa de ensaiar um fechamento de regime, e nós não nos calaremos diante desse atentado à democracia. É parte de um conjunto de ações antidemocráticas. Armar a população inteira, incentivar atos antidemocráticos e, como eu já disse, defender Ustra... Se tivéssemos cassado Bolsonaro, não estaríamos vivendo o episódio mais triste da história contemporânea brasileira.

Esta Casa, Sras. e Srs. Deputados, não pode e, acredito, não vai legitimar a barbárie. O PSOL defende a manutenção da prisão do indivíduo Daniel Silveira, defende a imediata cassação de seu mandato.

Quero dizer, para concluir, que nós somos parte de uma geração que não vai aceitar que os filhotes da ditadura tragam para este tempo uma história que tinha que estar no lixo, não vai aceitar que os fascistas de hoje rememorem os ditadores de ontem.

Quebraram a placa de Marielle, mas não nos quebrarão. Ditadura, nunca mais! Marielle, presente!

Documento 173/326

| | | |
|--------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 5.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2021- CD | 20:16 |
| Publ.: DCD - 2/20/2021 - MARCELO FREIXO-PSOL -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Decisão da Casa de manutenção do Deputado Daniel Silveira na prisão. Inadmissibilidade da utilização da imunidade parlamentar para a prática de crimes. Legalidade da prisão em flagrante do Deputado Daniel Silveira determinada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, por ataques à Suprema Corte, à democracia, à Constituição Federal e por apologia do Ato Institucional nº 5, o AI-5, instrumento de repressão adotado durante o regime militar. Envolvimento do Presidente da República e familiares com milicianos. Homenagem à memória da Vereadora Marielle Franco. Defesa de cassação do mandato do Deputado Daniel Silveira.



O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Arthur Lira, senhoras e senhores, este resultado de 364 votos é fruto de uma votação acachapante e muito importante - muito importante -, porque ele dialoga com um princípio superior ao voto de cada um de nós.

O Deputado que cometeu crimes e, por isso, está preso - aqui nós avaliamos a decisão do Supremo Tribunal Federal -, na sua defesa, que tem que haver, disse que nada está acima dos votos que recebemos. Errou. Existe algo muito importante que está acima dos votos que nós recebemos: a Constituição brasileira. A Constituição está acima dos votos que nós recebemos.

Eu quero, Presidente Arthur Lira, deixar um recado muito evidente, claro. Eu quero falar em defesa da imunidade parlamentar, que está sendo defendida neste momento. Este resultado de votação com 364 votos a favor da manutenção da prisão não é por causa do STF, não tem relação com o STF. Esta decisão tem a ver com a imunidade parlamentar e com o significado que esta imunidade tem para cada um de nós, porque nenhum de nós, seja da Esquerda, seja do Centro, seja da Direita - não os fanáticos! -, usa a imunidade parlamentar para cometer crime. É este o debate que nós estamos fazendo aqui.

Sr. Presidente, a imunidade parlamentar custou caro, porque a democracia custou caro. Nós não podemos aceitar uma ditadura disfarçada dentro da democracia. É isto que o projeto bolsonarista pretende: uma ditadura disfarçada, usando mandatos.

Aqui nós não estamos avaliando um Deputado. É claro, o Deputado cometeu crimes. Não são falas duras: são falas criminosas, são ameaças. Não são opiniões: é violência, é ódio, são atentados contra as instituições. Nós estamos falando de crimes cometidos sequencialmente. Por isso, há flagrante. Por isso, a prisão é legal - a prisão é legal, tem base legal. Está correto o Ministro Alexandre de Moraes, que foi referendado por 11 Ministros, por toda a Corte.

Neste sentido, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que não é a prática de um Deputado. O que está em julgamento aqui não é o Deputado em si. Nós podemos avaliar o que o Deputado fez no passado, o que é muito grave, aliás. Ele foi eleito e, por isso, tem que respeitar a Constituição, coisa que ele nunca fez. Esta é uma questão central. É uma prática que está sendo julgada neste momento, e não um Deputado. Este Deputado é apenas um *souvenir* do absurdo. Ele não passa de um *souvenir* do absurdo. Ele é usado pelos bolsonaristas para isso. Será esquecido pelos bolsonaristas, não tenho a menor dúvida disso, porque sua utilidade já passou. Há algo grave, porque esta é uma prática que vem da Presidência da República, de diversos Ministros, de vários Deputados. Eles têm a prática de se utilizar do

Parlamento para defender atos criminosos. Não se trata de imunidade parlamentar.

Este País realmente, Deputada Alice, é único. Deputado Fábio Trad, como podemos olhar um Deputado e dizer que ele tem liberdade de expressão para defender o AI-5?! Este País é realmente singular! Este País não é para qualquer um, não é para amadores! O AI-5 impede a liberdade de expressão, e ele quer defender o AI-5 utilizando-se do argumento da liberdade de expressão.

Eu sou professor de história, com muito orgulho. Eu estou Deputado. Não há simetria entre o discurso de Márcio Moreira Alves e o ocorrido que nós estamos aqui avaliando, que é o crime do Deputado Daniel Silveira. Não se pode fazer simetria nisso. O Deputado Márcio Moreira Alves defendeu o Parlamento, defendeu o País, defendeu a democracia contra a ditadura instalada, covarde e violentamente, em 1964. Seu discurso em 1968 foi para defender a sociedade brasileira e para defender o Parlamento. Como fazer simetria e comparações com o que está acontecendo agora? Não! Não façam isso com a nossa história, por favor!

Quem pede é um humilde professor de História. Não cometam esse erro histórico. Não façam isso.

O Deputado está sendo preso e por 364 votos está sendo mantida a sua prisão por desrespeito sistemático, por uma prática não somente dele de desrespeitar a Constituição brasileira, de fazer ameaças, de promover o ódio.

Há uma disputa de sociedade, Deputada Maria do Rosário. Há uma disputa de sociedade, Deputado André Figueiredo, nosso Líder da Oposição, que gentilmente me cedeu este tempo da Liderança. Esta é a sociedade onde eles querem mais violência e menos cultura, onde eles querem mais tortura e menos direitos. Este é um projeto de sociedade racista, homofóbica e, sim, por isso dito fascista, que é um conceito histórico, porque isso não pode ser chamado de outra coisa. É sim um projeto fascista de sociedade o que está nas vozes de alguns desses Parlamentares derrotados de forma fragorosa hoje. Isso é importante para este País.

A defesa aqui é inclusive das nossas imunidades, do nosso direito à fala, porque os Deputados do PP, os Deputados do PT, os Deputados do PSOL, os Deputados da Esquerda e os da Direita não usam a sua imunidade para isso. Eu não quero ser confundido com os que exercem essa prática criminosa. Essa prisão é legal e foi referendada pelo Parlamento, porque não queremos nos misturar com uma política de ódio e com um projeto de sociedade que não representa a maioria do povo brasileiro. Por isso, inclusive, há uma crescente rejeição deste

Governo. Sabemos que o Deputado teve com quem aprender o discurso odioso que o leva hoje à cadeia hoje: com o Presidente da República. Eles vêm da mesma escola, a de um bolsonarismo que não tem respeito à vida. É disso que estamos falando.

Sr. Presidente, neste momento, nós precisamos falar em nome da democracia. É a democracia que está em jogo, é a defesa do Estado Democrático de Direito, é a defesa das nossas diferenças. Aí entra um elemento muito importante: não podemos, a partir deste ato, criar uma caça às bruxas permanente. O direito à imunidade vai ser mantido nesta Casa. Eu, por exemplo, já fiz, várias vezes, falas contra o Presidente da República associando-o à defesa das milícias, e vou continuar fazendo isso porque cito fatos. Falo das relações da família com o Adriano, absolutamente condenado por ser miliciano. Eu cito fatos e tenho o direito de fazer essa analogia e de fazer esse debate.

Dizer que o Presidente comete crime de epidemia, previsto na Constituição, quando promove aglomerações e diz que não se use máscara é algo que nós podemos e devemos fazer. Isso é sim prática de genocídio. Não vamos misturar opinião política, direito à crítica e direito da minoria, porque a imunidade é fundamental para o direito da minoria. Ao contrário do que o Deputado disse na sua defesa, eu não quero uma sociedade onde todos defendam a mesma coisa, porque isso é uma concepção totalitária. Eu quero uma sociedade onde a diferença seja preservada, e por isso a democracia é tão importante. Mas o Deputado não entende isso, e por isso transforma o adversário em alvo de ódio e sente a necessidade de eliminação do outro. Nós não queremos eliminar o outro.

Esta é a defesa singular do papel tão fundamental que tem este Parlamento. É em nome de Ulysses, em nome da Constituição de 1988 e dos movimentos sociais que fizeram a Constituinte que estamos votando.

Mas, mais do que isso, quero neste momento fazer o meu voto em homenagem à Marielle Franco.

Marielle foi minha grande companheira de luta, amiga querida. E o senhor, Deputado, que neste momento está sendo preso, tentou matar a memória da Marielle. Fez diversos discursos de ódio sobre uma mulher negra que foi brutal e covardemente assassinada. O seu discurso de ódio encoraja muita gente a cometer práticas físicas de violência. E nós não precisamos disso. A Marielle virou placa, virou símbolo, virou arte, virou sonho, virou esperança, por tudo de bom que ela fez na vida. A Marielle vai ser lembrada sempre, porque ela ficou gigante. E o senhor, Deputado, ficou pequeno. O tamanho de um homem não se mede por seus músculos, o tamanho de um homem se mede por sua dignidade. O senhor será lembrado pela noite de hoje,

em que sua história é lamentavelmente contada a partir da sua prisão, ao contrário do que aconteceu à Marielle, que se tornou gigante e segue encantando tanta gente jovem, tanta gente que faz o bem para este País.

A justiça vai ser feita. O senhor tem que ser cassado. Pessoas como o senhor não cabem no Parlamento. Cabe a diferença, cabem ideologias divergentes, cabe o bom debate, cabe o bom enfrentamento. Mas não cabe o ódio, não cabe o fascismo, não cabe o medo, não cabe a violência, não cabe a ameaça.

Por isso, concordamos com a decisão do Supremo e votamos pelo Brasil, pela Constituição de 1988 e pela memória de tantos que pagaram por atrocidades como aquelas que o senhor defende.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 174/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 5.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2021- CD | 20:28 |
| Publ.: DCD - 2/20/2021 - | JOSÉ GUIMARÃES-PT -CE | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Decisão da Casa de manutenção do Deputado Daniel Silveira na prisão. Indiferença do Presidente Jair Bolsonaro diante do alcance do patamar de 240 mil mortes no País, em decorrência da Covid-19. Agressão do Deputado Daniel Silveira à democracia, aos princípios consagrados na Constituição Federal e no Estado Democrático de Direito. Necessidade de coibição de práticas antidemocráticas no País. Repúdio à política de ódio e de desrespeito à pluralidade. Crises institucional, sanitária, econômica e social reinantes no País. Defesa de retomada do funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela aprovação da Medida Cautelar nº 1, de 2021, do Supremo Tribunal Federal, a respeito da prisão em flagrante do Deputado Daniel Silveira por prática de crime inafiançável.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este momento é especialíssimo, como disse a Relatora Magda Mofatto, quando apresentou o seu relatório ratificando a decisão do Supremo. Ele é especialíssimo porque o dia de hoje chama todos nós do Parlamento brasileiro a refletirmos daqui para frente sobre as nossas condutas, sobre aquilo que para mim é fundamental. O resultado da votação, 364

votos, é uma referência para todos nós.

Por que o Parlamento ratificou essa decisão do Supremo Tribunal Federal? Não é uma questão trivial. Nós poderíamos, hoje à noite, estar discutindo o auxílio emergencial, a vacina, sobre a qual infelizmente o Governo não diz nada, continua em silêncio, enquanto no País, cada dia mais, aumenta o número de óbitos - já passamos das 240 mil vítimas da COVID-19.

Porém, somos chamados a opinar, em primeiro lugar, sobre uma decisão do Supremo e, em segundo lugar, sobre como conduzir esse processo nos órgãos que são essencialmente responsáveis por julgar a nós Parlamentares, que é o Conselho de Ética e o Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

É importante dizer, Sras. e Srs. Parlamentares, que encaminhamos o voto favorável à manutenção da prisão do Deputado com base em um fundamento. O Ministro Alexandre de Moraes pavimentou a sua decisão baseado em dois fundamentos: o art. 5º e o art. 34 da nossa Constituição e a Lei de Segurança Nacional.

Eu quero me afastar da fundamentação da Lei de Segurança Nacional, porque ela é o entulho autoritário que vem desde os tempos da ditadura militar. Esse fundamento não precisaria ser usado para justificar a prisão em flagrante do Deputado do PSL.

Qual é o fundamento que eu vejo - e os juristas sabem disto - que tem que ancorar a decisão desta Casa? É exatamente a conduta do Parlamentar. S.Exa. atenta e atentou contra aquilo que, para nós, é maior do que a imunidade parlamentar. Trata-se da cláusula pétrea maior deste País, a nossa Constituição.

A Constituição de 1988 estabelece o princípio da separação dos poderes, o que é fundamental para o sistema de freios e contrapesos, como já disse Montesquieu. É necessário dizer que a conduta do Parlamentar agrediu esse princípio e, sobretudo, um dos pilares que devem guardar a nossa Constituição, o Supremo Tribunal Federal. Isso justifica a prisão, porque é um atentado àquilo que é fundamental: a Constituição, que conforma o Estado Democrático de Direito...

De uns tempos para cá, foi-se naturalizando esse tipo de conduta, foi-se naturalizando esse tipo de postura. Todo mundo agride quem quer agredir, e fica por isso mesmo. É preciso que todo mundo reflita sobre isso. O Brasil é uma República democrática e, portanto, não pode pactuar com esse tipo de conduta que agride o fundamento maior da república democrática, o Estado Democrático de Direito, com respeito à pluralidade, com respeito à diferença, com respeito às instituições do Estado Democrático de Direito, que são o Executivo, o Judiciário e o

Legislativo, este Parlamento.

Quantos discursos já não ouvimos pedindo o fechamento do Congresso Nacional? Quantos discursos já não ouvimos com manifestações de agressão à Suprema Corte do País? Independentemente de concordar com uma ou outra opinião desse ou daquele Ministro, há instrumentos e poderes que precisam ser respeitados. Senão, vem a barbárie. E o Brasil é uma República democrática.

É especialíssima esta decisão, porque o Sr. Parlamentar agrediu violentamente o Estado, a democracia e esse princípio fundamental, o que, para mim, é exatamente uma cláusula pétrea.

Quando um Parlamentar toma posse, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ele levanta a mão e diz: *"Eu prometo defender a Constituição, as leis do País, os Poderes da República e a dignidade do povo brasileiro"*. Aliás, o Presidente da República também falou isso quando tomou posse, e Bolsonaro é quem mais desrespeita a Constituição Federal.

Esse juramento é que tem que orientar a conduta de nós Parlamentares. Não podemos passar à frente disso, senão nós estaremos... O Brasil é democrático, é uma República democrática. Portanto, não podem ser utilizados os instrumentos que a Constituinte de 1988 derrotou, que foi o fim da ditadura militar.

A postura do Parlamentar, sem dúvida alguma - e por isso se justificou essa decisão do Supremo -, foi uma agressão sem tamanho a esse princípio, a esse juramento e àquilo que guarda todos nós, a Constituição e o Estado Democrático de Direito.

O Brasil, Sras. e Srs. Parlamentares, vive uma crise de grandes proporções. E é preciso que este Parlamento se dê conta disso. Talvez esse caso sirva como exemplo e como lição, porque não é uma coisa isolada - é preciso que se diga isso.

Claro que nós, no campo da Esquerda, respeitamos fortemente a pluralidade, aceitamos as derrotas. Quando fomos derrotados em 2018, não entramos com nada para anular a eleição. Respeitamos o resultado das urnas. Nós dizíamos: *"Esse modelo não vai dar certo. Insistir nele é insistir na volta desses instrumentos que sustentaram a ditadura militar e que não se coadunam com o regime democrático, como é o regime democrático brasileiro"*.

Essas práticas precisam ser coibidas. Essas condutas precisam ser coibidas, senão não há nem imunidade parlamentar, porque nós não somos mais respeitados em nada. A imunidade parlamentar é

guardada pela Constituição. Ninguém pode ferir isso, que, para nós, funda nossa ação dentro do Parlamento brasileiro.

Penso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que o País, de hoje para frente, tem que refletir. Não é possível mais conviver com essa política do ódio, com essa política do xingamento, da falta de respeito com a diferença, com a pluralidade, da falta de respeito ao povo. Independentemente das nossas opiniões, é preciso que todos possamos fazer uma reflexão forte sobre esse grave momento da crise institucional, econômica, sanitária e social que o Brasil vive.

O Parlamento é a espinha dorsal da democracia, é a espinha dorsal do regime democrático. E nós precisamos defender o Parlamento e, conseqüentemente, a política, senão iremos para a vala comum, e a democracia corre, sim, risco.

É por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que julgo que esta decisão histórica foi necessária para pôr limites, para pôr fim. Não é que se tenha buscado um bode expiatório, não se trata disso, mas de alguém que ousou agredir, desrespeitar, chacoalhar, manchar a Constituição e, portanto, está sendo punido.

Que isso sirva de exemplo para todos aqueles que exercem função pública, dentro e fora do Parlamento! O Brasil é uma República, volto a dizer, é uma República democrática. Como tal, todos terão que obedecer a esse sistema republicano e democrático, o Parlamento, o Supremo, independentemente das concordâncias, e o Executivo.

Penso que neste momento o Conselho de Ética tem que funcionar e a Câmara tem que assumir o caso, porque é a ela quem cabe julgar as condutas e as ações que cada Parlamentar toma no exercício da sua atividade.

Por isso, Sr. Presidente, nós encaminhamos o voto favorável à manutenção da posição do Supremo, ancorada principalmente no princípio da excepcionalidade, como a Relatora bem colocou no seu relatório.

Muito obrigado.

Documento 175/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 5.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2021- CD | 20:44 |
| Publ.: DCD - 2/20/2021 - | JOENIA WAPICHANA-REDE -RR | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |



Sumário

Gravidade das agressões do Deputado Daniel Silveira ao Supremo Tribunal Federal e à democracia brasileira. Repúdio aos discursos do Parlamentar de apologia da ditadura militar, de incitação ao ódio e à intolerância. Posicionamento da Rede Sustentabilidade pela manutenção do Deputado Daniel Silveira na prisão. Aplausos aos Líderes partidários pelo posicionamento adotado em defesa da democracia e da Constituição Federal.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Boa noite, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Hoje realmente é um momento histórico, em que a nossa Casa decide sobre um caso concreto de ataque à democracia. A Câmara se posiciona sobre os limites da imunidade parlamentar.

Desde as eleições de 2018, Sr. Presidente, o bolsonarista vem testando os limites da democracia e das instituições republicanas. Ataques à Constituição, a agentes públicos e aos pilares que sustentam a nossa República não podem mais ser tolerados. Os ataques que o Deputado Daniel Silveira praticou contra o Supremo Tribunal Federal e a própria democracia são gravíssimos e precisam de respostas com o rigor da lei e da Carta Magna.

A Relatora muito bem apontou corretamente em sua análise que a decisão do Ministro Alexandre de Moraes foi acertada e cumpriu os preceitos jurídicos e constitucionais. Importante lembrar que a decisão que levou à prisão preventiva do Deputado Daniel foi referendada, de forma unânime, pelos 11 Ministros da Suprema Corte. É um recado muito claro: não há mais espaço para flexibilizar os limites da democracia e da República. Não será mais permitida uma escalada autoritária que coloque em risco a democracia e a nossa Constituição brasileira.

O discurso do ódio, Sr. Presidente, que muito nos lamenta ouvir, foi construído como uma ferramenta de disseminação e incitação da violência contra grupos político-ideológicos que trabalham flagrante e criminosamente em detrimento de ideias e posturas defendidas por nossas leis. Ao fazer apologia aos horrores da ditadura, incita o ódio e dissemina a intolerância como claro potencial de criação de um ambiente que possibilita a prática de novos crimes.

No Estado Democrático de Direito, nós, Parlamentares, devemos nos submeter, sim, à Constituição e às leis vigentes. É para isso que nós estamos aqui, para fazê-las, para implementá-las e respeitá-las. Devemos respeitar o livre exercício dos Poderes e as liberdades democráticas.

Quero lembrar aqui que o documento que muitos órgãos encaminharam se manifestando em relação a esse caso concreto afirma que a liberdade de expressão garantida na nossa Constituição não permite a censura prévia, mas admite e exige o controle posterior dos abusos praticados no exercício de qualquer direito fundamental, notadamente quando revelam possíveis práticas criminosas previstas na legislação.

Por isso, Sr. Presidente, a Rede Sustentabilidade, que faz parte do grupo de oposição, posiciona-se pela manutenção da prisão decretada pelo Supremo. Dessa forma, pedimos também ao colegiado, aos Parlamentares desta Casa celeridade na apreciação do processo de cassação do mesmo pelo Conselho de Ética, para que possamos também referendar essa decisão.

Celeridade é importante, porque o nosso País tem muitas questões para serem debatidas e aprovadas, como o auxílio emergencial e a questão da vacina para todos no Brasil. A COVID ainda está com alto grau, digamos assim, de mortalidade em muitos Estados. Era preciso usar este tempo para resolver essas questões. No entanto, devido ao acontecido, estamos aqui. Mas é importante dizer que a nossa decisão foi acertada.

Eu quero parabenizar os Líderes que se posicionaram pela defesa da democracia, pela defesa da Constituição, e os 364 votos que referendaram a posição de defesa da Constituição brasileira. Esse foi o juramento que nós fizemos no dia em que tomamos posse. E esse juramento tem que ser respeitado e implementado.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 176/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------|------------------------|
| 5.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/02/2021- CD 20:48 | |
| Publ.: DCD - 2/20/2021 - | ALEX MANENTE-CIDADANIA -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Apoio à determinação do Supremo Tribunal Federal de prisão do Deputado Daniel Silveira. Decisão da Casa de manutenção do Parlamentar na prisão. Maior atenção da Câmara dos Deputados com as ações de combate à epidemia de coronavírus. Necessidade de realização das reformas tributária e administrativa e de execução das agendas econômica e social. Defesa de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos

recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância). Congratulações ao Presidente Arthur Lira pela condução do episódio envolvendo o Deputado Daniel Silveira.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a oportunidade.

Essa votação é simbólica. A Câmara deu uma resposta em defesa da democracia e mostrou que nós estamos dando um passo sólido para consolidar a democracia que foi pensada com a Constituição de 1988.

Nós não podemos permitir que a liberdade de expressão dê margem para qualquer Deputado falar o que quiser, ultrapassar os limites do razoável, fazer ameaças graves e sérias às instituições, ao regime democrático e às pessoas que fazem parte dessas instituições.

Nós não temos medo do Supremo, nós temos respeito às instituições. Quando o Supremo Tribunal Federal entende, por unanimidade, que um Parlamentar cometeu um crime, e um crime passível de prisão em flagrante e inafiançável, nós temos que concordar e, aqui, apenas cumprir o nosso papel de consolidar a democracia do nosso País.

Não permitiremos arroubos antidemocráticos e narrativas para um eleitorado específico contra todo um sistema consolidado e democrático. E eu não tenho dúvida de que é o sistema que a maioria deseja. Por isso a Câmara deu esta resposta avassaladora: 364 votos favoráveis ao parecer.

Quero também aproveitar este momento, Sr. Presidente, para falar das pautas necessárias para o País. Precisamos virar a página, começar a trabalhar com a agenda de que o País precisa. Pouco falamos da pandemia durante esta semana, mas ela é grave e precisa de todo o nosso trabalho e atenção. Também precisa da nossa atenção a agenda econômica, para as reformas, como a reforma tributária, tão esperada pelo setor produtivo do nosso País, e a reforma administrativa, tão necessária para reduzirmos custos do setor público, fazermos assistência social e darmos os incentivos de que o nosso País precisa.

Por isso, a partir de agora, temos a responsabilidade de fazer com que a agenda econômica, a agenda social e, também, a agenda do combate à corrupção e à impunidade, esta última através da PEC de nossa autoria sobre a prisão após condenação em segunda instância, tão importante para um País que clama por justiça, possam caminhar no plenário desta Casa, para que a Câmara possa dar respostas à

sociedade.

Quero aproveitar também para parabenizar a atuação do Presidente Arthur Lira, que com muita ponderação conseguiu fazer um grande trabalho diante de um grave problema que nós enfrentamos. E saímos fortalecidos. Demos uma resposta de que não aceitaremos intimidação, não aceitaremos ameaças, não aceitaremos arroubos antidemocráticos.

O Cidadania trabalhou para que isso se consolidasse. O relatório da Deputada Magda Mofatto foi extremamente bem desenhado. E eu tenho certeza de que a população teve a resposta de uma Câmara democrática, que respeita as instituições e que quer avançar na agenda do nosso País.

Documento 177/326

| | | |
|---------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-14:08 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que estão nos ouvindo, nos assistindo, eu quero fazer um grande alerta neste dia sobre a Proposta de Emenda à Constituição Emergencial nº 186, de 2019.

Essa PEC é um desastre. É uma PEC criminosa, baseada em ajustes fiscais. Já tivemos cortes antes, e agora temos cortes profundos na saúde e na educação. É muito sério, em plena pandemia, ocorrer corte na saúde. Os hospitais estão esvaziados, vacinas ainda não chegaram. As pessoas ainda estão morrendo na porta dos hospitais. Com 240 mil óbitos na pandemia, vai-se fazer corte na saúde, vai-se fazer corte na educação?

As crianças ainda precisam voltar para a escola. As escolas estão depredadas. Ainda é preciso equipar as escolas com instrumentos novos, para que se possa ter uma aula decente. Vai-se fazer corte no momento em que há um empobrecimento até mesmo da classe média baixa, que vai procurar as escolas públicas para colocar seus filhos

porque já não pode mais pagar?

Vão arrochar os servidores públicos. A PEC acaba com os direitos de reajuste do índice salarial do trabalhador. Então, é um veneno que nós estamos produzindo.

E todo este ataque aos direitos dos trabalhadores, dos servidores públicos à saúde e à educação tem uma justificativa: é para que se pague o novo auxílio emergencial.

Sr. Presidente, nós não podemos aceitar que isso venha para a nossa conta, para o Congresso Nacional. Isso é chantagem do Governo Federal. O que ele está querendo dizer neste momento? *"Se vocês não aceitarem o corte na educação e na saúde, se vocês não aceitarem prejudicar os servidores públicos, se vocês não fizerem isso, o povo não terá o novo auxílio emergencial"*.

Colocar no nosso colo essa responsabilidade, fazendo o que já fizeram? O povo está, a cada dia, empobrecendo mais com o índice de desemprego enorme neste País.

Sr. Presidente, é impossível aceitar uma situação dessa natureza! Não podemos votar essa PEC, que, parece-me, dia 25 estará no Senado. Que o Senado acorde, porque não podemos trazer para nós uma responsabilidade de ver mais mortos, mais desemprego, mais fome no nosso País!

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 178/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-14:12 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | ARLINDO CHINAGLIA-PT -SP | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Irresponsabilidade, imperícia e incapacidade do Governo Federal, como causa da morte de 240 mil pessoas no Brasil em decorrência da Covid-19. Desestruturação dos serviços públicos de saúde pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre o congelamento, por 20 anos, dos investimentos federais na área social. Retirada de recursos dos setores de educação e saúde pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal.



O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente e demais pares, mais uma vez nós queremos aqui falar da verdadeira tragédia que se abate sobre o povo brasileiro e sobre o mundo todo, mas, no caso do Brasil, a imperícia, a incapacidade e a irresponsabilidade são responsáveis diretas pela morte de mais de 240 mil pessoas, por famílias enlutadas.

Mas isso não começou somente agora. A pandemia começou no final de 2019 em outras partes do planeta. Agora, a desestruturação dos serviços de saúde no Brasil tem data, tem endereço e tem o nome do responsável - aliás, muitos responsáveis.

Foi quando no Congresso Nacional foi aprovada uma proposta de emenda à Constituição, que se transformou na Emenda Constitucional nº 95, que vem tirando bilhões e bilhões de reais, especialmente da saúde, mas não só, também tira da segurança pública, tira da educação. É o famosíssimo ajuste fiscal. A mão de tesoura, que começou no Governo Temer e foi aprofundada agora com Guedes e Bolsonaro, resulta, até hoje, numa incapacidade de fazer contrato até para vacina, mas não só; também para equipamentos de proteção individual.

Não há um mínimo de planejamento. Até os Governadores que têm tido uma boa vontade, eu diria, extremada, na minha opinião, começaram a fazer cobranças. Cidadãos, legitimamente, estão fazendo cobranças.

E agora é retomado um outro tipo de saque aos cofres da saúde e da educação com essa Proposta de Emenda à Constituição nº 186. Vai ser canibalizada cada uma dessas áreas. Vão ter que disputar entre si.

Hoje a Constituição garante, por exemplo, 25% para a educação e 15% para a saúde, pelo menos. Há Municípios que gastavam mais do que 30% do seu orçamento em saúde, antes da pandemia. Então agora, com essa proposta de emenda à Constituição, nós vamos assistir ao pior duelo, um duelo inimaginável, que é a disputa entre a saúde e a educação; e é uma das formas de um serviço público de qualidade distribuir renda num País que está entre os piores do planeta em termos de distribuição de renda.

Assim, nós conclamamos...

(Desligamento automático do microfone.)

4.2021.B Sessão Outro Evento 23/02/2021-14:20

Publ.: DCD - 2/24/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Postura irresponsável do Presidente Jair Bolsonaro com relação à epidemia de coronavírus. Negligência do Governo Federal na aquisição de vacinas da empresa farmacêutica Pfizer. Alcance da casa de 250 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Inadmissibilidade de retirada de recursos da educação e saúde, por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, todos os que nos acompanham neste momento pelos meios de comunicação da Casa, o Brasil está pagando muito caro, e está pagando com vidas humanas, vidas de brasileiros e brasileiras, em razão dos erros e da irresponsabilidade do Governo Bolsonaro em relação à pandemia.

E isso fica mais uma vez comprovado hoje, quando a Pfizer recebe o registro definitivo da sua vacina. No entanto, nós não temos nenhuma vacina da Pfizer, porque simplesmente o Governo brasileiro negligenciou e não contratou as vacinas da Pfizer.

Isso é uma comprovação do completo descaso, da falta de empatia, com sua campanha antivacina e antipovo, e que está custando muito caro para o Brasil. As marcas são profundas, são vidas humanas. Estamos chegando a 250 mil pessoas mortas no Brasil.

E isso é decorrente exatamente dessa posição genocida do Governo brasileiro, que não tem compromisso com os interesses da população. E a prova está aí com a pandemia. Desde o começo, houve descaso, falta de compromisso, de responsabilidade. E agora estamos sem vacina. Várias capitais não têm vacina para o povo brasileiro, simplesmente porque o Governo Bolsonaro negligenciou.

Enquanto isso, o que fazem? Mandam para o Congresso uma PEC emergencial para acabar com o piso da educação e da saúde, a aplicação mínima de recursos constitucionais para a saúde e para a educação. Eles não se contentaram em estabelecer um teto. Agora, querem acabar com o piso e deixar cada Governo estadual e municipal aplicar quanto quiser na educação e na saúde.

Eu digo a V.Exas.: se hoje estão faltando recursos na educação e na

saúde, sobretudo agora, com essa pandemia, quando falta até oxigênio, imaginem se não houver o mínimo constitucional como uma obrigação dos governantes brasileiros de aplicarem os recursos nessas áreas tão estratégicas para o desenvolvimento social! É muito grave o que nós estamos vivendo.

Por isso, Sr. Presidente, é preciso haver reação. É preciso que a sociedade se mobilize cada vez mais. Não podemos aceitar passivamente aquilo que está acontecendo em nosso País. Nossa luta é grandiosa, mas eu tenho absoluta certeza de que vamos ser vitoriosos, derrotando este Governo, que está destruindo direitos, destruindo a saúde, destruindo vida do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 180/326

| | | |
|---------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-14:24 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Desvalorização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Alcance da marca de 250 mil mortes no País em decorrência do coronavírus. Incapacidade do Presidente Jair Bolsonaro para comando Brasil. Necessidade de retomada do auxílio emergencial e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos assistindo, no Brasil, a um torra-torra, a um queima tudo! Começaram queimando a Amazônia. Depois, nós assistimos à queima de 14 milhões, 15 milhões de empregos. Assistimos agora à queima de 100 bilhões de reais da PETROBRAS em 2, 3 dias. E temos assistido à queima de vidas, já chegando a 250 mil. Isso tem um responsável. O Presidente Bolsonaro precisa refletir sobre as suas responsabilidades, sobre as responsabilidades de seu Governo, porque ele não está governando nem o Governo. E quem não governa o Governo como é que vai governar o País?

Aliás, isso é compreensível. Quem nunca dirigiu um fusca como é que vai dirigir uma jamanta, um caminhão do tamanho do Brasil? Não tem experiência, não tem conhecimento. É preciso que nós reflitamos sobre isso, até para o futuro deste País. Governar não é coisa para

estagiário, para iniciante, para inexperiente. O Brasil carece de um gestor, de um administrador, de uma pessoa que tenha conhecimento, responsabilidade, capacidade. Isso está faltando, infelizmente, ao Presidente.

Lamentavelmente, ele anda conforme a pressão. Aliás, parece biruta de aeroporto, que vira para o lado que o vento sopra. Reparem: os caminhoneiros pressionam, ele vai lá e intervém na PETROBRAS; o pessoal reclama da PETROBRAS, ele briga com os Governadores; os Governadores reclamam, ele fala do imposto. Ou seja, ele vai transferindo o problema para os outros, quando, na verdade, o problema é de gestão, o problema é de administração, porque ele próprio, o Presidente, dizia que a gasolina ia ser vendida a 3 reais; o gás, a 30 reais; o *diesel*, a 2 reais. O *diesel* se foi; a gasolina chega a 6 reais daqui a uns dias; e o gás de cozinha já passa de 100 reais. Essa é a carestia! Era isso que ele queria? O povo está sofrendo, e sofrendo muito.

Nós precisamos deixar isso muito claro, até para que as pessoas possam compreender o drama que todos estamos vivendo em nosso País. A inexperiência faz o Brasil pagar muito caro, mas muito caro.

O tal do mercado volta às manchetes para dominar a economia, e o povo paga a conta. Mas isso não acontece com o apoio do PDT, não acontece com o meu voto e não acontece sem a minha crítica, sem a minha indignação. Nós não podemos pagar essa conta. Essa conta pertence ao mercado, aos grandes, e não ao povo brasileiro, que precisa do auxílio emergencial, que precisa de vacina, que precisa de remédio, que precisa de atendimento médico, que precisa do mínimo de respeito. O respeito que se dá é o respeito que se merece. E o Brasil não está sabendo compreender o respeito que precisa dar ao seu povo porque o Governo não está tendo esse olhar.

Muito obrigado.

Documento 181/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-14:28 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | VICENTINHO-PT -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Homenagem aos participantes em testes de vacinas contra o coronavírus.
Atraso na imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Poesia de Anesino

Sandice em homenagem aos participantes em pesquisas contra a doença.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu já fiz aqui as minhas homenagens a enfermeiras, enfermeiros, médicos, enfim, aos profissionais da saúde, por estarem na trincheira, na luta em defesa da vida. Neste momento, eu quero homenagear as mais de 2.500 pessoas que se submeteram a exames preliminares, aos testes, correndo o risco de perder a vida, em nome da vida dos outros. Refiro-me àqueles que, anteriormente, tiveram que se submeter à experiência com as vacinas. A eles minha homenagem fraterna e meu carinho!

Lamento que as vacinas estejam tão atrasadas. Lamento! Lembro-me de que, na época do Governo Lula e do Governo Dilma, no caso da pandemia da H1N1, 100 milhões de pessoas foram vacinadas, 80 milhões em apenas 3 meses. E agora nada acontece.

Daqui eu mando o meu abraço para o meu companheiro Adão, do SINTAEMA, um sindicato importante no Estado de São Paulo. Ele me mandou uma poesia, que diz o seguinte:

Vacina ou falta de

Há 2 mil anônimos heróis,

Quase 58 milhões de culpados assumidos.

Curioso: para os vilões,

Os heróis têm culpa.

Culpa de ter emprestado o braço?

Curioso: para os vilões, que são milhões,

Os poucos heróis são vilões,

Vilões por apostar na ciência.

Curioso: para os vilões,

Estes tantos nada ocultos hoje,

Grande parte andando de lado, como dizia a canção,

Olhando para o chão,

Envergonhados da bola fora,

Mas cientes de que erraram,

Pois, se assumissem o erro, não errariam mais.

Homenagem deste poeta aos poucos milhares de cidadãos que participaram das pesquisas para que possamos ter uma esperança chamada vacina.

Foi o poeta Anesino Sandice que fez essa homenagem.

Sr. Presidente, um abraço fraterno. Continuamos na luta!

Vacina para todos, sem ninguém furar a fila, e com a garantia de que, efetivamente, nós saímos desta situação de mortandade!

Lamento o que o Governo brasileiro fez para estragar, para impedir, para atrapalhar, para pôr em dúvida, por exemplo, a Coronavac e outras vacinas. Nós não aceitamos isso.

Viva a vida! E vivam esses que se submeteram aos testes iniciais das vacinas!

Obrigado, Presidente.

Documento 182/326

| | | |
|--------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-14:32 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Defesa de vacinação do professorado brasileiro contra a Covid-19. Negligência do Ministério da Educação na busca de solução tecnológica para os alunos da educação básica durante a epidemia de coronavírus. Elevado índice de evasão escolar no País. Apresentação de requerimento de convocação do Ministro da Educação, para esclarecimento à Casa das razões da não execução de recursos orçamentários. Inadmissibilidade da retirada de recursos educacionais por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu me inscrevi para

este debate porque participo como Parlamentar e como educadora, como professora, neste 24 de fevereiro, do dia nacional de luta dos profissionais da educação, um dia que quer marcar a luta pelos direitos de crianças e jovens, brasileiros e brasileiras, um dia para garantir o direito à educação, o que passa, neste momento, pela defesa da vacina para todos e todas, destacando sobretudo a importância da vacina para os educadores e as educadoras no contexto da educação.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, verifico que devemos nos mobilizar muito para enfrentar o que acontece no Brasil nos dias atuais. Por um ano inteiro, mais de 50 milhões de alunos da educação básica no Brasil ficaram sem condições de estudar, e o Ministério da Educação não construiu nenhuma solução tecnológica para que o direito à educação fosse igualitário.

Há hoje uma grave evasão escolar, o abandono da escola. Mas a solução não é o retorno às aulas presenciais no momento mais alto da pandemia, sem garantir vacinas. Ao contrário, este é o momento de investir tudo o que o MEC tem no seu orçamento. Por isso, faço não apenas um pedido de informações, mas também um requerimento de convocação do Ministro, porque o Ministério da Educação não está executando o seu orçamento. Não executou mais do que 80% do seu orçamento. Faltam recursos para Estados e Municípios, e o Ministério da Educação, incompetente que é, não executa o orçamento, não repassa recursos para os Municípios, para os Estados, para as universidades e para os institutos federais.

Além disso, Sr. Presidente, deve ficar muito claro que a Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, ataca a educação no presente e no futuro. Nós não podemos aceitar a descaracterização, o desmonte dos sistemas educacionais e de saúde que vem em conjunto com a desvinculação, com a retirada dos mínimos obrigatórios de investimentos da União, dos Estados e dos Municípios na áreas de educação e saúde. Isso significa um passo a mais no ajuste fiscal danoso e genocida praticado pelo Governo Bolsonaro, pelo Governo Guedes, um governo que ataca o Brasil e que já resulta em mais de 250 mil óbitos pela COVID e na inexistência da vacina no atual momento.

Sr. Presidente, fica a nossa força e luta pelos educadores neste 24 de fevereiro.

Documento 183/326

| | | |
|--------------------------|-----------------------|------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-14:36 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | HEITOR SCHUCH-PSB -RS | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |

Sumário

Retorno do orador à Casa após o afastamento para tratamento da Covid-19. Apelo ao Governo Federal de vacinação em massa do povo brasileiro contra a doença. Reivindicações apresentadas ao orador por lideranças municipais do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, estimado povo brasileiro, venho a esta tribuna com muita alegria, com muita satisfação, nesta primeira manifestação presencial deste ano, depois de recuperado da COVID, que é uma doença difícil, para a qual precisamos de vacina - e vacina em massa - para imunizar os nossos irmãos e irmãs brasileiros, a fim de que possamos retomar as atividades econômicas e sociais, o trabalho, a geração de emprego e renda. Essa é, sem dúvida, a recomendação. Portanto, faço meu apelo ao Governo para que apresse o passo, a fim de que isso efetivamente aconteça.

Quero dizer que, neste ano de 2021, eu tive a alegria de visitar, de conversar e de ouvir muitas lideranças municipais - Prefeitos, Vereadores, Secretários - e também muitos dirigentes de sindicatos, de cooperativas, homens e mulheres identificados com o setor primário, que também é a minha origem. E me disseram: "*Deputado Heitor Schuch, vá a Brasília e faça ao Governo pelo menos cinco questões*". Eu estou aqui cumprindo o meu dever de representar a categoria profissional da agricultura familiar.

Primeira pergunta: no setor primário, na véspera da colheita de grãos - soja, milho, arroz -, pelo menos do Rio Grande do Sul, com tanto aumento de custos de produção, como o agricultor vai fazer? Como ele vai dar conta disso? Essa é a primeira grande interrogação.

Segunda. Os produtores de leite estão enfrentando este tempo de chuvas com safra normal e redução do consumo devido ao período das férias, como acontece todo santo ano, e o Brasil continua importando 60% mais leite do que no mesmo período do ano passado. Por que importar leite, se nós temos produção? Isso é para quebrar os produtores de leite?

Terceira: como este Parlamento, sobretudo a Câmara dos Deputados, vai votar o tema da venda de terras para estrangeiros, se milhares e milhares de produtores de arroz, de soja, de milho, de hortigranjeiros pagam arrendamento, aluguel de terras, e não são proprietários?

Quarta. Os aposentados querem saber se vai haver 14º salário só para

quem recebe salário mínimo.

Última pergunta: como os Municípios, grandes consumidores de combustível, vão atender os serviços da comunidade com essa elevação indiscriminada dos preços dos combustíveis, em especial do óleo *diesel*?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 184/326

| | | |
|-------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-14:40 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Realização do Congresso Virtual da Universidade Federal da Bahia. Redução dos recursos orçamentários destinados às universidades brasileiras. Alcance da casa de 247 mil mortes no País provocadas pela Covid-19. Imediata vacinação do povo brasileiro contra a doença e retomada do pagamento do auxílio pecuniário emergencial. Inadmissibilidade de desvinculação de receitas orçamentárias destinadas aos setores de saúde e educação.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de iniciar minha fala com uma saudação pela realização do Congresso Virtual UFBA 2021, com a participação de mais de 21 mil inscritos. Tem sido um sucesso esse debate interno, científico, político, educativo, realizado pela Universidade Federal da Bahia. E ela vem fazendo isso com a redução de recursos prevista na LDO, que prevê retirada de recursos das universidades. Esse é um congresso de resistência, um congresso de luta pela vida da população brasileira e por nossa universidade. Deixo um grande abraço ao Reitor João Carlos Salles, a todos os professores, aos funcionários, aos estudantes e aos que integram esse esforço de sobrevivência e de resistência da Universidade Federal da Bahia.

Quero também registrar que em nosso País 247.143 pessoas foram vitimadas pela COVID-19. Com essa situação, sem vacina, pelo descaso, pela incompetência do Governo Federal, e sem auxílio emergencial, o povo desesperadamente pede a este Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, que cumpra o seu dever, fazendo com que este Governo resolva a questão da falta de vacinas e retome o auxílio emergencial. E nós não podemos aceitar, nesse tema, a

contraproposta do Governo de desvinculação de receitas do orçamento quanto ao mínimo de investimento em saúde e educação.

Votaremos contra esse absurdo. Exigimos que a Câmara dos Deputados cumpra a sua função de defender o SUS e a educação pública e gratuita neste País e não permita mais esse absurdo na vida da população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, dizemos "não" à desvinculação dos recursos da saúde e educação - nós acabamos de votar a regulamentação do FUNDEB e não podemos permitir que isso ocorra - e "não" a essa postura do Governo Federal, que tem exigido inclusive a interveniência do Senado Federal para tentar resolver efetivamente o problema das vacinas, porque nem isso este Governo consegue comprar.

Muito obrigada.

Documento 185/326

| | | |
|-------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-14:48 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Inadmissibilidade de desvinculação de recursos orçamentários das áreas de educação e saúde, por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apelo ao Congresso Nacional por não vinculação da propositura à retomada do auxílio pecuniário emergencial.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente, Deputados e Deputadas, povo brasileiro.

Eu também me inscrevi hoje para falar da PEC Emergencial, que está para ser votada no Senado Federal quinta-feira. O simples fato de ela ter sido colocada na pauta de quinta-feira já criou, Presidente, um temor, deixando as pessoas apavoradas, principalmente aquelas que dependem da educação pública e do serviço público no Brasil.

Quinta-feira, o Senado vai discutir uma PEC que poderá inclusive desvincular as receitas da União, Estados e Municípios referentes à saúde e à educação pública. Isso é gravíssimo! Essa vinculação foi uma conquista na Constituição de 1988. Com essa vinculação, desde aquela época o povo brasileiro teve a garantia de que haveria recursos

para o custeio do SUS, das creches, das pré-escolas, das escolas de ensino fundamental e médio, e assim por diante. Foi isso que salvou o Brasil, permitindo que as pessoas pudessem alcançar um grande sistema de saúde nacional e um sistema de educação também nacional.

É um absurdo retirar isso de repente e dizer que essa retirada se deve ao auxílio emergencial. Anunciou-se um auxílio emergencial no valor de 250 reais ou 300 reais que poderá ser concedido por 3 meses ou 4 meses, em detrimento de algo que é para sempre para o povo brasileiro: o acesso à saúde e à educação.

Ora, o que acontecerá se nós fizermos essa desvinculação? Simplesmente, o povo mais pobre não terá condições de ter os seus filhos em pré-escolas, em escolas de educação infantil. Nós vivemos isso em períodos anteriores à Constituição. As mães não tinham alguém com quem deixar os filhos. As pré-escolas e as creches eram muitas vezes de uma qualidade terrível. Foi preciso, com uma grande luta, fazer com que essa conquista viesse. Se nós retirarmos esse recurso, onde ficarão essas crianças? De que adiantarão 300 reais durante 4 meses, se, no futuro, essas pessoas não tiverem alguém com quem deixar os filhos para irem trabalhar? Nos Municípios, nós não teremos recurso suficiente para que continuem a existir as creches e pré-escolas, que precisam ser ampliadas. O que dizer do Sistema Único de Saúde? No Governo Bolsonaro, a pandemia virou genocídio. Imaginem o que acontecerá com o povo brasileiro sem o Sistema Único de Saúde, sem a vinculação dos recursos. A saúde precisa ter custeios garantidos.

Presidente, eu vim aqui hoje para fazer um apelo ao Congresso Nacional, ao Senado Federal: não vinculemos o auxílio emergencial à PEC Emergencial. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. O auxílio emergencial é uma necessidade! Nós fizemos um cálculo: o que entrou na economia brasileira ano passado com o auxílio emergencial de 600 reais, concedido durante muito tempo, foi algo em torno de 180 bilhões. Agora, serão apenas 30 bilhões, no máximo 40 bilhões, valor insuficiente para alavancar a economia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Termino dizendo: não vamos confundir a PEC Emergencial, que precisa de um debate amplo, com o auxílio emergencial, que é necessário imediatamente.

Obrigado.

4.2021.B Sessão Outro Evento 23/02/2021-14:56

Publ.: DCD - 2/24/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Turbulência provocada pela mudança do comando da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Protesto contra a anunciada desvinculação de receitas orçamentárias das áreas de educação e saúde, por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Contrariedade à vinculação da retomada do auxílio emergencial à aprovação da propositura. Defesa de rejeição da PEC Emergencial.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) -
Boa tarde, Sr. Presidente, todas e todos.

Presidente, muitos são os temas que se acumularam durante esta semana e que nos chamam a esta tribuna, incluindo a situação da PETROBRAS, a maior empresa brasileira, e todas as turbulências causadas pela mudança de comando dela.

Outro tema que nos atropela neste momento é o anúncio da votação da PEC Emergencial no Senado. Eu acabei por alterar o pronunciamento em função deste anúncio, que é absolutamente assustador, porque está condicionada a esta votação a aprovação do auxílio emergencial para o povo brasileiro, um auxílio emergencial que é anunciado com a redução de alcance dos limites populacionais, com a redução de alcance do seu valor, que é levado a menos da metade, e também com a redução que é feita pelas condições em que ele será liberado, porque a condição é aprofundar o pacote fiscal para o País.

E o pacote fiscal apresentado na PEC Emergencial é completamente desvinculado da realidade do povo brasileiro. Este Governo, cada vez mais, anda de costas para a realidade do povo. Uma das exigências é exatamente desvincular recursos constitucionalmente vinculados à saúde e à educação.

Existem outras exigências na chamada PEC Emergencial, esse pacote que está no Senado Federal e chegará à Câmara dos Deputados. A PEC têm itens que nos fazem parar de respirar, literalmente, porque tudo está submetido aos interesses do capital financeiro, tudo, absolutamente tudo: até mesmo precatórios e pagamentos de decisões judiciais estão submetidos ao capital financeiro. Tudo ao deus

mercado, tudo aos bancos, tudo às dívidas financeiras!

Aliás, é isso que nós estamos vendo nas turbulências em relação à PETROBRAS. E aqui eu digo que o Governo Bolsonaro faz *marketing* com a questão da PETROBRAS, porque, como nós sabemos, não mudará a política em relação à PETROBRAS, e isso é muito grave também.

A PEC Emergencial não pode prosperar. A vinculação constitucional que é feita para a saúde e a educação é a nossa garantia de que a saúde e a educação se manterão como políticas universais. O que nós podemos garantir, Sr. Presidente, é que nós faremos uma grande frente de resistência, porque nós não podemos permitir que uma política constitucional que é dever do Estado e direito de todos, a da educação e da saúde, se submeta aos interesses do capital financeiro no Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 187/326

| | | |
|------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-15:00 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Inadmissibilidade de retirada de recursos orçamentários da saúde, por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Subserviência do Ministério da Saúde aos ditames do Governo Federal. Responsabilidade do Presidente da República por mortes decorrentes da Covid-19.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vários colegas acabaram de repercutir o que está acontecendo com o nosso País, inclusive a partir do Legislativo. Eu estou falando dessa PEC Emergencial do Senado, que nasce junto com a perspectiva de lançamento do auxílio emergencial calça curta.

Como alavanca desse auxílio emergencial, vem mais uma etapa de austericídio. Estão querendo matar o sistema de proteção social deste País. Imaginem os senhores e as senhoras o que seria do nosso País sem vacinas, com uma previsão de mais ou menos 30% a menos para o orçamento da saúde deste ano quando comparado com o de 2019.

Imaginem o que seria dos brasileiros se não fosse o SUS, independentemente do seu poder de renda. É um sistema aberto para todos. O Brasil agora poderia estar abrindo para o mundo a sua capacidade de vacinação, a maior, a mais capaz, a mais efetiva do mundo. No entanto, estamos sem vacinas e com um Ministro da Saúde - e eu tenho dito isto muito - que está na frente daquela Pasta apenas e tão somente por sua maior qualidade: a subserviência.

E ele arrasta o constrangimento para os militares no momento em que desfila pelo País com omissão, com complacência e com incompetência.

Nós estamos pagando com vidas, e agora vidas jovens, porque não temos recursos aportados para o sequenciamento do genoma desse vírus. Portanto, a variante de Manaus, a P1, está circulando no País como um todo, e nós não temos consciência disso. Como ela é mais virulenta, mais contaminante, os nossos jovens estão morrendo agora em maioria.

Essa é a tragédia a que nós estamos assistindo! E agora há mais uma tomada de assalto com um austericídio que não vai resolver o problema do consumo e do mercado em nosso País.

Documento 188/326

| | | |
|-------------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-15:04 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Inadmissibilidade de desvinculação de receitas orçamentárias das áreas de educação e saúde, por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Contrariedade à vinculação da retomada do auxílio emergencial à aprovação da propositura.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, todos que acompanham a sessão nesta tarde, quero expressar minha preocupação em relação às PECs que estão tramitando no Senado, especialmente no que se refere às vinculações orçamentárias dos gastos com saúde e educação, que o Governo agora tenta desvincular através de emenda constitucional. Ele faz uma chantagem com a população dizendo que, para haver o auxílio emergencial, é preciso

fazer muitas maldades, e uma delas é desvincular os recursos da saúde e da educação.

Há mais de 40 anos militando na educação, eu sei o quanto é importante cada Município, cada Estado e o Governo Federal terem os recursos vinculados. O nosso País não tem condições de desvincular o orçamento de políticas de sustentação, de pilares das políticas públicas deste País.

Tirar a vinculação é dizer que será jogada fora toda a luta histórica da educação e da saúde, é dizer que se faz educação se for possível e se faz saúde como for possível. Ao deixar que os Prefeitos, os Governadores e o próprio Governo Federal planejem conforme quem está de plantão no Governo naquele momento, o País deixa de ter essas políticas, que são esteios desta Nação, garantidas nos orçamentos.

Eu me dirijo aqui a todos os Deputados e Deputadas. As três PECs da maldade estão tramitando no Senado. Estamos vendo a PEC emergencial ser pautada para a próxima quinta-feira. Toda a área da educação e da saúde e todos os gestores deste País estão apavorados.

Li uma entrevista do Presidente da Casa em que ele dizia assim: "*Se querem orçamento da educação vinculado, então, votem em Deputados que queiram isso*". O País votou! O País votou em Constituintes que escreveram na Constituição as vinculações. Nós acabamos de votar, no ano passado, o FUNDEB, e o FUNDEB é a maior vinculação. Caso se mexa no art. 212 da Constituição e se desvinculem os recursos, haverá desvinculação do FUNDEB também, não se deixará nenhuma segurança jurídica para as políticas de educação e, por consequência, de saúde - o Governo diz que vão ficar 40% na saúde, e aí o gestor faz como quiser.

Estou vendo aqui na minha frente a companheira Deputada Erika, o companheiro Deputado Henrique Fontana, o companheiro Deputado Arlindo. Quero dizer que vamos nos unir. O País tem que estar unido e dizer "não".

O País precisa do auxílio emergencial. Vamos tirar de onde há recursos. Vamos taxar quem tem, e não tirar, para enganar o povo, da educação e da saúde, políticas fundamentalmente necessárias à população.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Também conto com o seu apoio na defesa da saúde e da educação.

4.2021.B Sessão Outro Evento 23/02/2021-15:12

Publ.: DCD - 2/24/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Insensibilidade do Presidente Jair Bolsonaro diante de morte de 250 mil brasileiros em decorrência da Covid-19. Inexistência de política nacional de enfrentamento da epidemia de coronavírus. Repúdio à postura negacionista do Presidente da República em relação à doença. Protesto contra a pretendida desvinculação de receitas orçamentárias das áreas de saúde e educação. Inadmissibilidade de redução do valor do auxílio emergencial.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Eu faço minhas as palavras tanto da Deputada Professora Rosa Neide como do Deputado Paulão. Acho que nós estamos vivenciando uma chantagem sem tamanho por parte do Governo Federal, este mesmo Governo que parece que não se sensibiliza com as quase 250 mil pessoas que já não estão entre nós, e quem parte sempre é amor de alguém.

São quase 250 mil os brasileiros e brasileiras que são vítimas, em grande medida, da ausência de uma política nacional de enfrentamento à pandemia e de todas as campanhas que foram feitas pelo Presidente contra o isolamento, contra o distanciamento social, contra o uso de máscaras - ele dizia que a doença era apenas uma gripezinha. Portanto, neste momento em que enfrentamos essa crise da saúde, o Governo querendo desvincular os repasses de recursos da saúde e da educação significa essa necropolítica, essa política da morte, que acha que educação laica, de qualidade, pública tem que ser acossada, porque quer que as pessoas não tenham consciência crítica.

Não existe nenhum país no mundo que tenha superado os seus desafios sem um investimento profundo na educação.

Vejam, nós temos Municípios que gastam mais do que o próprio repasse que a União faz. Se a União diminuir ou não assegurar esse repasse, como ficam esses Municípios?

Nós estamos aqui falando da desconstrução do que esta Casa aprovou no que diz respeito ao FUNDEB. Nós aprovamos o FUNDEB. Nós constitucionalizamos o FUNDEB. Ao mesmo tempo, nós fizemos a regulamentação do próprio FUNDEB. Mas nós estamos vendo o Governo desconstruir o compromisso que toda nação tem que ter com a saúde e com a educação. E ele faz uma chantagem, porque o auxílio

emergencial tem que ser reposto, e reposto em condições dignas.

Preocupa-me sobremaneira que haja a possibilidade de diminuição do valor do auxílio que estava vigente. Já são 2 meses sem o auxílio. Grande parte dos brasileiros tem como única fonte de renda o auxílio emergencial, que este Governo cortou de forma cruel, cujo valor agora quer reduzir e para o qual quer estabelecer uma temporalidade. Ora, o auxílio tem que vigor enquanto houver a pandemia, que, por ineficiência e, ao mesmo tempo, ausência de empatia, a política de morte do Governo Bolsonaro não tem atacado como deveria atacar.

Por isso, nós não podemos mexer nos percentuais que estão postos como contribuição e repasse mínimo para a saúde e para a educação, em nome do povo brasileiro.

Documento 190/326

| | | |
|--------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-15:16 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Urgente necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise provocada pela epidemia de coronavírus. Defesa da tributação de grandes fortunas, de lucros e dividendos para custeio do benefício pecuniário. Reexame, pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, da política de dolarização dos preços de combustíveis, em prol dos consumidores brasileiros.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero cumprimentá-lo e cumprimentar os colegas Parlamentares e o povo brasileiro que acompanha mais esta sessão da nossa Câmara Federal.

Quero abordar dois assuntos neste Pequeno Expediente. Primeiro, é urgente o Brasil reintroduzir um auxílio emergencial exatamente no momento em que vivemos o pior e mais duro pico da pandemia que o País está enfrentando há quase 1 ano. O auxílio emergencial deve voltar e deve ser de 600 reais, como foi no início da pandemia, até porque a economia brasileira está em enormes dificuldades e temos de ter solidariedade social com os setores que mais sofrem as consequências dessa queda da atividade econômica, que é determinada pela pandemia, mas muito determinada pela

incompetência da gestão econômica do Presidente Bolsonaro.

Esse auxílio emergencial não deve ser obtido com recursos da saúde e da educação brasileira, deve ser pago com a introdução de impostos justos sobre as grandes fortunas, Deputado Joseildo, e de imposto sobre os lucros e dividendos, porque o Brasil, pasmem, em plena injustiça como a que estamos vivendo, é um dos únicos dois países do mundo que não cobram imposto de renda sobre lucros e dividendos.

Da introdução do imposto sobre grandes fortunas, Deputada Leandre, e do imposto sobre lucros e dividendos, sobre os grandes lucros que são obtidos no mercado financeiro e com grandes investimentos, é que deve sair a transferência justa de renda para garantir o auxílio emergencial. Este é o pacote que nós devemos votar, e não a retirada dinheiro da saúde e da educação para montar o auxílio emergencial.

Por fim, Presidente, quero falar sobre o preço dos combustíveis no País.

Quando fizeram a escolha, Deputada Luiza Erundina, de dolarizar os preços dos combustíveis no Brasil, escolheram a explosão de preços. Temer e Bolsonaro, sequencialmente, apoiaram a dolarização dos preços dos combustíveis. O dólar explodiu durante o Governo Bolsonaro - nos últimos 13 meses, o dólar aumentou 45% -, e isso causa um enorme prejuízo, Deputada Erika Kokay, para a economia brasileira. A gasolina subiu 34%, o *diesel* subiu 28%, Presidente, e não adianta a manobra diversionista de Bolsonaro de colocar na PETROBRAS um general, dizendo que ele que seria aquele que resolveria, Deputada Talíria, o problema do preço dos combustíveis.

Para mudar o preço dos combustíveis no País, é preciso voltar a ter na PETROBRAS uma política de preços não dolarizada. O Brasil é autossuficiente em petróleo. Portanto, o País não deve dolarizar os preços dos seus combustíveis para prejudicar o povo brasileiro; deve usar, sim, o potencial que tem a PETROBRAS para que ela seja uma ferramenta de desenvolvimento nacional.

Bolsonaro é o grande responsável pela explosão de preços de combustíveis no País.

Documento 191/326

| | | |
|--------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-15:20 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | EDUARDO BISMARCK-PDT -CE | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |



Sumário

Pedido à Casa de aprovação do Projeto de Lei nº 456, de 2021, de autoria do orador, sobre a instituição do auxílio emergencial complementar no valor de 600 reais, para trabalhadores residentes em localidades com o número reprodutivo efetivo da Covid-19 acima de 1,0 observada à publicação, pelo gestor local, de ato administrativo acerca do controle da transmissão da doença.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, venho na tarde de hoje pedir o apoio de V.Exas. a um projeto de lei que visa ao restabelecimento do auxílio emergencial não no formato que o Governo Federal quer nem no formato que nós conhecíamos, que vigorava anteriormente.

Peço atenção para a reflexão sobre dois critérios que coloquei no Projeto de Lei nº 456, de 2021.

Nós precisamos pensar que o auxílio emergencial serve principalmente para ajudar, na perda de renda, autônomos, ambulantes e também aqueles que ficaram desempregados. Ora, se o valor de 200 reais é muito pouco e o de 600 reais é caríssimo para o Governo pagar, nós vamos ficar nesse impasse aqui na Casa, e nós não podemos deixar, por outro lado, milhões de brasileiros que estão dentro de casa com perda de renda.

Estabeleci dois critérios que devem andar concomitantemente para um auxílio de 600 reais. O primeiro critério é que a taxa de reprodução do vírus esteja acima de 1,0. Portanto, a população daquela cidade ou daquele Estado onde uma pessoa infectada contamine mais de uma pessoa teria direito já, assumindo o primeiro critério, ao auxílio de 600 reais.

O segundo critério seria o de que, na mesma localidade, o poder público local, portanto, a Prefeitura ou o Governo do Estado, tenha exarado decretos que atrapalham o dia a dia do cidadão, como a diminuição do horário de funcionamento do comércio, o fim das aulas presenciais nas escolas, e por aí vai. Digo isso porque é nestes casos que nós vemos que acontecem as demissões, que o ambulante não pode vender na rua para ganhar seu pão, que o comércio e, eventualmente, as escolas particulares demitem. Portanto, nestes locais de maior vulnerabilidade, haveria o auxílio de 600 reais, e não o de 200 reais, proposto pelo Governo Federal, nas outras cidades.

Nos lugares que estão funcionando em plenitude, onde não há uma taxa de reprodução do vírus acima de 1, nós teríamos o auxílio proposto pelo Governo Federal, iniciativa que nós aprovaríamos nesta Casa, e, nos lugares mais vulneráveis, em que há maior índice de

desempregabilidade, nós teríamos o auxílio de 600 reais.

Eu sou a favor do auxílio de 600 reais como o conhecemos em 2020, até termos vacina para todos, mas é preciso reconhecer que dificilmente o aprovaremos, diante da base que o Governo tem hoje nesta Casa. Portanto, o Projeto de Lei nº 456, de 2021, é a minha proposta para acharmos uma saída intermediária que atenda aos interesses da população e à nossa economia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente e caros colegas.

Documento 192/326

| | | |
|---------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-15:28 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Imediata retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Inadmissibilidade de retirada de recursos das áreas de educação e saúde, por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2021, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Apuração, pelo Supremo Tribunal Federal, de irregularidades praticadas contra o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e a soberania nacional, no âmbito da Operação Lava-Jato.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vimos à tribuna hoje para dizer que temos muita clareza da importância e da necessidade do auxílio emergencial. O Governo Federal sabe onde encontrar recursos e como resolver esta questão.

Nós não aceitamos a forma como o Governo Bolsonaro encerrou o pagamento do auxílio emergencial ainda durante a pandemia, deixando milhões de homens e de mulheres sem o mínimo de dignidade. Por isso, nós apelamos para a aprovação imediata e para a volta do auxílio emergencial.

Todos sabemos que, se Bolsonaro quiser, ele saberá onde encontrar dinheiro, sem precisar retirar das áreas sociais, como ele quer fazer agora com a PEC 186, ao tentar desmontar nossa Constituição e as conquistas históricas do povo brasileiro, mexendo nas áreas sociais,

especialmente na saúde pública e na educação.

Não abriremos mão da defesa incondicional daquilo que já foi conquistado. O Governo Federal, se quiser, sabe de onde retirar sem ter que mexer nas áreas sociais e nas conquistas fruto de muita luta na saúde, na educação e nos programas sociais, que são obrigações do Governo.

Eu gostaria de deixar registrado o quanto, cada dia, se esclarece mais o que foi montado em Curitiba contra o Presidente Lula, o que foi montado contra a PETROBRAS, o que foi montado contra a soberania nacional. Tudo está aberto, tudo está às claras. Nossa confiança, nossa esperança é que o STF faça justiça e use, como Suprema Corte, seu poder para fazer como fizeram com um Parlamentar irresponsável desta Casa. Aquilo que os procuradores e o juiz cometeram foi um crime contra a Constituição, contra a soberania nacional e contra o povo brasileiro e, especialmente, contra nosso maior líder popular, o Presidente Lula.

Encerrando, eu queria deixar registrada a necessidade de o povo brasileiro, em especial a classe trabalhadora, continuar na luta em defesa da democracia, da Constituição Federal, do auxílio emergencial e da apuração de todos os fatos que hoje o STF começa a revelar, graças às prisões de *hackers* e a tantas informações que vieram a público. Que o STF mostre o verdadeiro poder que esta Corte representa para nossa Constituição e para o povo brasileiro!

Sr. Presidente, solicito que meu pronunciamento seja transmitido pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação.

Muito obrigado.

Documento 193/326

| | | |
|-------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 4.2021.B | Sessão Outro Evento | 23/02/2021-15:32 |
| Publ.: DCNR - 2/24/2021 | JOSÉ RICARDO-PT -AM | |
| - | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus. Irresponsabilidade do Governo Federal na condução das ações de combate à doença. Colapso do sistema de saúde no Estado do Amazonas provocado pela Covid-19. Incompetência e falta de planejamento do Governo Jair Bolsonaro na aquisição de vacinas contra o coronavírus. Defesa da imunização de professores antes da

retomada das aulas presenciais, bem como de indígenas não residentes em suas aldeias. Apreensão ante a situação econômica de pequenas empresas brasileiras. Imediata retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes. Inadmissibilidade de retirada de recursos das áreas de educação e saúde para custeio do benefício pecuniário. Defesa de vacinação em massa do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, saúdo todos os Parlamentares.

Queria, inicialmente, manifestar minha solidariedade a todo o povo brasileiro, a todas as famílias que perderam seus entes queridos por conta da pandemia do coronavírus e pela irresponsabilidade do Governo Federal, que não tomou as medidas efetivas para a prevenção e o atendimento à saúde, à vacinação, para salvar vidas.

Sr. Presidente, mais de 300 mil pessoas do Amazonas foram infectadas, e nosso Estado já conta mais de 10 mil mortes. Com certeza, muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas, se tivesse havido uma ação mais efetiva e mais concreta não só do Governo Federal, mas também do Governo do Estado.

Nós estamos vendo a situação de atendimento precário e a falta de UTIs, que ainda continua sendo um problema crônico. No nosso Estado, principalmente na capital, Manaus, e em boa parte dos Municípios do interior, nós tivemos a falta de oxigênio. Houve mais de 5 mil mortes.

Nós tivemos dobrado o número de mortes só no intervalo de janeiro a fevereiro, quando comparamos com o mesmo período do ano passado. Muitos morreram porque não havia UTI e porque não receberam atendimento especializado a tempo.

Agora, nós estamos enfrentando as consequências da inoperância na vacinação, na campanha de imunização no nosso País. Isso mostra a incompetência do Governo diante do planejamento na aquisição das vacinas, ao mesmo tempo que cria expectativas e até mente, como aconteceu no Amazonas, onde o Ministro esteve e prometeu que no dia 22, portanto, nesta semana, seria iniciada a vacinação das pessoas a partir de 50 anos de idade. Uma mentira! Continuam com mentiras e conversas para tentar acalmar as pessoas, mas não resolvem o problema. Nós estamos vendo uma campanha de vacinação lenta e muito distante de ser efetivamente a solução. A primeira cobrança é esta.

Nós também devemos incluir os indígenas que estão fora das aldeias. Infelizmente, nós temos uma grande quantidade de indígenas fora das

áreas indígenas, que vivem nas cidades e, portanto, precisam ser contemplados com a vacinação. Não dá para aceitar o retorno às aulas se não houver a garantia da vacinação dos professores, dos trabalhadores em geral nas escolas, na educação. Assim, a vacinação é urgente para Manaus, para a Amazônia, para todo o Brasil.

Registro também minha preocupação com a situação econômica das pessoas e das pequenas empresas. Eu defendo o retorno do auxílio emergencial. Eu apresentei um projeto de lei, a bancada do Partido dos Trabalhadores também apresentou um projeto que nós subscrevemos. É urgente a retomada do auxílio emergencial! É uma questão de dignidade, para garantir o mínimo para a sobrevivência das famílias.

Concluindo, Sr. Presidente, digo que não dá para aceitar que agora o auxílio emergencial esteja condicionado à retirada de recursos da saúde e da educação. Não é possível retirar da Constituição o mínimo que há em investimento para a saúde e a educação. Aliás, os cortes que aconteceram nos últimos 2 anos afetaram a educação no nosso País e, certamente, a área da saúde.

Auxílio emergencial para a população!

Auxílio para as pequenas empresas e para as microempresas!

Vacinação em massa, urgente!

Muito obrigado.

Documento 194/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -23/02/2021- |
| | CD | 15:52 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | PEDRO WESTPHALEN-PP -RS | |
| CÂMARA | DOS | PARECER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19; e às Emendas de nºs 1 a 156, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (PP - RS. Para proferir parecer. Sem

revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Eu pediria ao Presidente autorização para ir direto ao voto. *(Pausa.)*

Muito bem, passo a fazer a leitura o voto.

"II. Voto do Relator.

II.1. Da admissibilidade.

II.1.1. Do atendimento aos pressupostos constitucionais.

A Medida Provisória em análise atende aos requisitos de constitucionalidade previstos no art. 62 da Constituição Federal.

Os requisitos da urgência e da relevância foram claramente atendidos, tendo em vista a necessidade, pública e notória, de aquisição de doses de vacina para viabilizar a vacinação de toda a população brasileira. A imunização de parcela significativa dos brasileiros pode interromper a circulação do vírus e diminuir, sensivelmente, o número de óbitos diários pela COVID-19. Quanto mais rápida for essa vacinação, mais rápido protegeremos a saúde e a vida de todos. Diante dos impactos nefastos na saúde, na economia e em todos os aspectos sociais causados pela pandemia, todas as estratégias e ferramentas disponíveis e que possam ser utilizados de forma eficiente contra o SARS-COV-2 tornam-se de alta relevância.

Dessa forma, entendo que os requisitos constitucionais para a edição de Medidas Provisórias foram atendidos.

II.1.2. Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que a Medida Provisória em análise não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna. Não há, portanto, qualquer óbice constitucional à sua admissão.

Observamos, ainda, a juridicidade da matéria tratada na Medida Provisória, pois se harmoniza com o ordenamento jurídico e não viola qualquer princípio geral do Direito.

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na

Medida Provisória. O texto está de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A mesma situação se verifica quanto às emendas apresentadas à Medida Provisória, nas quais não há vícios relacionados a inconstitucionalidade, injuridicidade ou técnica legislativa.

II.1.3. Da adequação financeira e orçamentária.

A Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, estabelece em seu art. 5º, § 1º, que 'o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.' A norma ainda determina, no art. 8º que 'o Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional decidirá, em apreciação preliminar, o atendimento ou não [...] de sua inadequação financeira ou orçamentária, antes do exame de mérito [...]'.

A Medida Provisória deve ser verificada quanto a possíveis conflitos com a Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, no tocante aos seguintes pontos: existência de estimativa de impacto orçamentário-financeiro para 'criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa' (art. 16); instrução com estimativa e demonstração da origem dos recursos para custeio de despesa considerada 'obrigatória de caráter continuado' (art. 17, § 1º); 'comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais' (art. 17, § 2º) e existência de prorrogação de 'despesa criada por prazo determinado', a qual 'considera-se aumento de despesa' (art. 17, § 7º).

À luz do Plano Plurianual - PPA 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 2019), a análise diz respeito à compatibilidade da despesa prevista pela MP com os programas governamentais e seus objetivos.

No que se refere à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 (Lei nº 14.116, de 2020 - LDO 2021), a análise sobre a compatibilidade e a adequação de medida provisória usualmente se concentra sobre os seguintes aspectos: aumento de gastos com pessoal e encargos sociais acompanhados de premissas e metodologia de cálculo utilizadas e demonstrativo do impacto da despesa (art. 109); estimativa dos efeitos do aumento da despesa e indicação de compensação (art. 125 e 126); incompatibilidade de proposição que 'aumente despesa em matéria de iniciativa privativa' ou 'altere gastos com pessoal' (art.130).

II.1.3.1. Da medida provisória.

Cabe destacar que, nos termos do art. 19, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, a Consultoria de Orçamento do Senado Federal emitiu a Nota Técnica nº 06, de 2021, por meio da qual se posicionou no sentido de que 'a MP em análise não tem repercussão sobre a receita ou a despesa da União e, portanto, não conflita com as normas que regem o direito financeiro/orçamentário, em especial Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União'.

II.1.3.2. Das emendas.

Convém observar que medida provisória é instrumento de iniciativa privativa do Presidente da República. Portanto, a ampliação do escopo por emendas, seja visando a instituição de responsabilidades para a União ou compensações financeiras a serem prestadas pela União, bem como remodelando/ampliando sistemas para ampliar o volume de dados a serem registrados e disponibilizados nos sistemas de informação, seja isentando tributos para aquisição de vacinas e de insumos destinados à vacinação, implicam aumento de despesa ou renúncia de receita e, para acolhimento, exigem estimativa do impacto e medidas de compensação, como prevê o art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal e os arts. 125 e 126 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021.

As emendas a seguir relacionadas implicam aumento de despesa ou renúncia de receita e não atendem à legislação vigente, caracterizando incompatibilidade das proposições.

A Medida Provisória recebeu 156 emendas. Salvo as emendas a seguir relacionadas - que propõem renúncias de receitas, criam ou majoram despesas -, as demais tão somente regulam aspectos administrativos afetos ao processo de aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços destinados à vacinação contra a COVID-19, ou tratam da obrigação do SUS de obter a imunização da população. Portanto, não apresentam nova obrigação para a União.

Relação de Emendas com Impacto na Receita ou Despesa da União.

Emenda nº 11. Inclui dispositivo dispondo que os recursos federais para as aquisições de que trata o art. 1º serão aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal para ações e serviços públicos de saúde."

Posso ler apenas o número das emendas rejeitadas, Presidente, ou faço a leitura na íntegra? *(Pausa.)*



Emenda nº 11.

"Implica despesa adicional: os recursos federais para as aquisições de vacinas e produtos de saúde para combate à COVID-19 serão aplicados em acréscimo ao mínimo constitucional para Ações e Serviços de Saúde. Trata-se de matéria hoje prevista em norma constitucional (art. 110 da EC 95/2016) e regulada pela Lei Complementar nº 141, de 2012.

Emenda nº 46. Inclui dispositivo dispondo sobre isenção de contribuição e impostos (COFINS, PIS/PASEP, II e IPI) a aquisição de vacinas e de insumos destinados à vacinação contra a COVID-19, inclusive antes do registro sanitário ou da autorização temporária de uso emergencial, durante o ano-calendário de 2021.

Redução de receita: isenta de contribuição e impostos (COFINS, PIS/PASEP, II e IPI) a aquisição de vacinas e de insumos destinados à vacinação contra a COVID-19.

Emenda nº 57. Inclui dispositivo (art. 13-A) para prever compensação pela União a Estados, Distrito Federal ou Municípios até o limite global..."

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado Pedro Westphalen, V.Exa. poderia apenas dizer quais foram rejeitadas e quais foram acatadas.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (PP - RS) - Eu havia lhe pedido permissão, mas V.Exa. não ouviu .

As emendas com impacto financeiro são: Emendas nºs 11, 46, 57, 76, 90, 114, 129, 131, 135, 140 e 147.

"II.1.3.3 - Conclusão

Diante das razões expostas, nosso voto é no sentido de que:

I - a Medida Provisória nº 1.026, de 2021, não tem repercussão sobre a receita ou a despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira;

II - as Emendas de nºs 11, 46, 57, 76, 90, 114, 129, 131, 135, 140 e 147 não atendem à legislação aplicável, sendo consideradas incompatíveis e inadequadas orçamentária e financeiramente; e

III - as demais emendas não têm repercussão sobre a receita ou a despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira.



II.2 - Do mérito

Quanto ao mérito, consideramos a matéria conveniente, oportuna e de alta relevância pública, uma vez que tem o claro objetivo de ampliar o acesso do Brasil às vacinas desenvolvidas para imunização contra o vírus SARS-COV-2, além de conferir a necessária observância ao princípio da legalidade, ao criar um regime jurídico especial para a aquisição de vacinas, insumos e outros produtos e serviços necessários à implementação do Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19. Importante reforçar que essa doença já é responsável por uma das maiores crises globais que a humanidade já enfrentou, que causou cerca de 2,4 milhões de óbitos e mais de 108 milhões de casos notificados no mundo, números que aumentam bastante a cada dia que passa. O tamanho da crise econômica e sanitária e os impactos sociais gerados ainda não é totalmente conhecido, existindo as mais diversas estimativas, que se mostram infundadas à medida que o vírus continua sua propagação.

Além da existência de novas ondas de infecção ao redor do mundo, o surgimento de variantes relacionadas com mutações no vírus, que têm alterado a virulência e o poder infectante do patógeno, demonstra a necessidade de uma imunização rápida de toda a população mundial, de preferência. O acesso ao maior número de doses, em nível suficiente para atingir toda a população brasileira, torna-se, assim, essencial para salvaguarda da saúde e da vida do nosso povo.

A ideia principal da presente medida provisória é a de remover obstáculos existentes para que o poder público possa comprar as vacinas de diferentes fornecedores ao redor do mundo, por preços diferenciados e sem realizar procedimentos licitatórios, com a devida previsão legal. Sem a criação de um regime jurídico diferenciado, em virtude da emergência mundial ocasionada pela pandemia, os gestores públicos poderiam sofrer responsabilização por possíveis atos ilegais, além de danos ao Erário. Nesse sentido, a norma em comento traz a necessária legalidade para a atuação dos agentes públicos na implementação de um plano de vacinação que apresente resolutividade, sem a dispensa da necessária segurança para produtos sujeitos à vigilância sanitária.

Dessa forma, considero que a Medida Provisória nº 1.026, de 2021, mostra-se altamente meritória para a proteção da saúde e da vida humana, razão que recomenda sua aprovação por esta Casa.

Em relação às 156 (cento e cinquenta e seis) emendas apresentadas, entendemos que algumas delas se revelam bastante meritórias para a proteção da saúde humana e melhoria do processo de vacinação contra a COVID-19, razão que recomenda seu acolhimento de mérito,

parcial ou integralmente.

Nesse sentido, considero que as emendas que propõem a supressão da obrigação do profissional de saúde em alertar os pacientes sobre a ausência de registro sanitário definitivo das vacinas que serão administradas às pessoas são meritórias por impedir que tal alerta sirva, na verdade, como um desestímulo à imunização, frustrando a tentativa do poder público em ampliar ao máximo a cobertura vacinal.

Do mesmo modo, entendo que todas as que sugerem a delimitação legal de prazo para a manifestação da ANVISA sobre os pedidos de autorização tratados na MP e que ampliam o rol de autoridades sanitárias estrangeiras aptas a fundamentar o pedido no Brasil merecem ser acolhidas. Com efeito, determinar a adoção de atos administrativos aos agentes, sem que o prazo fique devidamente especificado, não se revela o melhor caminho para garantir uma atuação tempestiva e célere da administração pública, o que seria ainda mais nefasto em um contexto de pandemia.

O reconhecimento de um maior número de autoridades sanitárias estrangeiras que, ao autorizarem o uso de produtos úteis no combate à COVID-19, podem servir de fundamento para a solicitação de igual providência pela ANVISA, no Brasil, também pode ampliar as opções de produtos e tornar possível a aquisição de doses de imunizantes em quantidades suficientes para a imunização de toda a população brasileira.

Considero, ainda, que a permissão para que os serviços privados de saúde possam participar do processo de vacinação constitui uma medida hábil a ampliar o poder de administração das doses, no intuito de ampliar a velocidade da imunização.

Vale lembrar a importância dos serviços privados na complementação da garantia do direito à saúde de todos, na atuação como parceira do SUS, algo que merece menção para que não haja impedimento de sua participação em um momento crucial para o combate a uma pandemia que já ceifou a vida de milhões de pessoas. Para tanto, incluímos a colaboração do setor com o Estado e o atendimento aos preceitos do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19, do Ministério da Saúde, da ANVISA, dos gestores locais e da lei.

Finalmente, considero meritórias as emendas que propõem o reconhecimento dos estudos clínicos de fase III realizados em qualquer Nação do mundo. A exigência de que essa fase necessariamente deveria ocorrer no Brasil para que os interessados pudessem pleitear a autorização de uso emergencial poderia ser considerada desproporcional e arbitrária, até porque muitos produtos farmacêuticos registrados no Brasil realizaram seus testes clínicos de fase III em

outros países, sem qualquer fase feita no território nacional, não sendo essa uma exigência feita para a concessão do seu registro sanitário.

Ante o exposto, acolho o mérito, parcial ou integralmente, das Emendas de nºs 2, 3, 4, 8, 13, 14, 15, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 42, 45, 44, 47, 48, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 68, 70, 71, 73, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 91, 93, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 109, 111, 117, 122, 123, 124, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 153 e 154, na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo, e a rejeição das demais emendas apresentadas.

II.3 - Conclusão do Voto

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.026, de 2021;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista;

c) pela repercussão sobre a receita ou a despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista:

c.1) pelo não atendimento da legislação aplicável, devendo ser consideradas incompatíveis e inadequadas orçamentária e financeiramente, das emendas de nºs 11; 46; 57; 76; 90; 114; 129; 131; 135; 140 e 147; e

c.2) pela não repercussão sobre a receita ou a despesa da União, não havendo implicação orçamentária ou financeira, das demais emendas.

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, e das emendas nºs 2, 3, 4, 8, 13, 14, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 42, 45, 44, 47, 48, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 68, 70, 71, 73, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 91, 93, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 104, 106, 107, 109, 111, 117, 122, 123, 124, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 153 e 154, acolhidas parcial ou integralmente, na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo; e

d.2) pela rejeição das demais Emendas apresentadas."

Era este o parecer, Sr. Presidente.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR.
DEPUTADO PEDRO WESTPHALEN.**

Documento 195/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021- CD | 16:12 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | JORGE SOLLA-PT -BA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Queremos manifestar nossa preocupação com o parecer do Relator, que estabelece mecanismos para a compra privada de vacinas contra a COVID. Precisamos manifestar nossa indignação com os praticamente 250 mil mortos de nosso País, em face do verdadeiro genocídio que está se abatendo sobre nossa população.

É imprescindível que se garanta que a oferta pública de vacina estabeleça a cobertura necessária.

O Brasil tem o maior programa público de vacinação do mundo. O Brasil tem instituições do porte do Butantan, que completa 120 anos, e da FIOCRUZ, com ciência e tecnologia acumuladas que permitiram que tivéssemos, através do nosso Sistema Único de Saúde, esta gigantesca oferta de vacinação: 300 milhões de doses por ano.

Não podemos permitir transformar a vacina da COVID num fator de lucro para o setor privado. Não sei se V.Exas. sabem, mas lugares na fila já estão sendo vendidos para possível futura compra de vacinas

privadas. Vender as vacinas no setor privado significará, de um lado, arrefecer a pressão pela vacinação pública. Do outro lado, aumentará ainda mais os valores pagos pelo setor público para adquirir as vacinas necessárias.

Portanto, é importante a decisão que o STF está tomando nesta tarde de facilitar a aquisição de vacinas pelo Governo brasileiro. É importante a extensão do número de agências que a licença já estabelecida será utilizada pelo Brasil.

Mas é fundamental também impedir a transformação da vida humana nesta pandemia da COVID num fator de lucro, num fator de mercado, numa disputa por lucros contra a garantia da vida da maioria da população brasileira.

Não podemos abrir mão da universalidade do nosso sistema de saúde. Não podemos abrir mão de termos, como temos, um sistema público universal que muito nos orgulha. Ele é muito importante. É a política pública que mais atua no sentido de reduzir as desigualdades.

Mais do que nunca, neste momento de dificuldade, é fundamental que tenhamos a certeza de que a vacina será pública, universal e para a população que mais precisa.

Quem deve ser vacinado não é quem tem dinheiro para pagar, não, Presidente; não é quem tem dinheiro para pagar, não, Relator, nosso colega Deputado Pedro. Infelizmente, temos de manifestar posição contrária ao seu relatório.

O fator da vacinação tem que ser a população mais exposta, a população de maior risco, não a população que pode pagar. Não se pode transformar a vacina em mercadoria.

Por isso, é preciso garantir que a prioridade da vacinação seja dos grupos que mais estão expostos, como é o caso dos profissionais de saúde e da população de maior risco de vir a adoecer e a morrer.

"Não" à transformação da vacina da COVID em um fator de lucro, em um fator de expansão de mercadoria, em um fator que vai quebrar a universalidade e a fortaleza do nosso Sistema Único de Saúde!

Por isso, manifesto-me contra o relatório.

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os colegas Deputados e Deputadas, cumprimentar o povo brasileiro e também o Relator, Deputado Pedro Westphalen.

Quero dizer que eu, evidentemente, apoiarei o relatório em todos os itens que traz mecanismos para facilitar a compra de vacinas para o País, para o povo brasileiro. Mas, como disse o meu colega Deputado Jorge Solla, há poucos minutos, jamais apoiar... Quero inclusive apelar aqui ao Relator, Deputado Pedro Westphalen, para que retire do seu relatório esse item que sugere uma autorização para que o setor privado compre vacinas contra a COVID e possa comercializá-las. Isso será o caos em cima do caos. Isso será a legalização da política do fura-fila para aqueles que têm dinheiro para furar a fila.

Há poucos dias, esta Casa votou matéria que penaliza, criminaliza o ato de furar a fila neste direito fundamental, que é o acesso à vacinação. E, Sr. Presidente Arthur Lira, Deputado Pedro Westphalen, o Brasil vive uma situação caótica no enfrentamento à pandemia. Nós estamos com as UTIs lotadas. O Estado de São Paulo, por exemplo, bateu o recorde de ocupação de UTIs. Nós temos um país totalmente despreparado, um Ministério da Saúde que foi desmontado. E quem é o grande responsável por esta crise agravada na saúde pública brasileira? Chama-se Jair Bolsonaro, que negou a vacinação, negou os mecanismos de prevenção, de isolamento, de uso de máscaras, negou a pandemia e lidera uma campanha contra a vacinação do povo brasileiro.

O Brasil vacinou apenas 3% da sua população nos primeiros 40 dias de vacinação. Um país como Chile, por exemplo, já tem hoje 15% de sua população vacinada.

Nós temos estrutura, Deputada Lídice da Mata, Deputado Arlindo Chinaglia, para garantir a vacinação de todo o povo brasileiro, segundo diversos sanitaristas. Recentemente li palavras do Gonzalo Vecina

Neto reafirmando que o Brasil pode vacinar toda a população, e o SUS tem estrutura para isso, em 4 meses ou 5 meses. Agora, no ritmo em que estamos indo, o Brasil vai demorar mais de 1 ano, e os prejuízos serão enormes.

A única coisa que não é solução para isso, Deputado Pedro Westphalen, é permitir que o mercado privado...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 197/326

| | | |
|------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021- CD | 16:28 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - KIM KATAGUIRI-DEM -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | DISCUSSÃO DISCURSO |

Sumário

Autorização aos Estados e Municípios, pelo Supremo Tribunal Federal, da aquisição de vacinas contra o coronavírus. Descaso da Presidência da República e do Ministério da Saúde com a imunização do povo brasileiro contra a doença.

O SR. KIM KATAGUIRI (DEM - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Supremo Tribunal Federal acabou de formar maioria para permitir que os Estados e Municípios adquiram a vacina independentemente do Ministério da Saúde e do Governo Federal.

Essa discussão nem sequer deveria estar acontecendo no plenário do Supremo, porque é função natural do Ministério da Saúde promover a aquisição e a distribuição das vacinas com o plano nacional de imunização. Mas, infelizmente, os Estados e os Municípios tiveram de recorrer ao Supremo Tribunal Federal para obter essa licença devido à incompetência e à negligência criminoso do Governo na aquisição de vacinas.

Recentemente, o Presidente do Instituto Butantan, Dimas Covas, mostrou que o Ministério da Saúde simplesmente ignorou três ofícios com oferta de venda de 160 milhões de doses da Coronavac para o Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde simplesmente não

respondeu.

Recentemente, enviou-se ao Palácio do Planalto, por parte do Ministério da Saúde, um pedido para que o Palácio auxiliasse nas negociações para o início do processo de aquisição de vacina. Ou seja, nós já estamos entrando em março de 2021 e o *status* de compra das vacinas por parte do Ministério da Saúde e do Governo Federal nem sequer começou! O processo para se iniciar a compra dessas vacinas nem sequer começou. O Ministério da Saúde pede publicamente a ajuda do Palácio do Planalto nessas negociações.

A história, a conversa, o discurso do Presidente da República de que a sua atuação é uma tentativa de salvar a economia, de que a sua atuação é uma tentativa de salvar os empregos, cai por terra a partir do momento em que nós vemos o estudo do FGV IBRE mostrando que, se tivéssemos uma campanha de vacinação prevendo 70% da vacinação da população até a metade do ano, até o fim do primeiro semestre, poderíamos ter um crescimento de 8%. Mas, dado o atraso do Governo Federal em promover a campanha de vacinação - pelo contrário, o Governo Bolsonaro preferiu sabotar e é por isso que nós estamos neste momento, final de fevereiro, tendo que analisar medida provisória sobre vacina -, devido ao atraso e a demora do Governo Federal, que poderia ter tomado essa medida em julho, nós só vamos crescer, segundo esse mesmo estudo do FGV IBRE, 0,5%. O crescimento é basicamente negativo, é efeito estatístico meramente.

Portanto, Sr. Presidente, em relação à medida provisória, nós só estamos tendo que deliberar sobre esse assunto neste momento, tão tardiamente, porque o Governo Federal falhou, fracassou miseravelmente e negligenciou tudo que podia para sabotar a vacinação da população brasileira.

Obrigado, Presidente.

Documento 198/326

| | | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------|-----------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -23/02/2021- CD | 16:32 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | GENERAL PTERNELLI-PSL -SP | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de

Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Empenho do Ministério da Saúde na aquisição de vacinas contra a doença.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, a medida provisória, exatamente, vem no sentido de permitir essas compras, vem no sentido de possibilitar que as aquisições ocorram com a celeridade devida. Esta Casa já aprovou os recursos para essa atividade, e tudo o que contribui para aumentar essa vacinação brasileira é muito válido.

Então, o relatório do nosso Relator vai exatamente nessa direção. Não há problema de os Estados e os Municípios estarem comprando. O que não pode é inverter a ordem que já está estabelecida. Não pode um Município adquirir e vacinar determinada idade na frente da outra. Cumprindo esses requisitos, é necessário que se faça. Permitir à iniciativa privada que, sem concorrência aos órgãos públicos, adquira a vacina e doe metade das vacinas só vem contribuir para que o número de vacinados seja muito maior.

Esse prazo que é dado para a ANVISA autorizar o medicamento vai exatamente na mesma direção. Nós inclusive, vários Deputados, já apresentamos proposta de que medicamentos que são aprovados nas agências de referência no exterior devam ser aprovados imediatamente no Brasil. Sem o acompanhamento da ANVISA? Não. A ANVISA deve colocar nessas agências no exterior os adidos, nas embaixadas, que vão acompanhar todo o trabalho dos medicamentos, das vacinas e das atividades, visando dar mais celeridade.

O Ministério da Saúde, desde o início, fez convênios com a FIOCRUZ, no próprio recurso, para aumentar a fábrica do Butantan, com a Organização da Saúde, foram 2 bilhões e meio, e tem realizado todos os esforços para comprar o que está disponibilizado. E a medida provisória, exatamente, vem contribuir com isso. Eu vejo o esforço do Ministério da Saúde. Eu vejo o esforço de todos para que nós possamos ter o máximo possível da população vacinada.

Muito obrigado.

Parabéns ao Ministério da Saúde!

Documento 199/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -23/02/2021- |
| | CD | 16:32 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | BIBO NUNES-PSL -RS | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |



Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Repúdio às críticas de Parlamentares da Esquerda ao Presidente Jair Bolsonaro, no tocante à imunização do povo brasileiro contra a doença.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente Lira, nobres colegas, é uma satisfação estar nesta sessão. A Medida Provisória nº 1.026, de 2021, é excelente, só soma para a saúde do povo brasileiro.

Quero aqui me solidarizar com o Deputado Pedro Westphalen e cumprimentá-lo pelo excelente relatório. S.Exa. é meu conterrâneo, um médico que entende muito e atua ativamente na saúde, em prol do Brasil.

Agora, o que me surpreende, nobre Presidente, é o fato de Parlamentares de esquerda, os quais eu chamo de urubus de plantão, serem contra tudo e a favor de nada, do "quanto pior, melhor". Eu vi um Parlamentar dizendo que o Governo Bolsonaro quer sabotar a vacinação no Brasil. Há Parlamentares de oposição que não se preocupam com o melhor para o País, para os seus eleitores, seus filhos, seus netos.

Eles querem destruir a imagem do Brasil para que vença o seu partido na próxima eleição. Eles não estão preocupados com seu País; estão preocupados em denegrir a imagem de um Chefe de Executivo, eleito com quase 58 milhões de votos. Entristece-me isso. Entristece-me saber que são Parlamentares que não estão olhando a causa, não estão olhando com o sangue verde e amarelo na veia; estão olhando a maneira de criticar, do "quanto pior, melhor".

Como criticar a vacinação no Brasil, se o Brasil está entre os cinco países que mais vacinam no mundo? O Brasil está entre os cinco países que mais vacinam no mundo. A Argentina começou há pouco tempo. Começamos antes do Japão a vacinar, e ficam criticando, não querem sequer que a área privada compre vacina. Quanto mais vacina houver à disposição da população, melhor, seja na área pública, seja na área privada.

Queiram ou não, em pouco tempo nós conquistaremos a imunização de rebanho. Estamos caminhando a passos largos para vencermos o

coronavírus (*falha na transmissão*), e vão cair no descrédito popular.

O que nós queremos é o melhor para o País. E o Presidente Lira está com ímpeto de lutar pelo Brasil. Estamos numa Câmara onde não existe mais o eu, existe o nós. Nós lutamos por um Brasil melhor.

Muito obrigado, nobre Presidente.

Documento 200/326

| | | | |
|-------------|-------------------------|----------------|------------------|
| 6.2021 | Sessão | Deliberativa | 23/02/2021-16:36 |
| | Extraordinária - CD | | |
| Publ.: DCD | HENRIQUE FONTANA-PT -RS | | |
| 2/24/2021 - | | | |
| CÂMARA | DOS | ENCAMINHAMENTO | DE |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | VOTAÇÃO | DISCURSO |

Sumário

Defesa de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Atuação do Presidente Jair Bolsonaro contra as medidas de enfrentamento da epidemia de coronavírus. Determinação ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pelo Presidente da República, de cancelamento da compra de 46 milhões de doses da vacina Coronavac. Pedido ao Deputado Pedro Westphalen, Relator da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, para não inclusão em seu parecer de dispositivo favorável à mercantilização de vacinas.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. mais uma vez.

Como estamos debatendo aqui o direito mais desejado pelo povo brasileiro hoje, que é o direito de acesso a esta vacina universalmente, para efetivamente combatermos esta pandemia que tantos prejuízos está trazendo ao País, digo ao colega que me antecedeu, com discurso sempre raivoso contra a Esquerda, que este discurso do ódio e da intolerância não resolverá o problema da saúde pública brasileira. Nós precisamos, sim, de todo o País tralhando pelo direito à vacina e enfrentando a pandemia.

O que tivemos foi uma ação deliberada do Presidente da República Jair Bolsonaro, que, em todos os mecanismos pelos quais pode atuar, atuou no sentido de atrapalhar o combate à pandemia. Primeiro, ele defendeu publicamente, em diversas circunstâncias, que as medidas preconizadas pela Organização Mundial da Saúde não deveriam ser seguidas no Brasil. Hoje, infelizmente, nós vivemos o segundo pico da pandemia, que tem levado à morte mais de mil brasileiros por dia, ao

longo dos últimos 30 dias. O Brasil está num pico superior ao primeiro pico que enfrentamos na pandemia.

E por que nós não temos vacinas? Nós temos capacidade para vacinar - volto aqui com essa informação. A capacidade do Sistema Único de Saúde, segundo informações e análises de diversos especialistas, garantiria ao Brasil a possibilidade de vacinar todos os maiores de 18 anos de idade no prazo máximo de 4 a 5 meses. Nós começamos a vacinação no dia 18 de janeiro. Já se passaram mais de 30 dias, e vacinamos apenas 3% da população. Neste ritmo, Deputada Maria do Rosário, Deputado Arlindo Chinaglia, o Brasil levará mais de 1 ano - 1 ano e meio - para chegar a esta vacinação.

É sempre importante lembrar, como disseram outros Deputados nesta sessão, que o Presidente Bolsonaro determinou ao seu Ministro da Saúde que cancelasse a compra de 46 milhões de doses da vacina Coronavac, que poderiam estar neste momento nos postos de saúde, para a vacinação do povo brasileiro.

Deputado Pedro Westphalen, não abra a possibilidade do comércio das vacinas. O lucro com o desespero do povo não é adequado. Se o setor privado quer contribuir, ele pode comprar e doar as vacinas para o sistema público...

Documento 201/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------|------------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021 - CD | 16:40 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | ALEXANDRE PADILHA-PT -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT orienta "sim" à medida provisória, porque, mais uma vez, o Congresso Nacional tem que fazer aquilo que Bolsonaro não está fazendo, precisa garantir condições que obriguem o Governo Federal a incorporar o maior volume possível de vacinas.

É possível para o Brasil vacinar 80 milhões de brasileiros, que são prioritários, antes de começar o nosso inverno, e 170 milhões de brasileiros que são elegíveis, antes de terminar o inverno. Precisamos de vacina, e o Governo Federal não incorpora as vacinas.

A MP trata desse mecanismo importante para trazer vacinas, mas o PT vai apresentar destaques, porque não queremos permitir a criação de um mercado privado, o da fila da vacina. O "camarote da vacina" não pode ser criado no Brasil! Quem tem dinheiro não pode passar na frente de quem não tem dinheiro para ser vacinado, Sr. Presidente.

Documento 202/326

| | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021 - CD 16:44 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | DANILO CABRAL-PSB -PE |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB encaminha "sim", entendendo que esta pauta é muito importante, porque sobre ela há mais expectativa por parte da sociedade brasileira, para que esta Casa dê uma contribuição no sentido de garantir o acesso, direito universal do povo brasileiro, à vacinação, de desburocratizar o processo de vacinação e de garantir uma aquisição mais célere.

O PSB vai votar favoravelmente a esta pauta, à MP 1.026, mas não vai deixar de registrar aqui a sua preocupação com a possibilidade da privatização do acesso à vacina. É muito importante - e é isto o que vamos garantir através de destaques - que aqueles que têm acesso ao SUS tenham acesso à vacina. Não podemos, nesta Casa, legitimar o fura-fila. O PSB orienta "sim", mas vai apresentar destaques para não permitir a privatização do acesso à vacina.

Documento 203/326

6.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021-
CD 16:44

Publ.: DCD - 2/24/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL, obviamente, vai votar favorável à garantia de que a vacina chegue ao máximo de pessoas possível. Mas, sinceramente, num cenário de mais de 245 mil mortos, no qual falta leite, falta oxigênio, falta emprego, falta tudo para o povo, o Governo, que até anteontem não tinha plano de vacinação, que até anteontem era antivacinação, agora apresenta aqui a possibilidade de privatizar a vacina? Não aceitamos que saúde seja mercadoria, que no cenário da maior crise sanitária da história das gerações vivas, seja vacinado apenas quem pode pagar. Isso é inadmissível, ainda mais privatizar sem regular. Vai haver plano de saúde que vai atender? Quanto vai custar essa vacina?

Defendemos o SUS. É momento de mais SUS, para que a vacina chegue a todo o povo brasileiro.

O PSOL encaminha "sim", com essas ressalvas.

Documento 204/326

6.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021-
CD 16:48

Publ.: DCD - 2/24/2021 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento do encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e

sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19. Convite aos Deputados para participação na abertura da campanha nacional Vacina Já!.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, para conferir dinamismo, após a inépcia prolongada do Governo Federal no contrato das vacinas, na busca das vacinas, vamos aprovar esta medida provisória. Compreendemos, no entanto, que precisamos ressaltar destaques em relação à questão de o setor privado ter acesso prioritário, ter acesso facilitado, e isso gerar fura-fila gigantesca no Brasil. Isso para nós é muito sério.

Fortalecer o SUS é fundamental. Por isso, vamos votar "sim", pelo dinamismo, mas vamos ressaltar os destaques, para a garantia do fortalecimento do SUS.

Aproveito para convidar a todos para a abertura, amanhã, da grande jornada pelo *Vacina Já!* no Brasil.

Documento 205/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------|------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021 - CD | 16:52 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Defesa de aprovação da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19, ressaltados os destaques.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a ANVISA autorizou a vacina da Pfizer, o que é uma grande conquista, na posição da ANVISA, e inclusive confronta essa posição resistente do Governo brasileiro a comprar vacinas, essa omissão permanente do Governo brasileiro em relação a comprar todas as vacinas disponíveis, para a população brasileira.

O Supremo acaba de autorizar Estados e Municípios a comprarem vacinas quando o Governo Federal não comprar. Isso é inclusive conteúdo de uma emenda nossa a esta medida provisória, que eu espero que o Relator incorpore.

Esta medida provisória possibilita a compra de vacinas, facilita as regras, flexibiliza as regras. Nós achamos importante a aprovação desta medida provisória, obviamente, ressalvados os destaques em relação à autorização para o setor privado, particularmente.

Portanto, Sr. Presidente, nós queremos fortalecer o sistema público de saúde, o SUS, a vacina para toda a população, que já é meta aprovada na outra medida provisória. A Minoria encaminhará "sim", ressalvados os destaques apresentados para o aperfeiçoamento do texto.

Documento 206/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021- CD | 16:52 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | HENRIQUE FONTANA-PT -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Boicote, pelo Presidente Jair Bolsonaro, à imunização do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Eu quero ler uma frase proferida poucos meses atrás, infelizmente, pelo Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro: *"O meu ministro da Saúde já disse claramente que não será obrigatória esta vacina, e ponto final"*. Disse também o Presidente Bolsonaro: *"Na Pfizer, está bem claro no contrato: 'nós não nos responsabilizamos por qualquer efeito colateral'. Se você virar um jacaré, é problema de você"*.

Este é o Presidente do Brasil, Presidente Arthur Lira, o que boicota a vacinação, o que leva desinformação para a população, o que não orientou o seu Governo a buscar o volume de vacinas necessário e que está desmontando o Ministério da Saúde no momento em que o Brasil mais precisa desse Ministério, infelizmente.

Documento 207/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021- CD | 16:52 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | SANDERSON-PSL -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento do encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19. Interesse do Governo Federal na imunização do povo brasileiro.

O SR. SANDERSON (PSL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, o Governo orienta, obviamente, no sentido de aprovar o requerimento, para que se encerre a discussão, e para que nós votemos a Medida Provisória nº 1.026, de 2021.

Mas é importante assinalar, Srs. Deputados, que ninguém mais do que o próprio Governo Federal tem o maior interesse em, no menor prazo possível, vacinar toda a população brasileira, porque, a partir daí, sim, teremos a normalidade social, a normalidade econômica que trará a tranquilidade para tocarmos a vida dos brasileiros, de sul a norte. Então, o Governo Federal, através do Ministério da Saúde e de todos os demais segmentos do Governo Federal, tem trabalhado diuturnamente, de forma incansável, para minimizar danos na saúde pública. A vacinação, através desta medida, é a concretização de que o Governo Federal tem, sim, o maior interesse em vacinar no menor tempo possível. Aliás, o Brasil já está ocupando as primeiras posições no *ranking* mundial de vacinações. Já são quase 6 milhões os brasileiros vacinados. Muito provavelmente, confirmando aquela tese do Ministro Eduardo Pazuello, brevemente estaremos entre o primeiro e o segundo lugar no mundo, em número de vacinados.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Obrigado, Presidente Arthur Lira.

Documento 208/326

| | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021 - CD 16:56 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | ZÉ NETO-PT -BA |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Relevância da votação pela Casa de proposta destinada à aquisição de vacinas.

Pedido à Presidência de votação do Projeto de Lei nº 3.699, de 2020, a respeito da distribuição gratuita de equipamentos de informática aos alunos de escolas públicas, bem como de instituições de ensino inclusivo sem fins lucrativos, durante a emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta Casa dá um passo decisivo para a facilitação da compra da vacina. Agora, eu peço a V.Exa. que dê atenção ao Projeto de Lei nº 3.699, de 2020, que trata da compra de computadores, da entrega gratuita de computadores e de Internet para professores e estudantes da rede pública nacional. Isso pode ser feito com os recursos do FUST, com uma parte desses recursos. Há mais de 23 bilhões no FUST. Eu peço a V.Exa. que dê atenção a essa questão. As vacinas estão chegando, mas nós precisamos também priorizar os nossos estudantes, os da rede pública do Brasil, principalmente os mais carentes, senão eles não terão condições de voltar às aulas e de cumprir essa etapa tão importante na nossa educação, em todo o País.

Documento 209/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------|------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021 - CD | 16:56 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | ORLANDO SILVA-PCDOB -SP | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Acerto da decretação delockdown no Município de Araraquara, Estado de São Paulo, para combate à disseminação de coronavírus. Maior atenção do Governador João Doria para com a municipalidade.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado. Presidente.

Eu quero manifestar a minha solidariedade ao Prefeito Edinho Silva, da cidade de Araraquara, em São Paulo, uma cidade que enfrenta, com muita coragem, uma onda muito forte da COVID-19, inclusive com casos da nova cepa, a chamada "cepa brasileira da COVID-19". A cidade vive *lockdown*, foi fechada completamente. Foi correta e corajosa a atitude do Prefeito Edinho Silva, porque é com medidas como essa, que garante o distanciamento social, que vamos enfrentar e derrotar a COVID.

Eu faço um apelo ao Governador João Doria, para que dê um tratamento diferenciado a Araraquara, levando em conta a gravidade

da situação.

Quero saudar o nosso amigo Vereador Guilherme Bianco pela forma decidida como tem apoiado o Prefeito Edinho Silva.

Eu desejo que nós possamos viver dias melhores em Araraquara em breve tempo.

Documento 210/326

| | | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------|------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -23/02/2021- CD | 17:00 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | BOHN GASS-PT -RS | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Assunção pelo orador da Liderança do PT na Casa. Prioridades da bancada federal petista em 2021. Vinculação entre a condenação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o agravamento da miséria e da fome no País. Comprometimento do PT com a causa social. Exigência, pelo partido, de retomada do auxílio emergencial, de ampliação do Programa Bolsa Família, de criação de programa de renda mínima para as camadas menos favorecidas, e de retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida. Inadmissibilidade de desvinculação de receitas orçamentárias dos setores de educação e saúde, por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Defesa da aprovação de pedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro. Indignação do orador com a liberação, pelo Governo Federal, do comércio novos agrotóxicos no País. Devastação do meio ambiente pelo Governo Jair Bolsonaro. Repúdio à postura negacionista do Presidente da República com relação à epidemia de coronavírus. Exigência de imediata vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa da taxação de grandes fortunas. Protesto contra a privatização de empresas estatais. Protesto contra os preços do gás de cozinha e de combustíveis praticados no País. Prioridade na área social pelos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Retomada dos índices inflacionários no Brasil. Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Imediata recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo. Apresentação, pelo PT, do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

"Enquanto houver um irmão ou uma irmã passando fome, todo o povo brasileiro pode ter a certeza: o PT estará lutando para que isso não

mais aconteça."

Cito Lula para, desde logo, quando assumir a Liderança do PT, afirmar: a luta contra a fome e a miséria, e a luta pelo restabelecimento pleno dos direitos do maior líder popular deste País, estarão entre as prioridades da nossa bancada neste ano. E porque a farsa da Lava-Jato, a injusta condenação de Lula e o golpe que tirou o PT do poder é que fizeram a fome e a miséria voltarem.

Então, contar a história verdadeira, restabelecer a justiça e devolver a dignidade ao nosso povo são as tarefas para as quais quero que a minha liderança contribua.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o PT nasceu para lutar pela legitimidade e dignidade humana, pôr comida na mesa, ter um teto para morar, ter trabalho para gerar renda e acesso à educação e à saúde pública.

E o PT está aqui -- meu Líder Enio Verri, muito obrigado pela referência a toda a bancada --, hoje, 41 anos depois de sua fundação, travando a mesma luta. É por isso que a nossa bancada, em 2021, exige a retomada imediata do auxílio emergencial; exige a ampliação do Bolsa Família, o maior e mais premiado programa de renda mínima do mundo; exige que o povo brasileiro tenha renda mínima! Nós queremos a retomada do Minha Casa, Minha Vida e o descongelamento das verbas da saúde e da educação. Nós queremos ainda que parem de destruir o SUS, Deputado Padilha!

Na nossa pauta do dia, vamos discutir a PEC Emergencial. Mas se para pagar alguns meses de auxílio emergencial o Governo quiser reduzir, para sempre, os investimentos mínimos em saúde e educação, o PT não apenas lutará para derrotar esse projeto, mas para que a sociedade saiba da chantagem que se tenta fazer aqui.

Nós Deputados e Deputadas do PT não temos dúvida de que nosso lugar neste Parlamento é na oposição a Bolsonaro, porque, para nós, este Governo é sinônimo de indignidade. Por isso, nossa bancada tem posição favorável ao *impeachment* de Jair Bolsonaro. Este é um Governo que transforma nosso alimento de cada dia em veneno. Em 2 anos, Bolsonaro liberou 907 novos registros de agrotóxicos, muito mais do que em 7 anos do Governo Lula. Em 2 anos de Bolsonaro, a Amazônia perdeu 18 mil quilômetros quadrados de florestas, chocando o mundo e colocando o Brasil entre os grandes sabotadores do Acordo do Clima. Vale lembrar: no Governo Lula, o desmatamento foi reduzido de quase 25 mil quilômetros quadrados, em 2003, para 6 mil quilômetros quadrados, em 2011. Com Bolsonaro, o que se viu foi o sucateamento da FUNAI, além de 60% das terras indígenas devastadas por focos de incêndios, que aumentaram 38% de 2019



para 2020.

Sim, nós queremos o *impeachment* de Bolsonaro, porque este é um Governo contra a vida. Vida, aliás, que nunca esteve tão vulnerável no Brasil. Vida que o Governo desdenha quando chama uma doença mortal de gripezinha; quando estimula práticas contrárias à proteção sanitária; quando recomenda e gasta dinheiro público com remédios que não funcionam, em vez de garantir a compra de vacinas para imunizar, pelo menos, 70% da população brasileira. E vida que se perde quando o Governo, por deliberada crueldade, ou por absoluta incompetência, esculhamba, desorganiza e atrasa o Programa Nacional de Vacinação.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, hoje, de cada cem brasileiros, nem três foram vacinados ainda! Não! Não podemos esperar que meio milhão de brasileiros morram para só então entender que Bolsonaro, Pazuello, Mourão, Guedes e essa turma que está no poder são, sim, os maiores responsáveis, senão por todas as mortes diretamente, por grande parte delas, que ocorrem pela incompetência e pelo negacionismo deste Governo.

Por isso, vou repetir: em nome dos 52 Deputados e Deputadas do PT, e, tenho certeza, da maioria do povo brasileiro, queremos vacina, sim! Vacina já!

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu comecei falando do Lula, mas quero também fazer referência à primeira mulher eleita Presidente da República. Quero falar de Dilma. E não foi por acaso que a primeira mulher que chegou à Presidência carregava no peito uma estrela do PT. Isso só aconteceu porque, para o PT, a mulher tem que estar na política, tem que estar no poder. Para o PT, a mulher tem que estar no lugar em que ela quiser.

Pois bem, no dia da posse dela, Dilma nos lembrou de Guimarães Rosa e disse: "*O que a vida quer da gente é coragem*". Então, este é o compromisso que eu assumo hoje, aqui, ao assumir a Liderança do PT: coragem! Coragem para inverter a lógica autoritária e mesquinha deste País, que faz os pobres cada vez mais pobres, enquanto a elite endinheirada fica cada vez mais rica! Coragem para dizer: é preciso taxar as grandes fortunas deste País! É preciso reduzir o imposto indireto que incide sobre o consumo e cobrar mais sobre o lucro. Coragem para tomar posição em defesa da função social da PETROBRAS, da ELETROBRAS, dos Correios e de todas as estatais que, hoje, estão sendo espartejadas e vendidas! Coragem para exigir a retomada da agenda de desenvolvimento presente nos Governos do PT, que investiram na PETROBRAS e descobriram imensas reservas de petróleo do pré-sal, que investiram na construção de refinarias e tornaram possível a autossuficiência na produção de derivados, agora

ameaçados de destruição por Bolsonaro!

Sim, é preciso coragem para dizer que o povo brasileiro não pode ser obrigado a pagar 100 reais pelo gás de cozinha e mais de 5 reais pelo litro de gasolina só para que os acionistas privados da PETROBRAS aumentem os lucros!

Inspiro-me, sim, em Lula e Dilma, porque, sob o comando deles, o PT provou que é possível - e, agora, mais necessário do que nunca - reconstruir o Brasil. Em 2001, a fome matava 300 crianças por dia. E o Brasil que comia não enxergava o Brasil faminto. Aquele foi o Brasil que assumimos em 2003: um país curvado às ordens do FMI, um país faminto, um país de agricultores desiludidos com a vida.

Foi para mudar tudo isso que nossos Governos colocaram o povo no orçamento. Sim, nós enxergamos o povo brasileiro como solução, e não como problema. O resultado foi que alcançamos níveis inéditos de emprego, de acesso à educação superior, de melhora da renda. A alegria estava em todas as esquinas e em todos os olhares. O povo tinha renda, tanto que deixamos reservas internacionais ao invés de dívidas.

Mas, 5 anos depois, olhem onde estamos! Conforme o IBGE, terminamos 2020 com 32 milhões de brasileiros desempregados, subutilizados e desalentados. A cesta básica custa 60% do salário mínimo; as bolsas de estudo estão sendo cortadas; o Governo é incapaz de organizar medidas de enfrentamento à crise econômica potencializada pela COVID-19; empresas fecham; multinacionais encerram atividades no Brasil; o comércio, a indústria e o setor de serviços estão em queda. Tudo isso porque este Governo tirou dinheiro e trabalho do povo.

A desculpa para dificultar a aposentadoria das mulheres e reduzir as pensões era de que isso traria uma enxurrada de investimentos estrangeiros. Os direitos foram retirados, a renda foi reduzida, mas os investidores não vieram. Ao contrário, a inflação voltou a amedrontar. E de novo a inflação do povão é até três vezes maior do que a dos ricos. Enquanto isso, o Presidente anda de *jet-ski*, ataca a democracia, repete asneiras, agride a imprensa e não aponta uma solução para a crise.

Foi para isso que deram o golpe? Repito: foi para isso que deram o golpe?

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós do PT achamos que é urgente e necessário devolver o poder de compra do salário mínimo, fazer o filho do pedreiro voltar à faculdade, haver uma política internacional altiva, respeitar os direitos humanos, proteger o patrimônio público e

nossos recursos naturais.

É para isto que desejo liderar a bancada do PT: para trabalhar diuturnamente, melhorando, contribuindo e sendo parte do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil que o nosso partido está apresentando ao País e que tem no companheiro Fernando Haddad o grande líder.

Mas, antes de encerrar, quero mandar um recado. A vocês que hoje estão liquidando o Brasil, a vocês que falam em vão em nome de Deus e fingem que combatem a corrupção eu digo: o PT está vivo! O PT sabe - e vai dizer a cada brasileiro - que essa política entreguista só enfraquece a Nação, que vocês são profetas da intolerância. O PT sabe que o samba da Mangueira estava certo quando dizia: "*Não existe Messias de arma na mão*". Sim, nós do PT temos nitidez de que vocês tentaram destruir o nosso partido. Mas não conseguiram!

E nós estamos aqui para reconstruir o Brasil, porque a bandeira do nosso partido carrega uma estrela, a estrela da esperança, a estrela da coragem para reconstruir o País.

Muito obrigado. Contem com o nosso trabalho!

Documento 211/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -23/02/2021- |
| | CD | 17:12 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | CAPITÃO WAGNER-PROS -CE | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Incapacidade do Governador Camilo Santana de vacinação do povo cearense contra o coronavírus.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os Deputados presentes e a quem nos assiste pela *TV Câmara*.

Eu quero aproveitar a fala do meu antecessor para dizer que, de fato, estamos muito preocupados com a questão da vacinação de todos os brasileiros. Mas eu queria citar dados do Ministério da Saúde que mostram e comprovam que alguns gestores, os quais sabem muito bem cobrar do Governo Federal, reivindicar, na hora da execução estão muito mal. Cito aqui o caso do Estado do Ceará, que é governado pelo Partido dos Trabalhadores, partido do Deputado que

me antecedeu. E eu queria dizer a S.Exa. que, de cada dez vacinas entregues pelo Governo Federal, o Governo do Estado só teve capacidade de aplicar três. Vejam que absurdo!

O Ceará, hoje, está com os leitos de UTI com mais de 90% de ocupação. Na imprensa, o Governador faz uma zoadá amuada, como diz o povo do Ceará, Deputada Bia Kicis, e diz que está precisando de recursos, que está precisando disso e daquilo. Porém, de cada dez vacinas que o Governo Federal entregou ao Governador Camilo Santana, ele só teve a capacidade de aplicar três. O que está faltando ao Estado do Ceará? Aqui, eu vou citar dois adversários do Governo Federal, para ser justo. Eu vou citar São Paulo, que, das vacinas entregues pelo Governo Federal, já aplicou mais de 90%, Deputada Bia Kicis, para fazer a comparação com dois Estados que são adversários do Governo Federal. Isso para ninguém dizer: *"Não, aqui, é porque o Estado do Ceará tem um Governador que é adversário do Governo Federal; por conta disso, o Deputado está batendo"*. Eu estou citando dois Estados. Alguém pode até dizer: *"Não, mas o Butantan é lá em São Paulo"*. Nada a ver, porque a questão é da distribuição. Do jeito como o Governador de São Paulo recebeu as vacinas e já aplicou mais de 90% delas, o Governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, que a toda a hora está na imprensa, criticando o Governo Federal, pedindo dinheiro, pedindo recursos, também as recebeu, mas não teve a capacidade de aplicar sequer a metade das vacinas que foram entregues.

Então, de que adianta celeridade, de que adianta a disponibilização das vacinas, se o Governo do Estado não tem capacidade de aplicá-las? É bom registrar que o Ceará é um dos Estados em que mais existe fura-fila; é onde parentes de políticos, parentes de autoridades, parentes de pessoas importantes têm passado na frente na vacinação, inclusive de profissionais de saúde, que estão colocando a vida em risco diariamente.

Então, é por conta disso que é importante vir aqui cobrar a eficiência e a eficácia desses Governos que sabem cobrar muito bem, e eu mesmo tenho cobrado.

Fiz um ofício ao Ministério da Saúde para pedir celeridade no envio de vacinas para o Estado do Ceará, mas me preocupa eu cobrar do Governo Federal que envie mais vacinas para lá se o Estado não teve a capacidade de sequer aplicar as vacinas que foram entregues até hoje.

Por isso, é muito importante que a imprensa do Ceará, muito combativa em relação ao Governo Federal, tenha o mínimo de senso crítico para perguntar ao Governo do Estado por que tanta ineficiência na aplicação desse recurso que hoje vale ouro. A vacina hoje vale ouro,

mas, infelizmente, no Ceará, o que vemos é uma formatação que não permite dar sequer aos profissionais de saúde a garantia de que eles serão imunizados e vão poder enfrentar esse vírus que tem assustado a todos.

Então, Governador Camilo Santana, cobre menos e faça mais! Não adianta a imprensa aplaudir se a eficácia do seu Governo é a pior do Brasil.

Documento 212/326

| | |
|----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021 - CD 17:24 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - CÂMARA DEPUTADOS | TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ DOS ORDEM DO DIA |
| | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Repúdio à vinculação da retomada do auxílio emergencial à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Inadmissibilidade da desvinculação de receitas orçamentárias dos setores de educação e saúde, preconizada no corpo da propositura. Não tributação de grandes fortunas, de lucros e dividendos.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Presidente, é escandaloso o parecer sobre a PEC Emergencial. Digo sinceramente que é a coroação da política de morte de Bolsonaro.

O cenário já é trágico: 245 mil mortos, falta de leitos, falta de oxigênio. Diante desse cenário, a resposta do Governo Federal tem sido a insistência na anticiência, a insistência no negacionismo.

E, diante dos 14 milhões de desempregados e das dificuldades do povo, como as de comprar arroz para colocá-lo na mesa, pagar combustível e comprar gás de cozinha, diante do trágico cenário de crise econômica atrelada a crise sanitária, a resposta do Governo tem sido mais austeridade, mais ajuste fiscal sobre as costas do povo.

Sinceramente, no meio desta crise, no meio deste caos, não há outro nome para o que está acontecendo senão chantagem. Na verdade, isso é, no mínimo, uma chantagem.

O auxílio emergencial era ínfimo. Eu queria saber o que os senhores e as senhoras fazem com 600 reais por mês. Agora querem reduzi-lo a



300 reais, a 250 reais. O auxílio emergencial atendeu a 67% dos desempregados, a 40% das mulheres chefes de família. Era a única renda de 9 milhões de pessoas e era mais da metade da renda de 23 milhões de brasileiros. Não estamos falando de um almoço. Não estamos falando de leite condensado para o Poder Executivo. Estamos falando de comida na mesa do povo trabalhador, do povo das favelas, das periferias.

Em tempos de crise econômica e sanitária, condicionar o auxílio emergencial à aprovação da PEC é nada menos que escandaloso! Se a pandemia tem alguma coisa para nos ensinar, é que precisamos de mais SUS, de mais Estado, de mais investimento.

Agora se quer a desvinculação orçamentária no caso da saúde e da educação. Já não conseguimos investir o mínimo, que vem lá da Constituição de 1934, pelo menos. Isso significa desmontar os serviços. Sabemos que não há deficiência em serviços de saúde, não há leitos. Quando pensamos nas professoras, pensamos também na educação. A pandemia escancarou a crise da educação brasileira. Na verdade, é um projeto. Hoje, as escolas estão com dificuldade de abrir porque sequer conseguem cumprir os protocolos sanitários. Estamos falando de turmas superlotadas. Como é que um professor, um profissional da educação vai dar conta disso?

Então, não cola a falácia de que não há dinheiro e de que é preciso fazer ajuste para garantir o mínimo para o povo! É "caô", como dizem os meus alunos. É falácia! É mentira! Eu quero ver alguém ter coragem para taxar grandes fortunas, para taxar jatinhos, para taxar lucros e dividendos.

Sinceramente, eu não imaginava que, depois do teto de gastos, viveríamos algo parecido. Estamos diante do maior ataque aos direitos sociais desde a ditadura. E esta é a pergunta que não quer calar: qual vai ser o saldo de tudo isso? Na pandemia, houve gente cuja riqueza passou de 2 bilhões para 13 bilhões. Vamos mesmo contribuir para que os bilionários da saúde fiquem ainda mais ricos, à custa da miséria do povo trabalhador, da miséria do povo? O Congresso vai ter que decidir.

Documento 213/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -23/02/2021- |
| | CD | 17:32 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | GILSON MARQUES-NOVO -SC | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Defesa, pelo partido Novo, da aquisição de vacinas contra a Covid-19 pela iniciativa privada.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, gostaria de chamar a atenção do Plenário para este que é um dos temas mais importantes dos últimos 12 meses, e está passando batido, sem a devida atenção. Estamos falando de um plano de vacinação que vai adiantar o sistema de imunização em massa. Trata-se da oportunidade única de propiciar a compra de vacina pelo setor privado.

Nós do Partido Novo entendemos que o Estado deveria ter um pouco de influência numa pequena parte - no momento, é saúde, segurança e educação -, e ele se mete em tudo, é empresário. E não estou falando só deste Governo, estou falando de todos os Governos. O prejuízo é histórico, é enorme, é acumulado.

V.Exas. confiam em que o Governo Federal, os Estaduais e os Municipais vão resolver o problema da vacinação? A Esquerda deveria ser a primeira a entender que não vão resolver e que o setor privado deveria logo comprar essas vacinas.

O Brasil detém o oitavo PIB do mundo, e ocupa o 48º lugar na corrida da vacinação mundial. Está atrás do Chile, está atrás da Sérvia. Por quê? Porque está sendo incompetente para resolver questões e quebrar alguns mitos.

As nossas emendas, a 43 e 44, determinam que a compra das vacinas seja feita em adição. Portanto, somente poderiam ser compradas as vacinas que o Governo Federal, os Estaduais e os Municipais não comprem, as vacinas não concorrentes. Elas seriam compradas em adição. E, no caso das vacinas que fossem compradas pela iniciativa privada, 50% a mais seriam disponibilizadas ao SUS, por intermédio de doação!

Quem é contra isso? Quem pode ser contra isso? Por quê? *"Ah, mas o Governo vai fazer!"* Como assim? Vai fazer quando? Eu aposto com qualquer um que não vai fazer antes da iniciativa privada.

O vetor de crescimento, de geração de riqueza está no setor privado. Qualquer um que tenha um pouquinho de dinheiro bota o filho na escola privada, contrata plano de saúde, mesmo naquilo que é mais essencial. Agora, a vacina, não, porque o Governo vai fazer? Como assim, pessoal? Tem que autorizar o maior número de pessoas a comprar! *"Ah, o Estado não pode comprar, o Município não pode comprar"*. Por quê? Por quê? *"Ah, porque vai ser furada a fila da lista prioritária!"* Não! Esses 50% vão ser justamente destinados à fila

prioritária. Ou é isso ou é nada! Se não autorizarmos isso, não teremos nenhuma vacina pelo setor privado. E aí fica algo exclusivo, o monopólio estatal da vacinação brasileira!

Levantem a mão e indiquem o político em que confiam para que faça a vacinação monopolizada pelo Estado. Eu não confio. Eu confio mais no empresário que quer vacinar os seus funcionários para manter emprego, para manter saúde, a fim de que eles possam comprar o que desejarem, inclusive o que o Estado não dá historicamente.

Este é o nosso objetivo aqui: levar a sério essa questão e considerar os prós e os contras. Não importa a intenção, o que o Governo diz que vai fazer. Já não fez! Cito o caso das vacinas da Pfizer.

Nós precisamos autorizar a compra de vacina pelo setor privado de uma vez por todas. Se há problema de texto, se há algum problema ou alguma dúvida, não podemos deixar passar a data de hoje, porque senão vai passar 1 ano, 2 anos de eterno prejuízo.

O Estado de Santa Catarina pagou 33 milhões por respirador pirata. Esse pode ser um Governo, por exemplo, em que se possa confiar?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado, peço que conclua.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Portanto, Presidente, compra de vacina pelo setor privado já!

Obrigado.

Documento 214/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------|---------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021 - CD 17:36 | |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | PEDRO WESTPHALEN-PP -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PARECER DISCURSO |

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 a 14, apresentadas à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (PP - RS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, passo à leitura do parecer às emendas de Plenário oferecidas à Medida Provisória nº 1.026, de 2021.

"I - Relatório

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas 14 emendas de Plenário.

Ressalte-se que as Emendas nºs 1 e 2 não obtiveram o apoio regimental previsto no art. 120, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, razão pela qual não nos manifestaremos sobre elas neste parecer.

A Emenda nº 3 trata de grupos prioritários para vacinação. A Emenda nº 4 sugere que a autorização de uso emergencial e a de importação ocorram para atendimento exclusivo do SUS. A Emenda nº 5 sugere que a autorização para a rede privada vacinar ocorra somente após a imunização de 80% da população, sendo que a aquisição de vacinas, com o uso emergencial autorizado, somente seria plausível para doação ao SUS. A Emenda nº 6 faz essa mesma autorização, mas seria somente após total cumprimento da meta de vacinação pelo SUS. Já a Emenda nº 7 trata de condições para aquisição de vacinas por pessoas de direito privado.

A Emenda nº 8 suprime o art. 14, que autoriza os serviços privados a vacinarem. A Emenda nº 9 busca a fixação de preços máximos ao consumidor, definidos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, para a comercialização das vacinas contra a COVID-19. No que tange à Emenda nº 10, ela trata de autorização dos serviços privados na vacinação, mas somente após a vacinação dos grupos prioritários. A Emenda nº 11 trata de cláusulas excepcionais, em especial a assunção de riscos da responsabilização civil pela União. A Emenda nº 12 altera a redação para prever a emissão de parecer da ANVISA sobre os pedidos de que trata o art. 17 do PLV. A Emenda nº 13 trata do prazo de 48 horas para o Ministério de Saúde dar publicidade aos dados da pessoa que vacinou. A Emenda nº 14 sugere a divulgação do CPF dos vacinados.

II - Voto do Relator.

Após amplo diálogo com os Líderes partidários e todos os Deputados que participaram das discussões e debates das emendas e outras sugestões apresentadas ao Plenário, entendemos que a Emenda nº 12 merece ter seu mérito acolhido, por apresentar melhoria na redação do PLV. Além dessa proposta, algumas sugestões feitas na fase da discussão merecem ser acolhidas por aprimorar o sistema de

imunização contra a COVID-19, como a participação dos demais entes federados, Municípios e Estados, em atuação subsidiária à União.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pela adequação financeira e orçamentária de todas as emendas de Plenário com apoio regimental, exceto a Emenda nº 11, que se mostra inadequada do ponto de vista orçamentário e financeiro, e, no mérito, pela aprovação da Emenda de Plenário nº 12, na forma da Subemenda Substitutiva Global ao PLV em anexo, e pela rejeição das demais emendas de Plenário com apoio regimental."

Era isso, Sr. Presidente.

Documento 215/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021- CD | 17:44 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | IVAN VALENTE-PSOL -SP | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19. Posicionamento do Presidente Jair Bolsonaro contrário à imunização do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, não é à toa que o STF hoje está liberando Estados e Municípios para comprarem a vacina. Também a Câmara está agilizando a compra de vacinas. Até os Senadores se mobilizaram para tentar comprar a vacina da Pfizer por fora. Isso é o atestado de incapacidade e de incompetência, mas, mais do que isso, de que o Governo sabota a vacina. Ele sabotou esse tempo inteiro, ele não queria vacina, que é para a saúde e para a economia.

Então, é lógico que nós vamos votar a favor de liberar a vacina para todos os brasileiros, mas nós não podemos aprovar a ideia de que o lucro esteja acima da saúde dos brasileiros.

Nós temos um sistema de saúde que é um dos melhores do mundo. Ninguém pergunta ao NHS inglês se ele vai deixar os outros comparem vacina. Eles compram e vacinam em massa lá na Inglaterra, é público também.

Por isso...

Documento 216/326

| | | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -23/02/2021- CD | 17:44 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | ADRIANA VENTURA-NOVO -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O NOVO encaminha "sim", Presidente, e eu gostaria de fazer um comentário sobre a questão da vacina privada.

Menos de 6 milhões de brasileiros foram vacinados. Isso representa menos de 3% da nossa população. Sabemos que o Governo Federal, o sistema público não dará conta. Precisamos, sim, agilizar a compra de vacinação privada em massa. Nós precisamos garantir o apelo de toda a população, que é ser vacinada.

Obrigada.

Documento 217/326

| | | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -23/02/2021- CD | 17:44 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota "sim" a esta matéria e cobra do Governo que adote definitivamente alguma medida que possa dar segurança e proteção à população.

Não há um plano de vacinação. Há uma atitude irresponsável, criminosa. São mais de 245 mil mortes. A pandemia está no pico, e o Governo não tem demonstrado qualquer interesse, qualquer capacidade para prover a imunização da população brasileira. Está faltando vacina em muitos lugares.

Portanto, todos os mecanismos e as ações necessárias para favorecer a agilização do acesso à vacina nós temos que adotar, e esta Casa tem feito isso.

Documento 218/326

| | | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------|------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -23/02/2021- CD | 17:48 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | JOENIA WAPICHANA-REDE -RR | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente.

A REDE orienta "sim" aos pressupostos constitucionais. A MP 1.026 é urgente para o Brasil. Esta MP vai facilitar a compra de vacinas e de

insumos para combater a COVID-19.

Vacina, sim, Sr. Presidente, para todos, inclusive para os indígenas, que estão no contexto urbano. Já há mais de mil mortos entre povos indígenas e mais de 247 mil brasileiros mortos.

Então, é preciso urgência à MP 1.026. A REDE orienta "sim".

Documento 219/326

| | | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------|------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -23/02/2021- CD | 17:48 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | HENRIQUE FONTANA-PT -RS | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Oposição orienta o voto "sim" aos pressupostos constitucionais e volta a chamar a atenção de que o atraso enorme no processo de vacinação que o Brasil enfrenta não é por um debate se o sistema público seria ou não capaz de vacinar, até porque o nosso sistema público tem um dos mais completos e mais qualificados sistemas de imunização do mundo, em todas as outras áreas em que ele está vacinando.

Não é o setor privado comprar a vacina que resolverá o problema do Brasil. O atraso na nossa vacinação é porque o Governo Bolsonaro não providenciou a compra de vacinas em quantidade e no momento adequado. Abrir para o setor privado criar um mercado de vacinas é abrir, na realidade, para que aqueles que têm dinheiro façam furem a fila.

Documento 220/326

| | | |
|--------|-------------------------------------------------------|-------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -23/02/2021- CD | 17:48 |
|--------|-------------------------------------------------------|-------|

Publ.: DCD - 2/24/2021 - ALEXANDRE PADILHA-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota a favor no parecer, pela importância de o Congresso Nacional fazer aquilo que infelizmente o Governo Bolsonaro não vem fazendo, que é agilizar a aquisição de vacinas para o nosso País.

Há 1 mês está em execução o plano de vacinação no nosso País, e não vacinamos sequer 5% da população, Sr. Presidente.

O Brasil, em 2009 e em 2010, na pandemia H1N1, foi o País que mais vacinou no sistema público, em todo o mundo. Foram mais de 80 milhões de pessoas vacinadas, durante o Governo Lula, em 3 meses, Sr. Presidente. E o Brasil foi reconhecido, naquele momento, como o País que mais vacinou.

Pela urgência, votamos "sim", Presidente.

Documento 221/326

| | | |
|------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|------------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -23/02/2021- CD 17:48 | |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - DANILO CABRAL-PSB -PE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano

Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB, Sr. Presidente, vai encaminhar "sim" a esta matéria, sobretudo neste momento dramático que vive o País, em função desta pandemia.

Nós estamos vivenciando um recrudescimento do contágio de forma mais intensa no nosso País. O Brasil atingiu o patamar de mais de mil mortes diárias, em média. São 247 mil mortos pela COVID, no Brasil.

É importante dar uma resposta efetiva e rápida a essa questão. Infelizmente, hoje nós temos apenas 5,9 milhões de brasileiros que foram vacinados. Só no Plano Nacional de Imunização nós temos, no grupo de risco, 77 milhões de brasileiros. O fato é que não se vê da parte do Governo Federal uma ação coordenada no sentido de garantir o acesso a essa vacina.

Por isso, o PSB orienta "sim", para garantir o acesso universal à vacina a todo brasileiro.

Documento 222/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------|---------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021 - CD 17:52 | |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | PEDRO WESTPHALEN-PP -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PARECER DISCURSO |

Sumário

Reformulação do parecer oferecido às Emendas de Plenário de nºs 1 a 14, apresentadas à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

O SR. PEDRO WESTPHALEN (PP - RS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Presidente, com a construção de Plenário, de todos os Deputados, com o Governo, nós conseguimos um consenso, e eu vou pedir para suprimir o art. 14 definitivamente.

Nós temos que fazer o Estado ser competente nesse tempo com a construção de muito diálogo aqui. Então, eu peço a retirada do art. 14

| | | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021 - CD 17:56 | |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | GILSON MARQUES-NOVO -SC | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Protesto contra a retirada do art. 14 da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não posso deixar passar a minha indignação com relação à retirada do art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - V.Exa. tem 11 destaques para demonstrar isso.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Ele retirou agora. Por favor, peça a V.Exa. que reponha o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Estou falando só pela economia de tempo. Esse assunto já está decidido. Nós ainda temos o mérito.

Mas V.Exa. vai usar o tempo regimental de 1 minuto.

Por favor, restabeçam o tempo do Deputado.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Obrigado, Presidente.

Eu não posso deixar de demonstrar a minha indignação, porque o Relator acabou de retirar o art. 14. Com isso, vamos proibir a iniciativa privada de comprar vacina. A lei não vai autorizar. Hoje isso está proibido. A população brasileira está refém do Estado em relação ao cuidado com a nossa saúde. Nós vamos ficar de braços cruzados, porque o Estado vai nos vacinar, o Governo Federal vai nos vacinar. Ainda que você queira gastar o seu dinheiro para comprar vacina, mesmo dando uma contrapartida para o SUS, você não pode fazer

isso. Você tem que esperar o Governo Federal. Isso é um absurdo!

Nós precisamos autorizar a imunização em massa da população com o dinheiro privado, se a pessoa quiser. O Brasil tem dinheiro e não pode gastar.

Documento 224/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021- CD | 18:08 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | IVAN VALENTE-PSOL -SP | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Aplausos ao Relator Pedro Westphalen pela retirada do dispositivo a respeito da mercantilização de vacinas, constante no texto da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19. Valorização do Sistema Único de Saúde - SUS.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu queria parabenizar o Relator pela medida sensível de ter retirado essa ideia de mercantilizar as vacinas.

Nós temos um dos melhores sistemas de saúde do mundo. Atualmente, nós estamos vacinando 185 mil pessoas por dia. O SUS tem capacidade para vacinar 1,3 milhão de pessoas por dia. Nós temos que valorizar o SUS.

Se o setor privado quer doar, doe ao SUS! Doe as vacinas ao SUS! Em vez disso, querem doar aos seus funcionários e ficar com a metade, para depois doar a metade para os grupos de risco. Querem fazer como as clínicas que ganham dinheiro com isso. É um absurdo!

Por isso, nós entendemos que essa é uma medida correta que a Câmara está tomando.

Documento 225/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|-------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021- CD | 18:16 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | ALEXANDRE PADILHA-PT -SP | |

Sumário

Apresentação pelo PT do Requerimento de Destaque nº 1, com vista à inclusão de portadores de deficiência nos grupos prioritários de imunização contra o coronavírus.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este destaque apresentado pelo Partido dos Trabalhadores é para garantir que as pessoas com deficiência tenham prioridade no plano de vacinação, façam parte dos grupos prioritários.

Nós estamos vendo várias situações em que as pessoas com deficiência não estão tendo acesso à vacina. Muitas delas estão excluídas dos grupos prioritários.

Estamos querendo colocar em lei aqui, Presidente, como uma decisão desta Câmara, do Congresso Nacional, estendendo um voto, um acolhimento às pessoas com deficiência, para que elas estejam no grupo prioritário da vacinação, junto com os trabalhadores de assistência social, educação, saúde e segurança, que já estavam listados, e os trabalhadores de serviços essenciais determinados pelo Ministério da Saúde.

Pessoas com deficiência merecem receber a vacinação como grupo prioritário, Sr. Presidente.

Documento 226/326

| | | |
|----------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|------------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021 - CD | 18:16 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - GENERAL PTERNELLI-PSL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Apoio ao texto apresentado pelo Relator Pedro Westphalen à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSL conversou com o Relator, com as atividades. Eu sou amplo defensor das pessoas com deficiência, e as pessoas com comorbidades já estão na prioridade.

Como fruto desta atividade, o PSL concorda com o Relator.

Documento 227/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021- CD | 18:20 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | MILTON VIEIRA-REPUBLICANOS -SP | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Protesto contra a retirada do art. 14 do texto da proposição.

O SR. MILTON VIEIRA (REPUBLICANOS - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Republicanos vota "não".

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para lamentar a retirada do art. 14.

Hoje nós perdemos a oportunidade de ampliar a vacinação no nosso País por meio do setor privado. Quantos seriam os empresários que poderiam bancar e custear a vacina de seus funcionários?! O setor privado tem potencial para isso. O Presidente da República disse um dia que concordava com isso.

Portanto, fica aqui a nossa lamentação de perder essa oportunidade de ampliar a vacinação, o que mais precisam hoje os brasileiros.

Documento 228/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021- CD | 18:24 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP | |
| CÂMARA | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM |

Sumário

Orientação de bancada na votação requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o NOVO vota "não" a esta matéria.

Eu gostaria de me somar ao Deputado Milton Vieira e lamentar a retirada do art. 14, o que impossibilita a iniciativa privada de comprar vacinas. Vejam, a *Pfizer* acabou de obter o registro definitivo da sua vacina no Brasil; o Governo não compra a vacina da *Pfizer*, e empresas que poderiam comprá-la para os seus funcionários, ajudando na imunização da população brasileira, estão impedidas de fazê-lo, mesmo doando boa parte dessas vacinas para o SUS. Uma clínica particular que queira comprar vacinas, para poder vender vacinas, não pode. Ou seja, o Estado monopoliza a salvação da população - só ele pode salvar -, e, assim, nós estamos piorando ainda mais a situação, que poderia ser resolvida com a ajuda da iniciativa privada, que quer ajudar. Mas nós acabamos de aprovar que isso não pode ser feito.

Documento 229/326

| | | |
|----------------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021- CD | 18:24 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - CÂMARA DEPUTADOS | DOS REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 3, apresentada à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) - O PSD encaminha "não" a essa emenda.

Eu quero também lamentar a supressão do art. 14 dessa MP, que previa que a iniciativa privada pudesse comercializar ou fornecer para os seus funcionários e pessoas afins a vacina. É importante agilizar, no Brasil, a vacinação das pessoas, e as empresas deixariam boa parte das vacinas que adquirissem - metade - para o Governo utilizar no SUS. Seria muito bom se a iniciativa privada pudesse comercializar ou fornecer para os seus funcionários a vacina. O País voltaria à normalidade mais rápido.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 230/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021- CD | 18:36 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 14, apresentada à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL, Presidente, encaminha "sim". É fundamental o acesso universal à vacina, mas que esse acesso seja o máximo possível transparente, respeitando os grupos prioritários, impedindo que se fure fila, aliás, que se faça conforme alguns Municípios têm feito, usando a lógica do clientelismo, que faz com que algumas pessoas ultrapassem a fila dos grupos prioritários.

Eu queria também aproveitar para dizer a vitória que é que aprovemos essa MP, sem vender a saúde pública, sem compreender que a vacina só deveria chegar a quem pode pagar. E, por isso, a retirada da possibilidade de privatizar a vacina, que tem ser universal e para todos, é uma vitória para o povo brasileiro no meio dessa tragédia em que estamos inseridos.

Documento 231/326

6.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -23/02/2021-
CD 18:40
Publ.: DCD - 2/24/2021 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 14, apresentada à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Protesto contra a retirada do art. 14 do texto da proposição.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o NOVO orienta "sim", porque consideramos que transparência, principalmente na condução das filas prioritárias, é fundamental.

Agora, nós gostaríamos realmente de lamentar a retirada do art. 14, porque, como foi dito anteriormente, menos de 3% da nossa população foi vacinada e, nesse ritmo, com falta de organização, com falta de planejamento, nós levaremos 4 anos para ter todo mundo vacinado. É uma pena que tenham desconsiderado a iniciativa de vacinação privada como alternativa, como os países desenvolvidos fazem. As pessoas querem voltar a trabalhar, querem voltar a empreender, as escolas têm que funcionar, e nós ficamos aqui fazendo uma política do atraso. Então, só tenho a lamentar a retirada do art. 14. Eu espero que consigamos reverter isso de alguma maneira.

Obrigada.

Documento 232/326

6.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -23/02/2021-
CD 18:40
Publ.: DCD - 2/24/2021 - REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR
CÂMARA DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DEPUTADOS DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 14, apresentada à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas,

insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD encaminha "não", mas eu quero também lamentar novamente a retirada do art. 14. Seria muito importante que a iniciativa privada participasse da vacinação, o que reverteria rapidamente em benefício da sociedade, com a abertura do comércio, das empresas e das indústrias, com a geração de emprego e renda rapidamente. Além disso, boa parte do que fosse importado pela iniciativa privada ficaria com o SUS, o que agilizaria muito a vacinação da população brasileira.

Obrigado, Presidente.

Documento 233/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 6.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 23/02/2021- CD | 18:40 |
| Publ.: DCD - 2/24/2021 - | RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Indignação do orador com a protelação, pelo Presidente da República e pelo Ministro da Saúde, de medidas para a imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 14, apresentada à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é lamentável a situação em que o Brasil se encontra. Daqui a poucos dias, completaremos 1 ano de pandemia e temos infelizmente um Presidente da República e um Ministro da Saúde que protelam as medidas de imunização da população, criam dificuldade uma atrás da outra para dificultar, para impedir a compra das vacinas. Nós sabemos que isso é decisivo para o País. Mais de mil brasileiros morrem todos os dias. Essa posição de negação do Governo e do Ministro da Saúde tem causado muitos problemas para

as famílias brasileiras.

Essa emenda do PSB reforça os dados consolidados pelo Sistema Único de Saúde e oferece mais transparência ao processo. Por isso o PCdoB vota "sim".

Documento 234/326

| | | |
|---------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-13:04 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Repúdio ao condicionamento da retomada do pagamento do auxílio pecuniário emergencial à desvinculação de receitas orçamentárias das áreas de educação e saúde, preconizado no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Morosidade do processo de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Protesto contra a flexibilização do acesso às armas e a privatização de empresas estatais.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, nós estamos assistindo ao descaso do Governo Bolsonaro. Junto com Paulo Guedes, ele tem proposto uma verdadeira desarmonia entre as pessoas. A proposta nos faz entender que ou nós concordamos com a retirada dos recursos da saúde e da educação, neste momento em que temos a pandemia, ou então não teremos o auxílio emergencial.

Sr. Presidente, nós queremos o auxílio emergencial. E nós o queremos até porque este Governo não tem uma ação concreta para evitar que as pessoas passem fome, fiquem jogadas ao léu, desempregadas. O Governo não tem essa ação, logo é preciso o auxílio.

No entanto, a concessão do auxílio não pode sacrificar os servidores públicos. Não é dando um auxílio emergencial, cujo prazo nem se sabe qual vai ser, que nós vamos resolver a situação econômica do País, na medida em que esses nossos recursos que poderiam ser investidos no desenvolvimento social da nossa Nação nós estamos colocando nas mãos dos banqueiros.

Não é possível que, com 1 mês de vacinação, nem 4% da população brasileira tenha sido vacinada. Como vamos retirar recursos da saúde?

Como vamos encurtar os recursos da educação?

Eu já disse isso aqui ontem, Sr. Presidente, e volto para dizer a mesma coisa, dada a insensibilidade a que nós estamos assistindo. O povo não está sendo beneficiado. Quem está sendo beneficiado com essas medidas descabidas é o Governo e os seus Ministros, que estão a serviço do setor financeiro e dos banqueiros.

Mas, Sr. Presidente, eu chamo a atenção da população brasileira: não podemos aguentar mais! É uma barbárie o que está acontecendo neste País.

E essa barbárie tem nome: Paulo Guedes e Presidente Bolsonaro. Mais armas, mais privatizações, mais miséria, mais desemprego, mais desunião entre os trabalhadores, porque não estão dando a eles os direitos necessários e ainda colocam a responsabilidade sobre as suas costas. Então, cada um que se vires. Essa é a proposta para os pobres, para os negros, para as nossas comunidades, para as nossas crianças e para a nossa juventude.

Eu peço que o meu discurso seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*, Sr. Presidente.

Documento 235/326

| | | |
|-------------------------------------------------|---------------------|------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-13:08 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA | | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Celeridade no processo de vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de Deputados Federais, temos de dar prioridade a três questões que considero muito importantes.

A primeira delas é a vacinação do nosso povo, do povo brasileiro. Nós temos de vacinar 160 milhões de brasileiros. Segundo os dados, até agora, depois de pouco mais de 1 mês do início da vacinação, foram vacinadas em torno de 6 milhões de pessoas.

Pelo andar da carruagem, nós vamos levar 2 anos, no mínimo, para vacinar toda a população brasileira - e 2 anos é muito tempo. A população brasileira não vai suportar, não vai ter como esperar 2 anos. Essa é uma realidade dura. Então, nós temos que nos dedicar, pensar, analisar como atuar para dar agilidade à vacinação do povo brasileiro.

Outro aspecto é o auxílio emergencial. É preciso que tenhamos uma renda emergencial para o povo brasileiro. Se é verdade que nós vamos levar 2 anos para poder vacinar a população, o povo brasileiro não aguentará ficar 2 anos sem o auxílio emergencial.

Sabe por que, Sr. Presidente? Porque todos nós sabemos que a fome e a pobreza estão batendo à porta das pessoas, nas ruas, nas praças, nas cidades pequenas, grandes e médias. Por onde passamos, vemos aumentar o número de pobres e de pobreza neste País. É preciso, de uma forma emergencial, todos nós Deputados aprovarmos o auxílio de, no mínimo, 600 reais para cada cidadão e cidadã brasileira, para poder diminuir o sacrifício e o sofrimento do nosso povo.

Sr. Presidente, outro aspecto tem relação ao "Fora, Bolsonaro". O povo brasileiro não vai aguentar esperar 2 anos para ser vacinado, não vai aguentar ficar nessa situação sem emprego, sem trabalho e sem esperança, com o País sendo destruído, enquanto não querem liberar 600 reais de auxílio emergencial para a nossa população.

Por isso, nós temos a responsabilidade de tirar Bolsonaro, Sr. Presidente. Não dá para Bolsonaro continuar governando, enquanto ele intervém na PETROBRAS, enquanto ele acaba com o sonho das pessoas e da população brasileira. Além disso, ele destrói as políticas públicas sociais, não investe nos Municípios, não desenvolve o nosso País. E nós, na condição de Deputados Federais, temos que cumprir a Constituição.

Documento 236/326

| | | |
|--------------------------|----------------------------|------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-13:32 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Direito da oradora à vacinação contra o coronavírus tendo em vista à sua participação, na condição de médica, no front de combate à doença viral. Corroboração pela Parlamentar de sua imunização. Repúdio à manifestação do Senador Humberto Costa, denunciado por recebimento de propinas, a respeito da vacinação da oradora. Apoio à imunização do povo brasileiro contra a

Covid-19 e outras doenças virais.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, agradeço a palavra e desejo boa tarde a todos.

Sr. Presidente, que nos honra ao presidir neste momento a sessão, quero relatar que estou sendo envolvida por alguns Parlamentares, alguns defensores da Esquerda, no fato de eu ter tomado a vacina. Tomei-a sim. Sou médica atuante no *front* de combate ao coronavírus. Eu trabalho somente em hospital, não trabalho em clínica externa, particular. Então, tomei sim. Sou defensora da vacina. Faço parte da Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19. Não defendo somente a vacina da COVID-19, mas também todas as vacinas, a contra a hepatite, a contra a AIDS, quando houver, a contra o vírus HPV, a contra o sarampo, pois são importantes.

Hoje, por exemplo, eu recebi um *card* do Senador Humberto Costa, aquele que foi denunciado, em 2004, no caso dos vampiros da saúde e também foi denunciado pelo ex-Diretor da PETROBRAS, Paulo Roberto Costa, por ter recebido propina.

Eu quero dizer a vocês que não sigo uma seita, eu sigo o Presidente Jair Messias Bolsonaro. Eu sou defensora da vacina e respeito os adultos que não queiram tomá-la. Só não comungo com os adultos que não querem vacinar seus filhos. Por isso, o sarampo, até então erradicado no Brasil, voltou com força total e está levando a óbito muitas crianças.

Tomei a vacina sim, não escondi de ninguém, no Hospital Metropolitano, localizado em Serra, no Espírito Santo, onde trabalho há mais de 30 anos. Outra coisa: não tirei foto porque lá foi proibido foto de vacina.

Para qualquer esclarecimento, liguem para a Diretora Clínica do hospital, Dra. Lia, que ela vai confirmar minhas informações.

Então, Sr. Senador Humberto Costa, cuide da sua vida, que está bem manchada, que eu cuido da minha.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sumário

Indignação da oradora com a vinculação da retomada do auxílio emergencial à desvinculação de receitas orçamentárias das áreas de educação e saúde, preconizada no texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, estivemos hoje, junto com várias entidades da sociedade civil, com o Presidente do Senado Federal, para mostrar a nossa indignação - a de vários Parlamentares, de várias Parlamentares e de vários representantes do movimento sindical, das centrais, do movimento da educação, de representantes da saúde -, para dizer que é um verdadeiro absurdo o auxílio emergencial ser chantageado e garroteado desta forma.

Vem-me à mente sempre "a granada no bolso", vem-me à mente sempre o "passar a boiada", enquanto as atenções estão direcionadas para outros aspectos. Vem-me à mente o caráter absolutamente traiçoeiro da vinculação do auxílio emergencial, que é fundamental, para que possamos dar dignidade ao povo brasileiro. É preciso lembrar que faz 2 meses que o povo brasileiro que precisa não está recebendo o auxílio emergencial. Este Governo, que é muito generoso para com o sistema financeiro, que fica sempre preocupado em mandar bons recados e em oferecer corpos e direitos em sacrifício ao próprio mercado, cortou o auxílio emergencial, que representa a única renda para milhões de brasileiros e brasileiras. Então, o auxílio emergencial é uma prioridade deste País - e não nesse valor que está sendo pontuado, nem apenas nesse prazo que está dado -, mas o Governo, talvez até com a intenção de esconder ou de impedir uma discussão sobre a proposta de auxílio emergencial, que é insuficiente para atender os interesses desta Nação, tenta atrelar à PEC Emergencial, que tira os pisos constitucionais da saúde e da educação.

Saúde e educação são direitos subjetivos, direitos que são fundamentais para exercermos a dignidade humana. Por isso são constitucionais esses pisos.

O piso não existiu apenas duas vezes na história do nosso País: em regimes autoritários. Ali decaíram, de forma substancial, os recursos para a saúde e a educação, o que é a intenção do Presidente. Basta ver que a proposta de recursos para a educação é a menor dos últimos 10 anos. Ou seja, o que nós tínhamos para a educação em 2010 é maior do que o que temos hoje, do que o Governo quer colocar para a

educação, além do que inviabiliza a própria existência do FUNDEB.

Por isto nós fomos à Presidência do Senado e do Congresso, para dizer que é preciso desvincular as discussões, que é preciso tirar essa lógica que o Governo tem, de se ajoelhar para o mercado e de apedrejar o povo brasileiro. É preciso manter os pisos constitucionais e, ao mesmo, trabalhar nas prioridades que são as verdadeiras prioridades do povo brasileiro. Vacina...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 238/326

| | | |
|----------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-13:44 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Solidariedade ao povo brasileiro diante da tragédia provocada pela Covid-19. Postura irresponsável do Presidente da República com relação ao enfrentamento da doença. Prioridade na vacinação dos brasileiros contra o coronavírus, e na retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes. Necessidade da abertura de linhas de crédito para as pequenas e microempresas. Importância da sintonia da Casa com as prioridades e anseios da população brasileira. Participação do orador em reunião da bancada federal amazonense com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, para debate de medidas em prol das empresas fabricantes de bicicletas. Apresentação de projeto de decreto legislativo para sustação da resolução do Comitê Executivo da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, a respeito da redução do imposto incidente na importação de bicicletas.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, mais uma vez manifesto a minha solidariedade a todo o Brasil, a toda a população que sofre devido à pandemia do coronavírus e à irresponsabilidade e à incompetência do Governo Federal para garantir o atendimento e a vacinação da população. Esta é uma das prioridades, a vacinação, assim como é prioridade o auxílio emergencial, o auxílio para a população mais pobre. Nós vemos o crescimento do desemprego no País desde o ano passado, a redução na renda da população,

principalmente mais pobre, e é urgente o auxílio emergencial.

Também é urgente um auxílio às pequenas e microempresas. É necessário ajudar as empresas pequenas, as menores, as que têm mais dificuldade de ter acesso ao crédito, aos bancos, às burocracias. A prioridade é exatamente auxiliar o setor da economia que normalmente gera mais empregos, em termos proporcionais.

Então, isso é prioridade. É necessário, portanto, todo o esforço, inclusive deste Parlamento. Não é prioridade tratar da matéria que hoje está prevista na pauta, de mudar a Constituição Federal, de mudar a legislação para favorecer os Deputados envolvidos em crimes ou acusados de crimes. Nós temos que tratar daquilo de que a população efetivamente está precisando neste momento. A Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional precisa estar em sintonia com esses anseios, com essas prioridades.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que este é o foco que nós temos que trabalhar aqui: o de garantir o auxílio emergencial urgente e a vacinação; o de cobrar do Governo agilidade no processo de vacinação da população. Neste ritmo da vacinação, como está hoje, pode levar meses, talvez até o ano que vem, para toda a população efetivamente ser vacinada. Então, nós precisamos pressionar, cobrar, por todos os meios necessários, que a vacina chegue mais rapidamente, principalmente àquelas regiões de grande incidência de contaminação pelo coronavírus, nesta segunda onda. Já se fala na terceira onda. Lá no Amazonas abriram o comércio, e há aquela aglomeração geral. Então, os estudiosos já estão mostrando que aquilo já é o início das condições para que haja a terceira onda. Então, são necessárias ações efetivas para salvar vidas.

Eu quero terminar fazendo o registro de que ontem acompanhei a bancada do Amazonas numa reunião com o Ministro Paulo Guedes, no Ministério da Economia, para defender as empresas produtoras de bicicletas no Brasil e os empregos gerados por essas empresas - são mais de 300 em todo o Brasil. Em Manaus, na Zona Franca, há 5 empresas, que geram mais de 5 mil empregos diretos e indiretos. No Brasil, são 70 mil as empresas.

Só que estão ameaçados esses empregos, porque o Governo baixou, por intermédio da CAMEX - Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia, reduziu a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre bicicletas, o que favorece a importação de produto pronto, o que gera emprego em outros países e, é claro, desemprega no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM) - Vou concluir.

O Ministro disse que estava por fora do assunto, chamou a assessoria e disse que tem o prazo de 24 horas para analisar. O certo é que nós - alguns colegas Parlamentares e eu - já demos entrada a um projeto de decreto legislativo para tentar sustar essas medidas que prejudicam o Brasil, os empregos de que tanto precisamos neste momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 239/326

| | | |
|------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-13:48 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - MERLONG SOLANO-PT -PI | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Alcance do patamar de 250 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Postura irresponsável do Presidente da República com relação ao enfrentamento da doença. Atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade pela falta de vacinas para imunização do povo brasileiro. Necessidade de assunção, pela Câmara dos Deputados e pelo Congresso Nacional, do protagonismo na retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes. Necessidade de pressão do Parlamento brasileiro sobre o Governo Federal, para a aquisição de novas vacinas contra a Covid-19.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos completando 1 ano com a pandemia da COVID-19 e estamos chegando a 250 mil pessoas mortas no Brasil pela COVID. O Brasil, que responde por apenas 2,7% da população do mundo, tem 10% dos mortos por COVID. Isto mesmo: de cada 100 vítimas fatais da COVID-19 no mundo, 10 são brasileiras.

O Brasil bateu todos os recordes de irresponsabilidade em relação ao tratamento desta questão: a gripezinha, a promoção de aglomerações, a não utilização da máscara, a negação da vacina. O Brasil, que tem o Programa Nacional de Imunizações, que é referência para o mundo, que tem capacidade para imunizar mais de 1 milhão de pessoas por dia, realiza uma campanha de vacinação a conta-gotas, por falta de doses de vacinas.

Diante deste quadro, a Câmara Federal, o Congresso Nacional, mais

uma vez, tem que adotar a postura de protagonista que adotou no ano passado, quando votou medidas importantes que mitigaram uma crise que poderia ter sido muito maior do que foi e do que está sendo. Somos chamados, Sr. Presidente, colegas Deputados, a retomar, mais uma vez, o auxílio emergencial, para que milhares de famílias, milhões de pessoas, não enfrentem o drama de não saber o que vão comer durante esta pandemia, que está se agravando neste momento. Estados estão adotando medidas emergenciais, como o *lockdown*, como o toque de recolher. É o que está acontecendo agora aqui, por exemplo, no Estado do Piauí.

Além disso, a Câmara Federal, o Congresso Nacional precisa pressionar o Governo Federal no sentido de que ele utilize os 20 bilhões de reais que o Ministro Guedes disse que tem para a pandemia, para adquirir mais vacinas. São muitas as vacinas já em utilização pelo mundo. Não se justifica que o nosso Governo tenha adquirido, num momento inicial, apenas a vacina da AstraZeneca. Então, precisamos pressionar o Presidente Bolsonaro e o Ministro Guedes. Se o Governo Federal não quer assumir a responsabilidade pela compra de mais vacinas e pela assinatura de novos contratos, que libere os recursos para os Estados, para que possam fazê-lo. Com certeza, os Governadores não terão medo de assumir responsabilidades, de assinar contratos firmes com outros laboratórios que produzem vacinas, para que, assim, aumentando o número de doses, possamos acelerar o programa de vacinação e tirar o Brasil desta crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação desta Casa.

Documento 240/326

| | | |
|--------------------------|------------------------|------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-13:52 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | LÍDICE DA MATA-PSB -BA | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Avanço da epidemia de coronavírus no Estado da Bahia e na Região Nordeste. Imediata vacinação do povo brasileiro contra a doença virótica. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes. Necessidade de votação pela Casa do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, acerca das ações emergenciais destinadas ao setor de eventos em

decorrência da epidemia de coronavírus.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, infelizmente, temos que voltar a tratar hoje de um assunto de que muitos outros oradores já trataram: deste pico da pandemia no Brasil, em patamares nunca antes alcançados, infelizmente. Nós vivemos aqui na Bahia, em particular, mas também no Nordeste inteiro, uma situação muito grave, com toque de recolher decretado. Eu quero me solidarizar com o Governador e com a população baiana, por este momento de grande dificuldade.

É preciso que esta Casa se volte para a agenda do povo neste momento. Vacinação já, para todos! Vamos tirar esta incompetência do Ministério da Saúde, do Ministro das Relações Exteriores, esse "trapagão", do Ministro Paulo Guedes, cantado em verso e prosa por alguns como grande organizador da economia, que nada fazem para resolver este problema da vida do povo brasileiro.

A segunda questão essencial é a do auxílio emergencial, do auxílio para a sobrevivência das pessoas, do auxílio para as empresas. Ontem mesmo nós deveríamos ter votado o Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, do Deputado Felipe Carreras, sobre o socorro ao segmento dos produtores de eventos em nosso País, um segmento da economia duramente atingido pela pandemia, mas este Governo é inimigo da cultura e da economia criativa em nosso País.

Sr. Presidente, nós não podemos aceitar novas chantagens contra o povo, agora para discutir o auxílio emergencial. Aí vêm com essa história da desvinculação total do Orçamento. Isso é o cúmulo! Foram anos e anos de luta de segmentos importantes da população, para que nós conseguíssemos colocar como prioridade no Orçamento da União a educação e a saúde do Brasil, e é isso o que se está tentando agora reverter. É um retrocesso inadmissível. Auxílio já para o povo brasileiro! Não de 200 reais, mas de muito mais, para que ele possa sobreviver e movimentar a economia. Foi essencial, no ano passado, a decisão da Câmara dos Deputados sobre o auxílio emergencial, para que a economia do Brasil sobrevivesse.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sumário

Decretação de estado de calamidade pública em municipalidades acrianas, diante de alagamentos decorrentes das cheias. Colapso do sistema de saúde no Estado do Acre provocado pela epidemia de coronavírus. Improficuidade da visita do Presidente Jair Bolsonaro ao Estado, para verificação in loco dos efeitos de transbordamentos. Encaminhamento, ao Ministério da Saúde, de requerimento de indicação para vacinação em massa da população acriana.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou trabalhando remotamente hoje, aqui no Município de Cruzeiro do Sul, no interior do Estado do Acre.

Ao longo de toda esta semana e da semana anterior eu acompanhei a situação delicada das pessoas atingidas por alagamentos no nosso Estado. Já visitei os Municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e, agora, Cruzeiro do Sul.

O Brasil acompanha com muita atenção esta situação do Acre, em que há uma convergência de muitos problemas. Além dos 120 mil atingidos por alagamentos e de 10 Municípios já terem decretado estado de calamidade pública, hoje os casos de COVID-19 explodem no Estado. São muitos casos, são quase mil mortes aqui no Estado. As unidades de saúde que estão tratando da COVID-19 entraram em colapso, porque faltam leitos e UTIs, há casos de dengue e também uma crise migratória. Esta situação é dura e requer atenção do Estado do Acre, das Prefeituras e do Governo, além do apoio fundamental do Governo Federal.

Está hoje aqui no Estado o Presidente Jair Bolsonaro. Ele veio ver a situação de perto, mas, infelizmente, como é de praxe, o Presidente Bolsonaro se apresenta aqui como se estivesse no palanque eleitoral: promove aglomerações, não utiliza máscara e, pasmem, não convidou sequer os membros da sua base. Vieram dois aviões presidenciais, mas ele não convidou sequer os membros da sua base na Câmara dos Deputados, e simplesmente não trouxe grandes novidades. Havia a expectativa, diante da necessidade de priorização da vacinação em massa - e é o que eu tenho pedido desde o dia 10; já encaminhei indicação ao Ministério da Saúde, para que, diante desta situação do Acre, nós tenhamos a vacinação em massa -, de que o Presidente traria mais de 400 mil doses de vacina. O próprio Governador esperava por isso. Mas foram trazidas só 21 mil doses de vacina. Estamos preocupados com o que vai ser feito concretamente, porque as

pessoas estão sofrendo neste momento. Quais são as medidas?

O Presidente, numa entrevista coletiva no Aeroporto de Rio Branco,...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado, Deputado.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC) - Na terceira pergunta, sobre a situação, no STJ, do seu filho...

Queremos saber quais são as medidas concretas que o Governo vai adotar, por exemplo, para as populações ribeirinhas que perderam...

(O microfone é desligado.)

Documento 242/326

| | | |
|--------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-14:12 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | ALIEL MACHADO-PSB -PR | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Gravidade da crise sanitária reinante no País em decorrência da Covid-19. Ampliação do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no Estado do Paraná. Defasagem do quadro de profissionais da saúde, e insuficiência dos leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI em Ponta Grossa e no Estado. Repúdio à postura adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro no tocante ao enfrentamento da epidemia de coronavírus. Posicionamento do orador contrário à retomada das aulas presenciais. Necessidade de imunização do povo brasileiro contra a doença viral.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho falar deste momento gravíssimo, que infelizmente não sensibiliza todas as pessoas. É impressionante o descaso na condução do País.

Estive esta semana na entrega da ampliação do Hospital Universitário em Ponta Grossa, uma obra importante na área da saúde.

Ela está ajudando, neste momento crítico, no combate à COVID. É uma obra para os Campos Gerais e Ponta Grossa, que teve todo o empenho e a dedicação da equipe do Hospital Universitário, do Prof. Miguel e do Prof. Everson.

Destaco aqui o trabalho do Prof. Miguel e a parceria com a Deputada Mabel Canto, que fez um investimento para os equipamentos, uma porta importante. Na ocasião, eu pude conversar com o Secretário de Saúde do Paraná, que me relatou a gravidade da situação em todo o Estado. Eu recebo relatos de muitas pessoas procurando leitos de UTI, pessoas precisando de ajuda, pessoas que estão morrendo.

O vírus está em ascendência no País. Estão faltando equipes profissionais, porque elas estão saturadas; estão faltando UTIs para atender às pessoas no Paraná, em Ponta Grossa; e muitos estão preocupados apenas com dinheiro. Há que se preocupar, mas é função e obrigação do Estado, além de obrigação do Governo Federal, dar o suporte necessário, como está sendo feito no mundo, para amenizarmos esse momento, já que o melhor enfrentamento para esta pandemia ainda é dar condições às pessoas de poderem ter o distanciamento.

E o que o Governo prioriza aqui? As negociações que envolvem questões econômicas com outros interesses. Mas ele não está fazendo nenhum esforço para conceder o auxílio, atender as pessoas, dar suporte às empresas, e nós estamos sofrendo.

Eu repito aqui: as pessoas estão morrendo e não constam dos números oficiais. A situação está gravíssima, mas infelizmente o nosso povo está sofrendo muito porque não há um plano ativo de vacinação. É mentira sobre mentira. É discurso, falatório que não resolve o problema. São as prioridades invertidas, não cuidando neste momento tão importante daquilo que é essencial. É o topo de tudo, é a vida das pessoas.

Eu faço um apelo: nós não podemos ter o retorno das aulas e, sim, um plano de vacinação e cuidados, porque o momento é extremamente grave. Depois vamos ter acesso aos números oficiais.

Obrigado, Presidente.

Documento 243/326

| | | |
|--------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-14:20 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | CORONEL TADEU-PSL -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Ineficácia da suspensão das atividades comerciais entre as 23h e 5h em São Paulo, determinada pelo Governador João Doria, para contenção do avanço da epidemia de coronavírus.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste País é difícil combater uma pandemia quando temos políticos que jogam contra a cura da doença que causa essa própria pandemia. É muito difícil para o Governo Federal puxar uma locomotiva quando temos Governadores que tentam segurar os vagões nesta luta que estamos travando desde março do ano passado. Não é fácil. Eu me refiro ao Governador João Doria.

Já foi anunciado pela imprensa que ele, mais uma vez, vai fechar, cientificamente, a cidade e o Estado de São Paulo das 23 horas às 5 horas. Ele deve ter feito um estudo e descoberto que o coronavírus é boêmio, atua no período noturno, tem provavelmente uma vida de felino, usa a noite para fazer o seu trabalho.

Eu fico me perguntando que ciência é essa desse ser iluminado que governa São Paulo. De onde ele tira dados para poder fechar bares, restaurantes e suspender toda a atividade noturna da maior cidade de São Paulo? Empresários hoje estão desesperados para pagar os seus boletos. Mas os ônibus continuam lotados. O metrô na Praça da Sé, de segunda a sábado, é pior do que um Fla x Flu, é pior do que um Corinthians x Palmeiras no estádio do Morumbi.

Disso ele não cuida. Isso ele não olha. Ali não existe ciência. Talvez porque sejam pobres, pessoas simples, que não merecem o respeito do Governador João Doria, porque ele realmente não o dá.

O que dizer dos *shoppings*? Estão abertos? Há *shoppings centers* em São Paulo em que, por mês, adentram 2 milhões de pessoas, mas as feiras, os congressos, isso ele não libera. Por quê? Porque gera negócio. Isso vai atrapalhar os negócios dele, e ele não quer isso.

Ele domina com mão de ferro a vida de muitos trabalhadores, mas eu tenho certeza de que o Governo Bolsonaro vai salvar o Estado de São Paulo. Se Deus quiser, o povo paulista vai tirar do poder esse sujeito no ano que vem nas urnas.

Obrigado, Sr. Presidente.

5.2021.B Sessão Outro Evento 24/02/2021-14:24

Publ.: DCD - 2/25/2021 - ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Imediata retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados, aqueles que nos acompanham pela *TV Câmara*, temos uma coisa urgente a fazer. Não adianta ficarmos com enrolação. É sim ou não. Trata-se de algo que é uma urgência nacional e pode ajudar muitas pessoas e muitas famílias a enfrentarem este momento extremamente difícil. Não adianta ficar colocando outras coisas no meio para dificultar. Temos que dizer em alto e bom som se queremos ou não aprovar o auxílio emergencial. Temos que votar logo a matéria. É para ontem a necessidade do auxílio. Pessoas estão passando dificuldades, estão nas ruas pedindo, tentando algum tipo de trabalho, estão se socorrendo dos vizinhos, dos amigos e familiares, e nós aqui estamos discutindo outras coisas.

Se o Governo, se o Presidente quiser de fato estabelecer o auxílio, basta que encaminhe imediatamente a esta Casa uma proposta simples, objetiva, que indique o valor e o prazo de pagamento. Ponto, mais nada! É disso que nós precisamos para votar, é disso que o povo precisa.

O Governo procura ganhar tempo, fica enrolando, dizendo que não tem dinheiro, que tem que estudar. E ainda tem a capacidade, a coragem de dizer que, para aprovar o auxílio, teria que tirar dinheiro da educação ou da saúde. Vejam a contradição. Quem usa o serviço público de saúde, quem se vale da educação pública é justamente a camada mais pobre, a camada mais popular.

Quer tirar algo da camada mais pobre para sustentar esse auxílio, em vez de tirar de fato de quem tem, de quem pode, de quem ganhou muito dinheiro durante esta crise. Muita gente ficou ainda mais bilionária no ano passado, enquanto muitas pessoas estão sofrendo as dificuldades e as mazes do dia a dia. E as coisas estão aumentando.

Nós aprovamos no ano passado o auxílio de 600 reais, que depois foi prorrogado, numa situação não tão grave como esta, não tão grave em termos sanitários, em termos de saúde pública, não tão grave em

termos econômicos e não tão grave em termos sociais.

Portanto, não podemos mais esperar, não podemos mais adiar, não podemos mais postergar. O Governo não pode mais enrolar.

Auxílio emergencial já!

Documento 245/326

| | | |
|--------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-14:28 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Avanço da epidemia de coronavírus no País. Urgente retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise provocada pela Covid-19.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, eu quero reiterar a fala de alguns colegas que têm a mesma sensibilidade e compromisso com o povo brasileiro, têm compromisso com a saúde, com a segurança alimentar, com a qualidade de vida, com a dignidade do povo brasileiro.

Veja bem, continua havendo mais de mil mortes por dia. A pandemia avança para o interior, para a zona rural, e foi cortado o auxílio emergencial. Não é possível que voltem à normalidade as atividades econômicas. Quantas pessoas continuam sem renda porque não têm como trabalhar? O auxílio emergencial, como sugere o próprio nome, é urgente. Pessoas estão em situação de insegurança alimentar, não têm como honrar os seus compromissos.

Esta Casa tem que dar absoluta prioridade ao auxílio emergencial, exigir do Governo o auxílio de 600 reais. Na verdade, nós queríamos que equivalesse ao salário mínimo, que garante, de fato, dignidade para as famílias brasileiras. É urgente a retomada do auxílio emergencial, e sem chantagem, porque pode ser que queiram colocar no colo das pessoas que têm compromisso com a vida a responsabilidade por não se aceitar o estabelecimento de um auxílio miserável. O auxílio digno é de 600 reais. Não se pode fazer chantagem, dizer que o auxílio compromete o orçamento da saúde e o da educação, recursos que já foram conquistados, estão garantidos. Não se pode meter a mão nos direitos das trabalhadoras e dos

trabalhadores, sobretudo das trabalhadoras e dos trabalhadores do serviço público. Trata-se de conquista, de direito. Reajuste, recomposição, mesmo que se considere apenas a inflação, é uma conquista.

O auxílio emergencial é urgente! O Governo, além de ser irresponsável, inconsequente, é criminoso sim, após tantas mortes.

A vacina onde está? Enquanto não avançar a vacinação, não houver a universalização da vacina, não há como retomar as atividades normais. Se não são retomadas as atividades, as pessoas não têm renda. Se as pessoas não têm renda, não têm dignidade. Não têm dignidade se não tiverem renda.

O auxílio emergencial, portanto, serve para suprir algo e garantir minimamente a dignidade do povo brasileiro, porque não é possível ainda voltar às atividades normais. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Fazemos então um apelo às bancadas, às Lideranças, à base do Governo. A base do Governo precisa ter um mínimo de compromisso com a vida das pessoas, precisa ter compromisso com o Brasil, com o povo. Eles têm que ser os primeiros a pressionarem este Governo para que garanta isso aos brasileiros. Se recebeu o voto e está lá no poder, é para servir...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 246/326

| | | |
|--------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-14:40 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Necessidade de discussão, pela Casa, da retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes; de medidas em prol dos educadores brasileiros e da taxaço de grandes fortunas. Inadmissibilidade de vinculaço do pagamento do auxílio emergencial à desvinculaço de receitas orçamentárias das áreas de educaço e saúde,



preconizada na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Protesto contra a prioridade da Casa no debate da prisão do Deputado Daniel Silveira, em detrimento da apreciação de relevantes temas de interesse nacional. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós estamos em uma condição muito difícil no Brasil e deveríamos, como Câmara dos Deputados, estar tratando exclusivamente da prioridade, que é o auxílio emergencial de 600 reais, no mínimo, como também a garantia de melhores condições de trabalho, de educação e de vacina para os educadores e para toda a população brasileira.

Lamentavelmente, o Governo apresentou a PEC 186, e agora o Relator do Senado soma com a reforma administrativa para atacar de vez e fazer uma chantagem: tirar dos mais pobres para cumprir um arremedo de auxílio emergencial, desvinculando os recursos constitucionais da educação e da saúde, desobrigando investimentos.

Portanto, em vez de taxar os ricos, as grandes fortunas e cobrar de quem explora o Brasil, tiram dos mais pobres. Mas a Câmara não está debatendo isso, porque a Câmara está paralisada em torno da figura de Daniel Silveira, ou sabe-se lá o nome do Parlamentar que avilta a Constituição e ataca o povo brasileiro.

E há de plantão alguns agora que estão aqui no plenário ou por via *on-line* falando em defesa desse Parlamentar que ataca os Poderes, porque também estes atacam os Poderes e agora querem liberdade plena para isso. Ora, o que querem fazer com essas medidas, com a alteração e uma emenda constitucional colocada agora às pressas, se não liberar o Daniel Silveira e liberar o ataque à Constituição e o ataque aos Poderes?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a teoria da separação dos Poderes de Montesquieu já diz que a tendência do poder é o arbítrio, se ele não for controlado. Ora, nós devemos constituir controle, sim, sobre o Poder Judiciário, sobre as ação e limites para o STF, mas quem limita a Câmara dos Deputados depois, se for aprovada essa PEC que está sendo aqui proposta? Ficaremos à mercê de um Conselho de Ética que, nas questões relacionadas às mulheres, não aceitou uma só denúncia de nem uma Parlamentar, de nenhum partido? E nas demais questões referentes à Constituição também não protegeu a Constituição em nenhum momento.

Sr. Presidente, não queremos ser reféns, dentro da Câmara dos Deputados, de maiorias eventuais. O ataque hoje que está sendo feito por meio dessa emenda constitucional, como está proposta, que joga exclusivamente para o Conselho de Ética o controle das questões da defesa da Constituição e dos que atacam a Constituição, não pode ser aprovado. É a impunidade do tal Daniel Silveira e a impunidade da extrema Direita, que ataca a democracia todos os dias, que está neste plenário para atacar o Brasil.

Isso nós não aceitaremos e denunciaremos, porque é um arremedo, é contra a democracia. Aqueles que têm coragem de fazer isso deveriam ter vergonha neste momento.

Documento 247/326

| | | |
|-----------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-14:48 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Gravidade das crises sanitária e humanitária instaladas no Estado do Acre. Anúncio, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de liberação de recursos ao Estado para recuperação de danos provocados pelas enchentes. Apresentação pela oradora do Projeto de Lei nº 508, de 2021, acerca da instituição do auxílio emergencial extraordinário para as famílias acrianas em situação de vulnerabilidade.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o Acre vive uma quadra de tragédias que acontecem nas últimas semanas. A televisão tem mostrado. Eu tenho contado, nas minhas redes sociais, porque tenho ido pessoalmente levar solidariedade, cestas básicas, água mineral às famílias que estão desalojadas ou abandonadas dentro da água.

Nós temos lá uma crise humanitária, na fronteira, entre as cidades Iñapari, no Peru, e Assis Brasil, no Acre, onde centenas de haitianos ocupam a ponte. Já invadiram a cidade vizinha do Peru e depois foram devolvidos pelo governo peruano, inclusive debaixo de muito cassetete.

Isso está na responsabilidade do Governo do Estado e da Prefeitura, porque até uma semana atrás o Governo Federal não tinha feito a parte dele, que é assumir a sua responsabilidade.

Um segundo problema do País, Sr. Presidente, é uma emergência de dengue hemorrágica, que vive o Estado do Acre, onde há muitas mortes. Isso sem contar que, há algumas semanas, a COVID-19 já vem se agravando. Há quase 100% dos leitos ocupados.

E agora, infelizmente, para completar essa tragédia, ocorreu uma das maiores cheias da história do Estado do Acre, com os rios transbordando e desalojando em torno de 150 mil pessoas, em um Estado que tem menos de 800 mil habitantes.

Portanto, é uma verdadeira tragédia o que estamos vivendo. Eu tenho ficado muito mais tempo no Acre do que aqui nas sessões no nosso Parlamento.

E quero fazer um apelo, Sr. Presidente. O Presidente da República pousou hoje no Acre, ficou algumas horas e assumiu o compromisso de liberar um recurso extra, através de uma medida provisória, em torno de 400 milhões a 450 milhões de reais, para refazer a infraestrutura do Estado. É muito importante esse recurso, e é bem-vindo. Mas esse é um dinheiro que vai para a reconstrução de pontes, de estradas, de bueiros, para a reconstrução das escolas, dos postos de saúde. E a vida das pessoas, como fica?

No Acre, que tem menos de 800 mil habitantes, aproximadamente 330 mil pessoas receberam auxílio emergencial, e todos hoje continuam desempregados, sem ter como comprar um quilo de carne. E, então, essas pessoas, que demoraram 10 anos, 20 anos, 30 anos, para poderem construir suas vidas, viram, em questão de dias, a água levar tudo: o colchão, a televisãozinha que passaram meses e meses pagando, o guarda-roupa, o fogão, a geladeira, ficou tudo estragado, e sem falar naqueles que perderam completamente as suas casas porque a correnteza levou.

Como essas pessoas vão reconstruir suas vidas sem que o Estado brasileiro assuma esse compromisso?

Por isso, quero fazer um apelo aos colegas Parlamentares. Eu apresentei um projeto que garante um auxílio emergencial extraordinário, por 6 meses, para que aquela população atingida pelas cheias do rio, que perdeu tudo que tinha, pudesse ser socorrida agora pelo nosso Parlamento e pelo Governo Federal. Eu gostaria de pedir o apoio de todos os colegas deste Parlamento.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

5.2021.B Sessão Outro Evento 24/02/2021-14:56
Publ.: DCD - 2/25/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Apoio à retomada do auxílio emergencial e à vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, sobre a instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar esta oportunidade para manifestar minha posição pública e aberta pela vacina já, pelo auxílio emergencial já, e não pela PEC Emergencial já.

À PEC Emergencial, que retira salário e direitos dos servidores públicos deste País, não! À PEC, que desvincula recursos da saúde neste momento de colapso, de pandemia da COVID, não! À PEC Emergencial, que desvincula recursos da educação, que foi uma grande conquista obtida no ano passado com o Novo FUNDEB, não! Querem acabar com o Novo FUNDEB? Querem acabar com o SUS - Sistema Único de Saúde? Se não tivéssemos um Sistema Único neste País, nós estaríamos vivendo uma tragédia muito mais grave.

O que nós temos urgência e emergência de discutir é a pandemia, é o auxílio emergencial, mas não tirando recurso da saúde. Auxílio emergencial, sim, mas não tirando recursos da educação. Auxílio emergencial, sim, mas sendo retirado dos fundos constitucionais, dos lucros e dividendos, das grandes fortunas.

Portanto, o que temos é que mobilizar a sociedade brasileira, primeiro, para não deixar que seja votada a PEC, nesta quinta-feira, no Senado; segundo, construir um arcabouço jurídico para a vacinação já; e, na vacinação para todo o povo brasileiro, vacinação para os profissionais da educação.

Como as crianças vão voltar para a escola? Como vão ficar os nossos profissionais da educação? Nós estamos falando de mais de 40 milhões de brasileiros, entre estudantes e profissionais.

Vai aumentar a tragédia humana. Vai aumentar a barbárie de um Governo genocida, irresponsável e criminoso, que alimenta e prolifera o vírus neste País.

"Não" à PEC Emergencial! "Não" à desvinculação da saúde e da

educação! "Sim" ao auxílio emergencial! "Sim" à vacina já!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 249/326

| | | |
|------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-15:08 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - IVAN VALENTE-PSOL -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise provocada pelo coronavírus. Inadmissibilidade de vinculação do pagamento do benefício emergencial à desvinculação de receitas orçamentárias das áreas de educação e saúde, preconizada no bojo da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2021, a chamada PEC Emergencial, a respeito da instituição de mecanismos de ajuste fiscal.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a questão mais importante que nós temos que discutir no momento é o auxílio emergencial para o povo brasileiro.

Esse auxílio emergencial, evidentemente, não pode ser essa miséria de 250 reais. Nós sabemos o impacto que tiveram os 600 reais para a dinamização da economia, para a redução da pobreza e para a sustentação do povo durante a pandemia. Neste momento, nós temos que discutir isso, mas não em troca desta PEC Emergencial.

É um absurdo que o Governo esteja tentando simplesmente desvincular as verbas da saúde e da educação. Essa é uma luta histórica no nosso País. É a luta pela educação. Faltam mais verbas para a educação, e eles querem reduzi-las e deixar ao arbítrio de prefeitos, de governadores e do Governo Federal o investimento em educação. Este Governo trabalha contra a educação.

A mesma coisa acontece, na pandemia, com a saúde. Limitar, diminuir, reduzir verbas para a saúde é um atentado, é um genocídio. Nós não podemos acatar nem aceitar que isso seja desvinculado. Isso é criminoso. Nós somos radicalmente contra a desvinculação.

Para quem não conhece a história, sempre houve vinculação na educação no nosso País. Desde a Emenda Calmon, na Constituição

Federal, nas Constituições Estaduais, é assim mesmo. Nós sabemos que o FUNDEB hoje depende, evidentemente, dessa vinculação. Isso é um tapa na cara do FUNDEB, o que significa dizer que é um tapa na cara da Câmara dos Deputados, que aprovou, quase por unanimidade, o FUNDEB.

Na saúde, acontece a mesma coisa. Ao invés de o Governo cuidar de vacina, ao invés de o Governo cuidar da saúde da população, ele manda tomar cloroquina. Se não existisse o Sistema Único de Saúde, público e universal, não sei onde o Brasil estaria hoje. Nós já temos 250 mil mortos.

A PEC que quer desvincular educação e saúde tem que ser repudiada pela Câmara dos Deputados. Nós estaremos discutindo isso todos os dias. Nós não aceitamos a chantagem que é tratar do auxílio emergencial retirando dos pobres, ou seja, retirando da educação, da saúde e também do funcionalismo público. Nós temos que taxar as grandes heranças, fortunas, lucros e dividendos. Temos que fazer uma grande reforma tributária, taxando os mais ricos. É isso o que nós precisamos fazer aqui na Câmara dos Deputados.

Obrigado, Presidente.

Documento 250/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-15:12 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | ANDRÉ JANONES-AVANTE -MG | |
| CÂMARA | DOSBREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Protesto contra a votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, com vista ao resguardo de prerrogativas parlamentares, em detrimento da apreciação das propostas de retomada do auxílio emergencial e de vacinação contra a Covid-19, bem como de outros temas de relevante interesse nacional. Repúdio à proposta do Ministro da Economia, Paulo Guedes, de vinculação do pagamento do auxílio emergencial à desvinculação de recursos orçamentários das áreas de educação e saúde.

O SR. ANDRÉ JANONES (AVANTE - MG. Sem revisão do orador.) -
Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, hoje, eu utilizei este microfone mais de uma vez para fazer um apelo aos colegas Deputados, a fim de que possamos

conduzir esta Casa a uma aproximação com a sociedade. É preciso aproximar não só o Parlamento, não só os Deputados, não só os partidos políticos, mas também a sociedade.

Infelizmente, nós vemos que este Parlamento, a Câmara dos Deputados, continua caminhando no sentido exatamente oposto aos anseios da população brasileira.

No momento em que a população assiste a esta sessão, no momento em que milhões de pessoas acompanham esta sessão à espera de que nós nos pronunciemos acerca do auxílio emergencial, da vacinação e de outros temas relevantes, esta Casa se debruça sobre uma PEC que nada mais é do que o aumento da impunidade para a classe política no nosso País.

Eu quero aproveitar a oportunidade para repudiar - já que a Casa não faz isso, eu faço através do meu mandato, em que represento os mineiros e boa parcela da população brasileira - a tentativa do Ministro Paulo Guedes de vincular a concessão do auxílio emergencial ao fim do investimento mínimo na área da saúde e na área da educação.

O Ministro Paulo Guedes foi várias vezes muito desrespeitoso com o povo brasileiro. Chegou, inclusive, a chamá-lo de vagabundo, ao dizer que, se conceder mais auxílio, o povo não vai querer trabalhar, como se o auxílio emergencial fosse uma fortuna, como se desse para viajar para a Europa. Justo ele, que nunca trabalhou, que nunca teve uma carteira de trabalho, que não sabe o que é trabalho, desrespeitou diversas vezes o povo brasileiro. E agora vem com essa tentativa covarde de colocar o povo brasileiro como refém: *"Escolham saúde, com médicos para atendê-los; ou uma escola pública de qualidade; ou o auxílio emergencial. Escolher os dois não dá!"* Essa é a fala do Ministro Paulo Guedes.

Eu espero que esta Casa responda à altura. Na discussão que, ao que tudo indica, vai chegar ao Parlamento nos próximos dias, a fim de definir o valor do novo auxílio emergencial, eu espero que esta Casa possa protagonizar o debate, para não deixar os mais vulneráveis de fora. O Ministro Paulo Guedes está tentando fazer com que os beneficiários do Bolsa Família não sejam contemplados. Mais de uma vez, ele mostrou a sua fúria contra os mais pobres deste País. Agora, esta Casa precisa responder à altura, sendo protagonista, como ocorreu na concessão do primeiro auxílio emergencial, quando o Ministro Paulo Guedes queria pagar a miséria de 200 reais para o povo brasileiro e esta Casa foi a responsável por chegarmos ao valor de 600 reais.

Que nós possamos caminhar em consonância com os anseios do povo

brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 251/326

| | | |
|-------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-15:16 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - REGINALDO LOPES-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil. Falta de coordenação e planejamento do Governo Jair Bolsonaro na condução das ações de combate à doença viral. Apoio à vacinação em massa do povo brasileiro contra o coronavírus. Negligência do Governo Federal na celebração de acordos comerciais para a aquisição de vacinas. Defesa da criação de renda básica universal para o povo brasileiro. Solidariedade às populações atingidas por enchentes nos Estados do Acre e de Minas Gerais. Importância da implementação do Cartão de Pagamento da Defesa Civil, e da criação de seguro contra desastres naturais.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, povo que nos acompanha pela *TV Câmara*, eu quero manifestar minha solidariedade aos mais de 240 mil brasileiros e brasileiras que perderam a vida vítimas da COVID-19 e de um Governo ineficiente, incapaz e irresponsável, que não soube planejar e coordenar as ações de forma federativa.

Também quero aqui manifestar o nosso apoio total à jornada pela vacina já. É fundamental essa luta para garantir a todos e a todas o direito à vacinação. É uma vergonha o Governo não ter firmado os acordos comerciais no tempo correto. Perdemos, por exemplo, 70 milhões de doses de vacina da Pfizer. Além disso, 50 milhões de doses da Sputnik V foram adquiridas pelo Consórcio Nordeste e ainda não receberam o aval da ANVISA.

Essas vacinas e esses acordos comerciais são fundamentais para salvar vidas e para retomarmos a atividade econômica no País.

Quero dizer que concordo plenamente com a afirmação de que nós precisamos garantir ao povo brasileiro o direito à renda. Mais do que

garantir um auxílio financeiro, precisamos garantir uma renda básica universal ao povo brasileiro. O Estado brasileiro é responsável pelo pleno emprego. Se as políticas públicas, as políticas fiscais e as políticas monetárias não são capazes de garantir o pleno emprego, o povo brasileiro tem direito a parte do lucro, a parte da renda do PIB brasileiro, com direito à renda básica universal.

E por último eu quero manifestar aqui a minha total solidariedade ao povo mineiro e ao povo do Acre que foram vítimas das enchentes, as quais são mais um erro no planejamento urbano, na política de planejamento urbano.

Nós queremos aqui manifestar a nossa solidariedade ao povo do Acre, ao povo de Minas, ao povo da Zona da Mata mineira, o povo de Espera Feliz, de Carangola, de Orizânia, de Santa Maria de Itabira.

Precisamos de fato, Deputado Rogério Correia, garantir uma política de prevenção. E essa é uma atividade da Defesa Civil e do Ministério do Desenvolvimento Regional. São três ações importantíssimas: prevenção, reconstrução e auxílio.

Quanto ao auxílio emergencial, ou apoio emergencial às pessoas, melhor dizendo, é fundamental haver uma rapidez maior.

Presidente, em 2012 foi garantido um cartão da Defesa Civil que poderia dar às lideranças locais, aos Prefeitos, aos gestores, o acesso a uma ação emergencial para salvar vidas, mas ele não foi implementado até hoje.

Por último, nós temos que criar no Brasil um seguro contra os desastres naturais também do ponto de vista de indenizar as pessoas pelas perdas de seus bens móveis, eletrodomésticos. No entanto, estamos numa crise econômica, numa crise financeira. Há regiões que a cada 3 ou 4 anos são vítimas dessas enchentes e a população tem seus bens pessoais todos destruídos, sem nenhuma compensação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Conclua, Deputado.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Não é com o saque ao auxílio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que é só uma poupança, a poupança do trabalhador, que nós devemos garantir esse apoio ao nosso povo.

Então, fica aqui também este olhar e essa reivindicação.

Obrigado, Presidente.

| | | |
|--------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-15:20 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - CARLOS ZARATTINI-PT -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Agravamento do desemprego e do subemprego no País. Defesa da continuidade do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes. Inércia do Governo Jair Bolsonaro quanto ao encaminhamento, à Câmara dos Deputados, das propostas de recriação do benefício emergencial e de flexibilização do teto de gastos. Real motivo da demissão do Presidente da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e da anunciada privatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Queda do índice de popularidade do Presidente Jair Bolsonaro. Imediata retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias em situação de vulnerabilidade diante da epidemia de coronavírus.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu gostaria de tratar aqui, hoje, de um assunto que toma conta do País. As pessoas estão passando necessidade. São mais de 15 milhões de brasileiros desempregados. São mais outros 15 milhões de brasileiros que trabalham fazendo pequenos bicos para poder sobreviver. Essas pessoas todas e mais aqueles que vivem ganhando muito pouco estão precisando do auxílio emergencial.

O Sr. Paulo Guedes e o Sr. Bolsonaro ficam soltando balão de ensaio. Ficam dizendo por aí que vai voltar o auxílio emergencial. Mas cadê o projeto? Até agora não encaminharam absolutamente nada para a Câmara dos Deputados. Até agora não encaminharam nenhuma proposta de emenda constitucional com o objetivo de flexibilizar o teto de gastos, para que se possa fazer o auxílio emergencial, ou seja, esse é um Governo absolutamente paralisado, a não ser para fazer especulações na Bolsa de Valores.

Nada me tira da cabeça de que muito do que foi feito em relação à PETROBRAS, com a demissão do Presidente, ou ao envio desse projeto, dessa medida provisória para privatizar a ELETROBRAS tem a ver com especulação na Bolsa de Valores.

Imaginem só, depois da queda abrupta das ações da PETROBRAS, a

ação abrindo lá embaixo, no dia seguinte houve um aumento de 17%.

Quem comprou ação da PETROBRAS no dia de ontem, aliás, na segunda-feira, teve 17% de lucro - 17% de lucro.

Mas tratar de assunto emergencial, de auxílio emergencial, esse Governo não trata. Está preocupado só com os interesses dos especuladores, dos privatistas, daqueles que querem levar a riqueza do Brasil e a riqueza do povo brasileiro, que querem aumentar a exploração do trabalho em nosso País.

E é por isso que o povo, a cada dia que é perguntado, numa pesquisa de opinião, condena esse Governo, desaprova esse Governo. Não tenham dúvida: na hora que o povo superar essa pandemia - se um dia, e eu acho que vai haver um dia que vamos conseguir derrotá-la através da vacinação -, vai haver muita gente na rua, vai haver muita gente protestando, porque é uma situação insuportável.

Por isso, nós aqui estamos lutando e vamos continuar lutando.

Auxílio emergencial já! Seiscentos reais para quem precisa!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 253/326

| | | |
|-------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-15:24 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Relato da reunião de grupo de Deputados com o Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, para debate da vacinação de trabalhadores da educação contra a Covid-19; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da instituição de mecanismos de ajuste fiscal. Inadmissibilidade de vinculação do pagamento do auxílio emergencial à desvinculação de recursos orçamentários das áreas de educação e saúde, preconizada no texto da PEC Emergencial.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Presidente, obrigado.

Eu quero passar ao povo brasileiro, aos Deputados e Deputadas, o relato de uma reunião que tivemos hoje com o Presidente do Senado, o

Senador Rodrigo Pacheco, lá das nossas Minas Gerais, a quem agradeço por ter nos recebido, com vários Deputados e Deputadas Federais e também entidades vinculadas à saúde e à educação.

Nós tivemos dois pontos de pauta que tratamos com o Senador Rodrigo Pacheco. O primeiro diz respeito à vacina para o pessoal da educação, trabalhadores e trabalhadoras da educação. Não é possível falar em retorno às aulas se nós não resolvermos o problema da vacina de quem trabalha na escola. Isto ficou provado: quando se volta às aulas, sejam as escolas públicas, sejam as escolas particulares, logo em seguida fecham-se novamente as escolas porque os trabalhadores ficam com COVID-19 - a partir daí é preciso fazer o fechamento.

Então é necessário priorizar isto: para o retorno às aulas, que é fundamental, que tenham os professores, professoras e trabalhadores da educação a vacina. É preciso que o Governo Bolsonaro pare de jogar contra a vacina e que haja vacinação realmente para o povo brasileiro. E a parte da educação é fundamental.

O Segundo assunto foi a PEC Emergencial. Esta PEC Emergencial, do Paulo Guedes e Governo Bolsonaro, é um desastre! E o relatório que está lá, do Senador Marcio, é um absurdo ainda maior, porque ele vai simplesmente desvincular as receitas orçamentárias de educação e saúde. Imaginem: em plena pandemia, dizem que o auxílio emergencial de 250 ou 300 reais será feito à custa de se liquidar o SUS e a educação pública! Portanto, é um relatório sem pé nem cabeça.

A reunião que nós tivemos com o Senador Rodrigo Pacheco nos deu um alívio. Primeiro porque ele disse que é preciso haver um debate a partir de amanhã e não votar, de qualquer forma, um relatório desse tipo. Segundo, não é possível pensar, numa época dessas, em retirar recursos da educação e da saúde, desvinculando-os dos orçamentos públicos municipais, estaduais e da própria União. Como se faz custeio de educação e saúde sem previsão orçamentária anual? Só mesmo numa loucura, num País que está de cabeça para baixo para se pensar em algo desse jeito.

Então, nós saímos de lá animados com a perspectiva de que não vai haver um tratoração contra a educação e a saúde.

E termino, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: isso não significa que tenhamos que ficar em casa de braços cruzados.

Você que é da educação e da saúde pressione Deputados, Deputadas, Senadores, do ponto de vista democrático, para que eles estejam conosco e a PEC emergencial não seja votada, e, sim, seja votado o auxílio emergencial, para que o povo que passa fome possa, durante esta pandemia, em vez de ser vítima de genocídio, ter um alento do

Estado brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 254/326

| | | |
|-------------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-15:28 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Prioridade da Casa no debate da questão de Deputado denunciado e preso por agressões à Constituição Federal e à democracia, em detrimento da apreciação da proposta de retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes. Protesto contra a pretendida vinculação, pelo Governo Federal, do pagamento do benefício emergencial à desvinculação de recursos orçamentários das áreas de saúde e educação. Necessidade de debate, pela Casa, da retomada do auxílio emergencial e do processo de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares que nos acompanham na sessão, gostaria aqui de fazer coro com os demais Deputados que já se pronunciaram. Pensar um pouco em nosso País e olhar para trás, para a nossa história, me dá a impressão de que nós estamos vivendo na colônia brasileira.

Alguns historiadores já disseram que o Brasil é um país que iniciou de revestrés. Nós criamos aqui no Brasil o curso de medicina e de direito antes de criarmos salas para se alfabetizarem as crianças. Hoje, por exemplo, a Casa Parlamentar, a Casa do Povo, está até agora aguardando para avançar nas discussões, porque tem foco em um Deputado que agrediu o Estado brasileiro, rasgou a Constituição, agrediu o STF, fez com que o País inteiro ficasse alarmado com o papel de um Parlamentar que agrediu a democracia brasileira. Enquanto isso, o povo está passando fome. Nós estamos vendo que, depois que se tirou o auxílio emergencial, as pessoas não têm recursos para ir ao supermercado e comprar o básico para a sua alimentação.

Então, nós continuamos de revestrés, porque se para o País a fim de se preocupar com alguém que faz da tribuna e do plenário da Câmara dos Deputados um teatro. Eu ouvi quando o Deputado disse: "*Eu nunca ofendi nenhum Deputado individualmente. Eu preciso falar para o meu público*". Parece que cada um aqui tem por objetivo falar para o

seu público, fazer um teatro e se esquece das mazelas da nossa sociedade. Quase 250 mil pessoas perderam a vida. E aí vem o Governo, primeiro, pensar em tirar o próximo auxílio emergencial da saúde e da educação. Depois, nós aqui fazemos discussões infundas, porque está se pensando em mudar a Constituição para resguardar Deputados que agredem o Estado brasileiro, a democracia brasileira, a Constituição do Brasil.

Isso não é preciso ser discutido agora. Deputados que cumprem o seu papel, para o qual foram eleitos, não estão preocupados com isso. Se o Conselho de Ética errar, se a Justiça errar, vamos fazer com que a Justiça seja restituída. Parlamentar já tem direitos garantidos na Constituição. E assim continuaremos.

Precisamos de auxílio emergencial, precisamos que esse Governo pare de agredir a educação, a saúde e as políticas públicas. É por isso que nós estamos aqui. É para isso que fomos eleitos e eleitas.

Portanto, Sr. Presidente, fechando a minha fala de hoje, vamos continuar o nosso trabalho, olhando o nosso povo, olhando o que esta pandemia está fazendo e procurando, no dia de hoje, discutir a vacina para todos e o auxílio emergencial, que é fundamental para as pessoas continuarem sobrevivendo.

Muito obrigada.

Documento 255/326

| | | |
|---------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-15:36 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - EDUARDO BISMARCK-PDT -CE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 456, de 2021, sobre a instituição do auxílio emergencial complementar de 600 reais, nos termos especificados.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Deputado Gilberto.

Volto à tribuna na data de hoje para falar de um projeto de lei muito importante que apresentei e que trata de um assunto muito falado aqui nesta tarde: o auxílio emergencial.

Questiona-se muito o valor e a fonte de renda desse auxílio. Mas não

falamos muito de quem mais precisa, de quem mais depende dessa renda de 600 reais.

O valor proposto pelo Governo Federal é muito baixo, não dá para uma família sobreviver. A cesta básica mensal é muito maior, é mais que o dobro do valor que ouvimos falar na imprensa, de 200 reais.

A minha proposta, através do Projeto de Lei nº 456, de 2021 - senhores, peço atenção -, estabelece dois critérios para o auxílio de 600 reais. O primeiro critério é que a taxa de reprodução do vírus na localidade esteja superior a 1,0. Portanto, o indivíduo contamina mais de uma pessoa. E o segundo critério para o mesmo local é que, concomitantemente, o poder público tenha exarado decretos, atos administrativos, portanto, que estabeleçam controles, como diminuição do horário de funcionamento de comércios, restaurantes, bares, proibição de frequência em igrejas, templos, proibição de aulas presenciais. Tudo isso causa o quê, Srs. Deputados? Demissão. Tudo isso diminui a renda até do ambulante que vai à praia - praia lá do meu Ceará ou ao sinal - vender e ganhar o seu pão de cada dia. Portanto, nessas localidades onde houver a taxa de reprodução acima de 1,0 concomitantemente à necessidade de exararem atos administrativos é que se aplicará o auxílio emergencial de 600 reais durante o mês em que isso ocorrer por mais de 7 dias.

Senhores, eu sou amplamente a favor do auxílio emergencial de 600 reais a todos que necessitam enquanto não tivermos vacina para todos. Porém, precisamos reconhecer que, se não vamos conseguir aprovar o auxílio emergencial no formato e nos moldes que tínhamos em 2020, temos que aprovar urgentemente uma solução alternativa. O Brasil não pode mais esperar, com essa ausência de auxílio emergencial na conta de quem mais precisa, porque pessoas estão passando fome.

Vacina já para toda a população brasileira!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 256/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-15:36 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | GIOVANI CHERINI-PL -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Resultado da reunião da bancada federal do Estado do Rio Grande do Sul,

destinada ao debate da apresentação de emendas ao Orçamento Geral da União de 2021.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos aqui no plenário da Câmara trabalhando pelo Brasil e pelo nosso Rio Grande do Sul.

Ontem, Deputado Afonso Motta, trabalhamos mais de 2 horas em reunião da bancada gaúcha, que tenho o privilégio de coordenar, junto com três Senadores do Rio Grande e 31 Deputados Federais. Aprovamos algumas prioridades, mas o Rio Grande, ontem e hoje, se volta para Brasília. Há mais de 3 bilhões em pedidos de hospitais, de Prefeituras. Parece que o desespero está batendo.

E nós temos apenas 241 milhões para distribuir entre as prioridades do nosso Estado.

Então, depois de muitas discussões - tudo é prioridade -, nós da bancada gaúcha conseguimos fazer a destinação, no meio das prioridades, de 17 emendas. É como eu digo: se jogar o chapéu para cima, alguns vão ganhá-lo, outros vão ver o chapéu cair no chão.

A BR-116, no trecho de Porto Alegre a Pelotas, receberá mais recursos da bancada gaúcha. Também serão repassados recursos para a BR-116 Norte; para a BR-285, no trecho de São José dos Ausentes, para aquele trecho do Rio Grande do Sul que já está completo em Santa Catarina; para a Ponte Porto Xavier, que liga o Brasil à Argentina; para a estrada de Gramado, Município muito conhecido no Brasil e no mundo, a Santa Maria do Herval; para a Travessia de Santa Maria, uma obra muito importante, de 14 quilômetros, dentro da cidade de Santa Maria; para a finalização das obras de duplicação do Contorno de Pelotas, no trajeto que vai de Porto Alegre até Rio Grande.

Também foi criada outra rubrica das vacinas para o Rio Grande do Sul. Ainda serão destinados recursos para máquinas agrícolas, pois as Prefeituras clamam por patrola, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator de esteira.

Para a segurança pública, a bancada gaúcha disponibilizou recursos para a aquisição de muitos veículos para a Polícia Civil e para a Brigada Militar.

Para a área da saúde, nós deveremos destinar recursos para hospitais, para Prefeituras, conforme indicação dos Deputados no dia de hoje.

Devemos, também, destinar recursos para o Contorno de Ijuí, para a obra na BR- 285, que é importantíssima na região; para institutos

federais, que prestam grande trabalho no nosso Estado; para a área da infraestrutura turística, que foi o setor mais prejudicado pela pandemia, lembrado pela bancada gaúcha.

Destaco, ainda, que há três emendas para serem indicadas por cada um dos Senadores do Estado.

Fizemos um trabalho, mais uma vez, árduo. O mais difícil neste mundo é liderar líderes, porque cada um é uma catedral; cada um sabe de suas prioridades, dos seus compromissos. E o nosso papel sempre foi fazer o máximo acontecer no nosso dia a dia.

Eu sou cooperativista e sempre digo que juntos nós somos fortes e unidos somos imbatíveis. A bancada gaúcha tem feito um trabalho muito forte neste sentido. Todos os Deputados, todos os Senadores recebem os elogios, os louros por todo esse trabalho, que é realmente árduo, difícil. Recebemos todos o ano inteiro, vamos elencando os pedidos e chegamos ao final da seguinte forma: de 3 bilhões, valor total dos pedidos, escolhemos a destinação de 241 milhões, que é o valor que cada bancada no Brasil recebe - de norte a sul do Brasil, todos recebem o mesmo valor: Rio Grande do Sul, São Paulo, qualquer Estado brasileiro.

Portanto, nos fizemos a nossa tarefa, finalizamos no dia de hoje. E repito: juntos nós somos fortes e unidos somos imbatíveis.

Muito obrigado.

Documento 257/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-15:52 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | ADRIANA VENTURA-NOVO -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Necessidade de realização das reformas tributária e administrativa. Pedido ao Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco, de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.485, de 2020, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, (Código Penal), e das Leis de nºs 8.666, de 1993, e 12.850, de 2013, para combate ao desvio de recursos destinados ao enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente do coronavírus. Pedido ao Presidente Arthur Lira de prioridade na votação das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 199, de 2019, e 333, de 2017, respectivamente, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência do Supremo Tribunal Federal e

do Superior Tribunal de Justiça (prisão de condenados em segunda instância); e sobre à alteração dos arts. 5º, 37, 96, 102, 105, 108 e 125 da Carta Magna, para extinção do foro especial por prerrogativa de função no caso dos crimes comuns, e da revogação do inciso X, art. 29, e do § 1º, art. 53, da Lei Maior.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sabe, Sr. Presidente, V.Exa. acertou quase em cheio, porque a minha mãe queria que eu me chamasse Daniela e o meu pai me registrou como Adriana. Eu acho que V.Exa. captou essa energia.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. PSC - SP) - A mãe de V.Exa. era uma mulher de bom gosto, tanto quanto o pai de V.Exa., que também era de bom gosto e colocou em V.Exa. o nome Adriana, e não Daniela. (*Risos.*)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu subo a esta tribuna, hoje, para falar deste ano de 2021, que é um ano tão esperado.

Este é um ano em que todos esperam que a pandemia passe, é um ano em que todos esperam que as reformas avancem, porque 2020 foi um ano em que, apesar de termos tido muito trabalho nesta Casa com as pautas da pandemia, em especial na Comissão Externa do Coronavírus, que foi muito bem conduzida pelo nosso Presidente, Deputado Luizinho, e pela nossa Relatora, Deputada Carmen Zanotto, apesar de nós termos nos encontrado muitas vezes por semana e termos feito muitas audiências, nós ficamos em compasso de espera: esperando a pandemia passar, esperando a vacina chegar - aliás, estamos esperando esta vacina chegar até hoje, não é mesmo?

E o fato que me causou um pouco de estranheza é que, neste ano, que tem que ser um ano de tanto trabalho pelo Brasil, talvez, nós tenhamos que colocar como prioridade alguns temas que foram esquecidos há muito tempo por esta Casa, não por causa da passagem do tempo, não por causa da pandemia, mas, na minha visão, por causa da falta de vontade política. E eu estou falando especificamente de temas relativos ao combate à corrupção.

Nós falamos muito que o País precisa de reformas, e realmente precisa: precisa de reforma administrativa, precisa de reforma tributária, precisamos discutir aqui supersalários e extrateto. Existe muito assunto relevante ser discutido e votado, disso ninguém tem dúvida.

Mas me causa muita estranheza que, na pauta de prioridades, em que

35 prioridades foram elencadas, não constem a PEC 199, que trata da prisão após condenação em segunda instância, e a PEC 333, que trata do fim do foro privilegiado, porque isso mostra, na verdade, que há um pouco caso com essas pautas.

E isso eu falo de uma maneira que me impacta muito negativamente. Por quê? Porque eu sou autora, juntamente com vários Parlamentares, de vários partidos diferentes, de um projeto de lei que duplicava as penas dos crimes de corrupção durante a pandemia. E o que nós vimos? Vimos que, apesar dos esforços e de esta Casa tê-lo aprovado, ele parou no Senado e lá ficou.

Então, o que nós mais vimos e percebemos no ano passado é que, na pandemia, todo mundo meteu a mão, desviou bilhões, e nada foi feito - nada foi feito! Esta Casa e o Congresso Nacional precisam dar resposta para isso.

Então, Sr. Presidente, finalizando a minha fala, o que eu gostaria de pedir ao Presidente do Senado, o Senador Pacheco, é que coloque em pauta no Senado o Projeto de Lei nº 1.485, de 2020, que duplica as penas contra crimes de corrupção, porque nós precisamos dar uma resposta para a sociedade acerca de todo o desvio de dinheiro que foi feito. Precisamos avançar, e a pauta de combate à corrupção foi pauta de campanha de muitos aqui. Então, nós, realmente, precisamos dar esta resposta.

E há outro ponto que eu gostaria de lembrar e para o qual eu queria pedir atenção: foi entregue ao Presidente da Casa, Arthur Lira, uma carta-compromisso da Frente Parlamentar Mista Ética contra a Corrupção em que nós pedimos que seja dada absoluta prioridade à PEC 199/19, que trata da prisão após condenação em segunda instância, e à PEC 333/17, que propõe o fim do foro privilegiado, que aguarda há 700 dias para ser votada.

Sr. Presidente, eu espero que possamos avançar nestas pautas.

Muito obrigada.

Documento 258/326

| | | |
|---------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-16:00 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - DANIEL ALMEIDA-PCDOB -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Alcance do patamar de 250 mil mortes e de 10 milhões de contaminados pelo coronavírus no País. Defesa de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19. Inadmissibilidade de vinculação da retomada do benefício pecuniário à desvinculação de receitas orçamentárias dos setores de saúde e educação.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA. Sem revisão do orador.) - Meu querido Deputado Gilberto, é um prazer falar com V.Exa. na Presidência para, mais uma vez, abordar o tema auxílio emergencial.

Na verdade, o Bolsonaro nunca quis conceder esse auxílio emergencial. Em todos os momentos, ele tentou sabotar e foi forçado a mandar uma medida a esta Casa propondo 200 reais por 3 meses. Esta Casa se levantou, aprovou os 600 reais e garantiu que esse recurso fosse acessado por um tempo maior. Quando venceu esse tempo, ele reduziu para 300 reais, cortou o valor pela metade.

Muita gente ficou sem esse auxílio, que foi exatamente o instrumento principal para socorrer as pessoas que ficaram sem atividade econômica e para manter, minimamente, a economia funcionando, impactando nos negócios, no poder público e na arrecadação dos Estados, dos Municípios e da União.

Vencida essa etapa, ele agora tenta dizer que quer uma nova modalidade de auxílio emergencial, com um valor menor: 250 reais.

Queremos que exista o auxílio emergencial, pois esse auxílio é uma necessidade. A pandemia não se encerrou por culpa fundamentalmente do Presidente da República. É uma bagunça esse problema da vacinação e a negligência criminosa do Presidente da República no enfrentamento à pandemia.

Estamos hoje alcançando 250 mil mortes e mais de 10 milhões contaminados. A pandemia está no topo. Muitos Estados estão com o sistema de saúde entrando em colapso. Portanto, é necessária esta medida, o auxílio emergencial.

Ele quer agora vincular isso a recursos da saúde e da educação, quer fazer a desvinculação da receita. O povo brasileiro sabe que todos os Estados, Municípios e a União têm a obrigação de gastar um percentual para a saúde e educação, que é muito pouco e necessário. Nós precisamos ampliar esse recurso. E ele quer desvincular esses recursos. Tirar daí? Não é possível!

Então, a sociedade precisa fazer toda pressão. E nós estamos aqui para cobrar que haja o auxílio emergencial de 600 reais por um tempo

maior, e não por 3 ou 4 meses, como quer o Governo.

Infelizmente, por negligência deste Governo, a pandemia está instalada. Não tem vacina, lamentavelmente, que dê a possibilidade de termos a imunização de expressivo percentual da população brasileira nos próximos meses.

Portanto, deixo a cobrança para que seja feita a institucionalização do auxílio emergencial e ele depois se transforme em uma renda básica. E nada de desvinculação de receita, porque precisamos de mais recursos para a saúde e para a educação e não de cortes.

Documento 259/326

| | | |
|---------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-16:04 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - ALEXIS FONTEYNE-NOVO -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Defesa da realização de ampla reforma tributária. Necessidade de redução do Custo Brasil. Pedido aos Deputados de apoio à criação de frente parlamentar por um Brasil competitivo.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP. Sem revisão do orador.) -
Presidente Gilberto Nascimento, muito obrigado pelo tempo.

Eu gostaria de fazer uma reflexão sobre a importância desse auxílio emergencial, dos recursos para a saúde e das ações que o Governo tem que fazer para o combate à pandemia; mas para isso precisamos de recursos, e os recursos são escassos. E o Governo tenta também de alguma forma aliviar a tributação em cima dos combustíveis e tenta apaziguar os movimentos que se dizem grevistas, mas quando colocamos todos esses elementos percebemos que não podemos ficar resolvendo pelo atacado. Não podemos fazer mais puxadinhos no Brasil, a importância de uma reforma tributária é ampla, porque os tributos - do jeito como estão - estão indo no sentido contrário à geração de riqueza.

As empresas brasileiras sofrem. Quando o Governo vai para cima para pedir mais recursos, mais impostos, seja das empresas, seja dos cidadãos brasileiros, e como vem frequentemente dando a ideia de que vai precisar de mais recursos, no fundo, ele está inibindo a atividade econômica.

Há um desequilíbrio muito grande da carga tributária brasileira. Precisamos ter um sistema tributário brasileiro na mesma frequência dos melhores sistemas tributários do mundo.

O nosso sistema brasileiro gera custo - o famoso Custo Brasil.

Inclusive, Presidente, estou pedindo assinaturas para a frente parlamentar por um Brasil competitivo, para podermos mexer diretamente no Custo Brasil, custo esse que tira muito da competitividade das empresas brasileiras. Quem paga essa conta? O cidadão brasileiro, que paga mais caro por bens e serviços, e as empresas brasileiras que têm pouca competitividade com o resto do mundo.

Veja que tudo isso faz parte de uma visão muito sistêmica, ampla, e que nós temos que perseguir para poder transformar o Brasil num país muito mais competitivo; para conseguir simplificar o sistema tributário, toda a burocracia precisa ser mais acessível. Assim, geraremos riqueza, riqueza necessária para poder dar esse auxílio àqueles que têm tantas dificuldades e para poder aliviar as empresas, para que elas possam gerar muito mais emprego.

É com geração de emprego - e não apenas com distribuição de riqueza - que vamos conseguir resolver o problema do Brasil de forma sustentável. A simples distribuição de riquezas não resolve o problema; temos de atacar a causa, e não só a consequência desses grandes problemas do Brasil, que é a desigualdade social que se apresenta.

Peço a divulgação deste discurso no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 260/326

| | | |
|---------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-16:16 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Subfinanciamento da saúde pública no País. Contrariedade à desvinculação de receitas orçamentárias da saúde e educação para custeio do auxílio emergencial. Aplausos à Casa pela rejeição do dispositivo a respeito da mercantilização de vacinas, constante no bojo da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, acerca das medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação,

comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de imunização, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19. Descontentamento com a decisão do Superior Tribunal de Justiça, favorável ao Senador Flávio Bolsonaro em processo sobre o envolvimento do Parlamentar no esquema das chamadas rachadinhas. Apresentação de projeto de decreto legislativo para sustação dos efeitos do decreto presidencial relativo à aposentadoria dos servidores públicos federais.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Infelizmente ainda há pessoas, como o Deputado que me antecedeu, que fazem de conta que desconhecem o grave subfinanciamento da saúde no nosso País.

Mais de 90% do tratamento de câncer, radioterapia, quimioterapia, cirurgia oncológica, mais de 90% das cirurgias cardíacas, 95% dos transplantes, 97% da hemodiálise e 99% dos medicamentos de alto custo neste País são pagos com recursos do SUS. Ainda vem um colega Parlamentar dizer que o problema da saúde não é dinheiro, é gestão! "Me poupe!" Realmente fica difícil! E aí tentam fazer essa justificativa para tirar dinheiro da saúde, para pagar auxílio emergencial. Querem desvincular os recursos da saúde e da educação.

Gente, se não tivéssemos a vinculação constitucional na saúde e na educação, nós estaríamos vivendo a barbárie neste País, nós estaríamos vivendo uma situação de completo descalabro. Só não é pior o quadro na saúde e na educação porque nós temos vinculação, que gera a obrigação para os Estados, os Municípios e a União gastarem um mínimo estabelecido na Constituição.

Eu ainda confio nos nossos colegas Parlamentares, que não permitirão esse absurdo, que não deixarão passar a desvinculação constitucional na saúde e na educação.

Quero aproveitar para comemorar a grande vitória de ontem. Pode parecer pequena, mas nós não permitimos transformar a vida, a saúde da população brasileira, em mercadoria. Nós não permitimos ontem que a vacina contra a COVID fosse fonte de lucro do setor privado.

Quero agradecer ao nosso Relator, o nosso colega Pedro Westphalen, e a todos aqueles que ajudaram a retirar daquele projeto, daquela MP a possibilidade de vender a vida dos brasileiros, de destruir a universalização do sistema de saúde. Isso foi muito importante, Sr. Presidente.

Infelizmente nem tudo são vitórias. Ontem o STJ acabou, passou uma borracha nos crimes do Senador Flávio Bolsonaro, aquele que implantou durante anos a rachadinha que aprendeu com seu pai, que fez escola. Seu pai aqui na Câmara fazia rachadinha, roubando dinheiro dos assessores, e Flávio Bolsonaro o fez no Rio de Janeiro. E o STJ passou uma borracha, apagou todos os crimes, todo o patrimônio adquirido sem comprovação de arrecadação. Infelizmente, estamos vivendo esse cenário.

E, por fim, Sr. Presidente, não posso deixar de manifestar aqui a nossa indignação contra o decreto presidencial que destrói a Previdência dos servidores federais. Apresentei um projeto, um PDL, para que possamos revogá-lo e peço seu apoio e de todos os colegas, porque é direito dos servidores federais terem aposentadoria. Nós aprovamos aqui as leis que regem essa aposentadoria.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento. PSC - SP) - Conclua, Deputado.

O SR. JORGE SOLLÁ (PT - BA) - Não podemos permitir que o Presidente apague toda a legislação estabelecida.

Muito obrigado.

Documento 261/326

| | | |
|--------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-16:24 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - SILVIA CRISTINA-PDT -RO | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Redução dos exames preventivos do câncer de mama e outros, diante da epidemia de coronavírus. Apelo ao Ministério da Saúde de celeridade na imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Regozijo com a anunciada inauguração do Centro de Prevenção e Diagnóstico de Câncer do Estado de Rondônia.

A SRA. SILVIA CRISTINA (PDT - RO. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Presidente.

É um prazer fazer uso desta tribuna pela primeira vez.

Utilizo a tribuna para falar de uma grande problemática que nós estamos vivendo no Brasil: a pandemia, que nos surpreendeu, também



faz com que tenhamos grandes medos, mas também responsabilidades.

A prevenção do câncer no nosso Brasil tem que ser levada a sério a partir de agora. As pessoas deixaram de fazer a sua prevenção. Só para se ter uma ideia - todos sabem do meu amor, do meu carinho e da defesa que faço nesta Casa contra o câncer -, no Estado de Rondônia, na região central, onde se faziam em média mais de 20 mil exames preventivos de câncer de mama, em 2020, foram feitos apenas 5.909 exames na região central. Olha a diferença! Isso foi o que a pandemia ocasionou. Quantas mulheres serão surpreendidas com o câncer avançado, porque não tiveram a coragem, e nós tivemos realmente a problemática com a pandemia!

Nós precisamos avançar. A vacina chegou? Chegou. Mas não chegou para todo mundo ainda. E nós temos urgência. Estamos fazendo a nossa parte aqui. Mas também queremos a resposta do Ministério da Saúde, porque, infelizmente, ainda não caminha da maneira que nós gostaríamos.

Quando o projeto veio para esta Casa para que nós, Deputados, o aprovássemos, sua aprovação foi feita a toque de caixa. Mas, e o resultado para que essa vacina não chegasse para poucos? Ela precisa chegar de maneira urgente para todos, porque o que mais nos preocupa não é o período da pandemia, é o pós-pandemia, são as doenças que virão, as cirurgias que deixaram de ser feitas e as doenças agravantes virão a partir de agora.

Lá em Rondônia, nós estamos avançando. Eu tenho o prazer, Presidente, de dizer que, daqui a 2 meses, nós vamos concluir uma obra importante para toda a Região Norte: o primeiro Centro de Prevenção e Diagnóstico de Câncer, fruto da minha emenda parlamentar. Mas o quanto nós vamos precisar caminhar a passos largos para poder dar dignidade, saúde e vida para tantas pessoas que serão acometidas por essa doença que, nós sabemos, continua matando?

A pandemia vai passar. Que pena que nós perdemos tantas pessoas! Eu lamento. Perdi muitas pessoas no Estado de Rondônia e no Brasil, que nós também conhecemos - não é, meu querido Afonso? Mas nós precisamos avançar, porque, infelizmente, esta Casa fez a sua parte. Mas nós precisamos que o Ministério da Saúde também cumpra com a sua e que essa vacina - não vamos falar em fabricantes - chegue a todo o povo brasileiro, porque senão o pós-pandemia, que é o que nós tememos, será cruel.

Então, quero avisar a todo o povo de Rondônia, a todo o povo do nosso Nortão, que, muito em breve, daqui a 2 meses, nós vamos

finalizar essa obra - mais um tempinho para que possamos equipá-la -, porque nós queremos salvar vidas. É para isso que nós estamos aqui.

Muito obrigada.

Documento 262/326

| | | |
|-----------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-16:28 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - JESUS SÉRGIO-PDT -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Gravidade das crises sanitária e humanitária instaladas no Estado do Acre. Pedido ao Ministério da Saúde de vacinação do povo acreano contra a Covid-19. Apelo ao Presidente da República de destinação de recursos ao Estado para reconstrução das cidades atingidas por enchentes.

O SR. JESUS SÉRGIO (PDT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas, o Acre, vizinho da nossa amiga Silvia Cristina, de Rondônia, está passando por um momento muito difícil.

Muitos têm acompanhado que o Acre passa por um momento muito difícil com a pandemia da COVID, mas também há a epidemia de dengue, a crise migratória dos haitianos que vieram trabalhar no Brasil e que agora não conseguem entrar no Peru, e a crise mais grave que vocês têm acompanhado são as enchentes que assolam dez Municípios do Estado do Acre. São mais de 130 mil as pessoas que estão desabrigadas e precisam da ajuda do povo brasileiro.

Venho aqui, Sr. Presidente, pedir um olhar ao Ministro da Saúde, que foi aquilo que a Deputada Silvia Cristina colocava. A pandemia veio no início de janeiro. No Amazonas, morreram muitas pessoas. Veio para Rondônia, e também morreram muitas pessoas. Hoje o Estado do Acre, com toda essa crise, está passando por esse momento e precisa urgentemente da vacina. Precisamos que o povo do Acre também seja todo ele vacinado.

Então venho aqui pedir ao Ministro da Saúde e ao nosso Presidente que tenham esse olhar pela Amazônia como um todo, mas que tenham esse olhar pelo Estado do Acre, que mandem vacinar todo o povo do Acre, para que possamos sair dessa crise que estamos enfrentando.

Sr. Presidente, na história do Acre, nunca tivemos uma enchente tão grande. Todos os rios estão hoje cheios, alagados. Essa água que está

no Acre vai passar para o Amazonas. Logo, logo, muitos Municípios também do Amazonas estarão em estado de calamidade.

Essa calamidade afetou o nosso Estado. A maioria das pessoas que sofreram com as enchentes perderam tudo, perderam seus pertences, bens móveis que estavam em suas casas, tiveram que sair de suas casas e perderam os seus móveis.

Precisamos de recursos do Governo Federal, não só para este momento, para o custeio, mas também, pós-alagação, para reconstruirmos essas cidades que foram afetadas pelas alagações.

Então, Sr. Presidente, peço que o povo brasileiro tenha misericórdia, tenha compaixão do povo do Acre, que está sofrendo. Para quem puder fazer doação, o povo está precisando de alimentos, mas também de colchões.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 263/326

| | | |
|---------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-16:36 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - ANGELA AMIN-PP -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Transcurso do Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil. Participação em lives da Frente Parlamentar da Primeira Infância e da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, destinadas ao debate da retomada das aulas presenciais. Defesa de inclusão de educadores nos grupos prioritários de vacinação contra a Covid-19. Solicitação aos Deputados de assinatura do requerimento de criação da Frente Parlamentar Mista da Educação Digital.

A SRA. ANGELA AMIN (PP - SC. Sem revisão da oradora.) - Gostaria de agradecer mais uma vez, Deputado, pela homenagem ao nosso Estado.

Eu subo à tribuna na tarde de hoje, primeiro, para lembrar que em 1934 as mulheres tiveram a garantia, através da nossa Constituição, ao voto. No dia 24 de fevereiro, nós festejamos essa conquista, que ainda tem muito a avançar na efetiva participação da mulher no processo político, mas foi uma vitória. Eu entendo que realmente nós podemos, a cada dia que passa, aperfeiçoar isso.



Eu gostaria de fazer também aqui outro registro. Eu participei de duas *lives* hoje, uma da Frente Parlamentar da Primeira Infância, da qual eu faço parte, e outra, liderada pela Assembleia Legislativa do nosso Estado de Santa Catarina, sobre o retorno às aulas e o retorno às aulas com segurança.

Houve um debate muito rico nas duas *lives* de que eu participei, em que profissionais de diversas áreas colocaram a importância do retorno às aulas das nossas crianças, dos nossos jovens, e com segurança.

A preocupação no meio de todo esse processo é que os profissionais da área da educação também possam entrar na linha de prioridade da vacinação no País. Nós sabemos da dificuldade que tem o Governo brasileiro, o Ministério da Saúde, na aquisição das vacinas, e não é uma questão localizada do Brasil. A situação nacional e internacional nós estamos vivendo, acompanhando e avaliando.

Só para termos uma ideia, a Inglaterra hoje colocou a dificuldade de seguir o cronograma programado para a vacinação naquele País exatamente por não conseguir comprar as vacinas no ritmo que se faz necessário. E essa preocupação nós temos. Quem já teve COVID defende isso ainda mais, que é o meu caso. Eu sei o quanto sofri para me recuperar.

Os profissionais da área da educação têm um papel fundamental na busca da segurança para atender as nossas crianças. O desafio desse profissional é receber essas crianças nas unidades escolares, preparar as unidades escolares, preparar-se para trabalhar de forma multissetorial, multidisciplinar com essa criança.

Gostaria de colocar ainda que já estamos buscando assinaturas para a instalação da Frente Parlamentar para a educação digital. Este momento da pandemia mostrou o quanto é importante fazer com que o nosso aluno, o nosso profissional da área da educação tenha o preparo necessário para a utilização da tecnologia que está à nossa disposição, não para substituir o profissional da área de educação, mas para que venha a ser um método, um meio de levar a nossas crianças mais capacidade de pesquisa e de conhecimento e de fazer com que, num momento como este que vivenciamos, nós não tenhamos o prejuízo que a nossa juventude, a nossa infância teve, exatamente por não termos nem o profissional, nem os ambientes preparados para o enfrentamento desse problema na área educacional. Foi isso que vivenciamos durante 1 ano.

Então, eu gostaria de anunciar aqui a importância dessa frente e da colaboração dos colegas. É uma frente parlamentar mista, ou seja, tem o envolvimento das duas Casas do Congresso, para que nós possamos avançar e garantir as condições necessárias para o

enfrentamento desse problema.

Muito obrigada, Deputado. Mais uma vez, gostaria de agradecer por esta oportunidade.

Documento 264/326

| | | |
|---------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-16:40 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Gravidade da crise de valores instalada no País. Protesto contra a votação pela Casa, ao arrepio do Regimento Interno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, relativa à alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, com vista ao resguardo de prerrogativas parlamentares.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.)
- Obrigada, Sr. Presidente.

Caros colegas, eu gostaria de falar hoje sobre o que aconteceu na semana passada e o que vem acontecendo nesta semana. Na minha visão, na semana passada, nós chegamos ao ápice de uma crise que afeta esta Nação. E é muito mais do que uma crise econômica, é muito mais do que uma crise sanitária, é muito mais do que uma crise política, institucional ou democrática. Essa crise afeta o que somos. Essa crise afeta aquilo em que nós acreditamos, e acreditamos como Nação.

Nós, que estamos em uma das maiores economias do mundo, estamos na rabeira dos países em termos de vacinas e estamos vendo empreendimentos quebrando, milhões de pessoas sem emprego e milhões de pessoas passando fome. Pessoas que tentam manter as suas empresas estão cheias de problemas, cheias de dívidas. Além disso, nós continuamos vendo a impunidade crescendo e a nossa economia sendo afetada por falas irresponsáveis e impensadas do nosso Presidente. E esta Casa, para coroar a nossa semana, apequenou-se diante do STF. Ela se tornou pequena. Nós precisamos devolver a grandeza a esta Casa.

Nós vemos os brasileiros hoje a ponto de um total esgotamento, com um cansaço moral. Eles não acreditam mais em nada. Eles acham que não vamos sair do lugar. Eles estão desmotivados. E toda essa crise emocional e existencial leva a quê? Leva a mais polarização, a mais

agressividade e a mais desinformação, porque a verdade não importa. O que importa é desinformarmos, falarmos mal do outro, desrespeitarmos o outro. Estou dizendo isso pelos três Poderes. Nós temos três Poderes. Estou dizendo isso pelo que vemos nas redes sociais: um monte de desrespeito e um monte de xingamentos.

E, no meio disso tudo, vem hoje à pauta uma PEC que vai discutir imunidade parlamentar! Notem bem: eu acho importante discutir imunidade parlamentar, mas, como eu disse, eu acho importante discutir. Para isso, é preciso instalar uma Comissão Especial e trazer o tema para o debate. E, juntamente com a imunidade parlamentar, temos que falar do foro privilegiado, porque uma coisa está ligada à outra. Mas hoje é pautada aqui uma PEC sem nenhuma discussão, sem assinatura, ao arrepio do Regimento Interno.

Isso coloca esta Casa em xeque. Isso coloca ainda mais dúvida sobre o trabalho desta Casa.

Então, Sr. Presidente, eu queria alertar todos os que estão aqui para o fato de que esta Casa precisa repensar o que está fazendo. Esta Casa precisa repensar suas ações. Nós estamos numa profunda crise de valores aqui. Nós temos que retomar as discussões importantes. Nós não podemos deixar os brasileiros desmotivados e descrentes. Nós temos que fazer com que eles vejam uma luz no fim do túnel. E, para fazer isso, nós precisamos ter coragem, e coragem para mudar.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 265/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-16:44 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | PAULA BELMONTE-CIDADANIA -DF | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Inadmissibilidade de desvinculação de recursos orçamentários das áreas de saúde e educação para custeio do auxílio pecuniário emergencial. Necessidade da adoção de medidas de segurança em prol dos educadores brasileiros, com vista à retomada das aulas presenciais.

A SRA. PAULA BELMONTE (CIDADANIA - DF. Sem revisão da oradora.) - Estou muito grata, Presidente, por mais uma oportunidade de estar aqui, neste plenário da Câmara Federal, em que nós, os 513 Deputados, representamos a população brasileira, representamos os

negros, os brancos, as crianças, as mulheres, os homens, o que nos traz a grande responsabilidade, Presidente, de fazer com que este Brasil cresça, de fazer com que este Brasil acorde para o que está acontecendo.

O mundo passou por uma pandemia, e o Brasil está passando por essa pandemia também, por isso, precisamos estar unidos com pautas em que convergimos. Hoje, recebi a notícia de que estão tentando tirar recursos da educação e da saúde para dar um auxílio emergencial que é fundamental para a nossa sociedade. Como é possível isso? Não é possível que um país que coloca como prioridade absoluta a criança e o adolescente não consiga compreender que é fundamental que possamos dar segurança para essa criança e esse adolescente serem o nosso futuro. É disso que nós estamos tratando aqui. A educação é fundamental para que o nosso País cresça economicamente.

Esta Casa teve a oportunidade de abrir mão do fundo eleitoral, do fundo partidário, de diminuir os salários, e isso não foi feito. Isso não foi feito. Agora, querem tirar recursos da saúde e da educação? Não podemos aceitar isso. Precisamos voltar com as aulas, precisamos dar apoio aos professores, para que voltem às escolas com segurança, mas precisamos principalmente olhar para as nossas crianças e os nossos adolescentes com a responsabilidade que nos foi dada de cumprir a Constituição Federal. E a nossa Constituição é clara no art. 227 ao dizer que a nossa prioridade absoluta são as nossas crianças. Precisamos estar unidos. Não podemos deixar que sejam desvinculados recursos necessários para que possamos melhorar a educação no nosso País. E a educação traz saúde também. Essa é a nossa responsabilidade com o nosso futuro e com o desenvolvimento econômico do nosso País.

Quero agradecer a oportunidade e quero pedir aos Deputados da Esquerda e da Direita que estejamos unidos em prol desta prioridade absoluta, a educação brasileira, que precisa, sim, do apoio agora dos representantes dos brasileiros que estão aqui.

Deus nos abençoe. Sou muito grata por esta oportunidade.

Documento 266/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-16:48 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | GENERAL GIRÃO-PSL -RN | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário



Inconstitucionalidade da prisão do Deputado Daniel Silveira, determinada pelo Supremo Tribunal Federal. Perplexidade ante a decisão da Suprema Corte favorável à compra, pelos Governos Estaduais e Municipais, de vacinas contra a Covid-19 sem a prévia autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Pedido à Governadora do Estado do Rio Grande do Norte de não aquisição de imunizantes contra o coronavírus. Saudação ao apresentador Haroldo Jácome, da Rádio Saudade Web, instalada no Município de Mossoró.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado pela concessão da palavra. Nós nos inscrevemos hoje para tentar externar um pouco da nossa insatisfação.

Semana passada, nós escrevemos um artigo intitulado *Sexta-feira de Cinzas*. Depois da semana do carnaval que não houve, a Quarta-feira de Cinzas se prolongou até a sexta-feira, quando tivemos uma decisão do Supremo Tribunal Federal referendada por esta Casa, uma decisão que nós sabemos... E me desculpem, porque estou falando aqui, mas estou com medo de dizer o que eu tenho que dizer, porque, de repente, se disser alguma coisa aqui, e um Ministro do Supremo achar que eu o estou ofendendo... Na verdade, nós estamos falando. O Parlamentar tem que ter o direito de falar. Esse direito não pode ser cerceado. É um direito constitucional. A Constituição Federal foi jogada às cinzas por uma decisão que retirou de um Parlamentar o direito de falar.

É claro que aqui nós não estamos avaliando as palavras do Deputado Daniel Silveira. Não! Por suas palavras ele merecia e merece estar submetido ao Conselho de Ética. Ele vai se defender sobre isso lá. Se for o caso, mereceria um processo por calúnia ou difamação. Mas sofrer o que ele sofreu, e a Casa aceitar, é realmente preocupante demais. Nós precisamos rever isso.

A Câmara dos Deputados não pode ser ultrapassada como Poder. A Câmara dos Deputados é um dos Poderes, sim, juntamente com o Senado Federal. Ambos formam o Congresso Nacional. Então, nós esperamos que o Congresso Nacional dê uma resposta a isso, porque o Supremo tem que saber qual é o seu lugar.

Não bastasse essa situação, Sr. Presidente, ontem, o Supremo decidiu que os Estados e os Municípios podem comprar vacinas sem autorização da ANVISA, sem a legalização, sem o reconhecimento da ANVISA. Meus senhores, minhas senhoras, quem vai assumir a responsabilidade se alguém receber uma vacina sei lá de onde que a ANVISA não avaliou? Para mim, isso é algo insano.

Então, nós precisamos ser um pouco mais racionais. Os Poderes

precisam ser independentes, sim, e precisam respeitar um ao outro. Sabemos que isso não está acontecendo. É preciso que isso volte a acontecer.

Eu conclamo os 11 Ministros do Supremo para que pensem sobre isso. Eles precisam entender que nós somos, sim, representantes de um Poder, somos independentes e temos responsabilidade. Se falarmos alguma coisa aqui que seja calúnia ou difamação, que sejamos processados. Mas respeitem a nossa inviolabilidade, assegurada no art. 53 da Constituição de forma muito clara. Não cabe interpretação diferente! Não cabe interpretação diferente!

Concluo minhas palavras, Sr. Presidente, lamentando que, após essa autorização de compra de vacinas, a Governadora do Rio Grande do Norte já tenha colocado no Instagram a afirmação de que ela quer comprar vacina. Olhem, ela comprou 5 milhões de reais em respiradores e foi um fracasso, não recebeu nenhum. Depois, gastou 1,6 milhão de reais em ventiladores, e foi um fracasso também, não recebeu nenhum.

Por favor, Governadora, não faça isso. A senhora tem uma responsabilidade com o nosso Estado. A senhora já jogou 6,8 milhões de reais fora. Não jogue mais dinheiro fora, não. O Governo Federal vai repassar as vacinas para todo mundo.

Sr. Presidente, gostaria que as nossas palavras fossem publicadas no programa *A Voz do Brasil*. Com certeza absoluta, o rádio está muito feliz de fazer com que essas notícias cheguem aos brasileiros.

Parabéns, Haroldo Jacome, da *Rádio Saudade Web!* Excelente!

Documento 267/326

| | | |
|-------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-16:56 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - DELEGADO PABLO-PSL -AM | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Urgente necessidade de vacinação em massa das populações do Estado do Amazonas e do País contra a Covid-19. Pedido aos Parlamentares de apoio à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vacinação.

O SR. DELEGADO PABLO (PSL - AM. Sem revisão do orador.) - Deputado Gilberto Nascimento, muito obrigado pela sua ilustre

presença aqui no dia de hoje.

Eu venho à tribuna falar sobre um tema que afeta a vida de todos os brasileiros e peço atenção aos representantes desta Casa e a todos os que nos assistem, os 210 milhões de brasileiros que nos veem hoje. O tema é a vacinação. É muito importante falar sobre isso.

Eu falo disso porque, no Estado do Amazonas, essa é a solução para o gasto de bilhões de reais já realizado no Estado e nos Municípios do Amazonas, que estão hoje vivendo uma situação de colapso na saúde. É também a resposta para quem espera a volta à normalidade, espera ver o emprego retornar, Deputado Gilberto. E é, sem dúvida, a esperança das pessoas que querem ter os seus pacientes curados, de todas as idades e de todas as profissões.

Vocês que nos assistem hoje não sabem o que é o colapso da saúde como eu vi no Estado do Amazonas, onde o sistema de saúde está quebrado, destruído. No ano passado, houve 5.285 óbitos por COVID-19 e, em menos de 55 dias, em 2021, ultrapassou-se essa quantidade de mortes. É um absurdo!

Há no Amazonas uma nova cepa do vírus, extremamente agressiva, e hoje ela já vem sendo encontrada em todos os locais do Brasil. Nós ouvimos relatos do Paraná, de Santa Catarina, do Piauí, do interior de São Paulo sobre a chegada da nova cepa.

Esses números de mortes que eu disse para vocês não são dados inventados, não são uma situação pensada, não são uma criação da mídia. Essas mortes são um problema real, que só pode ser resolvido a partir da vacinação. E não é vacinação nesse ritmo com que está sendo feita, com essa lentidão. Só existe razão para a vacinação se for uma vacinação em massa, e de forma democrática.

Já externei em vários posicionamentos aqui e em outros lugares do Brasil, quando me perguntaram sobre a vacina, que é louvável, é respeitável que se vacine primeiro os profissionais de saúde e as pessoas com mais idade. Mas quem dirige Uber, quem é feirante, quem está na ponta do atendimento em aeroporto, quem fala com centenas de pessoas por dia, essas pessoas estão fadadas a morrer, porque a vacina nunca vai chegar a elas?

Pelos cálculos que o Ministério da Saúde entregou, nós vamos demorar mais de 1 ano para vacinar a população brasileira. Isso é inadmissível! Planos como o da MP 1.026, aprovada ontem, para a compra de vacinas de modo direto, têm que ser pensados para a vacinação em massa. Ela tem que acontecer para ontem. A população brasileira não aguenta mais esperar.

O ano de 2020 vai entrar para a história como o ano que ano aconteceu. Ninguém espera que 2021 seja igual. E só existe um jeito de voltarmos à normalidade: vacinando as pessoas. Para isso, precisamos que este Parlamento se posicione de maneira responsável, ataque de frente o problema e tenha o protagonismo que sempre teve, inclusive na pauta da vacinação.

Por falar nisso, Sr. Presidente, para encerrar, eu criei uma frente parlamentar mista em prol da vacinação e quero contar com o apoio de todos os nossos colegas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para que possamos trazer a pauta da vacinação para o centro da discussão no Brasil.

Obrigado, Presidente.

Documento 268/326

| | | |
|------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-17:04 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - FLAVIANO MELO-MDB -AC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Alagamento das cidades do Estado do Acre em decorrência das cheias. Existência de 130 mil pessoas desabrigadas no Estado. Necessidade de liberação pelo Governo Federal, em caráter emergencial, de recursos substanciais ao Governo acriano para reconstrução das municipalidades atingidas por enchentes. Necessidade de vacinação em massa do povo do Acre contra a Covid-19. Caos reinante no Estado em decorrência do coronavírus, da dengue e das cheias. Apelo ao povo brasileiro de mobilização em prol do Estado do Acre.

O SR. FLAVIANO MELO (MDB - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou triste hoje, em razão dos graves problemas que está passando o meu Estado, o Acre, os quais vou relatar aqui.

Nunca aconteceu lá uma alagação nas proporções da que está acontecendo no momento. Todas as cidades estão alagadas, todos os rios estão cheios, e a população está sofrendo demais. Há 130 mil desabrigados na conta da Defesa Civil, mas muitas pessoas saem de suas casas e vão para a casa de vizinhos, de parentes, não sendo contabilizadas nessa estatística. Então, nós precisamos de uma ajuda substancial do Governo Federal. O Estado e os Municípios não têm

como fazer frente a esse problema.

Eu me recordo aqui, Sr. Presidente, de que, quando fui Governador do Acre, em 1986, tivemos uma alagação só em Rio Branco. Graças a Deus, na época, o Presidente Sarney conseguiu me ajudar de uma forma fantástica. Eu pude construir vários bairros em Rio Branco, em áreas altas, em áreas que não alagam, onde hoje vive boa parte da população. Então, nós precisamos construir casas. Nós precisamos fazer saneamento. Nós precisamos, enfim, dar uma atenção àquele povo.

Entretanto, existe a questão emergencial. O Presidente da República esteve lá hoje e deixou 17 milhões de reais. Isso é para aquela atenção mínima que o Governador e os Prefeitos podem dar à população. Nós precisamos dar renda a essa população. Como eles vão trabalhar? Como eles vão viver? Nós temos que criar uma ajuda emergencial para os alagados do Acre.

Além disso, Sr. Presidente, nós estamos passando pela pandemia da COVID-19. A situação está um caos. Nós pedimos, evidentemente, vacinas. O Presidente levou um pouco de vacinas, mas não em número suficiente para vacinar a população toda, o que acredito que seria o ideal. A situação está um caos, um verdadeiro caos.

Como se não bastasse tudo isso - não sei se Deus está com raiva do Acre -, estamos passando por uma epidemia de dengue. Estamos com não sei quantos mil acrianos com dengue. E olhem só: para o tratamento da COVID, toma-se aquele remédio que afina o sangue; se o cara tiver dengue depois, ele passa a ter uma dengue hemorrágica. Olhem que situação difícil! Realmente é um caos.

Eu peço também à população brasileira que se mobilize, que ajude o Estado, que faça doações. Lembro-me de que, na época do alagamento que ocorreu quando fui Governador, vários e vários aviões da Força Aérea Brasileira saíram de Brasília levando ajuda para aquele povo. É esse alagamento foi só na Capital, Rio Branco. Então, estamos precisando mexer com o coração do povo brasileiro. Nós precisamos da ajuda de todos. O Acre está um verdadeiro caos. Nunca passamos por uma situação como esta. Espero que Deus nos ajude e que saíamos da situação difícil pela qual estamos passando.

Muito obrigado.

Sumário

Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro de imediata retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise provocada pela Covid-19.

O SR. JOSÉ NUNES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, infelizmente o mundo continua vivendo um problema muito sério com a pandemia, que no Brasil está com mais força hoje do que há 3 meses.

O povo brasileiro vive aflito com tudo isso, mais ainda aqueles de baixa renda, que, há pouco tempo, tinham o auxílio emergencial. O auxílio emergencial certamente serviu para atender à vida de 40 milhões de brasileiros, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste deste País. Há 3 meses, essas famílias vivem em situação de penúria, de muita dificuldade. Faz-se necessário e urgente o retorno do auxílio emergencial, porque o povo carente, principalmente do Nordeste, já não aguenta mais, já não tem como sustentar seus lares, suas casas, comprar comida e cesta básica para salvar suas famílias.

Nós - a Câmara e o Senado, o Congresso Nacional - precisamos unir forças urgentemente para aprovar o auxílio emergencial. Que a volta dele seja ainda no mês de março, já que não pôde ser em janeiro ou fevereiro.

Fica aqui o nosso apelo veemente para que o Governo Bolsonaro possa entender que é necessário que se vote a questão do auxílio emergencial urgentemente, até porque, Sr. Presidente, aqueles que o estavam recebendo perderam aquela condição de trabalho de muitas vezes fazer alguma coisa aqui, ali e acolá para ganhar um dinheirinho. Hoje, com a pandemia, está todo mundo sem saber o que fazer. É um desespero total.

Gostaria, Sr. Presidente, que este pronunciamento constasse no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado a todos.

Sumário

Ineficácia da decretação, pelo Governador João Doria, de lockdown em São Paulo entre as 11h e 5h para contenção do avanço da Covid-19. Existência de medicamentos para tratamento precoce da doença. Desenvolvimento, em Israel, de spray nasal para pacientes terminais vítimas do coronavírus. Repúdio à política de combate à Covid-19, adotada pelo Governador do Estado de São Paulo, João Doria. Realização, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de investimentos na aquisição de vacinas contra a doença viral.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Sem revisão do orador.) - Prezado Presidente Delegado Pablo, a notícia não é muito boa: o Governador Doria, que já está sendo apelidado de "Ditadoria", determinou hoje, através de um decreto, que tudo no Estado de São Paulo deve fechar entre as 23 horas e as 5 horas.

Sr. Presidente, eu tenho aqui uma lista do *Poder360*, do final de janeiro, que mostra os países piores do mundo em números proporcionais quando se fala em mortes por COVID-19. Sabem quem lidera? A Bélgica. Será que vão dizer que a Bélgica é governada por um extremista, por um negacionista? Eu acho que, como é um país de primeiro mundo, normalmente com uma boa qualidade de vida, deve ter um bom sistema de saúde. Na sequência, vêm outros países europeus: Eslovênia, Itália, Bósnia, República Tcheca, Reino Unido, e assim por diante. O Brasil aparece depois da 20ª posição.

O Estado de São Paulo, se fosse um país, estaria muito pior do que o Brasil em números proporcionais. E o Governador parece ignorar a realidade: o *lockdown* não adianta. Qual é o infectologista, qual é o grande grupo de médicos que diz: "*Se nós reduzirmos em 50% a circulação de pessoas na cidade, vamos reduzir também proporcionalmente o número de mortes*"? Isso não existe. Podem pegar qualquer exemplo internacional. No começo da pandemia o Governador de Nova York, o Andrew Cuomo, falou que cerca de 80% das pessoas que estavam nos hospitais de Nova York, um Estado que foi fortemente afetado pela COVID, estavam antes em casa. Se quisermos um exemplo mais recente, temos o da Argentina, que fez um dos *lockdowns* mais rigorosos da América Latina, se não o mais, e está sofrendo fortemente com a questão da COVID.

Então, a verdade é uma só: ninguém sabe ainda como lidar com isso. Mas existem já tratamentos precoces. Buscam-se soluções, como a que agora o Presidente Bolsonaro busca com Benjamin Netanyahu, em Israel: a do *spray* nasal para pacientes em estado terminal, que parece

que tem tido uma excelente resultado.

Infelizmente, o "Ditadoria" tem usado esta pandemia para fazer política. Não fomos nós que falamos que a vacina tem que ser obrigatória, não fomos nós que falamos inicialmente que a vacina teria 78% de eficácia, quando na verdade só tem 50%. Não há como continuar com isso.

A população, prezado Governador, vai se revoltar. O senhor está brincando com fogo. Nem todo mundo vai abaixar a cabeça para o senhor como os baba-ovos que o circulam e incentivam esta guerra política.

Quando o Constantino confrontou o Governador Doria, a primeira coisa que o Governador fez foi agir como um membro do PSOL, acusando: "*É negacionista, é extremista*". Ele não consegue debater, só consegue fazer aquela sua coletiva de imprensa totalmente esdrúxula com coqueinhas fazendo perguntas amenas.

Talvez isso se deva ao fato de que a sua política de publicidade governamental é diferente da do Governo Federal. A *TV Cultura* que o diga, não é? Quanto Vera Magalhães não está mamando dos impostos dos paulistas? E ele faz isso porque o Presidente Bolsonaro é obrigado a fazer esses repasses aos Estados. Os Estados estão gordos com dinheiro. É por isto que ele fica fazendo esse *lockdown*: para tentar causar prejuízo e, depois, a qualquer custo, culpar o Presidente Bolsonaro.

Finalizando, digo apenas, Sr. Presidente, que o primeiro a investir dinheiro - alguns bilhões - na vacina foi Jair Bolsonaro, que apostou, no meio da pandemia, na vacina de Oxford. E, depois que a ANVISA certificou a CoronaVac, ele não fez nenhuma interferência política. Em menos de 24 horas, a Força Aérea Brasileira, ao lado das Forças Armadas, estava entregando a vacina proporcionalmente em todo o Brasil, um tapa na cara de quem dizia que não havia, no Ministério da Saúde, um plano de vacinação.

Quero deixar isso pontuado, Sr. Presidente, e dizer para o Governador: honre essa calça apertada que o senhor veste e deixe a população de São Paulo trabalhar, senão não haverá outra opção que não a revolta, Governador.

O recado está dado.

Sumário

Atribuição à política negacionista do Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade por mortes decorrentes da Covid-19. Ocorrência de óbitos provocados pela doença no interior do Estado de Minas Gerais. Posicionamento do Presidente da República contrário à imunização do povo brasileiro. Tramitação na Casa de pedido de instalação da CPI da Cloroquina. Estagnação da economia brasileira. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Inadmissibilidade de vinculação da retomada do auxílio emergencial à desvinculação de recursos orçamentários das áreas de educação e saúde. Defesa de aprovação de pedido de impeachment do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu solicitei o uso da palavra agora porque eu acho necessário fazer um balanço das responsabilidades da política negacionista no Brasil em relação à pandemia do coronavírus. Esse balanço é necessário porque ainda há aqueles que defendem que o negacionismo persista. E nós não podemos permitir isso por um simples motivo: pessoas estão morrendo.

Eu não sei se em todos os Estados as pessoas estão sentindo o que nós estamos sentindo em Minas Gerais, em especial no interior do Estado. Minas tem 853 Municípios, e são muitos os Municípios pequenos que dependem de ambulância para carregar doentes para uma cidade um pouco maior, que é chamada de cidade polo, que às vezes tem um hospital, embora muitas não tenham sequer CTI. Portanto, as pessoas morrem durante esse trajeto, outras não conseguem sequer ir. Nós estamos vivenciando isso em Minas Gerais agora. As pessoas saem dos Municípios pequenos para o Município polo e morrem no meio do caminho. Às vezes, chegam ao Município polo e não encontram lá leito de CTI.

Portanto, reafirmar o negacionismo agora é um crime, é um verdadeiro genocídio. As pessoas têm que ser responsabilizadas por isso no Brasil.

Há uma pessoa que tem que ser responsabilizada mesmo: Jair Bolsonaro, o Presidente. Vamos dar nomes aos bois. Quem é que disse no início que isso era apenas uma gripezinha? Quem depois disse "*Tô nem aí*" para as mortes? Quem depois disse "*A morte é comum. Todo mundo um dia morre*"?



Quem disse que produzir cloroquina iria salvar vidas e depois, posto diante da realidade, não recuou e mandou o próprio laboratório do Exército produzir milhões de comprimidos de cloroquina? Quem é que desdenhou de vacina? O Presidente Jair Bolsonaro, que dizia que a vacina era comunista, era chinesa, que disse que quem tomasse vacina ia virar jacaré. Até isso nós fomos obrigados a ouvir.

Hoje, Deputados e Deputadas, nós temos quase 250 mil mortos no Brasil, 248.519 mortos. Só nos Estados Unidos morreram mais pessoas do que no Brasil. Nós temos 10.557.875 pessoas que já foram infectadas. Nós temos um pedido, aqui na Câmara, que eu fiz, para a instalação de uma CPI da cloroquina, para ver quem são os responsáveis por todo esse negacionismo.

Dizia-se, Sr. Presidente, que isso seria resolvido e que precisava ser assim, com grandes quantidades de mortes e de pessoas infectadas, para que nós tivéssemos, a partir daí, o crescimento da economia brasileira. Hoje, o que nós vemos é que a economia está completamente parada.

O Governo quer agora aprovar no Senado e mandar para nós um abacaxi de todo tamanho, que é uma PEC emergencial que, inclusive, retira recursos orçamentários da educação e da saúde, do SUS e da escola pública brasileira. Ele diz que com isso vai criar um auxílio emergencial.

Isso ocorre porque esse é um Governo que falhou também na economia, não cuidou de fazer com que a recuperação econômica se desse a partir do próprio Estado, com fomento ao desenvolvimento e ao crescimento, como outros países vêm fazendo. Aqui, portanto, juntou-se o ultraliberalismo de Paulo Guedes, de Jair Bolsonaro, do mercado, que diz que é santo, que dizem que é o "deus mercado", com o negacionismo da pandemia. E tudo isso transformou a situação do Brasil num verdadeiro genocídio.

Nós vivemos hoje um pandemônio, e existe aquele que ainda vem à tribuna desta Casa dizer que as vacinas, o *lockdown*, os cuidados não precisam ser tomados no Brasil. Isso, Presidente, é genocídio. Isso é irresponsabilidade.

O Presidente da República, quando usa da sua fala, daquilo que ele dá de entrevista, infelizmente dá exemplo. E quando o exemplo é ruim, quando o exemplo é de negacionismo, isso custa vidas.

Então, eu vim aqui fazer esse breve balanço.

Quero chamar a atenção do povo brasileiro para a necessidade de manter os cuidados e de pensar bem. Essas carreatas que estamos

vendo agora, essas manifestações, no Brasil inteiro, de repúdio ao Presidente Jair Bolsonaro, pedindo vacina e pedindo auxílio emergencial precisam crescer, até para que o Governo saiba que o povo brasileiro está insatisfeito e para que possamos fomentar no Brasil um movimento antibolsonarista, um movimento antinegacionista, um movimento que coloque na ordem do dia o *impeachment*, o "Fora, Bolsonaro!". Infelizmente essa é uma necessidade do Brasil. Ficar este Governo significa manter a política negacionista e a política de economia frágil que nós vivemos hoje no País.

Muito obrigado, Presidente. Eu repito: não vamos permitir que o negacionismo continue tirando vidas no Brasil.

Muito obrigado.

Documento 272/326

| | | |
|---------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-17:40 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - DA VITORIA-CIDADANIA -ES | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Apelo à Presidência e aos Líderes partidários por imediata votação e aprovação do Projeto de Lei 5.638, de 2020, sobre a instituição do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos.

O SR. DA VITORIA (CIDADANIA - ES. Sem revisão do orador.) - Presidente Ricardo Izar, é uma satisfação estar nesta tribuna para falar com o nosso Brasil e ser presidido por V.Exa.

Nossa mensagem é que este Congresso tem se colocado ao lado da sociedade brasileira neste momento de desafios que estamos vivendo desde 2020, com esta pandemia que chegou aos nossos Estados, às nossas cidades. Em muitos temas, o Congresso e a Câmara estiveram ao lado da sociedade, para diminuirmos o sofrimento dos nossos brasileiros. Mas ainda não conseguimos alcançar o setor de eventos, não conseguimos dar uma condição melhor a todos os colaboradores que nele trabalham.

Está na Casa o Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, que trata da retomada do setor de eventos. Nós estamos pedindo ao nosso Presidente, o Deputado Arthur Lira, a todos os membros da Mesa Diretora e a todos os Líderes partidários que votemos este projeto, que busca auxiliar nossos empreendedores do setor de eventos. Muitos brasileiros

dependem deste setor. Durante este tempo, o setor de eventos foi o primeiro a interromper suas atividades e já está condenado a ser o último a retornar às atividades.

Segundo levantamento feito pelo SEBRAE, o faturamento do setor de eventos no Brasil é de aproximadamente 210 bilhões de reais, dos quais 48 bilhões de reais retornam aos cofres públicos por força dos impostos pagos pelo setor.

A finalidade do PL 5.638 é instituir o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, criando condições que deem ao setor a possibilidade de minimizar as perdas decorrentes do estado de calamidade pública. De que forma isso é possível? Por meio do parcelamento das dívidas do setor, com a possibilidade de implantar, de acordo com regras, a retomada das atividades, para que os profissionais da área não percam suas atividades. Eles precisam manter suas empresas e, para isso, precisam estar em condições legais com os órgãos públicos.

O projeto é de autoria de vários autores. Aqui muitos o assinaram, para que ele tramite neste Congresso. Nós precisamos tomar esta iniciativa em prol da cadeia gigantesca de fornecedores, de prestadores de serviço, de colaboradores, de ambulantes, de músicos, de iluminadores, de seguranças, de floristas, de garçons, de fotógrafos, de cerimonialistas, de *barmen*, de montadores, de bufês, de técnicos de som, de luz e de imagem, de cantores, de DJs, de agentes de limpeza, de operadores de caixa, de transportadores, de carregadores. Toda esta massa de profissionais, de empregados e de empreendedores do nosso País está vivendo um momento muito difícil.

Sr. Presidente, além do parcelamento, este projeto propõe a redução de impostos, de juros e de 100% dos encargos legais, bem como a criação de linhas de crédito específicas para o fomento das atividades implementadas pelo setor e para capital de giro, visando à aquisição de equipamentos, condições especiais para a renegociação de débitos, a redução a 0%, por 60 meses, das alíquotas de contribuições para o PIS/PASEP, COFINS, contribuição social.

O que nós devemos fazer? Como representantes da sociedade, nós precisamos ter *feeling*, percepção e conhecimento de que não somente empresários estão nessas empresas, mas também uma grande quantidade de vidas que dependem deste setor no nosso País. Nós precisamos enfrentar esta realidade apresentada por esta pandemia.

Da mesma forma que nós alcançamos os cidadãos mais carentes, por meio do auxílio emergencial e de tantas outras ações, aprovando recursos que chegassem aos cofres dos Governos dos Estados e dos Governos municipais, buscando ajudar na saúde da nossa sociedade,

nós precisamos manter os empregos desses brasileiros. O setor de eventos tem sangrado na alma, e nós precisamos votar o PL 5.638 o mais urgente possível.

Muito obrigado.

Documento 273/326

| | | |
|--------------------------|----------------------------|------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-17:52 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | DRA. SORAYA MANATO-PSL -ES | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Participação da oradora na Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19. Inconsistência da denúncia de jornalista sobre o desempenho, pela oradora, do cargo de Deputada Federal em concomitância com o exercício da medicina no Hospital Metropolitano S/A, sediado no Município de Serra, Estado do Espírito Santo.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde a todos os Parlamentares e a todos os que nos ouvem.

Sra. Presidente, tem ocorrido uma coisa interessante neste País. Eu sou médica há mais de 30 anos e faço parte da Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, instalada no início de março do ano passado. Nós trabalhamos o ano de 2020 ininterruptamente e, às vezes, nós tínhamos entre quatro e cinco reuniões por semana, quando nós tratávamos de todos os temas: da falta de EPIs até a falta de medicações para a entubação de pacientes e a falta de relaxantes musculares, entre outros.

Eu sou uma médica atuante. Trabalho às segundas-feiras e às sextas-feiras no Hospital Metropolitano do Município de Serra, no Espírito Santo. Um jornalista espírito de porco disse que eu estou desempenhando minha função de médica no mesmo horário das minhas funções parlamentares.

Pois bem, eu fui muito clara: trabalho às segundas-feiras e às sextas-feiras de manhã, no Hospital Metropolitano de Serra, no Espírito Santo. Jamais trabalhei nos dias em que porventura houve sessões nas segundas-feiras e nas sextas-feiras.

Isso é um desrespeito para com a minha pessoa! Eu provo o que eu

estou dizendo: eu sou médica e estou Deputada Federal. Para esse jornalista, nós que fomos eleitos jamais poderíamos exercer outra função. Eu não poderia trabalhar, segundo o artigo, em hospital público ou, no hospital de que eu faço parte, eu não poderia ser diretora e exercer uma função, no próprio hospital, para alguma entidade pública. Isso não acontece.

Graças a Deus, eu sou muito honesta, tanto na minha profissão como médica, como no meu exercício de Parlamentar. Eu sou uma Parlamentar atuante. Voltei a frequentar a Câmara dos Deputados desde o fim de julho, mesmo na pandemia, porque, como eu já disse, faço parte de uma Comissão extremamente importante. Aliás, o Governo Federal, por meio da nossa luta na Comissão, tomou várias decisões, em termos de acesso a medicações, a EPIs, a regras. Eu participei da elaboração de vários projetos de lei que foram aprovados nesta Casa de Leis, por intermédio da nossa Comissão Externa do coronavírus.

Eu quero deixar aqui meu protesto. Jornalistas irresponsáveis colocam todos os Parlamentares na mesma panela. Nós somos diferentes! Eles têm que se preocupar com os que realmente cometem atos ilícitos dentro desta Casa de Leis. Eu tenho minha consciência tranquila. Estou aqui me defendendo porque tenho um nome a zelar no meu Estado. São mais de 30 anos de exercício da profissão de médica, e eu não vou admitir que um jornalista manche meu nome dizendo que eu estou exercendo irregularmente minha profissão, entrando em confronto com meu exercício parlamentar como Deputada Federal.

Era isso que eu queria dizer, Sra. Presidente.

Muito obrigada.

Documento 274/326

| | | |
|-------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-17:56 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - WELITON PRADO-PROS -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Colapso do sistema de saúde na região do Triângulo Mineiro provocado pela epidemia de coronavírus. Apelo ao Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, por fornecimento de respiradores mecânicos e abertura de novos leitos de UTI e de enfermaria nas municipalidades situadas na região.

O SR. WELITON PRADO (PROS - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, quero saudar todos os Parlamentares e fazer um apelo, diante da situação em que se encontra a região do Triângulo Mineiro, Pontal e Alto Paranaíba em face da COVID.

É uma situação de colapso total. É muito séria, muito grave a situação em toda a região do Triângulo Mineiro!

Hoje, estava conversando com o Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, o Sérgio do Bom Preço. Ele estava realmente desesperado, fazendo, em nome de todos os Vereadores, o Vereador Fabão da Massa, o Vereador Dudu, o Vereador Odair José, o Vereador Antônio Carrijo, um apelo para o aumento de leitos de UTI.

Não há um leito de UTI de COVID em Uberlândia, na região do Triângulo Mineiro! Quanto aos pacientes à espera de leitos, hoje, só em Uberlândia, são mais de 300! Os pacientes estão precisando de um leito e não têm. Grande parte deles, mais de 60%, são casos de COVID.

Então, hoje, haveria necessidade de mais de 80 leitos de UTI e de mais 100 leitos de enfermaria para COVID. É um colapso total! É uma situação realmente muito séria, situação de desespero! Fiz uma cobrança, ontem, ao Ministro Pazuello. Fui ao Ministério da Saúde, que confirmou a liberação de respiradores para o Município de Uberlândia, para a Universidade Federal de Uberlândia - UFU, e vários outros Municípios da região: Monte Carmelo, Coromandel, Patrocínio.

Em Patrocínio, tivemos o apelo do Vereador Thiago Malagoli; em Coromandel, o apelo da Vereadora Karina e do Prefeito Fernando Breno, que eu quero parabenizar por ter tido a coragem de mostrar essa realidade para o País. A situação do Triângulo Mineiro, do Pontal, do noroeste de Minas e do Alto Paranaíba está muito parecida com a situação, grave, de Manaus. Não há leitos! As pessoas estão morrendo!

Então, eu faço aqui um apelo, mais uma vez, ao Ministro da Saúde, a todas as autoridades, para que olhem com carinho, de forma urgente, imediata, a nossa situação. Realmente, ela é muito séria, grave. Vão morrer muitas pessoas, porque elas não vão conseguir encontrar um leito. Peço que garantam a transferência desses pacientes para outros Estados, o que já está acontecendo, só que a demanda é muito grande. Como eu disse, na fila da regulação, são necessários mais de 180 leitos, entre leitos de enfermaria e de UTI.

Estive com o General Ferreira, o Presidente da EBSERH, e nós tivemos, hoje, do Prof. Valder, Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, e do Dr. Nilton, que eu gostaria de parabenizar, a notícia

da abertura de novos leitos de COVID na universidade, que vai ter em torno de 100 leitos de COVID. Isso já é importante, mas não é suficiente para atender a demanda.

Então, mais uma vez, eu gostaria de fazer aqui esse apelo e mostrar a situação desesperadora, o colapso total na área da saúde no Triângulo Mineiro, no Pontal, no noroeste do Estado e no Alto Paranaíba.

Estive hoje também com o Jeferson, representando o Sputnik Voz do Povo, e o Vereador Cabo Vieira, da cidade de João Pinheiro. Eles disseram que a situação lá não é diferente.

Então, finalizando, reitero que a situação é realmente muito grave. Eu peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, solicitando, mais uma vez, uma providência do Ministério da Saúde. Precisamos que o Ministério olhe, com urgência, para toda a região do Triângulo Mineiro.

Documento 275/326

| | | |
|-----------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 5.2021.B | Sessão Outro Evento | 24/02/2021-18:08 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - ZÉ NETO-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Avanço da epidemia de coronavírus no Estado da Bahia e no Brasil. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com os efeitos da doença viral. Solidariedade à ex-Deputada Eliana Boaventura, ao Vereador Silvio Dias e outros, diante da morte de familiares em decorrência da Covid-19. Apelo ao Presidente da Casa de prioridade na retomada do auxílio emergencial. Associação ao pronunciamento do Deputado Jorge Solla, contrário à privatização da Refinaria Landulpho Alves - RLAM e da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria dizer a V.Exa. e a todas e todos que nos acompanham e nos assistem pela televisão da nossa tristeza de ver, neste momento, o Brasil nessa situação dolorosa. No meu Estado, a Bahia, nós estamos sofrendo muito, Sr. Presidente. Infelizmente, só ontem nós conseguimos dar uma resposta para que as vacinas fossem compradas com mais facilidade, com mais rapidez.

O que nós vimos, à noite, foi o Presidente atravessar do Planalto até o Senado sem máscara, mais uma vez dando uma demonstração,

parece-me, de pouco caso.

Só agora pela manhã, duas pessoas próximas, conhecidas da minha cidade de Feira de Santana, faleceram.

Quero, inclusive, externar o meu sentimento pela irmã da ex-Deputada Eliana Boaventura, pelo tio do Vereador Silvio Dias e por outras pessoas que também morreram.

Deputado Marcelo, nós vivemos um momento difícilimo.

Eu queria fazer um apelo ao Presidente da Casa para, neste momento, não discutirmos outra coisa senão a forma como vamos tratar o auxílio emergencial e responder imediatamente à população brasileira nesse grande movimento que existe no Brasil em torno da necessidade do auxílio, que não significa um gasto.

O auxílio emergencial não é gasto. O auxílio emergencial é um investimento social necessário e tem um viés, Deputado Marcelo, que ora preside esta Casa, importantíssimo do ponto de vista econômico e da estabilização do País. Isso é culminado com uma ação mais concreta, mais determinada a respeito do financiamento que nós precisamos para comprar vacinas, do recurso que tem que chegar para comprar vacinas e de um diálogo mais direto do Presidente da República com todos os Governadores. Este não é momento de nenhuma disputa.

Também deixo aqui o meu apelo para que esta Casa não discuta hoje, como estava previsto, nem amanhã, nem nestes dias, nada que não seja esse tema principal para a população brasileira. Agora não é a hora de discutir prerrogativas de Deputado. Eu acho que este é um momento fundamental na vida do povo brasileiro.

Encerro fazendo coro com o que disse o Deputado Jorge Solla, antes de mim. Já falei sobre isso hoje e vou retomar minha fala, para encerrar a minha participação, sobre a venda da PETROBRAS, sobre a venda da Landulpho Alves, a primeira refinaria do País. Digo, inclusive, há uma parte ociosa nessa refinaria que poderia estar produzindo mais gás, mais gasolina, mais óleo diesel e outros derivados de petróleo que estão sendo importados.

O Brasil virou um grande importador de óleo diesel, de gasolina e de outros derivados de petróleo, dando demonstração clara de que o que querem é fazer com que o País seja apenas uma filial dos interesses mercantis e internacionais, deixando a nossa soberania de lado, deixando o nosso patrimônio público de lado e deixando, acima de tudo, a grande missão de cuidar do povo brasileiro, principalmente de sua parcela mais carente, que, neste momento de pandemia, sofre

mais.

Documento 276/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 7.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/02/2021- CD | 19:00 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | RAFAEL MOTTA-PSB -RN | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Informação ao Plenário sobre a possibilidade de apresentação, pelos Parlamentares e pelas bancadas federais, de emendas orçamentárias para a aquisição de vacinas contra a Covid-19.

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que é um prazer estar neste plenário sob a vossa Presidência.

Em segundo lugar, quero fazer um registro especial. A Presidente da Comissão Mista de Orçamento teve uma atitude muito solícita a uma demanda que foi levada por nós, em relação à aceitação de que as emendas de modo geral agora possam ser destinadas também para a aquisição de vacinas, visto que estamos perdendo cada vez mais brasileiros. Agora os Parlamentares e as bancadas federais poderão destinar recursos, através de emendas impositivas, para a aquisição de vacinas.

Eu queria fazer este registro e dizer que a bancada federal do Estado do Rio Grande do Norte também destinará parte das suas emendas de bancada para a aquisição de vacinas, para que vidas de potiguares sejam salvas.

Sugerimos a todos os Parlamentares que façam o mesmo, de acordo com a demanda, de acordo com que o Brasil precisa.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 277/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 7.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/02/2021- CD | 19:12 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | ALEXANDRE PADILHA-PT -SP | |
| CÂMARA | DOS | COMO LÍDER |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Realização da jornada de representantes dos setores de saúde e educação ao Congresso Nacional, para pressão às Lideranças Parlamentares em prol da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, pela morosidade do processo de imunização contra a doença no País. Assinatura, pelos Governadores da Região Nordeste, de pré-contrato de parceria para aquisição de vacinas, diante da negligência do Governo Federal. Descaso do Ministério da Saúde com o Programa Nacional de Imunizações. Congratulações à Casa pela aprovação do parecer oferecido à Medida Provisória nº 1.026, de 2021, a respeito das medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, bem como treinamentos de vacinação, e sobre o Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19. Exigência ao Governo Federal de imunização em massa do povo brasileiro.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer ao novo Líder do PT, o Deputado Elvino Bohn Gass, por me colocar nesta posição no dia de hoje. Ele o faz pela generosidade, pela solidariedade, mas também porque hoje foi um dia especial, tanto aqui na Câmara dos Deputados quanto no Senado, para a luta da defesa da vida, para salvarmos vidas e recuperarmos a economia brasileira.

Tivemos hoje, Sr. Presidente, uma jornada conjunta da saúde e da educação. Essa jornada começou às 10 horas da manhã na entrada do Congresso Nacional. Participamos de audiência com o Presidente do Senado; participamos de audiência com vários Líderes partidários da Câmara; participamos de audiência com a Presidenta Flávia Arruda, da Comissão Mista de Orçamento - CMO, com transmissão permanente, participação e interação em todo o Brasil de trabalhadores da educação, trabalhadores da saúde, gestores municipais, gestores estaduais e mais de 500 entidades relacionadas à frente pela vida, com um grande tema, Sr. Presidente: vacina já para todos e todas!

Eu queria perguntar aos Parlamentares se alguém se lembra de alguma vez neste País, desde os anos 70, quando foi criado o Programa Nacional de Imunizações, a sociedade ter que se mobilizar a esse ponto, ter que vir ao Congresso Nacional para pressionar o Governo Federal a cumprir algo que é básico na saúde pública e em que o Brasil ao longo de anos foi considerado um exemplo para o mundo, que é a vacinação do conjunto da população. Estamos de fato, Sr. Presidente, vivendo momentos estranhos e impensáveis para um

país como o Brasil, em que a sociedade brasileira tem que fazer uma jornada ao Congresso Nacional por vacina já, por conta da omissão do Governo Federal.

Sr. Presidente, estamos completando pouco mais de 1 mês do início do plano de vacinação no País, que começou no dia 17 de janeiro. Este é o pior resultado em qualquer campanha de vacinação já feita pelo Brasil desde os anos 70, quando foi criado o Programa Nacional de Imunizações. Não vacinamos sequer 10% da população brasileira nesse 1 mês, Sr. Presidente. Foram apenas 6 milhões de doses aplicadas. E não se pode culpar a população, porque o Governo Bolsonaro, em 2019, teve o pior indicador de vacinação neste século XXI. Pela primeira vez não cumprimos a meta vacinal para as crianças. O Governo Bolsonaro mais uma vez tenta culpar a população, dizendo que ela não quer mais se vacinar. Não se pode culpar a população porque apenas 6 milhões de brasileiros e brasileiras foram vacinados até este momento e estamos na rabeira, se comparado com outros países que antes nos seguiam e tinham o Brasil como exemplo no programa de vacinação. É o caso, por exemplo, da Argentina, nossa vizinha, que começou o seu programa em dezembro e há 2 semanas já está vacinando os trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Foi por "Vacina já!", Sr. Presidente, que Assembleias Legislativas de 24 Estados brasileiros, com Deputados e Deputadas Estaduais de 18 diferentes partidos, construíram uma carta conjunta - e fizeram questão de entregá-la hoje ao Presidente do Senado e à Presidenta da Comissão Mista de Orçamento - por vacinação já para os trabalhadores e trabalhadoras em educação.

É muita irresponsabilidade do Presidente Bolsonaro e do general que ocupa o Ministério da Saúde termos, neste momento, apenas 6 milhões de vacinados, quando o Ministério da Saúde rejeitou a oferta de 70 milhões de doses da vacina da Pfizer, para a qual, aliás, ontem, a ANVISA deu o registro definitivo, reconhecendo-a como uma boa vacina.

É muita irresponsabilidade não termos os nossos trabalhadores da educação vacinados ainda, para que possamos voltar às aulas presenciais nas escolas com as nossas crianças. Muitas delas estão sofrendo insegurança alimentar, porque a única alimentação que elas recebem, às vezes, é na escola, por conta da situação de miséria, do aumento da pobreza, do corte do auxílio emergencial de várias famílias do País.

É muita irresponsabilidade o Ministério da Saúde até agora não ter fechado um contrato com a Johnson & Johnson, da vacina Janssen, que já ofereceu mais de 10 milhões de doses para o País.



É muito irresponsabilidade do Presidente Bolsonaro e do seu Ministro terem negado a oferta feita pelo fundo russo, em junho do ano passado, nesta Casa, durante a reunião da Comissão Externa Mista. O fundo russo, o Governo do Paraná e o Instituto de Tecnologia do Paraná apresentaram uma proposta concreta ao Ministério da Saúde com o fim de construir uma parceria, inclusive com a possibilidade de transferência da tecnologia para o Brasil, como foi feito com a FIOCRUZ e o Instituto Butantan, para desenvolvermos a vacina Sputnik V e avaliarmos a sua eficácia. E até agora não há uma resposta concreta do Ministério da Saúde para essa parceria possível com o fundo russo, embora tenhamos visto esta semana a publicação de um edital de contratação de um intermediário, uma empresa no Brasil, para um volume muito menor de doses.

Os Governadores do Nordeste, por meio do Consórcio Nordeste, cansados da omissão e da irresponsabilidade do Governo Bolsonaro, procuraram o fundo russo, construíram um pré-contrato de parceria para mais de 50 milhões de doses para vacinar o nosso povo. Inclusive, através do Presidente do Consórcio, o Governador Wellington Dias, e do Governador Rui Costa, da Bahia, primeiro Estado a fazer as tratativas, chegou-se a oferecer essas doses para o Ministério da Saúde, para o PNI. E até agora, Sr. Presidente, nenhuma resposta concreta, apenas a omissão permanente desse general que ocupa o Ministério da Saúde e que tem como um dos legados da sua gestão a destruição do Programa Nacional de Imunizações, construído desde os anos 70.

Eu tenho orgulho, quando fui Ministro da Saúde, em 2011, de ter colocado como coordenadora desse programa a Dra. Carla Domingues, uma especialista. Ela ficou na função até 2019, mas desistiu por sentir que não existe mais a prioridade que era dada ao Programa Nacional de Imunizações. Os comitês não se reúnem mais.

Este Congresso está de parabéns, Sr. Presidente, sobretudo a Câmara, que, nesta semana, fez o que o Governo não está fazendo. Aqui aprovamos um novo relatório da MP da Vacina, para dar agilidade ao processo e para que a vacina chegue ao braço do nosso povo. O povo brasileiro está cansado de ver a vacina sendo distribuída na Argentina, no México, no Chile, na Europa inteira, em Israel, na China. E o Brasil está tendo resultados pífios.

Na última grande pandemia, em 2009 e 2010, no Governo do Presidente Lula - tenho orgulho de ter sido Ministro da Saúde do Presidente Lula naquele momento, assim como José Gomes Temporão -, fizemos com que o Brasil fosse o País que mais vacinou em sistema público no mundo. Foram vacinadas mais de 80 milhões de pessoas em 3 meses! O Brasil sabe fazer, Sr. Presidente.

Bolsonaro, saia dessa cadeira em que se sentou! General que ocupa o Ministério da Saúde, tenha humildade! Reconheça que desconhece o que é o SUS, que não sabe o que é o SUS! Deixe os técnicos do Ministério da Saúde executarem o programa de vacinação! Cumpra aquilo que este Congresso Nacional já aprovou por medida provisória em dezembro e fevereiro aqui na Câmara, que obriga o Governo Federal a vacinar toda a população!

Nós aprovamos aqui, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emenda minha e da Deputada Jandira Feghali com a meta obrigatória de o Governo vacinar toda a população. O Presidente vetou a MP. Nós temos que derrubar esse veto. O Governo Federal tem que ser obrigado a vacinar o conjunto da população.

Se quisermos salvar vidas, vacina já! Se quisermos salvar a economia, vacina já! Se quisermos fazer com que o Brasil volte a ser respeitado, Congresso Nacional, vacina já! Vamos obrigar o Governo a fazer aquilo que não tem feito até agora, Sr. Presidente.

Documento 278/326

| | | |
|----------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------|
| 7.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -24/02/2021- CD | 19:28 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Pedido à Mesa Diretora de reexame do regime de trabalho híbrido implantado na Câmara dos Deputados, tendo em vista à interdição de gabinetes parlamentares e à contaminação de servidores pela Covid-19.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem para expressar aqui algumas preocupações.

Este Plenário votou um projeto de resolução - eu pediria a atenção de V.Exa., Presidente - que estabelece trabalho híbrido na Casa para os Parlamentares. Isso, obviamente, também impacta o trabalho de servidores da Casa. E, nesta semana, acho que nós cometemos a imprudência de abrir os portões da Casa para a entrada de visitantes. Entraram aqui Prefeitos, Vereadores, assessores desses Prefeitos. Houve um afluxo de pessoas, que fizeram filas, que se aglomeraram. Isso causou uma repercussão na Casa. Gabinetes de Parlamentares foram interditados por causa da COVID, mais funcionários foram

acometidos pela COVID.

Eu quero chamar a atenção, Presidente, para o fato de que a Mesa Diretora da Casa, que comanda os trabalhos, talvez precise repensar a forma de reestruturar o trabalho da Casa. Tenho certeza de que muitos Parlamentares, senão todos, receberam o *e-mail* assinado por trabalhadores e trabalhadoras do Parlamento brasileiro, da Câmara dos Deputados, pedindo essa reflexão da Mesa Diretora da Casa.

Acho que nós temos, de fato, que nos preocupar com isso. Acho que não devemos mais abrir a Casa para visitação, porque isso traz um afluxo de pessoas a Brasília e a esta Casa. Isso pode causar a concentra o aqui de variadas cepas dos vírus, porque esta Casa recebe pessoas de todo o Brasil, já é frequentada por nós Deputados e agora também por visitantes. Isso impacta todos nós, os visitantes e os trabalhadores da Casa.

Então, é preciso que repensemos esse trabalho, a forma de mitigar esses efeitos, porque isso é preocupante para a saúde, para a vida de todos que aqui trabalham, n  s  servidores e Parlamentares, mas também visitantes.

Eu faço esse alerta e trago essa preocupa o à Mesa da Casa e aos Parlamentares, porque precisamos rever o modo como estamos trabalhando e como vamos trabalhar daqui para frente.

Documento 279/326

| | | |
|------------------------------------------------|------------------------------------|--------------|
| 7.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -24/02/2021- |
| | CD | 19:32 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - DANILO FORTE-PSDB -CE | | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Avanço da epidemia de coronavírus no Estado do Ceará. Urgente necessidade de cria o de seguro para os trabalhadores do setor de eventos, em face da crise gerada pela Covid-19. Defesa da abertura de bares e restaurantes, observados os protocolos de segurança contra a doença. Falta de leitos de UTI nas unidades de saúde no Estado do Ceará. Defesa da vacina o do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. DANILO FORTE (PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Brasil está perplexo diante da pandemia. É natural que haja preocupa es, principalmente no meu Estado, onde cresce a cada dia o número de  bitos. Hoje, inclusive, infelizmente

apareceu em primeiro lugar quanto ao crescimento do número de óbitos - isso é lamentável -, conforme divulgação feita pelo *Jornal Hoje*, da Rede Globo.

Mas lamentável também é a forma descabida com que se tenta agredir as pessoas que precisam garantir a sobrevivência, que precisam ocupar seu espaço de trabalho para assegurar o sustento de suas famílias.

O Estado do Ceará tem mais de 4 mil estabelecimentos comerciais no setor de bares e restaurantes. São mais de 60 mil pessoas que precisam sobreviver. É um Estado que depende muito da atividade econômica do turismo de eventos. É um Estado que precisa de apoio para esse segmento.

A nossa luta tem sido exatamente no sentido de realizar o mais rápido possível a votação de um seguro que possibilite que esse segmento não seja extinto, o que levaria mais sofrimento ainda a essas famílias.

Eu defendo a vida, eu defendo a vacina, eu defendo o isolamento de quem pode se isolar, mas temos que defender também o direito à dignidade, o direito ao trabalho no caso daqueles que já podem exercer sua atividade dentro de todas as condições sanitárias possíveis e identificáveis, garantindo-se um bom serviço, um bom atendimento, não se expondo as pessoas aos vírus, assegurando-se a higienização dos estabelecimentos.

Eu acho que não vai ser da forma como estão fazendo que vão conseguir inverter a curva trágica que o Estado do Ceará está vivendo com relação à mortandade. Precisam, sim, dar à população satisfação sobre os recursos que foram desviados do hospital de campanha do Presidente Vargas, que foi montado em 25 dias e durou apenas 4 meses.

Hoje a população clama exatamente pelas UTIs que não existem mais no Estado do Ceará, clama pelo bom atendimento e também busca a garantia daquilo que esta Casa votou ontem, a respeito da liberdade relativamente à vacinação. Nós precisamos oferecer cada vez mais estímulos para que o Brasil possa dar com mais rapidez essa resposta, para diminuição desse sofrimento, e não extinguir postos de trabalho ou oportunidades de as pessoas garantirem seu sustento.

Vamos então votar o mais rápido possível aquilo que favorece a recuperação do setor de eventos, bares e restaurantes.

CD 19:40
Publ.: DCD - 2/25/2021 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Dificuldades enfrentadas pelo setor de entretenimento diante da epidemia de coronavírus. Apelo à Casa de votação do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, acerca da criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos e aqueles que estão nos assistindo pela *TV Câmara*, todos têm conhecimento de que o setor que mais está sendo penalizado na pandemia é o setor do entretenimento. Hoje, nós fomos até o Ministro do Turismo e o Secretário de Cultura, Mário Frias, juntamente com os Deputados Augusto Coutinho e André de Paula, e levamos Robinson Pacheco, Presidente do maior espetáculo ao ar livre do mundo *A paixão de Cristo*, que vai completar 2 anos sem ser realizado. É um produto turístico e cultural do nosso Estado que, se fizermos uma analogia com o momento que estamos atravessando, veremos que simplesmente está em estágio terminal na UTI. Todo o setor de entretenimento do Brasil - e não há como fazer nenhum paralelo, como comparar - está proibido de trabalhar.

Então, eu faço um apelo a esta Casa. Falei com o Presidente Arthur Lira, que nos garantiu que, na próxima semana, após um diálogo com o Governo, iremos colocar o projeto em pauta, para amenizar a dor e o sofrimento do setor que está proibido de trabalhar.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 281/326

7.2021 Sessão Deliberativa Extraordinária -24/02/2021-
CD 19:40
Publ.: DCD - 2/25/2021 - JOENIA WAPICHANA-REDE -RR
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS ORDEM DO DIA COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Alcance da marca de 248 mil mortes no País provocadas da Covid-19. Ocorrência de elevado número de óbitos de indígenas em face da doença.



Agravamento das crises social, econômica e ambiental reinantes no Brasil. Inversão de prioridades pela Casa, demonstrada na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, a respeito da alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, com vista ao resguardo de prerrogativas parlamentares. Visita, à Casa, do Governador do Estado de Roraima e de Prefeitos Municipais indígenas. Redução das verbas orçamentárias destinadas aos órgãos de proteção ambiental. Falecimento do Prof. Marcos Braga, Diretor do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, da Universidade Federal de Roraima, em decorrência da Covid-19. Necessidade de imunização do povo brasileiro contra a doença.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares membros da Casa, o Brasil atingiu hoje o número de 248 mil mortos pela COVID-19. Nós, povos indígenas, já perdemos as vidas de mais de mil parentes.

As crises social, econômica e ambiental só se agravam. E eu pergunto, Sr. Presidente e demais Parlamentares: qual é a prioridade deste Parlamento hoje? É uma PEC da imunidade ou da impunidade parlamentar? Com tantas coisas que precisamos discutir para o nosso País, ficamos o dia de hoje nos debruçando sobre essa prioridade, inteiramente paralisados por conta de uma proposta de mudança da Constituição que tem o objetivo real de aumentar a imunidade parlamentar, o que vai na contramão de todas as medidas adotadas nos últimos anos, para impedir que Parlamentares, usando o manto da imunidade, fiquem livres dos crimes cometidos contra o País.

Não podemos aceitar as medidas propostas, muito menos sem um profundo diálogo na Casa. Esta PEC foi protocolada apenas hoje. Não tem relatório, não houve discussão e sequer foram instaladas Comissões para analisar a questão da constitucionalidade. Não podemos aceitar esse "liberou geral", Sr. Presidente!

Neste momento dramático para o Brasil, precisamos tratar de soluções, sim, para os problemas da população, que sofre com o desemprego, com a alta dos preços dos alimentos, com a alta do preço dos combustíveis, com o impacto das mudanças climáticas, com o descaso com o combate à pandemia.

Como estamos pensando aqui tanto em soluções, esta semana também tivemos o prazer de receber Parlamentares que estão atrás de melhorias para a população brasileira. Nós recebemos Prefeitos, o Governador do Estado de Roraima, e eu tive o prazer de conversar com o Prefeito de Boa Vista, Arthur Henrique, o Prefeito de Bonfim, Joner Chagas, o Prefeito de Cantá, André Castro, o Prefeito de Alto Alegre, Pedro Henrique, com a Prefeita de São João da Baliza, Luiza Maura, com os Prefeitos indígenas, da terra indígena Raposa Serra do

Sol, com o Prefeito do Município de Normandia, Dr. Raposo, e com o Prefeito de Uiramutã, Tuxaua Benísio, que muito nos alegra com o seu trabalho de fortalecimento das políticas públicas. Ver a participação dos povos indígenas faz a diferença na gestão municipal.

Muitas vezes, Sr. Presidente, demais Parlamentares, as nossas escassas emendas têm sido o único caminho para garantir a melhoria da qualidade de vida da população. E é triste ver que isso não acontece muitas vezes no Orçamento proposto pelo Governo, que a cada ano reduz ainda mais o Orçamento e sufoca as políticas importantes que são feitas para a proteção de áreas públicas essenciais para a vida das pessoas, para dar potencialidade e até mesmo condições de trabalho para o IBAMA, a FUNAI e o ICMBio, que são os grandes responsáveis por grandes áreas em nosso País. Precisamos, Sras. e Srs. Parlamentares, votar o Orçamento com responsabilidade, incluindo o fortalecimento de políticas públicas, recursos e ações.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de registrar, com muita tristeza e pesar, mais uma perda que sofremos em decorrência da COVID-19. O querido Prof. Marcos Braga, um guerreiro, um amigo, Diretor do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, da Universidade Federal de Roraima, porta-voz e Presidente estadual da Rede Sustentabilidade, foi mais uma vítima da COVID e fará muita falta pela humanidade, pela sensibilidade, pelo ativismo em defesa dos direitos humanos.

Sr. Presidente, é lamentável que pessoas tão boas nem sequer tiveram condições de ser vacinadas. E mais uma vez eu reafirmo que a vacina é importante para todos no Brasil. Vacina, sim! Vacina, já!

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 282/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 7.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -24/02/2021- |
| | CD | 19:44 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | CAPITÃO WAGNER-PROS -CE | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts.

14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, com vista ao resguardo de prerrogativas parlamentares. Ineficiência do Governo do Estado do Ceará na aplicação de vacinas contra a Covid-19.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

O PROS orienta "não".

Eu aproveito este 1 minuto para fazer um registro. Nós denunciemos aqui neste plenário que o Estado do Ceará, segundo dados do próprio Ministério da Saúde, é um dos Estados mais ineficientes na aplicação das vacinas que estão sendo distribuídas pelo Governo Federal. Nós vimos parte da mídia cearense hoje tentar explicar esse problema a mando do Governo do Estado do Ceará. Eu queria que a mídia perguntasse ao Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Saúde se eles foram incompetentes para registrar no *site* do Ministério da Saúde a quantidade de vacinas aplicadas ou se eles foram incompetentes para aplicar essas vacinas, porque a atribuição de alimentar as informações do *site* é de cada Estado, é de cada Secretaria de Saúde. E, infelizmente, o que nos prova que o Governo do Estado não tem sido correto e não tem sido eficiente são os dados que lá estão sendo colocados, que mostram que, de cada dez vacinas que chegaram ao Estado do Ceará, apenas três foram aplicadas.

Não à incompetência, não à falta da informação, não à mentira!

Obrigado, Presidente.

Documento 283/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 7.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -24/02/2021- |
| | CD | 21:24 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | ERIKA KOKAY-PT -DF | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Discussão da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, com vista ao resguardo de prerrogativas parlamentares.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Se alguém nos perguntar como é que se discute uma proposta de emenda à Constituição, nós vamos dizer que primeiro ela passa pela CCJ, para



análise da sua admissibilidade, para análise da sua constitucionalidade. E, após ampla discussão na Comissão de Constituição e Justiça, o mérito da proposição vai ser objeto de discussão numa Comissão Especial, que será composta de acordo com a proporcionalidade da Casa, ou seja, de acordo com o peso proporcional de cada um dos partidos desta Casa. E esse alguém dirá: *"Então é assim que se faz uma emenda à Constituição? É assim que se modifica a Constituição, que é a tentativa do Brasil de fazer o luto de um período traumático da sua história?"* E nós vamos dizer: *"Exceto no caso da discussão das prerrogativas parlamentares. Exceto no caso do estabelecimento de condições diferenciadas para Parlamentar responder pelos seus atos"*. Essa vai ser a narrativa que vai ser colocada, porque essa é a verdade.

Nós estamos vivenciando neste Parlamento uma corrupção de prioridades. O País vivencia a realidade de quase 250 mil pessoas que se foram nesta pandemia - e quem parte sempre é amor de alguém. O País vivencia o aumento da miséria e o aumento da inflação. O País vê a dor do seu povo. E nós aqui estamos atropelando os ritos que foram construídos pelo próprio Poder Legislativo, para tentar, de forma rápida, açodada, sem qualquer discussão com a sociedade, estabelecer condições diferenciadas para os Parlamentares.

Por que um Parlamentar que comete homicídio não pode ser preso em flagrante? Por quê? Como se justifica isso para a sociedade? Por que um Parlamentar pode ter a liberdade de atentar contra a Constituição, pode pregar o retorno aos tempos escuros das salas de tortura, que deixaram marcas na pele e na alma deste País, e não pode responder por isso diante do Poder Judiciário? Ele vai responder apenas administrativamente, dentro da própria Casa. Por quê? Por que o Parlamentar, ao ser preso em flagrante, terá que ser custodiado pela própria Casa e não pode adentrar as instalações que acolhem e custodiam todas as pessoas que cometem qualquer tipo de crime?

Por quê? Porque se está discutindo neste momento uma proposta que vai ser conhecida como a PEC da impunidade, aprovada depois de se ferirem todos os ritos para que não façamos uma discussão que faça valer a necessária reflexão e discussão com a própria sociedade sobre uma mudança na Constituição.

Eu repito: neste momento, nós estamos em uma corrupção de prioridades - corrupção de prioridades! Neste momento, nós deveríamos estar discutindo como fazer para que o Brasil possa atender as diversas pessoas que clamam por vacina. Como nós vamos explicar à sociedade que a pessoa que cometeu um grave crime de corrupção não pode ser presa em flagrante se for Parlamentar?

É óbvio que nós queremos discutir os abusos do Poder Judiciário. É

óbvio que nós queremos fazer uma discussão e passar a limpo a toga que vestiu o abuso e a toga que vestiu a atuação política, em vez da atuação jurídica. Nós queremos discutir as falas de um procurador que diz que nós não devemos nos deter em filigranas jurídicas e que o processo é político. É preciso discutir isso. É preciso discutir os abusos do Poder Judiciário não apenas contra o Parlamento, mas também contra o Estado Democrático de Direito, que está cindido, rompido, num processo de esgarçamento constante desde o golpe que o Brasil vivenciou em 2016. Mas nós queremos discutir os abusos do Poder Judiciário e as prerrogativas do Parlamentar dentro de um processo democrático, sem qualquer tipo de privilégio e sem qualquer tipo de impunidade.

O que estamos vendo acontecer hoje aqui é o Parlamento se vestir com o manto denso e obscuro da própria...

Documento 284/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 7.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -24/02/2021- |
| | CD | 22:12 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | CELSO MALDANER-MDB -SC | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Dificuldade do Deputado Newton Cardoso para registro de voto. Defesa de prorrogação do censo demográfico de 2020. Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 5.043, de 2020, a respeito da alteração da Lei nº 8.069, de 1990, com vista à realização do teste do pezinho ampliado.

O SR. CELSO MALDANER (MDB - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, eu queria justificar que o Deputado Newton Cardoso, nosso colega de Minas Gerais, não está conseguindo votar. Aproveito este momento para encaminhar dois pronunciamentos.

Um, a meu ver, muito oportuno, trata de prorrogarmos o Censo que está previsto para este ano e que tem um investimento de 2 bilhões de reais. Em razão da pandemia, eu acredito que é preciso priorizar a área da saúde. Assim, o Censo poderia ser prorrogado mais uma vez.

O outro, muito importante, trata do Projeto de Lei nº 5.043, de 2020, que prevê a ampliação do teste do pezinho. Eu acho que é fundamental, neste projeto que tramita na Casa, ampliar o teste do pezinho para detectar a AME - atrofia muscular espinhal. O tratamento das crianças que sofrem desta doença tem um preço muito alto. Isso

também é vida! Nós temos que ampliar o teste desta doença.

Sr. Presidente, solicito que meus pronunciamentos sejam dados como lidos e peço que sejam divulgados pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 285/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------------------------------------|------------|
| 7.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/02/2021- CD | 22:16 |
| Publ.: DCD - 2/25/2021 - | CARLOS VERAS-PT -PE | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Protesto contra a prioridade da Casa na discussão da imunidade parlamentar, em detrimento da apreciação das propostas de retomada do auxílio pecuniário emergencial e da cobertura vacinal do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Venho cumprimentá-lo pela condução desta sessão.

Hoje a sociedade clama que esta Casa discuta o retorno do auxílio emergencial e da vacinação. No entanto, até agora nós estamos discutindo imunidade parlamentar! Esta é a prioridade da sociedade brasileira neste momento? Amanhã, qual será a prioridade? Será o mesmo tema, privatizações, desmonte do serviço público? Ora, neste momento, a prioridade é o enfrentamento da fome - o povo brasileiro está passando fome! A prioridade é a retomada do auxílio emergencial e da cobertura vacinal, e não as privatizações, e não o desmonte do serviço público e, muito menos, a discussão, neste momento, da imunidade parlamentar.

Nós estamos na contramão. Nós precisamos discutir o que a sociedade espera desta Casa e resolver problemas graves, como o retorno e a garantia do auxílio emergencial e a vacinação.

Muito obrigado.

Documento 286/326

| | | |
|----------------------|-------------------------|------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-14:04 |
| Publ.: - 2/26/2021 - | MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | |

Sumário

Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, e da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Inexistência, no âmbito do Governo Federal, de plano real de vacinação contra a Covid-19. Inadmissibilidade de condicionamento da retomada do auxílio emergencial à desvinculação de receitas orçamentárias das áreas de educação e saúde, preconizado na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal, em votação no Senado Federal. Colapso do sistema de saúde de Porto Alegre, Estado do Rio Grande Sul, provocado pela Covid-19. Registro de 250 mil mortes no País em decorrência da doença viral. Incompetência do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, na condução das ações de combate ao coronavírus. Violação de direitos humanos e sociais pelo Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me posicionar claramente contra a destruição do Brasil que está acontecendo.

O Governo enviou para a Câmara e para o Senado, o Presidente da República levou a privatização dos Correios. Milhares de trabalhadores estão sob a ameaça do desemprego. E os Correios que são superavitários, que oferecem um trabalho excepcional ao Brasil e importantíssimo de unidade nacional e soberania, estão na mira das privatizações para serem transformados em uma empresa que venha a garantir o lucro dos tubarões privados, assim como ELETROBRAS e outros setores essenciais. Solidarizo-me e me coloco ao lado de todo o Brasil que está perdendo com cada ação deste Governo.

Mas, neste momento, também quero me posicionar denunciando esse desgoverno no que diz respeito à inexistência de um plano real de vacinação, um plano que abarque de forma prioritária grupos populacionais como o das pessoas com deficiência, que não estão previstos em nenhuma prioridade, como os educadores e educadoras, professores e professoras, que precisam desse atendimento para garantia do trabalho pedagógico.

Hoje o Senado Federal tem na pauta a desvinculação das receitas do mínimo constitucional para a educação e para a saúde em troca de uma chantagem para pagar o auxílio emergencial. É uma situação tão absurda porque, em vez de tirar das grandes fortunas, em vez de tirar dos ricos que tanto têm e que tanto sonham no Brasil, tentam agora tirar das atuais e futuras gerações, desfazer o FUNDEB, que acabamos

de votar e constitucionalizar, para colocar recursos no auxílio emergencial, que sabemos é temporário, urgente, mas temporário, e os recursos da educação e da saúde são permanentes e constitucionalmente estabelecidos como o mínimo.

Coloco-me contra isso. Queremos a vacina. Queremos um Governo que olhe para o povo.

Só em Porto Alegre, já temos mais de 100 pessoas na porta das UTIs esperando uma vaga. As UPAs e as Unidades Básicas de Saúde também já têm filas nas portas. Os profissionais de saúde não aguentam mais. O tempo de espera é imenso. Enfim, as pessoas adoeceram. O Brasil já ultrapassou 250 mil mortos, enquanto o Ministro da Saúde não sabe onde é o Amazonas ou o Amapá, enquanto o Ministro da Saúde não resolve o problema do oxigênio ou mesmo dos anestésicos, para que as pessoas possam ser entubadas.

Basta! Basta de um Governo que é genocida. Basta de um Governo que está tirando direitos da população. Hoje me somo aos educadores e às educadoras, aos trabalhadores da saúde, aos trabalhadores dos Correios, a todos os setores dos trabalhadores e das trabalhadoras que defendem direitos, que defendem o Brasil e que buscam um país com dignidade, o que não é assegurado por este Governo. É um Governo que quer acabar com os direitos humanos e com os direitos sociais.

Documento 287/326

| | | |
|----------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-14:08 |
| Publ.: - 2/26/2021 - | LÍDICE DA MATA-PSB -BA | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Agravamento da crise sanitária decorrente da epidemia de coronavírus no País. Incompetência dos Ministros da Saúde, das Relações Exteriores e da Economia. Não vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Agravamento do quadro de fome e de extrema pobreza no País. Congratulações ao Governo do Estado da Bahia; ao Prefeito Municipal de Salvador e ao Presidente da União de Prefeitos da Bahia - UPB, pela seriedade no enfrentamento da crise gerada pelo coronavírus. Falecimento do militante do PDT, Hari Alexandre Brust.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, infelizmente, tenho que voltar a tratar dessa crise que enfrentamos no Brasil neste

momento. É uma crise sanitária profunda, que o Governo continua a ignorar e até promove, ele próprio, as suas aglomerações particulares, fazendo posses de Ministros para praticar absolutamente nenhum respeito com o povo brasileiro.

São seus três Ministros trapalhões. Há o Ministro da Saúde, que, além de tudo, é também incompetente e não sabe nem onde fica o Amazonas, que, pior, é o Estado onde a crise sanitária se apresenta com um grau mais grave. S.Exa. não sabe também onde fica o Amapá, Estado do Deputado Camilo Capiberibe. O Ministro das Relações Exteriores também é um trapalhão incompetente. O Ministro da Economia, idem.

Enquanto isso acontece, Sr. Presidente, e o povo está envolto nessa crise sanitária e sem vacinação, chega outra pandemia batendo às portas do povo brasileiro, que é a pandemia da fome. Aumenta o número de famílias brasileiras ameaçadas pela fome e pela extrema pobreza. São agora 14 milhões de famílias de brasileiros ameaçadas pela fome e que vivem sem o auxílio emergencial, com, aproximadamente, uma média do Programa Bolsa Família, que chega em torno de 200 reais.

É nesse quadro que o Brasil se encontra, é nesse quadro desgoverno. Aqui a Bahia luta contra essa crise. O Governador hoje - que está de parabéns, mais uma vez, pela forma séria como enfrenta a crise em nosso Estado - se reuniu para, numa entrevista coletiva com o Prefeito da Capital e o Presidente da União de Prefeitos da Bahia, anunciar novas medidas restritivas. Foi anunciado até mesmo o *lockdown* no fim de semana em 90% do Estado da Bahia.

Combate-se dessa forma a aglomeração, tratando da saúde das pessoas, abrindo novos leitos hospitalares e de UTI e lutando pela vacina. Do outro lado, busca-se a unidade do Estado da Bahia nesse combate. Quero parabenizar o Prefeito da Capital, o Presidente da UPB e o Governo do Estado da Bahia, que têm tratado seriamente da vida do povo baiano.

Por fim, Sr. Presidente, quero apenas registrar e lamentar a morte de Hari Alexandre Brust, grande brizolista e representante síntese da vida e da existência do PDT no Estado da Bahia. Não é o meu partido, mas Hari foi um grande amigo e um aliado da luta pela democracia em nosso Estado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Publ.: - 2/26/2021 -

VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS; da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e do Banco do Brasil. Adoção de medidas de enfrentamento da epidemia de coronavírus pelo Governador do Estado da Bahia, em conjunto com o Prefeito Municipal de Salvador e o Presidente da União de Prefeitos da Bahia - UPB. Apelo ao Presidente Arthur Lira de prioridade na retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje quero tratar mais uma vez da pandemia.

Sr. Presidente, eu tenho a preocupação muito grande de que a nossa Câmara dos Deputados e o Senado Federal coloquem como prioridade privatizar o País e vender a ELETROBRAS, os Correios, a PETROBRAS e o Banco do Brasil. Essa não pode ser a agenda prioritária.

Esta Casa, a Câmara dos Deputados, tem um Presidente que é nordestino. O Presidente tem que se preocupar em salvar vidas. A pandemia chegou a um grau muito elevado no nosso País, Sr. Presidente. Os Prefeitos e Governadores tomam cada vez mais medidas restritivas. O Governador Rui Costa, hoje, juntamente com o Prefeito de Salvador e com a União dos Prefeitos da Bahia, tomou uma atitude mais restritiva, porque a sua preocupação e a nossa é salvar vidas.

Para isso, precisamos, de forma emergencial, aprovar os 600 reais para a população brasileira. Com as medidas restritivas, é preciso que o Estado brasileiro possa ajudar essas famílias, essas pessoas, e nós, como Deputados Federais, temos que ser protagonistas desse processo, como fizemos no início da pandemia. Já que o Governo Federal de Bolsonaro não faz nada para salvar a vida das pessoas e salvar o País, nós Deputados Federais temos que fazer algo. Por isso, é prioritário que seja colocada na pauta a votação do auxílio emergencial de 600 reais para o povo brasileiro.

Como o Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, é nordestino, ele sabe quais dificuldades encontramos no dia a dia aqui no Nordeste.

| | | |
|----------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-14:12 |
| Publ.: - 2/26/2021 - | CAMILO CAPIBERIBE-PSB -AP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Inoportunidade e açodamento da Casa na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela não imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Imediata retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os que acompanham a sessão nesta tarde.

São três os temas que eu vou tentar tratar muito rapidamente. O primeiro deles é a minha posição em relação à PEC da Impunidade. Eu quero dizer que o momento que o Brasil vive não é o momento de a Câmara dos Deputados apresentar uma PEC e colocá-la para tramitar antes que ela tenha as assinaturas devidas, a toque de caixa, e sem o necessário debate com a sociedade e mesmo dentro da Casa, para fortalecer as prerrogativas dos mandatos parlamentares.

Se formos olhar, historicamente, o instituto da imunidade parlamentar vem sendo enfraquecido. Nós temos aí a judicialização da política. E o Congresso Nacional é responsável porque, ao longo dos anos, foi abrindo mão, permitindo que nesse processo o Parlamento fosse enfraquecido em detrimento dos outros Poderes.

Mas, neste momento, quem está mais fragilizado são os 14 milhões de desempregados que perderam o direito ao auxílio emergencial. Quem está mais fragilizado são os 200 milhões de brasileiros que, por causa de um Governo negacionista e antivacina, não têm à sua disposição a possibilidade de se imunizar contra a COVID-19.

Nós atingimos ontem a marca triste de 250 mil mortos por causa dessa doença terrível.

O Governo Federal teve a oportunidade de adquirir 70 milhões de doses do imunizante da Pfizer BioNtech, e ele abriu mão disso. Neste momento, em vez de buscar imunizar a população, como é feito em

outros países - cito aqui o caso de Israel, que já imunizou mais de 50% da sua população e teve quedas drásticas de internações e de mortes - , ele busca tecnicidades para se esquivar de... (*falha na transmissão*) e qualquer outro país civilizado, que é buscar a vacina.

Não adianta dizer que defende a economia, que quer o retorno da normalidade em todos os aspectos, se não faz o que tem que fazer. Não vai ser a cloroquina, não vai ser a hidroxicloroquina, não vai ser o tratamento precoce que vai resolver o problema da pandemia em todos os seus aspectos: social, de saúde pública e econômico. Vai ser a vacina que o Governo não fez a menor questão de buscar.

Então, precisamos, sim, imediatamente, retomar o auxílio emergencial de 600 reais.

O Governo, como sempre, está vacilando, demorando para agir. Cabe a nós do Congresso, então, melhorar o que vier de lá, para que possamos dar as condições reais de a população se manter.

"Não" à PEC da Impunidade! Não vamos nos colocar acima das necessidades do povo! Vamos debater isso em outra oportunidade.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 290/326

| | | |
|----------------------|------------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-14:20 |
| Publ.: - 2/26/2021 - | PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Alcance da marca de 250 mil mortes no Brasil em decorrência da epidemia de coronavírus. Inadmissibilidade de condicionamento da retomada do auxílio emergencial à desvinculação de receitas orçamentárias das áreas de educação e saúde, preconizado na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Obrigada. Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde aos demais pares.



Uso este espaço nesta tarde para também fazer uma reflexão a respeito do que está acontecendo no País. A cada dia nos surpreendemos com uma tragédia maior: o País praticamente ultrapassou a marca de 250 mil mortes por COVID. Analistas dizem que no mês de março chegaremos a 300 mil mortes.

Hoje estamos tendo fortes dificuldades de investimentos na área social para aqueles e para aquelas que, sem renda, não conseguem alimentos para colocar na mesa e dá-los aos seus filhos.

E o Ministro Paulo Guedes, juntamente com o Presidente da República, eleito pelo povo, faz uma chantagem ao Parlamento brasileiro, dizendo que se não for desvinculado os pisos mínimos para a saúde e a educação não será pago o recurso emergencial às famílias que estão em sofrimento.

Os recursos vinculados da saúde e da educação são o que garante o planejamento das menores e maiores cidades no Brasil.

A história de dizer que na educação há Municípios em que as pessoas envelheceram mais, sobra mais dinheiro e precisa-se investir na saúde porque há idosos é mentirosa, porque os recursos são distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados.

Vinte por cento de todo o recurso da educação é do FUNDEB, e o FUNDEB tem por determinação que o vínculo é por matrícula. Então o Município que tem menos recebe menos, o que tem mais recebe mais.

Nós estamos vendo uma plena pandemia, os nossos estudantes no Brasil não podem frequentar as escolas, não têm os equipamentos necessários para, de forma remota, falar com os seus professores, estão desligados da possibilidade de construção do conhecimento, e o Governo chantageia o Parlamento.

E o Parlamento rapidamente quer fazer a discussão, no Senado, da chamada PEC Emergencial, PEC do Pacto Federativo, que de pacto não tem nada. O pacto é para destruir a Nação brasileira, o Estado brasileiro, a organização do Estado brasileiro, para garantir saúde e educação para a nossa população.

Então eu vejo que esta Casa, que receberá, na sequência, esta discussão, deve se preparar, já dizendo "não" antecipadamente a esse risco grave de destruir o que nós ao longo da história construímos para dar garantia às políticas públicas de saúde e de educação.

O País, no momento trágico que está vivendo, não pode jogar fora o que tem construído. Esse é o Governo da destruição, que não cuida da vida das pessoas. Portanto, faço um chamamento a esta Casa: o que

já temos garantido não vamos destruir!

Muito obrigada, Sr. Presidente. E que tenhamos força para passar por esse Governo trágico e que decepciona fortemente toda a Nação brasileira.

Documento 291/326

| | | |
|----------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-14:28 |
| Publ.: - 2/26/2021 - | NILTO TATTO-PT -SP | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Protesto contra a prioridade dada pelo Presidente Jair Bolsonaro na flexibilização do acesso às armas e no processo de privatização de empresas estatais, em detrimento da retomada do auxílio emergencial de 600 reais, da vacinação contra a Covid-19 e das medidas de apoio às pequenas e microempresas brasileiras. Inconveniência de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Consequências negativas da redução das dotações orçamentárias do Ministério do Meio Ambiente. Aumento do orçamento das Forças Armadas brasileiras.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Parlamentares, esta Casa precisa puxar para si a responsabilidade e interromper esse processo de destruição que o Governo Bolsonaro vem fazendo no País. No momento em que a emergência para o povo brasileiro é a ajuda emergencial de 600 reais, é ter um programa sério de vacinação de toda a população, dar apoio para as micro e pequenas empresas manterem os empregos, o Governo coloca como prioridade uma série de decretos para liberar posse, compra, comercialização e produção de armas e, com isso, mais violência, mais morte. O Governo traz aqui também seus projetos de entrega e destruição do patrimônio público, como, por exemplo, a privatização da ELETROBRAS e a privatização dos Correios.

Eu pergunto para quem está nos acompanhando, inclusive pela TV *Câmara*, e para os colegas Parlamentares qual é a empresa de correio que vai depois levar as correspondências lá ao interior do Rio Grande do Sul, ao interior de Goiás, de Minas, do Amazonas, do Pará. Essas empresas vão fazer esse trabalho?

Eu quero aqui citar outro exemplo de destruição: para V.Exas. terem uma ideia, o orçamento do Ministério do Meio Ambiente, em 2 anos, baixou 35%, de 800 milhões de reais para menos de 500 milhões de

reais. A consequência disso todo mundo vem acompanhando: o aumento do desmatamento, das queimadas. E o Brasil se tornou pária do ponto de vista internacional, não senta nem mais à mesa dos grandes líderes.

Para se ver o tamanho do descaso que tem pelo País, esse Governo não consegue verificar a prioridade deste País.

Só para dar um exemplo de outra área de orçamento, as Forças Armadas a cada ano aumentam o seu orçamento e estão com o orçamento de 150 bilhões de reais.

Eu volto a citar aqui o caso da Amazônia. V.Exas. acompanharam a Operação Amazônia no ano passado. Os coitados dos soldados foram colocados lá para combater incêndio, combater desmatamento, combater o crime, e não conseguiram nada. Simplesmente aumentou o desmatamento.

Então é isso que nós precisamos trazer para esta Casa, debater seriamente. Qual é a prioridade? É o que o Governo Bolsonaro vem fazendo, ou é aquilo que é a vontade do povo, para nós enfrentarmos a pandemia e criarmos as condições para a retomada das atividades?

Obrigado, Presidente.

Peço, por favor, que divulgue nos meios de comunicação da Casa.

Documento 292/326

| | | |
|----------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-14:32 |
| Publ.: - 2/26/2021 - | BENEDITA DA SILVA-PT -RJ | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Manifestação de votos de condolências aos familiares dos 250 mil mortos no País em decorrência da Covid-19. Contrariedade ao condicionamento da retomada do auxílio emergencial à redução salarial dos servidores públicos, e à desvinculação de verbas orçamentárias das áreas de educação e saúde, preconizado na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Necessidade de adoção de medidas concretas de enfrentamento da Covid-19, e de elevação das dotações orçamentárias destinadas às áreas de educação e

saúde.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, eu quero apresentar as minhas condolências aos familiares dessas 250 mil pessoas mortas no nosso País pelo coronavírus. Nós estamos vivendo esta pandemia da COVID sem a atenção necessária.

É duro entender que a tragédia da PEC 186 faz pensar que nós estamos querendo realmente que haja um assassinato coletivo, cuja responsabilidade não fica na mão de ninguém. Nós estamos assistindo, com a 186, a um congelamento, à redução dos salários dos servidores públicos, à redução de recursos da saúde, da educação. E nós estamos assistindo à falta de entendimento para que se crie o auxílio emergencial para as pessoas mais necessitadas.

Além disso, nós estamos assistindo a mais outra tragédia. Está para nós colocado o enterro de uma empresa histórica, que são os Correios, que nós sabemos que trazem notícias boas e ruins, mas que fazem um trabalho que é emocionante. Ali estão as cartas que levam uma notícia de um filho distante, de alguém distante que não pode mais se comunicar e manda aquela sua carta. Esse é um sentimento humano, é aproximação. Mas não, têm que privatizar os Correios, a ELETROBRAS, e agora o BNDES, do qual nós estamos sabendo.

Não, Sr. Presidente, não estamos precisando de privatização! Nós temos é que enfrentar esta pandemia. Nós temos que aumentar o orçamento da saúde e da educação.

Nós temos que reforçar o SUS, que é o importante, temos que ofertar mais leitos para as pessoas que estão morrendo na porta dos hospitais, temos que ter um plano mais consistente para essa questão da vacina. Esse auxílio emergencial tem que ser digno, e não cheio de chantagem, como querem colocar em nossas mãos.

Peço publicação do meu discurso nos meios de comunicação e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 293/326

| | | |
|------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-14:40 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - AIRTON FALEIRO-PT -PA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Falecimento da Profa. Izaneide Bentes em decorrência da Covid-19. Homenagem à enfermeira Rebeka Fonseca por prática de ação humanitária. Aplausos ao Prefeito Municipal de Itaituba, Estado do Pará, pelo empenho no fornecimento de oxigênio a pacientes com coronavírus.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje eu quero falar daquela região de Itaituba, Transamazônica e BR-163, de alguns fatos ocorridos, um deles um fato que nos entristece. Perdemos para a COVID-19 uma pessoa muito querida, a Profa. Izaneide Bentes, pessoa com quem convivi, uma lutadora em defesa da sua categoria. Ela deixa família, deixa saudades e deixa a lembrança de uma mulher de lutas.

Deixo aqui, em seu nome, os nossos sentimentos a todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação que estão perdendo a vida com essa pandemia. E deixo o alerta de que, com a chegada de novos lotes de vacinas, nós precisamos incluir os trabalhadores em educação como categoria essencial para receber a vacina de forma antecipada.

Quero também emprestar a minha homenagem à enfermeira Rebeca Fonseca, lá de Rurópolis, que fez um ato humanitário de repercussão nacional ao conduzir um paciente, junto com o motorista da ambulância, após encontrar um congestionamento de carretas de grãos que vinham do centro-sul brasileiro. Ela e o motorista foram empurrando a maca para salvar a vida do paciente, até encontrar a outra ambulância que vinha com oxigênio.

Eu lhe telefonei e disse que ia fazer essa homenagem, e ela me disse: *"Não faça para mim, faça para a enfermagem brasileira, que tem cumprido um papel determinante no combate à COVID-19."*

Então aqui fica a nossa homenagem, enfermeira Rebeca Fonseca, em seu nome, à enfermagem brasileira.

Eu participei por telefone de uma ação muito bonita desenvolvida pelo Prefeito do Município de Itaituba e por sua equipe, em socorro a pacientes que estavam ameaçados pela falta de oxigênio no Município de Prainha. Eles prontamente correram atrás de empréstimos para, através de aviões e helicópteros do Estado, conduzirem oxigênio até lá.

Meus parabéns a essas pessoas que praticam esses atos de solidariedade!

Quero, Sr. Presidente, que o meu pronunciamento seja divulgado nos

meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 294/326

| | | |
|------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-14:40 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Alcance da marca de 250 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Enfraquecimento financeiro do Sistema Único de Saúde - SUS pelo Governo Federal. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pela falta de vacinas contra o coronavírus. Atuação insatisfatória do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, no tocante ao combate à Covid-19. Repúdio à sanha privatista do Ministro da Economia, Paulo Guedes.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero manifestar uma posição clara no momento em que todo o Brasil assiste à morte de 250 mil vidas em nosso País.

Boa parte dessas vidas não deveria ter ido embora. Nós temos o SUS, um sistema de saúde robusto, em termos de infraestrutura, em termos de capilaridade e, melhor do que tudo isso, com *expertise* como ninguém no mundo em campanhas de vacinação. Apesar de tudo isso, enfraquecemos o SUS a partir do Governo Federal. De 2019 para cá, foram alocados menos de 32 bilhões de reais no seu orçamento.

Não temos vacina agora. E não temos porque o Governo Bolsonaro desdenhou da pandemia, o Governo Bolsonaro retirou do comando do Ministério da Saúde dois Ministros com formação em Ciências da Saúde e colocou no lugar um Ministro subserviente, um general da ativa. E o Ministério da Saúde não consegue sequer apresentar níveis satisfatórios de governança. O TCU disse isso lá atrás. Por isso o enfrentamento da pandemia não ocorre de maneira satisfatória.

O general que está à frente do Ministério da Saúde deveria explicar, em termos de transporte e de logística, quanto o Brasil está gastando para levar um punhado de vacinas para cada cidade, para cada Município, para cada capital de Estado deste País. Quanto é, Ministro, quanto é, Bolsonaro, que está custando levar de maneira mitigada as

vacinas de que o povo precisa?

O Ministro Paulo Guedes sabe que vender o patrimônio nacional agora é a atitude mais covarde. Ele ataca a PETROBRAS, atacando os Correios, ataca a ELETROBRAS e vende a estrutura do País na bacia das almas.

Melhor seria que estivéssemos cuidando da saúde pública. Estima-se que, daqui a 30 dias, nós teremos mais 120 mil brasileiros mortos, se não tomarmos uma atitude.

Fora, Bolsonaro!

Documento 295/326

| | | |
|--------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-14:48 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - FELIPE CARRERAS-PSB -PE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Participação do orador em reunião na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada ao debate do repasse de recursos ao Ministério da Saúde para imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Alerta aos Governadores e Prefeitos Municipais, na condição de Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Esporte e da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Preventiva, sobre a importância do funcionamento de estabelecimentos destinados à prática de exercícios físicos.

O SR. FELIPE CARRERAS (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, colegas Deputados e todos os que nos assistem pela *TV Câmara*, eu acabo de sair de uma reunião da CMO, a Comissão Mista de Orçamento, e vamos, como representantes do Partido Socialista Brasileiro, obviamente, garantir recursos para o Ministério da Saúde, a fim de que haja vacina suficiente para imunizar o nosso povo. Mas quero aqui passar um recado, falar do nosso posicionamento na Câmara dos Deputados, e também falar para os governantes do Brasil, Governadores e Prefeitos.

Eu presido a Frente Parlamentar em Defesa do Esporte e também a Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Preventiva. Como estamos num momento no Brasil de aumento da taxa de contágio pelo coronavírus, do número de pacientes em UTIs e da adoção de medidas restritivas em nosso País por parte dos governantes, eu quero fazer um

alerta.

Nós enviamos um ofício a todos os Governadores e Prefeitos para fazer com que eles reconheçam que a atividade física é essencial, que os profissionais de educação física são também grandes heróis e são essenciais.

A atividade física ajuda a aumentar a imunidade, combate a depressão e tem que ter esse reconhecimento. Se tiverem que fechar alguma atividade econômica, restringir atividades com *lockdown*, não fechem os equipamentos que promovem a atividade física, não fechem os espaços onde os profissionais da educação física incentivam a atividade física, ministram aulas e fazem com que a população, através da atividade física, tenha melhor saúde.

Este é o nosso apelo da tribuna da Câmara dos Deputados, a Casa do Povo.

Obrigado, Presidente.

Documento 296/326

| | | |
|---------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-14:52 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - JORGE SOLLA-PT -BA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Transcurso de aniversário do surgimento do primeiro caso de Covid-19 no País. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas 250 mil mortes decorrentes da doença viral. Aplausos ao Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, pela adoção de medidas de contenção do avanço do coronavírus. Protesto contra a não discussão pela Casa da proposta de instituição do novo auxílio emergencial, bem como do Projeto de Lei nº 5.638, de 2020, sobre a criação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - PERSE. Necessidade de compra de novas vacinas contra a Covid-19, e de habilitação de novos leitos hospitalares de UTI no País. Protesto contra a privatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Denúncia de venda depreciada da Refinaria Landulpho Alves, da PETROBRAS, sediada no Estado da Bahia.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.



Hoje, 25 de fevereiro de 2021, temos duas marcas a registrar: um ano desde o primeiro caso de COVID-19 em nosso País; e, em apenas 1 ano, alcançamos a trágica marca de mais de 250 mil mortes pela COVID-19.

É, sim, um genocídio o que está acontecendo no Brasil. E esse genocídio tem, sim, um grande responsável, que é o insano Presidente da República, que ocupa a cadeira da Presidência no Palácio do Planalto e toma medidas para impedir a construção das defesas contra a propagação do vírus e para inviabilizar a chegada rápida da vacina que vai garantir a vida da população. Mais de 10 milhões de casos confirmados já superamos hoje.

Quero parabenizar o Governador Rui Costa, que, mais uma vez, toma uma decisão corajosa. A partir de amanhã, no final da tarde, até às 5 horas de segunda-feira estarão fechadas as atividades em todo o Estado da Bahia, visando reduzir o risco de propagação do vírus, podendo ser prorrogada a medida. O toque de recolher já se iniciou a partir das 20 horas, diariamente, até às 5 horas, e praias e atividades coletivas estão fechadas. Enquanto isso, Bolsonaro e seus Ministros continuam fazendo atividades públicas sem máscaras, incitando aglomeração e provocando a contaminação.

Gente, é muita irresponsabilidade! Estamos agora com 195 pessoas aguardando uma vaga para internação hospitalar por COVID-19 aqui, na Bahia.

Onde está o auxílio emergencial, tema de que deveríamos tratar com urgência? Não deveríamos estar na Câmara dos Deputados tratando de blindagem a Daniel Silveira e a outros que atacam a democracia. Deveríamos estar tratando do auxílio emergencial, da retomada do apoio financeiro para a nossa população.

Onde está o PL do suporte ao setor de eventos? Ele entrou na pauta e desapareceu esta semana.

Deveríamos estar tratando da compra de vacinas, porque o especialista em logística que está no Ministério da Saúde trocou o Amazonas com o Amapá - pasmem! - e mandou 70 mil doses para o Amapá e 2 mil doses para o Amazonas.

Precisamos, novamente, habilitar os leitos de UTI para recebermos recursos do Ministério da Saúde, que cortou esses recursos desde 1º de janeiro, decretando a falta de necessidade desses leitos de UTI, que servem para salvar a vida da população brasileira.

Não precisamos destruir o patrimônio público nacional. Não podemos permitir que Bolsonaro e seus asseclas se aproveitem dessa situação

de genocídio para esquartejar e entregar a PETROBRAS, para privatizar a ELETROBRAS, para vender aos seus cúmplices os Correios.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Entregaram a Refinaria Landulpho Alves por menos da metade do valor de mercado, Presidente - menos da metade do valor de mercado! E ainda deram de graça os gasodutos, os oleodutos e o porto.

Fora, Bolsonaro! Fora, genocida! Vamos defender a vida e a saúde da população brasileira.

Obrigado.

Documento 297/326

| | | |
|----------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-14:56 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Incapacidade do Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, de condução das ações de combate à Covid-19, revelada na troca de vacinas destinadas aos Estados do Amazonas e do Amapá. Vinculação entre a inoperância do Governo Federal, e o elevado número de óbitos registrados no Estado do Amazonas em decorrência do coronavírus. Contrariedade à aprovação da Medida Provisória nº 1.031, de 2021, acerca da desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Inadmissibilidade de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Protesto contra a prioridade dada pela Casa na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares, em detrimento da discussão da retomada do auxílio pecuniário emergencial e da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo todos os colegas Parlamentares.

Primeiro, eu queria falar sobre a estratégia do Governo Federal, que, sem articulação, sem logística adequada, encaminhou ao Estado do Amapá mais de 70 mil doses de vacinas que deveriam ter sido



destinadas ao Estado do Amazonas. E o volume de vacinas que deveria ter ido para o Amapá - 2 mil doses - foi para o Amazonas. Isso mostra a total inoperância do Governo Federal, do Ministério da Saúde, neste momento tão dolorido, tão dramático do Brasil, que precisa de vacinação com urgência. Esse é o caso do Amazonas, onde tivemos um foco de COVID muito grande e chegamos agora a 10.500 mortes no Amazonas por conta dessa inoperância do Governo, que deveria ter agilidade na vacinação.

Também quero aqui manifestar minha posição contrária à Medida Provisória nº 1.031, de 2021, que propõe a privatização da ELETROBRAS. Nós sabemos que esse processo de privatização prejudica a população, prejudica o Brasil. É a entrega de patrimônio público, de uma empresa que tem lucro, que gera lucro para o País. Com o processo de privatização, a consequência, além do desemprego de trabalhadores, é o reajuste da tarifa de energia elétrica.

Na Amazônia e no Estado do Amazonas, todo o processo de distribuição de energia elétrica foi privatizado. E, hoje, a tarifa é bem mais cara do era que antes. Além disso, não há investimentos efetivos para fazer a energia elétrica chegar a todas as comunidades do interior do Estado. Agora se propõe privatizar também o processo de geração de energia. Com certeza, isso vai ter impacto na tarifa da energia elétrica.

Da mesma forma, eu me pronuncio contra o projeto de privatização dos Correios. Eu recebi um manifesto do Presidente da Associação Nacional dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o Sr. Rodolfo do Amaral, no qual ele faz um relato da situação e das consequências da privatização dos Correios no Estado do Amazonas, onde os Correios estão presentes em todos os Municípios, prestando um serviço relevante para a sociedade, para as comunidades, um serviço no qual a iniciativa privada não tem interesse, porque não há lucro nesse serviço em determinadas localidades no interior do Estado.

Nós ficamos preocupados, porque isso também gera desemprego e, com certeza, a desativação de agências. Isso já começou a ser feito em várias comunidades, em vários Municípios do interior do Estado. Portanto, isso é um prejuízo para o Brasil. Nós vamos estar junto com a Frente Parlamentar em Defesa dos Correios lutando contra esse projeto.

A nossa prioridade não deveriam ser as privatizações nem a PEC que trata das prerrogativas parlamentares, ampliando benefícios que amparam Parlamentares que se envolvem em crimes. Eu sou contra esse projeto, porque ele não é uma prioridade. Prioridade tem que ser vacinação, auxílio emergencial, ajuda para o povo, salvação da vida da

população.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. determinasse a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

Documento 298/326

| | | |
|---------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-15:00 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Presença do Deputado Célio Moura no plenário. Distanciamento entre as prioridades do Poder Legislativo e os anseios da população brasileira. Protesto contra a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares, em detrimento da apreciação da proposta de instituição do novo auxílio emergencial e da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Natureza política da condenação e prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu gostaria de saudar todos os que acompanham esta sessão e, particularmente, o meu companheiro de bancada Célio Moura, que mostrou a resistência e a capacidade de superação que carrega o povo brasileiro.

Célio Moura, nós estávamos com muita saudade da sua presença, da sua lucidez, da sua combatividade e do seu compromisso com a construção de um País mais justo, mais solidário, o que permeia toda a sua vida política. Eu me sinto muito feliz de estar, neste momento, numa sessão com a participação de Célio Moura.

Sr. Presidente, nós estamos vivenciando um momento muito dramático, porque as prioridades deste Poder Legislativo são prioridades que não correspondem ao que a população deseja. Há uma corrupção de prioridades.

Nós não podíamos começar o ano atendendo ao sistema financeiro, votando a autonomia do Banco Central e não votando o auxílio

emergencial e uma solução para a necessidade que temos de vacinas para todas e todos neste País. Nós não podíamos, agora, estar nos dedicando a prerrogativas de Parlamentares, que, em verdade, não visam a acabar com os abusos do Poder Judiciário, abusos que tanto penalizaram pessoas como Luiz Inácio Lula da Silva, em uma verdadeira operação de construção golpista que se deu através das togas, abarcada pelo nome Lava-Jato.

Nós vimos - o Brasil inteiro viu - que um procurador dizia: *"Isso são apenas filigranas jurídicas, o que importa é o político"*. E chamava outro procurador: *"Vem, vem aqui prender o Lula"*, sem que o Lula respondesse, à época, a nenhum processo. Então, a cada dia fica mais clara a injustiça que foi cometida contra Lula, na tentativa de determinar as eleições de 2018, para que nós tivéssemos, hoje, um Governo que está de costas para o povo brasileiro.

Este é um Governo que, ainda que fale em auxílio emergencial, busca fazer do auxílio emergencial um gatilho ou uma granada no bolso ou um estouro de boiada contra a saúde e a educação. Isso é inadmissível - inadmissível!

Para além disso, nós temos a privatização da ELETROBRAS, uma empresa que deu 30 bilhões de lucro nos últimos 3 anos. O próprio Governo diz que vai aumentar as tarifas de energia elétrica. O próprio Governo está dizendo isso na sua proposição. Ao mesmo tempo, você tem a maior empresa de energia da América Latina, que, em qualquer país do mundo, seria protegida, sendo entregue na bacia das almas.

A mesma coisa acontece com os Correios. Os Correios são uma empresa lucrativa - lucrativa! E o lucro vem de sua atuação em cerca de 10% dos Municípios. Os 90% restantes dos Municípios não dão lucro para os Correios. Será que eles serão atendidos por uma empresa que visa ao lucro, uma empresa privada? Por isso, nós somos contra a privatização da ELETROBRAS e dos Correios.

Aliás, a ELETROBRAS não poderia ter o processo de privatização iniciado por medida provisória, sem que o Parlamento decida se quer ou não privatizar a ELETROBRAS, porque se trata de uma empresa da União por decisão legal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Conclua, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Só o Parlamento pode decidir sobre a privatização da ELETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado,

Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - E o Governo começa a privatização da ELETROBRAS gastando recursos públicos sem o aval parlamentar, desrespeitando o Parlamento, o Erário e os recursos de toda a Nação.

Não à privatização da ELETROBRAS e dos Correios!

Documento 299/326

| | | |
|-------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-15:04 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Protesto contra a prioridade dada pela Casa no debate da prisão do Deputado Daniel Silveira e da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, com vista ao resguardo de prerrogativas parlamentares, em detrimento da discussão da retomada do auxílio emergencial e de outros temas de relevante interesse da população brasileira. Importância da discussão do pretendido condicionamento da retomada do auxílio emergencial, à desvinculação de receitas orçamentárias destinadas às áreas de educação e saúde, preconizado na Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, a respeito a criação de mecanismos de ajuste fiscal. Importância da prioridade da Casa no debate da vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, sobre a nossa conjuntura atual, há duas coisas importantes que eu queria ressaltar.

A primeira delas é o assunto importante que estamos discutindo: a questão da imunidade parlamentar, até onde ela vai e quem deveria ser punido ou não. Fizemos esse debate, mas é ruim que o tema seja tratado no Parlamento, porque a sociedade tem outras preocupações, maiores que esta, neste momento. A manutenção da prisão do Deputado Daniel Silveira, que foi extremamente polêmica entre nós, suscita, sim, esse debate, mas vejam bem: ao mesmo tempo em que discutimos isso, nós deixamos de pautar outros assuntos que são essenciais para o povo brasileiro.

O primeiro deles diz respeito ao auxílio emergencial. O nosso povo está passando fome. A pandemia não cessou.

Nós ultrapassamos o número de 250 mil mortos. No Senado Federal, há uma PEC chamada de emergencial, por meio da qual o Governo Federal quer fazer com que os recursos da saúde e da educação sejam drenados, retirados do orçamento, para pagar um auxílio emergencial de 2 meses, 3 meses, no valor de 250 reais, 300 reais, o que evidentemente não resolve o problema da pandemia, da economia, nem das pessoas, porque, repito, o tempo de 2 meses ou 3 meses é muito curto, e o valor é muito pequeno, além de a PEC prejudicar todo o sistema de educação e saúde, incluindo o SUS e a educação pública brasileira. Isso está no Senado. Esse é um tema de importância extrema para a sociedade brasileira e devia estar na frente inclusive da discussão que viemos fazendo hoje.

O que eu sugiro, portanto, ao nosso Presidente, à Mesa e a todos os Deputados e Deputadas é que coloquemos na frente de tudo a discussão do auxílio emergencial. Vamos resolver isso primeiro. Vamos ver o que é que nós vamos garantir ao povo que passa fome, que não pode trabalhar, que não tem emprego, como é que ele vai este ano sobreviver a esta pandemia. Esse é o primeiro assunto.

O segundo é: como o Governo vai priorizar a vacinação? Nós votamos uma medida provisória fundamental, possibilitando inclusive a Estados e Municípios a compra da vacina, mas a vacinação está muito devagar, porque este é um governo negacionista, que ficou trocando cloroquina por vacina, trocando, evidentemente, o duvidoso - aliás, o completamente errado - por aquilo que é certo.

Então, pela situação que nós vivemos, sinceramente não é a hora de priorizar o debate sobre a questão da imunidade parlamentar, Presidente. O que eu proponho é que nos debrucemos sobre como resolver esse problema da vacina e como resolver o problema real da fome que as pessoas passam, garantindo a elas o direito ao auxílio-desemprego, naquele caso dos trabalhadores que perdem o emprego, e ao auxílio emergencial, no caso daqueles da economia informal.

Esta é a minha sugestão: vamos parar este processo aqui e retomar aquilo que é essencial para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 300/326

| | | |
|--------------------------|------------------------|------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-15:12 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - | GASTÃO VIEIRA-PROS -MA | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |



Sumário

Acerto da decisão adotada pela Mesa Diretora da Casa a respeito do episódio envolvendo o Deputado Daniel Silveira. Protesto contra a votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares, em detrimento da apreciação da proposta de instituição do novo auxílio emergencial e da imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Avanço da epidemia de coronavírus no Estado do Maranhão. Repúdio à proposta do Ministro da Economia, Paulo Guedes, de condicionamento da retomada do auxílio emergencial à desvinculação de recursos orçamentários das áreas de educação e saúde. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PROS - MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou buscando uma maneira para me convencer de que nós estamos efetivamente no caminho certo.

Eu gostei muito da condução dada pela Mesa da Câmara durante o episódio do Daniel Silveira. Eu gosto do Legislativo e me sinto feliz quando essas coisas acontecem. Mas a votação desta PEC me assusta, por várias razões.

A prioridade no nosso País é, indiscutivelmente, votarmos o auxílio emergencial e trazermos vacinas para imunizar a nossa população. Isso está cada dia mais difícil, apesar de nós na Câmara termos dado uma enorme contribuição, dispensando de licitação a aquisição de vacinas e permitindo que Municípios e Estados as comprassem ou até assumissem responsabilidades que o Governo Federal não quer assumir, para que finalmente tivéssemos as vacinas necessárias.

Está crescendo o número de casos de COVID. Aqui, no meu Maranhão, o número de pessoas contaminadas é muito grande. A morte está convivendo conosco na nossa sala. Amigos estão indo embora. Evitar isso é a nossa prioridade.

Nós temos que fazer esse auxílio emergencial sem gatilhos, sem essas coisas todas. O limite que o Tesouro pode suportar está claramente colocado, independentemente do valor que vamos fixar no final. Mas, aí, vem o Ministro Paulo Guedes - não sei o que está havendo com ele - e começa a colocar bode na sala, como se pudesse brincar com a população brasileira neste momento.

A situação da saúde afeta a da educação. Com 10 meses de aulas não presenciais, o Brasil foi o país que mais demorou a tentar voltar às aulas presenciais. No mundo, a demora foi de 20 semanas; no Brasil, foi de 40 semanas. É inacreditável que se tente desestruturar um sistema de financiamento, que, bem ou mal, permite que financiemos a

educação e ela dê alguns passos adiante. O mundo está nos olhando. O mundo está nos acompanhando. O mundo quer saber como vamos resolver essas crises todas que nós mesmos criamos.

Eu vi o Deputado Delegado Pablo falando dos Correios. Eu tenho muito medo de privatização, porque a população está muito pobre e, toda a vez que nós privatizamos, a moeda que vale é a do lucro. A empresa compra para ter lucro, e o povo não tem como contribuir para esse lucro.

Gostaria que todos tivessem um pouco mais de serenidade. É o que eu espero. Eu estou aqui para colaborar com o Governo, ajudá-lo, mas eu estou assustado com a quantidade de coisas desfocadas que nós estamos vivendo.

Muito obrigado, nobre Presidente.

Documento 301/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-15:20 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - | GENERAL GIRÃO-PSL -RN | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Repúdio à decisão da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, de fechamento de leitos de UTI no Hospital Wilson Rosado. Empenho na alocação de recursos para a conclusão das obras do trecho da BR-304, denominado de Reta Tabajara, no Estado. Solicitação ao coordenador da bancada federal norte-rio-grandense, Deputado Benes Leocádio, para encaminhamento de pedido de informações ao Governo Estadual; ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS; ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; ao Ministério da Saúde e à Prefeitura Municipal de Natal, a respeito da aplicação de recursos de emendas orçamentárias individuais e de bancada. Apoio à gestão do Presidente Arthur Lira, especialmente quanto às ações de moralização da Câmara dos Deputados. Arbitrariedade da prisão do Deputado Daniel Silveira, determinada pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

O SR. GENERAL GIRÃO (PSL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa tarde.

Espero que todos estejam bem e com saúde e que a COVID esteja longe de cada um de nós, apesar de saber que a COVID tem atacado

cada vez mais pessoas das nossas famílias, os nossos entes queridos.

Nós lamentamos muito a irresponsabilidade de alguns gestores de mandar fechar leitos de UTI, como está sendo feito no Estado do Rio Grande do Norte. É lamentável isso. Hoje tivemos a notícia de que a Governadora do Estado disse que não precisa mais dos leitos do Hospital Wilson Rosado, em Mossoró. Pelo amor de Deus, trata-se de salvar vidas! Não podemos ser irresponsáveis a ponto de achar que os leitos de hospital não precisam estar abertos, quaisquer que sejam as raízes ou as origens deles. Não me refiro só a hospital público, não. Hospital particular que tem leito de UTI pode, sim, e deve ser utilizado. Eu estive visitando o Hospital Wilson Rosado, um hospital de qualidade excelente, que atende muito a região toda do Alto Oeste do Rio Grande do Norte. Ele estava recebendo dinheiro do SUS, que era para ser pago pelo Governo Estadual, só mediante decisão judicial, porque o Governo do Estado não estava repassando. Por favor, Governadora, faça a gestão correta aí! O Estado precisa disso. É hora de salvar vidas.

E quero deixar claro para todos que nós estamos fazendo esforços junto ao Ministro Tarcísio para a obtenção de recursos de apoio à infraestrutura do Estado, especialmente para a conclusão da Reta Tabajara, na BR-304. Tenho procurado conversar com a bancada federal também para concluirmos a Reta Tabajara e colocarmos dinheiro na mão de quem tem responsabilidade de fazer a obra. E o DNIT está demonstrando tê-la, diferentemente, mais uma vez, do Governo do Rio Grande do Norte, que recebeu quase 280 milhões, não sei quanto mais de dinheiro, para fazer a obra de Oiticica, mas não consegue nem dar satisfação.

Ontem, na reunião da bancada, conversamos com todos os Deputados e Senadores que estavam presentes e pedimos ao Coordenador, o Deputado Benes Leocádio, que fizesse ofício ao Governo do Estado, ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e ao Ministro da Saúde pedindo informações de como estão sendo usados os recursos da bancada, recursos de emendas Parlamentares, que nós colocamos no Governo do Estado para que possam ser utilizados em benefício da população.

É necessário também ofício para o Prefeito de Natal, que também precisa nos dizer como estão as obras que recebem recursos da bancada.

A bancada tem que ser consultada na hora de pedir a emenda, na hora de entregar a emenda e também na hora de fiscalizar a emenda. E, se for o caso, se forem fazer algum tipo de inauguração ou visita às obras, que a bancada seja chamada também. Nós temos que participar do

ônus e do bônus. É para isso que temos que agir sempre de forma unida, justa e verdadeira.

Sr. Presidente, eu gostaria de deixar minhas palavras finais em apoio ao Deputado Arthur Lira por todo o trabalho que está sendo feito para que nós possamos moralizar a Câmara dos Deputados. Não é possível o que está ocorrendo até hoje. Há já 10 dias, praticamente, o Deputado Daniel Silveira está preso, quase incomunicável, por determinação arbitrária e absurda do Ministro Alexandre de Moraes, referendada pelos Ministros do Supremo. Nós não nos podemos nos curvar a esse tipo de arbitrariedade. Se o Deputado cometeu crime de injúria, de difamação, qualquer coisa, que seja processado por isso, mas não desse jeito, enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

O Brasil precisa respeitar cada um dos Poderes constituídos. É assim que está na Constituição. Isso é o que nós pensamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 302/326

| | | |
|---------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-15:24 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - PEDRO UCZAI-PT -SC | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Postura irresponsável e genocida do Presidente Jair Bolsonaro, com relação ao enfrentamento à epidemia de coronavírus. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Desestruturação do patrimônio público brasileiro pelo Governo Jair Bolsonaro. Posicionamento do orador contrário à aprovação das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 186, a chamada PEC Emergencial, e 188, de 2019, respectivamente, sobre a criação de mecanismos de ajuste fiscal e sobre a extinção de Municípios brasileiros com menos de 5.000 habitantes.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem inabilitou centenas de leitos de UTI neste País foi o Governo Bolsonaro, através do Ministério da Saúde, não só no Rio Grande do Norte, Deputado Girão, mas em Santa Catarina e em outros Estados do País. Por irresponsabilidade, este Governo está promovendo um genocídio humano com a proliferação da pandemia da COVID-19 neste País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna hoje é denunciar ao nosso povo brasileiro, ao Brasil inteiro, o que o Bolsonaro está fazendo com o nosso País. Ele está destruindo a soberania nacional, está propondo a privatização, a destruição, o desmonte do nosso patrimônio. Ele prevê a privatização dos Correios, cuja existência tem mais de um século; a privatização do sistema ELETROBRAS, uma empresa energética lucrativa e estratégica para o desenvolvimento e para o futuro do País - entregar para estrangeiros, para os chineses e para os americanos, o nosso setor elétrico é um crime de lesa-pátria; e a continuação da privatização da nossa PETROBRAS com o aumento dos combustíveis, ou seja, da gasolina, do óleo *diesel*, do gás de cozinha. Este Presidente da República, além de produzir um genocídio humano por causa da forma como trata a pandemia hoje no Brasil, além de proliferar a morte para o nosso povo brasileiro, por outro lado, na sua política econômica, promove o desmonte do nosso patrimônio, do patrimônio que é do povo brasileiro. Sem democracia, sem ouvir o povo, ele quer privatizar.

Este Governo, através das PECs nºs 186 e 188, a PEC Emergencial e a PEC do Pacto Federativo, quer eliminar centenas de Municípios, reduzir salário e jornada de servidor público e mudar a Constituição para desvincular da receita os 25% para a educação e os 15% para a saúde.

Em plena pandemia, ele quer destruir o SUS e o FUNDEB.

O povo brasileiro vai pressionar Senadores e Deputados para que não sejam cometidos mais esses crimes contra a economia, contra os direitos sociais, contra os direitos dos servidores e contra as políticas sociais deste País.

Por isso, "não" à PEC nº 186, "não" à PEC nº 188 e "não" às privatizações da ELETROBRAS e dos Correios.

Documento 303/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-15:28 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - | MERLONG SOLANO-PT -PI | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Contrariedade à pretendida desvinculação de recursos orçamentários das áreas de educação e saúde, preconizada no bojo da Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, acerca da criação de mecanismos de ajuste fiscal. Prioridade da Casa na apreciação das propostas

de retomada do auxílio emergencial e de imunização do povo brasileiro contra a Covid-19. Defesa de realização da reforma tributária e da taxação de grandes fortunas, de lucros e dividendos.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, é muito preocupante a Proposta de Emenda Constitucional nº 186, que tramita no Senado Federal. Se aprovada nos termos em que está, ela trará graves prejuízos para a educação e para a saúde brasileira, uma vez que desvincula os recursos constitucionais para a educação e para a saúde e acaba com a obrigação de a União corrigir os recursos que investe na educação pelo IPCA, pela inflação. Com isso, voltaremos para o tempo em que o Brasil não tinha o SUS, antes da Constituição de 1988, e para antes do FUNDEB. Teremos cerca de 30 anos de atraso. O Brasil deixará de ter mecanismos sustentáveis de financiamento da educação e da saúde. Portanto, essa PEC representa uma maior precarização do SUS e o fim do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Esse não é caminho que esta Casa deve seguir. Esse não é caminho que o Congresso Nacional deve seguir. A hora é de priorizarmos a volta do auxílio emergencial e a vacinação para todos.

Quero dizer para aqueles monetaristas que se preocupam com o financiamento dessas medidas altamente justificáveis de combate aos efeitos da pandemia que nós poderíamos ter, além do aumento da dívida pública, como está sendo feito no mundo todo, iniciativas voltadas para o aumento da arrecadação, seja criando uma contribuição especial provisória para combater a pandemia que incida sobre os super-ricos, que ganharam dinheiro em plena pandemia, seja botando para andar uma reforma tributária que, além de simplificar, além de reduzir o número de tributos, enfrente o maior problema do nosso sistema tributário, que é o seu caráter altamente regressivo - isso se consegue diminuindo a tributação sobre o consumo e sobre a produção e aumentando a tributação sobre a renda e sobre o patrimônio. Poderíamos começar pela regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, que já está na Constituição e precisa ser cobrado, e também pelo fim da isenção, no Imposto de Renda, do recolhimento sobre lucros e dividendos, que contribui para que os super-ricos continuem cada vez mais ricos.

Portanto, Sr. Presidente, colegas Deputados, os caminhos existem. Há formas de enfrentar a pandemia sem aumentar excessivamente o endividamento público. O importante é que não fiquemos parados, retomemos a iniciativa e coloquemos a Câmara como ponta de lança

da retirada do Brasil dessa enorme crise em que ele se encontra.

Peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 304/326

| | | |
|---------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-15:36 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - CÉLIO MOURA-PT -TO | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Agradecimento a amigos e correligionários pelas orações e mensagens em prol da recuperação da saúde do orador, vítima de acidente automobilístico. Necessidade de retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes. Maior atenção do Governo Federal para com a agricultura familiar. Necessidade de vacinação do povo tocantinense contra a Covid-19. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n° 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, com vista ao resguardo de prerrogativas parlamentares.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero neste momento comunicar a esta Casa que, no dia 2 de janeiro passado, ao participar da posse dos Prefeitos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores no Estado do Tocantins, sofri um acidente automobilístico na BR-153, perto da cidade de Araguaína, onde moro, no qual eu perdi o meu irmão mais novo, que era caminhoneiro e me ajudava durante as minhas viagens. Nós batemos de frente com um caminhão. Eu sofri várias fraturas, estou agora de cadeira de rodas e usando uma bengala, mas já voltei ao trabalho na Câmara dos Deputados.

Gostaria de aproveitar este momento para falar uma palavra: gratidão. Gratidão a todos os amigos do Estado do Tocantins, dos mais simples aos mais abastados, que fizeram orações pela minha recuperação e mandaram mensagens de apoio. Quero agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu estivesse aqui falando nesta tribuna da Câmara dos Deputados.

Eu queria dizer também, meu querido Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que nós estamos estranhando não ter sido implantado ainda o auxílio emergencial. Sou um Deputado ligado à agricultura

familiar. Moro em Tocantins há mais de 42 anos. Nós estamos sentindo na pele o desemprego no Estado e o desemprego no Brasil. Já somos mais de 14 milhões de desempregados.

Estamos lutando para que o auxílio emergencial chegue logo a todos os trabalhadores e trabalhadoras, no valor de 600 reais. Nós também queremos que o Governo Federal olhe para agricultura familiar, porque é ela que coloca a comida na mesa de todos os brasileiros.

Precisamos também, Sr. Presidente, da vacina. O Estado de Tocantins está ficando para trás, não tem vacina para fazer com que a população se livre dessa doença. São mais de 250 mil brasileiros e brasileiras que perderam a vida.

Eu gostaria também de falar, terminando, Sr. Presidente, sobre essa PEC da impunidade, que não passou pela Comissão Especial, que não passou pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Conclua, Deputado.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO) - Agora este Governo vem querer colocar essa PEC da impunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Muito obrigado.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO) - Nós queremos a PEC da Imunidade!

Documento 305/326

| | | |
|----------------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-15:40 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO-PT -CE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Regozijo com o retorno do Deputado Célio Moura à Casa, após afastamento para tratamento da saúde. Apelo ao Presidente Arthur Lira e aos Líderes partidários de inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.328, de 2020, sobre a suspensão por 120 dias do pagamento das obrigações de operações de crédito consignado em remunerações, salários, proventos, pensões e benefícios previdenciários, de servidores e empregados públicos ou privados, ativos e inativos, bem como de pensionistas. Apresentação pelo orador do Projeto de Lei nº 1.782, de 2020, a respeito do tema. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, com vista ao resguardo de prerrogativas

parlamentares.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria inicialmente abraçar e cumprimentar o meu velho e querido amigo Célio Moura e parabenizá-lo pela recuperação. A sua situação foi dramática.

Deputado Célio Moura, todos nós acompanhamos, angustiados, a grave situação do acidente que V.Exa. sofreu, e eu quero aqui abraçá-lo e dizer que fico muito feliz com o seu retorno aos trabalhos da Câmara dos Deputados. V.Exa. representa muito bem povo de Tocantins, especialmente o da cidade de Araguaína, que é a sua cidade.

Eu tive o privilégio de recebê-lo quando eu era Prefeito de Icapuí. De lá para cá, mantivemos uma grande amizade. E foi com grande alegria que nós nos reencontramos na Câmara dos Deputados.

Eu quero fazer esse registro e dizer da nossa felicidade por sua recuperação. Eu torço por sua melhora, cada dia mais, e por sua vitória, meu amigo.

Segundo, eu queria fazer aqui um apelo a esta Casa - eu quero aqui fazer um apelo ao Presidente Arthur Lira e aos membros e Líderes de todos os partidos - para que nós pautemos o Projeto de Lei nº 1.328, de 2020, do Senador Otto Alencar, que já foi inclusive aprovado. Eu também apresentei o Projeto de Lei nº 1.782, de 2020, que tem o mesmo objeto. Nós estamos solicitando o adiamento, a suspensão do pagamento dos empréstimos consignados dos aposentados durante 6 meses.

Essa é uma medida necessária, urgente, emergencial, tendo em vista a gravidade e a prorrogação continuada da pandemia. Os aposentados e pensionistas, que têm esse compromisso já descontado automaticamente, ficam numa situação supercomplicada, difícil. Por isso, nós estamos solicitando que essa matéria seja pautada e votada por esta Casa, para que nós possamos ajudar os aposentados e pensionistas que têm o seu crédito consignado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Conclua, Deputado.

O SR. JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT - CE) - No mais, eu queria, para concluir a minha fala, dizer da nossa posição contrária à votação desta matéria que está sendo discutida, relacionada à imunidade parlamentar. Nós entendemos que é importante preservar a imunidade, mas sem a impunidade. Por isso, a nossa posição vai ser contrária à

votação desta matéria nos termos em que se encontra hoje, porque, a meu ver, ela é extremamente abrangente e protetora da impunidade parlamentar.

Muito obrigado.

Documento 306/326

| | | |
|---------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-15:48 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Imediata retomada do auxílio pecuniário emergencial. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, e da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Inauguração de unidade das Centrais de Abastecimento - CEASA, no Município de Itabaiana, Estado de Sergipe.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu gostaria de deixar uma mensagem ao nosso País neste pronunciamento na Câmara.

Nós precisamos aprovar imediatamente o auxílio emergencial para o povo brasileiro. O Governo Bolsonaro sabe de onde retirar recurso para o auxílio emergencial. Ele quer atacar os servidores públicos, quer atacar as estatais, quer atacar a saúde e a educação públicas porque ele nunca teve e continua não tendo compromisso nenhum com o Estado brasileiro e com as políticas públicas.

Por isso, nós queremos manifestar nosso compromisso, o compromisso da bancada do Partido dos Trabalhadores, o compromisso da Oposição. Sabemos que há recursos, há a possibilidade real de pagar o auxílio emergencial de 1.200 reais ou, em último caso, de 600 reais, retirando-se recursos do Orçamento, mas sem mexer nas áreas sociais, especialmente na educação e na saúde.

Aproveito para registrar nosso mais forte ato de solidariedade a todos os eletricitários do Brasil, que, neste momento, estão ameaçados pelo Governo Bolsonaro, que quer privatizar a ELETROBRAS - ele encaminhou o pedido de privatização da estatal e de todo o sistema elétrico. Isso é um ataque à soberania, um ataque a todos os trabalhadores e trabalhadoras, em especial aos consumidores de energia elétrica no Brasil, o povo brasileiro. Esta iniciativa vai provocar

o aumento do preço da conta de energia no País!

Eu quero deixar registrado nosso mais alto compromisso com todos os trabalhadores e com todas as trabalhadoras dos Correios do Brasil inteiro. Esta empresa não pode ser privatizada! Ela reflete a história do povo brasileiro, a história do Brasil. Neste momento, o Governo Bolsonaro quer, a todo custo, privatizá-la. Bolsonaro é entreguista, quer entregar os Correios e tantas outras estatais, a serviço do monopólio das grandes conglomerações internacionais.

Para encerrar, quero dizer que já me encontro em Itabaiana, Sergipe, onde irei inaugurar, com o Governador Belivaldo Chagas, no fim da tarde de hoje, uma das mais importantes unidades públicas da CEASA no Brasil, especialmente no Sergipe e no Nordeste, graças às políticas públicas do Estado.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 307/326

| | | |
|--------------------------|--------------------------|------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-16:08 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - | EDUARDO BISMARCK-PDT -CE | |
| CÂMARA | DOS BREVES | BREVES |
| DEPUTADOS | COMUNICAÇÕES | COMUNICAÇÕES |
| | | DISCURSO |

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 457, de 2021, sobre a utilização, pela população civil, de leitos de UTIs de hospitais militares durante a epidemia de coronavírus. Reconhecimento da Serra da Ibiapaba como parte do território cearense.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, caros colegas que estão aqui na tarde de hoje, subo a esta tribuna mais uma vez para falar sobre um projeto de lei muito importante que apresentei e que pode salvar muitas vidas no nosso País. Trata-se do Projeto de Lei nº 457, de 2021, que cria a possibilidade de leitos de UTI de hospitais militares de todo o Brasil serem utilizados por civis durante a pandemia.

Ora, caros colegas, essa pode até parecer uma iniciativa inusitada num primeiro momento. Entretanto, gostaria de lembrar que, no auge da



pandemia lá no Amazonas, em Manaus - que não é o meu Estado e que tem uma bela de uma base militar -, 75% do Hospital Militar de Manaus estava ocioso, enquanto milhares de pessoas passavam mal nas portas dos hospitais, nas portas das UPAs e de outros lugares, porque não havia vagas ou leitos em hospitais.

Não quero que isso aconteça no meu Ceará. Não quero que isso aconteça no resto do Brasil. São pessoas que estão morrendo. Estamos tratando de vidas, de pessoas que precisam de atendimento, não acham e padecem em casa ou na porta dos hospitais, porque não têm atendimento.

Se nós pudéssemos agregar os leitos dos hospitais militares para ajudar no combate à pandemia, ainda que uma fração deles, com certeza muitas vidas seriam salvas. É para isso que peço o apoio dos nobres pares para a tramitação e a aprovação do Projeto de Lei nº 457, que trata desse tema.

Quero aproveitar ainda para lembrar um tema muito importante, que é a disputa territorial entre o Estado do Ceará e o Estado do Piauí. O Deputado Domingos Neto mencionou agora há pouco a visita do nosso Presidente à Serra da Ibiapaba, região que é o centro dessa disputa. O Presidente, obviamente, não é Ministro do Supremo, que é onde o processo está tramitando. Chamo, contudo, a atenção do nosso Presidente, que irá ao meu Ceará amanhã, para que também reconheça, da sua parte, assim como nós reconhecemos, que milhares de brasileiros - 250 mil brasileiros - voltados para as suas raízes cearenses podem, em função de uma decisão judicial, ser automaticamente transferidos para a jurisdição piauiense.

Com todo o respeito aos colegas piauienses, mas não é isso que as raízes desses cearenses que estão lá há muitos anos, que nasceram naquela terra, representam para eles, representam para a própria cultura deles. Precisamos reconhecer que pode até haver esse decreto da época do Brasil colônia que tira o território, mas isso não representa mais a realidade de lá e dos povos que estão lá localizados.

O Ceará tem investimentos em aeroportos, postos de saúde, escolas estaduais e municipais. Há investimentos privados que hoje se reportam à Capital Fortaleza e ao Governo central, em Fortaleza. Logo, eles não deveriam ser transferidos para Teresina, no Piauí, com todo o respeito ao Estado.

A minha preocupação, para concluir, é porque foi feito um levantamento pelo Exército Brasileiro, e agora o processo já está em sua fase final, para que seja apreciado no Supremo, com as considerações do Governo do Estado do Ceará e as considerações

finais do Governo do Estado do Piauí.

Eu conclamo a bancada cearense que se una para ir ao STF e pedir, em nome dos 250 mil habitantes da Serra da Ibiapaba, que ela seja reconhecida solo cearense por direito, por uso e por costumes do nosso povo.

Presidente, peço a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 308/326

| | | |
|---------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 6.2021.B | Sessão Outro Evento | 25/02/2021-16:16 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Imediata retomada das aulas presenciais. Realização, pela Comissão Externa de Enfrentamento à Covid-19, do seminário Retomada das Aulas Presenciais na Educação Básica em 2021.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.)
- Muito obrigada, Sr. Presidente.

O assunto que me traz aqui é educação. Nós discutimos muito ontem a questão da PEC que foi colocada de supetão, mas há um assunto que tem ficado para trás há mais de 1 ano, desde que teve início a pandemia: as aulas em muitos Municípios ainda não voltaram, o que é uma atrocidade, porque a educação foi subtraída das nossas crianças.

Eu estou aqui fazendo a defesa de escola pública, porque, de uma maneira ou de outra, as escolas particulares se organizaram - as famílias dos alunos têm recursos - e mantiveram as aulas. Nós vimos, de uma maneira muito triste, que a educação pública não foi priorizada.

Nós trouxemos à Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, no fim do ano passado, mais precisamente no dia 17 de dezembro, muitos especialistas para falar sobre o retorno às aulas presenciais. Como se tratava de Comissão Externa do Coronavírus, nós trouxemos médicos infectologistas, nós trouxemos educadores. Nós trouxemos, além dos médicos, o Presidente da Associação dos Pediatras, o Presidente da Associação Brasileira de Infectologia. Todos foram unânimes: a escola

tem que ser uma atividade considerada essencial. O direito das nossas crianças à educação tem que ser assegurado.

Várias coisas interessantes foram ditas. Primeiro, que criança não é vetor de transmissão, conforme todos os estudos científicos de vários países do mundo. Eu pedi a eles que trouxessem dados.

Compreende-se que as pessoas estejam com medo da pandemia. Compreende-se que muitos pais tenham receio de mandar os filhos para a escola, mas existem muitos pais que querem mandar o filho para a escola. Primeiro, para que o filho possa ter convívio, porque criança em casa, sem aula, sem escola, sem educação, além de ser privada de um direito constitucional, começa a ter problemas de vários tipos, problemas de violência doméstica, problemas mentais...

Os números são assustadores - fora os resultados dos estudos da ONU, fora as recomendações da Organização Mundial de Saúde.

Portanto, a última coisa que deve fechar, a exemplo de países que souberam lidar muito bem com a pandemia, é a escola, e a primeira coisa que tem que reabrir é a escola.

O Seminário *Retomada das Aulas Presenciais na Educação Básica em 2021*, que realizamos no dia 17 de dezembro na Comissão Externa de Enfrentamento à COVID-19, está disponível no *site* da Câmara dos Deputados. Peço que o assistam, porque é assustador como estão assassinando a nossa educação em nome de esperar por uma vacina.

Vamos olhar exemplos de outros países. Nós temos que garantir o retorno seguro às aulas, temos que garantir que pessoas dos grupos de risco, dos grupos prioritários tenham uma atenção especial, mas os médicos infectologistas foram claros: nada como regras básicas, água, sabão, máscara e um mínimo de controle das crianças que tudo se resolve. Agora, o que não é possível é esse absurdo de nossas crianças ficarem sem educação, sem seu direito constitucional.

Sr. Presidente, espero que em 2021 nossas crianças tenham direito à educação, que retornem às aulas presenciais, e que os Municípios que ainda não tiveram a decência de reabrir as escolas o façam, porque é de fato um crime o que estamos fazendo com nossas crianças.

Muito Obrigada.

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de discussão, artigo por artigo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, com vista ao resguardo das prerrogativas parlamentares. Colapso do sistema de saúde do Estado do Rio Grande do Sul, em decorrência da epidemia de coronavírus.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós pedimos a discussão artigo por artigo exatamente pela importância de a sociedade acompanhar o debate nesta Casa. Não é o momento de fazermos este debate, agora.

Eu acabo de receber, do Rio Grande do Sul, neste momento... Quero, infelizmente, dar estas notícias, aqui e agora, sobre a COVID - olha as notícias sobre hospitais superlotados: "*O sistema de saúde do Rio Grande do Sul entrou em colapso. Cinco pessoas já morreram. Leitos de UTI ocupados. O COVID já matou mais de 12 mil no Rio Grande do Sul e, em nível nacional, 250 mil*". E nós aqui discutindo imunidade parlamentar, Presidente?

Então, nós achamos que devemos discutir melhor. O ajuste que deve ser feito, para que isso esteja bem regrado e ao mesmo tempo não haja abuso de autoridade, precisa ser feito com calma, na Comissão de Constituição e Justiça, ouvidos especialistas, autoridades nessa área, e fazendo-se um bom debate, não da forma como foi feito aqui. Nós queremos que haja essa discussão.

Eu sugiro isso, então. Já está encaminhado. V.Exa. acatou a nossa orientação. Então, que cada bancada possa se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Bohn Gass. Eu peço desculpas a V.Exa. por ter me equivocado no procedimento.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Obrigado.

Documento 310/326

| | |
|----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|
| 8.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/02/2021 - CD 17:40 |
| Publ.: - 2/26/2021 - CÂMARA DOS DEPUTADOS | TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ DOS ORDEM DO DIA |
| | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de discussão, artigo por artigo, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, com vista ao resguardo das prerrogativas parlamentares. Protesto contra a desvinculação de recursos orçamentários das áreas de educação e saúde pela Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, a chamada PEC Emergencial, relativa à criação de mecanismos de ajuste fiscal.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PSOL está em obstrução.

Eu queria aproveitar para trazer outro tema, inclusive que demonstra que a nossa pressa não deveria ser a pressa de votar esta PEC. Estamos vendo a pandemia escrachar uma crise na educação brasileira, o que, na verdade, é um projeto. E me preocupa demais que daqui a pouco esta Casa aprecie a PEC Emergencial, que vai desvincular o orçamento da educação e da saúde, a sua obrigatoriedade - hoje já não se investe o mínimo -, para que aproveamos a renda emergencial. Hoje o que está acontecendo é que mães trabalhadoras não têm onde deixar os seus filhos porque as escolas públicas não conseguem abrir com protocolos sanitários. Mais uma vez, é o povo pobre, é o povo periférico, é a mãe sem escola, o filho sem educação, e estão também morrendo na fila do SUS e sem o auxílio emergencial.

Então, eu queria trazer este debate também, neste minuto.

O PSOL está em obstrução, Presidente.

Documento 311/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------|-----------|
| 8.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/02/2021 - CD | 18:20 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - | ZÉ NETO-PT -BA | |
| CÂMARA | DOS | DISCUSSÃO |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Açodamento e inoportunidade da apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, com vista ao resguardo das prerrogativas parlamentares.



O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, gostaria de falar sobre uma situação que, para mim, é muito tranquila de defender. Falo como Deputado Federal, falo também como cidadão que sou, falo como advogado - tenho orgulho de ter me formado na nossa querida Universidade Federal da Bahia, na nossa Faculdade de Direito, que agora completa 130 anos. Eu digo, com muita tranquilidade, que é inaceitável, é inadmissível que tenhamos neste momento um debate dessa dimensão. V.Exa. viu, Deputado Marcelo, que ora preside esta Casa, quanto realmente é importante este debate e a dimensão que ele tem na sociedade.

No Brasil, 250 mil pessoas já faleceram por causa da COVID-19. A sociedade clama, e nós temos que ouvi-la. Não cabe arrumar um jeitinho de maneira rápida, para não haver um debate mais profundo, porque estamos aqui para buscar sintonia com os interesses da sociedade, do povo brasileiro.

Discutir agora prerrogativas de Deputados, de afogadilho, nessa velocidade, realmente é uma contradição com o que se propõe dentro do Parlamento. Digo isso até porque, nos próximos dias, será reinstalada a Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente.

E esse é o foro para que possamos aprofundar os debates; esse é o foro onde temos que realmente fazer todo esse debate, começarmos como deveríamos ter começado e levar adiante o ouvir a sociedade neste instante e priorizar, em vez dessa matéria, o tratamento do auxílio emergencial e de outras questões que são cruciais para o País.

Temos muitas pautas. Dentre elas, nós tivemos a aprovação de um projeto que precisa voltar do Senado, que diz respeito à compra de computadores com recursos do FUST. Nós temos outros temas importantes, como a questão da priorização da vacina para profissionais da educação, inclusive há um projeto nosso que está aí, precisando de assinaturas. E convoco os Deputados e as Deputadas para que assinem o pedido de urgência, para que nós tenhamos condições de resolver esse que, para mim, é o maior problema que nós estamos vivendo neste instante. Não há outro foco maior nem mais importante neste instante do que tratar dessas questões que são cruciais para o povo brasileiro, para a nossa sociedade e para a nossa dimensão, inclusive, de Parlamento.

Esse tema, da forma como está sendo tratado, Sr. Presidente... E nem vou entrar nos méritos, porque são muitos, são muitos os méritos. Nós tivemos uma situação difícil para enfrentar com relação ao Deputado Daniel Silveira. Todos sabem o que ele ultrapassou de limites. Todos sabem também como foi difícil para esta Casa tomar uma decisão que foi de grande importância para que a sociedade visse em nós um retorno. Ninguém pode sair por aí confundindo o direito e a

liberdade de expressão, as prerrogativas do Parlamento com a degradação das instituições, a destruição do processo democrático, e fazendo apologia ao ódio e a outras situações que não são, nem de longe, o que nós almejamos para o Brasil.

Portanto, quero registrar o nosso posicionamento. Não podemos levar adiante esse intuito e nem processar, como estão processando, este projeto e esta votação. Era para ser retirado de pauta o projeto, era para ser levado ao trâmite regular - e ainda há tempo para isso - para que nós pudéssemos fazer com que esse debate do mérito e de todo o rumo processual responda e atenda aos interesses da sociedade, e não só da imprensa. Ouvi alguém dizer hoje: "*A gente não pode ficar refém da imprensa*". Não, não é isso. Nós não podemos ficar reféns do que dissemos à sociedade e não estamos a cumprir. Essa, para mim, é a grande contradição que, neste instante, nós estamos enfrentando.

Documento 312/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 8.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -25/02/2021- |
| | CD | 19:08 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - | PAULO GANIME-NOVO -RJ | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Prioridade dada pela Casa no caso Daniel Silveira e na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, com vista ao resguardo das prerrogativas parlamentares, em detrimento da discussão da crise econômica, das privatizações, das reformas estruturais e das ações de combate à Covid-19.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, desculpe-me por me meter nessa discussão. Eu não utilizaria meu tempo para isso.

O Presidente em exercício, o Presidente da sessão pode ir além do Regimento quando não se evoca que ele cumpra o Regimento. Então, agora, V.Exa. está dando o tempo, algo que não é previsto no Regimento.

Vou aproveitar meus últimos 30 segundos para falar sobre o que está acontecendo aqui, mais uma vez.

O Deputado Daniel Silveira foi muito infeliz, errou muito com sua fala. Mas nós aqui, desde o STF até esta Casa, estamos errando mais ainda. Estamos sem votar há uma semana e meia, exceto pela medida

provisória da terça-feira, se formos considerar a sessão que teríamos na última semana, e presos, por conta da atitude do Deputado Daniel Silveira.

E não é culpa apenas dele. Ele foi responsável pelos atos dele, e nós somos responsáveis pelos nossos atos e por como reagimos aos atos dos outros. E estamos reagindo muito mal, Presidente - muito mal. Parece que não há mais nada importante no País hoje. Parece que não há nada relevante acontecendo.

Temos que dar uma sinalização, e não apenas política, de imagem, mas concreta, para enfrentarmos os temas que o Brasil precisa. Com certeza, não é esse o caso do foro ou da imunidade parlamentar. O que precisamos enfrentar é a pandemia, é a crise econômica, são as privatizações, são as reformas que o Brasil está esperando tanto.

A pauta da semana que vem, por exemplo, tem muitos itens positivos, que poderíamos estar votando nesta semana, mas infelizmente não estamos. Até mesmo poderíamos estar, em breve, acompanhando, Presidente, a vitória de 12 a 0 do nosso Vasco, que vai acontecer mais tarde.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu estou na dúvida se nós vamos ganhar de 12 a 0 ou se o Vasco vai ganhar de 6 a 0 e o Fortaleza perder de 6 a 0, mas que vai dar, vai.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Ambos servem.

Documento 313/326

| | | | |
|-----------------------|-------------------------------|---------------------------------------|------------------|
| 8.2021 | Sessão Extraordinária - CD | Deliberativa | 25/02/2021-19:16 |
| Publ.: 2/26/2021 - | DCD | MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | ENCAMINHAMENTO VOTAÇÃO DISCURSO | DE |

Sumário

Posicionamento da oradora sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, relativa à alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares. Contrariedade ao julgamento conclusivo, pelo Poder Legislativo, de crimes cometidos pelos Parlamentares.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, se V.Exa. puder repor o meu tempo, eu agradeceria - já estava correndo o tempo.

Senhores e senhoras, este debate é da maior gravidade, porque é sobre a democracia. É claro, é nítido que os Parlamentares devem ter imunidade parlamentar para que tenham a liberdade de bem representar a população, fazendo a crítica devida a quem politicamente a mereça por juízo do próprio mandato popular a que o Parlamentar responde. Portanto, quando o Parlamentar critica o Presidente da República que não toma providências diante da vacina, critica um Ministro da Saúde que não sabe onde é o Amapá ou o Amazonas e não toma providências para a vacinação da população, ele está no exercício do seu mandato e nada pode atingi-lo. Mas, se um Parlamentar agride, se um Parlamentar faz apologia ao ódio, se um Parlamentar fala em ditadura, ataca a Constituição, desrespeita as autoridades públicas, diz que tem que bater no Ministro do Supremo na rua, ataca uma mulher, ataca uma pessoa por ser negra, ataca um trabalhador, se um Parlamentar age assim, já há jurisprudência farta no STF, ele não tem guarida.

O que ocorre com a PEC que está sendo votada, tão rapidamente, fora da forma usual, é que, quanto à questão do foro, ela trata de modificar, ela cria restrição, mas, quanto à imunidade, ela deixa de reconhecer essa jurisprudência e cria outra forma: a de que os Parlamentares serão julgados exclusivamente, essa é a palavra, pelo Conselho de Ética. Mas, se o Conselho de Ética tiver a maioria do partido do Deputado, ele não vai julgá-lo, porque estamos numa Casa política. E quem for minoria poderá ser denunciado falsamente e vir a ser, numa Casa política, sem condições de recurso, punido injustamente.

Por isso, os crimes de ódio, a injúria, a difamação não podem estar preservados de responsabilidade penal ou civil. Para eu processar Jair Bolsonaro, demorou muito tempo, mesmo com o apoio de todas as mulheres brasileiras que ficaram contra a noção de que o estupro era algo como um merecimento.

Aquilo não foi só contra mim, foi contra todas as mulheres. E foi assim que a bancada feminina se posicionou naquele momento. E eu não tive guarida do Conselho de Ética.

Porém, mesmo sendo liberado no Conselho de Ética, ele teve responsabilização civil e me pagou 10 mil reais, que eu distribuí para entidades da sociedade civil. Isso foi educativo, pois mostrou que um Parlamentar não tem o direito de ofender. E quantas vezes os Parlamentares também não tiveram que usar dos seus direitos?

Olha, sinceramente, eu não creio que seja democrático que o

Parlamento tenha a palavra final sobre crimes cometidos por Parlamentares. Acho que isso é um corporativismo exacerbado, que ataca as prerrogativas do Judiciário e desequilibra a relação entre os Poderes, sobretudo para nós, que somos mulheres e estamos vendo a violência política de gênero.

Eu sei que a Deputada Margarete e que a Deputada Celina, assim como a Deputada Erika Kokay e as Parlamentares que estão me ouvindo, sabem do que nós estamos falando. Nenhuma de nós está livre de ataques terríveis na vida política, e temos que ter o direito, até porque criamos leis de proteção à mulher, de ser o exemplo e levar o processo até o fim.

Muito me custou processar alguém tão poderoso. Muito me custou! Sofri muitos ataques na Internet de vários comitês e gabinetes de ódio, e houve muitos ataques à minha família e à minha filha. Porém, eu acho que dei o exemplo de que ninguém está acima da lei. E agora eu não quero que as demais percam esse direito.

Documento 314/326

| | | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------|------------|
| 8.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -25/02/2021- CD | 20:44 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - | FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em globo da admissibilidade dos destaques simples, apresentados à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares. Protesto contra o açodamento na votação da propositura. Prioridade da Casa no debate da retomada do auxílio emergencial e da vacinação contra a Covid-19.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PSOL segue em obstrução, Presidente.

Foi muito esclarecedora a fala de um Deputado obscurantista do Rio Grande do Sul, representante daqueles que propagam *fake news* e promovem atos antidemocráticos. Segundo ele disse claramente, para esses apoiadores obscurantistas de Bolsonaro, esta PEC é muito importante para combater e reagir à decisão correta do Supremo Tribunal Federal sobre a prisão do delinquente Daniel Silveira.

Não se pode, em hipótese nenhuma, fazer unidade de ação com a

extrema-direita, ainda mais para rasgar o Regimento e aprovar uma PEC, passando-se por cima da CCJ, da Comissão Especial, e discutindo, sim, a impossibilidade de julgar e condenar, nas esferas civil e criminal, casos gravíssimos de violência verbal e de defesa, por exemplo, da tortura, como foi o caso do próprio Bolsonaro.

Quero dizer, ainda, que a urgência no Brasil é a discussão da vacina e do auxílio emergencial. Acho muito grave este rito açodado, apressado, de afogadilho, que lamentavelmente traz no texto vários aspectos que dão a clara imagem para a população de que se trata de uma blindagem.

Documento 315/326

| | | |
|----------------------------------------------|---------------------------------------------|------------------------|
| 8.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária CD | -25/02/2021- 21:12 |
| Publ.: DCD - 2/26/2021 - CÂMARA DEPUTADOS | MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Violação dos princípios norteadores da democracia brasileira após 2016. Solidariedade do PT ao PCdoB e ao PSB. Desqualificação do Presidente Jair Bolsonaro. Inexistência de plano confiável de vacinação contra a Covid-19. Descaso do Presidente da República com o Sistema Único de Saúde - SUS e com a retomada do auxílio pecuniário emergencial. Descumprimento do rito de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares. Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação da propositura. Excessos cometidos pelo Poder Judiciário no âmbito da Operação Lava-Jato.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, para o Partido dos Trabalhadores, este é um debate muito caro, muito importante, e eu agradeço ao Líder Bohn Gass.

O nosso debate no partido é sempre favorável a que as instituições tenham preservadas as suas prerrogativas, porque isso é parte da vida democrática de uma nação.

Nós tivemos no Brasil um período de democracia. Eu o situo entre 1985, quando tivemos o primeiro Presidente civil, e o ano de 2016, quando a Presidente Dilma foi cassada sem ter cometido nenhum crime. Depois disso, a democracia veio de roldão. Houve o crescimento da intolerância, do ódio, e as eleições de 2018 foram marcadas pelas

fake news, pelo disparo em massa, sem que os tribunais tenham tomado atitudes adequadas contra esses crimes até agora. As eleições de 2018 foram marcadas pela cassação política indevida do Presidente Lula.

Nós, o Partido dos Trabalhadores, como partido, mais do que qualquer um, com todo o respeito aos demais - eu deixo minha solidariedade ao PCdoB, cuja história eu conheço e sei que, por tantos, anos foi atacado e jogado na ilegalidade, e também ao PSB -, com a prisão ilegal do Presidente Lula, que ainda não tem seus direitos políticos plenamente assegurados, sabemos o que é o ativismo judicial e nos posicionamos contra ele. Interpretamos como um ataque às instituições o uso do ativismo judicial por Moro, Deltan Dallagnol, por tantos e tantas. Foi o que levou à morte o Reitor Cancellier.

Depois de tantas mentiras, está claro o que o lava-jatismo fez, ferindo, inclusive, o desenvolvimento do Brasil. O resultado disso foi a eleição de Jair Bolsonaro, alguém que não demonstra qualidade, em nenhuma área, para estar na Presidência da República e que joga o Brasil, hoje, no pior dia da pandemia, com o maior número de mortes. E nós não temos nem sequer um plano confiável de vacinação, o Sistema Único de Saúde não é cuidado, não temos o auxílio emergencial.

Uma chantagem foi colocada no Senado Federal, e agora acaba de cair, porque não conseguiram levá-la adiante, dada a importante pressão de educadoras e educadores e do povo brasileiro para garantir que os recursos para o auxílio emergencial não saiam justamente da educação, da saúde e dos recursos constitucionalmente previstos para essas áreas.

O Brasil está sendo destruído! Estamos desolados, estamos em luto pelos brasileiros e brasileiras. E é trazida para este plenário esta PEC que não deveria estar aqui, esta PEC cujo rito não foi o adequado.

O Presidente Lira sabe, V.Exa., Deputado Marcelo, e a Deputada Gorete também, que nós não somos aqueles que fazem o tipo de oposição de ataque. Nós somos construtores no Parlamento, porque nós temos apreço pela democracia. Mas nós nos posicionamos contra esta PEC. Nós nos posicionamos favoravelmente a ritos que valorizem as instâncias da Câmara dos Deputados, como a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e o bom debate em uma Comissão Especial.

Que necessidade tem o Brasil disso hoje? É preciso dar uma resposta ao Deputado Daniel Silveira, que pressiona este Parlamento de dentro da cadeia? É preciso votarmos hoje porque há pressões? Porque ele se sente abandonado diante da prisão que o Parlamento manteve,

corretamente, pelos atos antidemocráticos que ele praticou?

Nós queremos mais tempo para debater. E, se vamos debater este assunto, queremos debatê-lo mantendo as prerrogativas parlamentares, porque elas são fundamentais para a democracia. Manter a imunidade, nos termos em que está colocada no atual art. 53, e com melhoras, é fundamental para a democracia. A Relatora apresentou uma série de melhoras! Nós não temos como dizer que não! A Relatora preocupou-se em proteger mandatos! Mas nós não nos sentimos à vontade para dar nosso voto favorável, seja pelo rito, seja por dois aspectos.

O art. 114, para nós, era importante, e ele foi retirado. O NOVO, então, produziu pressões, e parece que a Relatora e os demais foram mais sensíveis à postura daqueles que têm atacado a política do que à postura daqueles que, como nós, sustentamos as instituições. Mas os nossos votos do PT não podem ser dados, quando esse dispositivo que inicialmente estava colocado foi totalmente desvalorizado e retirado agora.

E há um elemento a mais. No art. 53, nós não queremos, não podemos aceitar que seja colocado, de forma a se confundirem as jurisprudências que estão estabelecidas, que os Parlamentares serão julgados, no que diz respeito à quebra de decoro, exclusivamente pelo Conselho de Ética, porque esse Conselho de Ética, muitas vezes, não tem considerado nem sequer crimes como quebra de decoro.

Senhores e senhoras, é triste, mas eu utilizarei o exemplo de minha vida parlamentar - e agradeço ao meu partido a oportunidade de fazê-lo, ainda que eu esteja mais preocupada com a democracia do que comigo ou com qualquer representação que faço. Mas V.Exas. sabem que eu tive que buscar reparação fora desta Casa - no juízo cível, onde foi condenado Jair Bolsonaro por danos morais, e no juízo criminal, onde ele ainda responde. O processo está suspenso até sua saída do Governo, tomara que logo, por um *impeachment*! Senhores e senhoras, eu tive que buscar fora porque o Conselho de Ética não entendeu como quebra de decoro o que o STJ condenou e o STF confirmou como dano moral.

Então, senhores e senhoras, como nós podemos ficar? Diante disso, está-se criando a ditadura da maioria. Se for aprovado o art. 53 como está, a maioria terá o poder de processar um Deputado - um Jean Wyllys, uma Benedita da Silva, um Deputado de oposição - no Conselho de Ética, colocar uma espada sobre a sua cabeça e impedir a livre realização do seu mandato. A maioria terá poder de cassar os nossos mandatos, e nós não teremos o poder nem sequer de buscar judicialmente alguma reparação.

Mas isso não diz respeito à nossa proteção, porque qualquer Parlamentar terá o poder de atacar qualquer cidadão. Estará legitimado o "carteiraço" dado pelo Deputado Daniel Silveira quando não colocou a máscara e disse: "*Eu sou Deputado!*". Que vergonha! Que vergonha para nós que sabemos que, como Parlamentares, servimos ao povo.

E, ainda, com relação às mulheres, embora eu saiba que o objetivo da Deputada Margarete - eu sei que o objetivo da Deputada Celina não é esse, assim como sabe a Deputada Erika, que usou a palavra - não é tornar ainda mais forte a violência política de gênero, eu pergunto quantas vezes nós tivemos, neste Parlamento... Agora há pouco, a Secretaria da Mulher teve que levar ao conhecimento do Conselho de Ética um Parlamentar que disse que nos chamaria todas nós de histéricas.

Como ficaríamos nós, com a violência política? A violência política de gênero está ligada a todas as violências, ao feminicídio. A apologia ao estupro está ligada ao estupro. A atitude contra o STF está ligada ao ataque à democracia.

Nós sabemos como o Judiciário exorbitou. Por isso, nós sempre fomos contra a Lava-Jato. Sempre fomos contra a exorbitação do Judiciário. V.Exas. passavam pano para tudo isso. Agora, nós não permitiremos que o Legislativo também exorbite. Nós queremos a harmonia e a independência entre os Poderes como fundamento da República e da democracia.

Obrigada, Deputado Elvino Bohn Gass, por me oportunizar este pronunciamento que faço em nome do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras, pela democracia e pelo Estado Democrático de Direito.

Peço a esta Casa que vote a proposta do Deputado Paulo Teixeira, que revoga a Lei de Segurança Nacional e estabelece, aí, sim, a legislação em defesa do Estado Democrático de Direito.

Não instituíamos no Brasil a possibilidade de termos no Parlamento um vale-tudo! É isso que faremos aqui, cedendo ao Conselho de Ética poderes plenos e retirando a possibilidade do recurso externo e a jurisdicionalidade do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigada.

Publ.: DCD - 2/27/2021 - RENILDO CALHEIROS-PCDOB -PE

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Consternação do orador diante do número exorbitante de mortes e de pessoas contaminadas pela Covid-19 no País. Boicote do Governo Jair Bolsonaro à imunização do povo brasileiro contra a doença viral. Orientação de bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dentro deste 1 minuto que tenho, quero aproveitar para lamentar a situação que o Brasil está vivendo. A pandemia apresenta números alarmantes. Há quase 30 dias, em média, mais de mil brasileiros morrem por dia.

Hoje o noticiário indica que 17 Estados já reconheceram que estão em uma situação caótica, sem condições de prestar o atendimento de que a população necessita.

Eu quero lamentar principalmente, Sr. Presidente, a falta, a ausência de um Governo, de um Presidente da República, de um Ministro da Saúde que assuma a responsabilidade junto com outros órgãos, para o País enfrentar a pandemia. O Governo afirma e nega, diz e contradiz e, na prática, boicota a imunização da população.

Sobre a matéria, Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto "não".

Documento 317/326

| | | |
|--------------------------|------------------------------------|--------------|
| 9.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária | -26/02/2021- |
| | CD | 15:36 |
| Publ.: DCD - 2/27/2021 - | MARCELO RAMOS-PL -AM | |
| CÂMARA | DOS | PELA ORDEM |
| DEPUTADOS | ORDEM DO DIA | DISCURSO |

Sumário

Importância da preservação e proteção do instituto da imunidade parlamentar. Inadmissibilidade de sua utilização como véu para cobertura de práticas delituosas. Defesa de encaminhamento, à Comissão Especial, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares.



O SR. MARCELO RAMOS (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero primeiro fazer um registro sobre o que é e para que serve a imunidade. Imunidade não é patrimônio individual de Deputado ou Deputada. Imunidade é patrimônio da democracia, é instrumento de exercício pleno dos mandatos, para que Deputados e Deputadas não exerçam o mandato sob o risco de responder o tempo inteiro criminal e civilmente sobre atitudes absolutamente legítimas e inerentes ao mandato.

Em mais de 10 anos de vida pública, Sr. Presidente, nunca respondi a um processo, nunca precisei de imunidade em nenhum aspecto criminal, mas já precisei muitas vezes de imunidade para, na tribuna, denunciar maus gestores; para, na tribuna, denunciar desvios de conduta que causavam prejuízos ao patrimônio público; para, na tribuna, denunciar grupos de extermínio; para, na tribuna, denunciar tráfico de drogas. É necessário liberdade para o conjunto de Deputados e Deputadas.

É importante que isso fique claro, porque há uma distorção no seio da sociedade de qual é o papel da imunidade parlamentar. Tanto ela não é patrimônio individual que nenhum parlamentar pode abrir mão da imunidade. Às vezes eu ouço Deputado dizendo: "*Eu abro mão da minha imunidade*". Não pode, porque não é patrimônio do Deputado, mas patrimônio da democracia, e é importante que isso fique claro.

O esforço coordenado por V.Exa. foi no sentido de garantir a preservação da plenitude do mandato dos Deputados e, ao mesmo tempo, impedir excessos que constringam o pleno exercício do mandato, dando gestos claros para a sociedade de firmeza na punição daqueles que cometam crime, ainda que seja preciso cortar na própria pele dentro da nossa Casa.

Sr. Presidente, diante disso e de uma série de falas, em especial da fala do Deputado Ivan Valente, do PSOL, vai ficando claro que não há contradição com a necessidade de preservação e proteção do instrumento da imunidade parlamentar. Em momento algum, pode-se passar a mensagem para a sociedade de que esse instrumento é de proteção do cometimento de crimes ou de ilegalidades pelos Parlamentares.

Então, eu gostaria de dar uma sugestão a V.Exa. Ontem fizemos todos os esforços na sessão para avançar a PEC, que já está admitida. Talvez o caminho mais prudente neste momento seja encaminhá-la à Comissão Especial para tramitação, em busca da construção de um texto, a não ser que consigamos, neste esforço concentrado no plenário, chegar a um texto possível de ser votado, para sairmos desse processo e virarmos essa página. Assim, a partir da semana que vem, poderemos voltar a tocar a pauta fundamental para o País, que é

vacinar, gerar emprego, gerar renda, resolver o auxílio e melhorar o ambiente de negócios, a fim de que, no pós-pandemia, o País possa tornar a crescer.

Documento 318/326

| | | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------|
| 9.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -26/02/2021- CD | 15:48 |
| Publ.: DCD - 2/27/2021 - | LUIS MIRANDA-DEM -DF | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares. Inadmissibilidade de denominação da propositura de PEC da Impunidade. Pressões e ameaças praticadas contra o orador pela apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 128, de 2019, sobre a alteração do Sistema Tributário Nacional. Importância do instituto da imunidade parlamentar. Necessidade da redução de abismos sociais existentes no País. Inadmissibilidade de influências, chantagens e pressões exercidas sobre o exercício do mandato parlamentar, especialmente quanto ao voto. Empenho do orador na realização da reforma tributária.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho a esta tribuna numa sexta-feira, às 15h50min, porque, depois de acompanhar o debate durante toda a semana, eu me senti na obrigação de trazer a este plenário um pedido para que ninguém mude o posicionamento desta forma. Aqueles que se apequenam, que se acovardam temem atitudes de quem, na verdade, está corrompido. Não são os senhores que estão corrompidos. Estão sendo corrompidos no momento em que suas opiniões mudam por causa de opiniões daqueles que nem são seus eleitores. Se observarem suas redes sociais, o WhatsApp, vão ver que estão recebendo mensagens de pessoas que não os conhecem. Essas mensagens não são daqueles que votaram de fato nos senhores ou gostam dos senhores. Os senhores estão se acovardando ao não fazerem algo que é a favor do povo.

Eu me preocupo e, neste momento, venho a este plenário pedir para que encaremos o debate. Traçamos para este Plenário um melhor texto, aquele que faça com que a maioria seja convergente. Não podemos permitir que passe a oportunidade de deixar claro que, numa reforma tributária, por exemplo, soframos pressões de setores que serão atingidos e que acham que não devem pagar impostos neste País, enquanto a população reclama de que a gasolina está cara.



Sabem quando vai baixar o preço da gasolina? Sabem quando vai baixar o preço de um carro neste País? Sabem quando vai ser possível ir ao supermercado e fazer uma compra digna? No dia em que tivermos coragem de enfrentar aqueles que corrompem o sistema. E não é preciso dar dinheiro a ninguém aqui, basta comprar um monte de robôs de Internet e fazer divulgações maliciosas, talvez corromper até a mídia para que chame de PEC da Impunidade uma proposta que dá aos Srs. Parlamentares o direito e o prazer de defender aquilo em que acreditam e de lutar pelo seu povo, lutar por aquele voto que ele lhes confiou para que façam as reformas necessárias a este País. Essas reformas, em várias ocasiões, não foram possíveis porque foram chantageados, ameaçados, pressionados, algumas vezes pela mídia e muitas vezes por pessoas de que nunca ouviram falar, pessoas que estão, sim, dispostas a corromper e fazer com que os senhores mudem de opinião a respeito de algo que é importante para este País.

Não vou me apequenar. Não vou mudar minha opinião. Sou contra a corrupção. Sou contra qualquer tipo de crime cometido por quem quer que seja, inclusive Parlamentares. Mas, para que eu seja contra, tenho que poder subir nesta tribuna, falar a verdade e não ter medo de que esse corruptor tenha, de repente, influência num dos Poderes ou em áreas que vão poder me prejudicar ou me fazer ficar calado!

Eu sei o que é isso. Depois que apresentei a PEC 128, que trata de reforma tributária e combate aqueles que não pagam impostos neste País, uma atitude que não beneficia a população, vi bem o que fizeram comigo. Mesmo sem responder a nenhum processo criminal naquele momento, mesmo sendo réu primário naquele momento e até hoje, mesmo tendo sido injustiçado, se eu não tivesse a mínima imunidade parlamentar, talvez alguém muito corajoso pudesse proferir uma decisão maluca e acabar com a minha vida ou com a minha carreira política em defesa daqueles que verdadeiramente precisam.

Precisamos mudar este País, precisamos fazer uma reforma tributária justa. Os marajás, os poderosos, aqueles que não pagam impostos vão vir aqui pressionar os Parlamentares. Alguns vão até ameaçar, chantagear. É necessária, portanto, a imunidade parlamentar. Estabelecer qualquer coisa diferente disso é apoiar criminosos, e não é isso que está na PEC. A PEC deixa claro que o Parlamentar tem o direito de voto e de voz, tem o direito de defender aquilo em que ele acredita.

Eu garanto aos senhores que, nesta pandemia, 90% dos temas vão incomodar aqueles que estavam acostumados a mamar na teta do Estado, que estavam acostumados a ganhar de maneira fácil e a não pagar nenhum tributo. Agora vamos precisar corrigir esta Nação, senão o mais pobre não vai suportar, o mais pobre não vai dar conta de seguir, pois está alto o desemprego e empresas estão sendo atingidas

por *lockdown*.

Com a falência do setor privado, nós vamos precisar agir. Para isso, vamos ter que reduzir esse abismo social que existe nesta Nação. E, para agirmos, precisamos ter coragem e não podemos ser chantageados. Não podemos ter medo e não podemos permitir que alguém, seja quem for, ainda que integre um Poder, influencie dessa maneira o nosso voto!

Se alguém está mudando o voto porque recebeu meia dúzia ou 200 mensagens pelo WhatsApp, está se acovardando e não está fazendo o que é certo para esta Nação. Precisamos, passada esta etapa, lutar para que aproveemos as reformas que nunca foram aprovadas.

Desde a promulgação da Constituição, por exemplo, não se aprovou a reforma tributária, porque a pressão dos poderosos sobre os Parlamentares sempre foi massacrante, e continuará sendo enquanto os senhores não tiverem autonomia para votar e defender a sua voz sem medo de serem chantageados ou ameaçados.

Eu peço então, neste momento, que nenhum Parlamentar acredite que essa pregação para fora vai ajudar quem está passando fome, vai contribuir com o auxílio emergencial, vai ajudar no que se refere à PEC Emergencial. Nós não podemos ceder ao *lobby* de setores, não podemos ceder ao *lobby* de instituições e, muito menos, ao de grupos políticos.

Inclusive, muitos desses que estão com movimentos A, B, C - acusados de corrupção, acusados de desvio de dinheiro, acusados por meio desta tribuna neste Parlamento - estão pedindo aos membros desses movimentos que enviem mensagens pelas redes sociais aos Parlamentares, para que se acovardem e não lutem por aquilo que é certo.

Nós só vamos mudar o mecanismo, nós só vamos mudar esta Nação se não tivermos medo de subir nesta tribuna, se não tivermos medo de ir para o voto e fazer aquilo que é certo! Mas, para isso, é preciso que haja a certeza de que nenhum demasiado corajoso vai descumprir a Constituição e mandar que o Parlamentar silencie, que a Parlamentar silencie, que um Deputado ou Senador silencie. A voz do Parlamentar nesta Casa só vai ser respeitada quando ele tiver certeza absoluta de que não vai ser chantageado ou ameaçado.

Eu digo a todos os meus amigos que essa pressão vai passar, se for aprovada a PEC hoje ou na semana que vem. Sabem como os senhores provarão que acertamos? Trabalhando muito pelas reformas, em que se sentou em cima, e as aprovando em prol do povo, devolvendo-lhe dignidade, devolvendo-lhe emprego, crescimento

econômico, devolvendo às empresas geradoras de emprego condição de disputar com aqueles que nunca pagaram impostos neste País e que mandam, porque são considerados os donos desta Nação.

Vamos provar ao povo que acertamos nesta votação, mas sem sentirmos medo, sem nos acovardarmos, sem nos apequenarmos! Nós só poderemos fazer isso com essa imunidade, que nos dá poder para fazer isso. Portanto, eu a defendo sem medo de crítica.

Vou lutar para que seja aprovada a reforma tributária, para dar dignidade ao povo, reduzir os impostos, diminuir o preço da gasolina, reduzir o poder que, como muitos dizem, vem dos maiores contra os menores, dar poder de compra para a população sem medo de ser pressionado por ninguém. Quando se tem imunidade, é fácil agir assim.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 319/326

| | | |
|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|------------------------|
| 9.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária -26/02/2021- CD | 15:56 |
| Publ.: DCD - 2/27/2021 - CÂMARA DEPUTADOS | GIOVANI CHERINI-PL -RS DOS ORDEM DO DIA | COMO LÍDER DISCURSO |

Sumário

Importância da imunidade para a saúde humana. Apoio ao uso de Ivermectina, hidroxicloroquina e zinco no tratamento precoce da Covid-19. Questionamento sobre a garantia da eficácia de vacinas contra o coronavírus. Repúdio às medidas adotadas no País para a prevenção da doença.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero falar sobre imunidade, mas imunidade na área da saúde, até porque sou especialista em saúde pública e meio ambiente. Eu estudo saúde há 30 anos, saúde no verdadeiro sentido da palavra. Saúde é estado físico, mental e espiritual. Uma coisa é a doença, os sintomas, outra coisa são as causas das doenças. Eu estudo as causas das doenças.

Infelizmente, vivemos um momento em que é proibido falar em algo mais elementar da vida: o sistema imune das pessoas, aquele que garante uma boa saúde para o ser humano. Isso passou a ser proibido. Eu estou muito triste, estou realmente indignado com aqueles que proíbem que se fale neste momento em melhoria da imunidade das pessoas, em tratamento com vitamina D, com o sol, em tratamento com vitamina C, em tratamento precoce. Não leem - leiam estudos de



Israel, estudos dos Estados Unidos -, e falam tanto em ciência. Mas o que a ciência diz quando se tem um câncer? Tratamento precoce. E quando tem AIDS? Tratamento precoce. Só no Brasil, nesta pandemia, é proibido falar em tratamento precoce. Os Mandettas continuam até hoje. *"Dê paracetamol e mande o paciente para casa."*

Quantas pessoas se salvaram? Há 97% de cura. Elas se curaram com paracetamol ou se curaram com ivermectina, hidroxiquina, zinco? Elas se curaram com vitamina D, elas se curaram com remédios que curam as doenças. Mas a ciência diz que tem de fazer vacina. Eu não sou contra. Até hoje, tomei todas as vacinas que se apresentaram, mas vacinas em relação às quais houve tempo para pesquisa e não vacinas cujo uso o STF autorizou sem aprovação da própria ANVISA, onde está a ciência. Ou a ciência está no STF? A ciência deveria estar na ANVISA, mas a ANVISA foi pressionada. E o que vai acontecer? Qual é o profissional no Brasil e no mundo que garante que as vacinas serão eficientes e que não causarão efeitos colaterais? Aliás, as empresas não querem garantir isso. Elas vendem a vacina, mas não querem oferecer essa garantia. Se houver algum problema, o Governo vai ter que pagar, o Governo vai ter que garantir isso.

Mais de 10 mil médicos, muitos amigos meus, já se pronunciaram. A todos os meus amigos que pegam COVID, eu digo: *"Vai a um médico que faz tratamento precoce. Ele te dará o tratamento que vai ser a tua salvação. Se o médico manda o paciente tomar paracetamol e o manda para casa, o que vai acontecer é o seguinte... Hoje, as UTIs estão lotadas"*.

E essa história de fecha e abre? O Rio Grande do Sul vai fechar por causa da bandeira preta. A Bahia está fechada. O Rio Grande do Norte, fechado. São Paulo, fechado. Um ano! Será que não existe remédio? A vacina está demorando, mas é normal e natural que uma vacina leve 4, 5 anos para ser eficaz, efetiva.

Muita gente pode estar recebendo a vacina e contraindo o vírus. Quem garante essa eficácia? É a mesma eficácia da ivermectina, em relação à qual existem estudos. Há 2 mil médicos, inclusive, que são pressionados pelo Conselho Federal de Medicina a dizer que existe ciência quanto ao remédio. *"Dá paracetamol ao paciente e o manda para casa."* São médicos novos. Médicos mais antigos me dizem o seguinte: *"Deputado, faça alguma coisa. Os médicos novos estão dando paracetamol e mandando os pacientes para casa, e a inflamação só vai aumentar. E estamos esperando a vacina"*.

Eu pergunto: por que não se defendem as duas coisas, tratamento precoce e vacina? Por que tem de ser só vacina? Gente, autocuidado é o que defendo. Eu defendo as Práticas Integrativas e Complementares, que indicam que as pessoas tomem mais água, que as pessoas se



alimentem melhor, que as pessoas tenham um sono melhor, que reduzam o estresse, melhorem seu estado físico, saiam do sedentarismo e façam exames de imunidade. Ninguém fala nisso! Ninguém! É proibido falar em imunidade, Presidente Arthur Lira. É muito triste a realidade que estamos vivendo.

Por favor, profissionais de saúde deste País, saiam dos seus casulos e digam: no tratamento das doenças, se as pessoas tiverem imunidade alta, vão se sair bem no fim da doença. Essa não é uma teoria da saúde importantíssima?

Agora, quando não há ciência efetiva, o que nós temos que fazer? Os médicos se formam para isso; quando não há remédio, eles têm de encontrar saídas.

Então, seria interessantíssimo que os Governos começassem a falar em tratamento precoce. Resultados? Quanto às pessoas que se curaram, elas se curaram de que jeito, com paracetamol? As pessoas que estão morrendo fizeram tratamento precoce? Perguntem para as pessoas.

Os meus amigos, aquelas pessoas que eu perdi, foram ao médico e receberam esse tratamento aí: *"Vá para casa, espere ficar mais doente. Depois você vai para UTI, depois você vai para o oxigênio"*.

Aqueles que se curaram fizeram o tratamento precoce. É muito grave o momento que nós estamos vivendo no Brasil.

Hoje, uma médica de São Paulo me disse: *"Deputado, tu não vais fazer nada?"*. Eu disse: *"Eu vou, pelo menos, falar da tribuna. Pelo menos eu vou tirar do meu coração essa desgraça que estou vendo no meu País: ser proibido falar de tratamento precoce!"*.

Ora, tratamento precoce em qualquer lugar do mundo faz bem para a saúde das pessoas. E a vacina? Sim, mas que seja uma vacina eficiente, que não venha trazer mais problemas do que resolver... Por que você toma a vacina e usa máscara? Por que você toma a vacina e tem de continuar isolado?

Isolamento, máscara, tudo isso eu também defendo! Mas nós precisamos defender com mais seriedade esses 10 mil médicos que fazem tratamento precoce, com resultados fantásticos e pacientes que não vão para a UTI, e não existe esse fecha e abre que o comércio (*falha na transmissão*).

Gostaria de concluir...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Lira. PP - AL) - Deputado Giovani Cherini,

por favor, peço que o faça com muita rapidez, porque há vários Líderes para falar e eu preciso dar cabo...

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS) - Apenas gostaria de concluir meu discurso, Sr. Presidente, dizendo que esse fecha e abre é a maior tristeza que nós estamos vendo. Fecha e abre o comércio. Compra álcool em gel, e o comércio compra todos os equipamentos, e depois fecha, com menos horário. Por que o comércio não pode ficar trabalhando 24 horas, com o distanciamento, com todos os cuidados? Fecha-se o comércio, e, pelo contrário, o acúmulo no banco é maior, o acúmulo no supermercado é maior.

Gente, bom senso!

Nós precisamos, Sr. Presidente, de bom senso, de tratamento precoce e também da vacina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 320/326

| | | |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------|
| 9.2021 | Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/02/2021 - CD 16:24 | |
| Publ.: DCD - 2/27/2021 - | DANILO CABRAL-PSB -PE | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS ORDEM DO DIA | PELA ORDEM DISCURSO |

Sumário

Defesa da democracia e da soberania nacional pelo PSB. Conveniência de encaminhamento, à Comissão Especial, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, sobre a alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares. Empenho da Relatora Margarete Coelho no aperfeiçoamento da proposição. Ratificação, pela Casa, da decisão do Supremo Tribunal Federal de prisão do Deputado Daniel Silveira. Elevado número de óbitos e de pessoas contaminadas pela Covid-19 no País. Prioridade da Casa na retomada do auxílio emergencial e na execução de plano efetivo de vacinação contra o coronavírus. Apelo aos Parlamentares por moderação e equilíbrio na construção do texto da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Arthur Lira, demais Deputados e Deputadas, o PSB vem se somar a um conjunto de manifestações que foram feitas aqui por diversos partidos de diversas tendências políticas, no sentido de fazer um apelo a V.Exa. para que tenhamos a oportunidade de

realizar uma discussão mais aprofundada sobre esse tema.

Não há dúvida entre todos nós - quando falamos de todos nós, falamos de todos os 513 Parlamentares desta Casa - da relevância desse debate. Quando estamos discutindo as prerrogativas dos Parlamentares e do Congresso Nacional, na prática, estamos falando da afirmação dos valores da democracia, da autonomia que deve ter este Congresso Nacional no exercício de suas funções.

Nós do Partido Socialista Brasileiro - partido que tem 70 anos de história; que guarda entre seus valores mais caros a defesa da soberania e da democracia; que teve na sua história figuras como o nosso saudoso ex-Governador e ex-Presidente nacional do partido Miguel Arraes, que pagou um preço caro pela afirmação da sua palavra - entendemos que esse debate é fundamental e estratégico. Esse debate deve ser feito não só por esta Casa, mas sobretudo pelo conjunto da sociedade brasileira, para que ela compreenda que, quando falamos da defesa da imunidade, não estamos aqui, absolutamente, querendo defender nenhum tipo de privilégio, mas defender a afirmação da representação popular, a nossa palavra, o direito de expressarmos o que pensam aqueles que nos fizeram chegar até aqui.

O PSB entende que o debate é importante e a proposta que estamos discutindo é meritória. Nós precisamos fazer esse debate, até para afirmar também a autonomia e a harmonia entre os Poderes.

Na semana passada, Presidente, eu lhe encaminhei uma mensagem parabenizando-o pela condução que V.Exa. tinha feito. Há exatos 8 dias, nós estávamos aqui tomando uma decisão muito importante para a defesa da democracia. E foi uma decisão difícil. Não foi fácil fazer aquele debate sobre a ratificação da prisão do Deputado Daniel Silveira. Foi uma decisão que exigiu moderação. Novamente, 7 dias após a prisão do Deputado Daniel, eu acho que precisamos fazer um debate moderado, responsável, equilibrado. Para que isso seja feito, é importante garantir um espaço para o diálogo não só com os integrantes desta Casa, mas também com o conjunto da sociedade.

Aqui nós vemos o Parlamento a esta hora, numa sexta-feira, tentando encontrar um caminho para o consenso. Esse tempo em que estamos aqui fazendo isso mostra, de forma muito clara, que esse debate precisa seguir adiante.

Quero me somar aos demais e fazer um apelo a V.Exa., para que faça desse resultado a que chegamos até aqui um encaminhamento objetivo, para que possamos encaminhar a proposta, a partir da admissibilidade, que já foi aprovada por esta Casa, para uma Comissão Especial. Já está reconhecida a constitucionalidade dessa



proposta. Agora vamos abrir o debate, para que todos tenham a oportunidade inclusive de fazer um aprimoramento do relatório. E aqui faço um gesto de reconhecimento ao esforço da Deputada Margarete Coelho, que aperfeiçoou o projeto, melhorou o projeto. Mas eu acho que podemos avançar ainda mais.

É fato que a proposta precisa ter também legitimidade da sociedade. Existe hoje, Deputada Margarete - e há ené razões para isso -, uma incompreensão do que de fato representa isso. O que eu acho que prejudicou essa incompreensão foi justamente o rito que foi adotado, Deputada Fernanda. Não houve tempo de muitos Parlamentares que estão nesta Casa sequer compreenderem o conteúdo da proposta e, a partir disso, verbalizarem aquilo que não está constando no próprio texto. Se nós não estamos compreendendo, imaginem a população brasileira! Coloquem-se na situação - acho que isso é importante também - daqueles que estão, por exemplo, hoje, Deputado Renildo, vitimados por esse momento que vive o Brasil. Imaginem o que pensam os familiares das 1.582 vítimas da pandemia que tivemos ontem!

É o maior número de vítimas desde que começou a pandemia. Imaginem o que estão pensando aqueles que estão hoje em 17 capitais do Brasil procurando uma vaga em uma UTI e não acham! Imaginem o que estão pensando aqueles que estão hoje atrás de um emprego, aglomerando-se nos milhares de ônibus e metrô desta cidade, sendo vítimas dessa contaminação! Essas pessoas olham para esta Casa e nos veem discutindo, em um tom muito célere, este tema. Essas pessoas esperam que esta Casa dê respostas objetivas aos desafios que estão postos. Precisamos assumir um compromisso aqui, uma pactuação de que a pauta desta Casa está focada na resposta a esses desafios, Deputada Professora Marcivania, da vacina, do auxílio emergencial, da recuperação da economia.

Esse tema que nós estamos discutindo é tão importante quanto os outros temas, mas ele pode ser discutido com mais tempo, com mais maturidade, para encontrarmos um caminho que explique à sociedade que isso é importante daqui para a frente.

O Brasil vive hoje, também, entre tantas crises de natureza sanitária, de natureza econômica, de natureza social, uma grave crise política. Isso é muito importante. Essa grave crise política tem trazido - temos ené exemplos disso - ameaças à nossa democracia.

A história já nos ensinou, por muito tempo, essas dificuldades que vivemos neste momento. É muito importante garantirmos as prerrogativas do Poder Legislativo. Isso é fundamental. Nós defendemos, sim, que devemos aprofundar este debate. Nós queremos, sim, discutir as prerrogativas do Parlamento. Nós queremos,

sim, garantir a imunidade da palavra, do voto, para que aqui ninguém seja penalizado por expressar um pensamento daqueles que nos fizeram chegar até aqui. Mas, para isso, precisamos também combinar com a população, explicar o que pretendemos, para que essa coisa não saia mal resolvida e não tenhamos mais uma incompreensão do Congresso Nacional na relação com a sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, para concluir as nossas palavras, em nome do Partido Socialista Brasileiro, queremos, primeiro, fazer um apelo para que, mais uma vez, tenhamos uma posição de moderação, de equilíbrio, de ponderação, para que possamos construir um debate mais aprofundado e, a partir disso, afirmar, sim, os valores que fazem parte da democracia brasileira.

É isso.

Documento 321/326

| | | |
|---------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 7.2021.B | Sessão Outro Evento | 26/02/2021-13:52 |
| Publ.: DCD - 2/27/2021 - BENEDITA DA SILVA-PT -RJ | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Necessidade de retomada do auxílio pecuniário emergencial e de vacinação do povo brasileiro contra a Covid-19. Colapso dos sistemas de saúde de Estados brasileiros em decorrência da epidemia de coronavírus. Inércia do Presidente da República diante do quadro de calamidade provocado pela doença.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos passando por um momento extremamente difícil. Estamos nesta tremenda crise para a qual só há uma solução neste momento: vacina, vacina e vacina; e auxílio emergencial, para que a população possa se cuidar melhor.

Nós estamos à beira de um colapso. Estamos assistindo aos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia e a tantos outros passarem por um momento em que a maioria dos leitos ou a totalidade deles já está ocupada.

Esta pandemia precisa ser vista de outra forma pelo Presidente Bolsonaro. Nós estamos com o sistema entrando em colapso, e é preciso que ele entenda isso. Os profissionais estão no limite da exaustão, já não suportam mais! Não há mais capacidade de atendimento, já está tudo preenchido, e os Governadores e Prefeitos

não sabem mais o que fazer. Isso é muito sério.

Nós já estamos com 251.489 mortes no Brasil. Em 1 dia, em 24 horas, 1.582 pessoas morreram pela COVID, e o Presidente não toma uma providência mais enérgica. Enquanto isso, nós ficamos aqui fazendo uma discussão sobre imunidade parlamentar, e o povo, morrendo, sofrendo.

Eu quero chamar a atenção: Bolsonaro, ouça o silêncio desses mortos! Bolsonaro, ouça o grito dos necessitados, dos desamparados, dos desempregados! Bolsonaro, ouça o grito desta população que confiou em você e o colocou como Presidente da República! Isso não é possível!

Nós não podemos mais aceitar isso - não vamos aceitar - e vamos brigar pelo auxílio emergencial! Ele é fundamental, sem chantagem, para qualquer um dos servidores públicos, para qualquer um dos trabalhadores!

Sr. Presidente, eu peço a divulgação do meu discurso, na íntegra, no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa e agradeço a V.Exa. pela tolerância.

Obrigada.

Documento 322/326

| | | |
|---------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 7.2021.B | Sessão Outro Evento | 26/02/2021-13:52 |
| Publ.: DCD - 2/27/2021 - FÁBIO TRAD-PSD -MS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Entrevista concedida a veículos de comunicação, pelo cientista Miguel Nicolelis, favorável ao isolamento social, à testagem e à vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus. Defesa de unificação das ações legislativas para combate à doença. Repúdio à declaração do Presidente Jair Bolsonaro, contrária ao uso de máscara facial de prevenção da Covid-19.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Miguel Nicolelis, brasileiro, um dos cientistas mais respeitados e conceituados do mundo, deu uma entrevista a vários veículos de comunicação e afirmou o seguinte. Vale a pena compartilhar com os colegas, para dimensionarmos a gravidade

da situação por que estamos passando.

Diz o cientista Miguel Nicolelis:

Estou propondo a criação de uma comissão de salvação nacional, sem Ministério da Saúde, organizado pelos governadores, para resolver a logística. É uma guerra, quando vamos bater de frente com o inimigo de verdade? O Brasil é o maior laboratório a céu aberto para ver o que acontece com o vírus correndo solto. Em segundo lugar, um lockdown imediato, nacional, de 21 dias - diz o cientista -, com barreiras sanitárias nas estradas, aeroportos fechados. E depois ampliar a cobertura, usando múltiplas vacinas. Não dá para ficar discutindo, assina o contrato e vai em frente, deixa para depois, estamos falando da vida de 1.500 pessoas por dia, são 5 boeings caindo.

Vacinação, vacinação, vacinação, testagem e isolamento social. Não tem jeitinho numa guerra (...)

De Miguel Nicolelis, Sr. Presidente.

Nobres Parlamentares, colegas legisladores, todas as nossas energias devem estar canalizadas para o enfrentamento deste mal. Todas as nossas ações parlamentares, legislativas, devem estar unificadas para o enfrentamento desta guerra, porque nós não podemos nos permitir anestesiarmos diante de 1.500 mortes diárias. É uma violência brutal, Sr. Presidente.

Precisa ser com coragem, responsabilidade e sobretudo censo cívico, na demanda de nossas atividades. Nós nos colocamos diante deste desafio para superá-lo.

Neste momento dramático por que estamos passando, não foi bem recebida a declaração do Presidente Bolsonaro criticando os efeitos do uso da máscara, pelo contrário. A máscara é o único meio de proteção das pessoas, Sr. Presidente; sem ela, teríamos muito mais mortes.

Por isso, o meu inconformismo, para que o Brasil tenha a noção exata de que, se não enfrentarmos com responsabilidade essa pandemia, ela poderá nos vencer.

Peço que o meu pronunciamento seja repercutido pelos órgãos de comunicação da Casa, Sr. Presidente.

Sumário

Agravamento do quadro de desemprego no País. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Alcance da marca de 250 mil mortes no território nacional em decorrência da Covid-19. Baixo número de brasileiros imunizados contra o coronavírus. Repúdio à necropolítica adotada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Utilização, pelo Presidente da República, da estrutura do Estado brasileiro para proteção de seus familiares envolvidos em denúncias de corrupção. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, relativa à alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - O Brasil amarga um desemprego nunca antes visto.

O Brasil amarga a volta da fome, essa fome que foi arrancada do Brasil pelas políticas efetivadas pelos Governos Lula e Dilma. O Brasil volta a conviver com a fome.

O Brasil volta a ter milhões de pessoas sem qualquer tipo de renda.

O Brasil está perdendo mais de 250 mil pessoas; essas pessoas se foram, e todo mundo que parte é sempre amor de alguém.

Nós estamos, há mais de 1 mês, no início do processo de imunização, em um País que em 3 meses imunizou mais de 80 milhões de pessoas, durante o Governo Lula, contra o H1N1. E temos uma quantidade pífia de pessoas imunizadas agora. O Brasil, portanto, está sendo dirigido por alguém que despreza a própria vida.

Quando nós dizemos que esta é uma necropolítica ou uma política da morte, que busca desprezar o povo brasileiro, que acha que o Estado tem que ser propriedade do governante para proteger a família dele das denúncias de corrupção e para se autoprotger, fustigando, ameaçando constantemente as instituições, chamando a democracia para dançar na beira de um abismo neste Brasil, esta Casa tem se dedicado, nos últimos dias, a provocar, a construir e a tecer com fios do cinismo uma impunidade para os Parlamentares.

Nós não poderíamos estar aqui discutindo há alguns dias que aqueles que cometem crimes, como, por exemplo, crimes de corrupção ou crimes contra a vida, sendo Parlamentares, não terão a prisão em flagrante.

Nós não poderíamos estar aqui respaldando crimes como o cometido pelo Deputado Daniel Silveira, crimes contra a ordem democrática, daqueles que fazem ode à tortura, daqueles que homenageiam o Ustra, daqueles que dizem que parte do povo brasileiro não tem que ter o direito à liberdade.

Nós não poderíamos estar aqui tecendo esse manto de impunidade, que enfraquece o Estado Democrático de Direito, que aparta esta Casa das reais necessidades do povo brasileiro.

Ontem, escutava um representante da base de apoio ao Governo nesta Casa dizer: "*Temos que votar logo essa proposta de emenda constitucional, porque o Brasil quer que retomemos outra pauta*". Nós não deveríamos estar votando essa proposta de emenda à Constituição, que estabelece privilégios para os Parlamentares, que faz com que não possamos recorrer no sistema de Justiça por todos os crimes contra a honra, contra a existência humana, contra o Estado Democrático de Direito. Até quando esta Casa vai estar abraçando, acobertando, com esses mantos que nos afastam da própria sociedade, a extrema Direita, que não tem amor pela democracia?

Por isso, encerro apenas dizendo que eu também escutei uma Parlamentar dizer: "*Não, não, não! Há crimes que têm que ser acobertados pelo véu da imunidade*". Imunidade não é para acobertar crimes - acobertar crimes. Véus que acobertam crimes não se chamam imunidade, chamam-se impunidade.

Documento 324/326

| | | |
|---------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------|
| 7.2021.B | Sessão Outro Evento | 26/02/2021-14:04 |
| Publ.: DCD - 2/27/2021 - POMPEO DE MATTOS-PDT -RS | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOSBREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Alcance da casa de 250 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à doença. Protesto contra a prioridade dada pela Casa na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, relativa à alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares, em detrimento do debate da retomada do auxílio pecuniário emergencial, e das ações destinadas à vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, chegamos ao momento

mais dramático do coronavírus. Passamos dos 250 mil mortos. Em um dia só, quase 1.600 pessoas morreram. São almas, vidas que importam mais do que números. É como se caíssem oito aviões Boeing de passageiros. Imaginem o tamanho da tragédia! Vejam a que ponto chegou a gripezinha do Bolsonaro!

Presidente, isso não é brincadeira. É um absurdo que ainda, nesse estágio da doença, tenhamos pessoas propagando e propalando o negacionismo: *"A vacina faz virar jacaré. A máscara não protege. Trata-se de coisa de marica, maricão; é fraco quem pega a doença"*.

Olhe, Presidente, que coisa mais absurda que está acontecendo no nosso País! Nos 20 maiores países do mundo, o chamado G-20, as maiores economias, o único líder que não aceita a vacina, que nem sequer topa se vacinar é o Presidente brasileiro. Esse é um negacionismo que está levando à morte milhares e milhares de pessoas.

O mundo clama por vacina, e o Brasil a desmerece. Aliás, o Presidente da República disse: *"Olhem, eles que têm a vacina, se quiserem, venham aqui vender"*.

Ora, isso não é mercado, não é mercancia, é saúde, é vida! É como se você ficasse doente e dissesse: *"Olhem, o médico, se quiser, que venha aqui em casa. A farmácia, se quiser, que traga o remédio aqui. O hospital que venha me buscar"*. Podem ter certeza de que o hospital não vai vir buscá-lo, a farmácia não vai trazer o remédio, e o médico não vai visitá-lo. Ele vai morrer.

Mais do que isso, o Presidente diz que as exigências para vender o remédio são tais, são tantas, são tamanhas que ele não vai comprar. A exigência que fazem ao Brasil é a mesma que fizeram aos americanos, aos ingleses, aos alemães, aos italianos, e todos compraram, só o Brasil não está comprando, porque não quer. Atrasou a compra, e, por causa desse atraso, milhares de pessoas estão morrendo. O Rio Grande do Sul está entrando em *lockdown*, bandeira preta. É um terror!

Então, Presidente, mais do que nunca, em vez de discutir a questão da imunidade, a PEC da impunidade, nós temos que discutir a vacina, nós temos que criar meios para socorrer o nosso povo e a nossa gente. É disso que nós precisamos. Precisamos do auxílio emergencial já, e não de impunidade! Precisamos de auxílio emergencial para que as pessoas não morram de coronavírus, mas que também não morram de fome.

Auxílio emergencial e vacina, para salvar a vida do nosso povo, da nossa gente!

Muito obrigado.

Documento 325/326

| | | |
|-------------------------------------------------|----------------------------|------------------------------------|
| 7.2021.B | Sessão Outro Evento | 26/02/2021-14:16 |
| Publ.: DCD - 2/27/2021 - GASTÃO VIEIRA-PROS -MA | | |
| CÂMARA DEPUTADOS | DOS BREVES COMUNICAÇÕES | BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO |

Sumário

Preparação pelo Governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino, de medidas enérgicas para contenção do avanço da epidemia de coronavírus, diante do registro de 5 mil mortes no Estado em decorrência da doença viral. Inexistência no Maranhão de rede de UTIs para atendimento aos contaminados pela Covid-19. Estagnação do processo de vacinação do povo maranhense contra a doença. Descaso do Presidente da República com o Programa Nacional de Imunizações. Protesto contra a prioridade dada pela Casa na votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, relativa à alteração dos arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Carta Magna, para resguardo de prerrogativas parlamentares, em detrimento do debate da retomada do auxílio pecuniário emergencial, e das ações destinadas à vacinação do povo brasileiro contra o coronavírus.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PROS - MA. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. É um prazer enorme falar da tribuna virtual desta Casa, tendo V.Exa. na Presidência.

Sr. Presidente, nós acabamos de assistir, aqui no Maranhão, ao pronunciamento do Governador do Estado, Flávio Dino, mostrando que chegamos a 5 mil mortes por COVID. Estamos em uma curva ascendente. Ele não anunciou nenhuma medida restritiva, mas creio que esteja preparando o espírito maranhense para medidas mais duas e mais sérias que necessariamente terá de adotar para conter o avanço da pandemia.

De onde vem esse avanço, Sr. Presidente Marcelo? Vem das festas de fim de ano. Aqui há, no período de final de ano e no período de carnaval, um fluxo muito grande de pessoas que se deslocam da Capital para visitar os seus parentes no interior do Estado. Concluídas essas festas, o fluxo se dá em sentido contrário. O resultado disso é que muitos Municípios que não tinham um só caso de COVID estão agora batendo recordes, com várias pessoas contaminadas, muitas delas vindo do interior e aumentando gravemente a contaminação na Capital.

O que é difícil de aceitar é que não dispomos de uma rede de UTIs necessária para atender esse quantitativo de pessoas. As pessoas da Capital estão se virando nas UPAs, uma contaminando a outra, e as pessoas no interior estão sendo atendidas em unidades básicas de saúde. Temos, ainda, infelizmente, poucos hospitais regionais e recursos muito baixos.

Aqui a vacinação começou bem e quebrou, parou por falta de vacinas. Hoje, pela primeira vez, o Ministro Pazuello reconhece que a situação piorou, que a situação é gravíssima, mas o Presidente não chama a atenção do Ministro pelo fracasso do programa de vacinação. Ele está mais preocupado em chamar a atenção do Presidente da PETROBRAS e em querer uma justificativa para explicar aos seus apoiadores, que são os caminhoneiros, que são muito mais importantes, pelo que se pode depreender, do que milhões de brasileiros que povoam essas ruas com outro tipo de pandemia, que é a pandemia da fome, a pandemia da falta de recursos, a pandemia da falta de emprego, a pandemia que está punindo de forma violenta os mais pobres e os mais necessitados.

Cadê o auxílio emergencial? Nós não conseguimos dar prioridade para o auxílio! Não conseguimos! Estamos paralisados nesta Casa votando uma PEC que precisa realmente ser discutida, mas não com a pressa com que se está fazendo.

Sr. Presidente Marcelo, eu creio que nós precisamos fazer baixar nesta Casa o espírito da maior responsabilidade. O mundo está de olho em nós. Citado pelo Deputado Fábio Trad, o Nicolelis, um grande cientista que está no Rio Grande do Norte e que foi o Coordenador da Comissão Científica do Consórcio do Nordeste para o combate à pandemia, disse que o Brasil, depois dos Estados Unidos, é a maior tragédia sanitária que ocorre no mundo - como tem a sexta população mais numerosa do mundo, não se justifica tamanho fracasso.

Estamos preocupados, Presidente. Eu espero que nesta Casa, com V.Exa. ajudando, nós possamos votar o que é importante: auxílio emergencial, para tirar as pessoas da fome, do desespero e da miséria, e vacinas. Precisamos ter vacinas em quantidade suficiente para poder dizer às pessoas que elas vão ser vacinadas e nós vamos vencer esta pandemia. Infelizmente, nada disso eu posso dizer nesta tarde.

Muito obrigado, Presidente Marcelo. Um grande abraço a V.Exa.

Peço que o meu pronunciamento seja reproduzido no programa *A Voz do Brasil*.

7.2021.B Sessão Outro Evento 26/02/2021-14:20

Publ.: DCD - 2/27/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOSBREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Caos reinante no País em decorrência da epidemia de coronavírus. Repúdio à postura negacionista do Presidente Jair Bolsonaro com relação à doença, bem como à sua política genocida. Crise econômica e quadro de desemprego reinantes no Brasil. Aumento da venda de cloroquina no País, por influência do Presidente da República, medicamento sem comprovação científica para tratamento da Covid-19. Pedido aos Deputados de apoio à criação da CPI da Cloroquina. Solicitação ao Presidente Arthur Lira de prioridade na retomada do pagamento do auxílio emergencial a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela epidemia de coronavírus.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo uma boa tarde a todos.

Eu também gostaria que as minhas palavras fossem repercutidas no programa *A Voz do Brasil* e nos canais de divulgação da Câmara Federal.

Presidente, o Brasil vive, hoje, um caos. Eu não vou nem dizer que estamos à beira de um caos. O caos já está presente, primeiro, do ponto de vista sanitário. Nós tivemos no dia de ontem o maior número de mortes por COVID desde o início da pandemia. O maior número ocorreu ontem.

Faço um parêntese para lembrar que, ontem, o Presidente Jair Bolsonaro fez uma *live* debochando do uso da máscara, desdenhando do uso da máscara, e hoje de manhã também já fez aglomerações no Ceará. Portanto, o Presidente da República - fecho o parêntese - continua incentivando o caos na pandemia.

Ele não gosta de ser chamado de genocida; não gosta que isso seja comparado a genocídio. Mas perguntamos ao povo brasileiro: estamos ou não, nesta pandemia, vivendo um genocídio? E a resposta é positiva: vivemos um genocídio.

O segundo caos é o econômico. Agora vêm os dados do IBGE - faço outro parêntese para dizer que o Presidente não gosta do IBGE. O Presidente não gosta de números. O Presidente não gosta ciência. Mas vem mais um dado. Temos, agora, o pior dado histórico de desemprego: 13,4 milhões de pessoas estão na fila do emprego e não

conseguem. É o caos na economia. Portanto, o Presidente, na pandemia, transformou a situação do Brasil em genocídio e não recuperou a economia, como era o seu discurso

O Presidente Jair Bolsonaro também não gosta - eu li na imprensa - de ser chamado de Capitão Cloroquina, mas leiam uma matéria da *Carta Capital* desta semana e V.Exas. vão ver que, infelizmente, a alcunha de Capitão Cloroquina cai bem no Presidente da República. Ao fazer propaganda da cloroquina, ele simplesmente conseguiu que a venda desse remédio e de outros que nada têm a ver com a cura da COVID-19 aumentasse em 550%. O Brasil produziu 5,8 milhões de comprimidos de cloroquina - nós temos, na Casa, para tratar disso, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cuja criação eu solicitei, e peço o apoio dos Deputados para que ela seja instalada.

E o auxílio emergencial, de que eu não falei, precisa também entrar na pauta do Congresso.

Aproveito a presença do Presidente Arthur Lira, a quem cumprimento, para pedir que esse seja o assunto prioritário da nossa Câmara de Deputados e Deputadas.

Um grande abraço a todos os brasileiros e brasileiras. Vamos resistir à cloroquina e à pandemia!

Muito obrigado.
